



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Arquitetura

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Flávio José Rodrigues de Castro

BIOGRAFIAS REGIONAIS:

como as cidades médias se formam e conquistam territórios

Belo Horizonte.MG

2020

Flávio José Rodrigues de Castro

BIOGRAFIAS REGIONAIS:

como as cidades médias se formam e conquistam territórios

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo — NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, como requisito à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Linha de Pesquisa: Planejamento e Dinâmicas Socioterritoriais

Orientadora: Prof. Dra. Silke Kapp

Belo Horizonte.MG

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

C355b

Castro, Flávio José Rodrigues de.

Biografias regionais [manuscrito] : como as cidades médias se formam e conquistam territórios / Flávio José Rodrigues de Castro. - 2020.
380f. : il.

Orientadora: Silke Kapp.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Planejamento urbano – Minas Gerais – Teses. 2. Urbanização – Minas Gerais - Teses. 3. Planejamento regional – Minas Gerais – Teses. 4. Espaço urbano – Aspectos sociais - Teses. I. Kapp, Silke. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.4098151



FOLHA DE APROVAÇÃO

Biografias regionais: Como as cidades médias se formam e conquistam territórios

FLÁVIO JOSÉ RODRIGUES DE CASTRO

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 26 de novembro de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Silke Kapp - Orientadora
EA-UFMG

Profa. Dra. Jupira Gomes de Mendonça
EA-UFMG

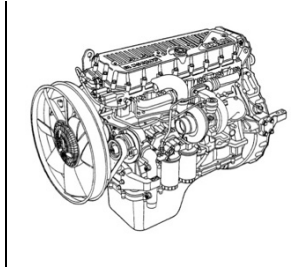
Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór
FACE-UFMG

Prof. Dr. Geraldo Magela Costa
IGC-UFMG

Profa. Dra. Anete Marília Pereira
UNIMONTE

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro
UEPA

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2020.



||

Haja? Pois, por um exemplo: faz tempo, fui, de trem, lá em Sete-Lagoas, para partes de consultar um médico, de nome me indicado. Fui vestido bem, e em carro de primeira, por via das dúvidas, não me sombrearem por jagunço antigo.

[GUIMARÃES ROSA]

A TIZA, LUÍZA e BERNARDO,
meus companheiros de viagem, vida afora.

AGRADECIMENTOS

Eu devo ao professor ANTÔNIO FERNANDINO DE CASTRO BAHIA FILHO o meu primeiro agradecimento. As nossas longas conversas sobre desenvolvimento regional, a região de Sete Lagoas e os imbricados ambientes do campo e da cidade, na sua então sala da Reitoria do Centro Universitário de Sete Lagoas — UNIFEMM, foram as provocações originais da pesquisa realizada. A sua insistência para que eu abraçasse esse tema e voltasse aos estudos acadêmicos foi decisiva para que eu me encorajasse a esse trabalho.

Ao professor ROBERTO EUSTAÁQUIO DOS SANTOS eu devo a mão que se estendeu e me indicou os caminhos da Academia. Fraternalmente, foi quem me ajudou a transformar intenções em gestos, reflexões em projetos.

Durante quase todo o tempo da pesquisa, eu atuei como coordenador e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFEMM, em Sete Lagoas. Aos MEUS COLEGAS PROFESSORES E AOS MEUS ALUNOS, eu devo o ânimo em compreender as particularidades do contexto regional, que foram moldando, dia a dia, o modelo de ensino-aprendizagem que praticamos.

Produzir conhecimento é articular conhecimentos, no plural; é reconhecer a legitimidade de vários saberes. A condição necessária para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a boa vontade de VÁRIAS PESSOAS ENTREVISTADAS que se dispuseram a compartilhar comigo seus olhares e vozes sobre a região, o cerrado, o carvão, o gusa, a cidade, o tempo. Expresso a elas a minha gratidão.

Por fim, agradeço muito à professora SILKE KAPP. A orientação de um doutorando fora do fluxo regular de formação requer, além de rigor acadêmico, uma paciência infinda. Sem o seu rigor inigualável, a maneira cuidadosa e original com que tratou esta tese, a habilidade em iluminar seus pontos críticos e a sua paciência generosa, eu não teria alcançado qualquer resultado.

RESUMO

Esta tese aborda o tema da urbanização em regiões não metropolitanas e toma como recorte espacial o SERTÃO CENTRAL DE MINAS, como aqui se nomeia o território que reúne as microrregiões administrativas de Sete Lagoas, Curvelo e Três Marias. A investigação adota como marco teórico o conceito marxiano de formação econômica da sociedade, em sua versão atualizada por Milton Santos como formação socioespacial. O recorte temporal privilegia o período 1960/2020, em que Sete Lagoas se consolida como cidade média por força da divisão regional do trabalho historicamente estabelecida, mas retroage até o período colonial para elucidar as bases do processo social que se espacializa na região de estudo. A reflexão sobre a peculiaridade de processos de urbanização de regiões não metropolitanas e conformação de cidades médias utiliza a metáfora do rizoma, tomada da obra de Deleuze e Guattari. E a reflexão sobre a reconversão econômica incidente nessas regiões e cidades emprega a metáfora da metástase, em sua dimensão patológica, como referência.

Palavras-chave: regiões não metropolitanas, cidades médias, formação socioespacial, SERTÃO CENTRAL DE MINAS, Sete Lagoas.

ABSTRACT

This thesis discusses the issue of the urbanization in non-metropolitan regions taking the here named SERTÃO CENTRAL DE MINAS as the studied territory. This territory brings together the administrative micro-regions of the cities of Sete Lagoas, Curvelo, and Três Marias. The investigation adopts as a theoretical framework the Marxian concept of the economic formation of society, in Milton Santos' updated version of a socio-spatial formation. The temporal delimitation privileges the period from 1960 to 2020, in which Sete Lagoas consolidated itself as a medium-size city due to the historically established regional division of labor. Nevertheless, the colonial period is explored to elucidate the basis of the social process spatialized in the studied region. The rhizome metaphor, taken from the work of Deleuze and Guattari, was adopted in the reflection about the peculiarity of urbanization processes in non-metropolitan regions and the conformation of medium-size cities. In the reflection on the economic conversion occurring in these regions and cities, the metaphor of metastasis, in its pathological dimension, was employed as a reference.

Keywords: non-metropolitan regions, medium-size cities, socio-spatial formation, SERTÃO CENTRAL DE MINAS, Sete Lagoas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O bioma do cerrado brasileiro	37
Figura 2: O bioma do Cerrado mineiro.....	39
Figura 3: As bacias dos rios São Francisco e das Velhas.....	43
Figura 4: A bacia do Rio das Velhas.....	43
Figura 5: Caminhos do sertão central (1778)	72
Figura 6: Caminhos do sertão central (1788).....	73
Figura 7: Traçado da Estrada de Ferro Central do Brasil	112
Figura 8: Mapa rodoviário regional	181
Figura 9: Mesorregiões de Minas Gerais - 1990	204
Figura 10: Área de influência de Montes Claros	247
Figura 11: Área de influência de Belo Horizonte	247
Figura 12: Rede urbana 1966.....	248
Figura 13: Rede urbana 1993	248
Figura 14: Evolução dos critérios de definição de cidades médias	270
Figura 15: Matéria da revista Veja — Introdução	273
Figura 16: Matéria da revista Veja — O balneário industrial	275
Figura 17: Sete Lagoas e o polígono de reconcentração.....	304
Figura 18: A cidade-região de Belo Horizonte	319
Figura 19: Malha urbana de Sete Lagoas (1960/2001)	321
Figura 20: Malha urbana de Sete Lagoas (2020)	323
Figura 21: Cidade-região e regiões não metropolitanas	325
Figura 22: Zoneamento municipal (1991)	347
Figura 23: Malha urbana de Sete Lagoas (2006)	347

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sete Lagoas — VA por atividade econômica (1920-1959).....	109
Gráfico 2: Curvelo — VA por atividade	109
Gráfico 3: PIB de Curvelo e Sete Lagoas (1920-1959).....	114
Gráfico 4: Ranking estadual com os 5 maiores municípios da região (1872-1960)	127
Gráfico 5: Ranking estadual com os 5 maiores municípios da região (1872-1960)	128
Gráfico 6: Ranking estadual com os 5 maiores municípios da região (1940-1960).....	129
Gráfico 7: Desempenho demográfico de Curvelo (1940-1960)	130
Gráfico 8: Desempenho demográfico de Sete Lagoas (1940-1960)	130
Gráfico 9: Crescimento demográfico dos municípios a Norte de BH (1872-1960).....	132
Gráfico 10: Crescimento demográfico dos municípios a Norte de BH (1940-1960)	132
Gráfico 11: Crescimento demográfico de BH versus municípios do sertão central	134
Gráfico 12: Produção anual de ferro-gusa por usinas independentes – MG	147
Gráfico 13: Ranking estadual do VA-indústria (1959-2000).....	170
Gráfico 14: Ranking estadual do VA-serviço (1959-2000)	170
Gráfico 15: Desempenho demográfico municipal do sertão central mineiro.....	173
Gráfico 16: Desempenho demográfico municipal do sertão central mineiro	174
Gráfico 17: Desempenho demográfico municipal do sertão central mineiro.....	175
Gráfico 18: PIB municipal (1959-2000)	177
Gráfico 19: PIB municipal — valor adicionado agropecuário (1959/2000).....	178
Gráfico 20: PIB municipal — valor adicionado de Serviços (1959/2000).....	178
Gráfico 21: PIB municipal — valor adicionado da indústria (1959/2000).....	178
Gráfico 22: Taxa de crescimento decenal dos municípios do SCM e da RMBH	183
Gráfico 23: Taxa de crescimento decenal dos municípios do SCM e da RMBH	183
Gráfico 24: Produção anual de ferro gusa por usinas independentes - MG.....	229
Gráfico 25: População total	235
Gráfico 26: População da sede (1970/2010)	235
Gráfico 27: PIB municipal sertão central (2002/2016).....	237
Gráfico 28: VAB/agropecuária SCM (2002/2016).....	239
Gráfico 29: VAB/indústria SCM (2002/2016)	240
Gráfico 30: VAB/serviços SCM (2002/2016)	240
Gráfico 31: VAB/indústria — razão 90/10 (2002/2016)	241
Gráfico 32: VAB /serviços — razão 90/10 (2002/2016)	241
Gráfico 33: População urbana segundo o contexto regional da cidade (%)	301
Gráfico 34: População urbana segundo o porte da cidade (%)	301
Gráfico 35: População urbana segundo o porte e o contexto da cidade (%).....	302

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População regional (1960-2000)	171
Tabela 2: Ranking segundo as taxas de crescimento urbano (1970-2000)	185
Tabela 3: Taxas de crescimento urbano decenal (1970-2000)	186
Tabela 4: Ranking estadual de municípios/aglomeração não metropolitanos - 1970	201
Tabela 5: Ranking estadual de municípios/aglomeração não metropolitanos - 1970	202
Tabela 6: Distribuição percentual dos municípios por faixa de população urbana (1970).....	205
Tabela 7: Correlação de VAB industrial e de serviços (2002-2016)	242
Tabela 8: População brasileira e taxa de urbanização (1940-2010).....	300

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Desenho da pesquisa	24
Quadro 2: Perfis dos entrevistados	26
Quadro 3: Formação dos municípios do sertão central mineiro	126
Quadro 4: Mesorregiões e microrregiões de Minas Gerais (1990)	203
Quadro 5: Rede de influência de Belo Horizonte (2007)	246
Quadro 6: Limiares demográficos de cidades médias	256
Quadro 7: Índice para identificação de cidades intermédias	281
Quadro 8: Grupos de variáveis de pesquisa do RECIME	285

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	15
2. DESENHO DA PESQUISA	22
PARTE I — O SERTÃO CENTRAL	30
3. O SERTÃO CENTRAL DE MINAS.....	31
3.1 O sertão e o cerrado	31
3.2 O sertão do Rio das Velhas	39
4. A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO SERTÃO CENTRAL DE MINAS	50
4.1 O conceito de formação socioespacial	50
4.2 As bases coloniais da formação socioespacial do sertão central de Minas	60
4.3 A formação socioespacial do sertão central de Minas em meados do século XX	96
4.4 A rede urbana do sertão central de Minas em meados do século XX.....	125
PARTE II — A URBANIZAÇÃO DO SERTÃO CENTRAL.....	135
5. SETE LAGOAS: A TERRA DO OURO NEGRO	136
5.1 A origem da siderurgia do ferro-gusa em Sete Lagoas.....	136
5.2 A economia invisível do carvão	144
5.3 A formação socioespacial do sertão central de Minas ao final do século XX.....	162
5.4 A rede urbana do sertão central de Minas ao final do século XX	171
6. A LÓGICA DO RIZOMA	187
6.1 A afirmação do sertão central como região	187
6.2 A afirmação de Sete Lagoas como cidade média ao final do século XX	197
PARTE III — A GLOBALIZAÇÃO DO SERTÃO CENTRAL	214
7. A NOVA ECONOMIA REGIONAL.....	215
7.1 A formação socioespacial contemporânea do sertão central de Minas.....	215
7.2 A rede urbana contemporânea do sertão central de Minas	234
8. O CONCEITO DE CIDADE MÉDIA	251
8.1 A Expressão cidade média	251
8.2 Variações conceituais e terminológicas	258
8.3 Cidade média como ideologia	266
8.4 Críticas e contribuições ao conceito de cidade média	276
8.5 A cidade média no processo de urbanização nacional	293
9. A LÓGICA DA METÁSTASE	306
9.1 Urbanização, cidade média e a lógica da metástase.....	306

PARTE IV — O SERTÃO URBANO.....	331
10. HÁ UM PLANEJAMENTO POSSÍVEL?.....	332
10.1 Os limites do planejamento urbano	332
10.2 A Experiência regional contemporânea de planejamento	339
10.3 Reivindicando o planejamento regional	349
11. PALAVRAS FINAIS	355
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	362

1. APRESENTAÇÃO

O meu interesse pelo conhecimento aprofundado do processo de urbanização em regiões não metropolitanas surgiu no início da década de 2000, quando assumi a titularidade da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano — SMPDU da Prefeitura de Sete Lagoas. Embora Sete Lagoas seja uma cidade próxima de Belo Horizonte e já tivesse um porte considerável, com uma população municipal que se aproximava de 200 mil habitantes, as categorias de análise que eu trazia da minha vida acadêmica e profissional de arquiteto urbanista na metrópole mostravam-se desajustadas para interpretar a realidade com que eu me deparava. A minha memória sobre o desenvolvimento urbano de Sete Lagoas, onde eu havia passado a infância e a adolescência, reforçava essa percepção de impropriedade. No final da mesma década, quando reassumi a titularidade desta Secretaria¹, a situação não era diferente: a narrativa prevalente da urbanização da região, em sentido amplo, como efeito do processo de metropolização permanecia insuficiente e requeria outra que contemplasse especificidades locais.

Os estudos acadêmicos existentes mais próximos desse tema da urbanização não metropolitana eram os que abordavam o conceito de *cidade média*. Esses estudos tinham características peculiares, a primeira por serem estudos desenvolvidos majoritariamente no campo da Geografia. Na origem do uso acadêmico dessa expressão, como *ville moyenne*, os seus primeiros e principais pesquisadores foram nomes vinculados à Geografia Urbana e Regional francesa. Em outros países da Europa Ocidental, nas três décadas finais do século XX, a produção científica era assinada também por geógrafos. No Brasil, desde os primeiros trabalhos, os autores referenciais eram igualmente desse campo disciplinar. Em menor volume, encontravam-se trabalhos correlacionados nas áreas de Economia Urbana e Demografia. De forma geral, esses estudos referiam-se a análises funcionais e morfológicas de redes urbanas que

¹ No período 2001-2003, eu assumi a SMPDU e, no período 2009-2011, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG. Em que pese a diferença de nomenclaturas, ambas eram responsáveis pelo planejamento institucional municipal, basicamente de natureza orçamentária, e pelo planejamento e regulação urbanos.

essas cidades integram, estudos relativos a hierarquia e limiares urbanos, dinâmicas econômicas e populacionais e trabalhos de planejamento territorial e regional.

Em contraponto, encontrava-se pouca contribuição do campo da Arquitetura e Urbanismo. Neste âmbito, as pesquisas indicavam uma opção preferencial pelos temas das metrópoles, das regiões e dos processos urbanos metropolitanos, sobre os quais a produção acadêmica era bastante mais numerosa e significativa. Para além das metrópoles, de forma extensiva, havia o interesse de arquitetos urbanistas na teorização da urbanização enquanto processo contemporâneo global, sem se aterem ao fenômeno das cidades médias e das regiões por elas polarizadas como manifestação do mesmo processo.² Essa realidade persiste ainda hoje.

A expressão cidade média, com pretensão conceitual, como uma representação geral e abstrata de uma realidade urbana específica, na França, remonta ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970.³ No Brasil, a tese de doutorado de Oswaldo Bueno Amorim Filho, de 1973⁴, pode ser considerada o marco introdutório do tema. Entretanto, apesar de transcorridas cinco décadas, outra característica encontra-se no estágio ainda inexato desse conceito.

Emblematicamente, na origem desse debate conceitual na França, Joseph Lajugie inicia a sua abordagem indagando: “O que é uma cidade média? É possível lhe dar uma definição precisa? É possível fazer uma lista de cidades francesas que entram nesta categoria?”.⁵ À mesma época, Michel Michel é mais lapidar: “Nós sabemos muito bem o que a cidade média não é. Nós dificilmente podemos dizer o que é. O conceito acaba sendo tão vago que nos perguntamos se a cidade média não é uma ilusão ou, quando menos, uma noção de interesse menor”.⁶ Duas décadas depois, Frédéric Santamaria, por exemplo, em estudo comparativo sobre a

² A União Internacional de Arquitetos — UIA apresenta, desde o seu Congresso de Barcelona de 1996, um programa de trabalho relacionado a cidades equivalentes a cidades médias, denominadas intermediárias, o UIA-CIME: *Ciudades Intermedias y Urbanización Mundial*, em colaboração com outros organismos internacionais (UNESCO, UN-HABITAT, UCLG e outros). Não obstante, no site do CIME (<http://www.ceut.udl.cat/en/ciutats-mitjanes-i-intermedies/el-programa-uia-cimes/>), não se localizam publicações e documentos posteriores a 2004, havendo, portanto, uma defasagem de mais de 15 anos.

³ MARQUES DA COSTA, *Cidades médias: contributos para sua definição*, 2002, p. 101.

⁴ “Este trabalho de Amorim Filho, em 1973 (uma tese de doutorado com o título “Contribution à l’étude des villes moyennes au Minas Gerais – Formiga e le Sud-Ouest du Minas Gerais”), marca o início dos estudos do tema cidades médias em Minas Gerais, no Brasil e, possivelmente, na América do Sul” (AMORIM FILHO, *Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias*, 2007, p. 73).

⁵ LAJUGIE, *Les villes moyenne*, 1973, p. 11, tradução minha.

⁶ MICHEL, *Ville moyenne, ville-moyen*, 1977, p. 642, tradução minha.

noção da expressão cidade média em países europeus, depois de afirmar que “a noção geográfica de cidade média é vaga”, cita Roger Brunet para resumir a constatação de pesquisadores franceses e ingleses: “a cidade média constitui... um objeto real não-identificado”.⁷ Enfim, importa registrar que na literatura acadêmica europeia esse apontamento de imprecisão conceitual é histórico e recorrente.

No Brasil, essa fragilidade mantém-se, por exemplo, no dizer de Roberto Lobato Corrêa, que se refere a cidade média como “uma expressão vaga, aberta a múltiplos significados e impregnada do idealismo que a concebe como um ideal a ser alcançado, apresentando as vantagens da pequena cidade sem ter, contudo, as desvantagens das grandes”.⁸

Reconhecendo essa condição, diversos pesquisadores têm se dedicado à tarefa de elevar a noção difusa dessa expressão à categoria de um conceito claramente delimitado, no plano teórico-metodológico. No Brasil, a partir de 2007, o grupo de pesquisa RECIME — Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias, vinculado ao Departamento de Geografia Humana e Regional da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Presidente Prudente — destaca-se na produção científica sobre o tema, ainda no campo da Geografia. Essa rede lista expressamente entre os seus propósitos o de promover “uma reflexão que procura o aprofundamento teórico-conceitual de modo a se superar a fragilidade da noção de cidades médias”.⁹

Nesse cenário, esta tese sintetiza um trabalho de pesquisa que dá curso a alguns interesses primordiais. Como uma pesquisa desenvolvida no âmbito da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, o primeiro interesse está em aportar os temas das cidades médias e da urbanização em territórios não metropolitanos para esse campo. O acúmulo teórico e a experiência de planejamento de pesquisadores arquitetos urbanistas sobre a metrópole conformam um ambiente propício ao aprofundamento do debate sobre essa outra realidade, respeitadas as respectivas distinções escalares.

⁷ SANTAMARIA, *La notion de ville moyenne em France, em Espagne et au Royaume-Uni*, 2000, pp. 227/229, tradução minha.

⁸ CORRÊA, *Construindo o conceito de cidade média*, 2007, p. 23.

⁹ Ver em http://prope.unesp.br/grupos_pesquisa/grupo_detalhado.php?id_grupo=0330706CJT5EMV.

Nessa ótica disciplinar, embora Diva Lopes e Wendel Henrique entendam que “as pesquisas sobre cidades médias e pequenas vêm ganhando repercussão na produção acadêmica brasileira, fruto da interiorização dos cursos de graduação e pós-graduação”¹⁰, é de se observar que não se tem aí uma regra geral, pelo menos no que toca aos cursos de Arquitetura e Urbanismo. A análise de estruturas curriculares realizada com base na recente expansão desses cursos indica, ao contrário, que eles migraram para as cidades médias sem alterar significativamente as abordagens pedagógicas convencionais nem adequar conteúdos e prioridades temáticas aos respectivos contextos sociais e espaciais.¹¹ Não há nenhum indicativo concreto de que a desmetropolização da formação acadêmica de arquitetos urbanistas irá determinar uma ascensão do tema das cidades médias à agenda de pesquisa na área.

Meu segundo interesse vincula-se à natureza da abordagem realizada nesta pesquisa, estampada no seu subtítulo: *como as cidades médias se formam e conquistam territórios*. O seu propósito não reside na lapidação de aspectos conceituais do tema, como tem sido feito no ambiente da Geografia, mas numa contribuição de base historiográfica, capaz de registrar o processo de ocupação social do território, de organização do trabalho e de urbanização que veio determinando, por força de sua natureza desigual e contraditória, a emergência de uma aglomeração diferenciada, categorizada como cidade média, onde se concentraram os principais ativos regionais.

Essa perspectiva formativa requereu escolhas prévias, de ordem temporal e de ordem espacial.¹² Neste caso, a adoção de *recortes territoriais particulares* em pesquisas sobre cidades médias tem sido estimulada como estratégia para se avançar na compreensão do tema. O grupo RECIME, por exemplo, vem realizando, há mais de uma década, a pesquisa “Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional”, com diversos resultados publicados de estudos comparativos entre pares de cidades médias. Essa pesquisa cumulativa aplica uma metodologia unificada¹³ em estudos de “cidades que desempenham

¹⁰ LOPES; HENRIQUE (Org.), *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*, 2010, p. 9.

¹¹ Estudo realizado por mim e pelo professor Roberto Eustaáquio dos Santos (EAUFMG), apresentado no XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Urbanismo y Planificación / ALEUP, Chile, 2018 — CASTRO; SANTOS, *O chão da arquitetura*, 2018.

¹² Essas escolhas estão detalhadas na seção 2. O DESENHO DA PESQUISA.

¹³ Essa pesquisa considera quatro grupos de variáveis a serem operacionalizadas: EIXO I — Ramos de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos; EIXO II — Dinâmica populacional e mercado de trabalho; EIXO III — Equipamentos e infraestruturas; e EIXO IV — Condições de moradia.

papéis intermediários em redes urbanas”¹⁴, nas várias regiões do país e, para além das fronteiras, na Argentina e no Chile.

Na mesma direção, não apenas para o caso de cidades médias, mas de rede urbana, Roberto Corrêa¹⁵ valoriza estudos dessa ordem — postos como estudos de casos — como indispensáveis para apreensão da complexidade atual de redes não metropolitanas, nas suas múltiplas escalas, com base em três elementos: gênese, dinâmica social e configuração atual da rede urbana. Interpretando essa rede como parte da divisão territorial do trabalho, segundo a dinâmica interna do capitalismo, ele afirma:

A compreensão da singularidade de cada uma dessas redes urbanas nacionais ou regionais no processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente deve ser o objetivo dos estudos de casos. *Pois um estudo de caso não é senão o estudo de uma singularidade enquanto especificação da totalidade social e uma fonte para a compreensão desta mesma totalidade social.*¹⁶ (grifo meu)

Nesse contexto, a escolha Sete Lagoas como o objeto de estudo relaciona-se ao último interesse desta tese que advém do meu envolvimento pessoal e profissional com essa cidade média e sua região, cujo desenvolvimento eu vivencio desde os anos 1960. Especialmente como gestor da política urbana municipal, em duas oportunidades, a experiência acumulada me demonstrou, de forma prática, que o desconhecimento do processo de urbanização regional constitui-se num obstáculo à formulação e gestão de políticas adequadas para o desenvolvimento urbano e territorial. Essa lacuna é um fator determinante da visão excessivamente municipalista do planejamento corrente em Sete Lagoas, como em outras cidades similares, e da invisibilidade da problemática da região como decisiva na configuração urbana de todas elas.

Além dessa experiência de gestão, eu me dediquei a esse tema, na última década, ora como assessor de Planejamento, ora como coordenador e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM. A vocação de centros

¹⁴ SPOSITO et al, *O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica*, 2007c, p. 36.

¹⁵ CORRÊA, *Estudos sobre a rede urbana* [2004], 2015, pp. 45/47.

¹⁶ *Ibidem*, p. 47.

universitários para o desenvolvimento regional levou-me também a uma exposição permanente ao conjunto de questões que cotidianamente acercam esse tema da urbanização não metropolitana.

Nesse enquadramento, após prévia apresentação do DESENHO DA PESQUISA, na próxima seção, esta tese relata os achados da pesquisa desenvolvida, organizando-os em quatro grandes partes. A primeira — PARTE I: O SERTÃO CENTRAL destina-se a caracterizar a região aqui denominada de *sertão central de Minas*. Na seção 3 são elencadas as suas feições geográficas e, na seguinte, além da exploração do conceito de formação socioespacial, ele é empregado como veio teórico para biografar a ocupação regional, desde a década de 1670 até a de 1960. Tem-se aí uma abordagem crítica do processo histórico que conformou essa região, por três séculos.

A PARTE II — A URBANIZAÇÃO DO SERTÃO contém as seções 5 e 6 e trata, na primeira, da intensificação do processo de industrialização concentrado em Sete Lagoas, sustentado, em sua componente florestal, por toda a região. A extensão territorial subordinada ao processo industrial setelagoano reafirma os próprios limites regionais, na segunda metade do século XX. Essa seção analisa ainda os efeitos da industrialização na evolução da formação socioespacial e no processo de urbanização regionais.

As reflexões decorrentes da escala de urbanização alcançada do sertão central mineiro, dos aspectos particulares desse processo e da projeção de Sete Lagoas como cidade média são registradas na seção seguinte dessa parte, considerando-se como suporte teórico a metáfora do rizoma, tomada da obra de Deleuze e Guattari.¹⁷

A terceira parte — PARTE III: A GLOBALIZAÇÃO DO SERTÃO divide-se nas seções 7 a 9: a primeira analisa os impactos na formação socioespacial e na rede urbana contemporânea advindos da migração de capitais transnacionais e da diversificação econômica de Sete Lagoas, no final dos anos 1990 e nas primeiras décadas deste século XXI; a segunda revisa e aprofunda a compreensão e apresenta distinções e contribuições relativas ao conceito de cidade média; e a

¹⁷ DELEUZE; GUATTARI. *Mil platôs — capitalismo e esquizofrenia* [1980], 2011.

última, com base nos achados empíricos da pesquisa, faz um conjunto de explorações teóricas utilizando outra metáfora, a da metástase, como fio condutor.

A quarta e última parte — PARTE IV: O SERTÃO URBANO é organizada em duas seções e tem um caráter conclusivo: na seção 10, procura-se elencar todas as evidências da pesquisa que podem orientar reflexões sobre o planejamento urbano e regional; e na seção 11, construir um balanço final das suas inovações que podem auxiliar uma melhor compreensão do processo de urbanização e de metropolização incidentes em contextos não metropolitanos.

Por último, sinto-me no dever de fazer um registro: esta tese foi escrita entre o fim do verão e o início da primavera deste ano de 2020¹⁸, momento grave de pandemia da COVID19 e de obscurantismo político no Brasil. Escrevê-la tornou-se um ato de resistência pessoal. A solidão da escrita e a adesão disciplinada ao isolamento social foram minha forma de resistir aos ataques à ciência e à prática que ela preconiza para esses tempos sombrios. E, cotidianamente, a reflexão livre, autônoma e crítica e a reverência aos maiores nomes do pensamento brasileiro foram minha maneira de resistir ao negacionismo, ao autoritarismo e à censura que crescem no país.

¹⁸ A pesquisa de campo e as entrevistas concentraram-se no período de maio de 2019 a fevereiro de 2020 e foram realizadas de forma presencial, sempre no ambiente do entrevistado. Excepcionalmente, as entrevistas realizadas em maio e junho de 2020 foram feitas por vídeo-chamada.

2. DESENHO DA PESQUISA

A estrutura da pesquisa realizada, sobretudo em seu aspecto metodológico, está resumida no Quadro 1. A questão inicial que presidiu a organização geral do projeto de pesquisa diz respeito à investigação do fator preponderante na formação de uma cidade média como Sete Lagoas: se ela advém, numa perspectiva histórica, da evolução da formação socioespacial regional, especialmente da organização regional do trabalho, ou se decorre do processo invasivo de metropolização. Em outros termos, refere-se à identificação da forma como esses fatores se relacionam e incidem nesse processo biográfico.

O marco teórico principal adotado para lidar com essa questão foi o conceito de formação socioespacial, tomado do conceito de formação econômica e social da obra de Marx¹ e da consideração de sua espacialidade na obra de Milton Santos.²

A principal hipótese de trabalho era de que o fator determinante é de ordem regional. A pesquisa realizada confirmou tanto essa hipótese quanto outras duas inicialmente apontadas: uma, de que a condição necessária para a diferenciação da cidade média em seu contexto regional está em ela interpor-se como uma *cidade-dreno*, que captura e extrai as riquezas do campo e das cidades da região; outra, de que o papel desempenhado pelos agentes públicos nesse processo formativo é subsidiário ao papel dos agentes econômicos, ou seja, a urbanização de regiões não metropolitanas é orientada hegemonicamente pelos interesses do capital.

Do ponto de vista metodológico, a base historiográfica da pesquisa determinou duas escolhas, a primeira delas sobre o seu recorte temporal. Embora o fenômeno das cidades médias limite-se aos últimos 50 anos — e, com efeito, o foco da pesquisa distinga o período de 1960

¹ Dentre outros: MARX, *Uma contribuição para a crítica da economia política*, 1859 [e-book]; *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 2015; e *O capital: crítica da economia política – Livro I*, 2017.

² SANTOS, *Espaço e sociedade: ensaios*, 1979.

a 2020 —, a investigação retrocedeu ao período colonial, desde o final do século XVII, para identificar as raízes da organização socioeconômica que deu origem às suas feições atuais.

A segunda escolha, sobre o recorte espacial, recaiu na consideração não de um território em abstrato, mas de um território concreto como objeto de análise. Adicionalmente, diferenciando-se dos estudos correntes sobre cidades médias, que tomam a aglomeração urbana como ponto de partida, essa escolha territorial particular alargou-se para o contexto regional, tomando a região como a espacialidade do processo social do qual a cidade média é resultado.

Essa escolha por um recorte territorial particular é consistente com o marco teórico considerado. Milton Santos elucida o conceito de formação socioespacial afirmando, exatamente, que ele se refere não à sociedade em geral, mas a uma sociedade dada, “como Lenin fez a respeito do capitalismo na Rússia”³ ou como Godelier fez com relação ao império inca pré-colonial.

Essas duas escolhas singularizam a pesquisa realizada por explicar o fenômeno das cidades médias não apenas por seus atributos contemporâneos, quando já são assim admitidas, mas criticamente pelo processo histórico regional que levou à sua configuração.

Com relação aos métodos de pesquisa empregados, um deles foi a observação de campo: eu revisitei paisagens urbanas e rurais regionais⁴ que me eram historicamente familiares, procurando desenvolver uma nova sensibilidade para melhor apropriação dos dois outros métodos a que recorri: a revisão bibliográfica e a entrevista qualitativa focada.

³ Ibidem.

⁴ Além de Sete Lagoas, onde residi durante todo o tempo da pesquisa, foram feitas visitas a Araçuaí e Cordisburgo (16/05/2019); Paraopeba e Caetanópolis (28/05/2019 e 14/11/2019); Jequitibá, Baldim e Santana de Pirapama (30 e 31/05/2019); Montes Claros (10 e 11/07/2019); Três Marias e Andrequicé (23/10/2019); Curvelo e Morro da Garça (24/10/2019); e Capim Branco, Prudente Moraes e Matozinhos (23 e 24/04/2020).

Quadro 1: Desenho da pesquisa

TEMA	Processo de urbanização em regiões e cidades médias não metropolitanas		
PALAVRAS CHAVE	Região. Cidade Média. Metropolização. Formação Socioespacial		
QUESTÃO INICIAL	A formação de uma cidade média decorre da evolução, numa perspectiva histórica/biográfica, da formação socioespacial regional, especialmente da organização regional do trabalho, ou preponderantemente do processo de metropolização?		
OBJETO	Ocupação e urbanização da região não metropolitana e perimetropolitana do sertão central de Minas		
PROBLEMA	Analisa-se o processo histórico de ocupação e urbanização do sertão central de Minas desde o século XVII, a propagação sobre ele do fenômeno metropolitano a partir do século XX e a inserção da região no processo de globalização no século XXI. Toma-se como pressuposto que a formação da cidade média que passou a polarizar a região, na segunda metade do século XX, decorre do nível de desigualdade da divisão regional do trabalho, nos termos requeridos pelo capital, especialmente pelo capital industrial.		
QUESTÕES	Na conformação de uma aglomeração urbana em cidade média, os fatores determinantes são preponderantemente de ordem <i>regional</i> ou <i>metropolitana</i> ?	Nessa conformação, qual a influência dos agentes políticos/públicos e dos agentes econômicos/privados e qual o nível de <i>autonomia/subordinação</i> resultante?	No contexto regional, uma cidade média atua como <i>cidade-polo</i> , promotora do desenvolvimento regional, ou <i>cidade-dreno</i> , extratora das riquezas periféricas?
HIPÓTESES	Na conformação de uma aglomeração urbana em cidade média, o fator determinante é de ordem <i>regional</i>	Os agentes políticos/públicos atuam acessoriamente aos agentes econômicos/privados. Há um crescente nível de <i>subordinação</i> ao capital.	No contexto regional, uma cidade média atua como <i>cidade-dreno</i> , extratora das riquezas periféricas
OBJETIVO GERAL	Contribuir na compreensão de processos de urbanização <i>não metropolitanos</i> e de formação de cidades conceituadas como <i>cidades médias</i> , associando aos estudos correntes baseados na descrição da funcionalidade dessas cidades na rede urbana, sejam estudos projetivos sejam <i>ex post facto</i> , um estudo de base historiográfica que investigue o processo formativo dessas cidades, não <i>per se</i> , mas no contexto da formação socioespacial regional		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Investigar a natureza dos desequilíbrios na produção social do espaço urbano e regional	Investigar, de forma preditiva, a reprodução no contexto urbano e regional de processos de processos propriamente metropolitanos	Identificar variáveis relevantes para o planejamento urbano e regional
TIPO DE PESQUISA	Abordagem: Pesquisa Historiográfica		
	Métodos: Pesquisa Bibliográfica. Pesquisa de Campo		
FERRAMENTAS	Revisão Bibliográfica		
	Observação de Campo		
	Entrevista Qualitativa Focada		
RECORTE TEMPORAL	1960 – 2020		
	Recuperação historiográfica da ocupação regional desde o período colonial (século XVII)		
RECORTE TERRITORIAL	sertão central de Minas: microrregiões de Sete Lagoas, Curvelo e Três Marias		
	Interface com a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH		

Fonte: elaboração própria baseada em quadro similar em NEDEL, *Educação às margens: tessituras comuns entre escolas públicas periféricas na conformação de territorialidades*, 2019.

No primeiro caso, encontra-se uma multiplicidade de textos históricos municipais, mas não se tem uma tradição no Brasil de estudos históricos regionais: inexistem assim trabalhos disponíveis sobre a história da região de interesse. A montagem da colcha da história regional foi feita, então, a partir de retalhos da memória dos seus municípios e de estudos temáticos sobre fazendas, latifúndio e gado, comércio e estradas coloniais, escravidão e trabalho livre, cotonicultura e indústria têxtil, cerrado e carvão, organizados à luz de literatura sobre a formação econômica e social, o patriarcado e a burguesia, o povo e o capitalismo, Minas Gerais e o país.

No segundo caso, as entrevistas qualitativas prestaram-se a ancorar a narrativa histórica geral à particularidade da região. Com esse propósito, a entrevista focada foi escolhida por ser o tipo mais bem orientado à exploração de temas delimitados, de forma detalhada, com base na experiência e no conhecimento subjetivo dos entrevistados.⁵ Foram realizadas dezessete entrevistas divididas em dois grandes grupos temáticos: oito delas direcionadas à exploração da história regional a partir da percepção local do entrevistado e nove, à exploração de temas setoriais, sempre com entrevistados socialmente reconhecidos como detentores de saber naquele campo particular (Quadro 2).

Em todas as entrevistas foi preservado o critério do não-direcionamento⁶, apresentando-se ao entrevistado o tema geral para sua exposição. Não se fez uso de questionários de perguntas, mas de roteiros orientadores. Esse critério não impediu a abordagem de pontos polêmicos inerentes ao tema em questão e centrais para a pesquisa: quando não abordados espontaneamente, eles foram introduzidos por mim, sem nenhuma manifestação pessoal que pudesse induzir o livre posicionamento do entrevistado.

Optou-se pela preservação do anonimato das pessoas entrevistadas, por duas razões: do meu lado, para garantia de autonomia de pensamento e liberdade crítica, isenta de qualquer constrangimento pessoal; do lado do entrevistado, em respeito à sua opinião, para não vinculá-la aos desdobramentos reflexivos e conclusivos que ela suscitou.

⁵ KAPP, *Entrevistas na pesquisa sócio-espacial*, 2020, p. 20.

⁶ *Ibidem*, pp. 21-22.

Quadro 2: Perfis dos entrevistados

CODIFICAÇÃO	FOCO	DATA	CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO
E.1.GUSA	História da Siderurgia do ferro-gusa em Sete Lagoas	22/11/2001	Empresário da siderurgia do ferro-gusa. Um dos pioneiros de sua instalação em Sete Lagoas Entrevista concedida ao historiador Dalton Antônio de Avelar Andrade
E.2.HISTÓRIA.CB	História de Cordisburgo	16/05/2019	Morador de Cordisburgo e conhecedor da história local e regional
E.3.HISTÓRIA.SL	História de Sete Lagoas	24/05/2019	Historiador e morador de Sete Lagoas e conhecedor da história local e regional
E.4.CARVÃO	História do carvão em Minas Gerais	26/05/2019	Engenheiro florestal com atuação em órgãos florestais públicos e consultor em empresas privadas.; produtor rural.
E.5.HISTÓRIA.CT	História de Caetanópolis e da Indústria Têxtil	28/05/2019	Historiador e morador de Caetanópolis.
E.6.FERROVIA	História da Rede Ferroviária	29/05/2019	Morador de Sete Lagoas; ferroviário; maquinista na RFFSA no período de 1960 a 1980; conhecedor do transporte de carga e de passageiros na estação de Sete Lagoas
E.7.HISTÓRIA.JQ	História de Jequitibá	31/05/2019	Morador de Jequitibá e conhecedor da história local
E.8.CERRADO	História do cerrado no Norte de Minas	10/07/2019	Pesquisador sobre o cerrado norte-mineiro
E.9.HISTÓRIA.MC	História de Montes Claros	11/07/2019	Historiador, pesquisador e morador de Montes Claros
E.10.HISTÓRIA.TM	História de Três Marias	23/10/2019	Historiadores e moradores de Três Marias
E.11.HISTÓRIA.TM	História de Três Marias	23/10/2019	Morador de Três Marias e conhecedor da história local
E.12.HISTÓRIA.CV	História de Curvelo	24/10/2019	Historiador, pesquisador e morador de Curvelo
E.13.CARVÃO	História do carvão na região de Sete Lagoas	14/11/2019	Empresário do carvão nos anos de 1960 a 2000
E.14.CAMPO	Agropecuária de Sete Lagoas	20/02/2020	Pesquisador da área da agropecuária; morador de Sete Lagoas; produtor rural e conhecedor da história do campo da região
E.15.GUSA	Atualidade da siderurgia do ferro-gusa em Sete Lagoas	04/05/2020	Diretor de siderurgia do ferro-gusa com conhecimento tanto da componente industrial quanto florestal
E.16.PREFEITURA	Diversificação industrial de Sete Lagoas	10/06/2020	Servidor público municipal, com função na área de desenvolvimento econômico, desde a década de 1990.
E.17.IMOBILIÁRIO	Diversificação do mercado imobiliário de Sete Lagoas	24/06/2020	Empresário do ramo imobiliário com conhecimento do mercado local desde a década de 1990.

Fonte: elaboração própria.

Por último, cabe explicitar o que entendo por *pesquisa de base historiográfica* no contexto dessas escolhas metodológicas. A História tornou-se um ambiente disciplinar polissêmico, fragmentado em suas diferentes dimensões (ou enfoques), abordagens (ou métodos) e domínios (ou universos temáticos).⁷ E, ainda, diversificado em sua produção em função de seus diferentes autores, nem sempre historiadores de formação, mas também de outros campos acadêmicos, como no caso, da Arquitetura e Urbanismo. Nessa polissemia, a pesquisa realizada pode ser interpretada inicialmente como relacionada à *história urbana*; não obstante, essa área de conhecimento também comporta múltiplos sentidos e não esclarece por si a escolha feita.

No amplo espectro dessa área da história — que inclui, por exemplo, *biografias urbanas* enaltecidas de fatos e personagens notáveis de âmbito local e a *história do urbanismo* focada em aspectos estéticos e formais da produção cultural material, próxima da história da arte e da arquitetura⁸ —, a perspectiva historiográfica adotada marca-se por pelo menos quatro aspectos; dois já citados, outros dois a serem destacados.

Os dois primeiros referem-se, um, à sua amplitude espacial (não a cidade, mas a região), o que a aproxima dos limites da chamada *história regional* como o próprio título da pesquisa — *biografias regionais* — denota; e o outro, à sua dimensão processual: o interesse na história da *cidade como processo* ou, mais amplamente, do *urbano como processo*, o que determina a sua amplitude temporal, retroagindo ao período colonial. Ou seja, com relação ao objeto estudado, há menor apreço pelos atributos essenciais do *estado das coisas* e maior apreço pela historicidade da *dinâmica das coisas*.

Essa marca processual conduz ao terceiro aspecto a ser destacado: a transdisciplinaridade. Na sua origem, a própria noção de “cidade como processo”⁹ vincula-se a uma abordagem generalista que avança por vários campos disciplinares. Por esse caminho, a perspectiva historiográfica a que me refiro opta por certa *impureza* metodológica, não se atendo apenas a fontes primárias — embora elas estejam presentes por meio da apropriação da *história oral*

⁷ Sobre isso ver BARROS, *O campo da História: especialidades e abordagens* [2004], 2020.

⁸ Sobre isso ver SILVA, *Cidade e História: um olhar epistemológico*, 2005, p. 152.

⁹ *Ibidem*, p. 157.

—, mas lançando mão ostensivamente de fontes secundárias, inclusive de *história escrita*, para construção de uma narrativa crítica nova e particular sobre o tema. Ou seja, essa perspectiva pressupõe o trânsito por interpretações de ordem demográfica, econômica, sociológica, política e da cultura material — que correspondem a múltiplos campos da história: história demográfica, história econômica, história social etc. — do fenômeno de urbanização regional pesquisado, na ambição de capturá-lo em sua totalidade.

O conteúdo crítico dessa narrativa encerra o quarto e último aspecto característico dessa opção. Nesse caso, há que se destacar que a orientação de pesquisa não foi a descrição apenas da história tradicional da elite política e econômica do sertão central de Minas, mas especialmente da gente comum desse sertão, aproximando-se daquilo que Edward Thompson chamou de “história vista de baixo”¹⁰ e descreveu de maneira elucidativa quando tratou da formação da classe operária inglesa:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e profissões podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade diante do novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria existência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais.¹¹

Nessa mesma direção, ainda que a pesquisa que esta tese relata não tenha tido como objetivo central biografar a vida do sertanejo, mas o processo mais amplo de urbanização da região, em nenhum momento fugiu ao seu radar a inquirição sobre o lugar, no processo social ocorrente em mais de três séculos, dos homens e mulheres escravizados, da multidão de pessoas livres e pobres e da população tradicional dos gerais, tantas vezes invisibilizada não apenas na historiografia, mas sobretudo na própria noção de território, de região, no caso, na própria noção de sertão.

¹⁰ Jim Sharpe — SHARPE, *A história vista de baixo* [1991], 2011, p. 40 — credita essa expressão a E.P. Thompson, em artigo intitulado “*History from below*”, publicado em *The Times Literary Supplement*, de 7 de abril de 1966.

¹¹ THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa* [1963], 2020, p. 14.

Essa componente crítica, de forma recíproca, apoia-se na mencionada transdisciplinaridade da pesquisa. A análise dos fatos como totalidade que essa transdisciplinaridade favorece constitui-se numa condição necessária para que o processo de urbanização não metropolitana não seja tomado como uma expressão inexorável e invariável da modernidade; um resultado natural da marcha irrefreável de uma noção difusa e otimista de progresso; uma parte indissociável do processo global que deixaria pra trás áreas metropolitanas colapsadas e avançaria sobre esses novos territórios, anunciados como oásis de prosperidade, sustentabilidade e qualidade de vida, onde seria possível vislumbrar dias melhores. Ao opor-se a essa narrativa, a perspectiva crítica, histórica e materialista vai além da descrição e diagnóstico da realidade e obriga a que se enverede pelo caminho das suas contradições, irregularidades e desigualdades, não para negar a inexorabilidade do processo — que é fato incontestado —, mas para negar a sua imutabilidade e descerrar possibilidades de sua transformação.

PARTE I



O SERTÃO CENTRAL

1670 – 1960

O nome de sertão ou Deserto não designa uma divisão política de território; senão uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez de população. O sertão compreende, nas Minas, a bacia do São Francisco e dos seus afluentes, e se entende desde a cadeia que continua a serra da Mantiqueira ou, pelo menos, quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província. Abarca, ao sul, uma pequena parte da comarca do Rio das Mortes, a leste, uma imensa porção das comarcas de Sabará e do Serro Frio, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatu situada ao ocidente do São Francisco.

[SAINT-HILAIRE]

3. O SERTÃO CENTRAL DE MINAS

3.1 O sertão e o cerrado

Na primeira parte de *Os Sertões*, Euclides da Cunha faz uma minuciosa descrição da paisagem brasileira, desde os litorais do Sul, ao interior de Minas, até os sertões nordestinos. Nesses sertões profundos vai se desenrolar a saga de Antônio Conselheiro, em Canudos, ao Norte da Bahia, no final do século XIX. Em seu relato, Cunha é preciso em registrar a transição da região montanhosa de Minas para a extensa zona dos tabuleiros do Norte, a começar exatamente nas “formações calcárias do rio das Velhas, salpintadas de lagos, solapadas de sumidouros e ribeirões subterrâneos”, exatamente a região cárstica de Sete Lagoas, no domínio geológico de calcários do Grupo Bambuí, na entrada do sertão mineiro:

Dali [da serra do Espinhaço] descem, acachoadas, para o levante, tombando em catadupas ou saltando *travessões* sucessivos, todos os rios que do Jequitinhonha ao Doce procuram os terraços inferiores do planalto arrimados à serra dos Aimorés; e volvem águas remansadas para o poente os que se destinam à bacia de captação do São Francisco, em cujo vale, depois de percorridas ao sul as interessantes formações calcárias do rio das Velhas, salpintadas de lagos, solapadas de sumidouros e ribeirões subterrâneos, onde se abrem as cavernas do homem pré-histórico de Lund, se acentuam outras transições na contextura superficial do solo.

De fato, as camadas anteriores que vimos superpostas às rochas graníticas decaem, por sua vez, soto-pondo-se as outras, mais modernas, de espessos estratos de grés.

Novo horizonte geológico reponta com um traço original e interessante. Mal estudado embora, caracteriza-o notável significação orográfica porque as cordilheiras dominantes do Sul ali se extinguem, soterradas, numa inunção estupenda, pelos possantes estratos mais recentes, que as circundam. A terra, porém, permanece elevada, alongando-se em planuras amplas, ou avultando em falsas montanhas, de denudação, descendo em aclives fortes, mas tendo os dorsos alargados em plainos inscritos no horizonte de nível, apenas apontado a leste pelos vértices dos albardões distantes, que perlongam a costa.

Verifica-se assim a tendência para um aplainamento geral.

Porque nesse coincidir das terras altas do interior e a depressão das formações arqueanas, a região montanhosa de Minas se vai prendendo, sem ressaltos, à extensa zona dos *tabuleiros* do Norte.¹

Embora a palavra *sertão* tenha uso recorrente na historiografia brasileira desde o início da colonização, de Norte a Sul do país, e até os dias atuais seja bastante explorada na literatura, ela permanece com “etimologia obscura”² e remete a diferentes categorias espaciais e múltiplos significados.

Janaina Amado compila origens prováveis do termo e suas aplicações: com as grafias de *sertão* ou *certão*, era utilizado em Portugal, talvez desde o século XII e certamente a partir do século XIV, para designar áreas dentro de Portugal, mas distantes de Lisboa; e depois do século XV, para nomear espaços interiores, nas possessões ultramarinas recém-conquistadas. No Brasil, era de uso da Coroa, desde o descobrimento no século XVI, até o fim do Império no século XVIII. Em Minas e na região central do país, mesmo após a descoberta de ouro e a formação de seus núcleos urbanos, essas regiões não deixaram de ser referenciadas como *sertão* ou *sertões*. No século XIX, era palavra de uso habitual dos visitantes naturalistas, como áreas desconhecidas, perdidas, perigosas ou despovoadas do interior do Brasil. Ainda por essa época, “de modo geral, denotava ‘terra sem fé, lei ou rei’, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios selvagens e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente”.³

Ainda conforme Amado, “segundo alguns estudiosos [...], *sertão* seria corruptela de *desertão*; segundo outros [...] proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor)”.⁴ Ou seja, em quaisquer de suas variações

¹ CUNHA, *Os sertões* [1902], 2016, pp. 19–20.

² CUNHA, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 2010, p. 592.

³ AMADO, *Região, sertão, nação*, 1995, pp. 147–148.

⁴ *Ibidem*, p. 147.

terminológicas e de suas acepções, a palavra *sertão* denotava majoritariamente sentidos territoriais sombrios e pejorativos.

Essa negatividade subliminar à palavra expressava um inescapável sentido ideológico. Como *terra desconhecida*, o sertão se opunha àquilo que era *terra conhecida* na perspectiva do domínio do colonizador, o que se encerrava na dualidade *litoral versus sertão*⁵. Litoral entendido não apenas como a faixa geográfica da costa brasileira, mas como “espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, habitado por outros povos (índios, negros), mas dominado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização”.⁶ Litoral como o espaço de subordinação a “uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio — e mais tarde de negro — na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política”.⁷

Litoral, assim, a que se opunha o *sertão*, não apenas como a sua hinterlândia, o interior não litorâneo, mas “como aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura”.⁸ Ou seja, o sertão constituía basicamente “o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade”, ou, a partir do lugar do colonizador português que instituiu o uso da palavra, o espaço não europeu ou não europeizado, em que, “a partir da construção de alteridades, durante os processos de colonização, os europeus erigiram e refinaram as próprias identidades”.⁹

⁵ Utiliza-se aqui essa expressão *litoral versus sertão* em sua condição no início do processo de colonização portuguesa. Florestan Fernandes questiona o seu uso ainda na atualidade (no caso, ainda em 1960) como uma “fórmula cômoda” porque não expressa, então, a falta de uniformidade do desenvolvimento econômico, cultural e social, inclusive do ponto de vista geográfico. Ainda assim, ele recepciona uma interpretação possível dessa expressão que é aderente ao seu uso aqui. Diz ele: “A realidade cultural do Brasil é e ainda será durante alguns anos a descrita por Euclides da Cunha em *Os sertões*. O que se convencionou chamar de ‘litoral’ leva um tipo de vida, aos nossos olhos de ‘civilizados’, o único compatível com a ‘dignidade humana’, como ‘progresso científico’ etc.; o que se convencionou chamar de ‘interior’, por sua vez, simplesmente desconhece esses ‘confortos’ da civilização saída da Técnica”. (FERNANDES, *Mudanças sociais no Brasil* [1960], 2008, p. 121)

⁶ AMADO, *Região, sertão, nação*, p. 148.

⁷ FREYRE, *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* [1933], 1984, p. 4.

⁸ AMADO, Op.cit, p. 149.

⁹ Ibidem, p. 149.

Sob outro olhar, tratava-se de um sertão moldado no caráter etnocêntrico da história do Brasil, escrita pelos *homens do litoral*:

Já vimos como o índio é sintomática e sistematicamente excluído de nossa história étnica. Ao negro, acontece, em menor grau, a mesma coisa. Os descendentes deles, nascidos da miscigenação com os portugueses, que estão ocupando o lugar pouco agradável de “párias da civilização”, nunca contaram nossa história — escrita pelos homens do “litoral” e para uso intestino, para não dizer doméstico. Essa história é uma delicada flor de estufa, dedicada ao gosto não menos delicado de seus confeccionadores e só raramente mestres, como Capistrano João Ribeiro, Sílvio Romero, Gilberto Freyre, pisam-lhe como os portugueses às uvas, para extrair o suco.¹⁰

Esse imaginário impregnado na palavra *sertão* rompe os séculos XIX e XX, atravessa toda a formação histórica do Brasil e chega aos dias de hoje. Antônio Carlos Moraes, ao reconhecer que o sertão não é um tipo empírico de lugar, mas um simbolismo, entende tratar-se de uma realidade discursiva que enfeixa juízos e valores comprometidos com diferentes projetos, vinculados sempre à ideia de lugar a conquistar, a colonizar, a integrar, a explorar, a controlar. Afirma ele: “pode-se dizer que os lugares se tornam sertões ao atraírem o interesse de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens. A noção pode, então, ser equacionada como elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade”. E mais: “o sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento”.¹¹

Com efeito, no Império, o sertão era o lugar da barbárie a civilizar; na República, o lugar do arcaísmo a modernizar; de Vargas a JK e ao regime militar, o lugar a ser integrado ao território nacional, ao “país em construção”; atualmente, na lógica da globalização, “os lugares não integrados às redes de fluxos internacionais ou como depositários do patrimônio natural e da biodiversidade do planeta”.¹² Enfim, a perspectiva de observação do lugar-sertão é sempre

¹⁰ FERNANDES, *Mudanças sociais no Brasil* [1960], 2008, pp. 121–122.

¹¹ MORAES, *O sertão; um outro geográfico*, 2003, pp. 2–3.

¹² *Ibidem*, p. 6.

de um agente forasteiro que atribui a si próprio a representação do poder civilizatório, no seu sentido econômico, étnico-social e cultural.

Numa abordagem mais ampla sobre ideologias geográficas, não específica sobre o sertão, Moraes indica que estudos sobre a formação econômico-social do país desvendam um capítulo incomum da história do capitalismo brasileiro: a formação da nossa nacionalidade deu-se com base na conquista territorial, na apropriação de espaço e na exploração do homem e da terra; ou seja, tem-se “uma sociedade que tinha a construção do território como elemento de identidade”.¹³ Essa asserção aparentemente trivial ganha acento grave quando se observa que essa identidade nacional, fundamentada na concepção de conquista territorial, sedimentou-se numa ótica, “ao nível das classes dominantes, de claro conteúdo anti-humano, onde o país é identificado com o seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares”.¹⁴

Endereçando esse projeto nacional dominante ao espaço ideologizado do sertão, constata-se que interessava ao poder hegemônico da civilização europeia, antes, como interessa à civilização urbana, hoje, a exploração de suas terras como *terras de ninguém*. O sertão é expropriado de qualquer sentido humano e não é reconhecido como espaço socialmente vivido e produzido, como o ambiente de trabalho, de saberes, de cultura e de vidas essencialmente ligadas ao chão de homens bugres ou selvagens, no passado, e de quilombolas, ribeirinhos, raizeiros, geraizeiros, vaqueiros, pequenos agricultores e pequenos fazendeiros, enfim, sertanejos tradicionais, no presente; convertidos, todos, a *párias da civilização*, para usar o termo empregado por Florestan Fernandes. Em resumo: como um espaço sempre visto como *desabitado*, o sertão é reduzido historicamente a mera *fronteira econômica*.

Essa compreensão de ocorrência de uma ação de integração territorial sobre um sertão despossuído, baseada num modelo de desenvolvimento econômico conquistador é fundamental na linha de argumentação desta tese, como expressado originalmente no seu subtítulo: como as cidades médias se formam e *conquistam territórios*. Ou seja, opera-se com a premissa de que a cidade ou a urbanização, no seu sentido extensivo, é parte motora indissociável do avanço explorador da economia capitalista sobre o campo, sobre a região, no caso, sobre o

¹³ MORAES, *Ideologias geográficas*, 2005, p. 96.

¹⁴ *Ibidem*, p. 98.

sertão. Dialeticamente, a cidade se refaz, não apenas como motor, mas também como produto desse avanço, como galardão resultante do sertão conquistado.

Mas que sertão se tem como objeto de reflexão nesta tese? Por certo, esse conceito simbólico e ideológico de sertão, esses gerais sem tamanho, esse sertão que está em toda parte, no dizer de Guimarães Rosa, não é passível de ser cartografado como uma categoria geográfica empírica. Não o é ainda que na literatura, sobretudo nela, multipliquem-se descrições detalhadas do que seja sertão, por exemplo, como o excerto da obra de Saint-Hilaire transcrito em epígrafe anterior¹⁵ ou como o lugar roseano que vai “do Jequitinhonha à Serra das Araras, da beira do Jequitaí à barra do Verde Grande, do rio Gavião até nos Montes Claros, de Carinhanha até Paracatu”¹⁶, porque nunca se sabe exatamente, sobre o sertão descrito, a qual dos vários sertões possíveis ele se refere.

Reagindo a esse senso territorialmente difuso, adoto aqui a vinculação usualmente estabelecida, nos termos que também o faz Ricardo Ribeiro¹⁷, entre o sertão e o bioma do cerrado. Tomo como conformação mais próxima de sertão aquela que pode ser cartografada e biografada pela paisagem, a terra, a fauna, a flora e o homem do cerrado brasileiro: uma área ampla que incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além de enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas¹⁸ (Figura 1):

¹⁵ SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* [1936], 1975b, p. 307.

¹⁶ ROSA, *Sagarana* [1967], 1976b, p. 348. O mapeamento dessa descrição mostra que Guimarães Rosa se refere, nesse caso, a um sertão situado na região Centro-Norte de Minas Gerais, estendendo-se até o Sul da Bahia.

¹⁷ RIBEIRO, *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*, 2005.

¹⁸ Ver <https://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>.

Figura 1: O bioma do cerrado brasileiro



Fonte: Ministério de Meio Ambiente (adaptado)

Em ambos os conceitos — *sertão* e *cerrado* —, Ribeiro observa igual maneira depreciativa de referência. Sobre o cerrado, ele lembra que “tem sido esquecido como bioma. Um exemplo disto é a sua exclusão do capítulo sobre meio ambiente da Constituição Federal de 1988¹⁹, que representou um avanço na preservação dos ecossistemas brasileiros”.²⁰ Em relação à sua associação com o sertão, ele completa:

Se o Cerrado é percebido de forma depreciativa no contexto nacional, não é diferente a maneira como é encarada a cultura e a sociedade do sertão, cujo vínculo com este bioma é tão significativo. Da mesma forma que o Cerrado é uma espécie de “primo pobre” das paisagens florestais, tido como se fosse uma mata que não se desenvolveu, permanecendo “raqüítica”²¹, o sertão é visto como representando o “atraso” frente ao “progresso” identificado com a sociedade do litoral, agrícola, urbana e industrial.²²

¹⁹ O parágrafo 4º do art. 225 da CF/1988, com efeito, lista todos os biomas brasileiros, não incluindo o cerrado dentre eles: § 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

²⁰ RIBEIRO, *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*, 2005, p. 53.

²¹ O livro de Ribeiro (2005), pela natureza raquítica da vegetação do Cerrado, traz no título a expressão *florestas anãs*. O uso original dessa expressão, no início dos anos 1800, deve-se a Saint-Hilaire (SAINT-HILAIRE, *Quadro da vegetação primitiva da província de Minas Gerais*, 2011). Posteriormente, em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, escrito no final do século XIX, expressão correlata é empregada (“leguminosas anãs”).

²² RIBEIRO, *Op.cit.*, pp. 53–54.

Com efeito, em qualquer parte desse bioma do cerrado, assim como em qualquer sertão desses sertões, pode-se usar, sem estranhamento, as referências euclidianas: o lugar da sociedade rude dos vaqueiros²³, o sertão inóspito²⁴, o sertão adusto²⁵, aquele ignoto trecho do sertão²⁶, o lugar com aspecto atormentado das paisagens²⁷, o lugar em que, como o solo, “por seu turno, é áspero e duro, exsicado pelas drenagens dos pendores ou esterilizado pela sucção dos estratos completando as insolações, entre dois meios desfavoráveis — espaços candentes e terrenos agros — as plantas mais robustas trazem no aspecto anormalíssimo, impressos, todos os estigmas dessa batalha surda”, onde “as leguminosas, altaneiras noutros lugares, ali se tornam anãs”.²⁸

De fato, esses parecem ser termos comuns ao sertão e ao cerrado: espaços candentes, de terrenos agros, com florestas anãs e, no dizer de Guimarães Rosa, “onde homem tem que ter a dura nuca e mão quadrada”.²⁹



Crédito: recorte de foto disponível na internet

²³ CUNHA, *Os sertões* [1902], 2016, p. 23.

²⁴ *Ibidem*, p. 25.

²⁵ *Ibidem*, p. 27.

²⁶ *Ibidem*, p. 32.

²⁷ *Ibidem*, p. 27.

²⁸ *Ibidem*, p. 49.

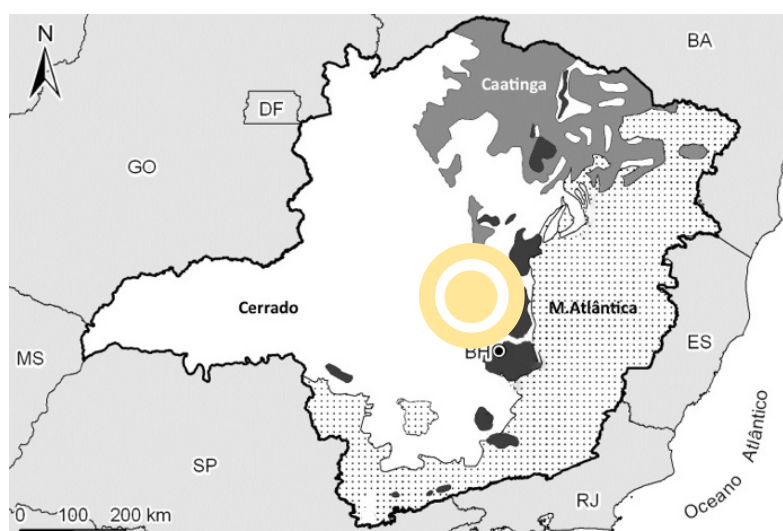
²⁹ ROSA, *Grande sertão: veredas* [1956], 1976, p. 86.

3.2 O sertão do Rio das Velhas

Para o intento da pesquisa desenvolvida, no amplo território do cerrado, um primeiro recorte necessário refere-se à sua porção mineira. Em Minas Gerais, o cerrado é o maior bioma, ocupando a sua parte centro-norte-ocidental: praticamente, toda a bacia do Rio São Francisco e a do alto Jequitinhonha (até divisar a Norte com o bioma da caatinga), e a bacia do Paranaíba e parte da do Rio Grande, na região do Triângulo.³⁰

Mas esse recorte não é ainda suficiente para circunscrever o território de estudo. Uma segunda aproximação diz respeito à sua parte central, que equivale, excetuando-se as cabeceiras, aos trechos médio e baixo das bacias dos rios Paraopeba e das Velhas, até os seus desaguadouros no São Francisco, ou às microrregiões de Sete Lagoas, Curvelo e Três Marias, numa visão administrativa.³¹ À falta de uma denominação própria para esse cerrado central, passo a nomeá-lo nesta tese como o *sertão central de Minas*, em diferenciação ao sertão do Triângulo, do Noroeste (o sertão de Unai) e do Norte do estado (o sertão de Montes Claros). Sem preciosismo em seus limites, é a história da urbanização desse sertão que a pesquisa abordou e esta tese relata.

Figura 2: O bioma do Cerrado mineiro



Fonte: Ministério de Meio Ambiente (adaptado)

³⁰ Tem-se uma demarcação administrativa do sertão mineiro que não é aqui considerada: o Sistema de Informações Territoriais do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário considerava como *sertão de Minas* 17 municípios, a maioria da microrregião de Curvelo e, pontualmente, outros das de Montes Claros e Três Marias. Sobre isso ver sit.mda.gov.br/download.php?ac=verMunTR&m=3119104.

³¹ IBGE, *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*, 1990.

Trata-se de uma região, em sua particularidade, de pouca visibilidade na literatura acadêmica. Comumente, esse sertão central é posto como uma continuidade difusa dos sertões nordestinos, do sertão da Bahia e, de forma mais próxima, do sertão Norte mineiro, tendo como linha referencial o curso do Rio São Francisco. Outras vezes, em sentido contrário, em sua porção meridional, é posto figurativamente como *porteira do sertão* ou *boca-de-sertão*, como o sertão imediatamente a Norte da região montanhosa e minerária de Minas Gerais, numa condição inaugural de um território diverso do anterior — em que “a região montanhosa de Minas se vai prendendo, sem ressaltos, à extensa zona dos tabuleiros do Norte”.³²

Marly Nogueira, ao abordar essa última condição, refere-se a essa posição geográfica como de transição, no âmbito do estado, entre a *região das Minas* e a *região dos Gerais*. Embora o seu foco seja a centralidade de Sete Lagoas³³, sua descrição estende-se à toda sua região de influência (a “sua hinterlândia”):

A posição geográfica de Sete Lagoas, de contato entre duas grandes regiões fisionômicas e socioespaciais, ou seja, entre o Quadrilátero Ferrífero, zona de ocorrência predominante de minerais ferrosos e da floresta tropical úmida, como vegetação primitiva do centro-sul e leste de Minas Gerais (a região das MINAS) e a região dos calcários do Bambuí, com uma típica vegetação de cerrados, nos quais sobressaem os campos limpos e os cocais, conjugados a uma marcante presença das pastagens (a região dos GERAIS), influenciou profundamente seu destino, assim como a organização espacial de sua hinterlândia.³⁴

Voltando à primeira condição, dessa região como parte imprecisa dos sertões do Norte, vale notar que se trata de um fato histórico. É reveladora a forma como ela é citada no processo de povoamento interior de Minas Gerais, no século XVIII, na descrição de Caio Prado Junior, em que há menção a cinco regiões: a faixa mais povoada estendida de Lavras a Tijuco (que reúne as antigas regiões das minas de ouro com as diamantinas, pelo caminho do Espinhaço), a região agropecuária da comarca do Rio das Mortes (ao Sul da província), a região algodoeira de Minas Novas e a pecuária da comarca de Paracatu (ambas regiões mineradoras

³² Excerto já citado: CUNHA, *Os sertões* [1902], 2016, pp. 19–20.

³³ Marly Nogueira, ao referir-se à expressão *boca-de-sertão*, adota-a como uma primeira função responsável, na rede urbana mineira, pelo desenvolvimento da centralidade de Sete Lagoas.

³⁴ NOGUEIRA, *Sete Lagoas: a dinâmica funcional de uma cidade média e sua inserção na rede urbana de Minas Gerais*, 2005, pp. 48–49

decadentes) e, de forma genérica, “para o norte, finalmente, o sertão do rio São Francisco, zona de fazendas do tipo sertanejo”.³⁵

Em referência ao sertão mineiro, tanto “para o norte” quanto no “setor norte desta capitania”, que Prado Junior menciona em outra passagem, são descritores geográficos que suscitam o entendimento inexato de que dizem respeito apenas ao sertão Norte mineiro. Nesse caso, a referência-chave para identificar a região central como integrante desse “sertão do rio São Francisco” não é esse rio propriamente, por sua característica interregional, mas a recorrente citação ao seu afluente, o Rio das Velhas.

Na abordagem do povoamento interior do Brasil, Prado Junior afirma:

As regiões mineradoras não eram, em conjunto, favoráveis nem à agricultura nem à pecuária. O relevo acidentado, a natureza ingrata do solo se opunha a tais indústrias. Para o abastecimento da população que nelas se adensou, o que se fez com grande rapidez, teve que se recorrer, a princípio, a territórios não muito próximos. A carne, elemento essencial da alimentação da colônia, foi fornecida pelo gado que vinha das fazendas estabelecidas ao longo do curso médio do São Francisco (Bahia). Estimuladas pelo mercado próximo, as fazendas subiram mais a margem do rio, alcançando o território que é hoje mineiro, e *penetraram até o rio das Velhas*. Povoou-se assim uma área contígua ao norte dos centros mineradores.³⁶ (grifo meu)

Em outro capítulo, quando descreve a pecuária colonial, de forma também reveladora, ele registra:

Vejamos a segunda zona da pecuária colonial: Minas Gerais. O setor norte desta capitania se inclui, como afirmei, nos sertões que acabamos de ver mais acima [sertões nordestinos]; [...]. Aliás esta parte de Minas é, geográfica e historicamente, um prolongamento da Bahia. Foi povoada pelas fazendas de gado que subiram no século XVIII as margens do São Francisco, *alcançando já nesta fase o seu afluente rio das Velhas*.³⁷ (grifo meu)

³⁵ PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* [1942], 2011, p. 58.

³⁶ *Ibidem*, p. 58.

³⁷ *Ibidem*, p. 207.

Factualmente, a menção reiterada a esse sertão mineiro que alcança o rio das Velhas indica que Prado Junior, de forma tácita, tem como objeto nas suas referências genéricas aos sertões do São Francisco, em Minas Gerais, não restritamente o sertão Norte mineiro, mas o sertão ampliado *Centro-Norte* mineiro, uma vez que, diferentemente do São Francisco, o Rio das Velhas não desce até o Norte do estado.

O mapeamento da bacia do Rio das Velhas e da sua conexão com a do São Francisco, apresentado nas Figuras 3 e 4³⁸, contribui na elucidação dessa questão territorial: com efeito, de acordo com o Comitê da Bacia do Rio das Velhas, “toda a bacia hidrográfica do Rio das Velhas está localizada dentro do estado de Minas Gerais, em sua região central (...)”.³⁹ Essa afirmação é relevante, ainda que os usos do termo *central* não sejam inteiramente coincidentes, em seus limites, nas expressões *região central*, do CBH-VELHAS, e *sertão central de Minas*, desta tese.

No detalhe, em primeiro lugar, como ressalta Saint-Hilaire⁴⁰, é preciso subtrair o trecho de sua cabeceira, o alto Rio das Velhas, que corta a região minerária e não se situa em área de cerrado ou de sertão; em segundo, incluir outros municípios que não são cortados pelo Velhas, mas são contribuintes de sua bacia, como Sete Lagoas — cuja interligação se dá por meio do ribeirão Jequitibá —; e em terceiro, relativizar a incorporação, a depender do rigor administrativo adotado, de três municípios da sua foz passíveis de serem interpretados como integrantes do Norte de Minas⁴¹. Esse rigor não é relevante no escopo desta tese.

³⁸ Comitê paritário composto pelos poderes públicos estadual e municipais, usuários de recursos hídricos e sociedade civil organizada, responsável por promover o desenvolvimento sustentado da bacia do Rio das Velhas.

³⁹ Ver <http://cbhvelhas.org.br/a-bacia-hidrografica-do-rio-das-velhas/>

⁴⁰ Quando aborda o *quadro geral do sertão* em Minas, Saint-Hilaire insere uma nota de rodapé para destacar exatamente que as cabeceiras dos afluentes leste do São Francisco, incluindo o rio das Velhas, não necessariamente estão no sertão; diz ele: “O começo dos rios que vem de leste não está sempre compreendido no sertão: Sabará sobre o Rio das Velhas não faz parte do Deserto”. (SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, 1975b, p. 307).

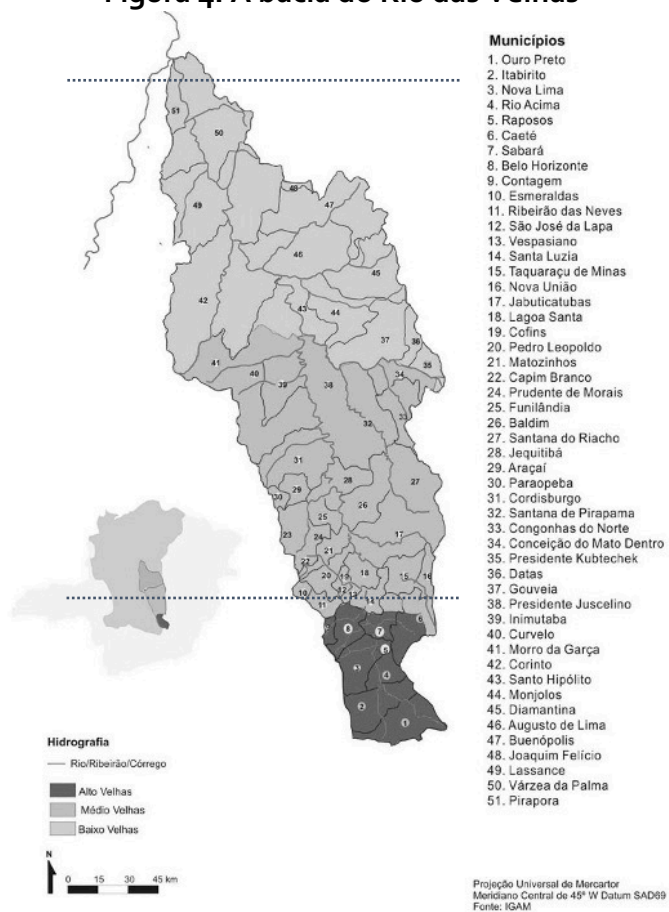
⁴¹ Considerando o recorte estabelecido nesta pesquisa, que circunscreve no sertão central de Minas apenas as microrregiões de Sete Lagoas, Curvelo e Três Marias, os municípios na foz do Velhas de Lassance, Pirapora e Várzea da Palma (integrantes da microrregião de Pirapora e da mesorregião do Norte de Minas) extrapolariam esse sertão central.

Figura 3: As bacias dos rios São Francisco e das Velhas



Fonte: CBH Rio das Velhas (editado)

Figura 4: A bacia do Rio das Velhas



Fonte: CBH Rio das Velhas (editado)

Ainda nessa linha de argumentação de que os sertões do Norte devem ser entendidos de forma extensiva, um trecho da obra de Antonil, em que ele diz “da grande extensão de terras para pastos, cheias de gado, que há no Brasil”, reitera essa visão de o Rio das Velhas ser parte do sertão da Bahia:

Estende-se o sertão da Bahia até a barra do rio São Francisco (...). E porque as fazendas e os currais de gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manante de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio São Francisco, *na do rio das Velhas*, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Paramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambupe, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vazabarris, na do rio Sergipe e de outros rios [...].⁴² (grifo meu)

Considerada essa condição ampliada, é importante explicitar que ela não remete, no entanto, à ocorrência de uma absoluta homogeneidade geográfica de ponta a ponta: ou seja, o sertão central de Minas não reproduz, em tudo, as condições socioambientais dos sertões nordestinos e vice-versa. Com efeito, há similaridades como há distinções entre esses extremos que determinam iguais similaridades e distinções na ocupação humana do espaço, o que é registrado também por Prado Junior:

[Sobre o sertão mineiro em relação aos sertões nordestinos]; atenuam-se nele os caracteres extremos destes últimos: não se verificam aí secas propriamente, mas somente um baixo índice de pluviosidade. Mas a vegetação é semelhante; a topografia também. E o que sobretudo identifica essas regiões, “os gêneros de vida humana”, são iguais em ambas.⁴³ (grifo meu)

Nessa linha, o entendimento é que ao lado das diferenças que separam o sertão de lá do sertão de cá — e o flagelo da seca, sobretudo nos períodos de sua incidência rigorosa, não é uma característica a se menosprezar —, coexistem padrões comumente vinculados ao bioma do cerrado que permitem igual referência de sertão a esses distintos lugares. E essa referência extrapola a paisagem física para acolher na sua totalidade também “os gêneros de vida humana”, o homem e a mulher do sertão como elementos de identidade.

⁴² ANTONIL, *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas* [1711], 2011, p. 269.

⁴³ PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* [1942], 2011, p. 207.

Lanço mão da Literatura para confirmar o traço comum da gente sertaneja. A sua descrição literária não a diferencia nem no espaço, de Norte a Sul, nem no tempo, entre o passado e a atualidade, atribuindo-lhe igual simbolismo. É emblemático o fato, nesse caso, de uma das principais sagas do sertão na literatura brasileira moderna — reconhecida universalmente como aquela que melhor descreve a alma sertaneja — não ter sua fonte de inspiração nos sertões nordestinos, mas precisamente no sertão central mineiro: a história de vaqueiros e jagunços narrada em *Grande sertão: Veredas*⁴⁴, uma história que empresta um caráter geral a personagens-tipo de um sertão-tipo.

Como se sabe, o escritor João Guimarães Rosa⁴⁵ construiu o repertório vocabular que lhe permitiu escrever esse romance com base em sua memória de infância, passada em sua cidade natal, Cordisburgo, no médio Rio das Velhas. Embora essa obra diga de um sertão recriado no nível da linguagem, com temporalidades e espacialidades imaginárias⁴⁶, ela teve como referência explícita e direta anotações de Rosa em suas viagens à sua região de origem, nos anos 1940 e 1950.⁴⁷

A propósito, ao estabelecer uma correlação entre a linguagem e a geografia, Nei de Castro⁴⁸ afirma que a condição sociogeográfica de Minas Gerais concorreu para a tipicidade dialetal que Guimarães Rosa utilizou para a construção do universo vocabular de *Grande Sertão*. Inicialmente, ele afirma: “Minas, o país dos gerais, o sertão-mundo, conservou os seus habitantes isolados, distanciados da evolução da língua que ocorria fora dos seus limites, os quais guardaram o maior acervo do vocabulário dos colonizadores”; para, em seguida, concluir: “Guimarães Rosa pesquisou com caráter científico o falar mineiro, desenvolveu pelo estudo

⁴⁴ ROSA, *Grande sertão: veredas* [1956], 1976.

⁴⁵ João Guimarães Rosa (1908–1967) nasceu em Cordisburgo, onde viveu até o ano de 1917.

⁴⁶ Em que pese o caráter imaginário do território de *Grande sertão: Veredas*, há referências geográficas reais que a remetem ao Norte de Minas e ao sul da Bahia.

⁴⁷ *Grande sertão: Veredas* toma como referência mais direta as anotações de Rosa em viagem, entre os dias 17 a 26 de maio de 1952, conduzindo uma boiada de 180 rezes, no percurso de 241km até a fazenda Sirga, em Três Marias, a partir da fazenda São Francisco, em Araçai, município entre Sete Lagoas e Cordisburgo. Essa fazenda e essa boiada eram de propriedade de Francisco Moreira, seu primo. Como se sabe, seguiram a viagem os vaqueiros Manuelzão, Zito, Bindóia, Tião Leite, Gregório, Santana e Pedro Baiano. O único personagem ainda vivo desta história é Chico Moreira Filho, já com cerca de 85 anos, residente em Sete Lagoas, onde é conhecido como Criolo.

⁴⁸ CASTRO, *Universo e vocabulário do Grande sertão*, 1970, p. 11.

a expressão de sua terra natal e, depurando-a, pô-la a serviço de um realismo estético, a partir de *Sagarana*".⁴⁹

Com efeito, tomando-se a língua como fundamento da cultura e como elemento imanente da totalidade sociogeográfica, ainda que o dialeto roseano seja uma recriação do idioma arcaico de sua terra natal, no sertão central, ele não passou a demarcar apenas o falar da gente cordisburguense, mas extensivamente da gente do sertão, da de cá e da de lá do Urucuia. Vale lembrar que é o próprio personagem Riobaldo Tatarana, na abertura do romance de Rosa, quem adverte que os sertões, ilimitados que são, são todos eles igualmente sertão: não se restringem apenas àqueles para "demais do Urucuia", os sertões da Bahia, mas descem até a região central mineira:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. To-leima. *Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão?* Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade.⁵⁰ (grifo meu)

Ainda no âmbito da literatura, o simbolismo que marca a descrição da gente do sertão e, por meio dela, o próprio sertão, no tempo roseano e na contemporaneidade, inspira-se sempre na vida cotidiana. Nesses termos, vale rememorar um fato ocorrido no sertão central de Minas, próximo aos anos 1980, que se converteu em produção acadêmica e artística⁵¹: o caso

⁴⁹ A rigor, é o próprio Guimarães Rosa quem autoriza essa interpretação de Castro. Em trecho de carta datada de 03/11/1964, ele afirma: "Os sertanejos de Minas Gerais, isolados entre as montanhas, no imo de um estado central, conservador por excelência, mantiveram quase intacto um idioma clássico-arcaico, que foi o meu, de infância, e que me seduz. Tomando-o por base, de certo modo, instintivamente tendo a desenvolver suas tendências evolutivas, ainda embrionárias, como caminho que uso" (DANIEL, *João Guimarães Rosa: travessia literária*, 1968, p. 91).

⁵⁰ ROSA, *Grande sertão: veredas* [1956], 1976, p. 9.

⁵¹ Segundo, Giulle da Mata: "Há um cordel, dois filmes (sendo um deles, um documentário), uma novela, diversas reportagens em jornais locais e da região, dois levantamentos técnicos (um histórico e um patrimonial), além das experiências de vida (narradas por pessoas que viveram de forma direta os acontecimentos) e da lenda" (MATA, *Os irmãos Piriás: a gramática moral de uma lenda contemporânea*, 2008, p. 125). O cordel (EVANGELISTA, João; CAMARGOS, Toninho. *Os Irmãos Piriás: uma guerra no sertão*. Belo Horizonte: Centro Mineiro de Cultura Popular, 1979) está esgotado. A novela "Os Irmãos Piriá" está disponível em PEREIRA, *Desavenças e avenças. sertão e burgas*, 2002). O documentário "Polícia: O crime dos Irmãos Piriá" (1981) teve direção de Luiz Alberto Sartori.

dos irmãos Piriás. O realismo inimaginável dessa epopeia humana empresta cores bastante nítidas à cultura rudimentar que ainda permeia o ambiente do sertão. Além disso, o território de perseguição aos Piriás cartografa, grosso modo, o território pesquisado. As narrativas se opõem: oficialmente, é a história de bandidos; popularmente, de injustiçados. Entre uma versão e outra, tem-se uma lenda comum ao imaginário sertanejo.

De acordo com o Relatório do Inquérito policial⁵², os irmãos Gentil Patrício Moreira e José Patrício Moreira (vulgo Lourival ou Zezinho) eram lavradores e filhos de lavradores pobres, “morenos”, analfabetos, tinham vinte e poucos anos e eram residentes em Cordisburgo. Eram homens do cerrado, por força de certa “anomalia” ou de uma “vivência estranha”:

O hábito adquirido, quando crianças, de embrenhar-se pelo mato como selvagens, sedimentou-se na idade adulta. Os depoimentos daqueles que os conheceram, dão-nos informações abundantes desta *anomalia*. Chegavam ao ponto de recusar moradias. Esse hábito fê-los verdadeiros mestres dos “cerrados”. Conheciam a fundo as matas, vales e lagoas. Sabiam aproveitar-se das “locas” ou “lapas”. Eram ariscos e espertos. O apelido “Piriá”, corruptela de “Preá”, certamente adveio dessa *vivência estranha*.⁵³ (grifos meus)

Ainda segundo esse Relatório, depoimentos de quem os conhecia informavam serem “exímios atiradores que matavam passarinho em voo”, “dedicados à caça, fabricantes de armas rústicas, homens que viviam como ‘bichos do mato’, alimentavam-se de macacos e aves, não conversavam e nem encaravam o interlocutor”.⁵⁴

Em breve resumo: em abril de 1978, na periferia de Sete Lagoas⁵⁵, num chamado policial, os irmãos mataram um PM. Essa morte deu origem à perseguição. Em agosto, eles ainda estavam em Sete Lagoas, romperam um cerco e deixaram mais dois policiais mortos e um ferido. O aparato de captura recrudescer. Parafraseando Rosa, os dois tornaram-se criminosos vivendo seu cristo-jesus, arredados do arrocho de autoridade. Adiante, foram sitiados em Santana de Pirapama, fugiram e balearam mais um policial. Dias depois, houve novo encontro

⁵² PMMG, *Irmãos Piriás: Relatório do Inquérito*, 1979.

⁵³ *Ibidem*, p. 11.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 3.

⁵⁵ Atualmente, zona urbanizada, denominada Bairro Padre Teodoro.

com troca de tiros. Em setembro, foram vistos em Araçá, Paraopeba, Matozinhos e Capim Branco; no final do mês, em Curvelo. Percorriam todas essas distâncias a pé, pelo mato. Em novembro, ainda em Curvelo, foram abordados, houve troca de tiros e mais uma fuga. A caçada humana no sertão ganhou cobertura da imprensa estadual. Prosperava a lenda de que tinham o corpo fechado. Em dezembro, transitaram por Corinto e Lassance, “com eixo de progressão paralelamente à ferrovia”.⁵⁶ No final do mês, foram abordados e rendidos; houve troca de tiros, “o terreno os favoreceu” e deu-se nova fuga. A PM tornou-se motivo de pilhéria. Enfim, no Natal daquele ano, foram cercados em Lassance, correram “em direção ao cerrado”, responderam a tiros e foram mortos.

A versão policial trata essa história como a de “verdadeiros cangaceiros”:

No final dos anos 70, dois irmãos conhecidos por “Piriá”, ganharam notoriedade pelos bárbaros crimes cometidos na região de Corinto, Sete Lagoas e Matozinhos. Como verdadeiros cangaceiros mineiros, esses dois bandidos aterrorizaram a zona rural daquela região com assaltos e mortes contra policiais e moradores até serem abatidos no confronto com a PM na localidade denominada Barra do Lavado, que passou a ser chamado de Gruta Piriás.⁵⁷

Versão oposta, construída a partir de narrativas populares, os vê como dois injustiçados:

Os Piriás eram dois irmãos que foram para Sete Lagoas atrás de trabalho, vindos da região da Serra do Cipó. Na cidade, pegaram de empreitada uma cerca pra fazer na fazenda de Seu Culego. Terminado o serviço, o fazendeiro (que era turco) não quis pagar, porque achou que o serviço foi feito rápido demais. Os irmãos, então, começaram a cobrar insistentemente. O fazendeiro se sentiu ameaçado e chamou a polícia. Resultado: um dos irmãos foi preso, acusado de roubo de um rádio, que foi o que a polícia alegou para poder prender o rapaz. Depois de solto, junto com o irmão, o Piriá voltou a cobrar do fazendeiro, que chamou a polícia novamente. Na fuga, Orlando e Sebastião⁵⁸ acabaram por matar um policial com um tiro no meio da testa lá na Lapa Branca, onde é hoje o bairro Padre Teodoro. A polícia tinha que vingar o parceiro. Iniciou então uma perseguição aos Piriás que durou mais de seis meses,

⁵⁶ Ibidem, p. 17.

⁵⁷ CYBERPOLÍCIA, *O fim dos irmãos Piriás*, 1978. Acesso em 19/02/2020.

⁵⁸ Embora se trate da mesma história, os nomes dos irmãos no Relatório do Inquérito Policial (Gentil e José) não coincidem com os nomes atribuídos a eles (Orlando Patrício da Costa e Sebastião Patrício da Costa) na dissertação de Giulle da Mata.

dentro de uma área compreendida ao sul por Sete Lagoas e ao norte por Diamantina. Os dois eram excelentes mateiros. Conheciam bem as redondezas e escapavam com facilidade. Chegaram a matar vários policiais. A polícia só conseguiu matar os dois na noite de Natal daquele mesmo ano.⁵⁹

Essa breve história, ocorrida no período focal da pesquisa, reúne vários ingredientes da cultura do sertão central de Minas e de qualquer sertão: a rusticidade dos personagens estampada na própria imprecisão dos nomes de registro, a precariedade das relações de trabalho no campo ao desabrigo da lei, a hegemonia e o poder do dono da terra, a dubiedade entre cangaceiros e injustiçados, a peculiaridade das habilidades dos mateiros no cerrado, o desprestígio da cultura sertaneja, o martírio da pobreza, o terreno de lapas, a relevância da ferrovia e as conexões regionais habituais — numa “área compreendida ao sul por Sete Lagoas e ao norte por Diamantina”, passando por localidades e cidades como Silva Xavier, Brejão, Machados, Fazenda Velha, Várzea e Sete Lagoas. Córrego do Mel, Carvalho de Almeida, Lagoa dos Patos, Lagoa Grande e Araçaí. Cordisburgo, Santana de Pirapama, Matozinhos, Paraopeba, Lassance e Curvelo. Peri-Peri, Barbosa e Capim Branco. Quenta-Sol, Contria, Beltrão e Corinto.⁶⁰ Todos esses atributos e lugares esboçam a geografia da terra e do homem do sertão central, esse sertão investigado na pesquisa aqui apresentada na perspectiva de se explicitar, exatamente, a natureza do processo de urbanização que ocorreu e ocorre em meio a essa ruralidade — a distinção e o imbricamento da cidade-campo e do campo-sertão.

⁵⁹ MATA, *Os irmãos Piriás: a gramática moral de uma lenda contemporânea*, 2008, pp. 8–9.

⁶⁰ Todas essas localidades são citadas no RIPM como lugares frequentados pelos irmãos Piriá. (PMMG, *Irmãos Piriás: Relatório do Inquérito*, 1979).

4.

A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO SERTÃO CENTRAL DE MINAS

4.1 O conceito de formação socioespacial

Para alcance do objetivo da pesquisa de construir uma biografia crítica do sertão central de Minas que contextualize a sua dinâmica e, como parte dela, o desenvolvimento urbano de Sete Lagoas, até a sua configuração como cidade média, apropriado como marco teórico o conceito de *formação socioespacial* de Milton Santos, derivado do conceito de *formação econômica e social* de Karl Marx.

Em artigo publicado em 1977¹, Milton Santos retoma o conceito marxiano de formação econômica e social (FES) e, embora entenda tratar-se da categoria “mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço”², questiona a ausência da dimensão espacial na sua formulação por Marx. Nesse sentido, Santos defende tratar-se mais propriamente de uma categoria de formação econômica, social e espacial ou de formação *socioespacial*:

Como pudemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria de formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de *formações sócio-espaciais* (sic) que se trata.³ (grifo meu)

Nos textos de Marx, o conceito de FES não encontra uma conceituação definitiva nem uma nomenclatura padronizada. De uma maneira que revela um processo de lapidação teórica, Marx inicialmente utiliza a expressão forma social ou forma da sociedade (traduções

¹ O artigo original (SANTOS, *Society and space: social formation as theory and method*, 1977) foi posteriormente incluído de forma integral em SANTOS, *Espaço e sociedade: ensaios*, 1979, e em SANTOS, *Da totalidade ao lugar* [2002], 2014.

² SANTOS, *Espaço e sociedade: ensaios*, 1979, p. 10.

³ *Ibidem*, p. 19.

possíveis do alemão *gesellschaftsform*); depois, formação social ou formação da sociedade (*gesellschaftsformation*); até grafar formação econômica e social ou formação econômica da sociedade ou formação econômico-social (*ökonomische gesellschaftsformation*).

Essas diferentes expressões para a mesma noção de FES foram analisadas por Emilio Sereni, a quem Milton Santos credita a reabilitação, nos anos 1970, desta categoria analítica do materialismo histórico. O seu texto referencial⁴ apresenta uma cronologia da constituição desse conceito, em exemplo: *gesellschaftsform*, em *A ideologia alemã*; *gesellschaftsformation*, em *Grundrisse*; até a expressão final, *ökonomische gesellschaftsformation*, pela primeira vez, na introdução de *Contribuição à crítica da economia política*⁵, ainda consorciada à expressão anterior:

Nenhuma *formação social* desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência.

Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre, que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização.

A grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na *formação econômica da sociedade*, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção, antagônica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos.

As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo.

⁴ SERENI, *De Marx a Lenin: a categoria de "formação econômico social"* [1970], 2013. Sobre esse texto, importa informar que há pequenas variações no emprego da expressão em comento nas traduções do artigo original em italiano (1970). Embora eu tenha acessado também a versão em francês (1971), mantive as expressões como grafadas em português, na tradução de Nathan de Oliveira, a partir das versões em francês e em espanhol (1973) do texto original.

⁵ Sereni se refere às versões originais dessas obras em alemão, respectivamente: MARX e ENGELS, 1846; MARX, 1858 e MARX, 1859.

Com esta *formação social* se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana.⁶ (grifos meus)

Adiante, em 1867, ele novamente anota *ökonomische gesellschaftsformation* no prefácio da primeira edição do Livro I de *O Capital*:

Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da *formação econômica da sociedade* como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas.⁷ (grifo meu)

Por seu turno, Lenin, no artigo “Quem são os amigos do povo?”⁸, retoma a expressão *formação econômica da sociedade*, desenvolve o seu significado e a eleva, ainda segundo Sereni⁹, à condição explícita de categoria central do materialismo histórico:

(...) Enquanto mantivessem relações sociais ideológicas (isto é, relações que, antes de se formarem, passam pela consciência dos homens), eles [os sociólogos] não podiam descobrir repetição e regularidade nos fenômenos sociais em diferentes países, e sua ciência era, no melhor dos casos, apenas uma descrição desses fenômenos, uma compilação de matérias-primas. A análise das relações sociais materiais (ou seja, daquelas que são formadas sem passar pela consciência dos homens: trocando produtos, os homens entram em relações de produção, sem nem perceberem que são relações sociais de produção) de pronto permite observar a repetição e a regularidade e generalizar os sistemas dos vários países para chegar a um único conceito fundamental: *formação social*. Somente essa generalização tornou possível passar da descrição dos fenômenos sociais (e sua valoração do ponto de vista ideal) para a sua análise estritamente científica que revela, por exemplo, o que distingue um país capitalista de outro e analisa o que é comum a todos eles.

⁶ MARX, *Uma contribuição para a crítica da economia política*, 1859 [e-book]. Destaque-se que em outra tradução deste excerto, de Maria Helena Barreiro Alves, a expressão *formação social*, em suas duas menções, é vertida para o português como *organização social* e a expressão *formação econômica da sociedade* é mantida como tal (MARX, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 2015, p.25).

⁷ MARX, *O capital: crítica da economia política – Livro I*, 2017, p. 80.

⁸ Título original: *Ce que sont les "amis du peuple" et comment ils luttent contre les social-démocrates?*

⁹ SERENI, *De Marx a Lenin: a categoria de "formação econômico social"* [1970], 2013, p. 314.

(...) pela primeira vez, tornou possível uma sociologia científica, uma vez que, ao reduzir as relações sociais às relações de produção e estas ao nível das forças produtivas, foi atribuída uma base sólida para considerar o desenvolvimento de *formações sociais* como um processo de história natural. É evidente que, sem esse ponto de vista, não se pode questionar a ciência social.

E Marx, depois de expressar essa hipótese depois de 1840, começou a estudar os fatos (note bem). Ele adota uma *formação econômica da sociedade* - o sistema da economia de mercado - e, com base em uma quantidade prodigiosa de dados (...), fornece uma análise cuidadosa das leis de funcionamento desta formação e seu desenvolvimento. Essa análise trata apenas das relações de produção entre os membros da sociedade: sem nunca recorrer, em suas explicações, a fatores colocados fora das relações de produção, Marx torna possível ver como se desenvolve a organização mercantil da economia social; como se transforma em economia capitalista e cria classes antagônicas (desta vez no quadro das relações de produção), a burguesia e o proletariado; como ela desenvolve a produtividade do trabalho social e, assim, introduz um elemento que entra em contradição irreduzível com os próprios princípios dessa organização capitalista.¹⁰ (tradução minha, grifos meus)

Desses apontamentos, desde Marx e Engels, associados a considerações de outros autores marxistas, como Lênin e Labriola, até o seu contemporâneo Cesare Luporini¹¹, Sereni extrai algumas conclusões que contribuem na elucidação da noção de FES. A primeira, expressa na evolução do emprego do termo *forma* para o termo *formação* por Marx, diz de "um *processo*, uma realidade *dinâmica* e não *estática*"¹²; em outras palavras, do "estado morfológico no fluxo de um processo".¹³ A segunda entende que não há contradição entre a ênfase ser posta no *processo* ou no seu *resultado*, "sobre o fato final que compreende tal processo"¹⁴. Uma outra, que a FES depende do ambiente histórico onde esteja factualmente estabelecida¹⁵, ou

¹⁰ LENIN, *Ce que sont les "amis du peuple" et comment ils luttent contre les social-démocrates?*, 1894, p. 3.

¹¹ A propósito, a definição de FES, e mesmo a relevância desse conceito para o materialismo histórico, não é um assunto pacificado entre marxistas. Em seu texto, Sereni é bastante crítico a abordagem desse tema por expoentes do marxismo da II Internacional, especialmente a Plekhanov e Kautsky. Faz críticas também a leituras posteriores de Marx por Althusser e Balibar. Em 1971, a revista LA PENSÉE – revue du rationalisme moderne (n. 159, octobre 1971, Paris) dedicou uma edição exatamente ao debate "sobre a categoria de "Formação Econômica e Social", tomando o artigo de Sereni aqui considerado como referencial.

¹² SERENI, *De Marx a Lenin: a categoria de "formação econômico social"* [1970], 2013, p. 303.

¹³ Ibidem, p. 328.

¹⁴ Ibidem, p. 304.

¹⁵ Ibidem, p. 307.

seja, não remete a um esquema preestabelecido, mas se refere sempre à *prova dos fatos*¹⁶. Mais uma, de que “esta categoria expressa a *unidade* (e, agregaremos, a *totalidade*) das diferentes esferas: econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade; e a expressa, além disso, na *continuidade* e ao mesmo tempo na *descontinuidade* de seu desenvolvimento histórico”¹⁷. Por último, ao discutir um modelo teórico para a FES, Sereni afirma:

Em outras palavras, sob o aspecto *sociológico* um modelo de *formação econômico-social* refletirá, em primeiro lugar, o modo de produção dominante naquela mesma formação dada. Tomado em si, tal procedimento nos dá um modelo simplesmente *econômico*, mas no modelo sociológico, conjuntamente com o modo de produção, deverão em troca se refletir as relações sociais e fenômenos superestruturais a ele correspondentes, em forma *pura*, sistemática. Sob o aspecto histórico, por outro lado, um modelo de *formação econômico-social* – fundando-se sempre na caracterização do modo de produção dominante – poderá, em particular, destacar sua gênese, desenvolvimento, decadência; o reconstruirá, assim como a seus correspondentes relações sociais e fenômenos superestruturais, nas concretas condições do ambiente geográfico, histórico-social, cultural, integrando e enriquecendo, desde esta ótica, os elementos constitutivos do mesmo modelo.¹⁸ (grifos meus)

Por seu turno, praticamente como um roteiro operativo, Maurice Godelier faz uma interpretação do conceito de FES, em artigo contemporâneo ao de Sereni¹⁹:

A noção de formação econômica e social é ao que parece, antes do mais, uma noção destinada à análise das realidades históricas *concretas*, singulares, captadas no tempo real, irreversível, de *um* período determinado da história. Procurar-se-á, por exemplo, definir a formação econômica e social característica do império inca no século XVI, nas vésperas da conquista espanhola. Definir uma formação econômica e social é produzir uma *definição sintética* da natureza exata da diversidade e da unidade específicas das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa determinada época. Produzir semelhante

¹⁶ Ibidem, p. 308.

¹⁷ Ibidem, p. 315.

¹⁸ Ibidem, p. 333.

¹⁹ Originalmente, o texto de Godelier foi publicado na revista *La Pensée – revue du rationalisme moderne* (n. 159, pp. 99–106, outubro 1971, Paris), sob o título “Qu’est-ce que définir une formation économique et sociale: l’exemple des Incas”, em diálogo com o texto de Emilio Sereni, publicado no mesmo número. Posteriormente, compôs o Capítulo 3 — “O conceito de formação econômica e social: o exemplo dos Incas”, do livro *Horizontes da antropologia*, publicado em 1ª edição em 1973.

definição sintética quer dizer, na perspectiva do marxismo, efetuar um certo número de operações científicas para:

1. Identificar o número e a natureza dos diversos modos de produção que se encontram combinados de uma maneira singular no seio de uma sociedade determinada e que constituem a sua base econômica numa determinada época;
2. Identificar os diversos elementos da superestrutura social e ideológica que correspondem pela sua origem e pelo seu funcionamento a estes diversos modos de produção;
3. Definir a forma e o conteúdo exatos da articulação, da combinação destes diversos modos de produção que se encontram entre si numa relação de hierarquia, na medida em que um dos modos de produção domina os outros e submete-os de algum modo às necessidades e à lógica do seu próprio modo de funcionamento, integra-os mais ou menos no mecanismo de sua própria produção;
4. Definir as funções próprias de todos os elementos da superestrutura e da ideologia que, apesar das suas origens diversas, correspondentes a diferentes modos de produção, se encontram combinadas de um modo específico, segundo a maneira como se articulam os vários modos de produção; seja qual for a sua origem, estes elementos da superestrutura encontram-se assim, de algum modo, redefinidos, carregados de um novo conteúdo.²⁰

Voltando à obra de Milton Santos, alinhado expressamente com as posições de Sereni e tacitamente com as de Godelier, tem-se um clareamento desse conceito quando ele realça que “não é à sociedade em geral que o conceito de FES se refere, mas a uma sociedade dada, como Lênin (1897) fez a respeito do capitalismo na Rússia”²¹; e, acrescento eu, como Godelier fez com o império inca pré-colonial. Nesse ponto, Santos vale-se de excerto de Althusser (1965) que faz essa vinculação entre o conceito de FES e a “determinação específica de variações da existência histórica”. Em realidade, para além do trecho selecionado por Santos, trata-se de artigo de Althusser sobre o conceito e o objeto da história, em que ele faz menção direta ao conceito de *formação social*:

Deve-se dizer que, assim como não há produção em geral, não há história em geral, mas estruturas específicas de historicidade, baseadas em última instância nas estruturas específicas de diferentes modos de produção, estruturas específicas de historicidade que não são mais do que existência de determinadas *formações sociais* (pertencentes a modos

²⁰ GODELIER, *Horizontes da antropologia*, 1973, pp. 123-124

²¹ SANTOS, *Espaço e sociedade*, 1979, p. 11.

específicas de produção), articuladas como um todo, sem outro significado senão em função da essência dessas totalidades, ou seja, a essência de sua própria complexidade.

Essa definição do conceito de história, essa definição do objeto-história por seu conceito tem uma importância muito grande pelo simples motivo que fornece, em seu conceito, (...), a condição de possibilidade teórica absoluta do trabalho científico de qualquer historiador, (...) dando a ele seu objetivo real, que é o estudo da temporalidade histórica complexa específica das *formações sociais* pertencentes a um determinado modo de produção.

O objeto da história no sentido literal não é o que acontece na história (essa definição tautológica!) como se essa palavra da história tivesse um significado, - pelo contrário, o objeto da história é o próprio conceito de história em sua determinação específica, o objeto da história é, através da própria investigação histórica, a produção, a construção do conceito de história. O objeto da história como disciplina teórica é a produção do conceito da determinação específica de variações da existência histórica, da especificidade da existência histórica determinada, que nada mais é que a existência da estrutura e do processo de uma formação social determinada, relevante de um modo de produção definido.²² (tradução minha, grifos meus)

A distinção entre *modo de produção* e *formação social* (ou formação econômica e social), esses dois conceitos enfatizados por Althusser, é elucidada por Santos, por “necessidade metodológica”, de forma muito compreensível: “o modo de produção seria o gênero, cujas formações sociais seriam as espécies; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a *possibilidade realizada*”.²³

Para além da preocupação em estabelecer uma definição para a expressão *formação econômica e social*, Milton Santos dá um passo a frente ao reivindicar a sua espacialização, por entender que modo de produção, formação social e *espaço* são categorias interdependentes:

²² ALTHUSSER, *Esquisse du Concept d'Histoire*, 1965, pp. 18–19.

²³ SANTOS, *Op.cit.*, 1979, p. 13.

As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. [...]

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares.

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tantos pelas necessidades externas, aquelas do modo de produção puro, quanto pelas necessidades internas, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura de classes, isto é, a formação social propriamente dita. [...]

As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço *particular* e não num espaço *geral*, tal como os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, *as formações sociais escrevem-na no espaço*.²⁴ (grifo meu)

O que Santos advoga não se limita a entender que a formação econômica de uma sociedade imprime registros históricos no território. Mais do que cenário das representações sociais, como elemento meramente determinado, ele coloca o espaço também como determinante da prática social, como parte componente da totalidade social:

De fato, a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infraestruturas e de outros atributos do espaço. *O espaço construído e a distribuição de população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais.*

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. *Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por*

²⁴ Ibidem, p. 15.

*isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.*²⁵ (grifo meu)

Essa noção de totalidade social tem repercussão epistemológica importante: entende-se que, se não há que se falar em formação econômica e social sem incorporar a dimensão do espaço, como sustenta Santos, não há também que se falar em espaço — inclusive o espaço urbano — sem desvendar, historicamente, as formações sociais que, num processo dinâmico e dialético, configuraram-lhe e por ele foram configuradas, no âmbito dessa totalidade.

Na ótica de Santos, essa totalidade só encontra sentido no Estado-Nação e não poderia ser considerada — como essa tese o faz — em contexto regional. Diz ele:

O Estado-Nação é uma Formação Sócio-Econômica. Um Estado-Nação é uma totalidade. Assim a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação. A 'região' não é mais do que uma subunidade, um subsistema de um sistema nacional. A 'região' não tem existência autônoma, ela não é mais do que uma abstração se a tomarmos separadamente do espaço nacional considerado como um todo.²⁶

Descerra-se, nesse caso, uma questão de escala: a variabilidade escalar em que um território se conforma num sistema íntegro que totaliza uma formação socioespacial. De maneira diversa de Santos, nesse aspecto pontual, Roberto Corrêa suscita a ocorrência de diferentes formações espaciais²⁷ no Brasil, determinadas por diferentes regimes de propriedade fundiária, fracionando, assim, o país em três regiões ou em três totalidades:

²⁵ Ibidem, p. 18.

²⁶ Ibidem, p. 28.

²⁷ Creditando sua autoria a Milton Santos, Corrêa utiliza a nomenclatura de *formação espacial*: "Ela [a estrutura social] nos remete ao conceito de *formação espacial*, que Milton Santos desenvolveu a partir do conceito de formação econômico-social" (CORRÊA, *Estudos sobre a rede urbana* [2004], 2015, p. 277). A rigor, essa nomenclatura não corresponde formalmente à expressão *formação sócio-espacial* cunhada por Santos (SANTOS, *Espaço e sociedade: ensaios*, 1979, p.19). Ainda que o próprio Santos também não se limite ao emprego exclusivo dessa expressão por ele cunhada, recorrendo algumas vezes à expressão original de formação sócio-econômica (por exemplo: SANTOS, Op.cit. p. 28 e p. 30). De toda forma, entenda-se que as citações de ambos, em qualquer de suas variações, remetem expressamente ao mesmo conceito com nomenclatura padronizada nesta tese de *formação socioespacial*.

Visando contribuir para o debate a respeito da complexa espacialidade do território brasileiro, apresenta-se aqui a tese de que no Brasil coexistiram, na virada do século XX para o XXI, mas com gênese muito anterior, três formações espaciais distintas, mas integradas entre si, constituindo, no conjunto, uma “diversidade na unidade”: uma formação espacial fundada na grande propriedade, outra na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus²⁸ e, finalmente, uma terceira, que é a formação espacial da fronteira.²⁹

Embora, por meio dessa proposição, Roberto Corrêa efetivamente dissocie a conceito de formação socioespacial do de Estado-Nação, admitindo a coexistência de mais de uma formação em um mesmo território nacional, ele não valida a associação direta entre formação socioespacial e região, ainda que não explicita o conceito de região a que se refere. Diz ele: “uma formação espacial [sic] não se traduz necessariamente em uma região. Em realidade, pode-se conceber uma mesma formação espacial recobrando duas ou mais regiões; o inverso contudo não é possível”.³⁰

Nesse contexto, explícito que a apropriação e aplicação do conceito de formação socioespacial que proponho nesta tese dialoga com Milton Santos e Roberto Corrêa nos seguintes termos: em primeiro lugar, ele acolhe a revisão espacial de Santos do conceito marxiano original, inclusive no sentido que o espaço expressa uma totalidade social; e em segundo, converge com a posição de Corrêa de que é possível identificar mais de uma formação socioespacial no espaço nacional, ainda que ela não se constitua em uma exclusividade regional, região a região.

De forma complementar, admitindo a noção de região não como um território administrativo dado *a priori*, mas como o território resultante e demarcado pelo processo social nele ocorrente, na escala própria desse processo, estabelecendo nesse território um senso de

²⁸ Ao que se depreende, Corrêa trata a formação social fundada na grande propriedade como uma formação geral e a fundada na pequena propriedade como específica de um contexto espacial e temporal. Diz ele: “Parece, então, fundamental, distinguir entre a formação espacial associada à grande propriedade rural, herdeira ou não do período colonial, e a formação espacial associada à pequena propriedade rural, fruto do processo de colonização e imigração europeias iniciada na primeira metade do século XIX” (CORRÊA, Op.cit., p. 283). Nesse caso, é preciso ressaltar que, de um lado, se a grande propriedade rural dominou o sertão central, de outro, a pequena propriedade, aí, não teve origem no processo de colonização europeia do século XIX, mas deriva de outros fatores, como se discute à frente.

²⁹ CORRÊA, *Estudos sobre a rede urbana* [2004], 2015, p. 282.

³⁰ *Ibidem*.

totalidade³¹, defendo que a formação socioespacial de uma região, ainda que transborde para além dela, numa escala superior, adquire nos seus domínios feições características e particulares. Sendo assim, a título de exemplo, ainda que a formação socioespacial de todos os sertões seja única e indivisível, entendo possível recortar a formação socioespacial do sertão central de Minas, na sua particularidade, posta não como ruptura, mas como, nas palavras de Corrêa, uma “diversidade na unidade”.

Essa perspectiva de amoldamento de uma formação suprarregional ou nacional a uma região particular permite maior concretude no uso desse conceito de formação socioespacial como recurso analítico, em escalas territoriais inferiores, reduzindo o nível de abstração que adviria de sua apropriação apenas como um fato geral indiferenciado. Ainda que esse procedimento, em parte, divirja de Santos, ele vai ao encontro de sua compreensão de que investigações dessa natureza não são passíveis de serem feitas para a sociedade em geral, senão para uma sociedade dada; portanto, não para a região em geral, como conceito abstrato, senão para uma região dada, no contexto concreto em que ela foi socialmente delimitada e agregou um nexo de totalidade como, paradigmaticamente, o sertão central de Minas.

Numa perspectiva histórica, trata-se aqui de investigar, então, como esse sertão foi ocupado, desvendar as formações socioeconômicas que lhe configuraram e foram por ele configuradas, inquirir sobre o contexto que lhe conferiu um nexo de totalidade e, ao final, desvendar como ele deu lastro ao desenvolvimento de uma cidade média no seu interior e, dialeticamente, como essa cidade, também enquanto produção social, conquistou e transformou esse sertão.

4.2 As bases coloniais da formação socioespacial do sertão central de Minas

A compreensão da formação socioespacial do sertão central de Minas na metade do século XX, ponto de partida temporal da pesquisa, pressupõe, ainda que em largos traços, entender o processo ocorrido de sua colonização, de apropriação de suas terras, de organização da produção e de divisão territorial do trabalho. Caio Prado Junior é lapidar em projetar o

³¹ Sobre isso, ver item 6.1 — a afirmação do sertão central como região.

entendimento da época presente no passado colonizador; diz ele: “Coloquemo-nos num terreno prático. Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos³², tempo em que “a obra colonizadora dos portugueses (...) esgotara suas possibilidades”, ensejando a “fase propriamente do Brasil contemporâneo, erigido sobre aquela base”.³³

Fazendo coro com Prado Junior, Fernando Novais entende que a anotação de “persistências dos traços coloniais” é um dos exercícios mais presentes em estudos econômicos e sociais atuais:

Cremos mesmo poder afirmar que este será talvez um dos poucos ou o único ponto de concordância unânime: todos estamos de acordo em que as feições hoje apresentadas pela sociedade no Brasil resultam de um processo de transformações, em cuja base subjaz algo um tanto vagamente descrito como “formação colonial”. Tanto maior seja a ênfase dada no processo histórico imanente às configurações atuais para compreendê-las, tanto maior será a importância da compreensão do ponto de partida. É mesmo um dos exercícios mais presentes nos estudos econômicos e sociais dos países subdesenvolvidos, a anotação das “persistências” dos traços “coloniais”.³⁴

Volto então ao período colonial. A chegada das bandeiras paulistas a essa região central mineira é contemporânea à descoberta do ouro na região das minas, no final do século XVII. Nos anos 1670, a bandeira paulista de Fernão Dias Paes Leme ficou retida na Quinta do Sumidouro — hoje, distrito de Fidalgo, em Pedro Leopoldo —, por quatro anos, em estado de penúria e desagregação. O historiador Diogo de Vasconcellos vincula a essa estada no Sumidouro as primeiras explorações bandeirantes na região de Sete Lagoas:

Nessas emergências, viu-se o velho caudilho na alternativa, ou de voltar também [*como fizeram Mathias Cardoso, Antonio Gonçalves, Antonio Prado e outros*], cedendo à pressão dos

³² PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], 2011, p. 10. Ressalte-se que a primeira publicação desta obra de Caio Prado Junior é de 1942, portanto, em época próxima ao ponto de partida temporal desta pesquisa, de meados do século XX, ou, mais precisamente dos anos 1960. Nesse caso, a referência a “150 anos” atrás remete ao final do século XVIII e início do século XIX.

³³ *Ibidem*, p. 8.

³⁴ NOVAIS, *Aproximações: ensaios de história e historiografia*, 2005, p. 141.

companheiros, que o exigiam, ou de se manter no arraial, mandando pedir novos bastecimentos a São Paulo (...)

Pela Carta Régia de 4 de dezembro de 1677, contestando a de Fernão Dias, podemos acertar a época, em que estas cousas passaram; e além disso verificar como o nome de Sabará-buçú abrangia todo o paiz, e não somente a serra, engano em que muitos cahiram. (...)

Emquanto aguardava os portadores mandados a S. Paulo, proseguia o chefe em pesquisas, ora pessoalmente, outr'ora por seus camaradas, no intuito de chegar ao mais largo conhecimento das plagas.

No *Serrote de Sete Lagôas*³⁵ descobriram o minério argentífero, que deixou até hoje a toarda das minas de prata de Sabará-buçú; mas preteridas e retrogradadas ao olvido pelas de ouro, que tudo offuscaram, deixando de rasto as outras especies.

Deparando-se então nas alluviões do rio das Velhas indícios positivos de ouro, o coronel Borba Gato, genro de Fernão Dias, foi destacado a segui-los; e neste intento subiu pelas costas em mira ás abas da serra, em que figurava ter as nascentes, de onde rolavam os cascalhos auspiciosos; e nesta diligencia descobriu effectivamente as ricas jazidas.³⁶ (grafia original, grifo meu)

Ainda em duas outras passagens, Vasconcellos volta a mencionar esses sertões, tanto em referência a Sete Lagoas quanto a região do Rio das Velhas — logo depois da contenda envolvendo o próprio filho de Fernão Dias:

Por ocasião do levante de José Dias, os companheiros expulsos do arraial haviam effectivamente se dispersado pelos arredores, uns para *Sete Lagôas*, outros para cima ou abaixo do Rio das Velhas, convivendo com os índios mansuetos da região, e gosando de estima entre eles (...).³⁷ (grafia original, grifo meu)

E após a dispersão da bandeira, em 1681:

³⁵ "Presume-se que o serrote a que se referem vários historiadores seja a Lapa do Chumbo, da Fazenda das Melancias e que foi pesquisada por vários mineralogistas (...)." (DRUMMOND, *O passado compassado de Sete Lagoas*, 1977, p. 12).

³⁶ VASCONCELLOS, *História antiga das Minas Geraes*, 1904, p. 37.

³⁷ *Ibidem*, p. 54.

Os escriptores, sem discrepancia, dizem que estes sequazes, envergonhados por não poderem vingar a morte do chefe, não querendo chegar a S. Paulo desmoralizados, assentaram de se entranhar pelos sertões. A frivolidade é manifesta de um tal motivo, que aliás todos os escriptores repetem: e pois devemos achar em muito mais positivo móvel a causa da dispersão. Eram esses homens soldados e índios sujeitos á disciplina e á regimen acaso mais duro que o da própria escravidão: e uma vez agora soltos de todo chefe, longe de qualquer policia, acertaram de se libertar a si mesmos, desertando do jugo. Habitados a viver com os selvagens, com estes preferiram estar longe em regiões desconhecidas: tanto mais que se apoderaram do gado e dos animaes, quanto dos instrumentos e munições da *bandeira*, e se espalharam pelos *sertões de Sete Lagôas*, Curumatay, Jaguara e S. Francisco³⁸, por lá fundando as *Fazendas de criação*, de onde pullularam os rebanhos, que mais tarde abasteceram o mercado das Minas Geraes e ainda hoje se exportam.³⁹ (grafia original, grifos meus)

Desses registros de Vasconcellos, além da contextualização temporal do início da colonização dos "sertões de Sete Lagôas"⁴⁰, efetivamente nos anos 1670/1680, interessa registrar a menção ao fato de a ocupação primeira da terra ter sido com *fazendas de criação*. De fato, em todos os estudos sobre os sertões, dos mineiros aos nordestinos, a sua ocupação por fazendas pastoris emerge como característica imanente, desde o princípio do processo colonizador.

Para além das minas ouro-pretanas e diamantinas, no século XVIII, é fato que também se achou e se explorou minério entremeado no sertão mineiro, entretanto, não resta dúvida de que o elemento colonizador por excelência dessa região, que propiciou a fixação do homem à terra, não foi a mineração, mas o gado e as fazendas de gado, com as estruturas fundiárias e as relações sociais de produção que lhes eram próprias.

Vale lembrar que a colonização brasileira foi movida originalmente por três vetores territoriais principais: o bandeirantismo e a expansão do gado, no sentido da interiorização, e a

³⁸ Curumatay provavelmente é a localidade de Curimataí, em Buenópolis, na microrregião de Curvelo; Jaguara corresponde à localidade com este nome em Matozinhos, microrregião de Sete Lagoas; e S. Francisco pode ser uma referência tanto ao rio São Francisco quanto a município de mesmo nome no Norte de Minas.

³⁹ Ibidem, p. 55.

⁴⁰ À p. 56, Vasconcellos (Op.cit.) informa: "Sete Lagôas (a região) os índios chamavam de Vapabassú ou Vapabuçu (...).

catequese jesuítica, na ocupação litorânea⁴¹, mas nem o primeiro nem o último tiveram a força da pata do gado no assentamento do colono nos espaços interiores conquistados. Euclides da Cunha, referindo-se a esses mesmos vetores, com palavreado literário (“o bandeirante, o jesuíta e o vaqueiro”), no contexto particular do curso do São Francisco, distingue esse atributo diferencial do *vaqueiro* — ou seja, da criação do boi:

O São Francisco foi, nas altas cabeceiras a sede essencial da agitação mineira, no curso inferior o teatro das missões, e na região média a terra clássica do regime pastoril, único compatível com a situação econômica e social da colônia.

Bateram-lhe por igual as margens o bandeirante, o jesuíta e o vaqueiro.

(...) Bravo e destemeroso como o primeiro, resignado e tenaz como o segundo, *tinha [o vaqueiro] a vantagem de um atributo supletivo que faltou a ambos – a fixação ao solo.*⁴² (grifo meu)

Alberto Guimarães confirma esse papel exercido pelos currais de gado, notadamente com relação aos bandeirantes: “Passam então os currais a ter enorme importância na *formação econômica da sociedade* brasileira, não só como força de penetração mais impetuosa como, de fato, *mais positiva, por seus elementos de fixação*, do que teriam sido a caça ao índio e as aventuras dos metais preciosos”.⁴³ (grifos meus)

No caso de Minas, as limitações régias às ordens religiosas reduziram a importância colonizadora dos jesuítas; os bandeirantes oriundos do planalto paulista perderam a importância como desbravadores após a descoberta das minas, no início século XVIII; ao fim e ao cabo, o gado foi o vetor colonizador perene e a sua criação, nas áreas de sertão, a atividade hegemônica para a qual mais aptidão demonstraram ter a terra e o homem, até o século XX.

Para melhor compreensão, é oportuno dividir o século XVIII em duas épocas: a primeira metade, relativa ao período de mineração de ouro, e a segunda, após o seu declínio. O ouro

⁴¹ MOREIRA, *A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil*, 2014, p. 11.

⁴² CUNHA, *Os sertões* [1902], 2016, p. 99.

⁴³ GUIMARÃES, *Quatro séculos de latifúndio*, 1968, pp. 67–68.

inseriu o interior do país no sistema escravista exportador, até então restrito às áreas litorâneas de *plantation* — áreas subordinadas ao modelo colonial agroexportador, caracterizado por monoculturas tropicais em grandes latifúndios, baseado no trabalho escravo e voltado para exportação exclusiva para a metrópole. A febre do ouro atraiu pessoas não apenas para as áreas mineradoras, mas também para o sertão vizinho, pela demanda de formação de uma rede de abastecimento para as populações concentradas nas suas áreas de atração, originariamente urbanas. “A fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro. A elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte nas regiões vizinhas constituiu o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração”.⁴⁴

O ouro foi o atrativo do gado e a sua fonte de financiamento inicial. Segundo Ruy Moreira⁴⁵, os seus pontos de origem foram “a Zona da Mata nordestina e o pampa gaúcho, de onde na forma de ondas o gado avança para as respectivas proximidades interioranas até que no século XVIII, o gado nordestino seguindo a calha do rio São Francisco e o gado sulino a calha da depressão periférica, estas áreas formam duas frentes que vão se encontrar nos sertões abertos do planalto central”. Com posição parcialmente diversa, Prado Junior⁴⁶, em excerto mencionado, registra a origem do gado para abastecimento de carne (“elemento essencial da alimentação da colônia”) para as populações nas regiões mineradoras apenas nas fazendas que subiram as margens do Rio São Francisco, desde a Bahia, e penetraram até o Rio das Velhas.

Tendo o gado vindo apenas do Norte ou também do Sul, o fato essencial é que, no planalto central, incluindo no sertão central mineiro, ele se estabeleceu, no século XVIII. Impulsionada pela economia exportadora, a sua criação integrou uma rede de abastecimento que ensejou o surgimento de um mercado interno não exportador.

A época seguinte da decadência do ouro fez com que a sobrevivência da capitania passasse a depender desse mercado nativo. À exceção do algodão⁴⁷, os produtos iniciais da economia

⁴⁴ FURTADO, *Formação econômica do Brasil* [1959], 2007, p. 121.

⁴⁵ MOREIRA, *A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil*, 2014, p. 14.

⁴⁶ PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], 2011, p. 58.

⁴⁷ Em Minas, no final do século XVIII, pode-se afirmar que apenas a agricultura do algodão gerava um produto de exportação. Em Minas Novas, por exemplo, o algodão, como atividade econômica substituta da mineração, era conduzido pelo rio Jequitinhonha a Belmonte e, daí, até a Bahia, onde era exportado (PRADO JUNIOR, 2011, p. 260).

mineira após a mineração e antes do café — sobretudo, o gado e os seus principais subprodutos, a carne e o couro⁴⁸ — não foram itens de exportação para a metrópole, durante os séculos XVIII e XIX. Nesses termos, a decadência das minas de ouro, deixando como legado um povoamento considerável, ainda que espacialmente assimétrico, na província, levou a que a pecuária, associada à agricultura de subsistência e à produção artesanal, nos anos ulteriores, se tornassem as principais atividades produtivas mineiras.

Em outros termos, significa dizer que no rastro da mineração ocorreu uma redivisão do trabalho, em que as atividades econômicas se diversificaram, outros centros de produção e consumo surgiram, emergiu um mercado interno com demanda crescente de abastecimento de carnes e grãos, induzido o desenvolvimento da criação de gado e da cultura de subsistência nas fazendas.⁴⁹

Na articulação desse mercado interno, cumpriu papel vital o comércio volante pelas trilhas precárias da província e o comércio em vendas instaladas nas vilas. No início do século, esse comércio operava tanto com mercadorias importadas quanto com as produzidas na colônia e na própria província para provisão da região mineradora. Na segunda metade, houve uma retração na importação e uma substituição dos demais produtos por similares locais.⁵⁰ A produção da província passou a abastecer, além dela própria, em menor parte, o mercado fluminense. “Nesse período, o comércio tornava-se uma atividade fundamental, tanto para a circulação de mercadorias e abastecimento da população, quanto pelo incentivo às unidades produtivas”. Observou-se, então, o início do desenvolvimento de um capital mercantil interno desvinculado do capital mercantil internacional. “Ampliavam-se assim, com isso, as bases do mercado interno”.⁵¹

Sobre esse mercado interno, tem-se um dissenso quanto à sua existência e relevância. Esse é um tema a que se dedica Cláudia Chaves⁵², que, de um lado, coloca Caio Prado Junior, Celso

⁴⁸ Ressalve-se que, especialmente no Nordeste brasileiro, o couro teve vinculação indireta com a exportação colonial, não por seu valor próprio, mas como envoltório de rolos de tabaco. A cultura de fumo, a exportação fumageira e os altos valores alcançados pelo tabaco abriram um vasto campo para emprego do couro (GUIMARÃES, *Quatro séculos de latifúndio*, 1968, p. 68).

⁴⁹ GUIMARÃES, *Quatro séculos de latifúndio*, 1968, p.117.

⁵⁰ CHAVES, *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*, 1999, p. 40.

⁵¹ *Ibidem*, p. 41.

⁵² CHAVES, *Op.cit.*

Furtado e Fernando Novais como autores clássicos que tenderam, em seu tempo, a uma visão macroeconômica que enxergava a economia colonial integrada ao sistema mercantilista europeu e secundarizava a importância desse mercado, reduzindo-o a mero mercado de subsistência, sem desenvolvimento autônomo.

Prado Junior, com efeito, afirma que o caráter fundamental da economia colonial foi a produção extensiva para mercados do exterior, observando-se a “falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado”⁵³, ainda que, em certa medida, admita a sua constituição, o seu desenvolvimento e a sua tendência “a se tornar, de um elemento subsidiário de expressão mínima e desprezível no conjunto da economia brasileira, numa parte ponderável dela, e que por si só, sem a dependência de um outro setor que lhe dê vida e o impulse, exprima alguma coisa”.⁵⁴

Celso Furtado também reconhece a existência desse mercado, mas não vislumbra qualquer capacidade de promoção de um desenvolvimento endógeno: “Esse conjunto de circunstâncias [renda média baixa em relação à região do açúcar, mas superior em termos absolutos, renda concentrada e população reunida em grupos urbanos e semiurbanos], tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sido até então a região açucareira. Contudo, o desenvolvimento endógeno — isto é, com base no seu próprio mercado — da região mineira foi praticamente nulo”.⁵⁵

De outro lado, Chaves recorre a Ciro Cardoso e a outros autores que defendem que a sociedade colonial criou estruturas internas dotadas de lógica própria, com menor observância dos laços com o sistema econômico mundial. Esses autores entendem que a economia agroexportadora ou mineroexportadora não teria condições de reprodução, sem o suporte de uma economia nativa, baseada em um mercado interno de abastecimento. João Luís Fragoso⁵⁶ aprofunda esse debate, colocando-o na perspectiva da superação de modelos explicativos clássicos que tiveram como ponto de partida “o sentido da colonização” de Prado Junior, por

⁵³ PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], 2011, p. 10.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 130.

⁵⁵ FURTADO, *Formação econômica do Brasil* [1959], 2007, pp. 125–126.

⁵⁶ FRAGOSO, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*, 1998.

outras abordagens derivadas de investigações científicas desenvolvidas a partir dos anos 1970.

Referindo-se à economia colonial e não restritamente à mineira, Fragoso⁵⁷ afirma que “a presença de um mercado interno não-capitalista se traduzia na apropriação de fração do sobre-trabalho da agroexportação pelo capital mercantil”. Contrariando Furtado, ele entende que essa fração retida no espaço colonial, no seu mercado interno, traduzia-se numa acumulação mercantil endógena.

A maior ou menor relevância desse mercado interno tem impacto sobre outro dissenso, também abordado por Chaves e que, igualmente, merece ser exposto aqui: o efeito advindo do esgotamento das minas, em Minas Gerais, ainda em meados do século XVIII. Nesse ponto, o modelo explicativo clássico faz referência a um processo subsequente de decadência econômica da província, inclusive de despovoamento. Ele associa a comprovada decadência do ouro a uma eventual decadência econômica provincial. Sobre isso, por exemplo, afirma Furtado⁵⁸ que “não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas — à exceção de alguma agricultura de subsistência —, era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência”.

Ao contrário, estudos mais recentes sustentam que a decadência minerária determinou a alavancagem da produção agropecuária e de manufaturas para atendimento do mercado interno e que esse mercado, em realidade, teria crescido populacionalmente: entre 1776 e 1821, a população de Minas teria crescido 60,8% e, em particular, a comarca do Rio das Mortes algo da ordem de 158%, no mesmo período.⁵⁹ Fragoso menciona ainda a hipótese de que, mesmo em momentos de turbulências internacionais, a economia colonial se manteve estabilizada, precisamente pelo desempenho do mercado interno em expansão.

Em *Crescendo em silêncio*, Roberto Martins caminha nesta direção, registrando de forma esclarecedora que:

⁵⁷ *Ibidem*, p. 257.

⁵⁸ FURTADO, *Op.cit.*, p. 132.

⁵⁹ FRAGOSO, *Op.cit.*, p. 125.

O enorme sucesso de *Formação Econômica do Brasil*, alçado a uma espécie de bíblia da história econômica da pátria, entronizou na historiografia brasileira a tese da crise e involução de Minas Gerais, e todos os seus corolários — transferência de escravos para o café, surto de alforrias, decadência urbana, diáspora rural, empobrecimento da população, e outros — que passaram a ser repetidos, no todo ou em parte, sem contestação, por quase todos os historiadores subsequentes — mineiros, brasileiros, brasilianistas, economistas e não economistas, muito importantes, importantes, obscuros e medíocres — durante várias décadas. (...)

Nas duas últimas décadas do século passado e no início do atual, essa visão foi completamente superada, e hoje nem a ideia do domínio ou centralidade do setor minerador — o “ciclo do ouro” — nem o cenário de uma depressão econômica na esteira do seu declínio, são aceitos pela historiografia de boa qualidade.⁶⁰

À margem desses dissensos, interessa realçar o fato incontestável de que a criação de gado, que marcou a ocupação dos sertões mineiros, prosperou após o período de mineração, voltada para o abastecimento do mercado provincial e, secundariamente, interno à colônia⁶¹, qualquer que tenha sido a sua expressão, a sua abrangência e o seu porte, na medida em que o gado e os seus subprodutos não integravam a pauta de exportação de então e não o fizeram até a segunda metade do século XX, quando o agronegócio e o complexo agroindustrial brasileiro emergiu.

Ponderando essas posições divergentes, é de se dizer que admitir a ocorrência desse mercado interno não implica ignorar o caráter escravista-exportador da economia colonial e sua subjugação ao mercado internacional, mas entender que ela, em maior ou menor medida, apresentava uma complexidade superior à informada pelos modelos explicativos tradicionais. Implica entender que havia outras formas regionais de produção junto à escravista e uma dinâmica que permitia acumulações endógenas, com retenção de trabalho excedente

⁶⁰ MARTINS, *Crescendo em silêncio*, 2018, p. 504.

⁶¹ Vale dizer que há aqui mais um dissenso sobre a abrangência desse mercado interno que requer certa prudência de análise. Roberto Martins (2018, p.224) destaca: “Vale a penas enfatizar uma vez mais que, quando dizemos que a economia se baseava no mercado *interno*, não estamos nos referindo ao mercado interno brasileiro. *Mercado interno* (...) significa o *mercado interno da província de Minas Gerais*. A importância do mercado do Rio de Janeiro para a economia mineira tem recebido uma ênfase exagerada, sugerindo uma espécie de divisão do trabalho dentro do Sudeste brasileiro, na qual o Rio de Janeiro e São Paulo teriam se especializado na produção pra o mercado internacional, tocando a Minas a função de abastecer essas províncias de alimentos”.

na economia colonial, e a gestação de um grupo e um capital mercantil.⁶² A aceitação desses elementos relativos a uma maior complexidade da economia colonial é importante para o esboço da formação socioespacial do sertão central de Minas.

Nessa direção, alinhando-se com as posições de João Luís Fragoso, Cláudia Chaves faz referência direta ao surgimento de uma *formação econômica e social* mineira — portanto, também do sertão central —, na segunda metade do século XVIII, em que um setor comercial dinâmico permitiu investimentos na produção e a diversificação econômica de Minas Gerais:

Nossas hipóteses (...) são as que apresentamos a seguir. Em primeiro lugar, a crise da mineração, longe de representar o declínio das atividades econômicas de Minas Gerais, poderia ser considerada como o início de uma nova etapa. Estas atividades passaram por modificações no sentido de se voltarem mais para o desenvolvimento da produção interna. (...) Em segundo, as modificações sofridas pelas atividades comerciais em Minas tendem à maior estabilização econômica e social e não ao declínio, pois os fatores que concorreram para tais modificações desvincularam o comércio da mineração. Daí se pode concluir que a crise da mineração não resultou obrigatoriamente na crise econômica e comercial. Finalmente, esta estabilização econômica e social determinou e foi determinada pela reestruturação dos setores produtivos em Minas, tornando o comércio dependente deles e ao mesmo tempo o seu agente dinamizador.⁶³

Reconhecendo-se essa ocorrência de uma economia mais complexa, com participação crescente de atividades comerciais, cabe destacar outra característica que distinguiu o sertão central, além de fornecedor de gado para o mercado mineiro: o fato de se constituir essencialmente como uma *área de passagem*.⁶⁴ Dada sua centralidade, como o seu nome diz, esse sertão era atravessado por uma rede de caminhos que articulava os sertões do Norte de Minas e nordestinos e o ramal na direção dos de Paracatu e Goiás, pelo Caminho da Bahia; e, em direção oposta, as áreas mais povoadas das minas e a partir delas, as regiões agrícolas do

⁶² FRAGOSO, Op.cit., pp. 25–27.

⁶³ CHAVES, *Perfeitos negociantes: mercados das minas setecentistas*, 1999, p. 43.

⁶⁴ Em uma das entrevistas realizadas, com um historiador de Sete Lagoas, é recorrente a citação de Sete Lagoas e região como área de passagem, o que teria sido determinante na sua evolução. Por exemplo, afirma ele: “As iniciativas econômicas aqui são as mais de subsistência, então, conseguia passar uma coisa de um lado pro outro, mas aqui era mais uma *área de passagem*, aqui é classificado como uma *área de passagem*” (E.3.HITÓRIA.SL: 19’:38”).

Sul do estado até São Paulo e da Zona da Mata até o Rio de Janeiro, através dos caminhos Velho e Novo.

Essa rede de caminhos essencial para o fluxo comercial regional, nos séculos XVIII e XIX, interligava sedes de fazendas e pequenos povoados e privilegiava a margenação dos rios navegáveis, sobretudo o Rio das Velhas (ver Figuras 5 e 6). Com efeito, os caminhos descritos pelos naturalistas europeus que atravessaram a região, nesse tempo, demarcam essa rede, tendo como vetor habitual o eixo do Velhas.

O diário do português Luís Alberto de Melo Pereira Cáceres⁶⁵, em viagem desde Portugal (1771) até o Rio de Janeiro, e daí aos sertões (1772), registra o seu percurso pelo sertão central, em que algumas fazendas e localidades são facilmente identificáveis: chegando a *Santa Luzia*, daí a Fidalgo (em *Pedro Leopoldo*), a Jagoará (Jaguara, em *Matozinhos*), ao Pau de Cheiro, ao Melo (próximo a *Jequitibá/Cordisburgo*); e em seguida, já distanciando do Velhas, a Maquinez (em *Cordisburgo*), ao Falcão (em *Curvelo*), ao Bicudo (em *Morro das Garças*), a Pindaibaz, a André Quinê (Andrequicé, em *Três Marias*), daí, já mais a noroeste, Espírito Santo, Abaetê, Três Barras, Capão, Santo Antônio da Boa Esperança, rio do Sono, das Almas, Santa Isabel, Vomitório, riacho das Almas, córrego Rico, até Paracatu e, à frente, Cuiabá.

Anos mais tarde, o barão alemão/russo Georg Heinrich von Langsdorff relatou parte de sua expedição ao Brasil (1822-1829) em diários (1824-1828) relativos à sua passagem pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Amazonas. Ele cruza esse sertão central, em 1824, passando sequencialmente, a partir de *Santa Luzia*, por *Lagoa Santa*, Quinta do Sumidouro (Fidalgo, em *Pedro Leopoldo*), Jacuara (Jaguara, em *Matozinhos*), Casa Branca, Barra do Jequitibá (*Jequitibá*), até aí em caminho similar ao de Cáceres; depois, Serra de Baldim (Baldim), Ponte Caída e Fechado (ambos em *Santana de Pirapama*), e adiante para Congonhas (Congonhas do Norte), até o Distrito Diamantino, na região de Vila do Príncipe (Serro).

O explorador britânico Richard Burton, em sua Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico (1867), também cita essas localidades ribeirinhas do Velhas, uma vez que, naturalmente,

⁶⁵ CÁCERES, *Diário e notas da viagem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres de Lisboa para o Rio de Janeiro e desta cidade para Paracatu (1771-1772)*.

passou por essa região central, a bordo da canoa “Elisa”, navegando em direção ao São Francisco.

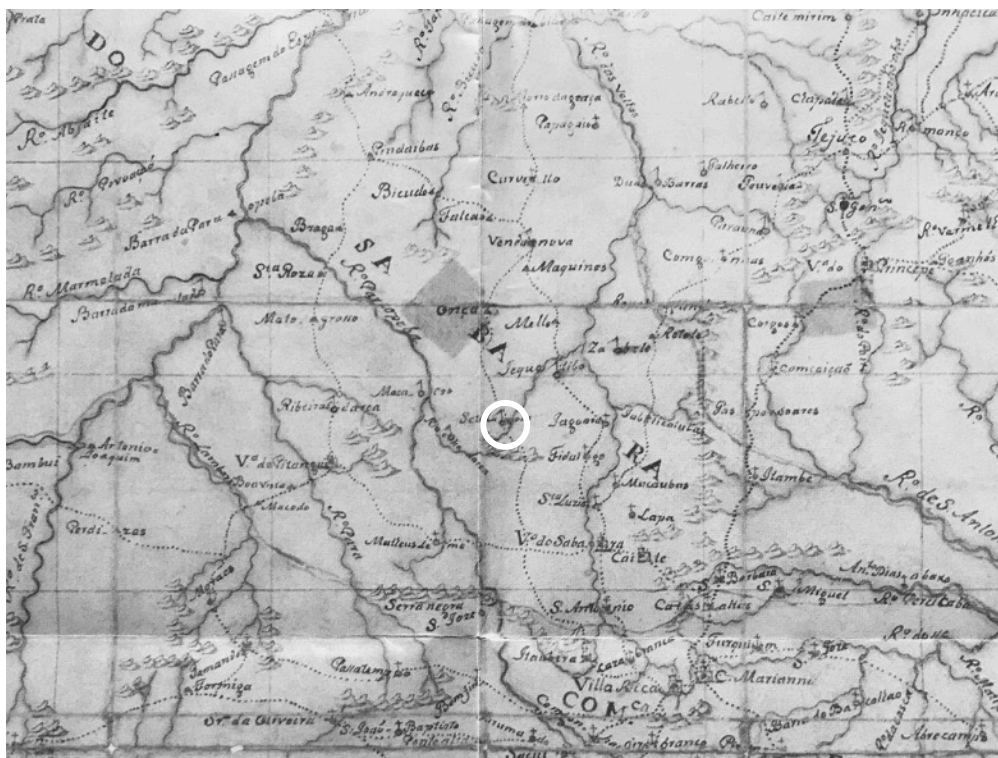
Interessa trazer a baila apenas o esboço desses caminhos rudimentares e a localização das fazendas e localidades por eles interligadas (Figuras 5 e 6), no sertão central, como elementos embrionários da rede urbana que iria se configurar apenas a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX, com base em um processo clássico, sem nenhuma peculiaridade regional: isto é, a origem das estruturas urbanas foram fazendas, como ponto de estada de tropas e tropeiros, com o surgimento, nas suas proximidades, de capelas religiosas e vendas ou entrepostos. Essa foi a origem de todos os municípios atuais da região, à exceção dos mais tardios, originários de atividades industriais e da expansão da rede ferroviária, então inexistentes.

Figura 5: Caminhos do sertão central (1778)



Fonte: Recorte do Mapa da Comarca do Rio das Velhas, 1778. Acervo Arquivo Público Mineiro. ROCHA, 1995.

Figura 6: Caminhos do sertão central (1788)



Fonte: Recorte do Mapa da Capitania de Minas Gerais com a Divisa de suas Comarcas, 1788. Acervo Arquivo Histórico do Exército - RJ. ROCHA, 1995.

Adicionalmente, é pertinente correlacionar aos caminhos a distribuição dos postos tributários que tiveram início, em Minas, nas primeiras décadas do setecentos. Como instrumentos de controle arrecadatório, os denominados *registros* tiveram localização definida por razões logísticas “em desfiladeiros ou passagens entre serras, às margens de estradas de grande movimentação de tropas ou nas proximidades de portos e travessias de rios”.⁶⁶ A inerente alocação de destacamento militar nesses registros, além de pessoal administrativo, constituiu-se num fator aglomerativo suplementar, de ordem embrionariamente urbana, em localidades de passagem pré-existentes.

Os registros instalados nesse trecho do sertão mineiro foram relativamente tardios. A localização de três deles próxima ao Rio das Velhas confirma a importância desse rio como eixo de circulação e, portanto, como local de necessário controle fiscal. Para os produtos provenientes do sertão e do Distrito Diamantino na direção de Santa Luzia e Sabará, havia o Registro

⁶⁶ SANTOS, *Sete Lagoas, século XVIII – o registro e as estradas reais: centralidade e convergências na capitania de Minas Gerais*, 2019, p. 125.

de Zabelê (1751), onde hoje está São Vicente / Baldim, o mais antigo deles; e o Registro da Jaguará (1765) que teve vida curta, sendo substituído pelo Registro de Jequitibá (1769). Em outro circuito, encontrava-se o Registro de Sete Lagoas (1762) que substituiu o Registro de Contagem das Abóboras, no atual município de Contagem, no fluxo comercial para os termos de Ouro Preto e Mariana.⁶⁷ O surgimento desses registros na segunda metade do século XVIII, em substituição a registros então extintos, é revelador da dinâmica comercial da província: da intensificação do fluxo de pessoas e produtos no sertão central, nesse período.⁶⁸

Ao fim e ao cabo, tem-se assim delineado um cenário geográfico sobre o qual é possível caracterizar a *formação socioespacial* que esse sertão integrou, no período colonial, o que, em linhas gerais, significa descrever em que bases a sua economia se organizou e de que forma concreta estabeleceram-se as condições regionais para extração do trabalho excedente.⁶⁹ Trata-se, portanto, na transição dos séculos XVIII e XIX, de uma região de cerrado — com todos os descritores de rusticidade expostos — inserida na economia colonial pelo desenvolvimento de atividade pastoril, associada a lavouras de subsistência, para provisão exclusiva do mercado interno e, dada a sua centralidade geográfica, pela integração a uma rota comercial obrigatória na transição entre as regiões dos sertões — ou dos gerais — e das minas.

Uma primeira característica dessa formação pode ser deduzida do regime de propriedade de terra inerente à economia pastoril local. A inexistência de estudos específicos sobre a estrutura fundiária da região obriga a interpretações por aproximação. Nesse caso, são úteis as considerações de Roberto Corrêa, anteriormente expostas, que levam a termo o conceito

⁶⁷ “Os dados dos registros (ou contagens) do Zabelê, Jequitibá, Abóboras (transferido para Sete Lagoas) e Jaguará, indicam que a região mineradora era abastecida pelo gado dos currais do vale do rio das Velhas, as carnes-secas dos vales dos rios Verde e Gorutuba, peixe e sal da Barra do rio das Velhas, bem como outros produtos do sertão mineiro, durante o segundo período. Segundo Carrara (...), quase metade das cargas que passavam pelo registro do Zabelê destinavam-se às vilas de Caeté e Sabará, enquanto os registros de Abóboras, Sete Lagoas, e Jaguará controlavam as mercadorias dirigidas especialmente para os termos de Ouro Preto e Mariana”. (CORRÊA et al, *Análise de fluxos econômicos em Minas Gerais no século XVIII*, 2016, p.30).

⁶⁸ Os destacamentos militares na capitania de Minas Gerais eram divididos por “comandâncias” subordinadas ao Quartel-Geral de Vila Rica. Os nomes dessas comandâncias indicam as principais regiões de Minas: da Vila de São João, do Paracatu, do Tijuco, de Minas Novas e do sertão. Os registros de Sete Lagoas, Jequitibá e Zabelê integravam a Comandância do sertão. (ROCHA, *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topografia, história e política da capitania de Minas Gerais*, 1995, p.142).

⁶⁹ Quando trata da “taxa do mais-valor”, Marx afirma: “O que diferencia as várias *formações econômicas da sociedade*, por exemplo, a sociedade da escravidão daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extraído do produto imediato, do trabalhador” (MARX, *O capital: crítica da economia política – livro I*, 2017, p. 293, grifo meu).

marxiano de *formação econômica e social* e a variante proposta por Milton Santos de *formação socioespacial*. Ainda que se refira aos tempos de hoje, na virada do século XX para o XXI, Corrêa propõe uma classificação que encontra sua origem no período colonial e nos seus desdobramentos posteriores e que insere essa porção do país no que ele chama de “formação espacial fundada na grande propriedade”.⁷⁰

De fato, no sertão central de Minas, a grande propriedade deve ser apontada como a estrutura fundiária dominante, ao longo dos séculos, ainda que ela convivesse com propriedades menores.⁷¹ A primeira razão desse domínio do latifúndio pode ser deduzida da sua origem nas sesmarias: categoria jurídica, dentro da estratégia de povoamento do território colonial, que normatizava a distribuição de terras pela Coroa a colonos para ocupação e produção agropecuária. Desta forma, “uma fazenda de gado se constitui em geral de três léguas de terra, dispostas ao longo de um curso d’água, por uma légua de largura, sendo meia para cada margem. Esse tipo padrão de fazenda deriva da limitação estabelecida na Ordem Régia de 27 de dezembro de 1695, confirmada em disposições posteriores, e que fixou a área das sesmarias a serem concedidas”⁷², o que remetia a propriedades rurais com dimensões avantajadas, da ordem de 10 mil hectares.⁷³

⁷⁰ CORRÊA, *Estudos sobre a rede urbana* [2004], 2015, p. 282.

⁷¹ A formação fundada na pequena propriedade só veio a ocorrer de forma expressiva no século XIX por força da política de “colonização estrangeira” voltada à atração de correntes migratórias europeias. De forma até então inexistente, abriu-se alternativa legal e pacífica de acesso a terra, dividida em pequenos lotes, para estrangeiros, em oposição ao acesso tradicional a pequenas propriedades, majoritariamente através de posses e por meios violentos contra os sistemas de direito e de força. Aquela política teve repercussão territorial restrita, sobretudo no Sul do país e não alcançou os sertões. Especialmente sobre esse tema, ver Alberto Guimarães (GUIMARÃES, *Quatro séculos de latifúndio*, 1968, pp. 121–156).

⁷² PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], 2011, pp. 201–202.

⁷³ Sobre as dimensões de uma sesmaria, embora esse tema fosse normatizado, na realidade, havia razoável diversidade, mesmo porque contemplava-se “o mesmo colono com sucessivas sesmarias” (FAORO, 2001, p.148). Os concedentes eram “generosos em dar sesmarias largas, de quatro, cinco, dez, vinte léguas, muitas vezes em quadra, isto é, 16, 100 e mais léguas, e isso em toda a colônia” (Ibidem, p. 148, grifo meu). Além disso, havia uma variação territorial: por exemplo, a concentração fundiária na Bahia era maior do que no Rio de Janeiro. “Se tomarmos o período entre 1671 e 1730, por sua alta representatividade documental, vemos que as sesmarias concedidas [na Bahia] com dimensões entre 1-2 léguas em quadra, ou seja, todas aquelas com no mínimo 4.356 e no máximo 17.424 ha, representam pouco mais de 40% de todas as concessões (...) e aquelas com 3-5 léguas em quadra, ou seja entre 39.204 e 100.900 ha, representam 58% do total das sesmarias do período. Já no Rio de Janeiro encontramos uma larga dominância do segmento de 1000 até 5000 hectares, principalmente nas regiões produtoras de alimentos” (SILVA, 1981, p. 330). Considerando ainda que as doações obedeciam a um critério de prestígio por laços políticos, familiares ou clientelísticos, há casos excepcionais como do pecuarista baiano Antônio Guedes: “Os poderosos Guedes, descendentes de Antônio Guedes, dominavam 1.973.268 hectares, a partir das cartas com dimensões claramente declaradas, mormente no Paraguaçu, Itapicurú, Inhambupe e no São Francisco. Porém teriam se apropriado de bem mais de 170 léguas de terras, com domínios até o rio das Velhas”. (Ibidem, p. 336, grifo meu)

A segunda razão é própria do sertão e relaciona-se à condição inerente à produção, marcada pela baixa produtividade de grande parte das terras de cerrado, pobreza dos pastos nativos, adversidade do meio natural e estágio primitivo dos processos tecnológicos e culturais empregados. A pecuária, “a única então possível, [era] realizada extensivamente, sem estabulação, silagem e outros processos de criação intensiva. Tudo isto, evidentemente, estava muito acima das possibilidades dos colonos; nem o mais simples preparo ou melhoria dos pastos, salvo o grosseiro sistema de *queimada*, entrava nas suas cogitações”.⁷⁴ Ou seja, havia um conjunto de fatores de produção agropecuária que, para um nível mínimo de economicidade em escala, exigia compensatoriamente terras em grandes extensões.

Efetivamente, o gado criado a pasto demandava “dilatados latifúndios”. Mais uma vez, recorro a *Os Sertões*, onde não poucas as vezes há registros, às vésperas do século XX, que associam a atividade pastoril à amplitude das propriedades:

Veio depois o colonizador e copiou o mesmo proceder [*dos aborígenes*]. Engravesceu-o ainda com o adotar, exclusivo, no centro do país, fora da estrita faixa dos canaviais da costa, o regime francamente pastoril.

Abriram-se desde o alvorecer do século XVII, nos sertões abusivamente sesmados, enormíssimos campos, compáscuos sem divisas, estendendo-se pelas chapadas em fora.

Abria-os, de idêntico modo, o fogo livremente aceso, sem aceiros, avassalando largos espaços, solto nas lufadas do nordeste.⁷⁵ (grifos meus)

Ou ainda:

Não sofismemos a História. Causas muito enérgicas determinaram o insulamento e conservação do autóctone. Destaquemo-las.

Foram, primeiro, as grandes concessões de sesmarias, definidoras das feições mais duráveis do nosso feudalismo tacanho.

⁷⁴ PRADO JUNIOR, Op.cit., p. 197.

⁷⁵ CUNHA, *Os sertões* [1902], 2016, p. 63.

Os possuidores do solo, de que são modelos clássicos os herdeiros de Antônio Guedes de Brito⁷⁶, eram ciosos dos dilatados latifúndios, sem raías, avassalando a terra.⁷⁷ (grifos meus).

A propósito, a vinculação entre latifúndio e feudalismo — ainda que “nosso feudalismo tacanho” possa ter sido grafado por Cunha como expressão literária — abre uma discussão oportuna sobre o entendimento, na *formação socioespacial* colonial, de ocorrência ou não de um modo de produção de natureza feudal. Ciro Cardoso⁷⁸ refuta essa tendência de encerrar a realidade local em moldes estrangeiros, pela mera ocorrência de certos fragmentos de semelhança, no caso, a natureza da propriedade — mesmo com adjetivações com “as partículas ‘neo’, ‘semi’, ‘quase’ e ‘para’ [que] abundam em análises desse tipo” ou com hibridismos reunindo diferentes regimes econômicos, como se dizer que havia “o regime feudal da propriedade e o regime escravista do trabalho”.

Raimundo Faoro⁷⁹ faz afirmação semelhante, ao criticar o fascínio exercido pela tese feudal: “Perdido em sua integridade histórica ou como tipo ideal, persistiria a reminiscência, por meio dos ‘traços’, ‘aspectos’, ‘restos’ — no horizonte remoto, ou diante dos olhos — sempre o feudalismo”. Adiante, Faoro faz uma segunda censura ao opor-se à tese de que nossa formação pretensamente feudal se daria pela associação entre nobreza territorial e nobreza feudal, em que “o senhor de latifúndios e de escravos – o senhor de engenho –, opulento e liberal nos gastos, se incorpora a uma categoria social, a aristocracia ou a nobreza, de ordem rural”. Ora, se Faoro nega essa hipótese para o caso reconhecidamente opulento do senhor da *plantation* de cana, muito mais se há de negá-la para o caso do proprietário de terras do sertão e, mais ainda, do sertão central mineiro.⁸⁰

⁷⁶ Antonio Guedes de Brito foi um pecuarista baiano do século XVII. Embora Euclides da Cunha devesse estar se referindo às suas terras na Bahia, sabe-se que os seus domínios chegaram até o rio das Velhas, com amplas porções de terras no distrito de Papagaio, no atual município de Curvelo, ou seja, no sertão central Mineiro.

⁷⁷ CUNHA, Op.cit., p. 107.

⁷⁸ CARDOSO, *Sobre los modos de producción coloniales de América*, 1974, p. 141.

⁷⁹ FAORO, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* [1957], 2001, p. 152.

⁸⁰ Diferentemente de Cardoso e Faoro, Alberto Guimarães qualifica o regime econômico colonial como *Feudalismo*. No entanto, seu foco está em opor-se a autores que consideram esse período como de natureza *Capitalista*, ligada a economia mercantil da metrópole. Segundo ele, o capital comercial “não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao *poder feudal* instituídos na América Portuguesa (GUIMARÃES, *Quatro séculos de latifúndio*, 1968, p. 22, grifo meu). Assim, a classe senhorial empenhou-se em “fazer girar em sentido inverso a roda da História” (Ibidem, p. 23) e adotou um feudalismo colonial em que, sem o servo da gleba, como no modelo europeu, adotou o escravismo, com perdas de produtividade compensadas com a fertilidade das terras do novo mundo e com o rigor desumano no tratamento da mão de obra (Ibidem, p. 29).

É relevante, nesse caso, fazer duas diferenciações a respeito dos representantes da casta de proprietários de terras no período colonial: a primeira, entre o senhor de engenho e o senhor de fazenda no sertão nordestino; e a segunda entre este e o senhor de fazenda do sertão central de Minas, ainda que a todos eles se aplique a afirmação geral de Alberto Guimarães a respeito dos detentores do monopólio legal de terra na Colônia, de que o seu poderio econômico desdobrava-se em poderio extra econômico que “se exerce ainda nos nossos dias, através do “governo” das coisas e das pessoas dentro e em torno dos latifúndios”, ao que ele complementa:

Aquilo que Antonil recriminava no século XVIII (“Quem chegou a ter título de senhor, parece que em todos quer dependência de servos”) e Koster observava no século XIX (“O grande poder do agricultor, não somente nos seus escravos, mas sua autoridade sobre as pessoas livres das classes pobres”), *revive, no século XX, sob a forma de “coronelismo” de antes de 1930 e, com algumas modificações no estilo, não desapareceu até hoje*.⁸¹ (Grifo meu)

Na hierarquia de poder e status, nada se comparava aos senhores de engenho: neles iriam se fixar “todos os desígnios da nobreza territorial, neles se concentraria toda a força do monopólio da terra, toda a resistência contra a infiltração das formas “plebeias” de propriedade”.⁸² A ideia de alguns de associar nobreza territorial com nobreza feudal é fundamentalmente assentada sobre a figura do senhor de engenho. Sobre ele, basta o dizer de Antonil: “O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino”.⁸³ O engenho era uma unidade produtora autônoma que se impunha ao meio geográfico, guardando extraordinárias semelhanças entre os construídos no Sul, no Centro ou no Norte da colônia⁸⁴ e, a despeito de ser a propriedade de uso mais intensivo de escravos, o seu senhor fixava-se nos seus domínios e cuidava diretamente de seus negócios.

⁸¹ GUIMARÃES, Op.cit., p. 35. Registre-se que, nesse excerto, Guimarães refere-se a André João Antonil, em *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas* (1711), e Henry Koster, em *Viagens ao Nordeste do Brasil* (1816).

⁸² GUIMARÃES, Op.cit., p. 62.

⁸³ ANTONIL, *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas* [1711], 2011, p. 83.

⁸⁴ GUIMARÃES, Op.cit., pp. 62–63.

Nos currais de gado dos sertões nordestinos, uma distinção importante situava-se exatamente no fato de que “com a pecuária a princípio, e mais tarde com outras formas de exploração, [a fazenda] condiciona a divisão social do trabalho, separando o proprietário da produção”⁸⁵. Com efeito, o absentismo era comum entre os senhores dos grandes domínios pastoris, que não se radicavam nas próprias terras, mas em cidades litorâneas, onde alcançavam prestígio nobiliárquico, ainda que não à altura do senhor de engenho. Naqueles sertões, “o pessoal reduzido, a pequena proporção de escravos, as relações de trabalho em que se destaca a grande autonomia e independência do vaqueiro, bem como a maior e geral liberdade do pessoal empregado, e a dispersão das fazendas e currais [...] limitam a autoridade absoluta do proprietário e cerceiam o seu poder”⁸⁶, relativamente ao dono das *plantations* litorâneas.

Na segunda ordem de diferenciação, nas fazendas do sertão central mineiro esse estilo absentista não foi usual, tendo ocorrido certo hibridismo entre o modo de vida na fazenda pastoril do sertão e o que se passava nas proximidades, no que se definia como a típica fazenda mineira. Roberto Martins faz uma descrição dessas fazendas coloniais, distintas dos engenhos e das fazendas nordestinas:

As fazendas mineiras eram, bem ao contrário, unidades autossuficientes, espalhadas por um vasto território, isoladas dos grandes mercados internacionais e, em algumas regiões, apenas parcialmente integradas na economia monetária. Sua tecnologia era bastante rudimentar e sua produção *extremamente* diversificada internamente. Geralmente incluía produtos “coloniais” historicamente associados à *plantation* exportadora, como o açúcar e o algodão, mas em Minas esses artigos eram cultivados quase exclusivamente para consumo dentro da própria província. Ainda mais distantes do paradigma da *plantation* estavam o sítio, a roça e a *fazenda de gado*, os quais, junto com a fazenda diversificada e polivalente, continuaram a ser o cerne da vida econômica de Minas mesmo durante o período da expansão do café.⁸⁷ (grifo meu)

⁸⁵ *Ibidem*, p. 65.

⁸⁶ PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], 2011, p. 308.

⁸⁷ MARTINS, *Crescendo em silêncio*, 2018, p. 200.

A essa descrição, vale somar os relatos de naturalistas europeus, em viagens por Minas Gerais, a respeito da realidade rural por eles encontrada, ao fim do período colonial. Esses autores sinalizam que as fazendas mineiras multiprodutivas apresentavam diferentes padrões e permitiam diferentes estilos de vida, provavelmente em função de variáveis como poder econômico dos proprietários, qualidade e aptidão de terras e natureza das atividades desenvolvidas. Auguste Saint-Hilaire, que não transitou pelo sertão central, descreve os donos de fazendas da região do Rio das Mortes, no início do século XIX, onde havia uma prática diária essencialmente presencial, laboral e rústica:

Bem menos polidos do que os fazendeiros das vizinhanças de Vila Rica e do Serro Frio, os da região do Rio Grande e em geral da Comarca de São João Del Rei têm maneiras bastante semelhantes às dos nossos [da França] agricultores abastados ou dos nossos granjeiros de *Beauce*. Dedicando-se mais à lavoura do que os fazendeiros que possuem jazidas, eles trabalham lado a lado com os escravos, passando a maior parte do tempo nas plantações e em contato com os animais. Em consequência, suas maneiras adquirem forçosamente um pouco mais de rusticidade inerente às suas ocupações.⁸⁸

Em consonância com Saint-Hilaire, Prado Junior, a respeito da pecuária do Sul de Minas, observa haver “uma certa democratização dos hábitos e dos costumes das classes superiores, e isso apesar da presença de escravos”, em que “o fazendeiro e seus filhos participam ativamente do manejo da propriedade, tratam do gado e ocupam-se com as culturas; conduzem até, eles próprios, as boiadas ou tropas de bestas que se destinam aos mercados consumidores”.⁸⁹

Diferentemente, o geógrafo Richard Burton, na segunda metade do século XIX (1867), descreve uma fazenda de maior porte econômico — a Fazenda Casa Branca, no Rio das Velhas, entre a Fazenda da Jaguará e a Fazenda Jequitibá, portanto no sertão central de Minas — e dá conta de um cotidiano com traços mais nobres, que lembram remotamente o fausto do senhor de engenho:

⁸⁸ SAINT-HILAIRE, *Viagens às nascentes do Rio São Francisco*, 1975, pp. 54-55. O naturalista francês Auguste Saint-Hilaire viajou pelo Brasil nos anos de 1816 a 1822. Essa passagem propriamente pela região dos rios Grande e da Morte deu-se no ano de 1817.

⁸⁹ PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], 2011, p. 308.

Essas fazendas são aldeias isoladas, em tamanho reduzido. Abastecem a vizinhança de artigos de primeira necessidade, carne seca, carne de porco e toucinho, farinha de mandioca e milho, rapadura e cachaça, fumo e óleo, tecidos grosseiros e fios de algodão, café e vários chás de caparrosa e folha de laranja. Importam ferro, para ser transformado em ferraduras; sal, vinho e cerveja, charutos e cigarros, manteiga, louça, drogas e poucas outras coisas. Em geral, dispõem de ferraria, carpintaria, sapataria, chiqueiros, onde, durante o último mês os animais são privados dos alimentos mais imundos, e um grande terreiro de galinhas.

A vida do fazendeiro pode ser facilmente descrita. Levanta-se ao amanhecer e um escravo traz-lhe o café e a bacia para lavar o rosto com o respectivo jarro, ambos de prata maciça. Depois de visitar o engenho, que, muitas vezes, começa a trabalhar às duas horas da manhã, e de andar a cavalo pelas plantações, para ver se os escravos não estão malandrando, volta, entre 9 e 11 horas, para almoçar, em companhia da família, ou, se é celibatário, em companhia do feitor. As horas de sol são passadas, fazendo a sesta, ajudado por um copo de cerveja inglesa – que, muitas vezes, só é inglesa no nome – ou lendo os jornais ou recebendo visitas. O jantar é entre 3 e 4 horas, às vezes mais tarde, e é, invariavelmente, acompanhado de café e charutos ou cigarros. Muitas vezes, o café é servido de novo, antes de se assentarem para o chá, com biscoitos e manteiga ou conservas, e o dia termina com uma prosa em lugar fresco [...].⁹⁰

À falta de estudos específicos, a projeção das características mais prováveis do senhor das fazendas do sertão central deve levar em conta que a fazenda pastoril — diferentemente da uniformidade dos engenhos de cana, qualquer que fosse sua localização geográfica — era muito mais sensível às alterações mesológicas.⁹¹ Nesse ponto, o relato de um dos entrevistados na pesquisa de campo, especialista na área rural e conhecedor do processo histórico de conformação das propriedades regionais, corrobora no plano local essa visão de ordem geral, associando a natureza das fazendas da região e as atividades econômicas nelas desenvolvidas à fertilidade do solo, espelhada na sua fitogeografia. Ou seja, as terras mais férteis, menos comuns, localizadas nos vales dos rios, configuravam fazendas diversificadas, onde eram possíveis costumes mais rústicos, como no relato de Saint-Hilaire, ou sofisticados, como no de Burton; e as terras mais duras, ilimitadas, fazendas menos versáteis, mais devotadas ao

⁹⁰ BURTON, *Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico* [1869], 1977, p. 46.

⁹¹ GUIMARÃES, *Quatro séculos de latifúndio*, 1968, p. 62.

trato de gado de corte, a pasto⁹², com um padrão de trabalho invariavelmente mais duro, como nos sertões nordestinos⁹³, embora sem qualquer sombra de absentismo de seus senhores.⁹⁴

Encerrando a discussão sobre a tese feudal censurada por Faoro, por uma indevida associação entre nobreza territorial e nobreza feudal, confirma-se que, se ela era indevida para o senhor de engenho, com efeito, muito menos aplicável poderia ser para o senhor rústico dos currais de gado e das fazendas polivalentes do sertão central, mesmo em sua versão mais nobre, corporificada nos coronéis das propriedades de maior poder econômico.

A negação desta tese não conduz, entretanto, ao reconhecimento oposto de traços coloniais do modo de produção capitalista (do chamado “capitalismo mercantil”⁹⁵), por sua integração de forma subordinada ao quadro da economia mercantil europeia. No limite, nem o fato de se admitir ser “impossível não ver no funcionamento do Sistema Colonial [brasileiro] uma

⁹² Abordando a diferença de solos da região, o entrevistado informou: “Tem duas formações aqui que são importantes. A formação de influência de calcário, onde Sete Lagoas tem uma parte, quando você está, vamos dizer assim, saindo dali para Prudente de Moraes, e a outra formação que daqui pra frente ainda tem calcário, ali onde era a fazenda de [fulano], perto da gruta Rei do Mato, ali são terras coisa, e aí vai entrando a questão da ardósia, já mais pra Papagaio, mais pro fundo ali, e granito guinais quando é, vamos dizer assim, já seguindo pra Pará de Minas, aquela região ali. Esse material de origem dá praticamente uma divisão muito clara, muito em termos da tecnologia. Ou seja, enquanto as fazendas melhores tinham exploração de pastagens melhores com gado de leite, o gado de corte estava justamente nas terras piores e do cerrado. Daí a questão da exploração extensiva. (E.14.CAMPO: 14’:04”) (...) As terras piores de cerrado, você tem o cerradão que é onde você ainda tem influência de material de origem tipo calcário. Aí a vegetação é cerradão e reflete a fertilidade. A melhor fertilidade. O cerradão é melhor. Ou seja, a fitogeografia mostra de alguma forma, reflete a fertilidade. Quando você, numa gradação, você sai do cerradão, cerrado, aí você começa entrar em campo, campo limpo, isso aí, quando você está em campo, piora, e isso está associado com ardósia. Na região aqui é tipicamente ardósia. (Idem: 15’:23”) (...) Pior porque ardósia é uma rocha alumínio-silicatada, ela tem muito alumínio, dá origem a esses campos. A serra de Santa Helena, por exemplo, é cheia de coisa.” (Idem: 16’:21”)

⁹³ Refletindo sobre a rotina na fazenda, especialmente nas fazendas de pecuária leiteira, o mesmo entrevistado comentou: “Essa tradição inclusive do queijo reflete muito a falta de industrialização da época e o cara pra sobreviver na coisa – aquela história de que só comprava querosene e sal é isso mesmo – o cara tirava sustento da família e algum excedente era justamente trabalhando duro.” (Idem: 41’:50”)

⁹⁴ Indagado sobre absentismo, o entrevistado respondeu: “Eu acho que isso tem muito a ver com o Nordeste, esse tipo de coisa, porque a medida que você vai pro Norte, subindo, aliás é descendo, você vê que o padrão do senhor de senzala [risos] era muito mais aparente. Até hoje é. Porque era aquela cultura de que o sujeito era um sinhozinho.” (Idem: 40’:17”)

⁹⁵ Ao refutar a tese do feudalismo, a posição de Faoro (2001, p. 155, grifo meu) sobre a economia colonial exportadora relaciona-a ao capitalismo mercantil: “Para evitar o risco das inúteis repetições (...), sem pretender solucionar a polêmica, definitivamente instaurada na historiografia brasileira, a tese mais convincente em nossa história repele o chamado feudalismo brasileiro. A empresa de plantação teve nítido cunho capitalista – dentro do *capitalismo mercantil* e politicamente orientado do século XVI português”.

peça essencial na criação das precondições do primeiro industrialismo [inglês]”⁹⁶, autoriza ignorar as condições históricas de organização do trabalho no interior da própria colônia, do Brasil e do sertão.

Essa recusa também da tese capitalista endereça o sistema colonial à seara das formações econômicas pré-capitalistas. Uma das condições históricas necessárias ao capitalismo é a existência de trabalho livre e a possibilidade objetiva de troca desse trabalho por dinheiro⁹⁷, o que não se alcançou no Brasil, até grande parte do século XIX. Ou seja, não havia separação entre as condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, “uma separação somente completada plenamente na relação entre o trabalho-assalariado e o capital”⁹⁸, que adicionalmente Marx esclarece:

No relacionamento de escravidão e de servidão não há tal separação; o que acontece é que uma parte da sociedade é tratada pela outra como simples condição *inorgânica e natural* de sua própria reprodução. O escravo carece de qualquer espécie de relação com as condições objetivas de seu trabalho. Antes, é trabalho em si, tanto na forma de escravo, com na de servo, situado entre outros seres vivos (*naturwesen*) como *condição inorgânica* de produção, juntamente com o gado ou como um apêndice do solo.⁹⁹

Com efeito, combinado com o regime concentrado de propriedade de terras, o elemento-chave para entendimento do modo de produção hegemônico do Brasil colonial é a inexistência de relações de trabalho assalariadas e a hegemonia do regime de trabalho compulsório, servil e sobretudo escravo. Mesmo autores que entendem que “não se pode definir um modo de produção somente a partir da presença ou ausência de uma forma de exploração, ainda que esta seja dominante a nível local”¹⁰⁰ convergem para a compreensão de que, no caso

⁹⁶ Fernando Novais (2005, p. 136-137), com propriedade, demonstra que, “de um lado, acumulando a aceleração de capitais por parte das camadas empresariais, de outro, ampliando o mercado de produtos manufaturados, [o Sistema Colonial] atuava, portanto, dos dois lados do processo de desenvolvimento, isto é, simultaneamente, do lado da *oferta* e do lado da *procura* dos produtos industriais”, tornando-se assim não o único motor da Revolução Industrial, mas um fator importantíssimo.

⁹⁷ MARX, *Formações econômicas pré-capitalistas* [1858/1941], 1975, p. 65.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 82.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 83.

¹⁰⁰ Nessa linha, Cardoso (Op.cit. p.136) exemplifica com o caso norte-americano, diferentemente do brasileiro, onde se tinha, no século XIX, diferentes relações de produção e organização das forças produtivas, no Norte e no Sul, embora ambas essas sociedades fossem escravistas.

brasileiro, o modo de produção escravista colonial foi dominante, ainda que coexistisse com modos secundários.¹⁰¹

Embora a propriedade de terras fosse o critério determinante da composição da sociedade brasileira de castas, o seu valor pecuniário se aniquilava diante do desafio de explorá-la, o que fazia emergir a mão de obra escrava como principal fator de produção. De acordo com Faoro: “A terra, em si, pouco valia no conjunto da empresa, valor relativo no século XVI, como ainda no século XIX: a riqueza necessária, para a empresa, era o escravo”.¹⁰² A própria generosidade portuguesa na distribuição de amplas sesmarias relacionava-se ao pouco valor dado à terra em si, sobrepondo-se a ela, então, o interesse da Coroa em apropriar-se da capacidade econômica dos sesmeiros em torná-la produtiva, com investimentos próprios na compra de escravos (“caros e difíceis depois de que se desfez a ilusão do préstimo dos indígenas”), desonerando os cofres reais. Apenas a título de exemplo, “num quadro válido para o açúcar e o café [onde as terras eram mais valiosas do que nos sertões, mas a demanda por escravos era também maior], no curso de trezentos anos, a terra representaria o valor de um décimo do valor da escravaria”.¹⁰³

Em síntese, de um lado, tinha-se um modelo de alta concentração fundiária, decorrente do mecanismo colonizador seletivo de doação de sesmarias, subjogado ao poder de influência política e econômica do grande colono, e de outro lado, contrapondo-se à alta disponibilidade de terras, uma baixa oferta de força de trabalho. Nesse caso, a difícil submissão do homem livre ao regime de assalariamento, concentrou na escravidão, baseada no tráfico de africanos escravizados, a opção preferencial para exploração efetiva das terras, nos quatro primeiros séculos da história brasileira.¹⁰⁴

¹⁰¹ CARDOSO, *Sobre los modos de producción coloniales de América*, 1974, p. 142.

¹⁰² FAORO, *Os donos do poder: formação do patriarcado político brasileiro*, 2001, p. 157.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 149.

¹⁰⁴ Há uma complexa equação de ordem econômica e não moral que correlaciona terras livres, escassez de trabalhadores e trabalho compulsório. Ao abordar esse tema na economia mineira do século XIX, quanto a difícil subordinação do indivíduo livre ao trabalho sistemático e assalariado, Roberto Martins (MARTINS, *Crescendo em silêncio*, 2018, pp. 263 et seq.) evoca a *Hipótese de Wakefield*, que estabeleceu os fundamentos de uma teoria econômica da escravidão como caminho explicativo. Fato é que, em que pese a carestia, grande parte do homem do sertão atravessou o século XIX, sem assumir por vontade própria uma condição proletária, o que é convalidado em passagem de Teodoro Sampaio: “Nesses sertões, o homem pobre nunca é suficientemente pobre que precise viver do salário. O mundo aqui é largo demais para que se faça a pressão das necessidades. A natureza pródiga não deixa haver a verdadeira pobreza que force a trabalhar e que obrigue e mantenha a disciplina pela necessidade de viver”. (SAMPAIO, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina* [1906], 2002, p. 142)

Em Minas, o sistema escravista não se processou de forma diferente. De acordo com Roberto Martins¹⁰⁵, no início do XIX — meio século após o esgotamento do período minerador e meio século antes do auge da economia do café —, Minas detinha a maior população cativa do Brasil, população que seguiu crescendo em números absolutos e relativos, uma vez que o estado foi “o maior importador provincial de africanos no século dezanove”¹⁰⁶. Ou seja, Minas preservava um modo de produção escravista, num interregno de tempo em que a economia mineira não era exportadora, não tinha acesso ao mercado internacional e estava orientada apenas ao mercado interno.

Quanto à região pastoril do sertão mineiro, a associação de alguns dados permite inferências confiáveis. Roberto Martins¹⁰⁷, em relatos sobre a fazenda mineira no início do oitocentos dá conta de duas informações de interesse. A primeira de que, conforme a distribuição, “a vasta região norte era uma região predominantemente pecuária e também possuía poucos escravos [assim como as regiões sul e sudoeste]. Os grandes plantéis estavam concentrados no centro de Minas Gerais”¹⁰⁸. A segunda de que, ainda assim, “mesmo nas regiões onde a população cativa era mais rarefeita encontravam-se, com frequência, fazendas com considerável número de escravos”. É de se supor que a menção à “vasta região norte” envolve os sertões mineiros, incluindo o central mineiro, onde o modo de produção escravista impunha-se como dominante, ainda que tivesse especificidades: dada a extensão das propriedades¹⁰⁹ e a natureza extensiva da atividade pastoril prevaiente, a demanda de mão de obra escrava era menor, relativamente ao seu emprego intensivo nas fazendas de lavoura.

Dando um passo a frente, vale associar a esses dados, outro também relevante, ainda de Martins¹¹⁰: o de que, na segunda metade do século XIX, a distribuição regional de escravos em

¹⁰⁵ MARTINS, *Minas Gerais, Século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora*, 1983, p. 187.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 190.

¹⁰⁷ MARTINS, *Crescendo em silêncio*, 2018, pp. 249-250.

¹⁰⁸ Nesta descrição de Martins (2018), a menção à região central é indivisa: subtraindo -se as regiões de pecuária, ao norte, e as regiões sul e sudoeste mencionadas no texto, deduz-se que a região central tem um caráter ampliado, que inclui a região das minas e outras regiões, a leste, como a zona da Mata.

¹⁰⁹ Martins (MARTINS, *Crescendo em silêncio*, 2018, p. 249) faz referência a tamanhos de propriedades, mas no caso das fazendas pastoris, não remete a dimensões concretas. Diz que, no decorrer do século XIX, “o tamanho médio das fazendas mineiras de café era de 591,2 hectares”, o que é bastante inferior a referência dada pelo tamanho original das sesmarias. Sobre as demais, ele complementa com a informação genérica de que “aparentemente, as fazendas não cafeeiras eram ainda maiores”.

¹¹⁰ MARTINS, *Minas Gerais, Século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora*, 1983, p. 199.

Minas seguia de perto a da população livre, numa correlação entre livres e escravos igual a 0,92, salvo nas regiões da Mata e Sul onde a proporção de escravos era levemente maior do que de livres. Ou seja, tinha-se no estado, em seus ainda restritos centros urbanos e em suas amplas áreas rurais, um enorme contingente de homens e mulheres não escravizados, o que leva a crer que é procedente a afirmação de Ciro Cardoso de que, acessoriamente ao modo de produção escravista dominante, “coexistiram outros secundários, estabelecidos nas mesmas zonas ou em áreas subsidiárias ou marginais (*como as regiões de gado do Brasil colonial, por exemplo*)”¹¹¹ (grifo meu); ou seja, modos de produção secundários baseados em mão de obra livre.

É importante, nesse caso, prospectar as possibilidades de alocação das pessoas livres no mundo do trabalho rural no sertão central de Minas, nos períodos colonial e de transição pós-colonial. O funcionamento das fazendas de pecuária fornece a primeira explicação quanto ao emprego de um bom número dessa mão de obra no sertão. A sua própria figura típica, o *vaqueiro*, é um exemplo de enquadramento de trabalho não escravo. Para além do personagem romanceado, posto como todo aquele que trabalha na fazenda, o vaqueiro era o gerente das suas atividades econômicas, o preposto do proprietário, o equivalente a capataz, a quem se subordinavam outros trabalhadores livres ou escravos conhecidos como *fábricas*. No entanto, nas relações de trabalho estabelecidas com esses homens também não se praticavam formas de contratação assalariada, mas geralmente formas de partilha, com pagamento em rês, mais usualmente *de quarta*¹¹², o que não deixava de expressar um relacionamento de domínio, de um, e de servidão, de outro.

Ainda que romanceie a figura do vaqueiro e dos fábricas, Euclides da Cunha também dá conta desse trabalho livre e subalterno, no contexto da fazenda sertaneja:

Os vaqueiros são-lhes servos submissos. Graças a um contrato pelo qual percebem certa percentagem dos produtos, ali ficam, anônimos – nascendo, vivendo e morrendo na mesma

¹¹¹ CARDOSO, *Sobre los modos de producción coloniales de América*, 1974, p. 154.

¹¹² “O gado representava um pecúlio sobre o qual o vaqueiro aplicava seu trabalho, retirando em troca ¼ do gado excedente e entregando ao criador um rebanho ampliado”. Muitos vaqueiros (...) conseguiam, desta maneira, arrendar um sítio ou comprar uma situação e, assim, criar seu próprio gado”. (SILVA, *Pecuária e formação do mercado interno do Brasil-colônia*, 1997b, p.134)

quadra de terra – perdidos nos arrastadores e mocambos; e cuidando a vida inteira, fielmente, dos rebanhos que não lhes pertencem.¹¹³

Importa lembrar que essa relação de trabalho não se circunscrevia a fazendeira sesmeira, mas se multiplicava em fazendas menores, de porte distante do gigantismo daquelas¹¹⁴, fruto de procedimentos que prosperaram ao longo dos anos: o arrendamento e a alienação. No primeiro caso, é preciso dissociar a ideia de domínio, enquanto exercício de direitos de senhorio, da ideia de exploração direta, ou seja, de utilização efetiva dos recursos econômicos da terra.¹¹⁵ Em largas áreas não exploradas, o arrendamento disseminou-se como alternativa, num modelo precursor de apropriação de fundo *capitalista* de sobretrabalho, advinda da renda da terra¹¹⁶:

A sua universalidade, inclusive em outros setores, como açúcar, tabaco e mandioca, demonstraria a existência, no escravismo, de um mecanismo de apropriação de sobretrabalho, para além da renda originária do trabalho escravo, baseado no monopólio da terra e seus recursos. Assim a renda da terra surgia como um mecanismo de enriquecimento do grande senhor, sem qualquer investimento prévio necessário como, por exemplo, na compra de escravos.¹¹⁷

Para além do interesse rentista do dono da sesmaria, aos olhos do arrendatário, gente com algum poder econômico, mas à margem da nobreza territorial, esse mecanismo de aforamento constituía-se numa forma de acesso à exploração e, mais tarde, à propriedade de terras. Nas zonas de pecuária do sertão — empreendimento mais barato pela menor exigência de escravos e instalações — esse arrendatário replicava a mesma condição de exploração do proprietário, responsabilizando-se pela compra dos insumos de produção (basicamente, rezes e escravos, mesmo que em menor escala), para alocação em fazendas relativamente menores, sítios ou currais, como os que subiram o Rio São Francisco até o Velhas. Além do

¹¹³ CUNHA, *Os sertões* [1902], 2016, p. 122.

¹¹⁴ SILVA (Op.cit., 1997b) informa que a maioria dessas fazendas, sítios e currais possuía cerca de 4.000 ha e pagavam de foro, a variar de região para região, em torno de 2 a 3% do preço da terra.

¹¹⁵ SILVA, Op.cit., p. 137.

¹¹⁶ Sobre isso, ver também Alberto Guimarães (GUIMARÃES, *Quatro séculos de latifúndio*, 1968, p. 69): “apesar de manter muitos pontos de contato com o engenho, guardando dele grande parte das heranças feudais, a fazenda adotava um sistema de arrendamento mais próximo da renda agrária capitalista”.

¹¹⁷ SILVA, Op.cit., p. 142.

escravo, encontravam-se aí, trabalhadores livres sob contratos efetivados, por certo, também pelo sistema de partilha.

De efeito similar ao aforamento, havia a alienação como mecanismo de formação de fazendas. Dada a abundância e ao baixo valor mercantil da terra, há relatos, por exemplo, de sua aquisição por comerciantes¹¹⁸, como uma forma de migração de riqueza, ou seja, de investimentos em fazendas agrícolas e de pecuária de fortunas provenientes de atividades comerciais, como um processo de “ruralização” (conforme Santos), ocorrido na segunda metade do século XVIII, ou como forma de ascensão social à “aristocracia” (conforme Fragoso).

Para além do trabalho servil nas sesmarias e fazendas aforadas e adquiridas, são necessários novos escrutínios para se localizar formas de emprego de trabalho livre dedicado à pequena propriedade e à cultura de subsistência. Nesse caso, de Raphael Santos¹¹⁹ tem-se relatos de movimentos migratórios no interior da capitania, acentuadamente na segunda metade do XVIII, para investimentos em unidades produtivas de subsistência. Referindo-se especialmente à ampla comarca do Rio das Velhas — a qual se vinculava o sertão central —, ele afirma que a economia de subsistência, ainda que não de forma exclusiva, com relativa autonomia de gestão da atividade agrícola, ocupou boa parte da população, majoritariamente em pequenas propriedades de produção de tipo familiar, ainda que essas contassem não raramente com auxílio de trabalho escravo.

Alberto Guimarães¹²⁰ apregoa que, no entanto, “foram precisos três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todo-poderosos senhores da terra para que (...) despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa”. Somente no século XIX, segundo ele, se abriram brechas nos flancos mais vulneráveis do sistema latifundiário, a partir do Sul da colônia, para implantação efetiva de propriedades agrárias de lavradores familiares¹²¹, em bases estáveis.

¹¹⁸ SANTOS, *Para além do ouro: dinâmica econômica e produção rural em uma região central da capitania de Minas Gerais*, 2010, pp. 191/193; FRAGOSO, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do rio de Janeiro*, 1998, p. 82.

¹¹⁹ SANTOS, Op.cit., p.190–191.

¹²⁰ GUIMARÃES, *Quatro séculos de latifúndio*, 1968, p.105.

¹²¹ Os termos camponês e camponesa não são habituais na região. Tanto quanto possível, especialmente fora de citações que empregam tais termos, ele será substituído neste texto por referências similares como, por exemplo, lavrador (a) ou agricultor(a) familiar.

O acesso a essas propriedades não recorreu ao arrendamento e à alienação, mas à conquista pela *posse*¹²² como “arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra”, tendo *intrusos e posseiros*, como Guimarães nomeia, como precursores da pequena propriedade da agricultura familiar, a partir de ocupações, a princípio, em “terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, [que] depois orientaram-se para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas; por fim, [que] dirigiram-se para as terras devolutas e, não raramente, para as áreas internas dos latifúndios semi-explorados”.¹²³

Em meados do século XIX, esse fato encontra eco em dados estatísticos para Minas Gerais, de acordo com Roberto Martins, que apontam alto índice de ocupações por posses de terra e a sua prevalência nos sertões mineiros, como terras menos valiosas:

Em 1845 estimava-se que 45% do território provincial era ocupado por posses. A fronteira aberta incluía não somente vastas áreas dentro de Minas Gerais, mas também nas províncias vizinhas. Em 1870, o presidente reclamava que um dos maiores problemas da agricultura mineira era a “emigração da nossa população laboriosa, para os sertões da própria província, e para os da de Goiás e Mato Grosso”, e sugeria que “para encher o vazio que todos os dias vai deixando o desaparecimento dos braços escravos”, a solução seria que, “sem desdenhar da imigração estrangeira, procuremos por um paradeiro à emigração de nossa população para os sertões.”¹²⁴ (grifo meu)

Extraí-se dessas narrativas complementares de Guimarães e Martins a conclusão aceitável de que no sertão central de Minas, por ser o sertão mais próximo para “emigração da nossa população laboriosa”, junto ao modo de acumulação escravista, no final do período colonial, surgiu um modo de produção secundário do agricultor familiar, baseado na posse da terra por população pobre.

¹²² Registre-se a ressalva de Guimarães (Op.cit, p. 114) sobre o uso da posse também para latifúndios. Diz ele: “É verdade que nem sempre a *posse* serviu à pequena propriedade, não se ignorando que através dela também se constituíram vários latifúndios. Mas, se ao latifúndio estavam abertos todos os caminhos e todas as possibilidades de formação e expansão, à pequena propriedade quase não restava, durante os três primeiros séculos, senão uma via de acesso: a *posse*.”

¹²³ GUIMARÃES, Op.cit., p. 113.

¹²⁴ MARTINS, *Crescendo em silêncio*, 2018, p. 318.

A pobreza, a propósito, é uma característica desse lavrador reiteradamente mencionada por Alberto Guimarães. Citações como “populações pobres do campo”¹²⁵, “massas humanas oprimidas”¹²⁶, “os chamados ‘ociosos’ ou ‘vadios’ — isto é, um enorme contingente de pessoas desocupadas, a quem o monopólio da terra, em sua primitiva feição, não dava a menor possibilidade de trabalho remunerado”¹²⁷ — procuram qualificar esse homem livre, posto a margem da sociedade colonial e imperial.

Guimarães cita Prado Junior, a respeito de sua descrição da organização social colonial, que em excerto transcrito de forma ampliada dá contornos nítidos de uma realidade desigual que, já então, marcava a sociedade brasileira, na cidade e no campo, e projeta números impactantes nessa desigualdade, deparando-se com metade da população colonial como homens livres marginalizados:

Em suma, o que se verifica é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros a massa trabalhadora. Entre essas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. Aquele contingente vultoso em que Couty mais tarde veria o “povo brasileiro”, e que pela sua inutilidade daria como inexistente, resumindo a situação social do país com aquela sentença que ficaria famosa: “Le Brésil n’a pas de peuple”.

O número desse elemento indefinido socialmente é avantajado; e cresce contínua e ininterruptamente porque as causas que provocam seu aparecimento são permanentes. No tempo de Couty, este o calcula, numa população total de 12 milhões, em nada menos que a metade, 6 milhões. Seria menor talvez a proporção nos 3 milhões de princípio do século; mas ainda assim compreenderia com certeza a grande, a imensa maioria da população livre da colônia. Compõe-se sobretudo de pretos e mulatos forros ou fugidos da escravidão; índios

¹²⁵ GUIMARÃES, Op.cit., p. 105.

¹²⁶ Ibidem, p. 106.

¹²⁷ Ibidem, p. 117.

destacados de seu habitat nativo, mas ainda mal ajustados na nova sociedade em que os englobara; mestiços e todos os matizes e categorias, que, não sendo escravos e não podendo ser senhores, se veem repelidos de qualquer situação estável, ou pelo preconceito ou pela falta de posições disponíveis; até brancos, brancos puros, e, entre eles, como já referi anteriormente, até rebentos de troncos portugueses ilustres, como Meneses, Barreto, Castro, Lacerda e outros que Vilhena assinala em Cairu, arrastando-se na indignação; os nossos *poor whites*, detrito humano segregado pela colonização escravocrata e rígida que os vitimou.¹²⁸

Guimarães registra ainda a menção pejorativa habitual com que esses habitantes da colônia, fração majoritária da população, são “retratados por muitos de nossos historiadores, que frequentemente os veem, tal como os senhores rurais da época, como uma multidão de bando-leiros e desclassificados [...]”.¹²⁹

De fato, essa observação pode ser confirmada, por exemplo, no duro relato de Auguste Saint-Hilaire sobre a população do sertão mineiro, na segunda década do século XIX, “quase toda ela composta de homens de cor”:

A indolência dos habitantes do sertão é talvez, maior ainda que a de outros mineiros. Sua fisionomia revela-lhes a índole, e se encontra a expressão desse defeito em todos os movimentos do seu corpo. Aliás, o calor do clima convida bastante os homens dessa gleba a entregarem-se à ociosidade. A criação de gado, a que se entregam, exigindo pouca atividade, favorece sua tendência a moleza, e a má alimentação que quase sempre ingerem, contribui ainda mais para tirar-lhes a energia. [...]

A indignação é a companheira ordinária da preguiça. Por isso, apesar das vantagens que apresenta sua terra, os habitantes do deserto são de uma pobreza extrema. Por um espaço de cerca de vinte léguas, entre a fazenda de S. Eloi e a denominada Riacho de s. Lourenço, não vi no campo senão choupanas em parte arruinadas.¹³⁰

¹²⁸ PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], 2011, pp. 298-299. Sobre as referências neste excerto: [a] COUTY, Louis. *L'esclavage au Brésil*, 1881; [b] A respeito de *No tempo de Couty*, trata-se, portanto, do final do século XIX; e [c] VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação* [1798, 1802], 1922.

¹²⁹ GUIMARÃES, Op.cit., p. 117.

¹³⁰ SAINT-HILAIRE, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, 1975, pp. 308–309.

Pode ser encontrada também nas palavras do geógrafo Wilhelm von Eschwege, em *Pluto Brasiliensis*, com base em sua vivência no Brasil e em Minas, na década seguinte do oitocentos:

Também se pode crer que tão logo não possa mais comprar escravos o rico não dispensará mais agasalho ao pobre senão em troca de serviços, o que virá, sem dúvida, acabar com a *vadiagem*. Tal prática, porém, seria suficiente para reprimir a *malandragem* e outros *vícios inveterados*?

Por que se sujeitaria um indivíduo livre a trabalhar o ano inteiro para um estranho, se vive em um Paiz, como o Brasil; onde qualquer terra pode ser lavrada e ninguém precisa trabalhar senão 4 semanas para obter o que comer, sem necessidade de perder a liberdade?

É possível que a esperança em grandes lucros leve o homem livre a trabalhar; mesmo nesta conjuntura, porém, o brasileiro preferiria viver na pobreza, independentemente, a viver no luxo e na riqueza, caso fosse obrigado a trabalhar.¹³¹ (grafia original, grifos meus)

Esse cenário desigual e contraditório, marcado por uma disponibilidade vultuosa de terras baratas e improdutivas, coexistindo com uma multidão de pobres alijados da vida social e econômica, constitui-se num legado colonial que, com diferentes feições e modos, alcança os dias de hoje. Um legado comum a toda a colônia, mas agravado nos sertões, inclusive nos de Minas Gerais.

Essa observação pode ser depreendida dos relatos de Teodoro Sampaio¹³², ao final do século XIX, nas suas andanças pelos sertões baianos e mineiros. Navegando o São Francisco, por exemplo, rio acima, nas imediações da foz do Paracatu, em direção ao Rio das Velhas, diz ele das terras:

¹³¹ ESCHWEGE, *Pluto brasiliensis*, 1944b, p. 449.

¹³² Teodoro Sampaio foi engenheiro da Comissão Hidráulica, encarregada dos estudos de navegação pelo interior do país. Em 1879 e 1880, viajou cerca de 3 mil quilômetros da foz do São Francisco, no Oceano Atlântico até Pirapora-MG, retornando pelas trilhas da Chapada Diamantina.

Disseram-me que são aqui muito baratas as terras. Uma légua de terra na margem do rio com duas para três de fundo, encerrando largos tratos de cultura e muita várzea para solta do gado, vende-se aqui ao preço de 600\$, se tem alguma benfeitoria, e custa ainda menos se o solo é inteiramente baldio, ainda que compreendendo matas com muita madeira aproveitável, como o cedro, a aroeira, pereiro e outras próprias para construções. Nas margens do Paracatu e do Uruçuia, as terras são ainda mais baratas e excelentes para lavouras.

As terras têm aqui, de fato, muito pouco valor. Os proprietários cedem-nas gratuitamente aos moradores para fazerem suas plantações¹³³ e estes obtêm quanto desejam, derrubando as matas, tirando madeira em verdadeira devastação.¹³⁴

Antes, ainda na Bahia, em direção a Minas, descreve ele a marginalização que lhe salta aos olhos:

Daqui pra cima, em ambas as margens do rio São Francisco, não faltam moradores. A população é mesmo numerosa, bem que pouco produtiva. Vive alheia às leis econômicas. Produz apenas o preciso para viver. Não importa, porque não produz para trocar, nem troca ou permuta porque não tem mercado para fazê-lo. [...]. Nas povoações ribeirinhas, o aspecto de pobreza e de atraso é extremo.¹³⁵

Novamente em Minas, ao Norte, abaixo da localidade de São Francisco, ainda que em local fértil e de qualidade de solo, denotado pelo vigor das plantações, Sampaio ressalva sobre a população pobre: "Mas não é sadio; pelo que a população definha, minada pelas febres palustres endêmicas no lugar".¹³⁶ E já nas imediações da foz do Velhas, à beira do sertão central, ele reitera a condição de pobreza dos lugares e das pessoas:

No dia 13 pelas seis horas da tarde alcançamos a barra do rio das Velhas depois de percorrermos cerca de onze léguas com excelente viagem. Ancoramos em frente ao arraial da *Manga*, pequeno e pobre lugarejo, de feio aspecto como o de *Porteira*, que lhe fica bem

¹³³ Sobre a cessão de terras por proprietários a moradores para suas lavouras, Alberto Guimarães (Op.cit., p.106) fornece uma visão crítica: "E, se [os grandes senhores] lhes concediam pequenos tratos de terra para a agricultura necessária ao seu sustento, era com a finalidade de mantê-las subjugadas, como mão de obra de reserva, dentro ou às proximidades dos latifúndios".

¹³⁴ SAMPAIO, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina* [1906], 2002, pp. 174-175.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 97.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 157.

próximo. (...) Apesar da excelente posição do povoado, sob o ponto de vista comercial, na confluência de dois grandes rios, e das boas terras ao redor, a pobreza aqui é muito sensível. O povo é extremamente pobre, alimenta-se de peixe e se contenta com isso. A carestia nesses lugares é incrível. Não conseguimos, apesar do maior empenho, obter que nos vendessem um pouco de sal, alguns gêneros de primeira necessidade, e uma rês. Tivemos, pois, que partir para Pirapora, cinco léguas mais acima, sem reforço de munição de boca, e o mais triste ainda é que nos anunciavam ser a nossa penúria irremediável porque para adiante, na direção que levávamos, não havia onde comprar coisa alguma.¹³⁷

Ultimando o desenho da formação socioespacial do sertão central de Minas, cabe enfatizar, sinteticamente, a forma singular de agenciamento dos diferentes modos de produção nesse espaço, ao fim do período colonial, e sua articulação com o mercado interno provincial.

O século XIX encontra essa região subordinada à extensa comarca do Rio das Velhas, que tinha sua sede em Sabará. Estava constituída por poucos e pequenos povoados — alguns com registros fiscais instalados, como Zabelê, Jequitibá e Sete Lagoas, e Curvelo como a maior freguesia — e várias fazendas, as mais rústicas com pastos de gado e culturas de subsistência, as de terras de várzea e de maior poder econômico com atividades pastoris associadas a culturas mais relevantes, inclusive de cana para engenho de açúcar e cachaça.

Nas grandes fazendas que dominavam as bacias dos rios das Velhas e Paraopeba, até o São Francisco, prevalecia a produção escravista como modo dominante; nas pequenas propriedades, algumas também a produção escravista; em outras, a camponesa associada ao emprego de homens e mulheres escravizados; e em outras mais, provavelmente a grande maioria numérica, a produção exclusivamente familiar do agricultor pobre — o modo de produção secundário. Esse é o cenário provável de um ambiente inteiramente rural, sem nenhuma estrutura urbana embrionária de relevo.

Dessas fazendas e currais, para o mercado interno provincial, especialmente de Ouro Preto e Mariana, passava pelo registro de Sete Lagoas¹³⁸ sobretudo gado bovino, secundariamente

¹³⁷ Ibidem, p. 177.

¹³⁸ "Do posto fiscal de Sete Lagoas possuímos apenas um livro que vai do ano de 1762 a 1764. São ao todo 491 registros com 241 comerciantes. Aqui 15 comerciantes são responsáveis por 158 registros (...)." (CHAVES, 1999, p.135)

equino. Em proporção menor, cargas de secos e molhados, peixe e peixe seco, sola, sebo, couro e sal. Não se comercializava carne de sol. Relativamente a outros registros contemporâneos, um grupo reduzido de comerciantes era responsável por uma maior frequência, relacionada a uma maior especialização — o comércio de gado bovino, naturalmente.¹³⁹ Para além do proprietário de terras, essa elite de comerciantes — o capital mercantil emergente — apropriava-se do trabalho excedente, gerado tanto por mão de obra escrava quanto por mão de obra livre e camponesa.

À margem de tudo isso, uma multidão que desconhecia e resistia ao sistema de assalariamento, parte errante e desocupada, parte ocupando terras largadas em pequenas posses, conhecia a pobreza e vivia atormentada por doenças e sem acesso à educação, à justiça, à cidadania e a outros direitos.¹⁴⁰



Crédito: recorte de foto disponível na internet

¹³⁹ CHAVES, *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*, 1999, pp. 135/137.

¹⁴⁰ MARTINS, *Crescendo em silêncio*, 2018, p. 319.

4.3 A formação socioespacial do sertão central de Minas em meados do século XX

Quais características da formação socioespacial colonial do sertão central mineiro atravessaram o século XIX e alcançaram o século XX, até os seus meados, e quais processos socioeconômicos novos emergiram nesse período?

Por mais que esse século e meio conforme um período de profundas transformações político-institucionais e socioeconômicas no país, convertendo-o de uma colônia num império e, depois, numa república; de uma economia de acumulação primitiva numa economia capitalista e de uma sociedade agrária numa incipiente sociedade urbano-industrial, os traços da formação colonial regional persistiram, ainda que assumindo novas feições.

Começo pelo elemento determinante da formação socioespacial colonial: o escravismo. No século XIX, o Brasil internalizou a contradição que marcou os séculos XVII e XVIII no plano internacional: a coexistência do sistema capitalista mercantil europeu e do sistema escravista nas colônias tropicais. Por um lado, se a colonização se constituiu “num dos elementos, quiçá o mais importante, no processo de fortalecimento dos Estados modernos e de superação das limitações ao desenvolvimento da economia capitalista europeia”¹⁴¹; por outro, renasceu nela, “na época moderna, no mundo colonial, a escravidão e toda uma gama de formas servis e semi-servis de relações do trabalho, precisamente quando na Europa tende a se consolidar a evolução no sentido contrário, isto é, da difusão cada vez maior do regime assalariado”.¹⁴² A mais, para além da exploração do escravo na lavoura tropical, abriu-se “para a classe empresarial europeia todo um importante setor mercantil, portanto, de acumulação capitalista, e dos mais significativos: o [próprio] tráfico de escravos”.¹⁴³

No Brasil oitocentista, o regime de escravidão não deu ouvido ao grito de *independência ou morte*, de 1822, nem se constrangeu diante da progressiva inserção do país no “mercado capitalista especificamente moderno”¹⁴⁴, estabelecendo um igual nível de contradição, durante

¹⁴¹ NOVAIS, *O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial*, 1969, p. 50.

¹⁴² *Ibidem*, p. 59.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 60.

¹⁴⁴ FERNANDES, *A revolução burguesa no Brasil*, 1976, p. 224.

todo o período do Império, com a escravização e o tráfico de homens e mulheres africanos, agora comandados não mais por agentes metropolitanos, mas da própria economia colonial.

No início do século XIX, os movimentos de emancipação política no país foram liderados por esses agentes locais sem nenhum interesse em qualquer ruptura com a forma de organização da produção. A manutenção do *status quo ante* atendia tanto aos interesses das classes exportadoras, dos seus agentes e dos comerciantes urbanos brasileiros, quanto dos países europeus, especialmente a Inglaterra, já mais interessados no comércio do que na produção tropical. Depois de um processo transitório, sob dominação imperialista externa, em meados do século, o país avançou para uma *economia capitalista dependente*. Em meio a essas transformações, paradoxalmente, as estruturas produtivas arcaicas, incluindo o escravismo, foram reforçadas para preservação do esquema de exportação-importação de matéria-prima e bens primários.¹⁴⁵

Nesse século, o Rio de Janeiro, porto oficial de entrada de escravos, tornou-se o maior porto escravista do mundo.¹⁴⁶ O escravo como bem de luxo era irrelevante; no entanto, do ponto de vista sistêmico, era um insumo produtivo inorgânico equivalente a uma máquina e, por decorrência, um indicador do nível de atividade econômica.¹⁴⁷ O último grande ciclo agrário exportador brasileiro do oitocentos — o ciclo do café, que viria a financiar o processo de industrialização nacional, no século seguinte — foi estruturado ainda em bases escravistas. A proibição do tráfico, em 1850, não decorreu de uma evolução das relações sociais internas, generalizada em todo o país, mas de imposição externa. E a abolição propriamente dita foi postergada ao limite, até às portas do século XX, quando todos os demais países da América já a tinham declarado.

Minas Gerais demonstrou enorme apego ao sistema escravista, durante todo o século XIX, não apenas em função do seu emprego na nova economia cafeeira, concentrada na zona da Mata, mas em todas as regiões. Segundo Roberto Martins, Minas importou, então, mais escravos,

¹⁴⁵ FERNANDES, *Capitalismo dependente e classes sociais no Brasil*, 1973.

¹⁴⁶ MARTINS, *Crescendo em silêncio*, 2018, p. 544.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 541.

em termos líquidos, do que qualquer outra província. Além disso, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro, apresentou os mais baixos índices de manumissão.¹⁴⁸

Diferentemente de outras regiões do país, “onde a base econômica do sistema servil estava se desmoronando, como foi o caso do Rio Grande do Sul e de algumas províncias nordestinas atingidas pela seca nos anos setenta [1870]”¹⁴⁹, Minas manteve a cultura da escravidão. É de se deduzir que, mesmo após a abolição, no final do século XIX, estendendo-se pelas primeiras décadas do século XX, os traços de servilismo tenham se mantido nas relações sociais. Como os centros irradiadores de mudanças eram os centros urbanos, por certo, esses traços servis permaneceram mais intensos onde a presença deles era mais rarefeita e as transformações econômicas processavam-se mais lentamente, como nos fundos do sertão central, em direção ao Norte de Minas.

Isso se explica, em parte, pelo que Martins configura como um quadro de isolamento e autossuficiência de Minas, ao longo do século XIX: “A estrutura econômica que tomou forma no final do setecentos permaneceu essencialmente inalterada, e suas linhas principais — autossuficiência e independência dos mercados externos — foram reforçadas ao longo do século XIX. Em muitos lugares da província, essa estrutura sobreviveu ao império e persistiu até o século atual”.¹⁵⁰ Mesmo o surgimento da lavoura do café não foi capaz de mudar esse quadro, senão restritamente nos limites da zona da Mata, sem alterações no resto da província. Minas se defrontava com séria limitação imposta pelo sistema de transporte, ainda baseado nas acidentadas trilhas coloniais¹⁵¹, o que determinava uma economia mais fortemente voltada para o mercado interno à própria província¹⁵². Com base em informe do cônsul britânico no Rio (1887), Martins afirma que “em Minas a maioria se ocupa [ocupava] com a criação de gado, fazendas e posses de subsistência”.¹⁵³ As bases econômicas rurais coloniais atravessaram o século XIX e persistiram até o XX; as mudanças sociais e econômicas foram tardias.

¹⁴⁸ Ibidem, pp. 195–196.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 196.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 206.

¹⁵¹ Ibidem, p. 211.

¹⁵² Ibidem, p. 224.

¹⁵³ Ibidem, p. 214.

No mundo rural pós-escravista, na primeira metade do século XX, não se podia falar em uma conversão real do regime servil ao regime assalariado. A legislação brasileira, nesse tempo, manteve o trabalhador rural inteiramente à sua margem. A Constituição Federal de 1934 faz menção a ele, mas através de dispositivos desprovidos de qualquer efeito prático, dependentes de norma regulamentadora que não foi editada no período de vigência daquela carta.¹⁵⁴ A Constituição do Estado Novo, outorgada em 1937, abandona por completo a preocupação com o trabalho no campo: a palavra *trabalhador*, quando chamada à ordem, tinha por destinatário o operário da cidade; o vocábulo *rural*, empregado uma única vez em todo o seu texto, insere-se na proteção à posse fundiária por meio do usucapião e apenas nisso. A Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT (LF nº 5.452/1943), marco do trabalhismo brasileiro, o excluiu expressamente de seus efeitos¹⁵⁵. De forma similar à CF/1934, a Constituição de 1946 não tratou objetivamente dos direitos desse trabalhador, senão apenas de forma acessória, dentro da política territorial de fixação do homem no campo e de menção difusa e ineficaz a direitos de estabilidade e indenização¹⁵⁶. Até esta época, do ponto de vista da garantia legal de direitos, o trabalhador rural foi deixado ao *deus-dará*.

O depoimento de um dos entrevistados na pesquisa evidencia que essa fragilidade regulatória nacional teve impacto também nas áreas rurais do sertão central, onde se observava, de forma ostensiva, a permanência de traços de regimes servis:

¹⁵⁴ *Constituição de 1934*: Art 121 A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País. (...) § 4º - O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas.

¹⁵⁵ *CLT/1943*: Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando for em cada caso, expressamente determinado em contrário, *não se aplicam*: (...)

b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais.

¹⁵⁶ *Constituição de 1946*: Art 156 A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras pública. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados. (...)

Art 157 A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão nos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria da condição dos trabalhadores: [...]

XII - estabilidade, na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir.

[As fazendas eram grandes áreas] e essas grandes áreas tinham muito a ver também com uma mão de obra muito abundante que fazia com que, como o processo de industrialização brasileiro estava muito atrasado, não tinha muita oportunidade. Então o processo migratório, ele estava bem mais atrasado, do campo para a cidade. Com isso, nas grandes fazendas se desenvolvia aquele conceito, *que era um resquício inclusive da escravidão*, que era de você ter o fazendeiro como o provedor e, em volta dele, se agregavam as famílias de pessoas que trabalhavam pra ele. E ao trabalhar para ele *os regimes de exploração da terra estavam muito concentrados nessa questão da terça, do meeiro, que era uma forma, na realidade, de você ter aquela mão de obra mais fixa, tendo interesses de exploração das terras junto às fazendas.*¹⁵⁷

Tudo leva a crer que, no sertão central, quando não se lançou mão de formas de trabalho análogas à escravidão, preservou-se a cultura do país de subjugação e dependência historicamente construída entre o fazendeiro e o vaqueiro, nos períodos colonial e pós-colonial, relatada por Euclides da Cunha¹⁵⁸ e Francisco Carlos Teixeira da Silva¹⁵⁹, ou empregou-se a estratégia de conformar um exército de mão de obra disponível, agregando famílias de lavradores pobres ao redor das fazendas em troca de pequenos favores e serviços. Mateiros dependentes de trabalhos temporários, como os lendários irmãos Piriás, nos anos 1970, não foram personagens raros e alegóricos na região, mas os descendentes da multidão de *desclassificados, inúteis e inadaptados*, de quem falam Prado Junior¹⁶⁰ e Alberto Guimarães¹⁶¹, também dos tempos da colonização, agora certamente em número mais avultado pela soma dos homens e mulheres libertados do subjugo da escravidão, mas não da indigência econômica.

Essas relações sociais primitivas, herança indelével do colonialismo, não se alteraram até que o capital impusesse novas formas de regulação e novas engenharias produtivas, mais convenientes à sua produção e reprodução: de forma articulada, a industrialização na cidade e a oligopolização corporativa do campo determinaram a realocação de pessoas e a proletarianização do trabalhador rural e urbano. Mas, efetivamente, isso só viria a se processar nas décadas finais dos anos 1900. Mais uma vez, a narrativa do entrevistado E.14.CAMPO sinaliza que esse processo só teria repercussão no sertão central a partir da década de 1960:

¹⁵⁷ Entrevistado E.14.CAMPO: 07':02".

¹⁵⁸ CUNHA, *Os sertões* [1902], 2016.

¹⁵⁹ SILVA, *Pecuária e formação do mercado interno do Brasil-colônia*, 1997b.

¹⁶⁰ PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], 2011.

¹⁶¹ GUIMARÃES, *Quatro séculos de latifúndio*, 1968.

Quando começa a questão trabalhista a entrar no campo, a regulação? Basicamente quando começou a haver o processo migratório do campo para a cidade, onde era atraente do ponto de vista de ter escola na cidade, ter saúde na cidade, ter, vamos dizer assim, oportunidades de emprego com condições melhores. [...] Quando que ela [*a legislação trabalhista*] começa a chegar? Ela começa a chegar justamente por causa disso, desse efeito de competição. Então isso, a partir desse momento, dessa migração, e o [*fulano*]¹⁶² inclusive coloca de forma muito interessante esse negócio da migração, ele fala o seguinte: era melhor ser engraxate na cidade do que ser trabalhador rural. Eram as luzes da cidade que atraíam esse tipo de coisa. [...] Isso é praticamente da década de 60 pra cá. *Antes a estrutura era, extremamente, das fazendas com todos os colonos morando na fazenda*, tanto que essas fazendas maiores elas tinham casas de colonos.¹⁶³

Nesse quadro, o Estatuto do Trabalhador Rural só seria editado em 1963, ainda assim, sem ter qualquer aplicação de fato e a Constituição de 1967, do período ditatorial, ignoraria o tema, espelhando a do Estado Novo. Só nos anos 1970, viria a ser instituída a figura jurídica de trabalhador rural e a ser estendido para o campo os direitos do trabalhador urbano, como o direito a aposentadoria. Constitucionalmente, essa igualdade de direitos só seria reconhecida em 1988, um século depois da abolição da escravatura. Isso no texto da lei; não necessariamente, na realidade das relações sociais no campo, sobretudo nos grotões do sertão.

Embora a formação socioespacial dessa região já fosse hegemonicamente caracterizada pelo modo de produção capitalista, a sua incidência no ambiente rural às custas de formas primitivas de extração de sobretrabalho — em pleno século XX — é um ponto particularmente importante nesta tese, quando se discute a base rural do processo de urbanização regional centralizado em Sete Lagoas, na metade seguinte desse século.

Ao final dos anos 1950, a atividade principal desenvolvida nesse modo de produção no sertão central continuava sendo a pecuária, mas com agregação dos primeiros melhoramentos de rebanhos, com introdução de gado zebuino indiano na pecuária de corte, nas terras de

¹⁶² Como por opção metodológica decidiu-se por não dar conhecimento dos nomes dos entrevistados, nesta pesquisa, de forma a permitir uma maior liberdade interpretativa, sem necessária vinculação da linha de pensamento deles à linha que eu adoto na pesquisa, decidiu-se também omitir nomes mencionados nas entrevistas, salvo em caso de nomes públicos, cuja declinação for necessária para compreensão do contexto da fala.

¹⁶³ Entrevistado E.14. CAMPO: og':42".

cerrado, e de cruzamento de gado holandês no desenvolvimento da pecuária leiteira, nas terras mais férteis, em substituição parcial ao gado *curraleiro* do sertão:

Então começa aqui na região, e o padrão de aproveitamento era das terras melhores mesmo, onde se instalavam as lavouras e a pecuária. A pecuária de leite começa a entrar aqui na região basicamente em função de alguns pioneiros. [...] Aí já era o movimento do gir, que foram as primeiras introduções de gir. então... Isso é em torno de 60, 62, por aí. Tudo está nessas décadas de sessenta, cinquenta e pouco, sessenta. No caso da entrada do gado de leite tem também a formação das Cooperativas, por exemplo, a Cooperativa de Sete Lagoas foi fundada em 1948. [...] Fundaram essa Cooperativa porque já havia necessidade de agregação de produção leiteira, que era uma tendência nas fazendas de terras melhores. Nas fazendas de cerrado, extensivas e coisa, não era por exemplo. [...] Esse material de origem [a diferença de solos de rochas de calcário e de ardósia] dá praticamente uma divisão muito clara, muito em termos da tecnologia. Ou seja, enquanto as fazendas melhores tinham exploração de pastagens melhores com gado de leite, o gado de corte estava justamente nas terras piores e do cerrado. Daí a questão da exploração extensiva.¹⁶⁴

De forma primordial, nesse caso, deu-se início a um processo de inovação e apropriação de tecnologia no campo que acabou por consolidar a pecuária de leite na região de Sete Lagoas transformando-a, ainda em meados do século, numa bacia leiteira de relevo no contexto estadual:

Então, dos ciclos de desenvolvimento de Sete Lagoas e região: na época da guerra, *o cristal*, muita gente ganhou dinheiro com aquilo; depois vem a parte do *ciclo do zebu*. Estou falando do campo. [...] No zebu, aí você tem [*teve*] o ciclo do zebu que chega aqui na década de 50, 60. [...] [*O zebu era pra carne*], o zebu pra leite vem muito mais recente nos estudos de cruzamentos que aqui começaram, aqui na região [...], em que eles montaram ali onde é a Embrapa os cruzamentos de gir com holandês, aliás holandês com zebu pra ter esse equilíbrio de adaptação melhor do zebu à condição pior e de produtividade com o holandês. Bem, esse *ciclo do leite*, então a cooperativa foi fundada em 48, se juntam [juntaram] e formam [formaram] a cooperativa central que é a Itambé, Cooperativa Central de Produtores de Leite, e começa [começaram] a desenvolver essa pecuária com influência grande de pessoas como o [cicrano], que descobriu um gado adaptado para terra fraca, lá no Sul de Minas,

¹⁶⁴ Idem: 12':02".

ali na região de Carrancas, Minduri, esse negócio todo. [...] Cruzado! É um gado, na realidade, ele estava sendo selecionado para aquela condição há muitos, muitos anos. Então ele tinha adaptação melhor pra uma condição de coisa e tinha uma produtividade boa. Aí começa essa influência. E com o processo de *divisão das fazendas*, que é um processo de sucessão, aí começa o leite a entrar em propriedades que eram *propriedades médias a pequenas*.¹⁶⁵

Duas questões aí enunciadas requerem destaque: a da *divisão de fazendas* e a das *propriedades de médias a pequenas* na região de estudo. Ainda que não se tenham dados precisos, parece correto afirmar para o caso específico do sertão central, como faz Roberto Corrêa¹⁶⁶ para o contexto geral do país, que a grande propriedade continuou inerente à formação socioespacial regional. Não obstante, cabe relativizar a noção de grandeza, no século XX, da grande propriedade colonial originada da sesmaria. Sabidamente, uma série de processos de desmembramento — partilhas por processos sucessórios, arrendamentos, sucessivas alienações de glebas etc. — conduziu a novos padrões dimensionais, bastante mais reduzidos.

O outro ponto de destaque está na convivência de grandes propriedades com *propriedades de médias a pequenas*. Por certo, essas propriedades leiteiras de portes menores replicavam as práticas das grandes fazendas e estavam inseridas no mesmo modo de produção capitalista, inclusive no que diz respeito a manutenção de formas servis de extração de sobretrabalho, ainda que outras propriedades de pequeno porte, continuassem sendo, numa linha histórica desde a colônia, de produção familiar, conformando, acentuadamente a partir século XIX, um modo de produção não hegemônico.

Para além das atividades agropecuárias, a principal mudança na formação socioespacial do sertão central, na metade do século XX, foi o surgimento de uma economia urbana — inicialmente comercial e de serviços e, em seguida, industrial. Nesse caso, se a estrutura urbana regional era praticamente inexistente no começo dos anos 1800, 150 anos depois ela já mostrava as feições gerais que prevaleceria tempos afora, ainda que em outra escala: uma região

¹⁶⁵ Idem – Tempo: 17:23.

¹⁶⁶ CORRÊA, *Estudos sobre a rede urbana* [2004], 2015, p. 282.

desigual, de baixa densidade urbana, com centralidades concentradas, então restritas a duas *idades* de maior porte¹⁶⁷: Curvelo, a principal delas, e Sete Lagoas.

Florestan Fernandes¹⁶⁸, periodiza o capitalismo dependente brasileiro em três fases: uma fase de transição *neocolonial*, quando se tem a eclosão de um *mercado capitalista moderno*, da abertura dos portos até meados do século XIX; uma fase de formação e expansão do *capitalismo competitivo*, até meados do século XX, quando se tem a consolidação da economia urbano-comercial e a primeira transição industrial; e com caráter mais estrutural no período militar, desde então, a irrupção do *capitalismo monopolista*, marcado pela dominação das operações comerciais, financeiras e industriais por grandes corporações, estrangeiras, estatais e mistas. Adotando-se essa classificação geral, é de se observar que o sertão central de Minas chegou aos anos 1950/1960 avançando na direção de uma economia urbana, da segunda fase capitalista brasileira, mas com atraso histórico, sem tê-la integrado plenamente. De fato, não se pode afirmar que os traços ainda incipientes da atividade industrial regional já tivessem cumprido conclusivamente a tarefa de promover a primeira transição industrial e consolidar a economia urbana do capitalismo competitivo preconizado por Fernandes.

Esse impulso urbanizador regional, nas décadas finais do oitocentos e nas primeiras do novecentos, antes de consolidar uma economia urbana, foi uma extensão da economia rural: a industrialização emergente adveio da crescente conversão do dinheiro acumulado nas fazendas e atividades mercantis relacionadas a produtos rurais¹⁶⁹ em capital industrial, comercial de caráter urbano e, timidamente, financeiro, dando passos iniciais no estabelecimento de novas relações de produção com mecanismos de extração de mais-valor regulados e remunerados.

Ainda outra característica desse processo deve ser observada no fato de que essa riqueza não apenas foi amealhada no ambiente rural, mas no ambiente rural *regional* — sem participação

¹⁶⁷ O Censo Demográfico de 1950 utiliza as categorias *cidade* para o distrito sede municipal, *vila* para os demais distritos e *quadro rural* para a população do campo.

¹⁶⁸ FERNANDES, *A revolução burguesa no Brasil*, 1976, p. 224.

¹⁶⁹ A título de exemplo, sabe-se que a origem do capital de João da Mata Teixeira, o principal investidor entre os 42 sócios originais da Sociedade de Fiação e Tecidos Cachoeira dos Macacos, foi o comércio de gado e de Antônio Mascarenhas, da fábrica da Cedro em Tabuleiro Grande, o comércio de produtos agropecuários e, sobretudo, de sal.

relevante de agente econômico externo. Esse caráter endógeno da formação de capital configura uma marca da industrialização do sertão central que iria a prevalecer até o final do século XX, de forma diversa do que passou a suceder no seu processo agrário e industrial posterior.

Esse movimento econômico regional presente no sertão central insere-se no fenômeno mais amplo, de amplitude nacional, que Nelson Werneck Sodré¹⁷⁰ vincula aos efeitos da proibição do tráfico de escravos em 1850 sobre a propriedade territorial. A preservação da rígida e arcaica fisionomia da sociedade brasileira, marcada pela desigualdade do senhor ao escravo, compactava o ambiente para a existência de atividades livres, de atividades urbanas e de atividades comerciais, para a afirmação da classe média e do proletariado e para o próprio desenvolvimento das cidades. A obstrução do tráfico “não se refletiu apenas na situação da propriedade territorial, impedida de recrutar braços novos para o trabalho rural e condenada a viver do crescimento vegetativo das massas de escravos, mas também na situação dos capitais invertidos no tráfico, em parte brasileiros”.¹⁷¹ Sendo assim, “fechado esse caminho natural, restava aos capitais então disponíveis a descoberta de novas aplicações, que só se poderiam encontrar no quadro das atividades urbanas”.¹⁷²

Registrando as lentas transformações que vão, cumulativamente, rompendo o quadro estático que continuava marcado pela conjugação da propriedade territorial com o regime servil, Sodré afirma:

A segunda metade do IV século [século XIX], malgrado a aparente calma política que a caracteriza, apresenta mudanças sensíveis. O aparecimento de técnicas novas — técnicas de transporte, com as ferrovias; de navegação, com o navio a vapor; de comunicações, com o telégrafo; de produção, com as primeiras máquinas destinadas à indústria de transformação, que emerge de um primitivismo desolador — correspondem à ampliação do mercado interno, de um lado, e ao aumento do volume e do valor da produção agrícola, agora representada por novas culturas. Não é por outra razão que o aparelhamento bancário, que até aí

¹⁷⁰ SODRÉ, *As classes sociais no Brasil*, 1957.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 39.

¹⁷² *Ibidem*, p. 40.

não encontrara, começa a desenvolver-se. A acumulação financeira já pode ter lugar, e o sistema de crédito começa a existir.

Tais alterações, embora afetem pouco a propriedade territorial, provocam, nas classes que encontram na cidade, o seu ambiente natural, mudanças de grande importância. O crescimento do mercado interno (...) adquire um ritmo acelerado. A atividade comercial amplia consideravelmente o seu quadro e já indica a presença, cada vez mais ativa, de uma burguesia cuja importância se acentua. O mercado de trabalho, sofrendo os profundos reflexos da vizinhança do regime servil, não cessa de crescer. *A função da cidade se define com nitidez.*¹⁷³ (grifo meu)

Essas alterações verificam-se no sertão central de Minas, a partir da década de 1870, com as indústrias têxteis. Embora fossem indústrias tipicamente urbanas, o seu elemento localizacional determinante — a força motriz hidráulica — desviou as suas plantas fabris das principais aglomerações regionais e levou-as para áreas rurais, próximas a cursos e quedas d'água, onde conformaram vilas operárias que se converteriam em pequenas cidades, décadas a frente.

Sabe-se que o plantio de algodão era uma tradição colonial em toda a província. Segundo Roberto Martins, com base em relatos de viajantes, no século XIX, o seu cultivo estava em Itabira, Queluz, Carandaí, São João del Rei e outras partes da comarca do rio das Mortes, no vale do São Francisco, de Abaeté a Pirapora, sobretudo, em Minas Novas, nos vales dos rios Jequitinhonha e Araçuaí: Fanado, Água Suja, Peçanha, São Domingos, Chapada, Sucuriú, Bom Jardim e São Miguel, e *também em pequenas roças no vale do rio das Velhas*¹⁷⁴. Curvelo, em especial, no início dos anos noventa, tinha a fama de *terra do ouro branco* por sua tradição em cotonicultura. Embora fosse um produto de exportação, com seu auge nas primeiras décadas daquele século, não era plantado no sistema de *plantation*: “o algodão era uma cultura camponesa, de pobre, não exigia capital, e não utilizava trabalho escravo”¹⁷⁵. O algodão, portanto, não era fato novo e já integrava a cultura mineira e sertaneja; o que ocorreu de inovador, nesse tempo, foi a substituição dos teares artesanais responsáveis pela

¹⁷³ Ibidem, p.41.

¹⁷⁴ MARTINS, *Crescendo em silêncio*, 2018, pp. 226-227

¹⁷⁵ Ibidem, p. 229.

fabricação dos rústicos *panos de Minas*¹⁷⁶ por maquinário moderno, com razoável nível de automação, em ambiente fabril, para produção de tecidos em escala para o mercado nacional.

A indústria têxtil tinha um precedente malsucedido, próximo à região, em Conceição do Serro¹⁷⁷, de 1848, a Cana do Reino. Em outro contexto, a fábrica do Cedro, em Tabuleiro Grande¹⁷⁸, foi criada em 1872; em 1877 começou a operar a Fábrica da Cachoeira, em Santo Antônio do Curvelo¹⁷⁹; em 1886, foi criada a Sociedade de Fiação e Tecidos Cachoeira dos Macacos, junto ao ribeirão Macacos¹⁸⁰, em Inhaúma, então distrito de Sete Lagoas¹⁸¹; próximo a essa época, foi criada a Fábrica de São Vicente¹⁸², em Baldim. As fábricas da Cedro, Cachoeira e São Vicente, adiante, foram integradas numa mesma sociedade, a Cedro e Cachoeira. Em todos esses casos, o maquinário importado foi levado, desde o porto do Rio de Janeiro, em lombo de burro, até o sertão.

Esse pioneirismo industrial das tecelagens, ainda na vigência da escravidão no país, deu-se de forma inexoravelmente contraditória, no que diz respeito às relações sociais estabelecidas. Se, de um lado, elas instauraram ostensivamente na região um modelo industrial próprio da grande indústria, com a subsunção efetiva da força de trabalho do proletário ao capital; de outro, elas o fizeram valendo-se paradoxalmente da exploração de braços de homens e mulheres escravizados na construção de praticamente todas as suas modernas fábricas.

Nesse ponto, vale chamar a atenção para forma não linear com que se deu esse processo inicial de industrialização regional com a grande indústria, como a têxtil, antecedendo o surgimento da indústria manufatureira. Com efeito, indústrias com resquícios de manufatura, com perfis organizacionais simplificados, geralmente familiares, e emprego de tecnologia rudimentar, desenvolvida localmente e dependente de um volume considerável de operações

¹⁷⁶ Tipo de fazenda grossa de algodão cru, produzida de forma doméstica e artesanal, nas fazendas, áreas urbanas e no setor camponês, em toda a província, de forma crescente, ao longo de todo o século XIX.

¹⁷⁷ Atual Conceição do Mato Dentro.

¹⁷⁸ Tabuleiro Grande era o nome original de Paraopeba. A instalação da indústria têxtil dos Mascarenhas foi a origem da cidade de Caetanópolis.

¹⁷⁹ A fábrica ao lado do ribeirão Santo Antônio deu origem a Inimutaba, município desmembrado de Curvelo.

¹⁸⁰ A fábrica ao lado da cachoeira do ribeirão Macacos deu origem à cidade e município de Cachoeira dos Macacos, hoje denominada Cachoeira da Prata.

¹⁸¹ A fábrica da Cedro Cachoeira na cidade de Sete Lagoas, propriamente, só viria a ser instalada em meados do século XX.

¹⁸² São Vicente é distrito de Baldim, ainda nos dias de hoje.

humanas, só vieram a ser instaladas, nas primeiras décadas do novecentos, em área urbana.¹⁸³ As primeiras dessas indústrias foram indústrias alimentícias — fábrica de massas (anos 1910) e de produtos de milho (anos 1930) — e indústrias cerâmicas (1940), em Sete Lagoas, e de óleo de caroço de algodão (anos 1920), em Curvelo. Novas indústrias mecanizadas e automatizadas, então em área urbana, só despontaram no meio do século, com as fábricas de beneficiamento de leite¹⁸⁴ (1950) e a fábrica do grupo Cedro e Cachoeira (1960), em Sete Lagoas, e a indústria de tecidos finos (1940), em Curvelo. Então, com efeito, essas duas cidades que eram o *lugar do mercado*, das trocas, do comércio e dos serviços, passaram a ser também o *lugar da indústria*, como comprovam os Gráficos 1 e 2 seguintes.

¹⁸³ Tomo de Marx os conceitos de *manufatura* e de *grande indústria*. Como forma característica do processo de produção capitalista, por um lado, “a *manufatura* introduz a divisão do trabalho num processo de produção, ou desenvolve a divisão do trabalho já existente; por outro, ela combina ofícios que até então eram separados. Mas seja qual for seu ponto de partida particular, sua configuração final é a mesma: um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos”. Entenda-se, nesse ponto, que os *órgãos são seres humanos* porque “a execução permanece artesanal e, portanto, continua a depender da força, da destreza, da rapidez e da precisão do trabalhador individual no manuseio de seu instrumento” (MARX, *O Capital: crítica da economia política*, - livro I 2017, p. 413).

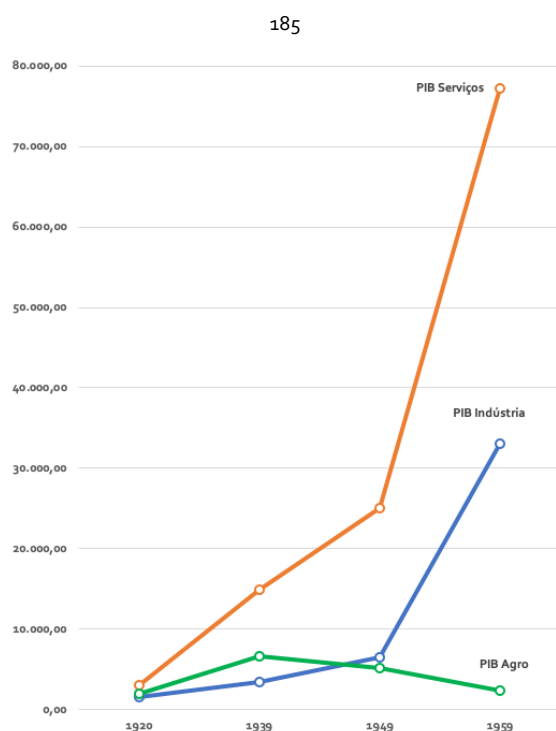
Distintamente da manufatura em que a inovação no modo de produção começa na força de trabalho e como ela passa a se organizar, na *grande indústria* o revolucionário está no *meio de produção*, com a evolução do uso da ferramenta para o uso da máquina e do sistema de maquinaria. Essencialmente, então, a produção mecanizada rompe com o princípio subjetivo da divisão do trabalho e o processo total passa a ser considerado objetivamente, por si mesmo, com base na aplicação técnica da mecânica, da química etc. A partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem precisar da ajuda do homem, mas apenas de sua assistência, temos um sistema automático de maquinaria, capaz de ser continuamente melhorado em seus detalhes. (Ibidem, p. 455)

Sobre a máquina, Marx refuta a ideia de que a diferença entre ferramenta e máquina estivesse na força motriz empregada, respectivamente, se humana ou força natural. Em termos não mecânicos, mas econômicos, elidiz que “a partir do momento em que a ferramenta propriamente dita é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma mera ferramenta” (Idem, ibidem, p.448). E ainda, que a máquina “substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez e é movido por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma.” (Ibidem, p.449)

Sobre a maquinaria, Marx afirma: “Um sistema de maquinaria, seja ele fundado na mera cooperação de máquinas de trabalho do mesmo tipo, como na tecelagem, ou numa combinação de tipos diferentes, como na fiação, passa a constituir, por si mesmo, um grande autômato tão logo seja movido por um primeiro motor semovente.” (Ibidem, p.454)

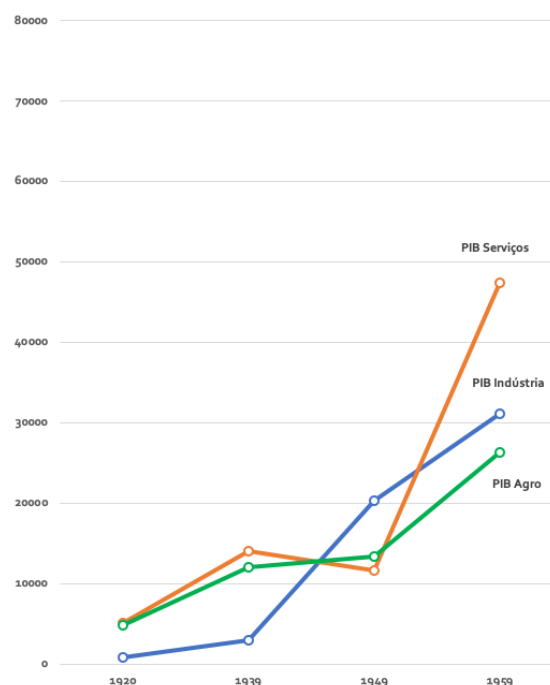
¹⁸⁴ A fábrica da Itambé, vinculada à Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais – CCPR, foi aberta em Sete Lagoas, nos anos 1950, com produção de leite em pó, manteiga, queijo e doce. Antes, a Cooperativa Regional dos Produtores Rurais de Sete Lagoas – COOPERSETE incorporou fábrica de leite de produtor individual, nos anos 1940, criando a fábrica dos Produtos SETE, com beneficiamento de leite e produção de manteiga, queijo e doce.

Gráfico 1: Sete Lagoas — VA por atividade econômica (1920-1959)



Fonte: Elaboração própria com dados do IPEADATA – PIB setorial, valores adicionados, preços básicos

Gráfico 2: Curvelo — VA por atividade econômica (1920-1959)



Fonte: Elaboração própria com dados do IPEADATA – PIB setorial, valores adicionados, preços básicos

Essas iniciativas industriais romperam com as relações de produção tradicionais e precarizadas coexistentes no campo e fizeram mover, ainda lentamente, o modo de produção capitalista, no seu sentido clássico, baseado no assalariamento, dando início à formação do proletariado urbano. Esse conjunto fabril, gerando o efeito atrativo das “luzes da cidade” sobre a população rural¹⁸⁶ e estimulando o processo de urbanização, foi responsável, em certa medida, pelo crescimento verificado da população urbana regional concentrada em Sete Lagoas e, em segundo lugar, em Curvelo.

Confirmando as palavras de Sodré, a riqueza da elite agrícola regional migrou também, na década de 1920, para a formação de uma empresa de crédito bancário, o Banco Agrícola de

¹⁸⁵ Curiosamente, embora atividade agropecuária fosse certamente dominante em toda a região, nesse início do século XX, o seu Valor Agregado parece subrepresentado nos gráficos 1 e 2. Há algumas explicações prováveis para esse fato. Uma, que era uma atividade pouco monetarizada e, portanto, geradora de um fluxo financeiro não visível; outra, de que parte da produção agropecuária, uma vez processada nas cidades adicionava ao valor da indústria.

¹⁸⁶ Entrevistado E.14.CAMPO.

Sete Lagoas, depois Banco Agrícola de Minas Gerais — AGRIMISA¹⁸⁷, que existiria até o final do século. Advirta-se que a ocorrência incomum de um banco local não foi um fator de somenos importância no processo econômico regional, como se deduz de entrevistas da pesquisa de campo, enfáticas em apontar a proximidade entre as elites empresarial e financeira como um fator fundamental para alavancagem de indústrias, na segunda metade do século (ver trechos da entrevista E.1.GUSA¹⁸⁸ e E.13.CARVÃO¹⁸⁹).

No caso da menção de Sodré ao “aparecimento de técnicas novas — técnicas de transporte, com as ferrovias”, um fator de origem externa viria a ter importância capital na reconfiguração econômica da região: a sua inserção na chamada *era ferroviária* nacional, no início do século XX. Marly Nogueira, ao fazer referência a estágios de desenvolvimento de Sete Lagoas, aponta apenas um nessa primeira metade do novecentos, exatamente o relacionado à Estrada de Ferro:

O primeiro [estágio] que remonta a 90 anos, deu-se quando da implantação dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) – posteriormente, Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) e, hoje, ferrovia Centro Atlântica. Na época, empregos foram gerados, a cidade conheceu sua primeira e expressiva expansão urbana e o padrão de vida da população melhorou.¹⁹⁰

Márzio Nascimento, embora considere quatro ciclos econômicos, no mesmo período, também enfatiza o ciclo relativo à Rede Ferroviária como o primeiro e o mais longo deles:

¹⁸⁷ “[...] a cidade foi palco da criação do Banco Agrícola de Sete Lagoas em 1925. Em 1980, esse pequeno banco, o AGRIMISA, já tinha agências nas principais cidades do Brasil, adquirindo um status de banco nacional” (FARIA, NOGUEIRA, OLIVEIRA, *A centralidade de Sete Lagoas e sua relação com os fluxos populacionais desde sua industrialização efetiva* — 1960/2000, 2012).

¹⁸⁸ “Muito! Nessa crise do gusa desses 3 anos, nosso dinheiro não deu pra instalar a usina, nós fizemos uma previsão, mas gastou mais [...] Aí foi uma luta! Mas na época, o Banco Agrícola, eu trabalhava quase sempre com ele [...]. Mas então, era o [fulano] que era gerente, [...], ele me quebrava o galho. Porque o carvão pagava no princípio do mês, dia 10 era dia de pagar carvão. E não tinha dinheiro pra pagar carvão. Aí o Banco Agrícola me arrumava o dinheiro pra pagar. E aí me ajudou demais! Foi assim: se não é o Banco Agrícola na época nós não íamos dar conta de vencer esses 3 anos não. O Banco Agrícola foi fundamental nessa hora. Era muito dinheiro!” (E.1.GUSA: 34’:50’)

¹⁸⁹ “Eu era um intermediário, assim, eu tinha uma porcentagem muito pequena, só que o volume era grande, então eu pegava uma média de 10, 15 talões de cheque por semana. Eu pegava o frete com cheque e pagava o carvão com cheque. Então não entrava dinheiro, o banco Agrícola aguentava meu negócio.” (E.13.CARVÃO: 4’:55’)

¹⁹⁰ NOGUEIRA, *Sobre o desenvolvimento socioespacial de Sete Lagoas*, 1999, p. 35.

Ciclo da Estrada de Ferro Central do Brasil (posteriormente RFFSA)¹⁹¹ — originou-se com o Depósito de Máquinas e Vagões de Sete Lagoas, inaugurado em 1906, o qual foi a origem de um grande complexo de oficinas de manutenção e pátio de permanência de locomotivas. Tal fato criou uma grande demanda de mão de obra especializada, culminando com a criação de uma Escola Profissionalizante da própria Rede, na cidade, cujos reflexos foram determinantes na consolidação do processo de industrialização local. Esse foi o mais longo dos ciclos e se estendeu até meados da década de 1950.¹⁹²

Com efeito, a ferrovia rasgou o sertão inserida na lógica de integração do território nacional, rompendo o relativo isolamento do interior da província. Mesmo em se tratando de um trecho originalmente de menor fluxo de cargas¹⁹³, ela veio a ter um impacto transformador sobre a região. No caso específico de Sete Lagoas, ela antecipou o processo de transformação econômica e urbana, renunciando o tempo da indústria.

¹⁹¹ Os outros três ciclos mencionados são: os do Cristal e da Cerâmica que, a meu ver, não consolidam ciclos propriamente, e o ciclo da Pecuária Leiteira, que já foi exaustivamente tratado aqui. Sobre o primeiro, foi uma atividade que durou poucos anos, no período final da II Guerra, para oferta cristal para produção de componentes eletrônicos. Creio que deve ser entendido mais como um *surto* gerador de riquezas concentradas, em curto espaço de tempo, do que propriamente um *ciclo econômico* propulsor de desenvolvimento regional. Sobre o segundo, embora as indústrias cerâmicas tenham tido importância econômica, sobretudo nas décadas de 1940 e 1960, a melhor análise não me parece ser como um ciclo isolado, mas como parte do processo inicial de industrialização da cidade, junto com outras empresas, de outros setores, como já citado.

¹⁹² NASCIMENTO, *Administração pública e a questão do parcelamento do solo: um estudo de caso em Sete Lagoas*, 2002, p. 67.

¹⁹³ Roberto Martins (MARTINS, *Crescendo em silêncio*, 2018, p. 213) sinaliza que nessa região a lógica de integração territorial sobrepôs à de integração econômica: “Fica claro, portanto, que o preâmbulo da história ferroviária de Minas refletiu a bipolaridade da economia provincial. Na Mata, o avanço dos trilhos foi alavancado pela vigorosa expansão da *plantation* exportadora: a zona cafeeira, que não ocupava mais do que 4% do território mineiro, detinha 55% da extensão ferroviária total de Minas em 1884, 60% em 1887, e 50% em 1889. No resto da província o desenvolvimento foi mais lento e muitas vezes determinado por critérios não-econômicos. Comentando sobre os resultados da D. Pedro II na região central de Minas, um engenheiro ferroviário salientou, em 1885, que a escassez de tráfego nesta seção da linha já tinha causado consideráveis prejuízos à companhia, e previu que sua subsequente extensão para o interior mineiro, em construção na época, ‘reduziria grandemente, por muitos anos, os lucros da ferrovia, pois o insignificante volume de tráfego terá de ser feito com um considerável excesso de despesas sobre receitas’”.

Figura 7: Traçado da Estrada de Ferro Central do Brasil



Fonte: Disponível em <http://vfco.brazilia.jor.br/mapas-ferroviarios/1954-EFCB-Central-do-Brasil-N.shtml>

A Estrada de Ferro Dom Pedro II, renomeada como Estrada de Ferro Central do Brasil em 1989, foi a espinha dorsal do sistema ferroviário brasileiro. O primeiro trecho, estação Pedro II-Japeri, data de 1858. Subindo a serra das Araras, alcançou Barra do Piraí em 1864 e, na direção de Minas Gerais, Juiz de Fora em 1875. O plano era atingir o Rio São Francisco e seguir até Belém do Pará. Passando a leste de Belo Horizonte, por Sabará e Santa Luzia, chegou a Pedro Leopoldo em 1895. Em 1910, cortando o sertão, atingiu as margens do São Francisco, em Pirapora. A linha central acabou mudando de direção, com o ramal para Montes Claros, a partir de Corinto, construído entre 1914 e 1926. Em 1948, esse ramal foi prolongado até Monte Azul, final da linha principal, com ligação com a Via Férrea Leste Brasileiro, até Salvador¹⁹⁴. No sertão central de Minas, entre Pedro Leopoldo e Corinto, a linha chegou em Sete Lagoas, em 1896, e em Silva Xavier, em 1899. Alcançou Araçá e Cordisburgo, em 1903, Curvelo em 1905 e Corinto, em 1906¹⁹⁵. Nesse trecho, o traçado original acompanhava o rio das Velhas, e passaria pelo porto fluvial de Jequitibá. O desvio de rota deu-se por injunções políticas da elite setelagoana, com base em argumento relacionado a custo elevado de obras em área de enchentes do rio, mas sobretudo, por outro de ordem econômica: a proximidade com a indústria têxtil já existente e a maior produção agropecuária, como garantias de maior volume de carga e melhor remuneração do sistema.

Ao mencionar essa alteração de trajeto, Marli Nogueira credita à ferrovia a ruptura com o relativo isolamento de Sete Lagoas e a assunção, desde então, de um papel de liderança regional:

Com a chegada da ferrovia — Estrada de Ferro Central do Brasil — em Sete Lagoas, no ano de 1896, o relativo isolamento da cidade começa a abrandar-se e de forma cada vez mais intensa. A cidade transforma-se num importante centro distribuidor de bens e serviços não somente para sua região, como também para outras regiões mineiras, notadamente para o Norte e Vale do Jequitinhonha. Todos os setores socioeconômicos locais sofrem os impactos positivos em decorrência do advento da ferrovia. Expressivo aumento populacional, expansão do tecido urbano, grandes avanços na agropecuária e fomento importante nas atividades comerciais atacadistas e varejistas.

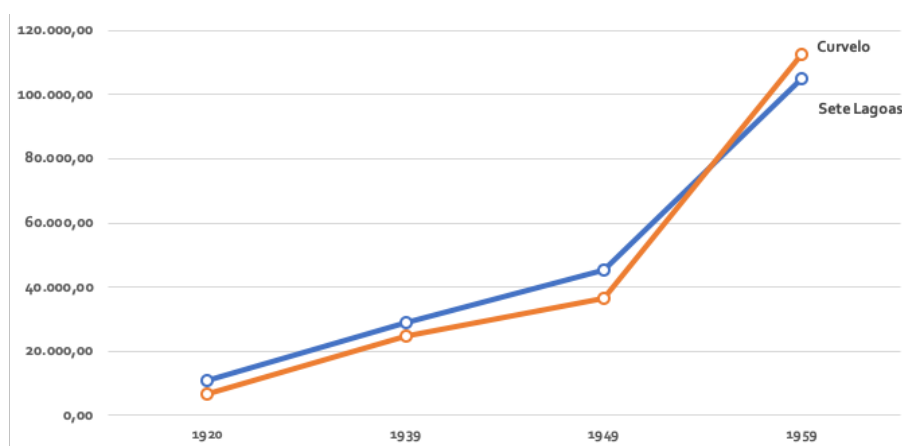
¹⁹⁴ Ver http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_linhacentro/aracai.htm.

¹⁹⁵ PEREIRA, *Entrelinhas ferroviárias: recordando um mundo que se desfigura*, 1997.

A cidade se transforma e, a reboque, sua hinterlândia. Exemplifica-se com Jequitibá, antigo porto fluvial no rio das Velhas, que acabou por perder sua função frente a Sete Lagoas, tendo em vista a adoção do transporte ferroviário em detrimento da navegação na circulação tanto de passageiros como de cargas, tais como a exportação de grãos e tecidos e a importação do algodão de origem da região Nordeste e do norte de Minas Gerais. *Sete Lagoas, portanto, antes em nada expressiva, passa a comandar a região, suplantando outros centros urbanos, até então mais expressivos na rede urbana regional.*¹⁹⁶ (Grifo meu)

Embora procedentes, essas considerações de Nogueira requerem uma análise compreensiva para que não se incorra no risco de se atribuir a ferrovia, *per se*, a responsabilidade pela liderança regional imediata de Sete Lagoas. É fato que o traçado final da ferrovia preteriu Jequitibá, mas não preteriu a principal cidade da região, de então, que era Curvelo.¹⁹⁷ A dinâmica populacional, no período 1872 a 1960¹⁹⁸, mostra que Curvelo manteve a dianteira regional em termos de população total, após a instalação e operação da linha de ferro. E após sessenta anos da chegada do trem, as estruturas urbanas de Curvelo e Sete Lagoas, tomadas com base em suas populações urbanas¹⁹⁹, apresentaram porte e desenvolvimento uniforme, o que ocorreu também com relação às suas economias, expressas pelo PIB, nesses anos:

Gráfico 3: PIB de Curvelo e Sete Lagoas (1920-1959)



Fonte: Elaboração própria com dados do IPEADATA – PIB municipal a preços constantes

¹⁹⁶ NOGUEIRA, *Sete Lagoas: a dinâmica funcional de uma cidade média e sua inserção na rede urbana de Minas Gerais*, 2005, p. 52.

¹⁹⁷ Em 1900, Curvelo tinha 49.148 habitantes (população total) e Sete Lagoas, 32.158. Jequitibá era um povoado bem menor; quando foi emancipado do município de Sete Lagoas, nos anos 1930, ainda não tinha alcançado a marca de 10 mil habitantes. (IBGE, *Censos de 1872 a 2010, 2020*)

¹⁹⁸ Ver Gráfico 4 na próxima seção.

¹⁹⁹ Ver Gráfico 6 na próxima seção.

Sem menosprezo à relevância da Rede Ferroviária, é mais apropriado afirmar que ela foi um fator necessário, mas não suficiente, para que Sete Lagoas viesse a assumir o protagonismo regional. Nesse sentido, esse fator deve ser associado a outros para explicar como isso ocorreu, nos anos subsequentes, fundamentalmente aos relativos à forma como se processou a industrialização regional e como a Rede acabou por favorecer Sete Lagoas em detrimento de Curvelo.

Naquele início de século, A Rede aportou dois elementos com forte potencial disruptivo em relação a ordem vigente, que viriam a ser decisivos no futuro. O primeiro deles refere-se à formação de um ambiente técnico de maquinaria situado em Sete Lagoas ou, nos termos de Milton Santos, à inserção da cidade no tempo que ele denomina de *meio técnico*²⁰⁰. Para além da questão da mobilidade de passageiros e cargas, sertão afora, 10 anos após passar por Sete Lagoas, a Rede implantou ali o *Depósito de Máquinas e Carros de Sete Lagoas* (1906), que deu origem ao seu complexo de oficinas de manutenção e, anos a frente, à sua Escola Profissional Frederico Alves. A esse centro de manutenção e a essa escola creditam-se a formação e a concentração de uma mão de obra especializada em mecânica, que se tornaria, no decorrer do século, uma tradição setelagoana, importante para a provisão de técnicas de maquinaria para a indústria nascente. Ou seja, a Rede foi o embrião da ruptura da hegemonia da economia agrária, instaurando, no ambiente urbano, o germe da economia industrial, como nos termos citados de Márzio Nascimento.²⁰¹

Nesse ponto, evidencie-se um fato relevante: quando alcançou Curvelo, em 1905, há uma década, a Rede havia passado por Sete Lagoas e já vinha lhe permitindo integrações cotidianas com as localidades a montante. A mais, quando riscava o sertão entre Curvelo e Corinto, já estava instalando em Sete Lagoas o seu depósito de máquinas e vagões. A probabilidade, nesse caso, é que essa vantagem propiciou uma valorização do *hub* setelagoano, que não produziria efeito visíveis nas primeiras décadas, mas que seria determinante na sua industrialização, a partir dos anos 1950/1960.

²⁰⁰ Milton Santos fala da emergência do espaço mecanizado, não ainda no campo, mas na cidade, em que os objetos não eram mais apenas culturais, mas culturais e técnicos, conformando o que ele denomina de *meio técnico*. (SANTOS, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* [1996], 2017, pp. 236/239)

²⁰¹ NASCIMENTO, *Administração pública e a questão do parcelamento do solo: um estudo de caso em Sete Lagoas*, 2002, pp. 66–67.

O segundo elemento diz respeito, numa época de difícil mobilidade entre cidades, com estradas muito precárias em todo o estado, à quebra do isolamento e à integração regional que a Rede Ferroviária, parcialmente, promoveu. É ilustrativo trazer à cena o depoimento de um conhecedor da história regional — E.2.HISTÓRIA.CB —, que dá conta da considerável capacidade de interação *urbana* promovida pela ferrovia, mais pelo fluxo intrarregional de passageiros, bens e serviços, do que pelo seu papel de interação econômica, cujo impacto maior deu-se na escala extra regional:

O trem era tudo. O trem era o seguinte: eu lembro que quando criança, isso nos anos 60, tinha o trem de passageiro, tinha o cargueiro e tal. E tinha o trem, por exemplo, tinha uma composição que carregava um carro que carregava doente, um carro que carregava doido, um carro que carregava preso, um carro que carregava, o carro do correio que trazia tudo...²⁰² [...] Tinha o trem com esses vagões e mais os carros de passageiros e tinha o trem pagador, eu lembro do trem pagador. Era uma coisa muito interessante porque o trem pagador é um outro tempo, chegava com as notas todas novinhas e tinha uns escaninhos assim dentro do caixa cheio de dinheiro. O dinheiro vinha puro, tanto é que tinha as paradas, por exemplo, de Araçá para cá, o trem sai de Sete Lagoas, passa em Wenceslau Braz, Silva Xavier...²⁰³ (Então tinha três estações ou quatro até chegar aqui. Tinha as paradas, entre uma cidade e outra. De Araçá até aqui tinha uma parada aqui no lugar que chama Barreirinho, era uma casinha, que o trem parava para pegar passageiro ali. Então, se tinha uma turma da soca trabalhando, o trem parava ali para pagar aquele pessoal, lá no mato, com nota. O pessoal saía com bolso cheio de dinheiro. Eu lembro que aqui na estação tinha um senhor aqui, que morava aqui, ele ia lá trocar nota por nota nova que ele tinha, as notas, guardava o dinheiro, o dinheiro... Então era uma coisa que você imaginar hoje, você conta para as pessoas hoje: – Mas como? Você nem imagina o tanto de dinheiro que esse trem levava.²⁰⁴ [Usava-se mais o trem do que a estrada], muito mais! [...] Eu lembro que a gente ia daqui a Sete Lagoas, talvez você gastasse umas... daqui à Belo Horizonte eram 5 horas de trem, mas daqui a Sete Lagoas eram umas 2 horas, 2 horas e meia.²⁰⁵ [...] Tinha o trem de passageiro que passava aqui. Tinha o misto, o misto era um trem que carregava carga e tinha um carro de

²⁰² E.2.HISTÓRIA.CB: 10':11".

²⁰³ Idem: 10':42".

²⁰⁴ Idem: 11':22".

²⁰⁵ Idem: 12':12".

passageiro lá no final. Então tinha três, quatro trens de passageiro e descia muito, *era um movimento grande na cidade com o trem trazendo tudo e levando tudo*.²⁰⁶

Na mesma linha, outro entrevistado, funcionário da Rede Ferroviária — E.6.FERROVIA —, a partir de sua experiência como maquinista, na segunda metade do novecentos, fornece outros elementos esclarecedores a propósito do papel integrador que ela veio assumindo. Via de regra, segundo ele, as cargas de peso econômico que transitavam no trecho ferroviário eram de longa distância, de ponta-a-ponta, como o gado²⁰⁷, o carvão²⁰⁸, grãos, derivados de petróleo e cimento. Muito pouca carga destinava-se ou era embarcada em Sete Lagoas²⁰⁹. Já o fluxo de pessoas e cargas pessoais ou de pequena monta era intenso e ligava-se ao cotidiano da vida regional:

A conexão maior com Sete Lagoas, mais era passageiro mesmo. [...] Muita gente, você entendeu? Na época, vinha de Belo Horizonte e descia em Sete Lagoas. [...] De trem. De Pedro Leopoldo, trem parava em Pedro Leopoldo, ele embarcava e descia aqui, Matozinhos, dessa região aqui. [...] De Montes Claros também, você entendeu? Muito passageiro.²¹⁰ [...]

Mudando de cidade, carregava mudança assim. Aí eles colocavam uns trenzinhos menores, que aí cada vagão carregava um tipo de coisa. [...] Isso, a gente falava cata-jeca. Ele parava em todo lugar. [...] Não, não era passageiro, era só de carga. [...] Vamos supor, às vezes, tinha um vagão de mudança que ia pra Sete Lagoas, aí vinha um vagão para aqui, vinha um pra Araçá, um pra Prudente de Moraes, um pra Matozinhos, Pedro Leopoldo. Então esse trem saía, parava aqui deixava aquele vagão.²¹¹

²⁰⁶ Idem: 13':25".

²⁰⁷ Tinha muito gado. Vinha muito gado do sertão. [...] É naquelas gaiolas. [...] Vinha de Bocaiúva, ele vinha... vamos supor, saía um trem, formava um trem em Montes Claros, um exemplo, ele saía de Montes Claros, vinha de lá com três gaiolas, passava em Bocaiúva e tinha mais fazendeiro que já tinha despachado, aí tinha mais, então o trem ele ia pegando e manobrando e fazendo aquela composição, engatando. Quando era o trem de gado era só gado (E.6.FERROVIA: 07':39"). 90% era para Santa Luzia. (E.6.FERROVIA: 09':02")

²⁰⁸ Carvão ia para Barão de Cocais, para Divinópolis, ... O carvão ia muito ir para Barão de Cocais, para João Monlevade [...] [Pegava em] Várzea da Palma, em Curvelo pegava também [...] Lá em Várzea da Palma. Que lá em Várzea da Palma tinha muito forno de carvão. A maior parte do carvão vinha de Várzea da Palma. (Idem: 11':40").

²⁰⁹ "Aqui em Sete Lagoas era mais um ponto de troca de equipagem e mais trem de passageiro. Carga mesmo que vinha do sertão para cá era muito pouco que ficava aqui". (Idem: 10':04")

²¹⁰ Idem: 24':05".

²¹¹ Idem: 27':15".

Enfim, esse concurso de fatos pioneiros, de forma acumulativa, foram rompendo a inércia própria de um ambiente tradicionalmente rural, com relações sociais primitivas muito arraigadas, atribuindo-lhe traços novos de ordem urbana e levando a termo um processo inaugural de criação das *condições gerais da produção capitalista regional* e um processo de *redivisão territorial do trabalho*, que passaram a configurar a formação socioespacial do sertão central de Minas, em meados do século XX.

Abro parêntesis para tomar da obra de Jean Lojkine²¹² a sua interpretação do conceito marxiano de *condições gerais da produção capitalista*. Antes disso, ressalvo que Marx, de forma similar a como ele trata o conceito de formação econômica da sociedade, faz referências a essas condições como coisas tacitamente compreendidas, sem dar-se ao trabalho de estabelecer uma prévia e cabal conceituação. Nesse caso, autores que se debruçaram sobre esse tema, como Lojkine, tiveram que montar um mosaico conceitual a partir dos fragmentos disponíveis.

A título de exemplo, registre-se como tais fragmentos algumas citações de Marx a respeito do tema²¹³. Em *Grundrisse*, ele faz uma crítica (“banais tautologias”) à forma como a “economia de uma parte geral” trata genericamente as condições gerais, como sendo “as condições sem as quais a produção não é possível” e “das condições que, em maior ou menor grau, fomentam a produção”.²¹⁴ Em outro trecho, quando discorre sobre os circuitos do capital, ele associa objetivamente os meios de transporte e comunicação (condições físicas da troca) e a segurança da troca à condição para a produção fundada no capital.²¹⁵ Logo à frente, ele nomeia como “todas as condições gerais de produção”, “estradas, canais etc., seja as que facilitam a circulação ou as que a tornam possível, seja igualmente as que aumentam a força produtiva (como as irrigações etc. realizadas pelos governos da Ásia e, de resto, também na Europa)”,²¹⁶ Nesse ponto, Marx discute a responsabilidade pelo estabelecimento dessas condições, se do Estado ou do próprio capital: “tais condições para serem levadas a cabo pelo capital, em lugar do governo, que representa a comunidade enquanto tal, supõe um elevado

²¹² LOJKINE, *O estado capitalista e a questão urbana* [1977], 1997.

²¹³ Sobre uma compilação mais completa de referências marxianas sobre CGP, ver: NASCIMENTO JUNIOR, *A questão urbana e as condições gerais de produção: retomando um debate*, 2019.

²¹⁴ MARX, *Grundrisse*, 2011, p. 42.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 432.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 438.

desenvolvimento da produção fundada no capital. A desvinculação das obras públicas do Estado e sua passagem ao domínio dos trabalhos executados pelo próprio capital indica o grau em que se constituiu a comunidade real na forma de capital".²¹⁷

Em *O Capital*, no capítulo sobre maquinaria e grande indústria, Marx novamente traduz essas condições gerais como os meios de transporte e comunicação ("Mas a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura provocou também uma revolução nas *condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e de transporte*"²¹⁸ — grifo meu) e, adicionalmente, vincula-as ao consumo coletivo ("Da análise da cooperação²¹⁹ e da manufatura resultou que *certas condições gerais de produção*, como os edifícios etc., se comparadas com as de produção dispersas de trabalhadores isolados, são economizadas mediante o consumo coletivo e, por isso, encarecem menos o produto"²²⁰ — grifo meu)

Posto esse panorama, volto a Lojkin. Interessado em discutir o lugar da urbanização na teoria marxista, Lojkin propõe-se ao que podemos chamar de uma atualização do alcance, em função do aparecimento de novos fatores, do conceito de condições gerais de produção. Nesse caso, ele as descreve como configuradas por três condições necessárias, em que ele agrega aos meios de consumo coletivos (como condições indiretas, relacionadas a reprodução da força de trabalho: ensino, saúde, transporte etc.) e aos meios de circulação material (os meios de comunicação e transporte, que se interpõem como condições diretas da produção), a concentração espacial dos meios de produção e reprodução das formações sociais capitalistas²²¹, ou seja, a urbanização capitalista.

Admitindo que a aglomeração dos meios de produção e de troca não é característica específica da cidade capitalista, Lojkin entende que esta última vai ser caracterizada, "de um lado,

²¹⁷ Ibidem, p. 438.

²¹⁸ MARX, *O capital: crítica da economia política – livro I*, 2017, p. 457.

²¹⁹ No capítulo sobre Cooperação, Marx associa as condições de produção – ditas, nesse caso, como condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho – ao consumo coletivo, ou seja, aos meios de produção consumidos em comum no processo de trabalho ("edifícios onde muitos trabalham juntos, depósitos de matérias primas etc., recipientes, instrumentos, aparelhos etc., que servem a muitos de forma simultânea e alternada, em suma, uma parte dos meios de produção é, agora, consumida em comum no processo de trabalho" – Ibidem, p. 399).

²²⁰ Ibidem, p. 461.

²²¹ LOJKINE, *O estado capitalista e a questão urbana* [1977], 1997, p. 145.

[pela] crescente concentração dos 'meio de consumo coletivos' que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais (...); de outro, [pelo] modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que vai se tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico".²²² A hipótese que Lojkin adota é de que a organização urbana aparece "como o lugar da nova divisão do trabalho".²²³

A aplicação dessa visão teórica à formação socioespacial do sertão central evidencia que o que se passou, nas décadas finais do século XIX e nas iniciais do XX, foi o desencadeamento de um processo de conformação das *condições gerais da produção industrial capitalista* através das várias iniciativas relatadas, como a implantação da Rede Ferroviária (como centro técnico de mecanização e alternativa de interligação interurbana aos precários caminhos rodoviários)²²⁴ e a concentração progressiva de indústrias em algumas estruturas urbanas regionais, destacadamente em Sete Lagoas²²⁵. Por seu caráter pioneiro, essas indústrias não encontraram à disposição, senão de forma rarefeita, e passaram a requerer uma maior densidade aglomerativa dos meios de reprodução do capital, dentre eles a formação da força de trabalho

²²² Ibidem, p. 146.

²²³ Ibidem, p. 165.

²²⁴ A dificuldade das estradas determinava uma noção de espaço e tempo muito diversa da que se experimenta hoje. Tome-se o exemplo de Cordisburgo: hoje, a distância rodoviária até Sete Lagoas é de 50km e demanda um tempo de percurso de cerca de meia hora. Em 1960, a realidade era outra, conforme o entrevistado E.2.HISTÓRIA.CB (7':00") narra: "A 040 foi nos anos 1950, 1960, mas do asfalto da 040 pra cá era chão. Esse chão foi até 67, 67 que inaugurou o asfalto aqui. O asfalto chegou aqui em 1967. [...] Foi nos anos 1960 [a estrada para Brasília], porque a estrada, na realidade, ela tinha uma estrada asfaltada, uma estrada meia ... que era até Três Marias por causa da represa de Três Marias, que foi inaugurada a Cemig em 56, em 60 já foi Brasília. E Brasília logo que inaugurou. [...] Saía daqui, passava por Paraopeba, saía daqui passava na Cabeceira da Onça, lugar chamado Funil, Fazenda do Rasgão, Paraopeba para ir para Sete Lagoas ou então de trem. [...] Puxa vida, Sete Lagoas você gastava, eu lembro que tinha gente que gastava, por exemplo, daqui a Sete Lagoas, você gastava 2h30 passando por aí. Em época de chuva, você nem chegava porque estrada muito ruim, o ônibus atolava".

²²⁵ De fato, havia uma concentração industrial em Sete Lagoas, mas não um direcionamento exclusivo. Mesmo em cidades pequenas, no período, observou-se a alocação de indústrias, além naturalmente de Cachoeira da Prata, Caetanópolis etc., em que a indústria têxtil foi anterior à própria cidade. Tome-se novamente o exemplo de Cordisburgo: o relato do entrevistado E.2.HISTÓRIA.CB (3':33") indica que havia ali, no final da primeira metade do novecentos, mais indústrias do que atualmente: [...] na minha infância tinha uma fábrica de doces; tinha a cerâmica que funcionava, a cerâmica ali embaixo funcionava; tinha, por exemplo, alambiques, fabricava muita cachaça, [...] e tinha a Cooperativa Agropecuária que foi inaugurada em 54, mas tinha um movimento grande, muito leite que recebia. Logo depois veio uma fábrica, uns anos depois veio uma fábrica de tecido. (...) A fábrica de tecido era lá no final, naquela praça ali, onde tem a igrejinha de São José. [...] Olha, a cerâmica, a fábrica de doce, a serraria de madeira, cachaça, essas coisas dos anos 1940, 1950, 1960 ainda estava tudo funcionando. A Central do Brasil, que tinha muitos empregados, um movimento grande na ferrovia aqui, a estação, tinha a casa da turma onde morava o pessoal que mantinha, eles falavam o pessoal da soca, que mantinha a linha, então tinham muitos funcionários da Central. A Central do Brasil movimentava muito o comércio. E depois nos anos já quase nos anos 1970, sessenta e tantos, setenta, montaram uma siderúrgica".

industrial atraída crescentemente do campo, e, ao mesmo tempo, pressionaram o poder público ou impulsionaram elas próprias a consolidação dessas aglomerações.

Some-se a essas iniciativas o surgimento, exatamente nesse período, dos serviços urbanos de consumo coletivo, até então inexistentes, especialmente de serviços de saúde e educação²²⁶, concentrados centros urbanos. A título de exemplo, considerem-se os da área da saúde: o Hospital Nossa Senhora das Graças, em Sete Lagoas, remonta a 1880 e a sua estrutura física atual, a 1930; o Hospital Imaculada Conceição de Curvelo, a 1920; o Hospital Dr. Pacífico Mascarenhas, em Caetanópolis, a 1939; a Santa Casa de Misericórdia, em Corinto, a 1954; e o Hospital Jenny Negrão de Lima, em Cordisburgo, a 1958.

O cenário mais compreensivo de observação desse processo histórico não é o cenário de uma aglomeração urbana, isoladamente, mas o cenário regional: o que se assistiu, portanto, foi um processo de construção de condições gerais de produção *regionais*, que se espelhou numa divisão também *regional* do trabalho. Tratou-se, naturalmente, de um processo geograficamente assimétrico e desigual, mas cujas assimetria e desigualdade foram, como adverte Manoel Castells²²⁷, aquilo que mais aprouve ao capital, nas condições que lhe foram mais favoráveis:

A organização do espaço em unidades específicas e articuladas, de acordo com as disposições e os ritmos dos meios de produção, nos parece remeter às distinções da prática em termos regionais. Com efeito, se consideramos, por exemplo, a questão regional, expressada em termos de desequilíbrios econômicos no interior de um mesmo país, a realidade conotada de maneira imediata é o que a tradição marxista trata como efeitos do desenvolvimento desigual do capitalismo, ou seja, desenvolvimento desigual das forças produtivas e especificidade na organização dos meios de produção segundo um ritmo diferencial ligado

²²⁶ Com relação aos serviços educacionais destinados à formação técnica da força de trabalho, a Escola Profissional Frederico Alves, da Rede Ferroviária Federal, já mencionada, data de 1939. Em Sete Lagoas, outra escola dessa natureza, de responsabilidade municipal só viria a ser criada nos anos 1970.

²²⁷ Pode parecer inoportuno citar Castells após Lojkine, uma vez que este o critica, exatamente na obra mencionada, por reduzir o urbano à reprodução coletiva da força de trabalho. Não obstante, a citação acima integra o posfácio presente em *A Questão Urbana (Advertência Final 1975)*, onde Castells faz retificações ao próprio livro. O que aqui interessa é a ampliação da escala que ele registra na organização espacial do aparato de produção, indo além de unidades urbanas para contextos regionais. Ou seja, de que a divisão territorial do trabalho, dada pelo espraiamento desigual das condições gerais de produção no espaço, vai além das cidades, alcançando uma escala regional.

aos interesses do capital. *Desenvolvimento desigual* dos setores econômicos, aproveitamento desigual dos recursos naturais, concentração dos meios de produção nas condições mais favoráveis, criação de meios produtivos ou “unidades de produção complexas”, *estão aqui as bases econômicas do que se chamam as regiões e as disparidades regionais.*²²⁸ (grifo meu, tradução minha)

Ao final, cabe sintetizar os traços essenciais da formação socioespacial do sertão central de Minas, tal qual ela se configurava em meados do século XX. Então, as fazendas pastoris ainda se constituíam no traço mais característico e mais antigo da forma como o trabalho estava regionalmente organizado. Ao final desse período, elas já estavam incorporando as primeiras técnicas de melhoria de pastos e rebanhos, tendendo incipientemente a uma especialização produtiva e obtendo ganhos de produtividade e maior capacidade de acumulação. Para além da tradição de três séculos do gado de corte criado a pasto, a pecuária de leite ganhava expressão. Paradoxalmente, essa modernização inicial do campo não provocou alterações substantivas nas relações sociais de produção, mantidas, de forma geral, muito arcaicas e predatórias: a elite agrária desconhecia o sistema de assalariamento, negava-se a reconhecer os direitos dos trabalhadores e preservava heranças claramente escravistas, consubstanciadas no chamado *coronelismo*. Tinha-se, hegemonicamente, um modo de produção capitalista, ainda que um capitalismo *imperfeito*, em que a extração do trabalho excedente comportava um amplo espectro de relações sociais, presente tanto em propriedades latifundiárias quanto em propriedades menores, organizadas da mesma forma.

Em segundo plano, persistia o modo de produção baseado na pequena propriedade, voltada para a produção agropecuária de subsistência. Essas pequenas propriedades dedicavam-se à agricultura e à criação de animais em bases familiares. Em parte, eram posses de populações economicamente marginalizadas, sem acesso a mercados e que, em razão disso, desenvolveram técnicas particulares e adaptadas de lidar com o cerrado. Dentre esses pequenos agricultores, incluíam-se quilombolas, geraizeiros, veredeiros e vários outros grupos de populações tradicionais.

²²⁸ CASTELLS, *La cuestión urbana* [1974], 1978, p. 487.

Adicionalmente, sem acesso a terra e a trabalho regular, uma multidão de lavradores pobres e desassistidos sobrevivia de escambos e trabalhos temporários. Se no tempo de Couty, esses “vadios” somavam metade da população livre ou cerca de 6 milhões de pessoas, como informa Prado Junior, sete décadas depois, muito maior numericamente eram, não apenas pelo natural crescimento demográfico, mas pelo endosso de escravos alforriados, como mencionado, num país em que a desigualdade social não é conjuntural, mas estrutural e permanente.

Diferentemente, as cidades emergentes, que nasceram tendo as atividades terciárias como as principais, continuaram a tê-las como preponderantes, mas passaram a concentrar atividades secundárias em que a natureza das relações de trabalho, em ambos os casos, já era capitalista, determinada pelo assalariamento, fazendo emergir o proletariado urbano. A indústria em que pesem os padrões tecnológicos muito diversos — desde indústrias de aspecto manufatureiro até, em menor número, grandes indústrias mecanizadas e automatizadas com novos arranjos societários de capital — vivia o tempo da técnica e da maquinaria²²⁹, o que mediou novas relações sociais de produção e novas formas de apropriação de sobretrabalho, em contraste com o que se passava, contemporaneamente, no mundo rural.

Em conclusão, é provável que essa formação socioespacial em nada se mostre original e transborde para outras regiões de Minas Gerais e do país; no entanto, as contradições profundas que ela abriga, da forma peculiar e concreta como elas se dão, a particularizam. Vários traços expostos, constitutivos de sua ocupação em quatro séculos, merecem ser enfatizados sumariamente para evidenciar essa distinção.

O sertão central é essencialmente uma área de passagem. As suas rústicas fazendas pastoris, fazem-no lembrar os sertões do Norte, por onde se estende o mesmo bioma do cerrado, mas o menor rigor das secas e o entremeio de terras férteis, que lhe são próprios, fazem-no incorporar resquícios também das fazendas mineiras do Sul, das fazendas de leite, de cana e de engenho. Do Norte, o sertão central tem o vaqueiro relatado por Euclides da Cunha e por

²²⁹ Segundo Milton Santos (SANTOS, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* [1996], 2017, pp. 236/239) o meio técnico-científico-informacional só ocorreria nos países do Terceiro Mundo, após os anos 1970. Até então, via-se a emergência, como mencionado, do meio técnico.

Guimarães Rosa, mas do Sul, tem o dono da terra não absentista, presente na lida cotidiana, seja ele mais grosseiro, seja ele mais nobre, como narram Saint-Hilaire e Burton.

Ainda que em pleno *gerais*, não é um sertão remoto, entregue a um desígnio absolutamente rural, como grande parte dos sertões nordestinos, mas também não tem, historicamente, a tradição urbana das *minas*, ao Sul. Desde sua origem, até o meio do século XX, é um sertão que resulta precisamente da tensão entre essas realidades: a ruralidade, de um lado, e a urbanidade, de outro; urbanidade que tendia a ampliação pelo fenômeno de urbanização intenso que passou a ocorrer, desde o final do oitocentos, na vizinhança próxima, com o crescimento da nova capital do estado. Em consequência, a organização espacial emergente do sertão central, como em nenhum outro sertão, não na mesma escala, espelhava internamente esse contraste externo, definindo, de modo próprio, uma divisão regional do trabalho: concentrava suas condições de produção urbano-industrial em poucas aglomerações, enquanto preservava, em seu interior, em seus próprios *sertões*, uma rarefação urbana, uma rígida tradição rural e um imutável padrão de pobreza do trabalhador do campo, similar ao que se via nos sertões do Norte e da Bahia, como observado por Teodoro Sampaio.



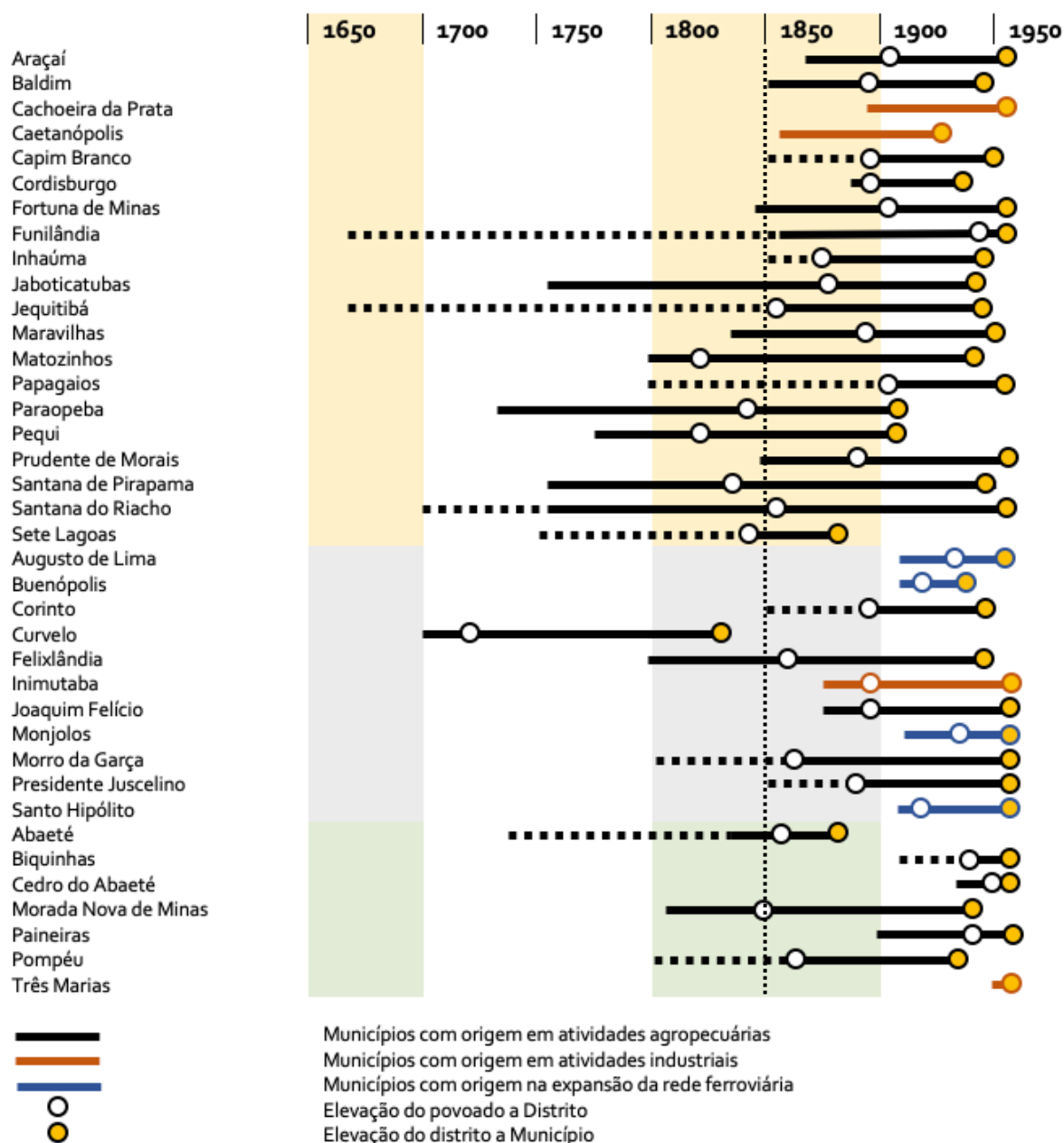
4.4 A rede urbana do sertão central de Minas em meados do século XX

No âmbito desta tese, não são relevantes as razões particulares e idiossincráticas que determinaram o surgimento de cada cidade da região, senão como elas se formaram, conjuntamente, numa perspectiva regional, e como essas estruturas urbanas dinamizaram a região, deram sustentação e espacialidade à sua formação econômica e social.

Três diferentes origens marcaram o surgimento das cidades do sertão central de Minas: a origem colonial, a industrial e a ferroviária. Como mencionado, a ampla maioria das estruturas urbanas regionais teve origem em aglomerações coloniais em torno de fazendas, capelas e vendas, naquilo que se pode chamar de processo clássico de formação das cidades mineiras. Na região, trinta das trinta e oito cidades atuais tiveram essa origem, em fazendas pastoris. Curvelo é a estrutura urbana mais antiga, sendo a primeira a se emancipar e a sediar um município, ainda na primeira metade do oitocentos. Abaeté e Sete Lagoas também se elevaram a municípios, nesse século, na segunda metade. Quase todas as localidades tornaram-se distritos nesse período, emancipando-se como municípios em meados do século XX. Apesar disso, muitos deles, embora recentes enquanto municípios legais, têm origens remotas, nem sempre precisamente identificáveis. Um caso emblemático é o de Jequitibá, o mais presente nos relatos dos naturalistas europeus que visitaram a região nos séculos XVIII e XIX. A sua posição geográfica na barra do Ribeirão Jequitibá junto Rio das Velhas, local de terras férteis, explica o surgimento e a relevância colonial da Fazenda Jequitibá. Não obstante, enquanto município, Jequitibá é tardio, já próximo dos anos 1950.

O Quadro 3 mostra a dinâmica temporal de formação dos vários distritos da região e da sua elevação a municípios. Esse mapeamento ressalta a importância de dois elementos pós-coloniais na formação da rede urbana regional: as indústrias têxteis, que deram origem a Cachoeira da Prata, Caetanópolis e Inimutaba, e a abertura da ferrovia, a Augusto de Lima, Buenópolis, Monjolos e Santo Hipólito, na transição dos séculos XIX e XX. No início dos anos 1960, todos os municípios integrantes das atuais microrregiões de Sete Lagoas, Curvelo e Três Marias já estavam constituídos.

Quadro 3: Formação dos municípios do sertão central mineiro

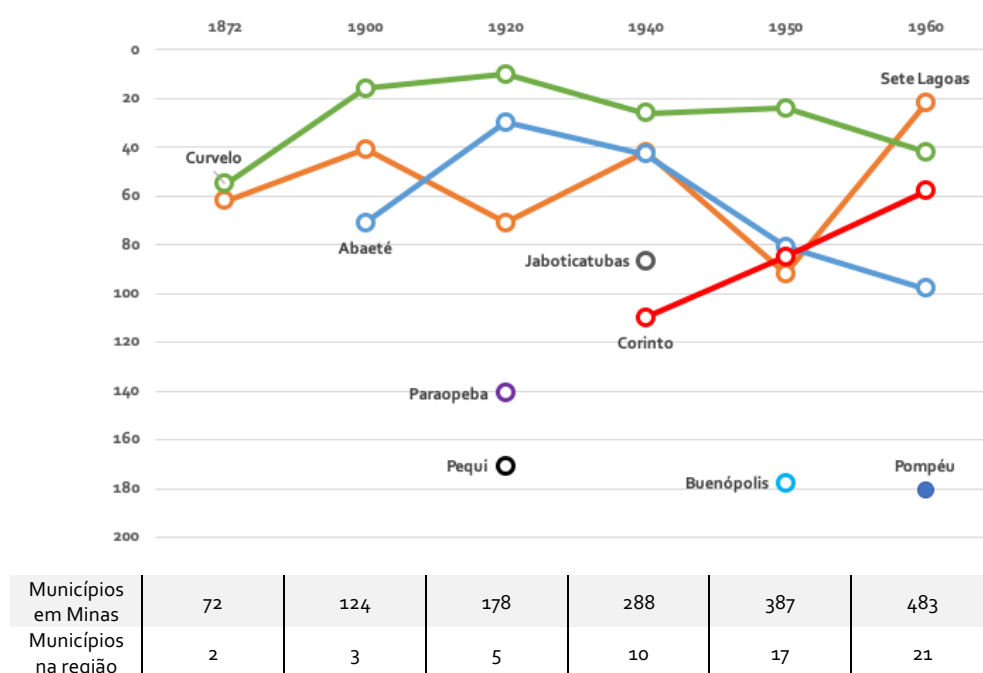


Fonte: Elaboração própria com dados extraídos de <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/>

Para além da compreensão da constituição administrativa da rede urbana regional, é relevante conhecer a sua dinâmica urbano-rural, a partir de dados demográficos disponíveis. Os gráficos 4, 5 e 6 permitem observar essa dinâmica, ao longo das décadas iniciais do século XX. O primeiro mostra a posição dos cinco maiores municípios da região no ranqueamento estadual, com base nos censos de 1872 a 1960, segundo as suas populações totais. Apenas o município de Curvelo, o mais antigo da região, teve uma relevância constante no período, posicionando-se sempre próximo aos 20 maiores do estado de Minas Gerais. Sete Lagoas teve

um desempenho variável pela sucessiva perda de distritos elevados a municípios. Entre os demais, apenas Abaeté, que em 1920 chegou a ser o 30º maior entre os 178 municípios mineiros recenseados, e Corinto tiveram alguma distinção.

Gráfico 4: Ranking estadual com os 5 maiores municípios da região (1872-1960)
(População Total)²³⁰

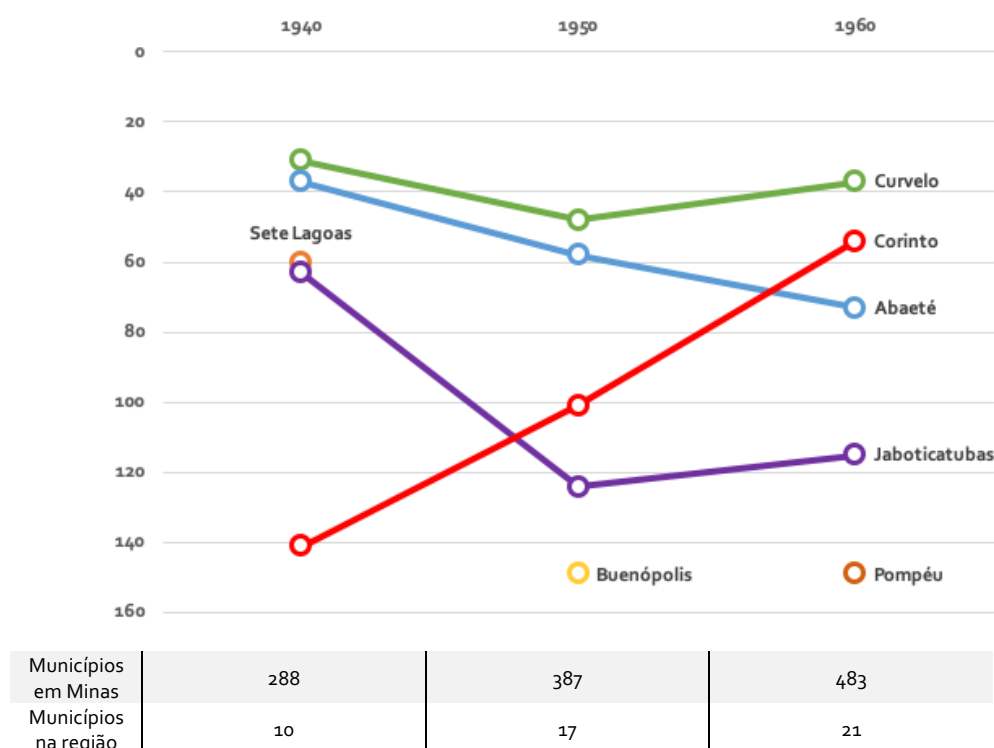


Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2020 (<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>)

O gráfico seguinte, de ranking equivalente, agora segundo a população rural, indica que parte do protagonismo de Curvelo, Abaeté e Corinto deve-se às suas populações residentes no campo; razão que perde importância em Sete Lagoas, depois da década de 1940, com o desmembramento dos seus antigos distritos de Inhaúma e Jequitibá.

²³⁰ A queda populacional de Sete Lagoas na década de 1940 deve-se ao desmembramento dos distritos de Inhaúma e Jequitibá e refere-se, basicamente, a perda de população rural, de 24.032 pessoas residentes para 6.139, entre os censos de 1940 e 1950.

Gráfico 5: Ranking estadual com os 5 maiores municípios da região (1872-1960)
(População Rural)



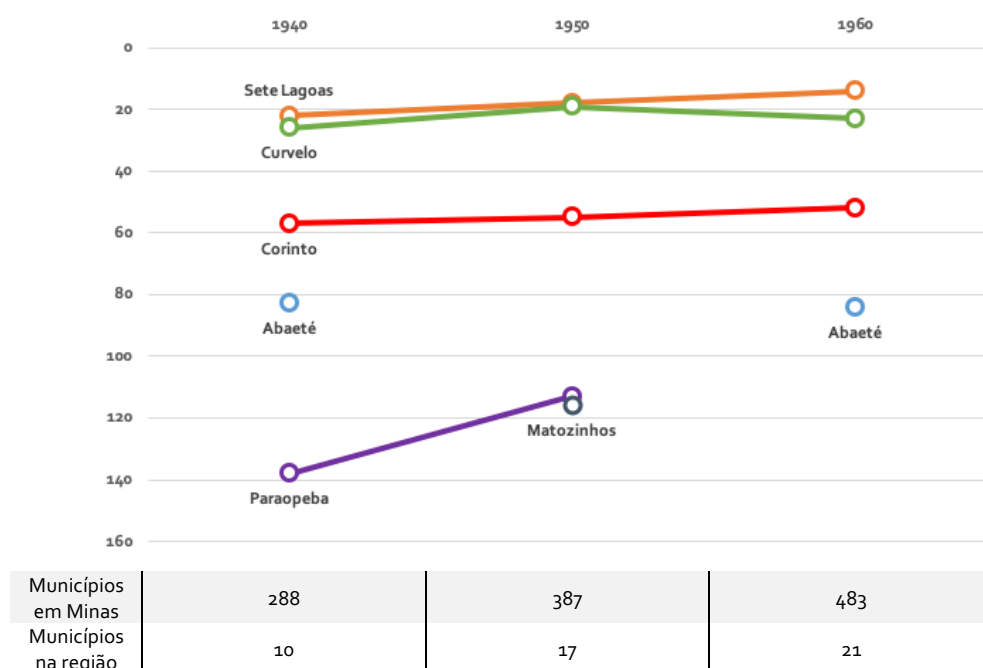
Fonte: Ibidem

Por último, o Gráfico 6, com o ranking das 5 maiores populações urbanas²³¹ da região permite uma conclusão complementar: com efeito, como centralidades urbanas, apenas Sete Lagoas e Curvelo, em meados do século, passaram a ter relevância não apenas regional, mas estadual; outros municípios, se apresentaram destaque, ele limitou-se ao interior da região.²³²

²³¹ Atente-se para o fato que os dados relativos à *população urbana* se referem, nesse caso, a população residente no distrito sede somado à residente em outros distritos eventualmente existentes, em cada município. Isso gera uma relativa distorção que precisa ser considerada. Tomando-se o Censo de 1950, por exemplo, e as três principais cidades, observa-se que a população urbana de Sete Lagoas incluía a população recenseada na *vila* de Silva Xavier (1,6% da população urbana municipal), a de Curvelo, as recenseadas nas *vilas* de Inimutaba, Morro da Garça etc. (20,6% da população urbana total), e a de Corinto, as nas *vilas* de Andrequicé e Santo Hipólito, dentre outras (27,4%). (IBGE, *Censos de 1872 a 2010*, 2020)

²³² Lembre-se que Três Marias, hoje uma cidade que polariza uma microrregião, até então não existia como município, só vindo a surgir com a represa de mesmo nome, nos anos 1960.

Gráfico 6: Ranking estadual com os 5 maiores municípios da região (1940-1960)
(População Urbana)

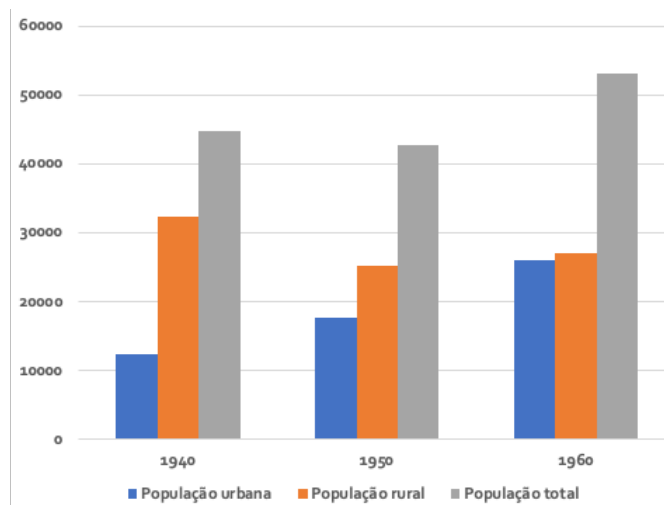


Fonte: Ibidem

É importante investigar a natureza do protagonismo demográfico dessas duas cidades, o que os Gráficos 7 e 8 indicam de forma nítida. No período dos Censos de 1940 a 1960, observa-se que Curvelo mostrou um equilíbrio maior entre a vida urbana e a vida rural; e Sete Lagoas, ao contrário, teve uma perda acentuada de população rural na primeira década, pela razão exposta, e — o que mais importa — um salto populacional urbano, na década seguinte, de quase 100%. Compete reconhecer, diante desses dados, que a característica de Sete Lagoas como um município essencialmente urbano começou a se pronunciar a partir dos anos 1950.

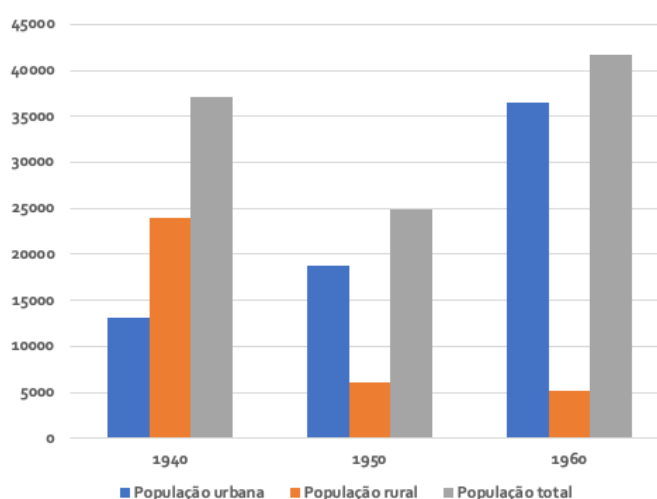
Traga-se a memória as informações apresentadas nos gráficos 1 e 2 anteriores: o equilíbrio demográfico de Curvelo deu-se *pari passu* com o crescimento também equilibrado dos valores agregados dos serviços, da indústria e do setor agropecuário do município, a partir da década de 1940; enquanto o salto populacional de Sete Lagoas é consistente com o salto apenas dos seus valores agregados da indústria e dos serviços, na década seguinte. Em ambos os casos, o porte similar da produção industrial e o destaque dos valores dos serviços — com ênfase para o caso setelagoano — aquilatam a força urbana dessas aglomerações.

Gráfico 7: Desempenho demográfico de Curvelo (1940-1960)



Fonte: Ibidem

Gráfico 8: Desempenho demográfico de Sete Lagoas (1940-1960)



Fonte: Ibidem

Esse fenômeno ocorreu num quadro regional bastante irregular. Por um lado, em 1950, a região, com uma população total de pouco menos de 250 mil pessoas²³³, tinha 68% dela no campo. Esse percentual inferior à média de Minas Gerais, de 70% de população rural, dá a

²³³ É preciso registrar que a apropriação de estatísticas populacionais do Censo de 1950 para o recorte regional considerado, com as suas configurações administrativas atuais, leva a algumas pequenas distorções, uma vez que alguns municípios atuais, em 1950, eram ainda distritos (ou *vilas*, nos termos do Censo) vinculados a municípios de outras regiões, como é o caso de Papagaios e Maravilhas ao município de Pitangui. Nesses casos, as populações rurais desses distritos encontram-se consolidadas no quadro rural do município, sem possibilidade de estratificação. Não obstante, avaliou-se que esses desvios são numericamente desprezíveis, no contexto das análises feitas aqui.

entender erroneamente que a região era mais urbanizada do que o estado, como um todo. Na verdade, essa taxa advinha do quadro de desigualdade que veio se delineando, com pouquíssimos municípios com maior concentração populacional nas suas sedes — como Sete Lagoas, com população rural reduzida a 25% da sua população total) — em um ambiente de ampla maioria de municípios, 10 dentre os 16, com índice de população rural entre 72 e 91%, acima da média estadual. Esse quadro de assimetria e baixa densidade urbana regionais, relativamente a outras regiões de Minas, não se alterará até o século XXI.

As feições que vão sendo assumidas pela rede urbana regional, embrionariamente, corresponderam à forma desigual com que o capital foi requerendo e consolidando condições gerais para sua reprodução e determinando a divisão territorial do trabalho. Nesses termos, observa-se a presença tímida de meios de circulação e consumo coletivo nas estruturas urbanas menores, ao passo que esses meios tenderam enfaticamente a um direcionamento exclusivo para Curvelo e Sete Lagoas.

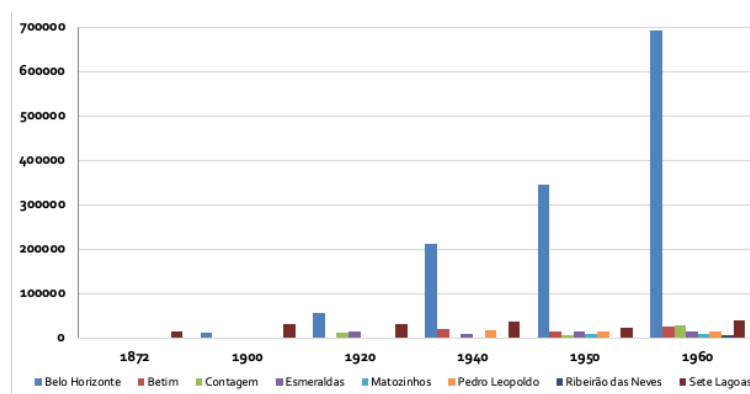
Por fim, na conformação dessa tessitura, é importante colocar no radar um elemento extrarregional emergente, desde a virada de século, potencialmente capaz de gerar incomparável perturbação na realidade socioeconômica e na rede urbana do sertão central: a instalação da nova capital do estado, Belo Horizonte, na região das *minas*, mas próxima da dos *gerais* e do *sertão*.

Belo Horizonte apresentou, desde a sua criação em 1897, uma taxa de crescimento populacional previsivelmente elevada. A expectativa era de que essa aglomeração urbana, ao assumir as feições de uma metrópole, provocasse um efeito de irradiação ou de *metropolização*. No entanto, até os anos 1960 esse efeito, medido através de seus reflexos demográficos, tanto segundo a população total quanto urbana, não ocorreu ou se deu de forma branda, na direção do sertão central de Minas.

Os gráficos 9 e 10 avaliam o desempenho das populações totais e urbanas dos municípios entre a capital e Sete Lagoas, no período de 1872 (data anterior a inauguração da capital) a 1960, como indicadores de ocorrência de uma eventual onda de crescimento nessa direção. Se é evidente um crescimento populacional intenso do município de Belo Horizonte, não se

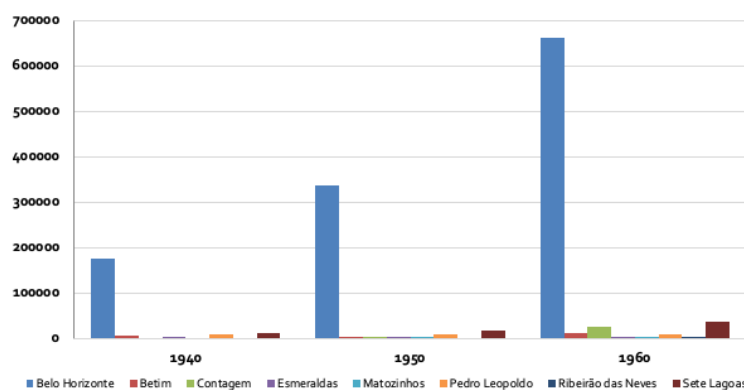
pode afirmar que ele tenha produzido um espraiamento relevante nos municípios considerados, nesse período.²³⁴ Até então, nada foi além da elevação a municípios de distritos no entorno da nova capital, com preservação de suas populações pré-existentes, numericamente reduzidas.

Gráfico 9: Crescimento demográfico dos municípios a Norte de BH (1872-1960)
(População Total)



Fonte: Idem, ibidem

Gráfico 10: Crescimento demográfico dos municípios a Norte de BH (1940-1960)
(População Urbana)

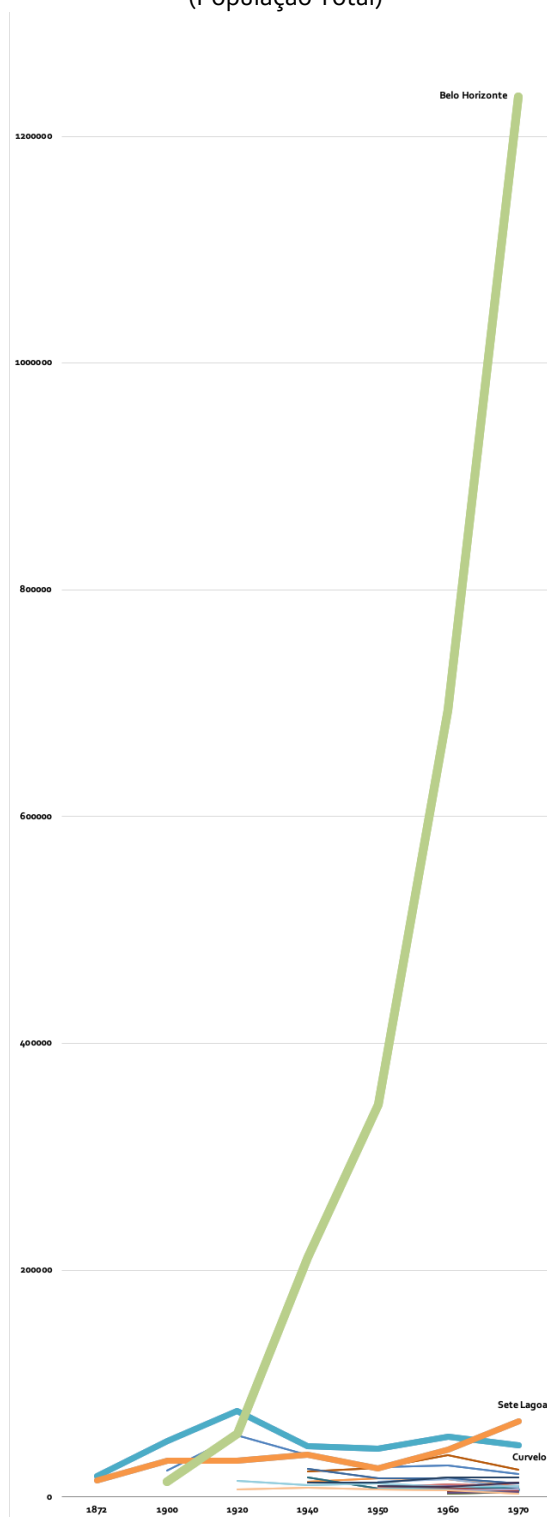


Fonte: Idem, ibidem

²³⁴Lucas Linhares, Felipe Magalhães e Roberto Monte-Mór (LINHARES; MAGALHÃES; MONTE-MÓR, *Urbanização extensiva e desconcentração econômica: a extensão das condições gerais de produção ao entorno metropolitano de Belo Horizonte*, 2004, p. 2) datam o processo que eles denominam de *explosão* (termo tomado de Henri Lefebvre em A revolução urbana) de Belo Horizonte, no anos 1940: "Já nos anos 1940, no contexto da industrialização do Brasil como um todo, Belo Horizonte assistiu a seu primeiro processo de *explosão*, caracterizado pelo avanço da capital mineira sobre os municípios vizinhos, lançando as bases para um crescimento industrial organizado ao longo do eixo oeste de expansão metropolitana, em torno da BR-381 e tendo os municípios conurbados de Betim e Contagem como protagonistas. O processo de metropolização se consubstanciou e ganhou contornos sólidos durante os anos 1970, quando foi reconhecida e formalizada a Região Metropolitana de Belo Horizonte". Não obstante, é de se dizer que, se esse fenômeno ocorreu, nesse período, no vetor BR-381, no vetor da atual BR-040, ele não se replicou, senão bastante mais tardiamente.

Frente a esses dados, não parece seguro creditar o desenvolvimento do sertão central de Minas e da sua formação socioespacial, mesmo de suas principais estruturas urbanas, diretamente a uma *explosão* do crescimento belorizontino, até a metade do século XX, como ilustra o Gráfico 11. Mesmo nas décadas posteriores, quando o processo regional de industrialização e urbanização ganhou maior intensidade, é de se por em questão a hegemonia da influência *direta* de Belo Horizonte e da sua região metropolitana. Essa afirmação não invalida, entretanto, a possibilidade de influências *indiretas*, no nível imaterial da difusão da cultura e dos valores urbanos, terem tido incidência sobre a região, especialmente na corrosão da alta inércia de sua tradição agrária. No final desse século, esse efeito de metropolização, por certo, deve ser revisto e caracterizado. São esses os pontos de investigação da pesquisa desenvolvida, discutidos a frente nesta tese.

**Gráfico 11: Crescimento demográfico de BH versus municípios do sertão central
(1872-1960)
(População Total)**



Fonte: Idem, ibidem.

PARTE II



A URBANIZAÇÃO DO SERTÃO CENTRAL

1960 – 2000

Nos últimos trinta anos, uma descoberta tecnológica abriu novas perspectivas de vida econômica para os cerrados. Verificou-se que aquelas imensidades de planícies ofereciam condições perfeitas para o cultivo de soja ou do trigo, à condição que fosse corrigida a sua acidez. Assim é que os cerrados estão sendo invadidos por grupos de fazendeiros sulinos, à frente de imensa maquinaria, para o cultivo de cereais de exportação. Alguns poucos sertanejos estão aprendendo a ser tratoristas ou trabalhadores especializados das grandes plantações. Para a massa humana do sertão é que essa riqueza nova não oferece esperança alguma.

[DARCY RIBEIRO, 1995]

5. SETE LAGOAS: A TERRA DO OURO NEGRO

5.1 A origem da siderurgia do ferro-gusa em Sete Lagoas

Até os anos 1960, as principais indústrias do sertão central de Minas, que integraram os seus ciclos econômicos de maior destaque, surgiram e se desenvolveram em razão da disponibilidade de matérias-primas da região. Assim foi com a indústria têxtil e o algodão, as fábricas de laticínios e o leite, a fábrica de farinha e o milho, a da cerâmica e a argila. Nesses casos, além da matéria-prima, havia também cultura técnica, estruturas e relações sociais de produção organizadas nas lavouras de algodão e milho e na criação de gado e no processamento desses produtos na cidade. No início desta década, surgiram as primeiras indústrias que aparentemente teriam rompido com essa tradição e adotado critérios localizacionais não vinculados apenas à proximidade da matéria-prima: a indústria siderúrgica do ferro-gusa.

Estudiosos da industrialização e da urbanização de Sete Lagoas apontam o *ciclo do ferro gusa* como o de maior relevância no século XX. “Iniciada por volta de 1960, a atividade guseira tomou grande impulso nas décadas de 70 e 80. Ainda hoje [2002], Sete Lagoas constitui o maior polo guseiro nacional, sendo essa atividade de grande importância na economia local”, descreve Márzio Nascimento¹, quando insere esse ciclo entre os oito por ele identificados no século XX. Na mesma direção, Marly Nogueira, ao analisar as razões da formação da centralidade urbana setelagoana, pondera:

Todos os processos descritos até agora [*posição central no estado, advento da ferrovia e desenvolvimento do setor pecuário*] dizem respeito à construção da centralidade urbana de Sete Lagoas e conseqüentemente à sua inserção na economia de Minas Gerais. Esse processo inicial deu-se ao longo de toda a primeira metade do século XX e, pode-se afirmar, que termina com a instalação das primeiras siderúrgicas não-integradas de ferro gusa na cidade no ano 1959. Novamente a posição geográfica privilegiada de Sete Lagoas vai ser um fator

¹ NASCIMENTO, *Administração pública e a questão do parcelamento do solo: um estudo de caso em Sete Lagoas*, 2002, p. 66.

definitivo para que o centro guseiro estadual se transferisse das cidades de Divinópolis e Itaúna² para a cidade. Localizada às margens da antiga MG-1 (atual MG-424), mais tarde aproveitada para a implantação da rodovia BR 040 (Rio de Janeiro – Brasília) e possuindo grandes jazimentos de calcário, Sete Lagoas mostrou-se muito mais atrativa para a nascente indústria do gusa num país que se modernizava. Malha viária, matéria-prima abundante e porta de entrada do sertão, fornecedor do carvão vegetal, combinaram-se com perfeição para que hoje, Sete Lagoas, seja considerada o maior polo guseiro não-integrado do país (...).

Os impactos resultantes do desenvolvimento da indústria siderúrgica em Sete Lagoas foram muito intensos, tais quais foram, guardadas as devidas proporções, quando a ferrovia chegou à cidade. A cidade, verdadeiramente, se transforma, expandindo-se social e economicamente, num processo de contínua (re)afirmação de sua centralidade.³

A despeito da correção dessas assertivas sobre a siderurgia do gusa, a tendência em se dar ênfase exclusiva à sua dimensão industrial, como uma atividade circunscrita à centralidade urbana de Sete Lagoas, e de apreciar apenas os seus impactos nos limites dessa centralidade, repercute no risco analítico de subestimar a importância de sua cadeia produtiva a montante e de seus efeitos socioeconômicos e ambientais na escala regional. Essa tendência conduz ao equívoco de se reduzir a uma economia local aquilo que na verdade tem a expressão de uma economia regional e, no nível territorial, de limitar ao contorno municipal e restritamente urbano, o que se estende sertão afora e reconfigura factualmente a própria noção de região.

Essa abordagem regional do processo econômico que se verificou no sertão central de Minas, na segunda metade do século XX e no início do XXI, é o cerne desta tese. Entendo, nesse caso, que considerar como meramente contingencial a relação entre a região e a cidade que a polariza — no caso, Sete Lagoas — implica invisibilizar as bases dessa polarização, presentes na estruturação de uma nova divisão territorial do trabalho e em mudanças na formação econômica e social do espaço regional. Significa depreciar a dimensão histórica dos fatos, tomando-se de forma descontextualizada uma fração da realidade como representativa de sua

² De fato, a indústria guseira teve o seu nascedouro em Itaúna e Divinópolis, de onde migrou para Sete Lagoas. Não obstante, não houve uma efetiva transferência: se é verdade que Sete Lagoas assumiu o protagonismo na produção do ferro-gusa, também é verdade que o oeste de Minas continuou como uma região produtora de relevo.

³ NOGUEIRA, *A construção de uma centralidade urbana – Sete Lagoas*, 2006, p. 118.

totalidade. O desenvolvimento socioeconômico de uma cidade como Sete Lagoas não pode ser explicado no limite de suas próprias características, senão em razão das disparidades regionais inerentes ao capitalismo, de que nos fala Castells⁴, como um tipo particular de industrialização regional, marcado por diferentes níveis de tensão territorial em que o crescimento de um ponto nesse território dá-se, necessariamente, pela subordinação do entorno. A atratividade econômica crescente de Sete Lagoas, no século XX, não pode ser vista apenas como decorrente de sua circunstancial *posição geográfica privilegiada*, mas sobretudo às custas de uma ação de conquista e de subordinação desse sertão, pondo em jogo interesses contraditórios.

Por certo, a siderurgia do ferro-gusa atendeu aos critérios localizacionais clássicos — custo de transporte, disponibilidade de mão de obra e fatores aglomerativos —, entretanto, o critério distintivo e decisivo de seu direcionamento para Sete Lagoas foi o mesmo das indústrias das décadas anteriores: a proximidade da matéria-prima, pela abundância regional de um dos principais componentes de seu processo industrial, o carvão vegetal.

O depoimento do entrevistado E.01.GUSA, empresário pioneiro do setor sobre as razões objetivas de sua decisão por inaugurar em Sete Lagoas a primeira siderúrgica local, fundamentada no conselho de outro industrial conhecedor de siderurgia, é bastante revelador:

[Cicrano], o melhor lugar para você montar uma indústria de gusa é Sete Lagoas. [...] Por vários motivos. Primeiro porque lá você não tem concorrência de carvão. Porque lá é firma grande, é Mannesmann, é Belgo Mineira, é Acesita, é a Ferro Brasileiro e tal. *E tem carvão demais, tem muito cerrado, quanto você precisar tem.* E tem caminhão demais de cerâmica para Belo Horizonte que volta vazio. E você tem o melhor minério do Brasil, que é minério de exportação. Aí você está numa posição pra contratar embarque de gusa, mercado, energia, tudo. É o melhor lugar!⁵

Essa orientação indica um comportamento localizacional frente ao acesso às duas principais matérias-primas da siderurgia do ferro-gusa: o *minério de ferro*, disponível no quadrilátero ferrífero, ia Sul de Belo Horizonte, e o *carvão vegetal*, produzido a partir de mata nativa de

⁴ CASTELLS, *La cuestión urbana* [1974], 1978.

⁵ E.01.GUSA: 18':50".

cerrado do sertão centro-norte mineiro. Tem-se aí uma questão essencialmente logística: como o minério integra um mercado oligopolizado, com poucos fornecedores territorialmente concentrados, a operação de compra de ponto a ponto é mais simples do que a do carvão, que faz parte de um mercado estruturado sob a forma de um oligopsonio: extremamente fragmentado, ofertado por uma miríade de carvoeiros, territorialmente espalhados, para um número restrito e concentrado de compradores. Do ponto de vista de custo de transporte e racionalidade operacional, situar-se próximo ao território do carvão e estabelecer-se como um ponto de convergência natural de uma oferta regional dispersa tornou-se uma questão fundamental, favorável a Sete Lagoas.

Abro um parêntesis para esclarecer a importância do carvão na indústria do ferro gusa. O ferro-gusa é uma *commodity* sem uso próprio direto, senão como matéria prima na fabricação de ferro fundido e aço⁶. É uma liga de ferro e carbono resultante de um processo industrial de baixa tecnologia, em que se promove a reação do minério de ferro com o carvão (carbono), em um ambiente de alto forno, a temperaturas próximas de 2.000 graus centígrados. O desafio do processo está em converter o minério de ferro em ferro metálico. Para tanto, o carvão cumpre funções centrais: como *combustível*, é o gerador da energia que propicia altas temperaturas; como *agente químico*, é o redutor que libera o ferro-metal de seus óxidos; como *elemento físico*, contribui na estabilização de vazios dentro da cuba para passagem de gases; e como *fonte de carbono*, é ele próprio incorporado ao metal resultante.

À exceção do carvão, do ponto de vista de outros fatores localizacionais, não havia diferença substantiva entre Divinópolis, berço do ferro-gusa mineiro, e Sete Lagoas que justificasse a trabalhosa migração de indústrias de um ponto a outro. Em 1960, Divinópolis apresentava uma estrutura urbana superior à de Sete Lagoas⁷ e é próxima a Itaúna, à época, município de porte também considerável⁸, com quem já conformava um incipiente polo guseiro. Atente-se para o fato que Itaúna tinha, então, uma produção industrial superior à de Divinópolis e

⁶ Sobre a falta de serventia do gusa, em si, senão apenas como matéria-prima, o entrevistado E.4. CARVÃO citou uma brincadeira comum no setor: "O ferro gusa ele tem duas serventias muito grandes. Ele serve para segurar papel em cima da mesa e para não deixar a porta bater [risos]. (44':04")

⁷ Em 1960, Divinópolis tinha uma população total de 53.340 habitantes e uma população urbana de 42.195 habitantes, enquanto Sete Lagoas tinha respectivamente 41.656 e 36.482 habitantes. (IBGE, *Censos de 1872 a 2010*, 2020)

⁸ Em 1960, Itaúna tinha uma população total de 32.459 habitantes e uma população urbana de 23.036 habitantes. (IBGE, *Censos de 1872 a 2010*, 2020).

ambas superior à de Sete Lagoas⁹. Por outro lado, Sete Lagoas e Divinópolis dispunham de transporte ferroviário¹⁰ — meio essencial para colocação do produto no mercado interno e externo¹¹ — em condições rigorosamente idênticas. Ademais, eram equivalentes as distâncias dessas cidades até a região mineradora, onde minério era de fácil obtenção¹², adquirido de empresas multinacionais.¹³ Sobre a maior facilidade de Sete Lagoas no transporte de minério de ferro, apontada no depoimento anterior (“E tem caminhão demais de cerâmica para Belo Horizonte que volta vazio”), foi um elemento meramente conjuntural, válido por muito pouco tempo, apenas para a primeira usina e sem nenhuma influência na decisão localizacional do restante do setor.¹⁴

⁹ Segundo o IPEADATA, em 1959, Itaúna detinha a 10ª posição no ranking do PIB Industrial mineiro, Divinópolis a 14ª e Sete Lagoas apenas a 22ª.

¹⁰ Sobre a importância da ferrovia para a siderurgia, vale considerar dois comentários do entrevistado E.01.GUSA. Quando discorre sobre a escolha do terreno, no bairro da Boa Vista, em Sete Lagoas, ele vincula essa escolha à facilidade de acesso a rede ferroviária: “Fui lá pra Boa Vista pelo seguinte: quando eu vim pra cá, estavam fazendo o leito da estrada de ferro lá. Siderurgia dá carga demais: minério, ferro-gusa. O lugar ideal pra mim é aqui”. (Tempo: 23:10) Sobre o embarque ferroviário do gusa para exportação, inicialmente ele não era feito em Sete Lagoas, mas em Belo Horizonte e, depois em Matozinhos: “Já tinha asfalto de Belo Horizonte pra cá. E já estava falando na 040 pra Brasília. [...] Você embarcava gusa pra exportação em Belo Horizonte. Depois passei a embarcar lá em Matozinhos” (43’:40’)

¹¹ Sobre o destino original do produto, o entrevistado dá algumas informações objetivas: Um destino eram as grandes siderúrgicas nacionais: CSN, Belgo Mineira, Aços Anhanguera (“Pra quem o senhor vendia? *Pra Siderúrgica Nacional*” — 39:10 — ou “Eu fornecia muito gusa para a Aços Anhanguera, lá tem a Anhanguera e a [...] do Azevedo Antunes, a KM, um monstro de uma firma, um trem de doido, a maior do Brasil” — 1:09’:35’); outro destino, era o mercado externo (“Agora é assim, toda vida foi assim. Quando aparecia uma firma muito grande, nesse preço, numa situação assim, Belgo Mineira, esse pessoal, aí paga um preço alto. *E fora disso tem a exportação. A exportação era um negócio muito bom porque você vendia o ano todo, não tinha problema*, o retorno não era muito grande, mas era bom, o que ajudava demais. Então, vendia era para entregar em quatro meses, cinco meses. Abria a carta de crédito, em dólar. Os bancos ficavam doidos pra comprar o dólar. Se você tinha condições de segurar o dólar até o fim da tarde ou negociar pouca coisa dava um resultado muito bom — 42’:30’). A exportação era feita pelo Cais de Paul/Gusa, no Porto de Vitória-Es.

¹² “A matéria-prima era uma maravilha! Pegava aqui em Belo Horizonte. Na época era a Hanna, Era uma firma americana. Depois passou para a MBR, do grupo Antunes; hoje, eu não sei de quem. Venderam aquilo lá. Não sei. [...]. Mas vinha lavado, granulometria na análise. Você comprava tudo. [...] Era uma maravilha!” (E.1.GUSA: 26’:10’)

¹³ Na entrevista, o entrevistado E.1.GUSA refere-se à Hanna: trata-se da empresa norte-americana The Hanna Mining Company que, na década de 1950, “adquiriu o controle da St. John d’el Rey Mining Company, dividiu as propriedades, incorporando-as a duas empresas - Mineração Morro Velho S/A e Mineração Novalimense S/A, esta última recebendo as jazidas de minério de ferro, parte do acervo da St. John d’el Rey”. Posteriormente, foi objeto de uma *joint-venture*, comandada pelo empresário Sr. Augusto de Azevedo Antunes, dando lugar à Minerações Brasileiras Reunidas S/A – MBR. (SILVA, 1995, pp. 77–86)

¹⁴ Depreende-se na entrevista que esse fator foi apenas um facilitador ocasional, com redução no valor do frete, enquanto Sete Lagoas teve apenas uma indústria. Diz o entrevistado: “Acontece o seguinte. Quando eu botei o forno pra funcionar, eu era sozinho aqui. Então, os caminhos de cerâmica quase, se eu pagava algum frete por fora era pouco, então dava, me abastecia, o minério que eu consumia. E esse frete não era alto. Os caminhões voltavam vazio! E, depois que veio a outra siderúrgica, aí já começou a ter... Aí eu fui e comprei caminhão. Comprei cinco caminhões da [Ford] para ajudar a puxar minério. [...] Depois dessa quantidade de alto forno, o consumo de minério virou uma loucura. [...]. Essas carretas aí. [...]”. (E.1.GUSA: 45’:50’)

A disponibilidade de mão de obra também não foi um elemento diferencial. Apesar dos conhecimentos requeridos no controle do sistema de troca de calor do alto forno para uma produção econômica de gusa de qualidade, ou seja, em que pese certa *ciência* inerente ao processo e a necessidade de especialistas no ofício¹⁵, a tecnologia do ferro-gusa é primitiva. As atividades braçais próprias a ela não exigiam formação específica para o desempenho da maioria das funções, que não fosse acessível ao trabalhador migrante do campo, com baixa ou nenhuma formação técnica em siderurgia, na região de Divinópolis ou na de Sete Lagoas.

Do ponto de vista do domínio técnico da maquinaria — da expertise em projeto, desenvolvimento e montagens industriais para a siderurgia do gusa —, ainda que se saiba que a construção de altos fornos era uma operação pouco complexa, “de fundo de quintal”, como elucidado pelo mesmo entrevistado, esse era um recurso mais favorável a Divinópolis e especialmente a Itaúna, onde havia competência técnica e capacidade instalada, dedicada à construção de altos-fornos, até então inexistente no sertão central de Minas:

Montador de alto forno eu já sabia porque lá... Esse negócio de gusa, isso não existia, isso era uma indústria que não existia, *então isso começou lá em Itaúna*¹⁶. E Divinópolis. Lá tinha

¹⁵ O entrevistado faz uma descrição sucinta do processo de produção e da importância de controlador do forno: “Pra você ter um gusa de boa qualidade, o que há de melhor que se pode fazer de gusa - porque o minério nós temos excelente, de excelente qualidade - a chave do negócio, o equipamento principal é o trocador de calor, pra esquentar esse ar que você manda lá. [...]. Então, esse ar o ideal é ele entrar lá em torno aí de 800 graus, uma maravilha, economiza carvão pra danar e trabalha com um minério mais rico, um minério de redução mais difícil, que você tem que pegar um minério mais fechado, né?, mas é um minério também que tem uma porcentagem maior de ferro, dá menos escória. Então, esse é o problema chave do negócio, é o trocador de calor. Tendo um trocador bom, você produz muito com um consumo pequeno de carvão e o forno funciona uma maravilha. Você tira o gusa que você quer... porque gente, vocês imaginam, vocês ficam lá no alto forno, parece ser um troço besta aquilo, não é, um alto forno é um laboratório, e um laboratório importante. Então, uma série de coisas você tem que levar em consideração pra que você tenha uma produção econômica, uma produção boa, um baixo consumo de carvão e uma boa qualidade do gusa. Então, é muito interessante, a indústria de gusa, o alto forno pra funcionar bem mesmo depende de uma pessoa que entenda no negócio pra operar o forno senão todo mundo trabalha, mas se você trabalha errado você vai gastar aí 3 metros e meio quatro metros de carvão por tonelada de gusa, não consegue fazer um gusa muito bom e não tem uma produção constante assim em termos de análise. O forno numa marcha perfeita, você faz um gusa aí numa faixa aí de uma semana inteira, um mês inteiro produzindo muito pouco fora daquela faixa que você tem vendida para entregar. O importante é o aquecimento do ar, entrar com o ar lá bem quente”. (E.1.GUSA: 1:28’:15”)

¹⁶ Especialmente sobre a origem da siderurgia do ferro-gusa em Itaúna, o entrevistado diz: “Hoje as coisas estão mais dentro de uma teoria, né? Qualquer negócio que você vai tal, tal, você contrata pessoas do ramo, engenheiro etc. tal, tal [...], e os donos, diretores mesmo não entendem nada do negócio; maioria é assim, né? Então, então o negócio é que naquela época não tinha, *ai o Dr. [fulano], uma pessoa, um engenheiro lá de Itaúna, esse cara resolveu assumir esse negócio de gusa, ele estudou o negócio assim meio [...]. Você não achava nada a respeito. Isso não existia*. Existia usina de gusa, mas usina integrada. Quando vai construir uma siderúrgica, uma indústria de aço, primeira coisa é o alto forno porque o alto forno é que dá matéria prima pra indústria. (E.1.GUSA: 50’:40”)

uma firma que construía os altos fornos. Então esse pessoal é que veio fazer o alto forno aqui pra mim. [...]. Os compressores eram importados. Quando a indústria começou a crescer, aí começou a primeira fábrica lá em São Paulo. Depois uma outra. Aí tinha duas que fabricavam os ventiladores. Mas antes era importado...¹⁷ [...]

Então, como eu sempre gostei de indústria... você vê que eu já não gostava [*de fazenda*] desde menino, nunca mexi na fazenda. Então, o negócio é o seguinte, eu sou muito observador. Eu tenho uma facilidade até muito grande de assimilar essas coisas e saber o que funciona e o que não funciona. Certo? Então lá na indústria siderúrgica, na época você não tinha um livro, não tinha nada! *Uma indústria que nasceu assim de fundo de quintal*, fazia tudo errado. Sabe? Era tudo errado! Depois que a gente foi aprendendo a trabalhar, a própria indústria foi ensinando a gente a trabalhar, nós passamos a ser o melhor produtor de gusa do mundo, em qualidade e custo. Você gasta xis carbono pra fazer uma tonelada de gusa, era uma fórmula, você gasta tanto de carbono, nós chegamos a gastar bem menos, a indústria ficou super-racional.¹⁸ [...]

Foi tudo assim, foi tudo na base do leigo, fazendo, acompanhando a coisa. Sabe como é que é? [...]. E negócio em casa. Mas pra você ter uma ideia de como o negócio na época foi difícil. No princípio, esses compressores, não era bem um compressor, era um ventilador, compressor é piston, né? [...], eram importados, [...] esse era compressor mesmo, [...] esse custava caro pra burro, muito caro demais. Aí, mas como era muito caro e a indústria estava ganhando dinheiro demais, uma firma boa de mecânica que tinha em Itaúna começou a fabricar lá uns compressores, mas era uma geringonça (risos), você precisava de ver. Mas custava 20% do importado. Então vamos comprar o trem dele lá. Diz que estava funcionando bem e tal. Mas o trem era uma loucura! Uma corda gangue, uma polia pequena tocando uma grande, uma correia [...] pra capeta, aquilo estava deslizando [...], era um trem improvisado mesmo. Éta, mas aquele trem só me dava problema. E alto forno você não pode interromper, o forno não pode ficar parado. Desequilibra tudo, complica tudo...¹⁹

Aliado a esses fatos, há outro decisivo na compreensão desse processo: a origem do capital que fez a escolha por Sete Lagoas. No caso de todas as primeiras indústrias, constata-se que não se tratou de um grande capital externo que fez uma prospecção de oportunidades

¹⁷ Idem: 24':45".

¹⁸ Idem: 27':50".

¹⁹ Idem: 30':19".

localizacionais a distância. Ao contrário, foi uma escolha doméstica, de um capital acumulado na região de Sete Lagoas ou, proximamente, na de Divinópolis, com base em fatores muito pragmáticos, ligados a identificação de novos negócios, industriais e urbanos, na própria região em que ele se acumulou, no ambiente rural e no meio familiar (“O dinheiro era da família. Nós não queríamos por gente de fora” — E.1-GUSA: 29’:00”). Sob essa ótica, é inteiramente descabido afirmar que foi a região — ou Sete Lagoas — que reuniu um repertório de vantagens competitivas para atração de um capital siderúrgico já constituído. É bastante mais correto afirmar que, havendo riqueza agrária regional acumulada e disponível, o atrativo original foi a oportunidade de um negócio emergente e promissor, por razões de mercado — pela alta demanda nacional e internacional por ferro-gusa, à época — compatível com a capacidade produtiva da região.

Nesse contexto, a vantagem decisiva de Sete Lagoas para instalação e desenvolvimento de indústrias siderúrgicas não decorreu apenas de seus atributos aglomerativos propriamente²⁰, mas de sua inserção no sertão central de Minas, como região produtora de carvão vegetal (“E tem carvão demais, tem muito cerrado, quanto você precisar tem”). Se na era colonial, o sertão central mineiro, por ser o sertão mais próximo da região das minas, identificou na oferta de gado para o abastecimento do mercado interno, uma atividade econômica compatível com suas *terras* de cerrado; em meados do século XX, por ser o sertão mais próximo da região de minério de ferro, identificou na produção de ferro-gusa para abastecer o mercado nacional e internacional, uma nova atividade econômica compatível com suas *matas* de cerrado.

Enfim: o nascedouro da indústria do ferro-gusa em Sete Lagoas, que conformou-a como o maior polo não integrado do mundo, deveu-se a um fator regional e não restritamente municipal e urbano: o cerrado — o cerrado indiviso, o cerrado desabitado, o cerrado a conquistar, o cerrado como fronteira econômica para o avanço de novos fluxos econômicos, o cerrado enquanto espaço passível de hegemonização de novas práticas territoriais; o cerrado passível de ser transformado em carvão.

²⁰ Obviamente, os fatores aglomerativos também foram importantes. O entrevistado menciona vários deles, por exemplo, a importância condicional do acesso ao crédito: “Foi assim. Se não é o Banco Agrícola, na época, nós não íamos dar conta de vencer esses três anos não [anos de crise de 1959 a 1961]. O Banco Agrícola foi fundamental nessa hora. [...]. Era muito dinheiro. Siderúrgica, o consumo de carvão, é uma indústria que gira muito dinheiro. E o Banco Agrícola me aguentando” (idem: 36’:25”). O que eu afirmo é que eles não foram diferenciais competitivos de Sete Lagoas porque esses fatores estavam presentes também em Divinópolis.



5.2 A economia invisível do carvão

“E produzir gusa, eu te diria, mais de 60% do custo de produção é carvão. Então, o gusa, ele é muito mais um produto florestal do que qualquer outra coisa”²¹: essa frase de um dos entrevistados na pesquisa orienta uma perspectiva de análise fundamental para a compreensão da maneira como a formação socioespacial regional se desenvolveu, histórica e contraditoriamente, na segunda metade do novecentos, posicionando Sete Lagoas como a centralidade urbano-industrial dominante e subordinando a ela todo o sertão central. Ela sugere uma inversão na ordem habitual de apreciação do processo produtivo, pondo em evidência não a componente industrial, mas a sua indissociável relação com a componente florestal antecedente; isto é: correlacionando o processo urbano ao processo rural.

Na construção de narrativas sobre processos de produção do espaço *urbano* são comuns as correlações entre atividades intrínsecas à cidade e ao campo. No sertão central de Minas, por exemplo, distingue-se o ciclo rural do leite como determinante de transformações urbanas em Sete Lagoas, nos anos 1950; assim como o ciclo rural do algodão como responsável pela modernização da cidade de Curvelo, a *terra do ouro branco*, nos anos 1940. Diferentemente, não são comuns vinculações de eventuais ciclos de carvão e carvoejamento a histórias urbanas. As abordagens usuais sobre o carvão referem-se a estudos de processos florestais e ambientais, de gestão energética ou quanto à sua inserção econômica em cadeias produtivas industriais. Contra essa invisibilidade urbana, como destino preferencial do carvão produzido

²¹ E.4.CARVÃO: 45':53".

no sertão centro-norte mineiro²², para processamento em seu polo siderúrgico, não seria impróprio creditar a Sete Lagoas, de forma similar a Curvelo, a fama de *terra do ouro negro*.²³

Abro um parêntesis para fazer um breve histórico sobre a importância da lenha e do carvão vegetal como base energética na economia brasileira. Em nada surpreende afirmar que a madeira oriunda de mata nativa, como fonte de energia, tem a idade do país. Sabe-se que nos engenhos coloniais parte considerável das terras era preservada com florestas para provisão cíclica e permanente de madeira e lenha. Ao lado da tração animal, essa era a fonte de energia conhecida para a produção. Capistrano de Abreu indica que nos tempos de Antonil, no setecentos, produzir lenha era uma atividade econômica relevante, imposta aos braços escravos:

No tempo de Antonil, as matas de Jaguaribe bastavam para dar lenha a quantos engenhos havia no recôncavo à beira-mar. Começava o corte nos princípios de julho; tinha cada escravo de cortar e arrumar cada dia uma medida de lenha, alta sete palmos, larga oito, medida de um carro; de oito carradas constava uma tarefa, que custava 2\$500; alguns engenhos gastavam dois mil cruzados de lenha anualmente; um ano o de Sergipe do Conde, fundado por Mem de Sá, terceiro governador-geral, sogro do conde de Linhares, e depois pertencente aos padres da Companhia, gastou mais de três mil cruzados.²⁴

Também em nada surpreende dizer que a industrialização nacional foi, por décadas, movida a energia de biomassa. No entanto, é admirável saber que a participação majoritária da

²² São explícitas as citações a Sete Lagoas como destino do carvão, em estudos diversos sobre a atividade de carvoejamento. Por exemplo, Caetano (2017, p. 2), ao estudar a atividade de carvoaria em Curvelo, diz: "A atividade de carvoejamento iniciou-se na cidade de Curvelo, a partir da década de 1970, *incentivada pelo aumento das indústrias siderúrgicas da cidade de Sete Lagoas*, situada a apenas 110km deste município". Em outro exemplo, Bethônico (2004, p. 13), ao referir-se a implantação de projetos de reflorestamento para produção de carvão nos vales do São Francisco e Jequitinhonha, afirma: A conformação do relevo, *o fato de estar geograficamente próxima à região guseira de Sete Lagoas*, o baixo custo da terra e [...] foram os fatores que realmente decidiram a implantação dos reflorestamentos no Vale do Jequitinhonha e Vale do São Francisco". Em um último, o entrevistado E.g.HISTÓRIA.MC, com relação à implantação de eucalipto no Norte de Minas, relata: "Com a chegada da SUDENE é que começa o financiamento. Com o Banco do Nordeste e com a SUDENE, da transformação, da implantação das fazendas, dessas fazendas maiores de empresas, e aí você tem nas chapadas a implantação de eucalipto, e o eucalipto suga a terra, a água. É um absurdo o volume de água que o cerrado, a grande função ecológica do cerrado é abastecer as grandes bacias da América do Sul, né?, e *aí detonam com o cerrado pra fazer carvão, pra subsidiar o polo siderúrgico lá em Sete Lagoas.*" (14':22")

²³ Para evitar equívocos: embora *ouro negro*, como figura de linguagem, seja habitualmente associado ao petróleo, em razão de sua cor, nesta tese, pela mesma razão, é associado naturalmente ao carvão.

²⁴ ABREU, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* [1930], 1960, pp. 107–108.

madeira proveniente de mata nativa na história do consumo energético alcançou praticamente o século XXI: "Até o ano de 1972, a madeira representava a primeira fonte de energia do país. Somente em 1973 é que a sua liderança foi perdida para a energia derivada do petróleo, e somente em 1978 é que ela foi suplantada pela hidroeletricidade".²⁵ Em parte considerável, desde meados do noventa, essa relevância se deveu ao seu uso ostensivo na siderurgia, no país e em Minas.

Na primeira metade desse século XX, as siderúrgicas mineiras respondiam por 90% da produção nacional de ferro-gusa, em razão da abundância de cobertura florestal nativa nas suas áreas de cerrado²⁶. Foi nesse contexto de dependência absoluta de supressão de matas do sertão para produção de energia que as usinas em Sete Lagoas foram instaladas, a partir de 1959. Apenas na década de 1970, quando a siderurgia mineira já vivia um pico de produção, essa matriz energética passou a ser composta minoritariamente por carvão de florestas de eucalipto, plantadas também em área de cerrado:

Na década de 1970, Minas Gerais tornou-se o maior polo siderúrgico a carvão vegetal do mundo. O aumento da produção de carvão vegetal foi facilitado pela utilização da madeira dos reflorestamentos, mas também da vegetação nativa oriunda das regiões de cerrado, onde acontecia, em ritmo intenso, o avanço da fronteira agrícola. Também, nessa mesma década, surgiram os plantios florestais em grandes áreas, para sustentar a atividade siderúrgica e reduzir a pressão sobre as matas nativas. O crescimento dos plantios foi fortemente influenciado pelas políticas públicas de incentivos fiscais, promovidas pelo Governo Federal entre 1966 e 1988.²⁷

É possível inferir a curva de consumo de carvão vegetal em razão direta²⁸ da curva de produção anual de ferro-gusa pelas usinas independentes²⁹ — como todas as de Sete Lagoas —

²⁵ BRITO, *Carvão vegetal no Brasil: gestões econômicas e ambientais*, 1990, p. 221.

²⁶ REZENDE; SANTOS, *A cadeia produtiva do carvão vegetal em Minas Gerais: pontos críticos e potencialidades*, 2010, p. 27.

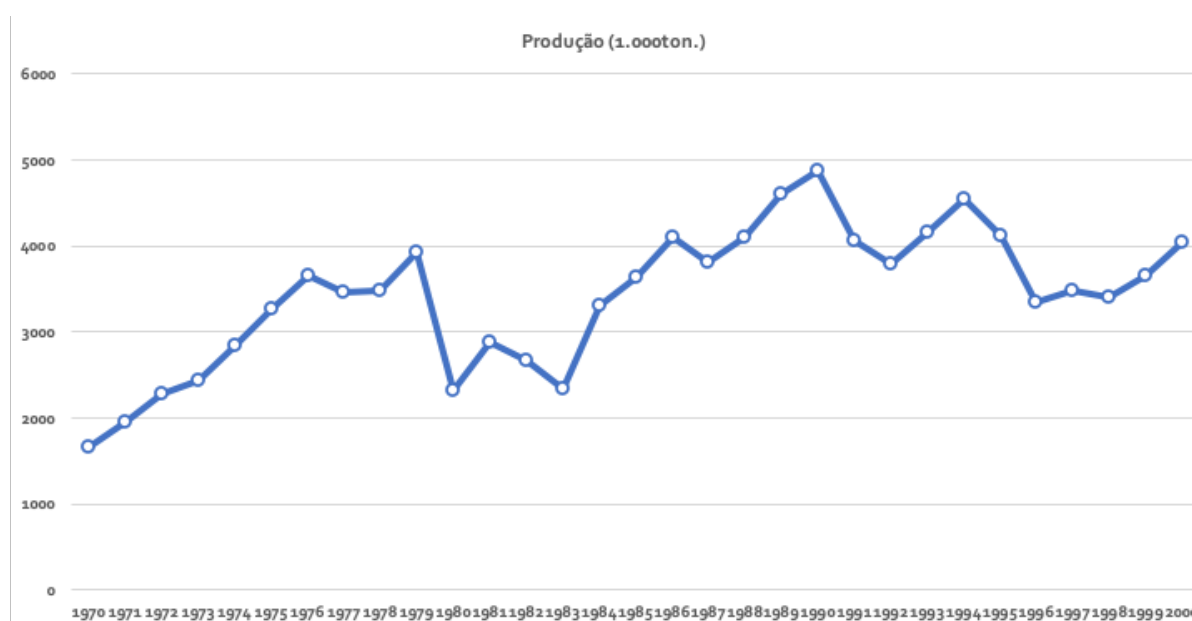
²⁷ *Ibidem*, p. 27.

²⁸ Ainda que varie em função da qualidade do carvão, do minério e da solução tecnológica no alto forno, a média atual, nesse correlação é de 3,2 m³ de carvão por tonelada produzida de gusa: "aí você multiplica por 3.0 ou 3.2, hoje é mais um pouquinho, 3.2, aí você sabe o consumo: 3.2 m³ por tonelada de gusa"(E.15.GUSA: 2':47").

²⁹ O Gráfico 9 trata da produção de ferro-gusa das usinas independentes ou não integradas em MG, que produzem o chamado ferro-gusa de mercado. Todas essas usinas utilizam carvão vegetal em seu processo produtivo. Não obstante, as usinas integradas mineiras também utilizam carvão vegetal proveniente do cerrado.

apresentada no Gráfico 12. Essa curva, com dados disponíveis a partir de 1970, apresenta flutuações derivadas da maior ou menor demanda do mercado nacional e internacional do aço. A despeito disso, a tendência média crescente de produção remete a um consumo também crescente de carvão vegetal. Ainda que já houvesse o emprego de carvão de mata plantada, nesses anos, ele não respondia por mais de 22% do suprimento de madeira no país, o que não seria diferente em Minas: "os dados mais recentes [1990] indicam que 78% da matéria-prima usada na obtenção de carvão vegetal em nosso país têm origem na mata nativa"³⁰.

Gráfico 12: Produção anual de ferro-gusa por usinas independentes – MG



Fonte: Elaboração própria com dados do MME/BIRD, 2009 e Anuários Estatístico SINDIFER, 2012 e 2019.

Destaque-se, nessa produção de gusa e nesse consumo de carvão, em Minas Gerais, a alta participação do parque guseiro de Sete Lagoas, acima de 40% do total: no início dos anos 2000, relatório técnico do MME/BIRD, apontava que "o município de Sete Lagoas [...], tem na produção de gusa uma importante atividade industrial com capacidade instalada de 3Mt, ou 42% do total da capacidade instalada do Estado, possuindo, também, 18% da capacidade de produção em todo o país, distribuída em 21 empresas que operam 40 altos fornos"³¹ (grifo meu)

³⁰ BRITO, *Carvão vegetal no Brasil: gestões econômicas e ambientais*, 1990, p. 224.

³¹ MME/BIRD, *Perfil do Ferro Gusa*, 2009, p.10.

Essa demanda crescente de carvão definiu progressivamente uma *pegada territorial*³² a partir do seu epicentro urbano em Sete Lagoas: expandindo do entorno de Sete Lagoas, aos domínios do sertão central, aos do Norte mineiro, até alcançar os sertões nordestinos³³, com a supressão de mata nativa para o carvoejamento ou para recomposição florestal com plantio de eucalipto e outras monoculturas. Ou seja, na medida em que o polo guseiro se expandiu, com novas usinas e aumento de produção³⁴, ele ativou a busca pelo carvão e ampliou a sua fronteira. Esse avanço territorial do domínio rural da indústria urbana de ferro-gusa pode ser mapeado em algumas entrevistas de campo: o entrevistado E.1.GUSA, empresário pioneiro do gusa faz menção a uma expansão, desde muito próximo da usina, em Inhaúma (a cerca de 30km), até Paraopeba (a 35km), e depois, Três Marias (a 200km):

E projeto de reflorestamento é um saco! Porque toda vida (...), eu fiz reflorestamento bem feito. Fazer direito porque tem que fazer. É lei! Então, foram poucas usinas que fizeram direito [...]. Quando eu fiz um outro forno, eu gastava uma média de mil metros de carvão por dia. [...] Então eu tive que comprar um mundo de terra. Era o que dava trabalho. [...]. Tinha que ter um cara bom lá em cima. E ele era. [...] *Eu tinha reflorestamento até lá perto de Três Marias. Mas a gente começou aqui. Esse Treme aí, onde tem a Águas do Treme [em Inhaúma], isso tudo era meu aí. Comecei as florestas aqui, depois passei pra Paraopeba. Fomos andando.*³⁵

³² Uso aqui a expressão *pegada territorial* em similaridade ao conceito de *pegada ecológica*. Em ambas as expressões *pegada* equivale a *rastro*. Pegada ecológica, propriamente, refere-se a uma contabilização, expressa em extensão territorial, em hectare global (gha), da pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais.

³³ Esse transbordamento na direção dos sertões do Norte mineiro e nordestinos foi resultado, também, de indução governamental. A política de incentivos fiscais instituída pelo Governo Federal, nos anos 1970, criou facilidades direcionadas a investimentos na área da SUDENE que, em Minas Gerais, inclui municípios das regiões Norte e Jequitinhonha.

³⁴ Sobre aumento de produção, valem dois comentários do entrevistado E.1.GUSA que sinalizam nessa direção. Numa passagem da entrevista, ele afirma: "Depois que aumentou muito o consumo de carvão [por conta] da indústria do gusa, tinha época que ficava difícil o carvão. Mas eu tinha um amigo aí, ele fornecia carvão pra Mannesmann, ele tinha um [negócio] mas muito grande de carvão. O carvão dele era um pouco mais caro. Mas quando a coisa apertava muito, eu ligava pra ele e ele mandava carvão pra mim. Chegou a parar alto forno uma época por causa do carvão. Mas eu nunca parei por isso (...)". [33':15"] Em outra, ele completa: "O carvão [entregavam] na usina. (...). Tinha muito carvão. O que aumentou a produção foi que aumentou o mercado e muita gente passou a ter uma renda boa do... os fazendeiros, porque o carvão dá um dinheirinho bom pro fazendeiro. (...). Mas carvão nunca foi problema. Carvão sempre teve muita facilidade. (...) Depois que tinha vários altos fornos funcionando é que deu esse problema; tinha uma época do ano que faltava. (Risos) Eles punham comprador de carvão na estrada, um punha no trevão, outro punha mais na frente. Era uma briga danada". [46':40"]

³⁵ E.1.GUSA: 1:12':10".

Da mesma forma, o entrevistado E.13.CARVÃO, empresário de carvão, mostra essa expansão das cercanias de Curvelo (a 110 km de Sete Lagoas) até próximo de Montes Claros (a 360km):

Vinha [o carvão] mais de Curvelo. Felixlândia. [...] Capote. Pertencia a Curvelo. Lagoa do Jacaré. Aí era Felixlândia. Mais de Curvelo, mas de Pirapama também. Era mais ou menos igual. E Felixlândia. Eu vendia muito carvão daquela região. São José do Buriti [Distrito de Felixlândia].³⁶ [...]

Aí foi subindo pra lá. Porque começou em Lagoa do Jacaré, Canabrava, aqui perto. E aí a coisa foi tomando, assim, um aspecto melhor, as possibilidades foram parecendo, gastando mais, eu descarregava, os caminhões começaram a ir para Itabirito, pra Caeté, eles se interessavam pelo preço do carvão e do frete. Aí, a demanda ficou grande e eu cheguei a fornecer assim mil metros por mês.³⁷ [...]

De Pirapora veio muito carvão. Lá de Felixlândia, aquele fundo lá, São José do Buriti, Três Marias, começou a vir carvão demais. [...] 25:00 Vinha também, de Montes Claros. Na época que começou a produzir, eu mesmo, minha carvoeira era lá em Dolabela [Engenheiro Dolabela], não estava longe, 50km de Bocaiúva, lá dava 100km de Montes Claros.³⁸

Essa capacidade de produção indeterminada de carvão, desde os anos 1960, deve ser emoldurada num quadro mais complexo, para além da relação com a demanda das siderúrgicas. Desde então, assistiu-se a uma convergência de fatores decisiva para o desencadeamento de uma nova *colonização* do cerrado. Reitero aqui que o uso que faço da ideia de colonização diz respeito a certa ideologia geográfica impregnada sobre o sertão e o cerrado, de que trata Antônio Moraes³⁹. O sertão é concebido como objeto de um movimento expansionista que pretende incorporá-lo à órbita do poder hegemônico do capital acumulado no ambiente urbano. Ele se converte em nova fronteira econômica, na medida em que se converte, agora, em *nova fronteira agrícola*, pelas possibilidades abertas pela inovação tecnológica. Novamente, uma conversão que destitui o sertão de qualquer sentido humano e ignora relações

³⁶ E.13.CARVÃO: 23':50".

³⁷ Idem: 24':08".

³⁸ Idem: 24':48".

³⁹ Moraes, O sertão: um "outro" geográfico, 2003.

fáticas de posse como forma real de propriedade de terra e relações culturais historicamente estabelecidas entre populações e ambientes.

A descrição detalhada do entrevistado E.4.CARVÃO associa três fatores que passaram a atuar de forma sincrônica, a partir dos anos 1960/1970, e vão determinar, em um sentido, a penetração e a urbanização⁴⁰ do sertão central — ou seja, a sua colonização — e em sentido oposto, a intensificação do processo de urbanização das principais estruturas urbanas existentes, focalizadamente Sete Lagoas: *o processo expansivo da agricultura de cerrado, a produção explosiva de carvão a partir do material lenhoso de desmatamento e a alavancagem da indústria guseira regional.*

A história do gusa hoje é uma história hoje decadente, [...]. Mas, assim, quando vem os anos 70, você tem a grande expansão para o cerrado, a grande expansão da agricultura brasileira, do agronegócio brasileiro, para oeste aí você tem uma oferta de carvão absurda. [...] Eu vou te falar uma coisa que muita gente briga comigo quando eu falo e eu já disse isso muitas vezes. Em determinado momento, que eu te diria aí anos 1980, década de 1980 principalmente, o carvão colocou mais dinheiro na expansão do agronegócio em Minas Gerais do que o Banco do Brasil. Na expansão. Por que? O negócio mais comum que tinha era o sujeito que tinha uma área, sei lá, em Corinto, ia abrir a área, chamava um carvoeiro e fazia o seguinte negócio com ele: você limpa, me entrega a área limpa e fica com a lenha pra você e faz o que quiser, faz carvão. Teve negócio que o cara recebia a área já com capim plantado, isso era muito comum e ainda no meu tempo, nos anos 80, logo que eu cheguei aqui em Belo Horizonte.⁴¹ [...]

Acontece o seguinte. Até o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a agricultura no Brasil se resumia basicamente ao leste. Então você tinha uma agricultura muito forte no Sul, Rio Grande do Sul, Paraná, oeste de São Paulo, um pedacinho do sul do Mato Grosso e essas regiões super tradicionais, mas de relevo muito acidentado que é o sul de Minas, Zona da Mata, vale do Rio Doce, sul da Bahia. Até então, o grande território formado pelo cerrado que corresponde, no caso de Minas Gerais a mais de 40% do território, Sete Lagoas é um exemplo, Belo Horizonte é o limite. Em Belo Horizonte, você tem o momento onde o cerrado e a Mata Atlântica ou bioma Atlântico se encontram.⁴² [...]

⁴⁰ O conceito de urbanização, tomado das obras de Henri Lefebvre e Roberto Monte-Mór, e contextualizado regionalmente está posto na seção 9 — A lógica da metástase.

⁴¹ E.4.CARVÃO: 9':36".

⁴² Idem: 11':18".

Mas voltando a essa questão do cerrado, o quê que aconteceu, em determinado momento a pesquisa descobriu uma coisa simples: por que que essa região do cerrado era extensiva e ela não era ocupada? Porque quando a gente tá falando do cerrado, nós estamos falando de um território que os solos são muito ácidos, têm um teor de alumínio muito grande, portanto é um solo que é corrosivo para as plantas. O termo não é corrosivo, vou tentar arranjar uma palavra melhor. Tanto é que a vegetação do cerrado é aquela vegetação que a gente conhece, ela é uma vegetação mais baixa, ela é esgrouvinhada, ela é torta, casca grossa, você tinha problemas, ainda tem problemas sazonais de chuva muito forte. *No final dos anos 1960, início dos anos de 1970, a agricultura faz a grande descoberta de que o calcário podia resolver seu problema. Então o calcário, o fosfato, eles abrem... É, correção do solo. Eles abrem um horizonte para agropecuária até então inimaginável no Brasil porque abre o território do relevo plano. [...]* Totalmente mecanizado, o rendimento passa a ser muito maior... [De um nada passou a ser celeiro do mundo], exatamente! Nos últimos 50 anos, menos de 50 anos.⁴³ [...]

A terra era muito pouco produtiva, os caras plantavam um pouquinho de milho, um pouquinho de mandioca, mas era perto dos cursos d'água com muita dificuldade. Então essa ocupação do cerrado ou esse passo tecnológico, vamos falar assim, ele permitiu que você abrisse esse espaço e todo o material oriundo dessa expansão... Que era lenha, grande parte dele foi convertido em carvão. Por que em carvão? Porque o carvão ele te permite o transporte a largas distâncias. Você carrega um caminhão, uma carreta dessa daí com 100m de carvão e ela pesa 300kg por metro.⁴⁴

Para os objetivos da pesquisa não interessa a ordem de encadeamento desses fatores. Não é relevante discutir *quem veio primeiro, se o ovo ou a galinha* e quem seria o primeiro responsável pela ocupação do cerrado: se a indústria, o carvão ou a agricultura. Importa a lógica da coexistência desses fatores. Nesses termos, o relato do entrevistado E.14.CAMPO converge com o anterior a respeito da engrenagem de ocupação do cerrado, movida de forma integrada por esses fatores, até a produção do espaço urbano setelagoano, no sentido contrário, com características próprias advindas da economia do carvão:

[...] Agora, voltando aqui nesse processo, na década de 60, começam os trabalhos de pesquisa; praticamente, ela já existia desde 43, aqui na estação experimental de Sete Lagoas,

⁴³ Idem: 13':43".

⁴⁴ Idem: 18':38".

trabalho de correção de solo. Depois disso, foram desenvolvidos mais trabalhos, lá pelo [fulano], que era da recuperação do cerrado, que eles chamavam. E o primeiro simpósio de que aconteceu dos cerrados, aconteceu aqui em 1960, parece, e foi publicado 5 anos depois. Essas primeiras experiências, elas levaram a que que tivesse aqui o desenvolvimento do primeiro moinho de calcário pelo [beltrano], em 1947, ele fez...⁴⁵

Era para correção de cerrado. Eles tinham conseguido resultado muito bom com isso e estavam usando inclusive farinha de ostra. Como a região tinha muito calcário, [beltrano, que foi um elemento muito importante no processo de mecanização das fazendas, e também de eletrificação com turbinas, essas coisas, ele mexia muito com isso. Então, com esse tipo de tecnologia que começou, o problema no Brasil que era crédito rural, mas o crédito rural não era um crédito que atendia quem precisava realmente do crédito, ele era muito mais usado para uns grupos de fazendeiros que usavam o crédito para poder aplicar em outras coisas... começa o crédito aí dentro de programa estruturado a ser utilizado em tecnologia de correção de solo, em termos de, quase que de... recuperação de fertilidade, esse tipo de coisa todo...⁴⁶

[...] Agora, do ponto de vista aí da melhoria, quando o governo começa com o POLOCENTRO, que é um programa estruturado do Alysson [Paolinelli], que vinha justamente de uma experiência aqui da Secretaria de Agricultura, isso já na década de 70, aí se tem efetivamente os fatores de crédito, eletrificação, infraestrutura, e o mais importante deles, tinha gente que tinha vindo do Sul e que já tinha cultura de máquina e associativismo...⁴⁷

[...] Aqui não se tinha tradição tanto que na época lá do Guimarães Rosa, na coisa dele de Grande sertão: Veredas, essas terras aqui eram *cerrado era de fazer longe*. Tinha nada! E tinha aquele gado que você mencionou no início e coisa. Como é que começa esse troço de carvão aqui? Na realidade, dessa exploração de cerrado, fonte de renda que se tinha era muito pouca, dada a ausência de tecnologia. Qual que foi a primeira exploração? Foi carvão! E aí é um processo que se mistura, que é muito interessante, é o seguinte: o carvão pra mim, ele vem antes do que os programas de cerrado, por quê?⁴⁸ [...]

⁴⁵ E.14.CAMPO: 22':01".

⁴⁶ Idem: 23':47".

⁴⁷ Idem: 25':12".

⁴⁸ Idem: 26':33".

Já tinha [carvão], já tinha, tanto que a tecnologia é relativamente rudimentar na coisa. Porque também não tinha muita atividade econômica, a densidade econômica da época era muito baixa, não demandava muita coisa não. Quando começam os programas, e aí a gente tem, antes de entrar nos programas, por exemplo, a construção de Brasília, ao abrir a 040, isso em 58, abriu também uma possibilidade de sistema de movimentação da economia. Porque não tinha estrada, não tinha nada, não tinha jeito. E aí a interiorização do desenvolvimento levou a que, aqui em Sete Lagoas, que tinha um primeiro forno⁴⁹ [...]

[...] Bem, começa então esse processo de interiorização de desenvolvimento, o Brasil passa por crise de abastecimento muito séria naquela época... Essa época era a década de... eu ainda estou em 60, 70, a dependência do país, inclusive de importação de alimentos, não conseguia... conclusão disso aí é que ao se estruturar aí a questão da pesquisa, e a pesquisa veio dentro de uma circunstância, [...] e que eles estavam querendo saber por que que a agricultura brasileira tinha produtividade tão baixa. E a conclusão desse grupo no qual o Pastore inclusive fez parte é de que não havia tecnologia, o pessoal achava que era assistência técnica, não era não. Não havia tecnologia adaptada para aquela condição, foi aí que se desenvolveu esse negócio, da EMBRAPA, esse negócio todo. No início inclusive desse processo de se ver que tecnologia que se tinha, fazia-se com a EMBRAPA, agricultor, assistência técnica, já naquela época de 70, 71, os tais dos pacotes tecnológicos que era questão de juntar tudo que tinha de tecnologia pra poder estabelecer um sistema de produção mais adaptado pra coisa. O resto da história disso aí da tecnologia, hoje está aí, todo mundo louva, mas passando de uma fase em que não havia alimentos para uma fase com abertura do cerrado, onde se tornou terra improdutivo, que Norman Bullock fala que é exemplo único, terra improdutivo em produtiva, o padrão no mundo é justamente o contrário, terras produtivas virarem improdutivo, né?, pela exploração. Com essa abertura dos cerrados, muito cerrado abriu pra por capim, pasto, não foi agricultura...⁵⁰

[...] começa, dos capins que se tinha já mais adaptado, começa com a introdução de brachiara, e a brachiara ela tem uma certa tolerância a acidez e também é menos exigente, não as cultivares mais modernas, mas da época, menos exigente, mas aí se tem também as culturas de abertura, aí se entra com arroz, que também era menos exigente, nessa época, para depois com melhoria ao longo do tempo, com a correção, adubação, esse troço todo, entrar com milho, soja, na coisa. Começou a ter uma abundância, e aí é um troço engraçado, a

⁴⁹ Idem: 27':39".

⁵⁰ Idem: 30':53".

indústria de ferro gusa falava de que eles estavam aproveitando a vegetação que se tirava pra poder colocar pasto e lavoura, para entrar com agricultura, pra fazer carvão vegetal.⁵¹

É, exatamente! [risos] [Empurrar a culpa] Para agricultura. Mas na verdade a razão básica foi o começo da indústria aqui, essa abundância de coisa, e aí se ter uma agregação de valor numa economia muito pobre, na realidade...⁵²

[...] É, baixa densidade econômica. E aí começa também a desenvolver com base nessa questão do carvão o negócio do parque de oficinas daqui de Sete Lagoas e de concessionárias também de veículos e de caminhão, porque, pra poder manter essa frota de carvão você tinha que ter oficinas e isso se desenvolveu muito. Todas aquelas oficinas que você vê ali na coisa são resultantes disso, tornearia, oficina mecânica, e isso é um negócio que não se mede muito como resultado de desenvolvimento econômico, que queira ou não queira, com oficinas e com especialização de pessoal, você desenvolveu isso; a escola Frederico Alves⁵³ teve um grande papel... [...] Teve um grande papel pra formar profissionais na área de tornearia, na área de mecânica, os melhores torneiros que fizeram fama aí...⁵⁴

As menções acima à abertura da BR-040, à EMBRAPA e ao POLOCENTRO abordam o fato relevante de que esse processo econômico deu-se sob a tutela do Estado brasileiro, por meio do crescimento da malha viária, dentro do chamado *rodoviarismo* nacional como política de integração do país, da pesquisa e do desenvolvimento científico-tecnológico rural, de que a EMBRAPA foi grande protagonista, e das políticas e dos programas de desenvolvimento regional, como o POLOCENTRO⁵⁵.

A EMBRAPA é de particular interesse porque o seu Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo — CNPMS está instalado em Sete Lagoas. Embora date da década de 1970, esse centro deu continuidade a instituições de pesquisa de natureza similar, localizadas no mesmo

⁵¹ Idem: 33':19".

⁵² Idem: 34':31".

⁵³ Trata-se da Escola Profissionalizante da Rede Ferroviária, já mencionada.

⁵⁴ Idem: 34':52".

⁵⁵ JESUS, *A ocupação dos cerrados: o POLOCENTRO e seus impactos em Minas Gerais*, 1988.

campus, que remontam ao início do século, voltadas inicialmente ao melhoramento de culturas de algodão e milho na região.⁵⁶

O POLOCENTRO⁵⁷, que vigeu dos anos 1970 até meados da década seguinte, consistia na “conjugação de pesquisa, assistência técnica, reflorestamento, crédito rural, financiamento de patrulhas motomecanizadas e ampliação de infraestrutura de apoio”⁵⁸. Em especial sobre o reflorestamento, o POLOCENTRO articulou-se com outras iniciativas públicas⁵⁹, especialmente o Fiset⁶⁰, que foi o mecanismo estatal de incentivo fiscal determinante da expansão das

⁵⁶ “Os primeiros registros de atividades de pesquisa no campus da empresa datam de 1907, com a instalação de um campo de experiência em terreno de cerrado em um distrito próximo a Sete Lagoas. A partir de 1941, quando as atividades de pesquisa agropecuária passaram da esfera estadual para a federal, trabalhos bem-sucedidos com melhoramento de algodão e milho, adubação orgânica e com a utilização de bactérias fixadoras de nitrogênio antecederam a implantação do IAO, um dos órgãos que dariam origem à Embrapa Milho e Sorgo. Em 1966, criou-se o IPEACO. Em 1976, a Embrapa instalou na mesma área das instituições anteriores o Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo, [...]. O período inicial foi marcado pela implantação de sistemas de produção e pacotes tecnológicos para todas as regiões brasileiras. Na década de 1980, com a ampliação da fronteira agrícola no cerrado, a Embrapa Milho e Sorgo teve papel importante no desenvolvimento de híbridos de milho competitivos no mercado, o que resultou em aumento de produtividade e atendimento à crescente demanda de alimentos. Já no final dos anos 90, a Unidade deu ênfase ao desenvolvimento de cultivares de milho tolerantes à acidez do solo, à consolidação da cultura do sorgo como alternativa para o abastecimento de grãos e ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, como as barraginhas e o sistema integração lavoura-pecuária”. [Fonte: <https://www.embrapa.br/milho-e-sorgo>]

⁵⁷ O POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados foi instituído pelo Decreto nº 75.320, de 29/01/1975 e destinava-se à promoção “do desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no Oeste de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas selecionadas, com características de cerrado”. No estado de Minas Gerais, o programa abrangia as áreas do “Triângulo Mineiro (...); Alto Médio São Francisco (limitada pelos rios Paraopeba, São Francisco e das Velhas, de Sete lagoas até Pirapora); e Vão Paracatu (...)”.

⁵⁸ JESUS, *A ocupação dos cerrados: o POLOCENTRO e seus impactos em Minas Gerais*, 1988, p. 34.

⁵⁹ Vale um breve histórico a esse respeito. O incentivo em reflorestamento para produção de madeira e carvão vegetal iniciou-se com o *Código Floresta de 1965* (Lei nº 4.771/1965). O CF determinou que “as empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento”, ressaltando em seu parágrafo único que “a autoridade competente fixará para cada empresa o prazo que lhe é facultado para atender ao disposto neste artigo, dentro dos limites de 5 a 10 anos”. Ressalte-se aí dois aspectos: o primeiro, que a lei não exigiu apenas garantia de carvão com origem florestal regular e legal, mas, mais do que isso, a autossuficiência das empresas com florestas próprias; e segundo, que o período de carência autorizado de 10 anos – o que é justificável porque o ciclo inicial de florestas plantadas é estimado em pelo menos 7 anos – levaria a que o primeiro boom de produção guseira, nos anos 1970, ocorresse ainda em um contexto legal pouco regulado. Depois do CF/1965, a Lei nº 5.106/1966, dispôs especificamente sobre incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. Adiante, em 1974, o Decreto Lei nº 1.376 instituiu os fundos de investimento FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste), FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) e Fiset (Fundo de Investimentos Setoriais) e, em suas regulamentações, acabou por induzir a aplicação de recursos incentivados no Nordeste e na Amazônia; no caso do Nordeste, no que aqui interessa, na área mineira da SUDENE; ou seja, nos municípios das regiões Norte de Minas e Jequitinhonha.

⁶⁰ Especialmente sobre o Fundo de Investimento Setorial – Fiset, instituído pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, ele destinava-se a cobrir demandas de investimentos nos setores de pesca, turismo e florestamento-reflorestamento. Este último segmento acabou se tornando o carro-chefe do modelo. O Fiset vigeu até o final da década de 1980.

florestas plantadas de eucalipto, que passaram a dominar a paisagem do sertão, para utilização como matéria-prima do setor de papel-celulose (madeira) e da siderurgia (carvão vegetal).

Esse conjunto de investimentos públicos abriu perspectivas até então impensáveis para o aumento da produção de alimentos em terras de cerrado e para o consequente posicionamento do Brasil entre os maiores produtores mundiais de grãos e carne. Em um mundo crescentemente populoso e urbanizado, mas que preserva um alto grau global de pobreza e fome, por óbvio, essas iniciativas tecnológicas foram extraordinárias e anunciadoras; não obstante, elas viriam a assumir uma dimensão crítica, não por si mesmas, mas pela forma exclusiva com que foram apropriadas pelo capital do agronegócio⁶¹, expressa na instauração de uma organização produtiva excludente que, desde o princípio, passou a gerar externalidades — sociais, ambientais, fundiárias e sobre o patrimônio natural e cultural — negativas e bastante graves, nos territórios ocupados.

A primeira externalidade advinda da ocupação do cerrado pelo capital empresarial refere-se a uma reconcentração fundiária por meio de crédito público subsidiado: extratos de terras superiores a 1.000 hectares avançaram em detrimento dos extratos entre 100 e 200 hectares e dos intermediários⁶². Antônio Silva e outros, além de reafirmarem essa persistência da concentração fundiária, fazem referência também a mudanças profundas nas relações sociais e nos modos de vida das populações locais, especialmente aquelas vinculadas à produção familiar, desautorizando e desenraizando o conhecimento tradicional, inclusive pela perda da terra; ao agravamento do desflorestamento, com supressão de quase metade da floresta nativa até 2008; e ainda à compressão dos custos de reprodução do trabalho, com oferta de serviços temporários e de baixa qualificação, permitidos pelo uso intensivo de mecanização; para, ao final, concluírem:

Assim, o agronegócio particulariza uma dinâmica que gera efeitos de desintegração cultural e degradação ecológica, simbolizada historicamente por um moderno que avança sobre o modo de vida tradicional, que de alguma maneira, ainda resiste às formas padronizadas da

⁶¹ Entende-se como agronegócio o modelo de produção rural que integra grandes capitais agrários e urbanos — industriais e financeiros — direcionados à especialização e oligopolização produtiva do campo.

⁶² JESUS, *A ocupação dos cerrados: o POLOCENTRO e seus impactos em Minas Gerais*, 1988, pp. 41–42.

sociedade envolvente, muito embora sofra processos agudos de desterritorialização de diversas ordens. Portanto, constata-se que as rugosidades do agronegócio no Brasil reúnem uma competitividade de mercado com profundas disparidades na posse e/ou na propriedade da terra, nas relações sociais de trabalho, na manutenção da cultura local e no uso dos recursos naturais.⁶³

Laurindo Pereira, em estudo sobre a área mineira da SUDENE, especificamente o Norte mineiro, faz ponderações que são aplicáveis, por analogia, também ao sertão central. A primeira delas reafirma o sentido de colonização do sertão ao afirmar que a modernização econômica empreendida na região — tanto no campo como na cidade — subordinou-se a imperativos do capitalismo brasileiro e do grande capital do Centro-Sul, mais do que a interesses endógenos relacionados ao desenvolvimento da região, salvo, em parte, das elites regionais àquelas associadas⁶⁴. A segunda ponderação, decorrente desta, refere-se à modernização das fazendas com as invernadas, o reflorestamento e os projetos de irrigação, que não resultou em ganhos sociais com a fixação do homem no campo, mas, ao contrário — por força da maior concentração da terra, como citado, da proletarização do trabalhador rural e da desocupação de grande parte da mão de obra —, em êxodo rural, no caso, em direção a Montes Claros, em que esse efeito de expulsão do campo, numa ponta, sobrepôs-se ao de atração pela cidade, na outra⁶⁵, ainda que esses efeitos sejam complementares.

Destaque-se a origem dos capitais que empreenderam essa colonização. A economia do carvão foi, de fato, uma economia regional: a produção, o transporte e a intermediação foram movidos por agentes locais; os principais empresários do carvão, à época, eram de Sete Lagoas. No entanto, depois de destocar o cerrado, o carvão abriu picada para uma inédita penetração de capitais externos à região. Grande parte dos maciços florestais, por exemplo, foi plantada por empresas com sedes metropolitanas. E o agronegócio, crescentemente, foi se consolidando como uma atividade dependente de grandes capitais “do Centro-Sul”, não necessariamente regionais.

⁶³ SILVA; MONTEIRO; SILVA, *Contrapontos da consolidação do agronegócio no cerrado brasileiro*, 2015, p. 111.

⁶⁴ PEREIRA, *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro.*, 2007, p. 54.

⁶⁵ *Ibidem*, pp. 65–66.

Voltando ao tema do carvão, além da existência natural de mata de cerrado, a sua produção encontrou um conjunto de elementos imprescindíveis na formação socioespacial do sertão central e do Norte mineiro. Conforme caracterização anterior, essa formação oferecia grandes propriedades favoráveis à mecanização agrícola inerente ao agronegócio, cujo compulsório desmatamento poderia ser convertido em carvão. Ela dispunha de propriedades menores, cujos fazendeiros tinham estoques de matas para produção de carvão, como reserva de valor⁶⁶. Ela tinha uma multiplicidade de posseiros, de terras não tituladas, incapazes de oferecer resistência à pressão ao remembramento fundiário para formação de grandes áreas de florestas homogêneas. Ela oferecia incontáveis braços de populações pobres, famílias inteiras, propensas ao trabalho precário a troco de subsistência. E, ainda, em sua desigualdade territorial, ela garantia uma baixa densidade econômica nos seus rincões que sobrevalorizava a força do capital para estabelecer, nos seus termos, as melhores condições de produção.

É ilustrativo descrever os meios e as relações sociais estabelecidas em torno do processo rudimentar de carvoejamento. Até o final do século XX, persistiu o modelo de produção artesanal de carvão vegetal, fosse ele de madeira de mata nativa ou de reflorestamento, conhecido como *carvoaria volante*: um sistema em que a carvoaria acompanhava a mata a ser carbonizada, instalando em clareiras planas uma sequência em linha de fornos tipo *rabo-quente*, similares a um iglu, com emprego ostensivo de mão de obra familiar — inclusive crianças e adolescentes — por empreitada.

O processo compreendia seis fases: o corte da madeira (corte, leiramento e abraçamento), o transporte e empilhamento na porta do forno, o abastecimento do forno (recolhimento, disposição da madeira, fechamento do forno e acendimento do fogo), a carbonização (controle dos respiradores e do cozimento), a retirada do carvão (quebra do forno, recolhimento, transporte na grade e estocagem) e o ensacamento e transporte. O trabalho era realizado em ambiente hostil e degradante, com muita fumaça, cheiro forte e grande variação de

⁶⁶ O [fulano] falava que o carvão era reserva de valor do fazendeiro: eu vou casar uma filha, então eu vou cortar aquele cerrado, fazer um carvão para levantar o dinheiro, vou construir não sei o quê, então... [...] Era a poupança dele, era reserva de valor. Hoje com a agricultura altamente tecnificada que nós temos [...] não existe espaço para isso. Porque você faz hoje o corte e a destoca. Você faz a erradicação do cerrado ou da floresta. Ele é erradicado, não é mais cortado. Então você não tem mais a possibilidade de volta. Tanto é que, falei isso a semana atrasada num evento de carvão vegetal aqui em Belo Horizonte, se a produção de gusa voltar aos níveis de 2008, nós não temos como abastecer esse mercado mais. (E.4.CARVÃO: 39':52")

temperaturas, e requeria muita força física. O trabalhador, em geral, trabalhava seminu, com o corpo coberto de fuligem. Havia duas funções principais que determinavam uma divisão simples do trabalho: a de *forneiro-carvoeiro* e a de *carbonizador-barrelador*, considerada uma função de confiança porque, mais do que força, pressupunha conhecimento empírico de controle do processo principal. Os carvoeiros ficavam alojados em abrigos improvisados, ao lado dos fornos. Nem sempre dispunham de água potável.⁶⁷

Sobre isso, a descrição do processo pelo entrevistado E.4.CARVÃO é compreensível:

É. [uma economia familiar] ... Primeiro é um processo, hoje com carvão sendo feito em empresas tipo Aperam que é Acesita, Arcelor, é outro mundo, você vai ver um salto tecnológico gigantesco. O carvão tradicional, ele é uma tecnologia super rudimentar. Se você for em diversas escavações romanas na Europa, tem forno de carvão exatamente como os nossos *rabo-quente* aqui, iguais aos que a gente viu.⁶⁸ [...]

Na verdade, aquilo é um igluzinho que você coloca a lenha ali. A carbonização não é a queima. A carbonização é a pirólise, é a destilação da madeira. [...] Você precisa de queimar para dar o *start* do processo. A carbonização vai ocorrer aí na faixa dos 400 graus, 300 e alguma coisa. À medida que você vai esquentando, você vai retirando, primeiro você retira a água, vapor de água, depois você vai retirando os outros voláteis, os acetatos, essa coisa toda e vai concentrando o carbono. Se você não parar aquilo em determinado momento, queima, vira cinza. O forninho tradicional ele nem chaminé tinha. Era o iglu cheio de buracos, os buracos embaixo que eram chamados de *tatu* e ao longo do forno que eram chamados de *baianas*. O carbonizador tradicional ele cuidava daquilo só olhando, então à medida que ele acendia o forno e que a fumaça ia mudando de cor, ele vem fechando... [...]Eu não sei se ele sabia [o que estava se processando], ele não sabia do ponto de vista químico, mas ele sabia onde ele queria chegar. Quando acaba a retirada desses voláteis todos começa a sair só o ar quente, só aquele ar tremendo, ele vem e lacra tudo. [...] Para de queimar porque ele tira entrada de ar total então o processo se encerra e fica resfriando, aí ele vem com aquela barrela e joga a barrela em cima do forno para auxiliar.⁶⁹ [...]

⁶⁷ DIAS et al, *Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil*, 2002, pp. 270 et seq.

⁶⁸ E.4.CARVÃO: 21':34".

⁶⁹ Idem: 22':17".

É [insalubre]. Você imagina um cara para descarregar um forno desse, quando o forno é aberto para descarregar ele está aí a 60, 70 graus, temperatura ambiente, e o cara entra com aquela padiolazinha dele a 70 graus e sai do lado de fora às vezes está chovendo a 15 graus, por exemplo, respirando aquela fumaça de alcatrão o tempo todo, morando nas condições piores possíveis porque é a carvoaria que se desloca atrás da lenha. Então todo o procedimento é extremamente rudimentar e era feito por famílias. Quando o carvão chegou no apogeu aqui em Sete Lagoas, você contratava o carvoeiro e ele levava a família dele e a família acabava trabalhando. É a origem do trabalho exploratório, similar à escravidão, que mais na frente vai dar uma grande confusão.⁷⁰ [...]

São os gatos. [...]Empreiteiro de carvão.⁷¹ [...]

Mas essa coisa assim... estes empreiteiros, estes caras fizeram época, porque tinham os grandes empreiteiros que não só montavam as equipes como faziam o transporte, como você tinha uma certa divisão do trabalho também, os que produziam e os que transportavam. E esse grupo talvez um pouco menor dos atravessadores, o cara tinha um caminhão, ele tinha uma rota que ele percorria, o cara fazia um carvãozinho ali, outro ali, 5 metros aqui, 5 metros ali e ele ia catando e fazendo a carga. [...]Tudo ensacado. Ele ia recolhendo e comprando esse carvão a preço barato e ajudando a fazer esse contato desse povo com a civilização, fazia a carga e vinha.⁷²

Essa frase final — “E ajudando a fazer esse contato desse povo com a civilização”⁷³ — explicita o sentido exploratório do processo de urbanização do sertão central, ao fim do século XX. Essa urbanização atualiza, nesse tempo, as contradições vividas no Brasil, no *período colonial* — em que se tinha uma economia capitalista mercantil europeia suportada por um modo de produção escravista na América; no *pós-colonial* — em que se tinha um mercado capitalista moderno contemporâneo coexistente com um escravismo tardio — e, ainda, *na República e até meados do novecentos* — em que se atravessava a fase do capitalismo competitivo com o

⁷⁰ Idem: 24':11".

⁷¹ Idem: 25':30".

⁷² Idem: 27':54".

⁷³ Em outro trecho, o entrevistado amplia esse sentido da *urbanização como um vetor de exploração*: “Então você tem inclusive diversas regiões no norte de Minas, regiões mais pobres, que o carvão [...] cumpre um outro papel muito importante. O pessoal fala assim: - Ah esses atravessadores exploravam esses caras. Exploravam sim, exploravam, mas o atravessador era o contato desses caras com o mundo. Era o cara que levava lá um remédio no caminhão, ah fulano me encomendou tal coisa, fazia essa pequena troca de serviço e comprava aquele carvão a preço vil. Mas se ele não comprasse aquilo não ia ser nada. [Idem: 20':10"]

convívio naturalizado, no campo, com formas de trabalho inteiramente servis. Agora, *às vésperas do século XXI*, no período do capitalismo monopolista na região, uma mesma cadeia produtiva, na sua ponta industrial, com a siderurgia de gusa, financiava a modernização da cidade, enquanto, na outra ponta, no campo, se valia de mecanismos rudimentares de servidão, sujeição e exploração, persistentes na tradição rural regional, para extração de sobretrabalho. Não se tem aí dois mundos, mas duas faces de um mundo só.

Como um oximoro, em que sentidos opostos mutuamente excludentes, em realidade, reforçam a expressão, dualidades paradoxais — modernismo urbano *versus* arcaísmo rural ou ilegalidade *versus* clandestinidade ou sustentabilidade *versus* degradação — tornaram-se intrínsecas à economia do carvão. No limite desse paradoxismo, enquanto o ferro-gusa brasileiro ganhava prestígio internacional por ter potencialmente a composição mais *limpa*⁷⁴, exatamente por sua base vegetal, a sua produção deixava um rastro ambiental inapagável de práticas *sujas* no desmatamento de mata nativa e outro, social, na exploração do trabalho. Emblematicamente, nos anos 1990⁷⁵, *às vésperas do século XXI*, tornaram-se recorrentes os flagrantes policiais de trabalho degradante em condição análoga ao de escravo e trabalho infantil, em fazendas de carvoejamento, e os flagrantes de ilegalidades na produção, transporte e comércio de carvão não licenciado, sob responsabilidade das chamadas *máfias do carvão*⁷⁶.

⁷⁴ A propósito, tem-se outro relato de interesse do entrevistado E.4. CARVÃO: "Siderurgia no mundo agora [...] é basicamente a coque [carvão mineral] e boa parte de sucata, de reciclagem do material. A participação do carvão vegetal na siderurgia em nível mundial é merreca. [...] Por que você vende, por que o americano compra gusa em Sete Lagoas? Para purificar um pouco a sucata contaminada que ele tem lá. Então ele traz um material novo, virgem, não contaminado e não contaminado mesmo porque gusa a carvão vegetal não tem enxofre, esse é o grande achado da coisa. Aí você tem no Brasil, o Brasil é referência para siderurgia a carvão vegetal, e aí você tem no Brasil empresa do tipo a antiga Acesita, atual Aperam, que produz inox a base de carvão vegetal. O canivete suíço também, a lâmina de aço do canivete suíço é a carvão vegetal". [1:29':22"]

⁷⁵ Para entendimento do porquê de ações de fiscalização terem ocorrido, mais ostensivamente, apenas a partir da década de 1990, vale o relato do entrevistado E.4. CARVÃO – Parte 2: "Deixe-me te contar uma história: até 70 e alguma coisa, o estado não exercia essa função. Por quê? Porque a Constituição de 67 ela não dava essa prerrogativa aos estados e municípios, a questão ambiental era prerrogativa da União. Só a partir da Constituição de 88 é que os estados e municípios passaram a atuar concorrentemente. [...] Quando chega nos anos 90, aí você já está sob o efeito da Constituição nova, a partir de 88, aí o Estado sim passa a legislar diretamente, aí é a primeira lei florestal do Estado que é de 89, mais ou menos, que aí é do estado mesmo, e aí o estado começa a combater com mais força, que aí o Estado fazia as próprias leis, você não estava trabalhando sob delegação de um órgão federal e sim sob delegação direta". [26':39"]

⁷⁶ Sobre isso, Maria Bárbara Bethônico (BETHÔNICO, *Impactos socioambientais da produção de carvão vegetal no Norte de Minas Gerais*, 2004, p. 3) informa da ocorrência de uma série de denúncias, nos primeiros anos da década de 1990, especialmente no Norte de Minas, que ensejaram a instalação na Assembleia Legislativa mineira de Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar a existência de escravidão por dívidas de trabalho no desmatamento e na produção de carvão vegetal e para apurar denúncias contra a chamada "máfia do carvão".



5.3 A formação socioespacial do sertão central de Minas ao final do século XX

Embora as quatro décadas finais do século XX conformem um período relativamente curto, elas assistiram a transformações profundas no sertão central de Minas, sem paralelo em sua história, desde o período colonial. Em excerto já exposto, Marly Nogueira⁷⁷ associa-o, “guardadas as devidas proporções”, às transformações urbanas e regionais provocadas pela entrada da ferrovia, no início do século; não obstante, ainda que essa assertiva tenha razão de ser, do ponto de vista demográfico, por exemplo, não há termos de comparação entre o baixo impulso ferroviário e o impulso explosivo determinado pelo ciclo da siderurgia do gusa, de 1960 a 2000⁷⁸. Essas foram as décadas da industrialização e da urbanização do sertão central.

Alguns números preliminares podem aquilatar o porte das transformações observadas. A primeira indústria de ferro-gusa instalou-se em Sete Lagoas em 1959. Em 1960, o município tinha 41.656 habitantes, 88% deles na zona urbana; em 2000, tinha 184.871, 98% deles urbanizados. Todo o restante do sertão central de Minas tinha 278.921 habitantes, pouco mais de um terço deles residentes nas demais cidades da região; em 2000, tinha 394.573, 78% deles urbanizados. Enquanto a siderurgia foi a atividade hegemônica de Sete Lagoas e adentrou o sertão para extração de carvão, nessas quatro décadas, ela financiou a urbanização regional, de forma particularmente desigual: a população total de Sete Lagoas *quadruplicou* e a urbana

⁷⁷ NOGUEIRA, A construção de uma centralidade urbana — Sete Lagoas, 2006, p. 118.

⁷⁸ Demograficamente, as alterações provocadas pela ferrovia foram muito discretas. A título de exemplo, tomando-se apenas o caso de Sete Lagoas, no ano 1900, quando a ferrovia cortou a região o município tinha uma população total de 32.158 habitantes; quatro décadas depois, em 1940, tinha 37.061, o que representa uma baixa taxa de crescimento de cerca de 15%.

quintuplicou; no restante da região — sem a cidade polo —, houve um êxodo em direção aos seus núcleos urbanos, que tiveram a população *triplicada*, mas um avanço tímido de sua população total, multiplicada apenas por *uma vez e meia*.

O processo de urbanização regional, nesse período, foi marcado por três fenômenos principais. O primeiro deles relaciona-se a uma *alta concentração populacional em Sete Lagoas*, que subiu de 13 e 11% da população da região, respectivamente, total e urbana, em 1960, para perto de um terço (32 e 31%), no ano 2000. O segundo, a uma *desruralização regional*, na medida em que a população rural que era majoritária em 1960 (57%) caiu para apenas 15%. O terceiro fenômeno refere-se à *preservação de baixo índice relativo de urbanização da maioria dos municípios*. Nesse ponto, embora a movimentação de moradores de zonas rurais para zonas urbanas tenha ocorrido em todos os municípios da região, ao final, ele resultou em um quadro de contraste: ainda que a taxa de urbanização média regional (85%) fosse superior à estadual (82%), 60% dos seus municípios permaneceram com taxas de populações urbanas baixas, equivalentes às das regiões mais ruralizadas do estado.

Essas transformações territoriais correlacionaram-se diretamente com aquelas que se verificaram na formação socioespacial regional, com o recrudescimento do modo capitalista de produção, no espaço urbano e no espaço rural. No primeiro caso, se nos anos 1960, tinha-se uma instalação ainda incipiente de indústrias, até os anos 2000, viu-se a consolidação do parque industrial centrado na produção de ferro-gusa, o maior do país e do mundo com usinas independentes ou não integradas.

Na contraface do processo urbano, se em meados do século, já se viam mudanças iniciais na organização da produção agrária — sobretudo na criação de gado de corte e leiteiro —, desde então, viu-se uma mudança drástica na natureza dos capitais alocados no campo, com o surgimento e a consolidação do *agronegócio*, determinante da “oligopolização do espaço agrário”⁷⁹. Em sentido inverso ao de décadas atrás, em que a riqueza acumulada no mundo rural se converteu em capital urbano, o fluxo de capitais passou a migrar da cidade para o campo e, num segundo momento, também da metrópole para o campo regional. Em termos

⁷⁹ ELIAS; PEQUENO, *Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio*, 2007.

lefebvrianos, tendencialmente, “a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetidas às suas exigências”.⁸⁰

No contexto urbano, a formação do polo guseiro produziu efeitos para além de suas plantas industriais, impulsionando o desenvolvimento das condições gerais de produção, de novo, numa perspectiva regional e, de novo, desigual. Como atividade econômica de baixa tecnologia e intensiva em mão de obra, até a mudança de século, essa indústria foi a maior geradora de empregos diretos na região. Por outro lado, como ela pressupõe uma cadeia produtiva *urbana* extensa — composta por uma gama considerável de fornecedores de bens e serviços de pequeno e médio porte, por exemplo, nas áreas da mecânica e do transporte como concessionárias de veículos, fabricantes de carrocerias, borracharias, autopeças, transportadoras etc. — foi geradora também de um volume de empregos indiretos sem paralelo regionalmente. Ao seu tempo, o complexo guseiro tornou-se responsável pela maior massa salarial regional, mas o fez sobre valores salariais médios rebaixados, determinante do padrão salarial também rebaixado da região. Até a diversificação da economia regional, no século XXI, uma crise do gusa não se circunscrevia a uma crise setorial, mas repercutia numa crise regional.

Como comum a processos de conformação inicial de centralidades urbano-industriais, a indústria intensifica a aglomeração de serviços de consumo coletivo, pressiona a implantação de infraestrutura de transporte e comunicação e desenvolve o setor terciário e terciário superior; ou seja, a princípio, a industrialização impulsiona a urbanização. Regionalmente, na metade final do século XX, a indústria do gusa e o aumento de população urbana por ela provocado aumentaram a demanda e reforçaram a tendência a uma concentração ainda mais ostensiva daqueles serviços⁸¹ e setores em Sete Lagoas. A ampliação dessa infraestrutura

⁸⁰ LEFEBVRE, *A revolução urbana*, 2004, p. 17.

⁸¹ Sobre o setor de Saúde, para além da estrutura hospitalar, incluindo também a estrutura de clínicas médicas, ele passou a se concentrar em Sete Lagoas, sobretudo a partir da década de 1980 e, mais ainda, após a implantação do Sistema Único de Saúde. O modelo de referência e contra referência do SUS, por si, induz a essa concentração ao endereçar os serviços de alta e média complexidade para as cidades polos, mantendo nas cidades menores apenas os serviços básicos. Provavelmente, isso explica o fechamento dos antigos hospitais em cidades como Cordisburgo, Caetanópolis e Inhaúma e a sua conversão em unidades de pronto atendimento. Por sua vez, a oferta de educação superior na região, em Sete Lagoas, iniciou-se uma década após a entrada do gusa, no final da década de 1960 e início da de 1970, com cursos na áreas de licenciaturas e Direito. Em Curvelo, a instituição superior local, como expansão da PUCMinas, com cursos de licenciatura, data da mesma época. A Escola Técnica Municipal de Sete Lagoas, com oferta de ensino profissionalizante, é dos anos 1980.

produtiva, num processo cíclico, fomentou novas indústrias, sempre em Sete Lagoas. Em contrapartida, verificou-se uma radicalização na divisão territorial do trabalho, delegando à região — com alguma exceção para as cidades polos de Curvelo e Três Marias — a responsabilidade pelas atividades primárias, subnutrindo as poucas iniciativas industriais descentralizadas desenvolvidas no passado⁸².

No campo, se o sertão central sempre se marcou pela presença de latifúndios, se houve uma tendência anterior a uma redução progressiva no porte dessas propriedades — relativamente à herança colonial e ao tamanho que persistia em outras regiões de cerrado, como o Noroeste e o Triângulo mineiros e o Centro-Oeste brasileiro —, nesse período, a forma especializada de produção de grãos, de criação de gado e de implantação de maciços florestais, imposta pelo agronegócio, com aporte de tecnologia de correção e adubação de solos, seleção de sementes, produção de mudas, irrigação etc. associada a uma nova organização produtiva com novas relações sociais de produção, determinaram uma tendência à reconcentração de terras e formação de novos latifúndios, agora corporativos: como mencionado, extratos de terras maiores avançaram às custas da diminuição dos extratos menores e médios.⁸³

Mesmo a tradicional atividade leiteira das microrregiões de Sete Lagoas, Curvelo e Três Marias, para preservar a sua expressão no contexto estadual⁸⁴, viu-se obrigada a experimentar transformações determinadas pelo mercado de traços monopolistas. Elmer Almeida⁸⁵, aponta a desregulamentação do setor, no começo dos anos 1990, a liberação do preço, o aumento do poder das multinacionais, a mudança para coleta de leite a granel nas fazendas, a migração do eixo tradicional de produção para o Centro-Oeste e a redução do número de produtores como a marca da produção de leite brasileira, no final do século XX. Especialmente sobre essa redução de produtores, ela adveio da especialização produtiva (melhoria de plantel, alimentação e cuidados sanitários adequados, economia de escala etc.) como regra de competitividade. Embora o quadro heterogêneo no perfil de produtores — notório na

⁸² Sobre isso, ver nota anterior com relato do entrevistado E.2.HISTÓRIA-CB.

⁸³ JESUS, *A ocupação dos cerrados: o POLOCENTRO e seus impactos em Minas Gerais*, 1988, pp. 41-42.

⁸⁴ A produção leiteira dessas 3 microrregiões do sertão central correspondia a 4,8% do total das 66 microrregiões do estado de MG, em 1985. A microrregião de Sete Lagoas ocupava a 11ª posição no ranking, a de Curvelo a 19ª e a de Três Marias a 25ª. Em 1995/1996, essa produção aumentou para 6,2% do total. A microrregião de Sete Lagoas subiu para a 9ª posição; a de Três Marias para a 11ª e a de Curvelo caiu uma posição (20ª).

⁸⁵ ALMEIDA, *Aspectos sociais da produção de leite no Brasil*, 2001, p. 117.

produção mineira — persistisse, com grandes produtores ao lado de pequenos produtores sazonais (com atividade leiteira complementar à atividade agrícola ou de pecuária de corte) e pequenos produtores familiares com produção de subsistência, a tendência, nos anos finais do novecentos, no Brasil, em Minas e no sertão central, foi a associação da especialização com a exclusão: o aumento no volume de produção leiteira deu-se com base em aumento de produtividade e uma maior inversão de capital, com consequente expulsão de milhares de produtores não especializados.⁸⁶

Na segunda metade do século XX, a formação socioespacial do sertão central, marcada por sua peculiar distribuição territorial das condições de produção capitalista, configurou uma aglomeração urbana principal, como uma centralidade industrial e de serviços, conectada em rede a uma ou duas aglomerações secundárias e outras tantas de nível inferior, como centros de serviços básicos dedicados ao suporte direto às atividades rurais oligopolizadas, difundidas no espaço agrário, e local de moradia do trabalhador rural. Essas atividades rurais, impulsionadas pela lógica da modernização do campo, romperam com a tradição histórica do sertão, de grandes fazendas pastoris rudimentares ou semirudimentares, instaurando novos latifúndios especializados com base em capitais empresariais. Esses capitais, ao levarem para o campo novas engenharias e processos produtivos, ciência e tecnologia, mecanização e organizações de trabalho de gene urbano e capitalista, comprimiram o espaço produtivo e o acesso ao mercado formal do pequeno produtor rural e do agricultor familiar, assumiram um caráter socialmente excludente e expulsaram um contingente considerável de homens e mulheres, sem sorte no campo, em direção às cidades, sobretudo a Sete Lagoas.

⁸⁶ Ibidem, p. 118; LEMOS et al, *Tecnologia, especialização regional e produtividade: um estudo da pecuária leiteira em Minas Gerais*, 2003, p. 125.

Lanço mão de dois exemplos aparentemente irrelevantes, mas simbólicos. O final do século xx fez desaparecer dois objetos de trabalho que, historicamente, fizeram parte da cultura rural do sertão central: o *latão de leite* e a *sacaria de carvão*. O latão pode ser tomado como o símbolo da principal economia regional dos anos 1950. Mas mais do que isso, como o meio pelo qual se carregava o leite das fazendas até as indústrias urbanas, era emblemático de uma forma de acesso

tangível para o pequeno produtor ao mercado formal. Um, dois, três latões de 50 litros, de produção familiar, postos ainda de madrugada no jirau, ao lado da porteira, para ser levado pelo caminhão de leite, diariamente, na primeira hora, era um mecanismo inclusivo, praticável para o produtor, por menor que fosse a sua escala de produção. A sua substituição pela coleta de leite a granel nas fazendas implicou uma série de requisitos excludentes: a coleta a granel requer volume superior, sendo periódica e não diária, requer resfriamento, acondicionamento próprio, um padrão de leite menos perecível e, portanto, sem impurezas, técnicas de ordenha mais modernas, ordenhadeira mecânica e espaços apropriados e, sobretudo, uma transformação na cultura técnica do trabalho no curral. Ou seja, por trás de uma mudança aparentemente simples, com senso de modernidade, operou-se uma ruptura profunda com um sistema não especializado em favor de outro especializado, em escala, com aporte de tecnologia e capital. A granelização e suas implicações diretas, ao fim e ao cabo, conduziram os produtores familiares e seu gado mestiço ao mercado informal e, tendencialmente, grande parte deles, ao desaparecimento⁸⁷.

Da mesma forma, a supressão da sacaria de carvão e a adoção das carretas-gaiolas de carga a granel, mais do que o fim de um símbolo de uma economia carvoeira que prosperou dos anos 1970 até os anos 2000, representou a concentração da produção apenas nas carvoarias modernas e mecanizadas e tirou do sistema formal o pequeno agricultor que tinha na sua



Crédito: foto disponível na internet

⁸⁷ Sobre isso ver: ALMEIDA, *Aspectos sociais da produção de leite no Brasil*, 2001, pp. 117-118.

pequena mata uma reserva de valor e um meio raro de monetarização. Sem sacaria, ele perdeu o acesso ao transportador que vinha montando carga⁸⁸, de porteira em porteira, de roça em roça, carreando o produto até as usinas em Sete Lagoas, e tornou-se refém do mundo clandestino do carvão. Tanto o latão quando a sacaria são símbolos de um espaço, de um tempo e de uma formação econômica e social; seu fim, denunciam novos espaços, novos tempos e uma nova formação.

Essas transformações ocorridas no sertão central, promovidas de forma triangulada pelas economias emergentes da siderurgia do ferro-gusa, do carvão e do agronegócio, com atraso de meio século, consolidaram a sua primeira transição industrial e afirmaram a sua economia urbano-comercial, próprias do mencionado *capitalismo competitivo*, e conduziram a região tardiamente na direção do *capitalismo monopolista*⁸⁹.

Sob outro olhar, esse estágio econômico alcançado corresponde, quanto à sua manifestação geográfica, a uma requalificação, por meio de sua incorporação naquilo que Milton Santos⁹⁰ denomina de *meio técnico-científico-informacional*, isto é, como o nome diz, uma associação entre a técnica, a ciência e a informação estabelecida sob a égide do novo mercado capitalista, já potencialmente em uma perspectiva global⁹¹.

Santos data essa fase nos países do Terceiro Mundo nos anos 1970, o que, com efeito, deu-se regionalmente uma ou duas décadas depois. Rompendo com o equilíbrio sonolento que prevaleceu nos sertões, por décadas, os primeiros registros de mudança foram a crescente especialização da produção urbana e rural, como mencionado, exigindo mais *capitais fixos* (estradas, pontes, silos etc.) e *constantas* (maquinários, veículos, fertilizantes etc.) e

⁸⁸ “Eu acho que [o começo das gaiolas] foi em meados dos anos 80 também e foi progredindo. Mas aí, porque o seguinte, o transporte em sacaria, ele permitia ao caminhoneiro ter outro tipo de carga e quando ele precisava de fazer carvão ele fazia na sacaria. (...) A gaiola é fixa, então os caras das gaiolas foram os que começaram a ter contratos maiores (...). Lá [na nova carvoaria] você podia fazer carga mecanizada, colocar esteira pra carregar o caminhão, você tinha o carvão concentrado. Você imagina nos anos 70, o cara saía com o caminhão, fazendo uma carga de 70 metros; ela parava numa fazendinha lá em Várzea da Palma, pegava 10 metros; na frente mais 8 e assim ia até ele fazer a carga”. (E.4. CARVÃO — parte 2: tempo 3:35)

⁸⁹ Como já citado, ver: FERNANDES, *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 1976, p. 224.

⁹⁰ SANTOS, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, 2017, pp. 238 et seq.

⁹¹ Nas palavras de Milton Santos (2017, p. 239): “o meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização”.

sobretudo sobrevalorizando os *fluxos*, dentre eles o financeiro, e as condições para a sua ocorrência, na intensidade e na velocidade requeridas.⁹²

O estabelecimento dessas novas condições técnicas e sociais, promovido pelos atores hegemônicos da economia, embora tenha, passo a passo, se difundido por todo o território do sertão central, na cidade e no campo, atribuindo-lhe um nexo de totalidade, tratou de equipá-lo com um único polo irradiador e dinamizador dessa nova dinâmica, de forma propositalmente desigual, na aglomeração urbana de Sete Lagoas. Nesse caso, mais do que a concentração populacional, a densidade industrial e de serviços é um indicador de aferição da capacidade instalada de operar esse novo padrão de comunicação, que acabaria por mudar substantivamente a formação econômica da sociedade regional, no breve tempo transcorrido do século XXI.

Os rankings estaduais apresentados nos Gráficos 13 e 14 demonstram que Sete Lagoas firmou-se, então, com relativa estabilidade, entre os 15 maiores municípios de Minas Gerais, nesses setores econômicos secundário e terciário⁹³, o que colocou não apenas a aglomeração urbana setelagoana, como instância polarizadora, mas toda a região do sertão central, enquanto espaço a ela subordinado, em condições competitivas no contexto de Minas Gerais, do ponto de vista da produtividade espacial⁹⁴, para defender suas posições na chamada “guerra dos lugares”.⁹⁵

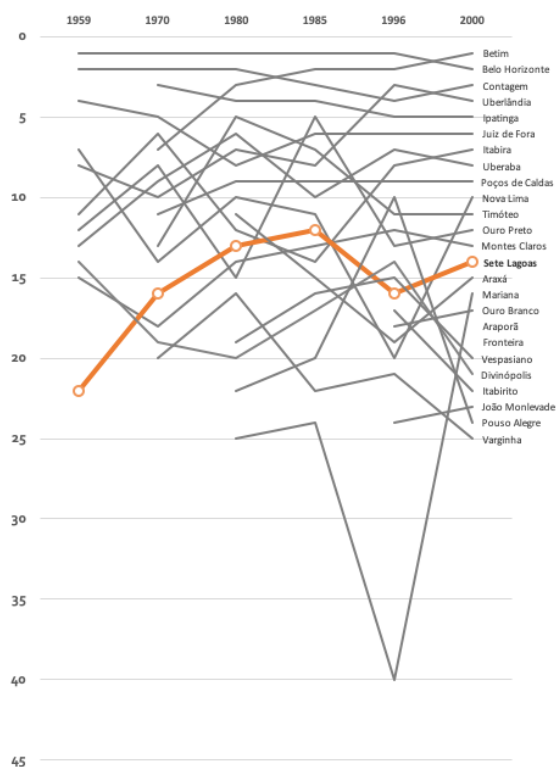
⁹² Diz Santos: O “[...] espaço como conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e, finalmente, [...] o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixos, fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos. (SANTOS, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*, 2013, p. 105)

⁹³ No ano de 2000, segundo o Censo do IBGE, Sete Lagoas ocupava a 13ª posição no ranking populacional, a 14ª posição no ranking do PIB industrial e a 13ª, no do PIB de serviços. Os dois outros principais municípios da região ocupavam posições bastante mais acanhadas. Curvelo ocupava a 47ª posição no ranking populacional estadual, a 106ª no PIB industrial e a 56ª no de serviços; Três Marias, respectivamente, a 100ª, a 31ª e a 96ª.

⁹⁴ SANTOS, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, 2017, p. 248.

⁹⁵ (Ibidem, p. 249).

Gráfico 13: Ranking estadual do VA-indústria (1959-2000)



Fonte: Elaboração própria com dados do IPEADATA – PIB setorial, valores adicionados, preços básicos

Gráfico 14: Ranking estadual do VA-serviço (1959-2000)



Fonte: Elaboração própria com dados do IPEADATA – PIB setorial, valores adicionados, preços básicos

Esses novos contornos da formação socioespacial do sertão central, com as desigualdades próprias da trajetória histórica que ela trilhou, ao determinarem uma ruptura com o equilíbrio anterior, aquele que permitiu a eclosão da economia do ferro-gusa, de forma consorciada com as economias do carvão e do agronegócio, fizeram tender, ao final do século, a um novo equilíbrio que, ao projetar a região para o mercado econômico global contemporâneo, tendo como carro-chefe a aglomeração de Sete Lagoas, criou as condições objetivas para, paradoxalmente, prescindir da própria forma de organização arcaica da produção estabelecida sob a siderurgia guseira. O arcaísmo das relações sociais e da organização de produção, que foi uma marca da região em meados do século XX e que atendia à expectativa de acesso dos capitais locais e regionais, quarenta anos depois, já não era mais atrativo aos novos capitais em circulação, os capitais transnacionais.

5.4 A rede urbana do sertão central de Minas ao final do século XX

A rede urbana das microrregiões de Sete Lagoas, Curvelo e Três Marias adquiriu a conformação administrativa atual, com todos os seus municípios emancipados, no início da década de 1960. Quarenta anos depois, a dinâmica e as feições assumidas por essa rede corresponderam, no plano do espaço, aos desdobramentos da formação econômica da sociedade regional, com as desigualdades e contradições apontadas.

Tomo novamente dois indicadores territoriais básicos — as variações nas distribuições de pessoas e de produção de riqueza, na segunda metade do século XX — para qualificar o desequilíbrio e a hierarquia que passaram a caracterizar essa rede. No primeiro caso, a Tabela 1 demonstra que o crescimento populacional da região, em termos de taxa de crescimento médio decenal, com efeito, deu-se em valores discretos, muito abaixo das taxas médias nacionais⁹⁶; ou seja, a região em sua totalidade não viveu, ao longo desse período, nada parecido a um *inchaço* demográfico.

Tabela 1: População regional (1960-2000)

	1960	1970	1980	1991	2000	Δ% 60/70	Δ% 70/80	Δ% 80/91	Δ% 91/00
População Urbana (hab.)	138.199	205.040	283.037	391.141	489.801	48,4	38,0	38,2	25,2
População Rural (hab.)	182.378	163.100	127.795	110.240	89.643	-10,6	-21,6	-13,7	-18,7
População Total (hab.)	320.577	368.140	410.832	501.381	579.444	14,8	11,6	22,0	15,6
População Urbana (%)	43,1	55,7	68,9	78,0	84,5	-	-	-	-
População Rural (%)	56,9	44,3	31,1	22,0	15,5	-	-	-	-
População Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2020 (<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>)

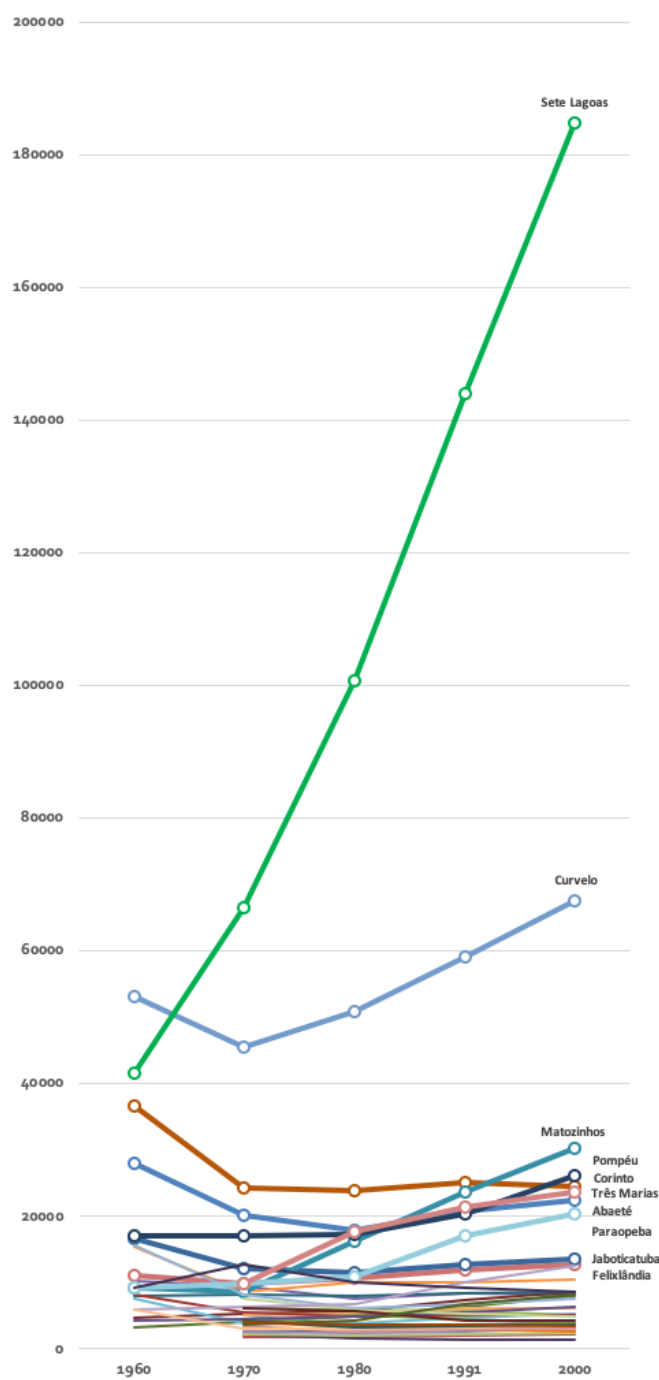
Os gráficos 15, 16 e 17 seguintes apresentam a distribuição de população total, rural e urbana, dos 38 municípios do sertão central. O primeiro deles demonstra que, se a região teve um baixo crescimento populacional, ainda assim ele foi extremamente concentrado em Sete Lagoas e, em escala bem menor, em Curvelo. O segundo gráfico, com praticamente todas as curvas declinantes, em todos os segmentos, dá visibilidade de forma incontroversa ao

⁹⁶ As taxas de crescimento da população total regional, por década, apontadas na Tabela 1, correspondem a taxas anuais de 1,4% para a década de 1960/70; 1,1% na de 1970/80; 1,8% na de 1980/91; e 1,6% na de 1991/00 enquanto as taxas médias geométricas de crescimento anual da população residente no Brasil (ver sibra.ibge.gov.br) foram, respectivamente, de 2,89; 2,48; 1,93 e 1,64%aa.

processo de *desruralização* populacional que se verificou, no período. Por último, o Gráfico 17 revela a terceira face dessa dinâmica demográfica: o resultado do baixo crescimento global associado a uma desruralização geral foi, por óbvio, um êxodo populacional do campo em direção às cidades, de novo, de forma estruturalmente desigual.

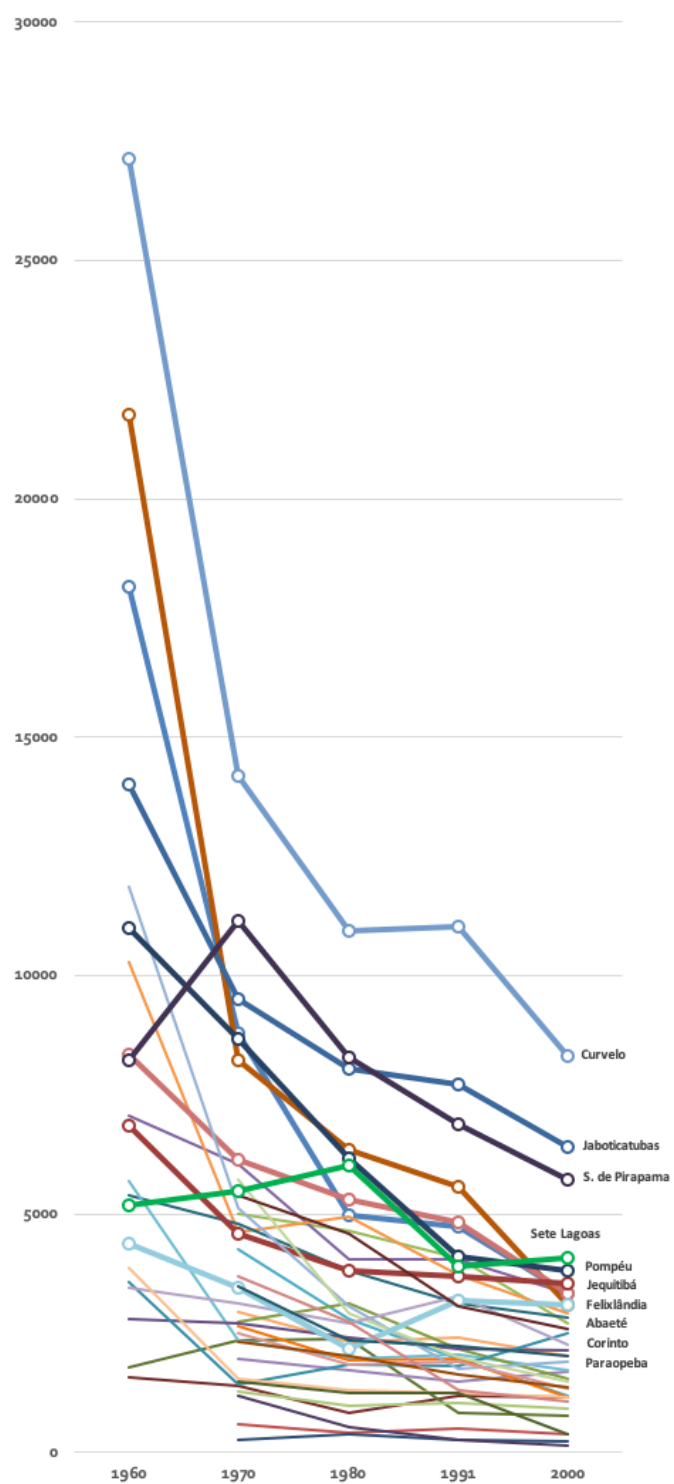
Numa visão associada desses gráficos, torna-se muito visível a mobilidade não errática, mas orientada e disciplinada das pessoas no espaço regional, nessas quatro décadas, em reação à indução, positiva e negativa, promovida pelo capital. Eles fotografam com particular sensibilidade, em alto contraste, a degradação das oportunidades de trabalho no campo, acelerada pela emergência do agronegócio, e as diferentes intensidades das “luzes das cidades”. Numa perspectiva histórica, desnudam o processo social decorrente do caráter praticamente impositivo da divisão do trabalho, que constrangeu escolhas territoriais e modos de vida tradicionais das populações e as conduziu compulsoriamente a novas alocações, nas periferias urbanas. Ou seja, tratou-se de uma reorganização territorial da força de trabalho que grande parte daquelas populações compõe, em obediência a ordens tácitas do novo capital atuante na região, voltadas exclusivamente à sua reprodução e acumulação, de forma interagente, no campo e na cidade.

Gráfico 15: Desempenho demográfico municipal do sertão central mineiro
(População Total)



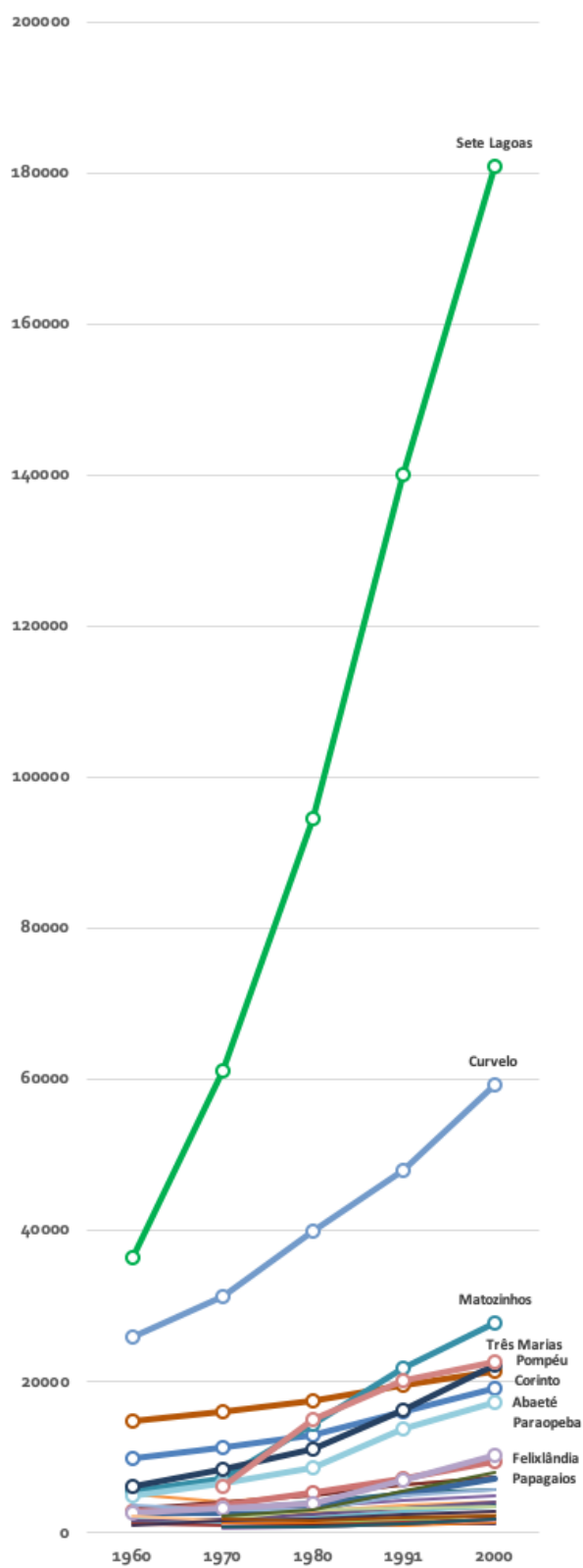
Fonte: Ibidem.

Gráfico 16: Desempenho demográfico municipal do sertão central mineiro
(População Rural)



Fonte: Ibidem

Gráfico 17: Desempenho demográfico municipal do sertão central mineiro
(População Urbana)



Fonte: Ibidem

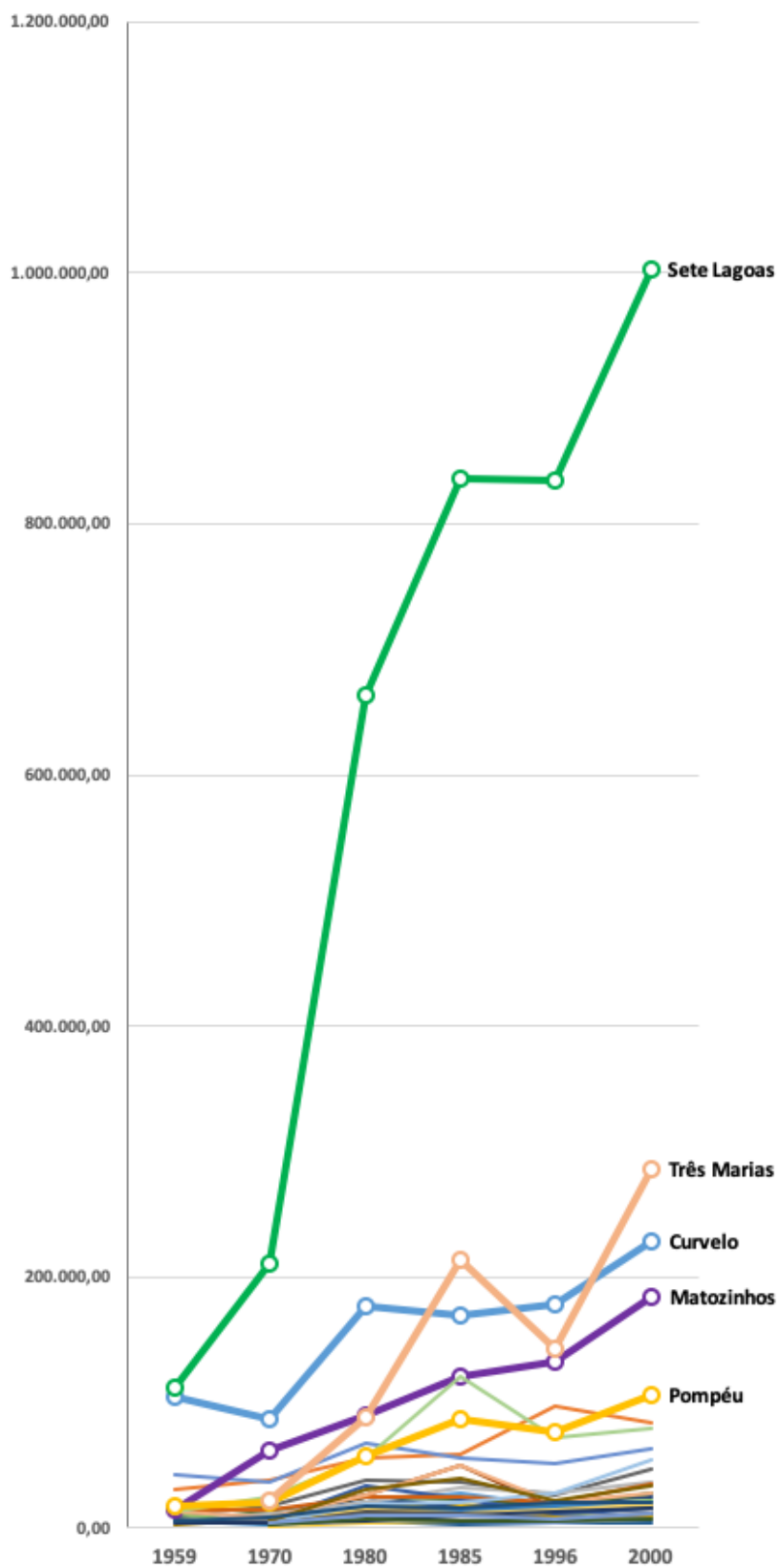
Para entendimento complementar da dinâmica dessa rede urbana, o segundo indicador adotado refere-se à distribuição regional da produção de riquezas, aferida com base no Produto Interno Bruto — PIB Municipal e nos Valores Adicionados por setor econômico, que indicam a forma como se estabeleceu a divisão territorial das atividades.

O Gráfico 18 mostra que o PIB dos municípios é consistente com as suas populações, sobretudo com a distribuição das populações urbanas, o que faz equivaler as cinco maiores aglomerações com os cinco municípios mais ricos, ainda que pontualmente em ordem diversa, sempre sobre a liderança de Sete Lagoas: Sete Lagoas, Curvelo, Três Marias, Matozinhos e Pompéu.

Os Gráficos 19, 20 e 21 comparam os PIB municipais estratificados conforme os valores adicionados, respectivamente, pelos setores agropecuário, de serviços e industrial, entre os anos de 1959 e 2000. Trata-se de uma região eminentemente voltada para atividades rurais, com destaque para a produção, em 2000, dos municípios de Pompéu, Curvelo e Abaeté. Não obstante, com relação às atividades tipicamente urbanas, a região é desértica, com proeminência apenas de Sete Lagoas. No setor de serviços, num patamar bastante inferior, apenas Curvelo tem alguma distinção; no industrial, apenas Três Marias.

Uma informação suplementar a propósito da participação individualizada de Sete Lagoas, ratifica a constatação de que a divisão regional do trabalho atuou no sentido de conformá-la como uma aglomeração única, dotando-a das condições necessárias de produção industrial, enquanto delegava responsabilidades exclusivamente agrárias a todo o restante da região, com exceções pontuais. Em 1959, Sete Lagoas respondia por um terço da produção tanto industrial quanto de serviços; em 2000, esses percentuais subiram para 43 e 40%, respectivamente. De forma inversa, sua participação na produção agropecuária sempre esteve restrita a valores mínimos, entre apenas 2 e 4% do total regional.

Gráfico 18: PIB municipal (1959-2000)



Fonte: Elaboração própria com dados do IPEADATA – PIB municipal a preços constantes

Essa visão dos fatos parece ser, efetivamente, a que mais se aproxima da realidade. Não obstante, alguns fenômenos excepcionais parecem contrariar essa narrativa prevalecente e não devem ser desprezados no escopo de se conhecer melhor a região. Por que Três Marias teve um crescimento industrial tão expressivo, superando o de Curvelo? Ao contrário, por que Curvelo, salvo no caso de serviços, teve um crescimento tão discreto? Por que Matozinhos avançou para a 3ª posição nos rankings industrial e de serviços? Entre 38 municípios, por que Papagaios ascendeu à 6ª posição no PIB industrial e Paraopeba alistou-se na 7ª posição tanto no industrial quanto no de serviços?

Nas respostas a parte dessas perguntas, emergem questões circunstanciais que têm valor apenas localizado, o que é importante para denunciar que a rede urbana não se move segundo uma lógica única e linear e que é suscetível a efeitos transversais e contraditórios. É, por exemplo, o caso de Papagaios cujo desenvolvimento deve-se à particularidade da industrialização da ardósia, uma rocha bastante comum no município. É também o caso de Pompéu, que veio se afirmando como um município diversificado, com um conjunto relevante de atividades, todas de base agrária e extrativa, mesmo aquelas de ordem industrial, relacionadas a produção e processamento de leite, cana-de-açúcar, ardósia e eucalipto.

Diferentemente, alguns outros fatores interpõem-se como camadas explicativas complementares, de ordem regional, e podem atribuir maior precisão ao modelo de compreensão da dinâmica regional. Pelo menos dois fatores inserem-se nesse contexto: o primeiro, *a construção de Brasília e a abertura da rodovia BH-Brasília, em 1958/1960, e a sua conversão na BR-040, nos anos 1970*, podem explicar não apenas o desempenho de Paraopeba e Três Marias, mas também o de Sete Lagoas e, indiretamente, o de Curvelo; e o segundo, *o processo de irradiação da Região Metropolitana de Belo Horizonte* que, numa perspectiva analítica adequada, pode explicar as transformações regionais no vetor da antiga MG-01, depois MG-424, sobretudo em Matozinhos, mas não apenas.

Na mesma época em que a indústria do ferro-gusa veio do Oeste mineiro para o sertão central, "máquinas modernas" saíram de Belo Horizonte, retificando a MG-1 até Paraopeba para, dali adiante, abrir a nova estrada até Brasília, passando por Felixlândia, Três Marias (onde a barragem da represa estava em construção), João Pinheiro, Paracatu, Cristalina-GO e

Luiziânia-Go⁹⁷. Uma década depois, a MG-1 (atualmente, MG-424, regionalmente chamada de *estrada velha*) deixaria de integrar a BR-040, com a abertura de novo traçado direto entre Belo Horizonte e Sete Lagoas (*estrada nova*). O que se tem aí, como um desdobramento do projeto nacional de interiorização do desenvolvimento que tem Brasília como símbolo, são os movimentos iniciais de reestruturação dos meios regionais de circulação material, indispensáveis à reprodução do capital e à nova colonização do sertão. Lembre-se que, até então, as conexões cidade-campo e interurbanas da região davam-se através de estradas ainda bastante precárias e pela opção ferroviária, que atendia apenas parte da região e não servia ao propósito de prover o transporte de cargas intrarregional. Progressivamente, o desenvolvimento do sistema rodoviário definido pela articulação da BR-040 (Sete Lagoas — Três Marias, sentido Brasília) com a BR-135 (BR-040 — Curvelo, sentido Montes Claros), combinado com um conjunto de rodovias estaduais (MG-424, MG-238, MG-220, MG-060 e outras) encarregou-se da integração regional de passageiros e cargas. Foi esse sistema rodoviário que, num sentido, escoou o carvão, e canalizou as forças urbanizadoras rumo ao sertão, em sentido oposto.⁹⁸

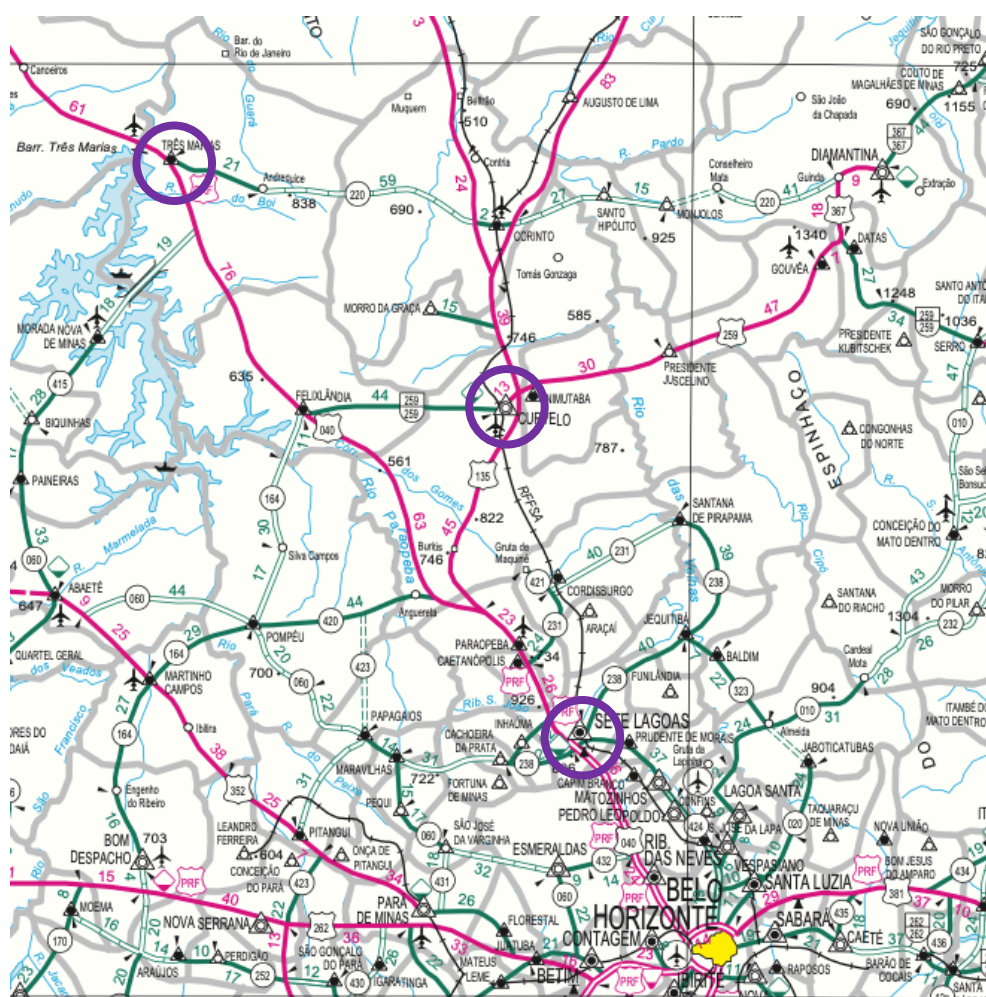
A BR040, como elemento integrador, estruturador e hierarquizador da rede regional, é um fator importante para explicar a liderança regional que Sete Lagoas passou a assumir, distanciando-se de Curvelo. Nos anos 1960, esses municípios e cidades tinham porte e importância econômica equivalentes. Até a emancipação do seu distrito de Morro da Garça, do ponto de vista populacional, Curvelo era maior do que Sete Lagoas. Do ponto de vista geopolítico, a sua posição, no entroncamento rodoviário para o Norte de Minas (Montes Claros, via BR-135) e o Vale do Jequitinhonha (Diamantina, via BR-259), era vista como potencialmente

⁹⁷ Sobre isso, tem-se disponível na internet (<https://youtu.be/ZDbAgpfPvhk>), o vídeo da Agência Nacional, intitulado Caminhos de Brasília, com reportagem sobre a abertura da estrada BH-Brasília, a partir de 1958. Sobre ele, valem dois registros. O primeiro, sobre a utilização da MG-1, quando a narrativa focaliza “o início da rota aberta rumo ao sertão pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem deixando ao fundo a capital mineira e seguindo no rumo de Pampulha [...]. Pela rodovia MG-1 inteiramente asfaltada, prosseguimos viagem contornando colinas verdejantes e passando pelo primeiro posto de cobrança da taxa de pedágio [...]. E a rota continua em retas quilométricas e suaves raios de curva rumo ao município de Pedro Leopoldo [...]. [Então] Rodamos macio sobre o asfalto no rumo de Sete Lagoas” (Tempo: 0’:55”). E o segundo sobre a nova estrada a partir de Paraopeba: “Aqui no quilômetro 134, pouco adiante de Paraopeba, tem início propriamente a nova estrada projetada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem com 70 metros de faixa de domínio e 1 de pista. Esta é a primeira frente de trabalho que penetra o sertão mineiro, onde máquinas modernas realizam operação de sol a sol para abertura de rodovia até Felixlândia” (Tempo: 2’:35”).

⁹⁸ Como sinal dos tempos, no dia 17 de dezembro de 1992, um século depois dos trilhos da Central terem revolucionado a cidade e a região, partiu de Sete Lagoas aquele que seria o último trem de passageiros do sertão.

estratégica para que se tornasse um centro polarizador desse sertão central. Entretanto, quando as empresas de ferro-gusa começaram a se formar e a se instalar na região, pelas razões aventadas, a escolha por Curvelo, assim como por Cordisburgo e outras cidades, foi residual frente à opção preferencial por Sete Lagoas. Seguramente, nesse caso, prevaleceu um critério que não distingua Sete Lagoas de Divinópolis, mas a diferenciava favoravelmente de Curvelo e das demais cidades do sertão: era a aglomeração urbana mais próxima do mi-nério e em condições de acesso otimizadas pela 040.

Figura 8: Mapa rodoviário regional



Fonte: Recorte do Mapa Rodoviário de Minas Gerais, DNIT, 2002

A BR-040 fornece uma explicação segura também para o caso de Paraopeba, naquilo que se pode nomear como um *efeito-estrada*. No limite da região estudada, a única cidade — até a mais recente retificação da BR — que tinha sua área urbana cortada pela rodovia era Paraopeba. Esse fato não se aplicava aos casos de Sete Lagoas, Felixlândia e Três Marias. Essa

maior acessibilidade foi decisiva, por certo, para que Paraopeba passasse a exercer o papel de polo de referência para uma sub-região, composta também por Cordisburgo, Araçá e Caetanópolis⁹⁹.

No caso de Três Marias, tem-se a particularidade da associação da passagem da BR-040 com a construção da Hidroelétrica de Três Marias, nos últimos anos da década de 1950, o que explica a própria criação do município e o seu desenvolvimento. Por seu turno, a energia disponível e a proximidade da mina de zinco de Vazante responderam pela ida da sua principal indústria desde então (1956), de processamento desse metal: a então Companhia Mineira de Metais — CMM¹⁰⁰. Essa empresa representa um caso até então atípico no sertão central: a alocação de capital não regional em projetos industriais. Além disso, Três Marias adquiriu força econômica com projetos agrícolas de eucalipto: depois de ter convertido grande parte de suas matas de cerrado e suas veredas em carvão, teve sua paisagem transformada pelas monoculturas, a partir dos anos 1980¹⁰¹.

O segundo fator a considerar, o *processo de irradiação da Região Metropolitana de Belo Horizonte*, merece uma análise cuidadosa. A se tomar o crescimento populacional como um indicador adequado da formação de aglomerações metropolitanas, em alguns casos de forma conurbada, observa-se que as taxas de crescimento dos municípios a Norte da capital, em direção ao sertão central ganharam a dimensão de uma explosão urbana progressiva¹⁰²: nos anos 1960, com o crescimento de Contagem; 1970, década em que a RMBH foi institucionalizada, com o de Betim/Contagem e Ribeirão das Neves; 1980, com Betim, Ribeirão das Neves e Vespasiano; e 1990, quando, no eixo da recente BR-040, vai além de Ribeirão das Neves e alcança Esmeraldas. Essas observações são válidas para as populações municipais totais e

⁹⁹ Do ponto de vista da administração da Justiça, em primeira instância, por exemplo, a divisão do território do Estado em comarcas, designa Cordisburgo, Araçá e Caetanópolis como vinculadas a circunscrição judiciária de Paraopeba. De maneira similar, o sistema agropecuário estadual, coordenado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, subordina essa sub-região ao escritório seccional de Paraopeba. Segundo o IBGE (2016, p. 87), Paraopeba conforma com Caetanópolis um arranjo populacional com mancha urbanizada contígua.

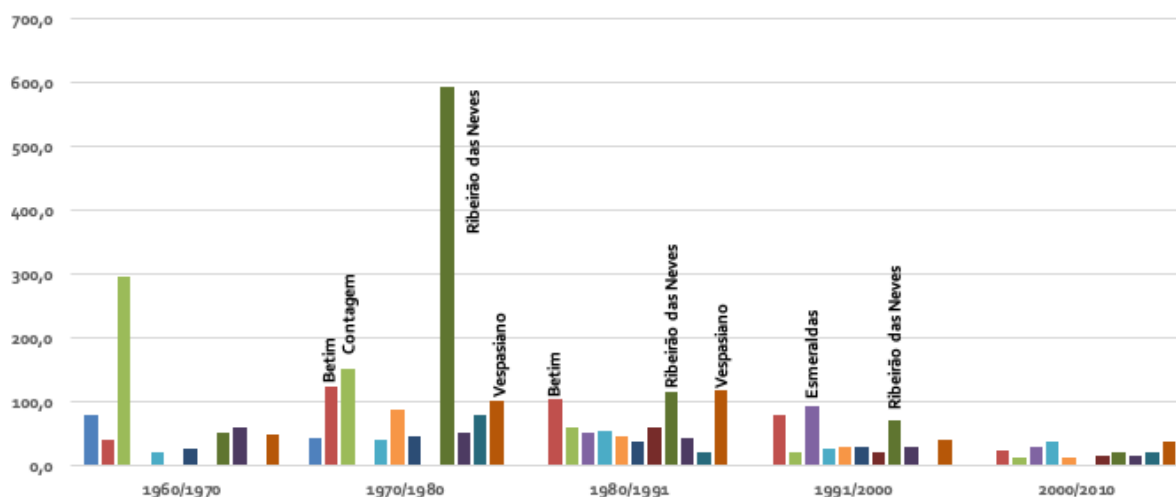
¹⁰⁰ A CMM, do Grupo Votorantim, explora jazidas de zinco em Vazante e Paracatu e faz o seu processamento metalúrgico em Três Marias e Juiz de Fora. A partir de 2017, após uma fusão entre a Votorantim Metais e a peruana MILPO, a CMM converteu-se em NEXA RESOURCES.

¹⁰¹ Atualmente, os maciços florestais da região de Três Marias, em grande parte, pertencem à GERDAU Florestal.

¹⁰² Arbitrariamente, na elaboração dos Gráficos 20 e 21, tomou-se como linha de corte, a taxa de crescimento médio anual e decenal do Brasil, por década; ou seja, entendeu-se como significativas apenas as taxas superiores às médias nacionais.

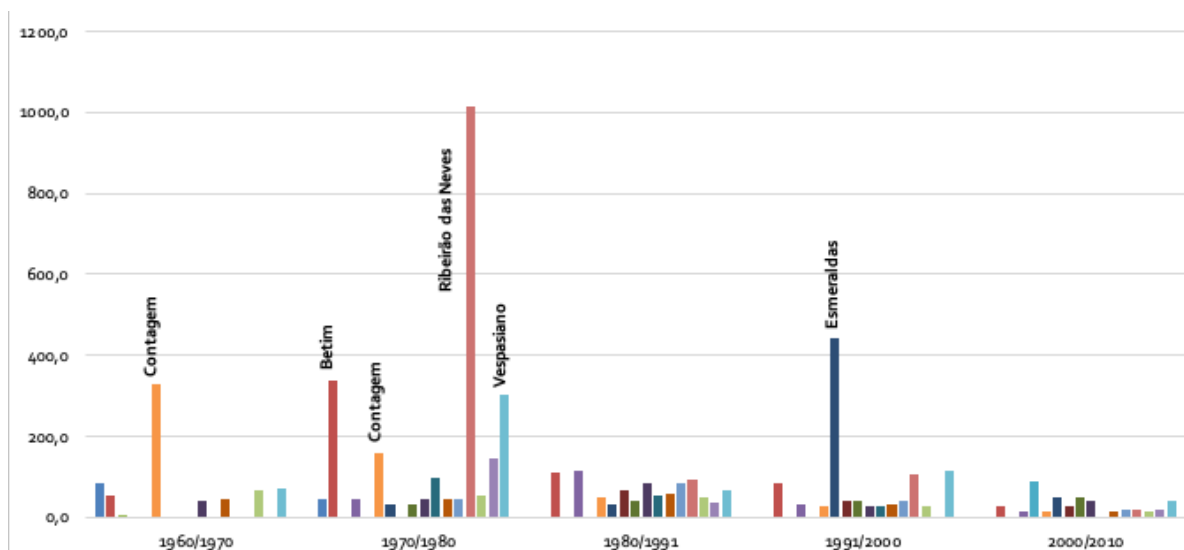
urbanas, conforme os Gráficos 22 e 23. Ao final do século, ao que se afere, esse processo deixou de ter um caráter irruptivo e passou a se desenvolver a taxas menores, mas persistentes.

Gráfico 22: Taxa de crescimento decenal dos municípios do SCM e da RMBH
(População Total - %)



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2020 (<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>)

Gráfico 23: Taxa de crescimento decenal dos municípios do SCM e da RMBH
(População Urbana - %)



Fonte: Ibidem.

Esses dados sugerem que a irradiação demográfica *direta* da RMBH, nessa direção, não corrompeu os limites da própria região metropolitana, atendo-se aos municípios de Esmeraldas e Vespasiano; ou seja, não tendo atingido os do sertão central. Não obstante, abstraindo-se

o efeito explosivo dos desempenhos populacionais municipais vistos a partir da RMBH, a observação *a partir do sertão central* indica que fenômenos mais discretos podem levar a conclusões diferentes.

A Tabela 2 evidencia o crescimento das estruturas urbanas regionais nas décadas finais do século XX e organiza-as segundo as taxas de crescimento urbano entre os censos de 1970 e 2000. Nesse caso, ainda que essas taxas não se comparem às de Ribeirão das Neves, por exemplo, elas são reveladoras: as cidades da região com as maiores taxas de crescimento urbano, no período, foram exatamente as que se situam entre Sete Lagoas e Belo Horizonte, no eixo da MG-424.

As taxas de crescimento superiores às de Sete Lagoas, em pelo menos uma década do período, não podem ser analisadas fora do contexto de uma irradiação metropolitana, adentrando a região pelo eixo da MG -424. Sob essa ótica, essa irradiação gerou perturbações populacionais em ondas progressivas: em Matozinhos (que integra a RMBH), na década de 70; em Capim Branco, Prudente de Moraes e Funilândia, na de 80; e em direção à Serra do Cipó, via MG-010, em Jaboticatubas e Santana do Riacho, na de 1990. Especialmente para os casos de Capim Branco e Funilândia, pela proximidade, é de se admitir uma irradiação consorciada também a partir de Sete Lagoas, cujo crescimento urbano vinha se dando a taxas elevadas, desde os anos 1950. No caso de Prudente de Moraes, esse fato é inquestionável, uma vez que esse município conforma com Sete Lagoas um arranjo populacional com mancha urbanizada contígua¹⁰³.

¹⁰³ IBGE, *Arranjos populacionais e aglomerações urbanas no Brasil*, 2016, p. 95.

Tabela 2: Ranking segundo as taxas de crescimento urbano (1970-2000)

	1960	1970	1980	1991	2000	Δ% 70/00
Capim Branco	1.355	1.788	2.555	5.526	7.146	299,7
Matozinhos	5.526	7.236	14.357	21.788	27.664	282,3
Prudente de Morais		2.099	3.012	5.586	7.864	274,7
Três Marias		6.101	14.898	20.092	22.515	269,0
Papagaios	2.541	3.168	3.924	6.837	10.207	222,2
Sete Lagoas	36.482	61.119	94.592	140.125	180.785	195,8
Paraopeba	4.890	6.453	8.662	13.821	17.283	167,8
Jaboticatubas	2.538	2.668	3.525	5.009	7.116	166,7
Pompéu	6.033	8.372	11.000	16.252	22.286	166,2
Felixlândia	2.751	3.726	5.353	7.113	9.447	153,5
Funilândia		634	682	1.122	1.592	151,1
Santana do Riacho		708	856	1.184	1.728	144,1
Inhaúma	1.824	1.426	1.900	2.726	3.464	142,9
Presidente Juscelino		769	1.019	1.235	1.736	125,7
Maravilhas	1.532	1.829	2.402	3.243	4.102	124,3
Augusto de Lima		1.129	1.327	1.638	2.459	117,8
Joaquim Felício		1.181	1.869	2.284	2.324	96,8
Curvelo	25.938	31.223	39.838	47.987	59.197	89,6
Jequitibá	1.210	870	975	1.365	1.635	87,9
Buenópolis	5.118	3.968	5.023	6.227	7.440	87,5
Paineiras		1.826	2.980	3.241	3.420	87,3
Caetanópolis	3.178	3.957	4.942	6.230	7.400	87,0
Inimutaba		2.191	2.881	3.629	4.080	86,2
Santana de Pirapama	997	1.577	1.783	2.335	2.894	83,5
Morada Nova de Minas	3.733	3.120	2.957	4.908	5.708	82,9
Biquinhas		934	699	1.098	1.644	76,0
Cordisburgo	2.519	3.292	4.125	5.326	5.688	72,8
Morro da Garça		951	769	1.146	1.623	70,7
Abaeté	9.886	11.245	12.890	15.944	19.022	69,2
Fortuna de Minas		897	908	1.250	1.515	68,9
Pequi	2.117	1.533	1.664	1.935	2.556	66,7
Cachoeira da Prata		2.204	2.530	3.407	3.549	61,0
Baldim	3.191	3.301	3.529	4.345	4.818	46,0
Araçai		1.242	1.294	1.468	1.761	41,8
Corinto	14.840	16.014	17.536	19.522	21.450	33,9
Santo Hipólito		1.808	1.630	2.078	2.127	17,6
Cedro do Abaeté		1.103	971	1.140	1.140	3,4
Monjolos		1.378	1.180	979	1.416	2,8
TOTAL	138.199	205.040	283.037	391.141	489.801	138,9

Fonte: Idem, ibidem - Legenda:

MR Sete Lagoas

MR Curvelo

MR Três Marias

A Tabela 3 evidencia as taxas de crescimento decenal da população urbana das 15 cidades que mais cresceram na região, no período em estudo, e permite duas apreciações procedentes: de um lado, ela ratifica a conclusão acima sobre a natureza da irradiação metropolitana imediata sobre a região; de outro, ela mostra que essa irradiação não transpôs Sete Lagoas, na medida em que as outras cidades apresentadas, com maior crescimento, como Três Marias, Papagaios, Paraopeba e Pompéu, devem seus desempenhos a razões particulares, ainda que essas razões possam estar vinculadas a um processo de urbanização mais difuso e extensivo em que a força metropolitana é decisiva, mas não por seus efeitos diretos e lineares.

Tabela 3: Taxas de crescimento urbano decenal (1970-2000)
(Top15)

	Δ% 1960/70	Δ% 1970/80	Δ% 1980/91	Δ% 1991/00	Δ% 70/00
Capim Branco	32,0	42,9	116,3	29,3	299,7
Matozinhos	30,9	98,4	51,8	27,0	282,3
Prudente de Morais		43,5	85,5	40,8	274,7
Três Marias		144,2	34,9	12,1	269,0
Papagaios	24,7	23,9	74,2	49,3	222,2
Sete Lagoas	67,5	54,8	48,1	29,0	195,8
Paraopeba	32,0	34,2	59,6	25,0	167,8
Jaboticatubas	5,1	32,1	42,1	42,1	166,7
Pompéu	38,8	31,4	47,7	37,1	166,2
Felixlândia	35,4	43,7	32,9	32,8	153,5
Funilândia		7,6	64,5	41,9	151,1
Santana do Riacho		20,9	38,3	45,9	144,1
Inhaúma	-21,8	33,2	43,5	27,1	142,9
Presidente Juscelino		32,5	21,2	40,6	125,7
Maravilhas		7,6	64,5	41,9	151,1

Fonte: Idem, ibidem - Legenda:

MR Sete Lagoas MR Curvelo MR Três Marias
 Taxas de crescimento decenal superiores às de Sete Lagoas

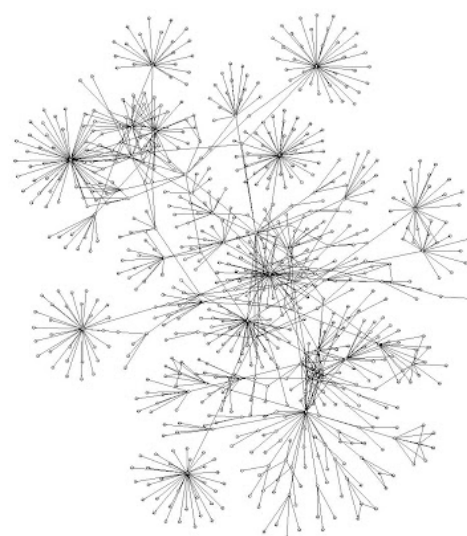
Ao fim e ao cabo, essas são as características principais da rede urbana do sertão central, ao final do século XX. Desde a chegada do gado, nos longínquos séculos XVII e XVIII, a lógica da ocupação regional integrou-se à lógica de ocupação geral da colônia. A chegada das primeiras indústrias em lombo de burro, no final do século XIX, e o surgimento da economia do gusa, no XX, foram parte do fenômeno industrialização nacional. A *era ferroviária* no final do século XIX e o *rodoviarismo* de meados do século XX, que cortaram o sertão central de ponta a ponta, também foram manifestações locais de projetos federais de integração territorial. No entanto, o quadro de isolamento de Minas, ao longo do século XIX, de que fala Roberto Martins¹⁰⁴, que avançou sobre grande parte do século XX, favoreceu a que todos esses processos gerais ganhassem feições bastante particularizadas, resguardas regionalmente. Essas feições apresentaram-se resilientes, mesmo depois dos anos 1960, especialmente pela natureza rudimentar das principais atividades econômicas regionais relacionadas ao gusa e ao carvão. Não obstante, às vésperas do século XXI, se algo passou a se evidenciar como resultado do processo intenso urbanização, ainda que em seus primeiros sinais na rede urbana regional, foi o desbotamento dessas particularidades e a sua cada vez mais visível conexão com o espaço nacional e global. Curiosamente, as primeiras evidências, nesse caso, foram vistas no campo, com a sua progressiva oligopolização; nas cidades, elas viriam a ocorrer no ciclo econômico que se seguiu.

¹⁰⁴ MARTINS, *Crescendo em silêncio*, 2018.

6. A LÓGICA DO RIZOMA

A contabilidade e a burocracia procedem por decalques: elas podem, no entanto, começar a brotar, a lançar hastes de rizomas, como num romance de Kafka

(DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 33)



6.1 A afirmação do sertão central como região

A demarcação territorial que faço aqui sob o nome de *sertão central de Minas* é uma aproximação. A apropriação das microrregiões administrativas de Sete Lagoas, Curvelo e Três Marias é referencial. No detalhe, não importa se Várzea da Palma ou Pirapora, na foz do Velhas, por exemplo, integram ou não esse sertão. Não importa onde ele deixa de ser sertão central e se torna Norte de Minas. Em direção ao Sul, não importa até onde, como *gerais*, ele se estende e onde ele se depara com as *minas*. Não há cercas, nem reais nem virtuais, como não havia cercas nas suas fazendas coloniais de gado. Guimarães Rosa diz que o sertão está em toda parte, que é do tamanho do mundo, que é quando menos se espera e que nunca dá notícia. E para quem tenta se apropriar dele como dono, ele diz mais: que “o sertão era para, aos poucos e poucos, se ir obedecendo a ele; não era para à força se compor. Todos que mal-montam no sertão só alcançam de reger em rédea por uns trechos; que sorrateiro o sertão

vai virando tigre debaixo da sela”¹. A noção de sertão central aqui adotada não é uma sela e um cabresto, com que se quer domar e limitar o sertão.

Áurea Breitbach, ao estudar o conceito de região, toma-a como: “um espaço socialmente construído, aquele que examina a unidade regional em suas relações com o modo de produção, *aquela que não tem como preocupação fundamental e única delimitar rigidamente um território*, mas compreender essa realidade à luz de sua dimensão histórica”² (grifo meu). Nessa perspectiva histórica e não administrativa, a visão de região aqui considerada alinha-se com o pensamento de Breitbach, na medida em que, ao propor algumas categorias de análise da questão, ela considera que o “conceito de região deve abarcar as noções de relação, contradição e processo”³; e que deve “fazer uso de categorias básicas como espaço (...), modo de produção e divisão do trabalho”⁴. Essa foi, a rigor, a orientação historiográfica aqui observada, ao enfeixar essas categorias básicas no conceito de formação socioespacial.

A noção de região que o sertão central expressa é a espacialidade possível de se depreender do processo social que se desenvolveu, com as suas próprias determinações históricas. Desde o início da sua colonização com as fazendas pastoris, o sertão central se afirmou como uma região particular, como parte dos sertões da Bahia, mas deles se diferenciando por ser o sertão próximo, o sertão atormentado por sua dualidade imanente entre uma profunda ruralidade e uma pressão de urbanidade. Também na sociedade construída com base na economia do ferro-gusa e do carvão, que alcançou o século XXI, o sertão central se reafirmou como um território com características próprias, mais duramente afligido por aquela dualidade, reinterpretada entre o anacronismo dos seus processos industriais e a modernidade urbana que simultaneamente construía.

De forma convergente com essa noção de região, tomo da obra de José Luís Coraggio a afirmação que “todo processo social diferenciado tem sua própria espacialidade, construída com base na espacialidade física dos suportes naturais de tal processo, com base nas leis sociais inerentes. Essa espacialidade refere-se tanto às configurações espaciais possíveis de

¹ ROSA, *Grande sertão: veredas* [1956], 1976, p.284.

² BREITBACH, *Estudo sobre o conceito de região*, 1988, p. 17.

³ *Ibidem*, p. 89.

⁴ *Ibidem*, p. 90.

localidades e fluxos de materiais, quanto as configurações mais prováveis, dada a natureza dos fenômenos estudados”.⁵ (tradução minha)

Trilhando esse caminho, Coraggio formula o seu conceito de região, que embasa o conceito aqui considerado:

Denominamos REGIÕES a esses âmbitos⁶ ou áreas [âmbito de exploração, de acumulação, de reprodução da força de trabalho, de circulação de mercadorias etc.], definidos a partir do domínio territorial particular de uma relação de acoplamento ou de uma relação de semelhança. No contexto global de nossa concepção do espaço, a célebre controvérsia sobre se as regiões são *reais* ou *idealizadas* não tem resposta porque simplesmente responde a uma pergunta mal formulada. É um falso dilema. O procedimento para identificar regiões contém elementos subjetivos (como por exemplo a seleção de uma ou outra relação e sua reconstrução teórica como ponto de partida), mas se concretiza sobre a base das determinações objetivas que tem tal relação na situação real especificamente investigada. Para poder efetivamente identificar regiões, o fenômeno analisado deverá estar *objetivamente regionalizado*. Em outras palavras, a organização espacial que lhe corresponde, deverá estar conformada em forma de âmbitos particularizados da relação ou em áreas homogêneas diferenciáveis.⁷ (tradução minha)

Sem confundir região, sistemas sociais e formação socioespacial — entendendo que são conceitos que inexistem independentemente uns dos outros, mas também não se equivalem nem se anulam —, emerge a indagação: qual outra região poderia ser delimitada como lócus, inerente aos atores, aos meios e aos fluxos econômicos, que definiram formações econômicas e sociais particulares e evolutivas no tempo, como descritas, e ensejaram o surgimento, em sua origem, da economia do boi até, ao final, a economia do carvão? Não se tem aí a configuração de duas economias que apenas se sucederam, mas duas economias que se amalgamaram de tal forma que sem as bases sociais de uma não se conformariam as bases sociais da outra. A resposta a essa questão fundamental legitima o entendimento adotado de identificar,

⁵ CORAGGIO, *Sobre la espacialidad social y el concepto de región*, 1979, p. 88.

⁶ Ao construir o conceito de região, Coraggio introduz o conceito de âmbito, que ele descreve como “o segmento (convexo mínimo) de território que inclui a localização dos agentes e meios diretamente envolvidos na relação, assim como os caminhos dos fluxos materiais que a realizam” (Ibidem, p. 91, tradução própria)

⁷ Ibidem, p. 92.

particularizar e qualificar, historicamente, o sertão central mineiro como uma região, não apenas em sua acepção empírica, mas também conceitual.

Insisto nesse ponto: as fazendas pastoris dessa região central mineira não reproduziram os modelos dos currais do Norte, nem das fazendas multiprodutivas do Sul. Em suas homogeneidades e contradições, naquilo que esse sertão se distinguiu dos outros e naquilo que dos outros assimilou, acabou por representar um arranjo econômico e social regionalizado — portanto, espacial — específico. Três séculos depois, nem a região de Belo Horizonte, como zona minerária e sede metropolitana, por mais potente que seja sua influência sobre o seu entorno, nem a região de Montes Claros, também como produtora de carvão, podem explicar, nos seus próprios domínios ou na extensão deles, como se deu a divisão do trabalho sob a hegemonia do ferro-gusa, a meio caminho entre esses extremos. Apenas o sertão central pode expressar a espacialidade desses processos econômicos e sociais, apenas ele os regionaliza integralmente e é capaz de efetivar um nexo de totalidade, de compor e reproduzir a totalidade social.⁸

Não se trata de avocar eventuais aptidões do bioma do cerrado como geradoras, *per se*, da regionalização da produção agrária e industrial que ocorreram, mas também não se trata de negá-las. Tampouco se trata de avocar ou negar eventuais vantagens da posição geopolítica do “sertão de Sete Lagôas”, como um sertão de passagem, como boca-de-sertão, como determinante desse processo de regionalização. É fato que o seu capim nativo e os seus barreiros permitiram boa criação de gado curraleiro, em largas áreas; é fato que o algodão se adaptou bem ao sertão e ao seu pequeno agricultor; é fato que a parte fértil de suas terras permitiu o desenvolvimento de uma pecuária leiteira expressiva; é fato que as matas de cerrado foram, por anos, a única matéria-prima do carvão vegetal; e é fato que a pobreza das gentes ofereceu braços servis ao trabalho e não ofereceu qualquer resistência ao capital quando ele colonizou o sertão; não obstante, é fato também, como lembra Coraggio, que independentemente desses fatores, a “divisão social do trabalho se daria de toda maneira”, como se deu. O determinante foi como o sistema de produção — seja o escravista, do setecentos e do oitocentos, seja o capitalista, do novecentos — no âmbito das formações socioespaciais

⁸ SANTOS, *Espaço e sociedade: ensaios*, 1979, p. 18.

definidas, apropriaram-se dessas aptidões e vantagens ou as negaram. Apropriaram-se delas, quando instalaram indústrias na região, por sua abundância de carvão; e negaram-nas, quando impuseram, por regramento autônomo do agronegócio, a degradação de seus ecossistemas e obstaculizaram outros modos de produção não estritamente capitalistas, como o de agricultores familiares. Sobre isso, afirma Coraggio:

A divisão do trabalho desenvolvida pelo sistema capitalista se apoia, indubitavelmente, sobre determinações diferenciais naturais do território (recursos naturais localizados, topografia, condições de acessibilidade etc.) e da sua população (etnia, sexo, idade). No entanto, não é produzido por essa diferenciação natural. Assim, mesmo que houvesse uma grande uniformidade nesses elementos, *a divisão social do trabalho se daria de toda maneira*. Ao contrário, podemos dizer que determinações naturais específicas favorecem umas e outras formas concretas da divisão social do trabalho e, na perspectiva dos próprios recursos, condicionam uma ou outra maneira de inserção no sistema de produção.⁹ (tradução minha)

Tomo aqui uma metáfora para tornar mais luminar essa concepção de região resultante de uma inexorável adaptabilidade entre o processo social e o espaço, o que pode ser mais bem observado em investigações sobre relações particulares, em sociedades concretas. Nesse ponto, desde o início da pesquisa que esta tese relata, destaque-se que a apropriação do conceito marxiano de formação econômica da sociedade — em sua versão reinterpretada por Milton Santos de formação socioespacial — remeteu compulsoriamente à observação de fatos concretos para reconhecimento da configuração regional.

Recorro, então, à metáfora. François Ascher, em seus estudos sobre a dinâmica metropolitana ou *metapolitana*¹⁰, faz uma projeção espacial da metáfora do rizoma: trata-se de um “caule subterrâneo de uma planta perene, que empurra seus botões para vários pontos de ressurgimento”¹¹ e expressamente menciona o uso dessa imagem por Gilles Deleuze e Félix Guattari, para explicar um processo de expansão à distância, anárquica, não hierárquica, imprevisível, secreta...¹² Ele procura distinguir a natureza da metropolização, a cujo estudo se

⁹ CORAGGIO, *Sobre la espacialidad social y el concepto de región*, 1979, p. 94.

¹⁰ Os estudos de Archer (1995) sobre a meta-metrópole ou a *metápoles* são tratados à frente nesta tese, com abordagem distinta da que se faz aqui.

¹¹ ASCHER, *Metápoles ou l'avenir des villes*, 1995 (tradução minha).

¹² ASCHER, Op.cit., p. 276.

dedica, de um lado, e a das redes urbanas não metropolitanas, em níveis de complexidade e de hierarquia inferiores, de outro. Interessa-me aqui, exatamente, a remissão dessa metáfora a essas regiões não metropolitanas.

Primeiro, recorro diretamente a Deleuze e Guattari¹³, que atribuem uma série de significados associados à natureza biológica do rizoma, segundo seis princípios. O primeiro princípio é o da conexão em que “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. *É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem*”¹⁴. O segundo é o da heterogeneidade: “um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais. Uma cadeia semiótica é como um tubérculo que aglomera atos muito diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos: não existe língua em si, nem universalidade da linguagem, mas *um concurso de dialetos, patoás, de gírias, de línguas especiais*”¹⁵. O terceiro, o da multiplicidade: “*as multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização, segundo à qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras*”¹⁶. O quarto, o da ruptura assignificante: “todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído etc.; mas compreende também *linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar*”¹⁷. E o quinto e o sexto princípios são o da cartografia e da decalcomania. O rizoma é cartográfico, é mapa; árvore, arborescência, raízes pivotantes são decalque. *Um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo, ele é performance*. O decalque é reprodutível ao infinito, ele é “competência”, é um sistema central hierarquizado.¹⁸ (grifos meus).

David Shane¹⁹, em trabalho voltado especificamente para o desenho urbano e a teoria das cidades, também se apropria da metáfora do rizoma, também inspirado em Deleuze e Guattari, referindo-se ao que ele chama de montagens rizômicas (*rhizomic assemblage*).

¹³ DELEUZE; GUATTARI. *Mil platôs — capitalismo e esquizofrenia* [1980], 2011.

¹⁴ Ibidem, p. 22.

¹⁵ Ibidem, p. 23.

¹⁶ Ibidem, p. 25.

¹⁷ Ibidem, p. 25.

¹⁸ Ibidem, pp. 29/31.

¹⁹ SHANE, *Recombinant urbanism: conceptual modeling in Architecture, urban design and city theory* [2005], 2007.

Se Ascher interpreta o conceito de rizoma como aquilo que é anárquico e imprevisível, Shane complementa com ideias de flexibilidade e adaptabilidade:

Deleuze e Guattari enfatizam que um rizoma é uma matriz auto-organizadora que *explora e responde de forma flexível ao seu ambiente, assumindo diferentes formas sob diferentes condições*. [...] O rizoma concebido metaforicamente pode descrever qualquer rede flexível que une uma variedade de materiais e pessoas, toma uma variedade de formas, adapta-se às necessidades de sobrevivência em situações locais e fornece passagem e recursos para atores móveis, nômades.²⁰ (grifo meu, tradução minha)

Essas evocações metafóricas feitas por Deleuze e Guattari, tomadas em sentido urbano por Ascher e Shane, inspiram a que se aproprie da figuração do rizoma para além do espaço urbano, em espaços regionais. A ideia central nessa apropriação é a de apontar a inexistência de identidade universal da regionalização não metropolitana — que registram fenômenos mais difusos e adaptados —, por oposição ao fenômeno de contornos mais claramente definidos das regionalizações metropolitanas.

Nesse sentido, é de se dizer que o conceito do que é metrópole ou metropolitano, ontologicamente, é uma árvore com raízes pivotantes e, como tal, é um sistema essencialmente estruturado e hierarquizado. Metrópole é decalque.

Em oposição, é de se dizer que o conceito de regiões não metropolitanas é rizoma. Ele não tem características uniformes. Ele é essencialmente heterogêneo. As suas características são adaptativas e, como tal, no espaço, expressam características regionais; e no tempo, são moldadas pela atualidade cultural. Essas regiões são mapas.

A metrópole, enquanto organismo hierarquizado, diversifica-se segundo uma classificação vertical por portes e características urbanas imanentes. Eventuais particularidades localizacionais ou funcionais não são determinantes frente a aspectos estruturais. Citem-se, por exemplo, os discursos categóricos de Edward Soja²¹ a propósito da pós-metrópole: a “metrópole industrial pós-fordista”, com novos padrões de território urbano determinados pelo

²⁰ Ibidem, p. 265.

²¹ SOJA, *Postmodern geographies: the reassertion of the space in critical social theory*, 1989.

crecente poder da flexibilidade; a “Cosmópolis”, o espaço urbano global sem limites; a “Exópolis”, a cidade polimórfica que se expande sobre suas periferias e subúrbios; a “Cidade Fractal”, o mosaico híbrido e desigual; o “Arquipélago Carcerário”, a cidade do urbanismo obcecado pela segurança; e a “SimCity”, o simulacro hiper-realista; todos esses discursos descrevem características do fenômeno metropolitano em sua essencialidade, descrevem a metrópole e a sua região por seu caráter urbano, *per se*, independentemente do lugar da sua radicação. Ou seja, o fenômeno metropolitano pode ser conhecido por suas conformações resultantes, numa perspectiva universal. Nesses termos, os discursos de Soja, guardadas as devidas proporções, são aplicáveis tanto a Los Angeles quanto a Belo Horizonte, sem perderem o seu nexos com a realidade objetiva.

A região não metropolitana, ao contrário, enquanto organismo de hierarquização relativa, desdobra-se majoritariamente segundo uma classificação horizontal determinada por fatores extrínsecos. Aspectos localizacionais e funcionalidades conjunturais decorrentes de uma adaptação socioeconômica ao ambiente determinam a tipologia dessas regiões e de suas cidades. Se na região metropolitana o campo lhe é externo e tem um potencial quase nulo de produzir interações com a sua verticalidade urbana, observando-se aí um vetor contrário de transformações no sentido da metrópole para o campo; na região não metropolitana o campo é próprio à sua horizontalidade, determinando uma relação compulsória de transformações por interatividade e reciprocidade.

A tipificação das cidades médias presentes em regiões não metropolitanas catalogada por Fabiano Pereira²² menciona quatro tipos de cidades definidos, três deles, por critérios localizacionais — em regiões metropolitanas, em eixos de transportes e em fronteiras agrícolas — e um, funcional com vinculação regional — capitais de estados. A tipologia proposta por Hélio de Oliveira e Beatriz Soares²³ elenca tipos de cidades que expressam características decorrentes dessas mesmas variações: em razão da região onde se situam ou da função econômica que desempenham como polo regional. No primeiro caso estão aquelas consideradas como

²² PEREIRA, *Cidades médias brasileiras: uma tipologia a partir de suas (des)economias de aglomeração*, 2002, p. 26. Nessa tipificação, em especial, Fabiano Pereira baseia-se em PEREIRA, Waltraud K. R. *Cidades médias: uma opção no desenvolvimento urbano*. 1977. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília D.F., 1977. (Não disponível)

²³ OLIVEIRA; SOARES, *Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia*, 2014, p.130.

canal de comunicação (“que utilizam sua localização relativa”), centros de fronteira, centros regionais e centros de drenagem e consumo de renda fundiária e, no segundo, como centro de serviços (“para a população regional”), centro administrativo (relativo a um contexto territorial), polos econômico, centros de turismo e centros especializado. Note-se em ambos os casos que a tipologia dos centros regionais não metropolitanos não expressa atributos urbanos próprios e particulares, mas atributos que tomados de empréstimo, extensivamente, da tipologia regional. Em outras palavras, é de se observar que a sua caracterização se vale menos das suas conformações resultantes, como no caso das metrópoles, e mais do seu processo formativo, não em sua universalidade, mas em sua particularidade.

Essa distinção metafórica entre as estruturas pivotantes, que operam por decalque, por replicação, que marcam as regiões metropolitanas, e as estruturas rizomáticas, que operam por mapeamento, por adaptação, que marcam as regiões não metropolitanas, traz à memória a diferenciação colonial de Alberto Guimarães²⁴, respectivamente, entre o *engenho*, enquanto unidade autônoma que se impunha ao meio geográfico, preservando semelhanças, estivessem eles no Sul, no Centro ou no Norte da colônia, e a *fazenda pastoril*, que se desdobrava em múltiplas feições, em função de sua maior suscetibilidade às alterações mesológicas²⁵. Analogicamente, então, região metropolitana é engenho e região não metropolitana é fazenda pastoril.

Por aproximação, vale rememorar a diferenciação exposta por Sandra Lencioni entre espaços metropolizados e não metropolizados. Se o primeiro se caracteriza por ser um espaço concreta e estreitamente vinculado à grande cidade, ou seja, a grande cidade e o seus fluxos intensos de pessoas, mercadorias e capitais — definindo grandes eixos de urbanização — são o seu elemento caracterizador; o segundo caso é marcado fundamentalmente pela heterogeneidade, pela densidade demográfica particularmente fraca²⁶ e, acrescento, por maior ruralidade e fluxos mais brandos.

²⁴ GUIMARÃES, *Quatro séculos de latifúndio*, 1968.

²⁵ *Ibidem*, pp. 62–63.

²⁶ LENCIONI, *Metropolização do espaço: processos e dinâmicas*, 2013, p. 18. Nessa conceituação, Lencioni se baseia expressamente em formulação de Bernard Kayser (1969).

Voltando à metáfora do rizoma, por sua flexibilidade e adaptabilidade, ela dialoga com o conceito de região aqui apropriado, tomado das ideias de Coraggio e Breitbach, da *especialidade do processo social*. O foco de observação na conceituação do que seja região é sobretudo de ordem processual e não formal — admitindo-se *processo* não como uma sucessão de eventos casuais, mas sistemáticos e regulares, que apresentam uma conectividade entre seus ciclos. Nesses termos, a investigação da historicidade desse processo, como aqui se faz, se sobrepõe a eventuais interesses na identificação de regularidades da forma espacial, empiricamente localizadas, capazes de demarcar os contornos de uma região, ainda que elas possam existir. Sem menosprezo à importância de teorias localizacionais que geram modelos geométricos, trata-se aqui apenas de não se fazer leituras apressadas e enviesadas dessas teorias, como a de se ficar “buscando hexágonos no mundo real”²⁷, como condição necessária para a configuração de uma região. Dessa desconsideração formal advém também a despreocupação com preciosismos em se estabelecer demarcações administrativas rígidas e imutáveis, que não alteram a natureza do fenômeno territorial estudado.

Em resumo, na afirmação do sertão central como uma fração territorial que reúne a identidade empírica e conceitual do que seja *região*, ignoro eventuais tentativas de seu enquadramento em um padrão categórico desse conceito, optando, na perspectiva rizomática, por mapear essa identidade na elucidação da correlação histórica entre espaço e processo social.

De forma panorâmica, por meio dessa metáfora, entendo que o processo de urbanização, depois de fundar raízes pivotantes nas metrópoles, avançou sobre regiões não metropolitanas, como uma haste de rizoma, movendo-se segundo regras de flexibilidade e adaptabilidade, gerando sistemas urbanos não regulares ou mesmo *aparentemente* caóticos. Esse caos *aparente* longe de decorrer de uma casualidade, resulta, voltando aos princípios deleuzianos, de sua performance, como coisa que lhe é própria e que não se enquadra em modelos gerativos pré-determinados. Assim também admito que a região e a sua rede urbana, em suas

²⁷ Ao abordar as relações entre formas espaciais e estruturas sociais, Coraggio cunha essa expressão no seguinte contexto: “Obviamente, outra aproximação possível é a de deduzir, a partir de um corpo de teoria social geral, certas características, e inclusive formas espaciais, de determinados fenômenos sociais. Um exemplo conhecido é o das áreas de mercado hexagonais [referindo-se à teoria dos lugares centrais de Christaller] que caracterizam um sistema de competência espacial em atividades centrais, em condições de espaço-ideal. Lamentavelmente, estas teorias espaciais foram lidas caprichosamente, e se multiplicaram os estudos “buscando os hexágonos no mundo real”. [...] (CORAGGIO, *Sobre la especialidad social y el concepto de región*, 1979, p. 82)

múltiplas configurações, para além da metrópole, não são sempre redutíveis a regularidades geométricas ou formais, em seu todo *aparentemente* caótico, e muitas vezes só podem encontrar um nexos conceitual na identificação do processo social histórico que adquiriu nela a sua espacialidade. Essa perspectiva epistemológica convalida a opção metodológica de base historiográfica da pesquisa realizada.

Ampliando-se o horizonte temporal de observação, tudo o que se desenrolou no sertão central, ao longo de três séculos, até o final do novecentos, como afirmado, constitui-se numa fração regional da história brasileira e mineira: o boi, o tear mecânico, o gusa e o carvão, a ferrovia e a rodovia, a industrialização e a urbanização, nos seus vários tempos. Não obstante, a forma particular como esses processos sociais gerais se imbricaram, como uma haste de rizoma, no âmbito de uma formação socioespacial concreta, numa determinada escala territorial, ganhou tonalidade própria e diferenciada que não apenas qualificou a região como, mais do que isso, delimitou o próprio *corpus* regional.

Esse tema da escala e da delimitação regionais vincula-se à *escala de urbanização* alcançada regionalmente. Na perspectiva processual, essa compreensão implica conexões de domínio mutuamente estabelecidas entre região e aglomerações urbanas: num sentido, diz respeito à escala urbana que a região — ou suas sub-regiões — conferiu às suas múltiplas aglomerações; em outro, refere-se à escala de domínio territorial que essas aglomerações, em razão direta de seus diferentes níveis de dinamicidade, passaram a exercer.

6.2 A afirmação de Sete Lagoas como cidade média ao final do século XX

Do ponto de vista taxonômico, como já exposto, as regiões metropolitanas são categorizadas por si mesmas. Além da intensidade e do *caráter explosivo* do processo de urbanização que efetivamente encerram e da uniformidade de características que permite, para além de eventuais diferenças entre umas e outras, estabelecer um conceito abstrato do que sejam metrópole e região metropolitana; elas têm um estatuto jurídico que as definem e demarcam. Diferentemente, quando se usa a referência geral de *região não metropolitana* — onde se insere o sertão central de Minas —, como categorizar e distinguir essas regiões, e mais

especificamente no que interessa a esta tese, o processo de urbanização que deu espacialidade às suas formações econômicas e sociais?

Simultaneamente, ao se categorizar essas regiões não metropolitanas, como categorizar a cidade que, pela via dos fatos, alcançou a hegemonia urbana do processo histórico regional?

O conceito de região aqui adotado, dada a sua relação intrínseca com o processo social *regionalizado*, não é dado *a priori* e resulta de um processo historicamente determinado, sem caráter universal. Nessa lógica, a identificação de uma região, ainda que resulte de determinações objetivas, guarda elementos também subjetivos, decorrentes, conforme exemplos de Coraggio²⁸ em excerto citado, da relação social selecionada originalmente e reconstruída do ponto de vista teórico. Por consequência, é possível que certas relações encontrem sua espacialidade, em toda sua totalidade, circunscrita exclusivamente a uma sub-região — à microrregião de Sete Lagoas ou à de Curvelo ou à de Três Marias, por exemplo, sem avançar sobre todo o sertão central de Minas —, conformando assim distintas regiões, com diferentes escalas e com distintos *corpora*, alçando à posição de polo de cada uma delas distintas cidades, também em diferentes escalas. Essa questão escalar correlaciona diretamente a escala do processo social, a escala da sua espacialidade regional e, portanto, a escala da sua urbanização.

Os estudos relacionados a esse tema da *escala de urbanização*, habitualmente de amplitude nacional, descrevem fenômenos gerais baseados em evidências urbanas da rede brasileira, a partir das quais se torna possível identificar paridades e disparidades, apresentar um esquema compreensivo do processo de urbanização, caracterizar o fenômeno como um todo e, quando necessário, destacar alguns processos regionais. Metodologicamente, portanto, eles fazem um percurso inverso ao desta tese, que origina a sua investigação na caracterização da região e de sua formação econômica e social, no âmbito da qual, as estruturas urbanas progressivamente emergem.

²⁸ CORAGGIO, *Sobre la espacialidad social y el concepto de región*, 1979, p.92.

Um desses estudos, de Rosa Moura, Samara Oliveira e Bolívar Pêgo²⁹, classifica o universo dos 5.565 municípios recenseados em 2010 com base em quatro informações — o grau de urbanização dado pelo tamanho da população; a ocupação em atividades não agrícolas aferida com base no PIB municipal; a proporção de pessoas em fluxos pendulares de saída para estudo/trabalho em outro município; e a taxa de crescimento da população no último decênio em relação à taxa média da unidade federativa —, e demarca *quatro escalas de urbanização*, a saber: os municípios em estágio avançado de urbanização ou em processo de metropolização; os municípios fortemente urbanizados; os municípios urbanizados; e aqueles em transição ou sob influência do urbano. Por sua vez, a primeira escala é desdobrada em três categorias: aglomerações urbanas (com municípios em núcleo consolidado, contíguos ao núcleo e em continuidade a essas áreas), centros urbanos (com municípios em crescimento, estáveis e em vetores de aglomeração) e vetores de metropolização.

Observe-se que na perspectiva de Moura, Oliveira e Pêgo a escala de urbanização tem vinculação direta com a *intensidade da urbanização* dedutível dos qualificativos empregados: “estágio avançado”, “fortemente” etc.

Ainda que em diferentes categorias, segundo essa classificação, os municípios de Sete Lagoas, Curvelo e Três Marias não são diferenciados e estão inseridos igualmente na primeira escala de urbanização avançada. Ou seja, como um estudo de caráter geral, ele não leva a termo os diferentes padrões de urbanização dessas aglomerações urbanas identificados na pesquisa realizada e a extensão de domínio regional de cada uma delas.

Outro estudo — de maior interesse nesta tese porque é contemporâneo a esse período de análise de 1960 a 2000 —, foi desenvolvido por Fany Davidovich³⁰ e, com base não no universo de municípios, mas em um conjunto limitado de centros com população urbana superior a 50 mil habitantes, em 1970, considera quatro parâmetros de análise (I — o tamanho urbano; II — a dinâmica populacional; III — as condições de renda; e IV — a posição na atividade industrial), e propõe *quatro diferentes escalas de urbanização*: I — a Escala da Metropolização; II — a

²⁹ MOURA; OLIVEIRA; PÊGO, *Escala da urbanização brasileira*, 2018.

³⁰ DAVIDOVICH, *Escala de urbanização*, 1978.

Escala de Tangenciamento à Metropolização; III — a Escala das Funções Regionais; e IV — a Escala da Fronteira de Recursos.

Nesse caso, a escala de urbanização não faz menção expressa à intensidade do processo — o que, sob outro olhar, é um fator subliminar, na medida em que o recorte populacional adotado já comporta um nível de intensidade —, mas a aspectos localizacionais e funcionais, em que as “hierarquias de tamanho de cidades que já se identificam no sistema urbano do país não são encaradas apenas sob a ótica de um modelo do tipo *rank size*”, mas adicionalmente “segundo a *posição* e *função* que desempenham em escalas do processo de urbanização” (grifo meu).³¹ Basicamente, então, duas das escalas propostas relacionam a urbanização, com ênfase localizacional, ao processo de metropolização (I e II)³²; e duas outras, a funções regionais (III e IV)³³.

Para o caso de Minas Gerais, observa-se que apenas dez municípios e uma aglomeração (excetuando-se a Região Metropolitana de Belo Horizonte³⁴) atendiam ao critério eletivo, com a população mínima requerida pela metodologia adotada, no ano indicado (Tabela 4). Esses municípios foram distribuídos nas escalas propostas, da seguinte forma: Juiz de Fora e *Sete Lagoas*, junto com a RMBH, foram inseridos na escala I; Poços de Caldas, Divinópolis, Barbacena e a aglomeração de Ipatinga, na II; e Uberaba, Uberlândia, Montes Claros, Governador Valadares e Teófilo Otoni, na escala III.

³¹ *Ibidem*, p. 58.

³² A Escala de Metropolização “envolve as áreas mais diretamente afetadas pela economia urbano-industrial”, por influência metropolitana, contidas em raios de influência deduzidos com base na magnitude da metrópole (*Ibidem*, p. 60); e a Escala de Tangenciamento à Metropolização compreende centros que “mostram tendências de integração às estruturas metropolitanas, no que se caracteriza, em certos casos, uma condição intermediária, dada a um tempo, as transformações que neles se processam e a manutenção de funções regionais tradicionais.” (*Ibidem*, p. 63)

³³ A Escala das Funções Regionais envolve “aglomerações urbanas de diversos tipos em torno de capitais estaduais e de centros regionais” (*Ibidem*, p. 64); e a Escala da Fronteira de Recursos refere-se a centros reconhecidos “no seu papel de apoio à interiorização do país, estimulada pela pressão para a obtenção de matérias-primas e para produção de alimentos.” (*Ibidem*, p. 66)

³⁴ A Região Metropolitana de Belo Horizonte foi criada pela Lei Federal Complementar nº 14, de 08/06/1973. Em seu parágrafo 2º, esta Lei constituiu a RMBH com 14 municípios: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

Tabela 4: Ranking estadual de municípios/aglomeração não metropolitanos - 1970
(Top 20 — População Urbana)

Município /Aglomeração	População Urbana
Juiz de Fora	220.390
Governador Valadares	129.565
Aglomeração de Ipatinga	112.191
Uberlândia	111.480
Uberaba	108.313
Montes Claros	85.147
Divinópolis	70.686
Teófilo Otoni	67.094
Sete Lagoas	61.119
Barbacena	59.502
Poços de Caldas	51.777
Araguari	49.809
São João del Rei	47.142
Ituiutaba	47.021
Conselheiro Lafaiete	45.502
Patos de Minas	44.958
Itajubá	42.611
Caratinga	41.782
Itabira	41.272
Passos	39.138

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2020
(<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>)

Atente-se para o fato justificado de os municípios de Curvelo e de Três Marias não terem sido contemplados por terem populações, à época, inferiores à linha de corte adotada. Ou seja, tacitamente, esses municípios foram arbitrados como de baixa escala de urbanização.

É de se atentar também para o fato de essa linha de corte populacional excluir municípios que eram economicamente importantes, em 1970, como João Monlevade que detinha o terceiro maior PIB não agrícola do estado. Nesse aspecto, se os dez municípios e a aglomeração em questão ocupavam as posições mais altas no ranking de população urbana, em ranking similar de PIB não-primário, ou seja, de PIB de caráter urbano (industrial e de serviços), embora tivessem posição de destaque, eles lidavam, então, com a interposição de outros municípios estranhos ao critério de Davidovich (Tabela 5).

Tabela 5: Ranking estadual de municípios/aglomeração não metropolitanos - 1970
(Top 20 — População PIB não agrícola)

Município	PIB não primário
Juiz de Fora	1.056.601,29
Aglomeração de Ipatinga	943.359,21
João Monlevade	587.749,44
Uberlândia	534.149,20
Uberaba	507.146,44
Governador Valadares	331.204,85
Poços de Caldas	292.540,73
Itabira	273.852,05
Ouro Preto	249.887,01
Divinópolis	249.663,90
Montes Claros	245.965,43
Sete Lagoas	224.462,87
Barbacena	220.301,62
Varginha	180.908,77
Araguari	165.118,40
Itajubá	154.290,93
Três Corações	144.965,21
Teófilo Otoni	142.029,76
São João del Rei	140.165,47
Conselheiro Lafaiete	138.807,73

Fonte: Elaboração própria com dados do IPEADATA – PIB municipal, valor adicionado a preços básicos

O mapeamento dessa classificação escalar de Davidovich para o caso mineiro mostra que ela tem uma repercussão importante que merece ser criticamente discutida. Quando avaliada regionalmente, segundo as meso e microrregiões do Estado³⁵ (Quadro 4), a conclusão é significativa: todas as doze mesorregiões mineiras³⁶ estão representadas neste estudo, por meio de seus municípios com populações dentro da faixa eletiva, à exceção de três: da Noroeste de Minas, do Jequitinhonha e da Central Mineira.

³⁵ IBGE, *Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*, 1990.

³⁶ São as seguintes as doze mesorregiões de Minas Gerais, segundo divisão do IBGE (1990): do Noroeste de Minas, do Norte de Minas, do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, do Vale do Rio Doce, do Oeste de Minas, do Sul e Sudoeste de Minas, do Campo das Vertentes e da Zona da Mata.

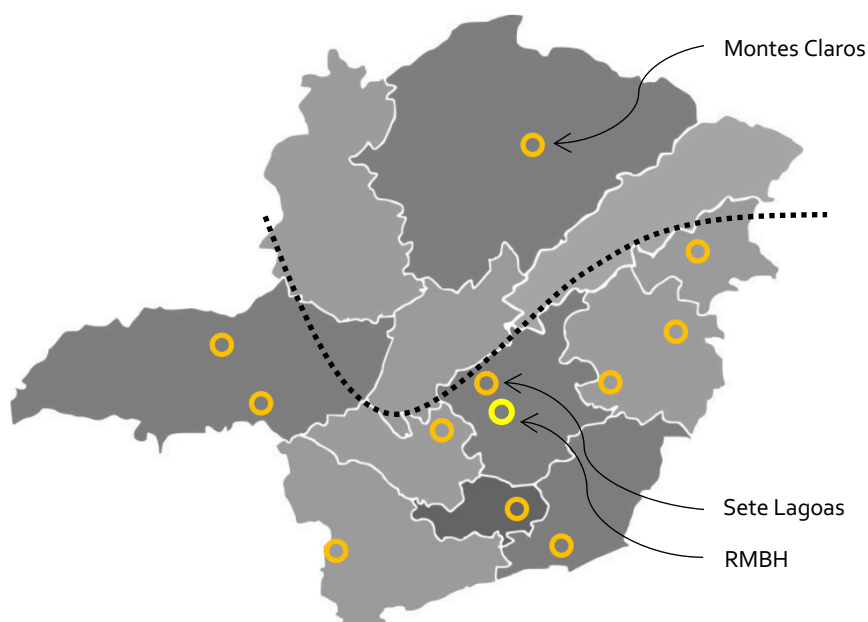
Quadro 4: Mesorregiões e microrregiões de Minas Gerais (1990)

Mesorregião	Número de municípios	Microrregião
Noroeste de Minas	19	Paracatu e Unaí
Norte de Minas	89	Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros , Pirapora e Salinas
Jequitinhonha	51	Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina e Pedra Azul
Vale do Mucuri	23	Nanuque e Teófilo Otoni
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	66	Araxá, Frutal, Ituiutaba, Uberaba , Uberlândia , Patos de Minas e Patrocínio
Central Mineira	30	Três Marias, Curvelo e Bom Despacho
Metropolitana de Belo Horizonte	105	Belo Horizonte , Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Itabira, Itaguara, Ouro Preto, Pará de Minas e Sete Lagoas
Vale do Rio Doce	102	Aimorés, Caratinga, Governador Valadares , Guanhães, Mantena, Ipatinga e Peçanha,
Oeste de Minas	44	Campo Belo, Divinópolis , Formiga, Piumhi e Oliveira
Sul e Sudoeste de Minas	146	Alfenas, Andrelândia, Itajubá, Passos, Poços de Caldas , Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso e Varginha
Campo das Vertentes	36	Barbacena , Lavras e São João del-Rei
Zona da Mata	142	Cataguases, Juiz de Fora , Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa

Fonte: IBGE, 1990

Segundo Davidovich, em termos da divisão territorial do trabalho estabelecida ao longo dos anos, pode-se deduzir a seguinte narrativa a propósito da urbanização mineira, ao final dos anos 1960: as condições gerais de produção das atividades urbanas da Zona da Mata tenderam a se concentrar enfaticamente em Juiz de Fora; do Vale do Mucuri, em Teófilo Otoni; do Triângulo, em Uberlândia e Uberaba; do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares e na Aglomeração de Ipatinga; do Sul de Minas, em Poços de Caldas — a despeito da relevância econômica de Varginha, Araguari, Itajubá e Três Corações; no Campo das Vertentes, em Barbacena — apesar do destaque de São João Del Rei; do Oeste de Minas, em Divinópolis; da mesorregião Metropolitana, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em Sete Lagoas — ainda que João Monlevade, Itabira, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete se projetassem nesse quesito; e, por fim, do Norte de Minas, em Montes Claros. Ou, mais do que do Norte de Minas, *aparentemente*, de um amplo território, do Centro ao Norte do estado (a região dos Gerais, o sertão de Unaí e o sertão central de Minas), onde emergiria um único centro urbano de maior escala (Figura 9).

Figura 9: Mesorregiões de Minas Gerais - 1990



Fonte: Elaboração própria

Esse mapa aponta uma realidade, em parte, inquestionável: desde a região montanhosa de Minas, “depois de percorridas ao sul as interessantes formações calcárias do rio das Velhas”³⁷, resguardado o trecho do Espinhaço que delimita, a Leste, a bacia do Rio Doce, de resto, em toda a bacia do Rio São Francisco e do Jequitinhonha, no início dos anos 1970, observava-se um *deserto urbano*. A se validar a proposição que suprime Sete Lagoas desse contexto e a insere na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, havia apenas uma cidade em escala de urbanização superior, conformada como centralidade urbano-industrial: Montes Claros. Ao contrário, a se admitir que a região de Sete Lagoas, como parte do sertão central de Minas, também integra esse território do Centro-Norte do estado, haveria duas. Em uma ou outra hipótese, a rarefação urbana é a mesma.

A Tabela 6 compara essa região Centro-Norte com todas as demais mesorregiões de Minas Gerais. Evidenciam-se nessa comparação *duas Minas*, inteiramente díspares: uma desértica, outra urbanizada. Embora as áreas territoriais ocupadas por ambas sejam próximas, respectivamente de 47% e 53%, cingindo o estado praticamente ao meio, a *Minas do Norte* abrigava apenas 17% dos 722 municípios mineiros recenseados em 1970, ou seja, um quinto da *Minas*

³⁷ CUNHA, *Os sertões* [1902], 2016.

do Sul. Além disso, quanto mais se sobe na escala de urbanização, mais essa disparidade se amplia.

Tabela 6: Distribuição percentual dos municípios por faixa de população urbana (1970)
(em relação ao total do estado)

População urbana (em mil habitantes)	Região Centro-Norte (46,6%)	Demais mesorregiões (53,4%)
> 50	8,3%	91,7%
40/49	0,0%	100,0%
30/39	8,3%	91,7%
20/29	11,8%	88,2%
10/19	22,6%	77,4%
<10	17,6%	82,4%
Total de municípios	17,3%	82,7%

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2020 (<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>)

De outra parte, no entanto, é necessário por em questão, a subtração de Sete Lagoas dessa *Minas do Norte*, por sua inserção por Davidovich na Escala de Metropolização, o que colide com os achados da pesquisa. Nesse caso, observe-se que essa inserção adveio unicamente da adoção de critério localizacional³⁸ que considera o fato de Sete Lagoas situar-se no que seria a área de influência metropolitana, caracterizada por um raio de 90km, compatível com a magnitude populacional de Belo Horizonte. Em termos práticos, sem base empírica, ao se inserir Sete Lagoas nessa área de influência, por consequência, ela deixa de ser avaliada pelo critério da funcionalidade regional, uma vez que são critérios excludentes um ao outro.

Segundo Davidovich essa escala superior “envolve as áreas mais diretamente afetadas pela economia urbano-industrial”³⁹. Ou seja, tem-se aí uma referência a *efeitos diretos* da metrópole sobre o seu entorno, pela incorporação de novos centros na divisão do trabalho metropolitana ou pela fusão de estruturas urbanas, sob as formas de conurbação ou aglomeração:

³⁸ BARAT; GEIGER, *Estrutura econômica das áreas metropolitanas brasileiras*, 1973. A definição de área de influência relaciona-se a um círculo com raio calculado conforme a magnitude de cada metrópole. Para São Paulo adotou-se o raio de 200km; para o Rio de Janeiro, 170; para Belo Horizonte, 90; para o Recife, 84; e para Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Belém e Curitiba, valores entre 78 e 75km.

³⁹ DAVIDOVICH, *Escala de urbanização*, 1978, p. 60.

A extensão do impacto metropolitano que se relaciona à velocidade do transporte parecer, como alcance significativo, a isócrona de duas horas aproximadamente, a partir do foco principal. Os diferentes raios apurados indicam que essa distância apresenta diferentes implicações espaciais para cada metrópole. *Vale dizer que em algumas dessas estruturas já se manifesta, acentuadamente, uma nova divisão territorial do trabalho urbano, em que antigas funções de cidades se transformam sob o impacto da metrópole, amalgamando-se os centros em conurbações, em aglomerações de diversos tipos e em eixos.*⁴⁰ (grifo meu)

Volto aos anos 1960, em que as transformações socioeconômicas processadas em Sete Lagoas e no sertão central de Minas repercutiram no Censo de 1970, sobre o qual Davidovich produziu as suas reflexões. Como já analisado, nesta década, a explosão populacional metropolitana limitava-se ainda a Betim e Contagem, no eixo Norte de Belo Horizonte. Não havia alcançado ainda o município de Ribeirão das Neves. O trecho atual da BR-040 entre a capital e Sete Lagoas, passando por Ribeirão das Neves, nem sequer existia. A interligação dava-se, ainda, pela MG-1, atual MG-424, que havia sido asfaltada, não havia muito tempo, nos últimos anos da década de 1950. Mesmo por esse eixo, a pressão demográfica mais acentuada não havia alcançado Vespasiano. Enfim, não havia nenhuma evidência de ocorrência de um potencial amálgama urbano metropolitano que se aproximasse de Sete Lagoas.

Como visto, a economia setelagoana ainda tinha uma grande dependência de atividades rurais tradicionais e, no nível urbano, da *fábrica de tecido* e da *fábrica de leite*, isto é, da agroindústria algodoeira e leiteira da região. A siderurgia do ferro-gusa começava a despontar e a assumir a hegemonia local, estendendo-se, por sua componente florestal, na direção oposta à da capital. A base formativa desse capital industrial emergente era eminentemente regional; não havia interpenetração de capitais migrados da metrópole. A timidez do parque industrial de Sete Lagoas, tampouco, permitia a associação do desenvolvimento urbano local ao impacto da metrópole próxima como mercado de consumo, o que ocorria apenas acessoriamente, como no caso da indústria cerâmica. Se Sete Lagoas integrava a divisão metropolitana do trabalho, numa lógica produtiva macroescalar da divisão do trabalho, de amplitude estadual, ela o fazia na mesma proporção de outras cidades nas cercanias de Belo Horizonte,

⁴⁰ Ibidem, p. 61.

ainda que um pouco mais distantes e não inseridas na escala metropolitana, como Divinópolis e Curvelo.

Reconhecer esse fato não implica negar a ocorrência de uma afetação de Sete Lagoas e região pela economia urbano-industrial metropolitana. O crescimento exponencial de Belo Horizonte e a sua metropolização, no século XX, constituíram fatores de reorientação e recrudescimento do fluxo de difusão da ordem urbano-industrial, em várias direções, detidamente na da região central do estado. Se, nos termos expostos por Néelson Sodré⁴¹, já havia um fluxo de migração de riqueza do campo para o mundo urbano, anterior à nova capital, desde meados do século XIX, convertendo-se ali em capital comercial, industrial e financeiro, a proximidade com a região metropolitana, ainda em constituição, por certo, robusteceu essa tendência histórica.

Essa difusão urbanizadora metropolitana não pode ser interpretada, no entanto, no contexto de uma desterritorialização, que recorta Sete Lagoas e sua microrregião da formação econômica e social do sertão central e promove sua nova territorialização no contexto da organização metropolitana da produção. Ao contrário, na segunda metade do novecentos, o que veio a ocorrer foi a indução *difusa e indireta* desde a metrópole, não em direção a Sete Lagoas, apenas, mas à região como todo, por meio da migração de capitais empresariais interessados em investimentos rurais e não urbanos, até então, na direção de sua inserção tardia na economia capitalista monopolista.

Estudos macrourbanos, de amplitude nacional, como os relacionados a escalas de urbanização, mostram fenômenos e tendências prováveis, de ordem geral, que sombreiam e muitas vezes confrontam fenômenos concretos e particulares. A lógica da metropolização, narrada num horizonte global — que teve no Brasil o seu encadeamento a partir da centralidade urbano-industrial de São Paulo; depois, repercutiu por meio de centralidades regionais; até conformar uma onda urbanizadora irrefreável —, é efetivamente capaz de explicar o leito essencial por onde correu o processo de produção de uma sociedade urbana⁴². Entretanto, essa

⁴¹ SODRÉ, *As classes sociais no Brasil*, 1957.

⁴² A discussão sobre os limites da metropolização está desenvolvida, com mais propriedade, na próxima parte desta tese.

lógica, inteiramente procedente na escala panorâmica em que é narrada, não resta imune ao risco de simplificar em excesso processos localizados, em que aquela onda, num olhar mais próximo, não cessa seus macroefeitos, mas como uma haste de rizoma encontra e se adapta a balizas próprias da forma de organização econômica, social e política daquele contexto determinado. A partir do sertão central de Minas, nesse período, a mesma narrativa ganha outro viés: admite-se que a economia urbano-industrial da Região Metropolitana, em certa medida, produziu efeitos na aceleração do processo de urbanização regional, não nos termos metropolitanos, não como uma imagem decalcada, mas nos termos do próprio sertão central, interferindo na sua formação socioespacial e na sua cartografia. Então e até o final do século, o processo de urbanização desse sertão se circunscreveu na lógica rizomática, comportando movimentos de flexibilidade e adaptação ao curso histórico de sua própria divisão do trabalho. Na sua particularidade, a performance desse processo se estratificou e alcançou significados e atributos próprios, em conformidade com a base produtiva e as relações sociais concretas baseadas, nesse tempo, na economia tríade do gusa, do carvão e do agronegócio.

Com efeito, a influência metropolitana propaga-se regionalmente não apenas em razão da distância entre a metrópole e os seus centros urbanos, atingindo não apenas os centros mais próximos, mas diferentemente, de forma extensiva, alterando as feições de toda a sua rede urbana, intensificando a desigualdade com que ela veio se organizando por força da divisão do trabalho operada pelo capital. É nesse contexto que se pode compreender a escala de urbanização diferenciada entre Sete Lagoas, de um lado, e Curvelo e, mais tardiamente, Três Marias, de outro.

Sob a luz dessa metáfora deleuziana na análise do sertão central, não há uma escolha entre uma dinâmica de metropolização, como leva a crer a proposição de Davidovich, e uma dinâmica regional própria para explicação de seu processo de urbanização. Em consonância com Lencioni⁴³, entendo que esses espaços — metropolizados e não metropolizados, nos termos que ela utiliza — “não constituem uma dualidade espacial, não são antagônicos, não são excludentes e nem contrapostos”. Com efeito, a associação progressiva dos processos de

⁴³ LENCIONI, *Metropolização do espaço: processos e dinâmicas*, 2013, pp. 18–19.

metropolização e de urbanização regional é o que particulariza a urbanização do sertão central de Minas e as mudanças na formação socioespacial regional.

Interpretando o processo de urbanização regional como a feição adaptada e flexibilizada do processo de urbanização geral, sintetizo a *biografia urbana* do sertão central de Minas, no novecentos. As primeiras indústrias regionais, no fim do século XIX, não produziram nenhuma inflexão importante no quadro da sua frágil rede urbana. Até os anos 1950, tanto os municípios quanto as aglomerações de Sete Lagoas e Curvelo passaram a se destacar, com igual peso, como destino da riqueza acumulada no campo. O primeiro sinal de descolamento da cidade de Sete Lagoas foi registrado, do ponto de vista populacional, no Censo de 1960. No entanto, em 1959, esses municípios tinham o mesmo PIB e a mesma produção industrial. O maior valor adicionado nas atividades de serviço já mostrava um nível de urbanização maior de Sete Lagoas do que de Curvelo, então, com maior valor adicionado agropecuário. O descolamento econômico de Sete Lagoas foi observado no PIB municipal de 1970. Uma década de siderurgia de ferro-gusa foi determinante para a desigualdade com que se configurou a divisão regional do trabalho e se alocaram espacialmente as condições gerais de produção industrial.

Alguns fatores explicam a concentração da indústria em Sete Lagoas e o seu poder econômico para empreender, por quatro décadas, a conquista do sertão: a sua maior proximidade da região minerária; sua maior acessibilidade, primeiro pela estrada de ferro, depois pela 040; e sua base técnica, por herança da oficina da Rede e do centro de pesquisa da EMBRAPA. Ao longo desse período, Sete Lagoas drenou o parque industrial regional, sob a hegemonia guiseira, anulando qualquer iniciativa competitiva de outras cidades da região, salvo o caso particularíssimo de Três Marias. Simultaneamente, drenou também a mão de obra regional, empobrecida, desterrada e desempregada pelo agronegócio que, junto com o capital local, passou a ser impulsionado por capitais metropolitanos, percorrendo o rastro do carvão de cerrado. Em paralelo, Sete Lagoas robusteceu a sua estrutura comercial e de serviços. Em 2000, entre as cidades da região com maior PIB total, detinha o quádruplo do de Três Marias e Curvelo, o quádruplo do de Matozinhos e nove vezes o de Pompéu; com maior PIB de atividades urbanas — industrial e de serviços —, o de Sete Lagoas era, respectivamente, quatro, cinco, seis e treze vezes o PIB setorial dessas mesmas aglomerações. Até então, a origem desse

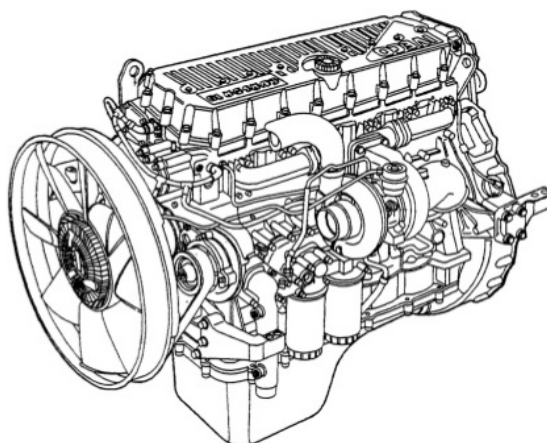
Nesses termos, retomando a preocupação taxonômica, entendo que os contornos do sertão central, como região não metropolitana, passam a ser dados em razão direta da sua escala de urbanização, expressa pela cidade que ele historicamente polarizou. Ambas, região e cidade polo, convergem, assim, para uma mesma ordem classificatória. Há uma convergência entre o *corpus* regional do sertão central e a escala de urbanização diferenciada de Sete Lagoas; escala relacionada à sua potência, no primeiro plano pós-metropolitano, em exercer o seu papel de “centro difusor do desenvolvimento”, isto é, “como o centro a partir do qual o modo de produção capitalista se propaga e, ao fazê-lo, aparenta perpetuar-se”⁴⁶.

Essa diferenciação vincula-se ao dinamismo econômico da aglomeração urbana e remete, por um lado, à extensão territorial passível de ser integrada a ela. A partir de Curvelo, no final do século XX, tinha-se alcançado a toda sua microrregião, definindo um *corpus* regional no seu limite. O mesmo vale para Três Marias. Entretanto, em Sete Lagoas essa extensão, ou esse *corpus*, transbordou a sua microrregião e apropriou-se de todo o sertão central de Minas. Aos olhos do capital, região é mercado e a sua extensão determina o tamanho desse mercado — mercado excedente de mão de obra, mercado de matéria-prima, mercado de consumo etc. — sob o domínio potencial de determinada aglomeração. Sob esse aspecto, a posição geopolítica de Sete Lagoas foi se sobrevalorizando, nesse final de século, na medida em que, mais urbanizada, ampliou a sua capacidade de intermediação não apenas com relação ao mercado regional, mas também ao extrarregional.

Por outro lado, o dinamismo diferenciado de Sete Lagoas, na região, diz respeito à sua escala de urbanização, mensurada pelo nível de concentração das condições gerais de produção, determinante do nível de economia de aglomeração passível de ser oferecida ao capital. Como essa concentração é resultante, historicamente, da divisão regional do trabalho, ela não se limita a si mesma, circunscrita à cidade polo, mas apropria-se, de forma subordinada, das vantagens regionais, naquilo que ela amplia os seus meios de consumo coletivos e os seus meios de circulação e transporte.

⁴⁶ CORRÊA, *Estudos sobre a rede urbana*, 2015, p. 37.

PARTE III



A GLOBALIZAÇÃO DO SERTÃO CENTRAL

2000 - 2020

L'épithète ville moyenne ne désigne plus une catégorie ; elle suggère une atmosphère et confère une dignité.

(MICHEL, 1977)

salvar sua participação no mercado nacional em face de um ambiente cada vez mais competitivo. Essa modernização defensiva e conservadora se faz sacrificando parcelas consideráveis de empresários-fornecedores (...), em geral de pequeno e médio porte, e principalmente da classe trabalhadora, por meio da redução sistemática dos postos de trabalho e da *desarticulação de áreas de industrialização tradicional por um processo de deslocamento espacial dos investimentos financiado pelo Estado através de incentivos fiscais*.¹² (grifo meu)

Nesse contexto, é relevante comparar o processo de deslocamento da IVECO para Sete Lagoas e a abertura da fábrica da FIAT em Betim, três décadas antes. A implantação da FIAT implicou a estruturação de um polo automotivo integral e concentrado, ainda com traços fordistas, dissociado do principal polo do país, no ABCD paulista; no caso da IVECO, consistiu na construção de um parque fabril simplificado, vinculado ao polo principal betinense, com um padrão produtivo envolvendo fornecedores remotos administrados pelo sistema *just in time*, novas relações com fornecedores e ampliação de terceirizações, em um ambiente flexível. A FIAT evitou São Paulo e apropriou-se das vantagens localizacionais de Belo Horizonte, dispensou um contexto urbano imediato mais complexo e adotou uma solução periférica: Betim, em 1970, era uma cidade pequena, com apenas 37.615 habitantes, 64% deles residentes em sua zona rural, ou seja, tinha uma sede urbana com pouco mais de 17 mil habitantes. A IVECO distanciou-se propositalmente de Belo Horizonte e da sua região metropolitana e buscou uma estrutura urbana que lhe oferecesse as economias aglomerativas desejadas: Sete Lagoas, em 2000, aproximava-se de 200 mil habitantes, praticamente todos eles urbanizados; ou seja, não era apenas em uma centralidade perimetropolitana, mas em uma aglomeração com atributos próprios de uma cidade média¹³.

¹² Ibidem, p. 123.

¹³ No ranking populacional de Minas Gerais, Sete Lagoas tem se mantido, nesses anos, de forma estável, na 11ª posição. No ranking de PIB Total, tem oscilado entre a 8ª e 10ª posição. Sobre esse ranking, valem as seguintes considerações: (a) entre os Top10, estão 5 municípios da RMBH e 1 município da RM-Itatinga; (b) os demais municípios Top10 são polos de regiões mais distantes da RMBH e com maior autonomia econômica: (Triângulo Mineiro (Uberlândia e Uberaba), Norte de Minas (Montes Claros) e Zona da Mata (Juiz de Fora)); (c) nesses anos, o PIB de Montes Claros (embora o município demograficamente seja 1,5 vezes maior) tem sido inferior ao de Sete Lagoas; (d) O PIB de Sete Lagoas tem sido recorrentemente superior ao de cidades de mesmo porte ou maiores como Divinópolis, Governador Valadares e Teófilo Otoni; e (e) as duas quedas de posição de Sete Lagoas na década atual indicam que o seu modelo econômico é mais suscetível às crises internacionais e nacionais do que os de outros municípios.

Além de condições gerais de produção industrial e de um ambiente técnico-científico-informacional compatível e próximo, Sete Lagoas oferecia vantagens aglomerativas que representavam atrativos específicos já não disponíveis em Betim para as empresas do ramo automotivo: preço da terra reduzido, relativamente ao preço da terra metropolitana, em um distrito industrial novo, em área originariamente rural e fora da malha urbana; livre acessibilidade, com possibilidade de rotas de fuga¹⁴, em oposição ao contexto do polo industrial da FIAT, facilmente bloqueável; e a disponibilidade de mão de obra barata, cujo nível salarial rebaixado havia sido determinado historicamente pela siderurgia do ferro-gusa, em uma cidade com baixa tradição sindical.

Para além das empresas automotivas, no caso de todas as empresas de capital externo que migraram para Sete Lagoas, na virada do século, esse processo ocorreu por força de decisões corporativas e não como resultado de uma política de desenvolvimento local ou regional: decorreu de decisão empresarial autônoma, sem interveniência do poder local ou com interveniência limitada ao atendimento de exigências do capital, explicitadas naquilo que em nada se difere de um leilão entre cidades, pondo em disputa, além de fatores localizacionais, a melhor oferta de apoio institucional, relacionado a disponibilização de área, adequação da legislação e vantagens fiscais.

O caso emblemático da IVECO evidencia a natureza desse processo decisório, conforme relato do entrevistado E.16.PREFEITURA que participou das negociações entre o poder público municipal, o governo do Estado e empresas não regionais, nos últimos 25 anos. O quadro traçado até a vinda desta empresa, como “marco” da diversificação econômica de Sete Lagoas equivale ao descrito nesta tese:

Nessa época [1994], era uma economia muito travada, a agropecuária ainda tinha algum valor na cidade [...]. Leite. No entorno, a questão da produção de verduras para Ceasa acabava impactando também porque se você tem Baldim, Jequitibá... se não me engano a

¹⁴ A localização do Distrito Industrial Norte conecta-se com a BR-040 pela MG-238 e pela Avenida Perimetral que corta parcialmente a malha urbana de Sete Lagoas. Pelo mesmo sistema rodoviário, ela conecta-se com a MG-424. Opcionalmente, é possível acesso ao Distrito pela MG-010, via Baldim e Lagoa Santa. A mais, foi prevista, nas negociações iniciais entre a IVECO, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal, a implantação de um Anel Rodoviário, constituído por um arco na parte Leste-Sudeste da cidade, conectando diretamente as rodovias MG-238, MG-424 e BR-040, sem interface urbana.

maior produção de banana, tomate do Ceasa era desses municípios. E se eles tinham essa renda, isso impactava Sete Lagoas porque eles consumiam aqui, diretamente. Então isso e a siderurgia, algumas indústrias antigas que ainda existiam que eram a Itambé...¹⁵ [...] A Itambé, a fábrica de macarrão, a fábrica de farinha, a fábrica de tecidos, a Cedro... a Itambé nessa época foi quando ela teve aquela ampliação [...]. Ah, e ainda tinha Bombril, SIDERPA...¹⁶ [...]. Eu não sei te falar de quando, não, mas ela [a BOMBRIIL] já estava, tinha o Centro Ótico aqui ao lado da BOMBRIIL¹⁷ [...]. [No Distrito Industrial] já tinha a... com nome de SIVEF [...] que hoje é Sodecia. [...] SIVEF Autoforjas, elas mudavam de nome¹⁸; a COSSISA, que era fábrica de ração da COSSISA do outro lado da rua; tinham algumas pequenas que a estrutura delas ainda está lá, INDESPA, não eram indústrias muito grandes não¹⁹ [...]. A SADA já existia, às vezes mudando de nome [...], eles forneciam para a Fiat. Antes da IVECO, eles já eram fornecedores da Fiat.²⁰ [...] O gusa, sem dúvida [era quem mandava e desmandava]. Maior PIB, tudo gusa, gusa, gusa e a partir da IVECO, aí o PIB começa a mudar porque a parte industrial tem uma redistribuição e a parte de serviços passa a ter um peso muito grande.²¹

A seguir, esse entrevistado correlaciona a vinda da IVECO à atuação política do governo do Estado e à aproximação entre o poder público municipal e o INDI — atual Agência de Promoção de Investimentos e Comércio Exterior de Minas Gerais:

E aí [...] no governo do – isso é um grande marco para Sete Lagoas – no governo do Eduardo Azeredo; ele falou para o INDI que ele queria alguma indústria de impacto para Sete Lagoas para começar a mudar.²²

Noventa e cinco por aí, começou essa relia. Aí o que que acontecia dentro do INDI? Toda grande indústria que sondava Minas Gerais, o INDI tentava ver uma possibilidade de aproximação com Sete Lagoas.²³

¹⁵ E.16.PREFEITURA: 00':45".

¹⁶ Idem: 01':38".

¹⁷ Idem: 02':25".

¹⁸ Com efeito, a FORMIN teve diversas mudanças societárias correspondendo a diversas denominações: SIVEF Componentes Automotivos, SCM Indústria e Comércio e, atualmente, SODECIA.

¹⁹ E.16.PREFEITURA: 02':36".

²⁰ Idem: 03':16".

²¹ Idem: 08':54".

²² E.16.PREFEITURA: 01':52".

²³ Idem: 06':09".

E aí a primeira sondagem era para uma unidade da GM que acabou indo para Gravataí, Rio Grande do Sul, mas a gente já tinha feito levantamento de área com as características que eles queriam, preparado os documentos de apresentação do município e etc. e perdemos; daí um tempinho apareceu a proposta da IVECO.²⁴

Esses grandes grupos eles conversam primeiro no governo. Como a IVECO era ligada à Fiat, então eles chegaram via INDI, por isso, e aí foi o fato de estar próximo também a Betim, era uma outra vantagem para Sete Lagoas. Eu te confesso que eu não me lembro com quem Sete Lagoas concorreu na época, mas tinha concorrência. Mas aí teve um empurrão muito grande, a proposta era a cidade dar terreno para eles, mais um programa de isenção fiscal acho que de uns 10 anos, mais um monte de outras vantagens e tudo isso foi negociado, foi trabalhado ainda no governo do Múcio²⁵, mas a inauguração da fábrica aí já foi no governo de Cecé.²⁶

Isso, o INDI fez contato conosco falou assim: - Olha, primeiro para vocês entrarem no páreo precisam ter um terreno dessa dimensão com essas características. Inclusive a posição do vento e a existência de uma área enorme relativamente plana que tivesse acesso a água, que não tivesse nenhuma indústria poluente na região e aí a gente teve que inclusive modificar o Plano Diretor para impedir que outras indústrias com essa característica se instalassem ali, foi criado um novo zoneamento industrial, aí teve que desapropriar, ali existia um conjunto habitacional, um chacreamento, um mini chacreamento, então essas pessoas tiveram que ser desapropriadas.²⁷

Dois aspectos desse relato merecem destaque. O primeiro diz respeito à natureza do apoio do governo de Minas e, de forma geral, ao papel da elite política nesse processo. A vinda da IVECO para Sete Lagoas, nos anos 1990, foi atribuída a um gesto pessoal do governador Eduardo Azeredo²⁸. Em certa medida, esse ato replicou outro, ocorrido um século antes, quando o deslocamento do trajeto da ferrovia, desviando-se de Jequitibá, nos anos 1890, foi creditado à astúcia da liderança política setelagoana. Na formulação de um quadro teórico sobre

²⁴ Idem: 06':47".

²⁵ Múcio José Reis foi prefeito de Sete Lagoas no período 1933/1996; Marcelo Cecé Vasconcelos de Oliveira foi prefeito de Sete Lagoas nos períodos 1983/1988 e 1997/2000.

²⁶ E.16.PREFEITURA: 07':27".

²⁷ Idem: 11':12".

²⁸ Eduardo Brandão de Azeredo foi governador de Minas Gerais no período 1995/1998. Embora não seja radicado na cidade, é natural de Sete Lagoas, onde sua família tem trajetória política.

idades médias, com efeito, alguns autores tendem a distinguir o papel das suas elites. Roberto Lobato²⁹, por exemplo, aponta a presença de uma elite empreendedora e ativa como requisito necessário, ao lado de sua localização relativa e de suas interações espaciais, para conformação de uma cidade média. Referindo-se diretamente a Sete Lagoas, em outro exemplo, Marly Nogueira amplia esse papel dos agentes sociais locais:

Essa construção, um processo socioespacial de desenvolvimento, de construção de sua própria singularidade geográfica, *caracteriza-se, sobretudo pela atuação de suas elites, agentes sociais de variados grupos ocupacionais, as quais, por meio de suas estratégias, promovem o que, vulgarmente, pode-se denominar de desenvolvimento econômico da cidade. De fato, a centralidade urbana de Sete Lagoas em Minas Gerais, mas sobretudo em sua hinterlândia, caracteriza-se pela ascendência que a cidade possui ao oferecer seus serviços a toda uma rede de centros urbanos que não ultrapassam o nível de centros locais na hierarquia urbana. Trata-se de um centro urbano que, embora esteja na área de influência direta de Belo Horizonte, consegue manter sua autonomia diante de sua própria área de influência, sobretudo, porque é lugar da técnica e do trabalho, tal qual vêm se caracterizando as cidades médias no atual meio técnico-científico- informacional (...).*³⁰ (grifo meu)

Com efeito, a ação da *elite econômica* na conversão de Sete Lagoas em uma cidade média não foi desprezível. A constatação de que o desenvolvimento do sertão central de Minas e de suas principais cidades foi movido por capitais regionais, até o final do século XX, é prova inconteste dessa atuação. Não obstante, observa-se que a *atuação política* dessa elite foi acessória ao processo socioeconômico e à formação socioespacial historicamente determinada. Nesses termos, essa atuação não teria sido eficaz em desviar a rota da ferrovia das margens do Rio das Velhas, se a região de Sete Lagoas não apresentasse, nos anos 1890, uma maior densidade econômica, advinda de suas atividades rurais e da indústria têxtil regional, capaz de oferecer uma maior economicidade a um ramal ferroviário sabidamente deficitário. Da mesma forma, o governador não teria êxito em privilegiar a sua terra natal, nos anos 1990, se ela não fosse uma cidade média com um repertório de atributos adequados à atração de empresas globais.

²⁹ CORRÊA, *Construindo o conceito de cidade média*, 2007, p. 29.

³⁰ NOGUEIRA, *A construção de uma centralidade urbana — Sete Lagoas*, 2006, p. 110.

Além disso, nas últimas décadas, observa-se certa casualidade nessa atuação dos agentes políticos e econômicos regionais. Pelo depoimento do entrevistado depreende-se que as estratégias localizacionais das empresas sobrepuseram-se ao papel dessas lideranças, mesmo porque esse papel não se deu de forma sistemática, regido por uma política pública de desenvolvimento municipal ou regional:

Nessa época do [prefeito] Múcio foi a única época que houve uma postura mais proativa nesse sentido [de uma política de captação de empresas], então existiam feiras, eu me lembro... [...] A Agência de Desenvolvimento, a agência era um projeto mais para pequenos. Ah! a ASK foi uma empresa também que veio como fornecedora FIAT, com alto-falantes, ela foi um dos primeiros projetos que a agência de desenvolvimento captou e acompanhou mais de perto. Nessa época do Múcio, eu não sei se foi por coincidência, pela questão da [revista] Exame ter feito aquela promoção, então eles identificaram a vocação da cidade, a gente pagava para sair, para fazer alguns encartes e aí eles faziam alguns eventos que divulgavam. Com esse...³¹

Que eu me lembre de ter acompanhado mais na época do Múcio, depois de uma forma mais tímida aqui em Belo Horizonte mesmo, mas mais voltado para o turismo, artesanato...³²

Essa proposta de correr atrás não. O que eu percebo sempre é isso: se você tem um prefeito que tem uma proximidade com o governador e tem um discurso mais próximo do secretário de Estado, a [secretária tal], ela sempre tentou fazer esse jogo também.³³

Não [existe uma política]. É um anseio meu, enquanto funcionária do setor, é a gente em algum momento da vida conseguir ter um plano de desenvolvimento econômico para que ele seja acima de todos os mandatos [...] Até o momento ou vem alguém bate aqui, de vez em quando eu recebo, esse ano nenhum, mas até o ano passado às vezes eu recebia um ou outro contato tipo uma empresa da Bahia, eu recebi até, por coincidência, duas empresas da Bahia. Uma era um atacado de material de construção. [...] Recente. Mas foi contato deles, que identificaram Sete Lagoas pela questão de localização estratégica, eles queriam, um queria montar um centro de distribuição aqui, então ele queria informação sobre possibilidade de ter algum galpão, primeiro saber se a prefeitura dava alguma coisa. eu falei: -

³¹ E.16.PREFEITURA: 21':58".

³² Idem: 23':04".

³³ Idem: 23':56".

Não dá, a gente pode te ajudar e tal, mas não tem disponibilidade de terreno, de nada. Mas queriam uma área para poder fazer um ponto de distribuição. E o outro era fábrica de dessas caixas d'água gigantes, ele tem uma unidade na Bahia e outra interior de São Paulo. [...] Eles têm uma visão geopolítica que interessa ao negócio deles] 26:36 Exatamente e eles vêm até a gente.³⁴

E esses dois contatos eles acabaram se perdendo porque foi a época que começou aquela instabilidade da saída do Leone, então a coisa foi enfraquecendo, enfraquecendo e aí com isso aí sumiram. E depois veio essa crise maluca...³⁵

O segundo destaque do relato sobre a vinda da IVECO refere-se à confirmação da utilização pelas empresas externas do expediente de leilão entre cidades para suas decisões localizacionais. O papel que resta às cidades participantes do certame é de inteira subordinação a regramentos heterônomos. No caso mencionado da General Motors, a opção para instalação de seu complexo industrial foi por Gravataí, município da Região Metropolitana de Porto Alegre³⁶; no da IVECO, por Sete Lagoas. No contexto das cidades médias eletivas, enquanto aglomerações urbanas com condições gerais de produção instaladas e compatíveis com a demanda industrial determinada, a decisão por uma ou outra não se vinculou a diferentes estratégias de desenvolvimento regional, mas à logística das montadoras.

Essa subordinação da cidade à empresa, do público ao capital privado, encontra uma expressão de extremo simbolismo nos registros deixados junto à legislação urbanística de Sete Lagoas. Em meio a diversas alterações no arcabouço legal local para viabilização do ingresso da IVECO, incluindo a criação do novo Distrito Industrial [Norte], causa espécie a Lei nº 6.064/2000. Dos estudos sobre o tema realizados à época³⁷, nenhum teve como escopo rever as diretrizes urbano-ambientais do ordenamento territorial municipal, numa perspectiva compreensiva que avaliasse os impactos em toda a estrutura urbana, na zona rural e na região decorrentes da implantação de um polo industrial de grande porte ao Norte do município. Ao

³⁴ Idem: 24':35".

³⁵ Idem: 26':45".

³⁶ A título de comparação, em 2000, Sete Lagoas tinha 184.871 habitantes e Gravataí 232.629. (IBGE, *Censos 1872 a 2010*, 2020)

³⁷ Os principais estudos realizados, datados de 1998, à cargo da TECTRAN, destinaram-se expressamente a propor modificações no Plano Diretor, no Plano de Hierarquização Viária e no Código de Obras especificamente para Implantação da IVECO.

contrário, esses impactos de maior amplitude foram ignorados a favor de uma ação pública exclusivamente direcionada a atender exigências privadas. A Lei nº 6.064 chegou ao extremo de criar limitações ambientais em áreas definidas por um raio, tendo como centro referencial *expressamente* a IVECO FIAT do Brasil. Atente-se para o fato de que o Distrito Industrial implantado dista cerca de sete quilômetros da borda da malha urbana existente no ano 2000 e cerca de dez quilômetros da lagoa Paulino, ponto central da cidade; a rigor, a IVECO passou a regular a instalação de atividades industriais em praticamente toda área urbana setelagoana:

Lei nº 6064, de 4 de fevereiro de 2000.

DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ÁREAS NO DISTRITO INDUSTRIAL NORTE.

O Povo do Município de Sete Lagoas, por seus representantes, votou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Tomando-se como origem e referência a área destinada à implantação da IVECO FIAT do Brasil Ltda, situada no Distrito Industrial Norte, fica estabelecido que:

I - no raio de 5 Km (cinco quilômetros) ao redor da área mencionada no "caput" deste artigo, não poderão instalar-se atividades de qualquer natureza que produzam material particulado em suspensão á céu aberto, tais como queimadas, extração de areia ou saibro;

II - no raio de 10 Km (dez quilômetros) ao redor da área mencionada no "caput" deste artigo, não poderão instalar-se indústrias de cimento, papel e celulose, silicone, asfalto, adubo e petroquímica, ou qualquer outra que não atenda os limites estabelecidos pela FEAM;

III - no raio de 25 Km (vinte e cinco quilômetros) ao redor da área mencionada no "caput" deste artigo, somente poderão instalar-se as indústrias que atendam aos limites estabelecidos pela FEAM.³⁸ (grifo meu)

Esse nível de sujeição não foi ocasional, mas se tornou recorrente. Em 2015, diante da perspectiva de atração do empreendimento VETOR NORTE — SETE LAGOAS, em frente à IVECO, com financiamento de fundo de investimento paulista³⁹, foram promovidas alterações no

³⁸ PMSL, *Lei nº 6064 de 04/02/2000*, 2000.

³⁹ O Complexo Vetor Norte de Sete Lagoas previa financiamento do fundo FINVEST para implantação de um complexo industrial (com Zona de Processamento de Exportação – ZPE, Porto Seco, condomínio industrial etc.) parque urbano e condomínio residencial, em área de 8 milhões de metros quadrados, incorporada à zona urbana municipal.

perímetro urbano municipal e na Lei de Uso e Ocupação do Solo, por meio da Lei Complementar nº 180, de 07/05/2015, que fez incorporar no ordenamento público, por força da natureza do projeto urbanístico proposto, de forma indisfarçável, novas modalidades de zoneamento e uso inteiramente estranhas aos padrões determinados para o restante do município. Todos os parâmetros urbanísticos então estabelecidos, inclusive os advindos do cumprimento do Art. 42-B do Estatuto da Cidade, cuja proposição é de competência exclusiva do poder público, foram desenvolvidos pelo empreendedor privado. Ou seja, as regras a serem obedecidas por esse empreendedor para ocupação de uma nova área urbana foram definidas por ele próprio.

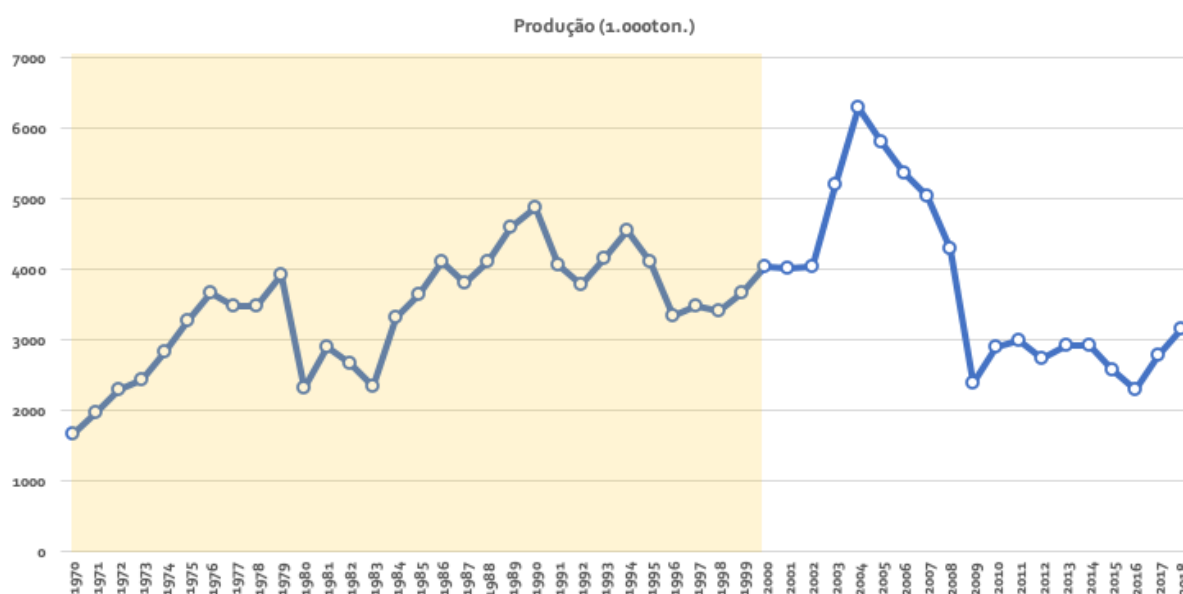
De qualquer forma, tendo alcançado o *status* de cidade média e se inserido no campo de interesse do capital global, Sete Lagoas passou a vivenciar efetivamente uma dinâmica acelerada, comprimida nas duas décadas deste século, que se revestiu de características não apenas de uma ampliação, mas de uma reestruturação econômica. Referindo-se a esse processo, Anderson Sant'Anna usa o termo reconversão (*reconversion*) das funções econômicas de Sete Lagoas, "de economia baseada no extrativismo do gusa, para polo industrial"⁴⁰. De fato, ainda na primeira década do século XXI, enquanto se expandia a produção dessas novas indústrias, sob a nova ordem de acumulação flexível, a tradicional indústria guseira enfrentava uma crise e uma queda de produção sem precedente histórico, retomando o patamar da crise mais acentuada, dos anos 1980.

Se oscilações de produção sempre foram familiares às indústrias independentes de ferro-gusa, é fato que os momentos de crise, como nos anos 1980 e 1990, sempre foram sucedidos por períodos de alta demanda e produção, determinando uma curva média ascendente. Isso até 2008, quando a crise mundial impôs um caminho de difícil recuperação para o setor, como mostra o Gráfico 24 para as usinas independentes de Minas Gerais, com implicações em toda sua cadeia produtiva. No caso do carvão vegetal, o suprimento da demanda reduzida concentrou-se na oferta por empresas especializadas, constrangidas por regulamentos ambientais, extinguindo-se as velhas carvoarias artesanais, salvo em operações no mercado clandestino. Adicionalmente, verificou-se a redução do acervo florestal direcionado a carbonização,

⁴⁰ SANT'ANNA, *Reconversão de funções econômicas de cidades no contexto da urbanização extensiva: uma análise da cidade brasileira de médio porte*, 2016, p. 17.

com a reorientação de florestas para exploração de madeira para outros usos, sobretudo para celulose⁴¹. Segundo especialistas da área, uma retomada na produção de ferro-gusa em patamares próximos ao pico de 2004, encontraria como obstáculo impeditivo a absoluta inviabilidade de provisão de carvão⁴². Ou seja, o setor vive um processo de redimensionamento e reestruturação não conjuntural, com efetiva perda de hegemonia na economia regional.

Gráfico 24: Produção anual de ferro gusa por usinas independentes - MG⁴³



Fonte: Elaboração própria com dados do MME/BIRD, 2009⁴⁴ e Anuários Estatístico SINDIFER, 2012 e 2019

⁴¹ "Bom, olha que situação que nós estamos vivendo, com essa dificuldade que nós tivemos, com aquela seca violenta, que muitas empresas tiveram seríssimos problemas, o que as [empresas de] celulosos fizeram? Entraram violentamente no mercado, comprando madeira, principalmente essa madeira aqui da região do Norte de Minas, correto? Bom, o que que aconteceu?" (entrevistado E.15.GUSA: 2':46")

⁴² O entrevistado E.15.GUSA traça um cenário atual marcado, além da entrada de empresas de celulose no mercado de madeira no Centro-Norte mineiro, pelo arrendamento generalizado de altos-fornos e baixa autossuficiência florestal das siderúrgicas em operação, o que remete a um apagão em curto prazo:

"Ah, e uma gravidade enorme do setor, que a maioria das usinas, a atividade industrial ela está alugada, olha pra você ver que troço chato, são raras as empresas que o dono está operando." (02':46")

"Eles [os altos-fornos] estão arrendados aí para, me desculpe, abre aspas, alguns aventureiros, [...], o cara entra no mercado sem responsabilidade nenhuma, social, ambiental, porcaria nenhuma... [...]. Nada, nada [de lastro florestal], vai tudo no mercado. Então, está previsto um apagão daqui a 3 anos, a continuar do jeito que está, nós estamos num ritmo, olhe pra você ver, chegamos a produzir no Brasil 10, quase 10 e meio milhões de toneladas/ano, e Minas Gerais chegou a ter a capacidade de produzir 6 milhões de toneladas/ano. Agora, olha pra você ver, hoje nós estamos com 3,3, 3,4 milhões, num ritmo, hoje, de 3 vírgula pouquinho, 3,2..." (07':13")

"Bom, o setor está, aí você tira, na verdade, quem tem autossuficiência, pra você ver, olha pra ver quando nós fomos fazer as continhas, quem tem: [A], [B], [C], deixe-me ver se tem outra, você acredita que eu acho que não tem, são 3 empresas do setor que tem autossuficiência, o resto não." (08':42")

⁴³ Como já comentado, a produção de ferro-gusa de Sete Lagoas equivale a cerca de 4,2% dessa produção estadual de usinas independentes.

⁴⁴ MME/BIRD, *Perfil do Ferro Gusa*, 2009.

Como nos oximoros mencionados nesta tese para ilustrar a natureza contraditória do processo social regional do gusa e do carvão, Sant'Anna⁴⁵ estuda essa fase de reconversão econômica sob o prisma de pares antitéticos que a caracterizam: "antíteses, contradições, paradoxos e diásporas, evidenciados em narrativas que expressam tensões e fortes componentes ideológicos, conforme se pode constatar na análise dos temas antitéticos identificados: centro *versus* periferia; comunitarismo *versus* individualismo; locais *versus* forasteiros; tradicional *versus* moderno". Embora seu olhar circunscreva-se à estrutura urbana de Sete Lagoas, essas dualidades, como recurso analítico, podem ser tomadas para a caracterização de alguns aspectos da formação econômica e social da região, nos dias de hoje.

Ampliando o horizonte de observação, retrocedendo ao período analisado da segunda metade do século passado, é de se compreender mais cabalmente a dinâmica de transformação na formação socioespacial do sertão central, por exemplo, na relação entre *o tradicional e o moderno*. A siderurgia do ferro-gusa, a despeito de sua natureza arcaica, do ponto de vista tecnológico, de uso intensivo de mão de obra e da organização fordista, a partir dos anos 1960, abriu caminho para duas transformações profundamente modernizantes, aos olhos do capital: de um lado, ao colonizar o sertão, convertendo as matas de cerrado em carvão, foi um elemento propulsor da reocupação das terras destocadas, da especialização produtiva e da oligopolização do campo pelo agronegócio, movido inicialmente por capitais regionais e, depois, consorciado com capitais externos; de outro, no contrafluxo desse movimento, constituiu-se no processo metabólico que converteu carvão em cidade, financiando o processo de urbanização desigual do sertão central de Minas e estabelecendo as condições gerais de produção, de maneira oposta ao seu arcaísmo, favoráveis à nova ordem monopolista e flexível.

A dualidade entre local *versus* forasteiro pode ser usada para demarcar as mudanças mencionadas na formação socioespacial relativas à origem dos novos capitais. Volto a esse ponto. A penetração de capitais não regionais no espaço agropecuário da região foi viabilizada por capital local, ainda na segunda metade do século XX; na indústria, essa penetração se deu na transição de séculos; por fim, no setor comercial e de serviços, ela se deu nos anos 2000, muitas vezes numa relação conflituosa com os capitais nativos.

⁴⁵ SANT'ANNA, *Reconversão de funções econômicas de cidades no contexto da urbanização extensiva: uma análise da cidade brasileira de médio porte*, 2016, p. 22.

Ainda no setor industrial, a última escalada do capital externo tem relevância direta com a produção do espaço urbano porque diz respeito à incorporação imobiliária e à indústria da construção civil em Sete Lagoas. Até o início dos anos 2010, esse setor era operado exclusivamente por pequenas e médias construtoras locais, com incorporações de pequeno porte e com produtos apenas para os estratos sociais de renda média e elevada. Tradicionalmente, os estratos mais pobres valiam-se de autoprodução. A ocupação urbana, historicamente horizontalizada, com baixo índice de verticalização — com soluções prediais restritas àqueles níveis de renda superiores —, favorecia o acesso a lotes populares periféricos.

As mudanças nesse mercado ocorreram de forma progressiva.⁴⁶ A diversificação econômica da cidade determinou, a princípio, a diversificação de produtos imobiliários, reorientando a ação do próprio construtor local. O ingresso de capital não regional só veio a ocorrer no final dos anos 2000, ocupando um segmento que não era tradição da indústria da construção civil regional: o de moradias populares. No bojo do programa anticíclico federal Minha Casa Minha Vida – MCMV, esse novo capital reteve as novas oportunidades no segmento residencial de média e baixa renda, com soluções prediais multifamiliares (MRV, PREMO, VIC Engenharia etc.), até então inexistentes, e com moradias populares unifamiliares (COPERMIL), na periferia.

⁴⁶ A transformação foi, basicamente, com a vinda da IVECO. [...] E outra coisa que eu acho importante também, extremamente importante, é que com a vinda da IVECO a economia da cidade começou a diversificar. Isso é o eixo de tudo. Essa diversificação do mercado, que até então vinha a reboque só da área da siderurgia, essa diversificação do mercado é que proporcionou outros tipos de produtos [imobiliários] no mercado, oferta de outros tipos de produtos, a diversificação das construções também, as demandas de mercado começam a mudar a partir daí. (E.17.IMOBILIÁRIO: 04':29)

O que que acontece... se antes da IVECO quem construía eram essas construtoras citadas aí, com perfil de apartamento mais amplo, na área central, na área mais nobre... porque Sete Lagoas apartamentos eram só em áreas mais nobres, só mais bem recentemente é que surgiram prédios em áreas mais afastadas, prédios pequenos... então, se o perfil antes era de construções teoricamente mais caras, com metragens maiores, a partir da IVECO mudou um pouco o perfil porque passou-se a ter demanda no mercado, procura no mercado, para imóvel mais enxuto, mais compacto, apartamentos e casas de 2 quartos, de 3; 2 quartos, por exemplo, era impensável antes, a pessoa mora no interior, mesmo pessoas que não tem muito poder aquisitivo, não queriam morar em apartamento, queriam morar em casa e geralmente com famílias grandes, 2 quartos era impensável. Então, eu acho que com a vinda da IVECO o que mudou foi isso, começou a ter procura para imóveis mais compactos, de 2 quartos, áreas pequenas, até mais afastado... (Idem, 05':56")

Não, eu acho que sua percepção [sobre o MCMV como canalizador de empresas de fora] está certa e eu te digo que é exatamente isso que eu penso do ponto de vista de, só puxando pela memória, que talvez de 10 anos pra cá, você está falando em 2009, talvez seja isso mesmo, 2009 pra cá ou de 10 anos pra cá, começou a ter esse movimento exatamente pelas linhas de crédito MCMV, por uma busca de interiorização dos investimentos das construtoras, por que?, porque as construtoras na capital naquele momento tinham concorrência, muita concorrência, um contexto já mais saturado digamos assim, em função de uma série de fatores: essa perspectiva de interiorização para as cidades médias do estado, essas construtoras saíram de Belo Horizonte, MRV, PRECON, começaram a construir exatamente aqui, por causa disso, linhas de crédito abundante, essa percepção das oportunidades nas cidades médias, a falta de concorrência e a demanda pelo produto. (Idem: 11':30")

Esse novo momento da incorporação imobiliária em Sete Lagoas introduziu, no caso das soluções multifamiliares populares, a modalidade até então inexistente de condomínios fechados. Em paralelo, tanto com capital local quanto externo, essa solução condominial proliferou-se também no segmento residencial unifamiliar de alta renda, em áreas periurbanas, onde já ocorria, mas de forma pouco expressiva. De forma geral, independentemente do padrão de renda, os condomínios fechados passaram a marcar a paisagem da cidade média e de seu entorno.

No setor comercial e de serviços, o Shopping Sete Lagoas, numa consórcio de capitais locais e nacionais⁴⁷, foi inaugurado em 2009 e incorporou diversas marcas nacionais no ramo de vestuário, alimentação, eletroeletrônicos e lojas de departamentos — Magazine Luiza, Marisa, Americanas, C&A, Casas Bahia, Centauro, Drogaria Araújo, McDonald's, BurgerKing, Leitura etc. — que determinaram não apenas uma competição assimétrica com o pequeno lojista, como também uma mudança no estilo de consumo, em alternativa ao habitual comércio de rua.

Na área da Saúde, o deslocamento de grandes capitais restringiu-se a redes de drogarias (Araújo, Pacheco, Pague Menos, Raia/Drogasil etc.). Pela própria lógica organizacional do Sistema Único de Saúde — hierarquia de níveis de gestão, sistema de referência e contra referência, níveis de complexidade de serviços e critério de territorialidade⁴⁸ —, o crescimento nesse campo foi marcado pela centralidade dos serviços públicos em Sete Lagoas e subsidiariamente em Curvelo. Os demais municípios do sertão central de Minas passaram a se reportar, para todos os procedimentos de média e alta complexidade, às estruturas de saúde dessas duas cidades. Essa lógica dismantelou a estrutura hospitalar regional, com

⁴⁷ O Shopping Sete Lagoas contou com capital nacional (ARGO Desenvolvimento e Gestão, parceria entre Hugo Matheson e Antonio Arbex, ambos com mais de 25 anos de experiência no mercado de shopping centers) e capital local (Grupo Calsete com empresas nas áreas agroflorestal, mineração, siderurgia etc.) (Ver <https://shoppingsetelagoas.com.br/empreendedores/>).

⁴⁸ O território de Saúde de Sete Lagoas, segundo o Plano Diretor de Regionalização da Saúde de Minas Gerais, aproxima-se do território do sertão central de Minas. A macrorregião *de Saúde* incorpora as microrregiões *de Saúde* de Curvelo e de Sete Lagoas. A primeira apresenta similaridade com a microrregião de Curvelo, segundo o IBGE, com supressão de Joaquim Felício e inclusão de Três Marias; a segunda tem menor equivalência com a classificação do IBGE: os municípios metropolitanos de Jaboticatubas, Matozinhos e Santana do Riacho são excluídos e os de Abaeté, Biquinhas, Cedro do Abaeté, Morada Nova de Minas, Paineiras e Pompéu — todos da microrregião de Três Marias — e Quartel Geral — da de Bom Despacho — são incorporados. Do ponto de vista prático, a visão territorial do PDR-Saúde reduz as vinculações de Sete Lagoas com a RMBH e reforça a sua inserção no sertão mineiro.

fechamento dos hospitais municipais, implantados em meados do século passado, à exceção dos das cidades polo, a formação de um complexo de clínicas de especialidades médicas, sobretudo em Sete Lagoas, não com grandes capitais, mas com uma multiplicidade de profissionais atraídos de fora.

Na Educação Superior, até 2005, só havia oferta de cursos por instituições locais — setelagoanas, em Sete Lagoas, e curvelanas, em Curvelo —, sem concorrência intra e extrarregional. A maior delas, a Fundação Educacional Monsenhor Messias — UNIFEMM tinha importância local e comprovada penetração regional⁴⁹. Desde então, primeiramente, estabeleceu-se uma concorrência interregional, com o ingresso no mercado local de instituições oriundas de Montes Claros (Promove/SOEBRAS e FASASETE/IESA); adiante, na década de 2010, a concorrência acirrou-se com a entrada de grandes conglomerados educacionais de capital aberto (Grupo Anima/UNA e Grupo Kroton/UNOPAR). A entrada desses grupos teve impacto, para além da concorrência com as IES locais, no próprio modelo educacional disponibilizado, mais mercantilizado e com regras de negócio até então desconhecidas no setor, e na dinâmica regional, com abertura de uma multiplicidade de polos na região, com difusão do modelo EAD.

A formação socioespacial resultante desse processo transcorrido nos 20 anos do século atual manifestou-se na radicalização da divisão regional do trabalho, em sequência ao que vinha

⁴⁹ Com efeito, o mapeamento da origem dos 4.760 alunos matriculados no UNIFEMM, em 2015, mostrou que, até então, essa IES tinha clara projeção e relevância regional:

- O alunado do UNIFEMM provinha de 69 municípios, portanto, de uma região mais ampla do que a deduzida do recorte territorial considerado. Não obstante, 98,9% desse corpo discente, concentravam-se em 30 municípios; nos demais [38], observa-se uma pulverização com um ou dois alunos, no máximo, por município;
- Na educação superior regional, o critério de proximidade parecia ser o mais relevante: o município de Sete Lagoas, ofertava 64,4% dos alunos da IES e os municípios da microrregião de Sete Lagoas, incluindo a cidade polo, 84,5% do total. Dos 20 municípios dessa microrregião, 19 tinham alunos matriculados no UNIFEMM. Ainda nessa lógica, numa segunda escala de proximidade, depois de Sete Lagoas, Curvelo, com 343 alunos, era o município que oferecia mais alunos para o UNIFEMM. Os alunos provenientes não apenas do município, mas da microrregião de Curvelo [433] representam 9,1% do total. Dos 11 municípios dessa microrregião, 8 tinham alunos no UNIFEMM ou tiveram nos últimos 5 anos;
- Da microrregião de Três Marias, apenas Pompéu [com 87 alunos] e o próprio município de Três Marias [com 76] apresentavam números significativos no conjunto, ocupando, respectivamente, o 6º e o 7º lugares entre os municípios que mais ofereciam alunos à IES;
- Na direção da RMBH, para além dos municípios que integram, simultaneamente, a RMBH e a microrregião de Sete Lagoas e excetuando-se o caso de Belo Horizonte, a influência de Sete Lagoas estendia-se até Pedro Leopoldo [pela rodovia MG-424], com 58 alunos, e Esmeraldas [pela rodovia BR-040], com 10 alunos. Daí em diante, essa influência era neutralizada pelos municípios de maior porte da RMBH, especialmente Belo Horizonte, Betim e Contagem, que dispunham de organizações educacionais superiores de grande porte. (CASTRO, *Revisão dos limites da área de influência de Sete Lagoas*, 2015)

ocorrendo desde os anos 1950. Por ação do capital externo, independentemente de políticas públicas e das lideranças locais ou regionais, a concentração das condições gerais de produção industrial em Sete Lagoas alcançou um patamar elevado; Curvelo, a segunda maior cidade da região, permaneceu com iniciativas industriais bloqueadas; Três Marias, a segunda maior estrutura industrial regional, preservou o seu parque industrial, mas com perda de seu peso relativo; e as trinta e cinco outras cidades do sertão central, com ressalvas pontuais, restringiram-se a alojar uma estrutura modesta de comércio e serviços, voltada para suas populações de origem rural.

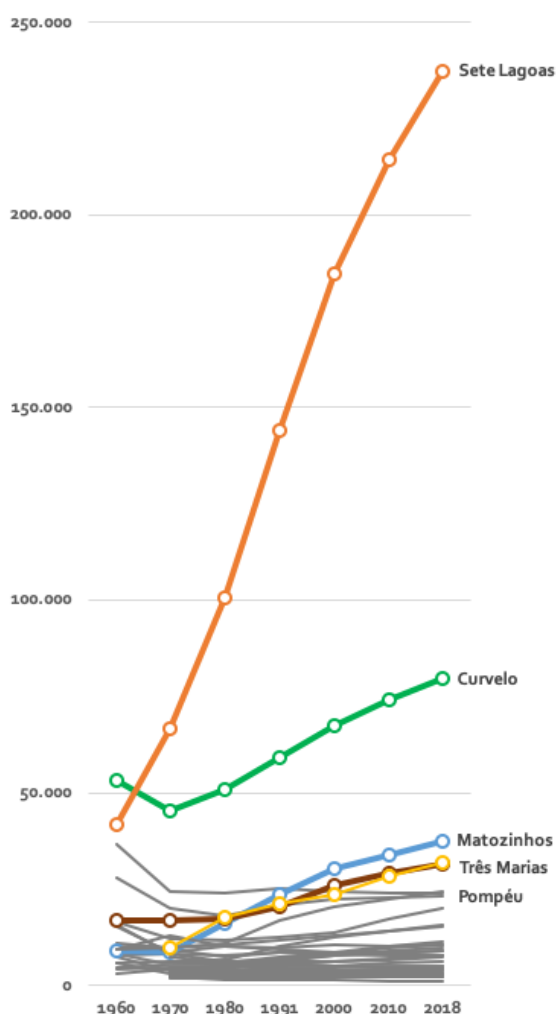
7.2 A rede urbana contemporânea do sertão central de Minas

Maria José Calixto, Hélio de Oliveira e Beatriz Soares⁵⁰ afirmam que “As dinâmicas e os tempos resultam em cidades que transformam, além do urbano, o rural e a região, especialmente em relação à sua funcionalidade, ao seu conteúdo simbólico e territorial, em uma relação de complementaridade, conexão e desconexão, controlando o território no qual se inserem”. Nesses termos, quais foram as transformações que essa dinâmica de reconversão econômica de Sete Lagoas produziu na cidade média e na rede urbana regional?

O crescimento sem precedentes da centralidade urbano-industrial de Sete Lagoas, alcançando o caráter de cidade média, conduziu a uma extensão da relação *cidade-campo* para uma relação *cidade-região*. Assim, a formação socioespacial do sertão central, para sua melhor funcionalidade econômica, ampliou o nível de desigualdade em sua espacialização, o que pode ser evidenciado do ponto de vista demográfico nos Gráficos 25 e 26 para a população total e da sede dos seus municípios.

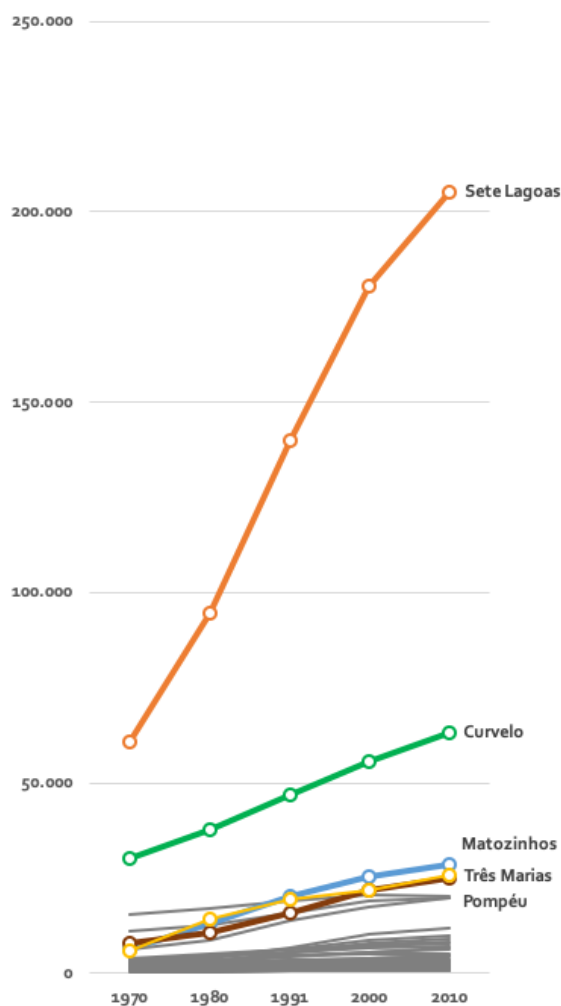
⁵⁰ CALIXTO; OLIVEIRA; SOARES, *Cidade média e região: notas introdutórias*, 2017, p. 13.

Gráfico 25: População total (1960/2018)



Fonte: Elaboração própria, dados do IBGE 1960/2018

Gráfico 26: População da sede (1970/2010)



Fonte: Elaboração própria, dados do IBGE 1960/2010

Em 1960, a população municipal de Sete Lagoas correspondia a 13% da população do sertão central mineiro; em 2018, ela subiu para 34% daquele total. Tomando-se apenas as sedes municipais, que aquilatham o peso urbano das respectivas aglomerações, se em 1970 a cidade de Sete Lagoas apresentava uma taxa de 31% da população residente nessas sedes, ao longo das três décadas subsequentes, essa concentração ampliou-se para próximo de 40%.

Comparando-se apenas as cidades polos das microrregiões de estudo, a constatação relacionada ao padrão desigual e concentrado da escala de urbanização é similar. Em 1960, residiam em Sete Lagoas 44% da população total dos três municípios; em 2018, 68%. Em 1970, a

aglomeração urbana de Sete Lagoas concentrava 63% das populações residentes nas três sedes; em 2010, 70%.⁵¹

Essa concentração demográfica tem uma expressão econômica. Partindo-se da premissa de que a história econômica da sociedade se resume na antítese *cidade-campo*⁵², não parece impróprio replicar essa relação, regionalmente, para um entendimento em termos mais simplificados da divisão regional do trabalho. A *cidade* como o lugar das atividades secundária, terciária e terciária superior passou a ser representada apenas pela cidade média de Sete Lagoas, enquanto todo o seu ambiente regional, incluindo as cidades polo das outras microrregiões e as cidades pequenas ao seu redor assumiram o papel equivalente ao do *campo*, de produção eminentemente agrícola, com produções industrial e de serviços secundárias. Ou seja, tem-se uma evolução da relação paradigmática, desde o século XIX, da *cidade-campo* para a sua atualização, neste século, da *cidade-região*, em que a divisão regional do trabalho ganha uma complexidade superior por imbricar-se forçosamente numa divisão internacional do trabalho: “A rede urbana expressa, dessa forma, o padrão recente da divisão internacional do trabalho, com atividades vinculadas às redes globais distribuídas pelo território segundo diversos critérios, de acordo com o grau de inserção de cada região e cidade na dinâmica mundial”⁵³.

Como resultado, ao padrão ampliado de concentração territorial de população correspondeu um padrão de concentração territorial de produção de riqueza também ampliado. O Gráfico 27, com os PIBs municipais no período 2002/2016⁵⁴, mostra que no início do atual ciclo econômico (2002), Sete Lagoas detinha de forma isolada 45% do PIB dos 38 municípios do sertão central; no auge do processo expansionista (2013), esse percentual chegou a 53%; e mesmo

⁵¹ A análise relativa ao ano de 1960 sofre um relativo prejuízo porque, então, Três Marias ainda era distrito de Corinto (com o nome de Barreiro Grande) e Curvelo tinha uma população que não pode ser comparada com as posteriores porque incorporava a população de Morro da Garça. Tanto Três Marias quanto Morro da Garça foram emancipadas pela Lei Estadual nº 2.764, de 30/12/1962.

⁵² Segundo Marx, “a base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo” e “pode-se dizer que a história econômica inteira da sociedade está resumida no movimento dessa antítese” (MARX, *O Capital: crítica da economia política — livro I*, 2017, p.426)

⁵³ CALIXTO; OLIVEIRA; SOARES, *Cidade média e região: notas introdutórias*, 2017, p.14.

⁵⁴ O IPEADATA disponibiliza dados relativos a PIB municipal desde 1920 até 2010. Não obstante, em razão de diferenças metodológicas, esses dados não são comparáveis com os da Fundação João Pinheiro, no período comum entre eles. Da mesma forma, a própria FJP dispõe de dados correlacionados anteriores a 2002, que não são comparáveis com os posteriores, também por mudanças na metodologia de apropriação.

com a crise atual dos setores guseiro e automobilístico (2016) alcançou um valor superior ao inicial. Em ordem de grandeza, o PIB municipal setelagoano passou a representar metade do PIB regional.

Gráfico 27: PIB municipal sertão central (2002/2016)



Fonte: Elaboração própria, dados da FJP 2002/2016

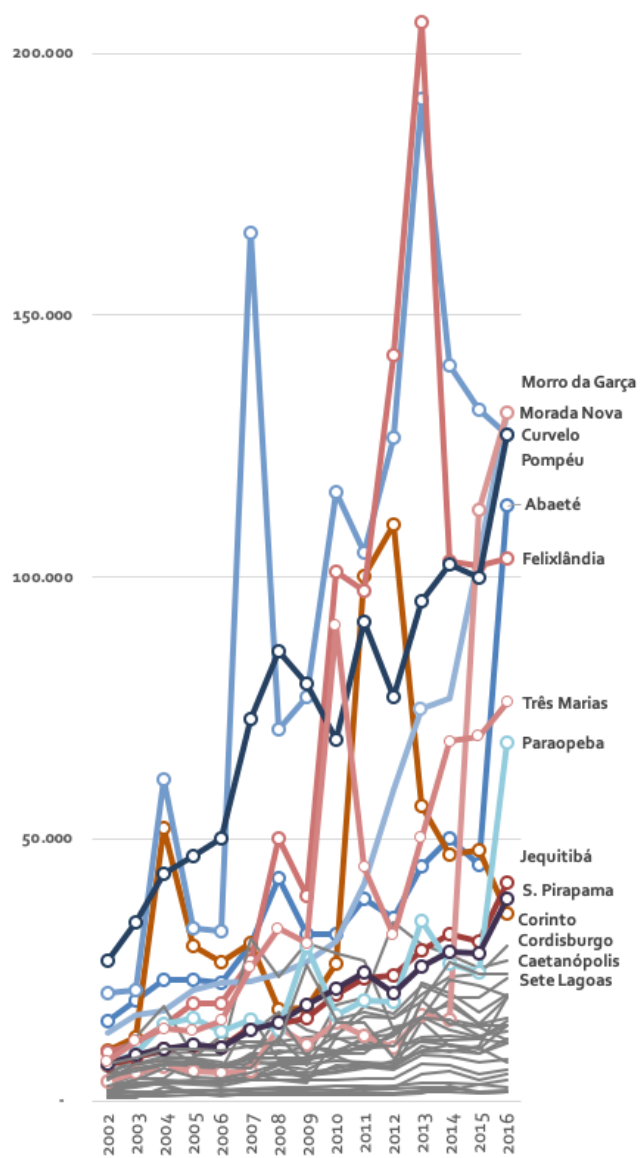
De maneira mais expressiva, o comparativo entre as cidades polos das três microrregiões que integram o sertão central mineiro, relativamente ao somatório de seus PIBs totais, indica que a concentração econômica em Sete Lagoas, nos mesmos anos, em termos percentuais, alcançou respectivamente 69, 78 e 72%. Vale destacar nesse gráfico a maior sensibilidade que a economia de Sete Lagoas passou a ter frente às crises cíclicas do capitalismo, como nos períodos 2008/2009 (crise imobiliária mundial) e pós-2013 (crise atual), que pouco abalaram as economias das outras cidades polo.

A próxima sequência de gráficos mostra as dinâmicas dos Valores Agregados Brutos, respectivamente, da Agropecuária, da Indústria e de Serviços (exceto Administração Pública) dos municípios do sertão central. O Gráfico 28 indica que a produção agropecuária tem uma sazonalidade constante, com forte variação no posicionamento anual dos municípios. Ainda assim, observa-se que se tem um quadro regional menos desigual, com participação significativa de um maior número de municípios, e uma produção da cidade média sempre em um patamar de baixa relevância frente a produção total, posicionando-se apenas na 14ª posição (2016). Com efeito, seu desempenho setorial nunca alcançou a quarta parte da produção do município-líder nesse ranking, salvo no ano de 2009, com 32,5% da produção agropecuária de Pompéu⁵⁵.

Diferentemente, os gráficos 29 e 30 apontam que nos setores industrial e de serviços, que dependem de consolidação histórica de condições de produção, o posicionamento dos municípios foi estável. Nesses casos, tem-se um nível mais elevado de desigualdade regional e uma liderança incomparável de Sete Lagoas, que teve sua hegemonia ampliada, nesse período. O novo ciclo econômico iniciado na transição para o século XXI não gerou uma tendência distributiva, mas, ao contrário, uma tendência a maior concentração.

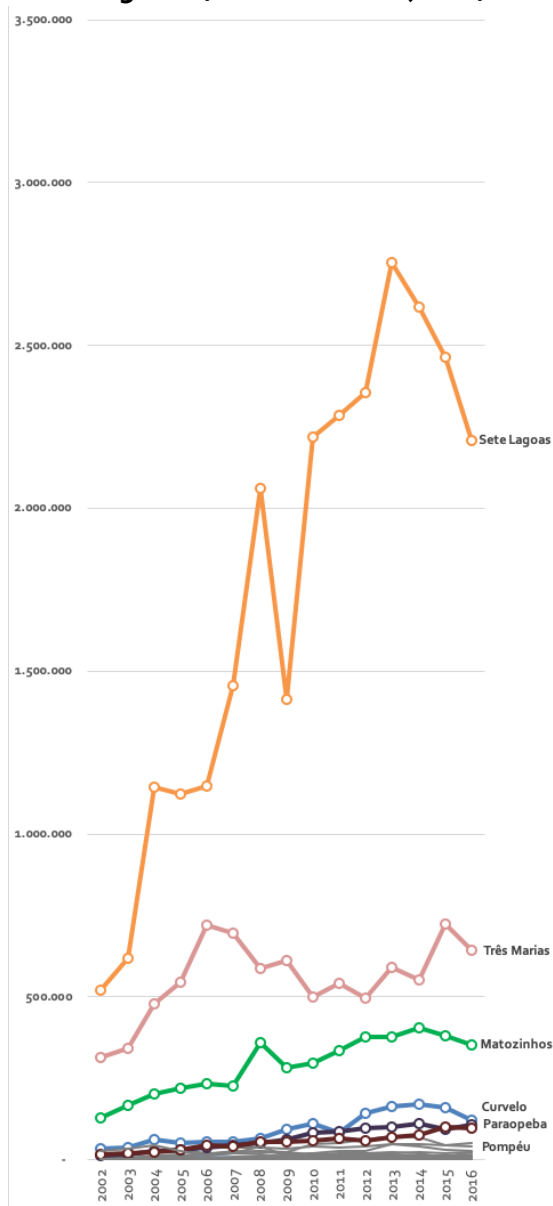
⁵⁵ Frente à liderança de Pompéu (2202 a 2006 e 2008/2009), à exceção do ano de 2009, o melhor desempenho de Sete Lagoas foi de 26%; frente à de Curvelo (2007, 2010/2011 e 2014/2015) foi de 18,8%; frente à de Felixlândia (2012/2013), 11,0%; e frente a Morada Nova de Minas e Morro da Garça (2016), 18,5%.

Gráfico 28: VAB/agropecuária SCM (2002/2016)



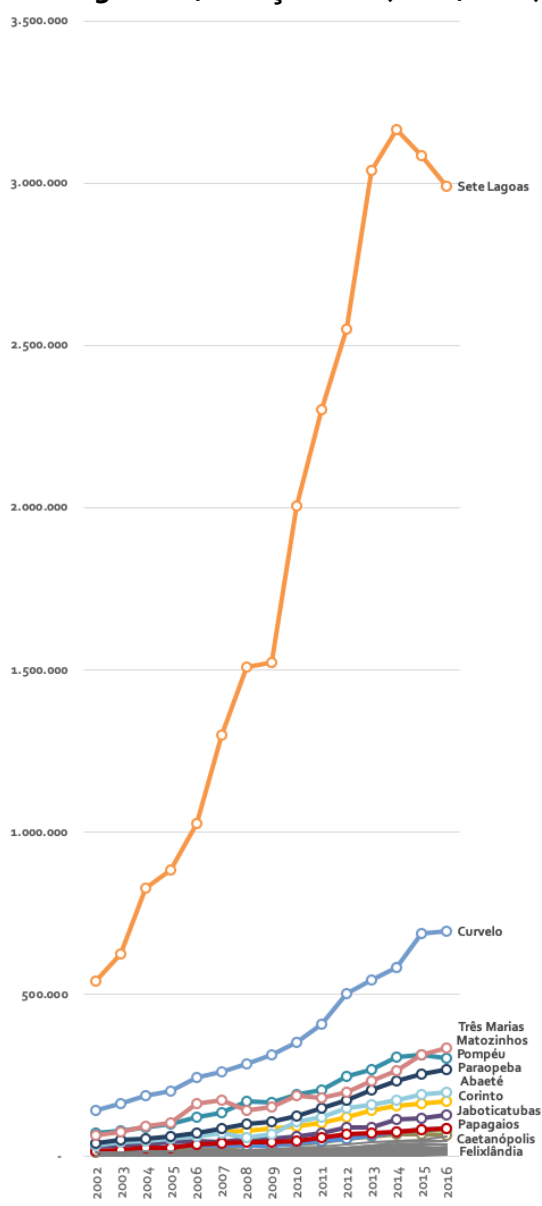
Fonte: Elaboração própria, dados da FJP 2002/2016

Gráfico 29: VAB/indústria SCM (2002/2016)



Fonte: Elaboração própria, dados da FJP 2002/2016

Gráfico 30: VAB/serviços SCM (2002/2016)

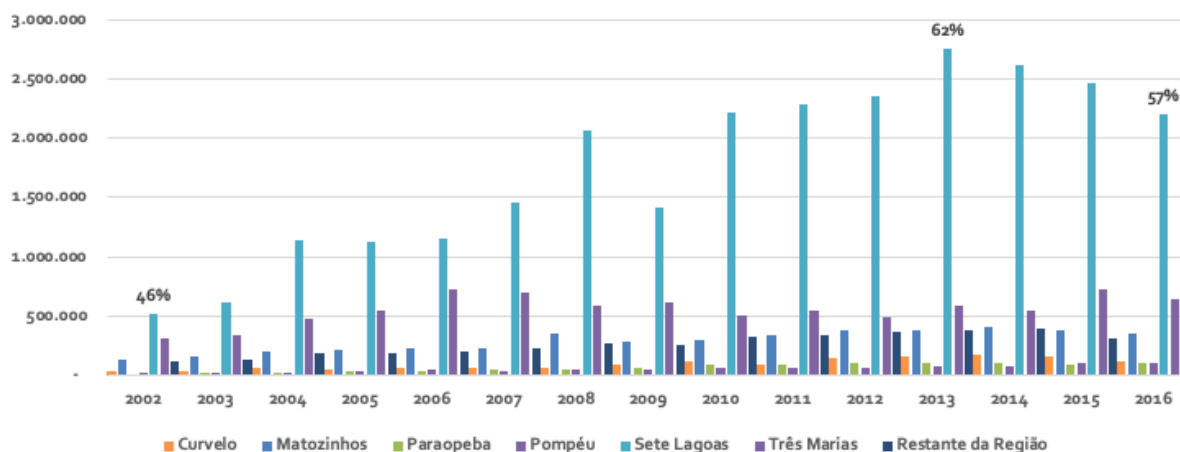


Fonte: Elaboração própria, dados da FJP 2002/2016

Essa crescente concentração pode ser mais bem avaliada nos Gráficos 31 e 32 que consideram a razão 90/10 como indicador do nível de concentração econômica. No VAB Industrial, considerando o ano de 2016, a produção industrial de apenas 6 dos 38 municípios respondia por 90% da produção total. Sete Lagoas era responsável pela metade da produção industrial regional, tendo chegado a 62% no auge pré-crise (2013). No VAB de Serviços, essa tendência se diluía, mas sem alteração no cenário geral: a atividade de serviços de 12 municípios totalizava

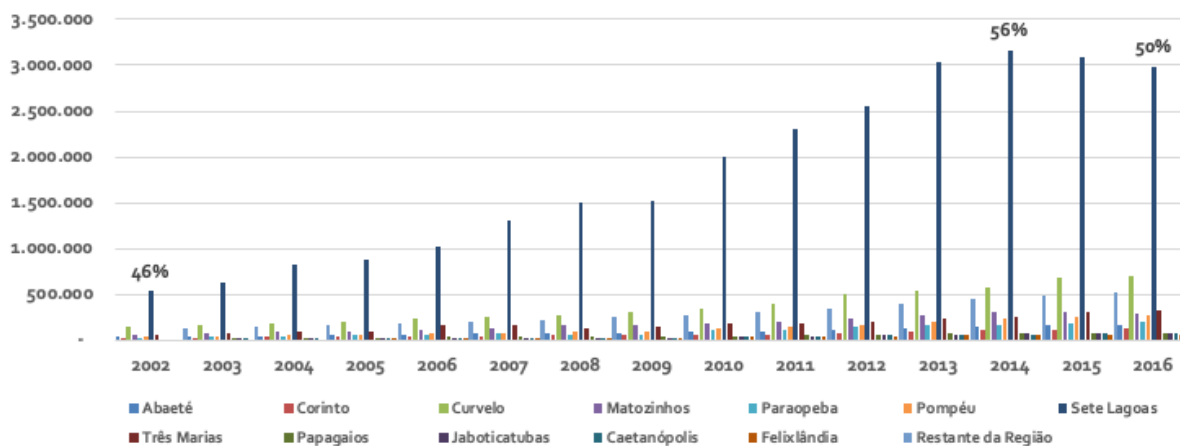
90% da produção da região, mas a hegemonia setelagoana era a mesma, respondendo por metade da produção total (2016), tendo chegado a 56% no ano de 2014.

Gráfico 31: VAB/indústria — razão 90/10 (2002/2016)



Fonte: Elaboração própria, dados da FJP 2002/2016

Gráfico 32: VAB /serviços — razão 90/10 (2002/2016)



Fonte: Elaboração própria, dados da FJP 2002/2016 – Serviço exceto Administração Pública

Esse modelo de divisão territorial do trabalho não considera aspectos relativos a um maior equilíbrio funcional da rede urbana e não preza por uma distribuição territorial mais equânime de oferta de serviços e empregos à população, objetivos que poderiam ser alcançados, em tese, por meio de uma rede mais bem hierarquizada. Com efeito, como vinha ocorrendo desde o início do processo de industrialização regional, nos anos 1960, ganha mais intensidade no novo ciclo globalizado a tendência à consolidação de uma aglomeração central, a qual se subordina, cada vez mais, todo o território regional. Nesse sentido, a lógica

territorial de reprodução do capital pulverizou uma estrutura básica de serviços nas cidades da região — para suporte às atividades especializadas no campo, às agroindústrias e às indústrias de base extrativa, distribuídas no território — e passou a prescindir da dinamização de aglomerações urbano-industriais secundárias, entre essas cidades e a cidade média regional. Ela obrigou a movimentos populacionais involuntários em direção aos lugares que o capital privilegiou e requereu. Curvelo intensificou o seu processo de desindustrialização relativa, convertendo-se num centro de serviços de porte mediano. Tomando-se Sete Lagoas como parâmetro (Tabela 7), a produção industrial curvelana variou, com viés de queda, entre valores pouco expressivos (6,6 e 5,5%), enquanto no setor de serviços, ateu-se a algo em torno de uma quarta parte. Três Marias manteve a mesma estrutura industrial dos anos 1960, baseada na geração de energia e no processamento de zinco, aliada a um centro de serviços de pequeno alcance. Sua produção industrial, que chegou a representar 60% da produção de Sete Lagoas, nesse novo ciclo, caiu à metade, ao passo que seu valor agregado de serviços não foi muito além de 10% do da cidade média da região.

Tabela 7: Correlação de VAB industrial e de serviços (2002-2016)

	VAB Industrial		VAB de Serviços	
	2002	2016	2002	2016
Curvelo	6,6	5,5	26,4	23,3
Sete Lagoas	100	100	100	100
Três Marias	60,4	29,1	12,4	11,2

Fonte: Elaboração própria, dados da FJP 2002/2016 – Serviço exceto Administração Pública

Essa correlação entre valores agregados de produção eminentemente urbana – industrial e de serviços – das principais aglomerações do sertão central aquilata o padrão de disparidade e sujeição entre a cidade média e a sua região. Ainda que Curvelo e Três Marias estabeleçam, em relação às suas hinterlândias, aos seus *corpora* regionais, nas suas medidas, também relações de cidade-campo, elas são de tal forma moderadas que restam ruralizadas por Sete Lagoas que se impõe como a centralidade urbana hegemônica, industrial e de serviços.

Estudos regionais coordenados por mim no âmbito do Centro Universitário de Sete Lagoas — UNIFEMM alinham-se a essa tese e indicam que essa fração da rede urbana estadual (o sertão central de Minas) apresenta, historicamente, características de baixa escala de urbanização semelhantes às das regiões menos desenvolvidas do Norte de Minas e do Jequitinhonha.

Se a sua posição central no contexto do estado e a sua proximidade com a capital e a região metropolitana de Belo Horizonte induzem a crer que se trata de uma região uniformemente rica e urbanizada, indicadores socioeconômicos indicam, ao contrário, uma realidade mais complexa e contraditória:

Majoritariamente, é uma região com número de municípios de pequeno porte maior do que a média estadual, com maioria de municípios com população rural equivalente às médias das mesorregiões mineiras menos urbanizadas – Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri – e com 94% de seus municípios com PIB per capita também abaixo da média estadual. Ou seja, *tem-se a coexistência de uma realidade tipicamente urbana e industrial, sobretudo na cidade-polo, com outra, diferentemente, rural e agrícola, na maior parte do restante da região.*⁵⁶ (grifo meu)

Em estudo exploratório recente sobre o espaço perimetropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, entendido como aquele inserido em um círculo de raio de 200km em torno da capital, Alfio Conti apresenta conclusões que ratificam a compreensão dessa região, denominada Norte-Nordeste, como sendo de “pouca estruturação e articulação urbana”, especialmente em comparação com a região Centro-Oeste, polarizada por Divinópolis, onde se vê “indícios da presença de um sistema urbano maduro e articulado”:

Esta região é caracterizada pela presença de uma importante cidade média de nível superior, Sete Lagoas (...), com uma realidade urbana bem diferente daquelas da região polarizada por Divinópolis, visto que ao contrário desta última, Sete Lagoas não comanda uma região tão bem articulada do ponto de vista da quantidade e variedade de centros urbanos presentes e em termos de dotação de infraestruturas de transporte, mas um conjunto menor de cidades, entre as quais se destaca a cidade de Curvelo, como cidade média propriamente dita e as cidades de Pompéu, Corinto e Paraopeba, como centros emergentes. Estes centros se localizam em direção norte, com distâncias significativas entre si ao longo dos eixos rodoviários existentes e nos pontos de entroncamento das rodovias estaduais e federais. A imagem desse espaço é aquela de um posto avançando da RMBH, à frente de uma grande área de pouca estruturação e articulação urbana como o norte de Minas, podendo

⁵⁶ CASTRO, *Revisão dos limites da área de influência de Sete Lagoas*, 2015, p. 17.

competir, em sua parte mais setentrional, com o centro polarizador desta região, a cidade média de ordem superior de Montes Claros.⁵⁷

Nesses termos, o entendimento de ocorrência de uma desértica *Minas do Norte*, incluindo o sertão central, em oposição a uma urbanizada *Minas do Sul*, depreendidas do estudo de escalas de urbanização de Fany Davidovich⁵⁸, permanece válido, a despeito de meio século transcorrido.

Por último, analiso o estudo sobre a *Regiões de Influência das Cidades*⁵⁹, cotejando-o com os achados da pesquisa realizada relativos à rede urbana regional. Por um lado, há um visível conflito entre coisa e outra. Ao suprimir os municípios de Sete Lagoas, Prudente de Moraes, Capim Branco e Matozinhos e todos os municípios da RMBH — que não tem seus nomes mencionados na publicação —, a concepção do IBGE parte da premissa que todos eles integram a força da metrópole de Belo Horizonte, sem exercerem qualquer influência regional própria (ver Quadro 3). Em outras palavras, a influência regional exercida factualmente por Sete Lagoas é incorporada indistintamente na influência metropolitana. Assim, a rede urbana mineira tem, segundo o IBGE, as seguintes características:

Belo Horizonte e sua rede urbana respondem por 9,1% da população e 7,5% do PIB do País. A metrópole concentra 30,5% da população e 40,4% do PIB da rede. Assim como nas anteriores, o PIB *per capita* do centro é mais alto, de R\$ 12,7 mil, enquanto os demais municípios da rede não passam de R\$ 8,2 mil *per capita*. O Estado de Minas Gerais corresponde à área de influência desse centro, exceto pela área no sul do estado, ligada a São Paulo, e as áreas de influência compartilhada – a Zona da Mata com o Rio de Janeiro e parte do Triângulo, com São Paulo. Fazem parte da rede de Belo Horizonte as Capitais regionais B de Juiz de Fora (também ligada ao Rio de Janeiro) e Montes Claros; as Capitais regionais C de Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo, Teófilo Otoni, Varginha e Uberaba (também ligada a São Paulo); os Centros sub-regionais A de Barbacena, Muriaé, Ubá, Patos de Minas, Lavras, Manhuaçu, Passos e Ponte Nova; e os Centros sub-regionais B

⁵⁷ CONTI, *O espaço perimetropolitano de Belo Horizonte: uma análise exploratória*, 2009, p. 469.

⁵⁸ DAVIDOVICH, *Escalas de urbanização*, 1978.

⁵⁹ IBGE, *Regiões de influência das cidades*, 2007.

Cataguases, Janaúba, Caratinga, São Lourenço, Viçosa, Conselheiro Lafaiete e São João del Rei.⁶⁰

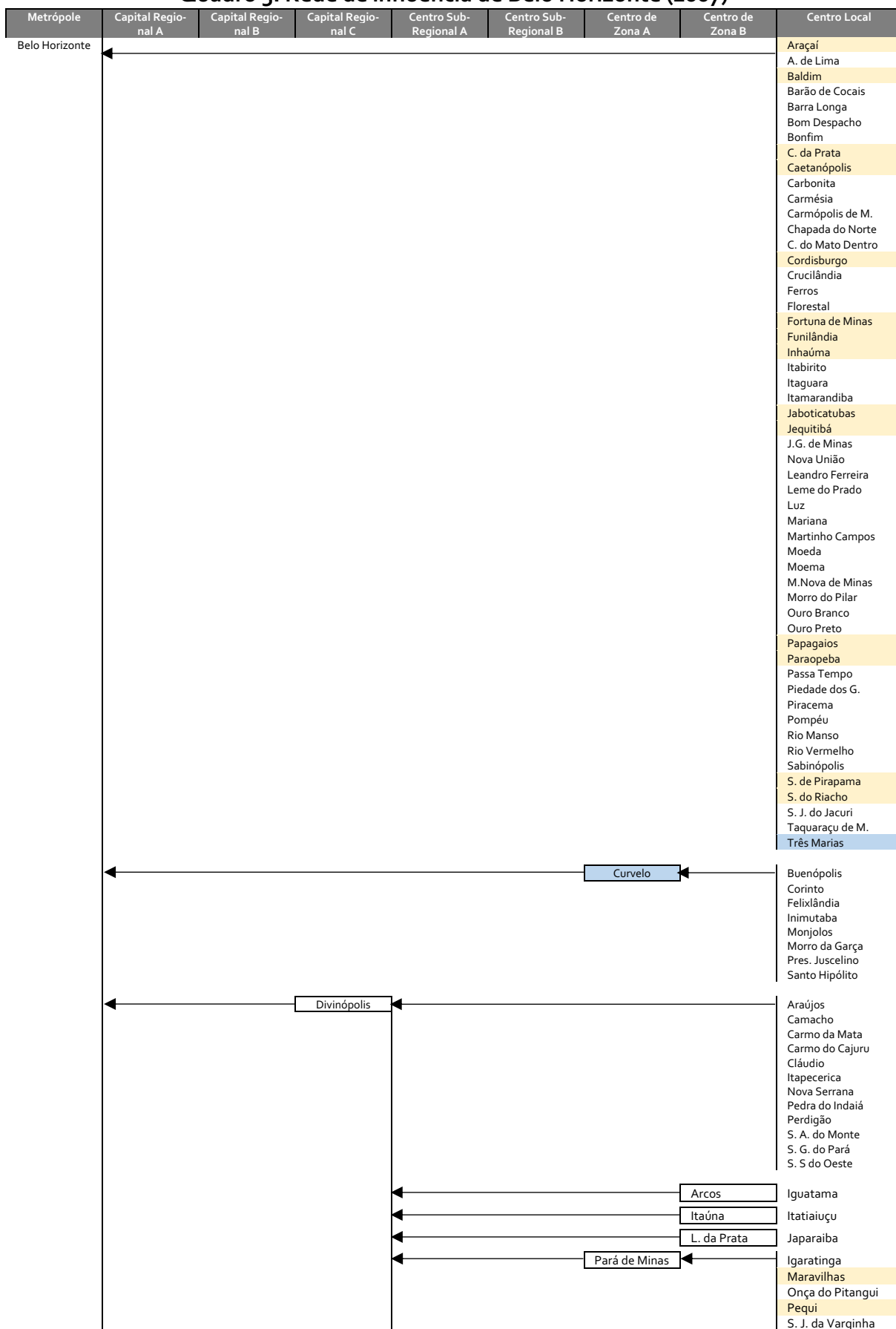
Essa abordagem, baseada em análise de fluxos de serviços, bens e gestão, ao sobrevalorizar a proximidade entre Sete Lagoas e a RMBH, desconhece a formação socioespacial do sertão central, o que implica desconsiderar a divisão do trabalho historicamente estabelecida no território e a conformação da rede urbana regional por ela determinada. Tem-se então uma fragmentação dessa rede, interligando os seus municípios na rede da metrópole de Belo Horizonte, diretamente ou através de Divinópolis, como *capital regional* e de Curvelo, como *centro de zona A*.

Nessa linha de discordância — similar à apresentada ao estudo de Fany Davidovich, dos anos 1970 —, deduz-se que a diferença nesse estudo entre Sete Lagoas e Divinópolis, cidades de porte populacional equivalentes, resulta exclusivamente da absolutização da noção de distância em linha reta — no caso, de uma diferença de cerca de 50km — e da atribuição a ela de significados que ignoram aspectos empíricos da realidade regional. Ao contrário, a diferença substantiva entre uma e outra aglomeração urbana, na perspectiva considerada nesta tese, deve ser buscada no desenvolvimento diferenciado de suas formações socioespaciais que fez com que a primeira assumisse protagonismo regional com base num modelo de conquista territorial muito desigual, estabelecendo um padrão de urbanização rebaixado para todo o restante da região, e a segunda assumisse igual protagonismo, mas com base num modelo com impacto espacial mais equilibrado, gerando “um sistema urbano maduro e articulado.”⁶¹

⁶⁰ IBGE, *Regiões de influência das cidades*, 2007, p. 14.

⁶¹ CONTI, *O espaço perimetropolitano de Belo Horizonte: uma análise exploratória*, 2009, p. 467.

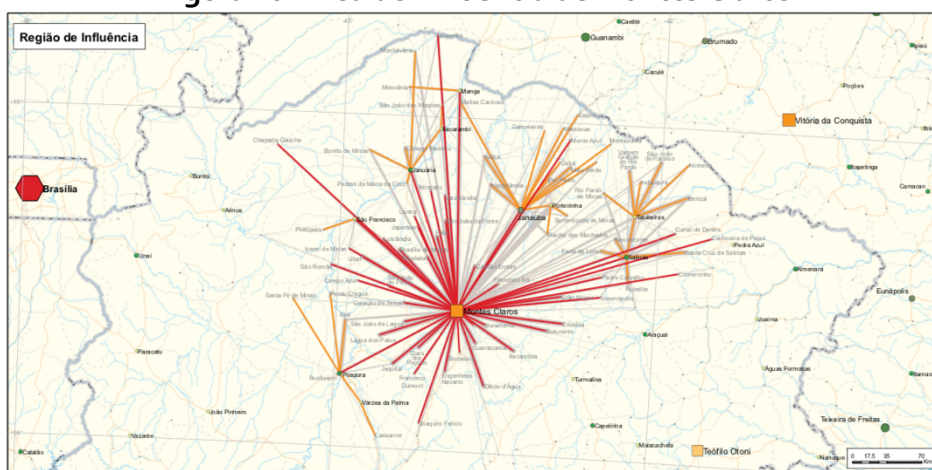
Quadro 5: Rede de influência de Belo Horizonte (2007)



Fonte: IBGE, 2008, pp. 59-61, adaptado

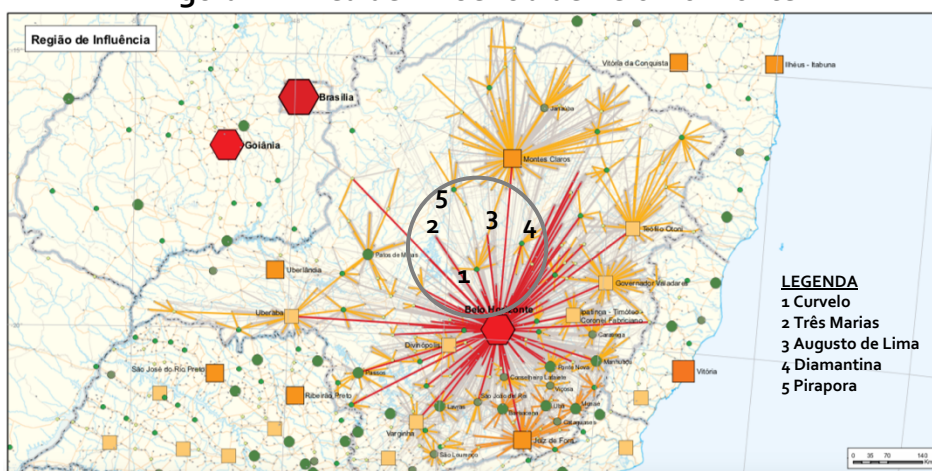
Por outro lado, alguns elementos do mesmo estudo do IBGE ratificam achados da pesquisa, especialmente no que diz respeito ao nível modesto de estruturação urbana do sertão central de Minas, ao qual se soma um nível pouco intenso de articulação externa, no contexto da rede estadual. As Figuras 10 e 11 permitem observar, primeiro, que a área de influência de Montes Claros é bastante concentrada na região Norte com expansão limitada na direção sul, apenas na direção de Pirapora; e, em segundo lugar, que a rede de influência de Belo Horizonte tem conexão relevante na direção norte-nordeste, avançando sobre a região Central Mineira, apenas com Curvelo, que se ramifica em uma rede bastante restrita, e com Três Marias, que não tem conexões próprias.

Figura 10: Área de influência de Montes Claros



Fonte: IBGE, 2007, p.116: Mapa 34 — Montes Claros — Capital Regional B (2B)

Figura 11: Área de influência de Belo Horizonte

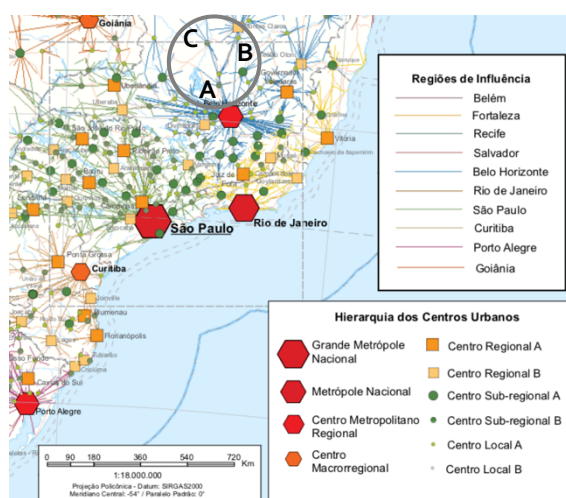


Fonte: IBGE, 2007, p.94: Mapa 12 — Belo Horizonte — MetrÓpole (1C), adaptado

Adicionalmente, a comparação das configurações da rede urbana brasileira em 1966 e 1993 (Figuras 12 e 13), portanto no período de três décadas marcadas por forte processo de urbanização do território nacional, indica que a rede urbana com centralidade em Belo Horizonte não se adensou na direção dessa região em estudo, onde se constata uma visível estagnação no seu processo de urbanização.

Essa constatação em nada colide com as conclusões da pesquisa, que oferece uma justificativa segura para tanto: na realidade, não se trata de uma estagnação, mas de uma urbanização excessivamente desigual decorrente de uma divisão territorial do trabalho desigual. Ou seja, não se trata de um processo anômalo, mas da forma regular como o capital estruturou o espaço regional, frente às características peculiares de sua formação socioespacial, para ampliar a sua capacidade de produção e reprodução.

Figura 12: Rede urbana 1966



Fonte: IBGE, 2007, p.130: Mapa 47

Figura 13: Rede urbana 1993



Fonte: IBGE, 2007, p.133: Mapa 49

Reitero que as evidências encontradas levam à leitura do processo de formação urbana de Sete Lagoas, até o seu estágio atual de uma cidade média e local de interesse do capital industrial nacional e global, bem como à leitura do processo de formação da rede urbana do sertão central não pelo caminho de suas homogeneidades, mas das suas contradições. A biografia regional descrita caracteriza esse processo, desde sua origem secular, essencialmente, como um processo de colonização territorial. A modernidade globalizada não é uma ruptura, mas uma continuidade, um novo estágio, nesse processo de conquista.

Tome-se o moderno caminhão *IVECO HI-ROAD* produzido no Distrito Industrial de Sete Lagoas: por certo, ele não encontra a sua melhor explicação na sumariação da história que reinterpreta Sete Lagoas apenas como extensão do processo de metropolização. A dualidade abissal produzida entre a escala diferenciada de urbanização de Sete Lagoas — e apenas Sete Lagoas — em oposição ao vazio urbano do restante da



Crédito: foto disponível no site da IVECO

região, ao denotar uma relação de *centro e periferia*, tende a mostrar como ruptura aquilo que na verdade são faces da mesma moeda. A organização regional não pode ser descrita como um vazio periférico que continuaria guardando o seu caráter de sertão indiviso, parte perdida dos sertões da Bahia, e Sete Lagoas isoladamente, como uma centralidade desterritorializada desse sertão, livre de seu passado de *terra do outro negro*, reconfigurada e repaginada pelo capital, agora, é transmutada em um balneário *industrial*⁶².

O *IVECO HI-ROAD* tem sua melhor explicação quando se puxa pelo fio da meada que o alinhava ao gusa e ao carvão e, antes, ao boi. As condições objetivas para sua produção foram dadas historicamente pelos modos, meios e relações de produção antecedentes. Não haveria a moderna *IVECO* em Sete Lagoas se economias arcaicas não a tivessem urbanizado até a escala superior de cidade média. Assim, a aparente desconexão entre o ambiente robótico da montadora e o ambiente degradante da carvoaria apenas replica a contradição persistente entre a *urbanidade* concentrada na cidade média de Sete Lagoas, a partir de onde se tem a difusão do modo de vida urbana e do modo de organização do trabalho da nova economia globalizada e, paradoxalmente, a *ruralidade* que marca o sertão central, com traços socioculturais muito arraigados, aparentemente de um tempo econômico passado, determinada pelo *modus operandi* do capital que propositalmente interpõe forças de atrito ao movimento de urbanização, reduzindo a sua intensidade.

⁶² Ver VEJA, Edição 2180, pp. 76–77.

São próprias do processo de urbanização do sertão central, voltando às antíteses de Sant'Anna⁶³, essas contradições entre centro e periferia, tempo presente e tempo passado, urbanidade e ruralidade. Nessa linha, é preciso evitar desvios analíticos e interpretar os fenômenos da metropolização e globalização, dialeticamente, como aquilo que efetivamente são: novos processos sociais que, mediante novas e modernas formas de atuação do capital, voltam a percorrer os veios de colonização da região, e a se apropriar, confrontar e redefinir a sua formação socioespacial.

“Como num romance de Kafka”, se essa colonização ocorreu, no final do século passado, de forma rizomática, rompendo linearidades e racionalidades prévias, atuando por adaptação e amoldando-se ao ambiente local; agora, transformada pelo capital globalizado, é de se atentar que ela passa a se propagar de forma agressiva, como uma metástase.

⁶³ SANT'ANNA, *Reconversão de funções econômicas de cidades no contexto da urbanização extensiva: uma análise da cidade brasileira de médio porte*, 2016.

8.

O CONCEITO DE CIDADE MÉDIA

Na caracterização de Sete Lagoas, no final do século XX, quando invoquei o conceito de *cidade média* como o mais representativo da sua conformação, ele advinha de sua escala de urbanização derivada do processo socioeconômico desenvolvido no espaço regional. As profundas mudanças verificadas no município e na região, no curto espaço de tempo deste século, requerem uma reafirmação desse conceito, buscando as suas raízes históricas e a sua atualização.

8.1 A Expressão cidade média

Na compreensão do conceito de *cidade média*, a primeira dificuldade está na própria expressão utilizada: nem nos seus termos individualizados nem associados, a expressão *per se* conduz a um entendimento imediato que expresse a regularidade de um fenômeno comum a múltiplas e distintas realidades urbanas.

Em primeiro lugar, o termo *cidade* — derivado do latim *civitas/civitates* — não remete a um significado esclarecedor. Em suas definições de natureza espacial¹, ele pode se referir a uma aglomeração demográfica, como um todo, a uma sede de município, apenas a um núcleo original ou a uma parte mais antiga ou mais central de uma 'cidade'. Em todos esses casos, subsiste a ideia de que esse verbete diz respeito a uma área urbanizada e, portanto, não rural². Em uma de suas acepções possíveis chega a ser usado como metáfora, exatamente para

¹ Ainda que metaforicamente, segundo Houaiss (HOUAISS; VILLAR, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, 2001, p. 714), o verbete *cidade* possa ser usado também para referências não relativas a aglomerações humanas, como por exemplo, para referir-se "aos habitantes da cidade, em conjunto" ou como "vasto formigueiro de saúvas".

² As versões dicionarizadas do termo *cidade* mencionam-na como "complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional *não agrícola*, i. e., dedicada a atividade de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural" (FERREIRA, *Novo Aurélio século XXI*, 1999, p. 469, grifo acrescentado) e "aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas a moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais financeiras e a *outras não relacionadas à exploração direta do solo*." (HOUAISS; VILLAR, *Op.cit.*, p. 714, grifo acrescentado)

se referir à vida urbana em oposição ao campo (“vida urbana <*cansado da agitação da c., foi viver no campo*>”³).

Ao abordar esse conceito, Marcelo Lopes de Souza⁴ reafirma esse entendimento de cidade como aquilo que não é rural. Numa primeira conceituação, baseada em Max Weber, “a cidade é primordialmente, o *local de mercado*”. Numa segunda, Souza lança mão da teoria de Christaller⁵ para definir a cidade como uma *localidade central*, cuja maior ou menor centralidade, dada pela quantidade, diversidade e sofisticação de bens e serviços ofertados, permite-lhe atrair compradores da área de entorno, da região, do país inteiro ou de outros países. Numa terceira conceituação, ele considera cidade como “centro de gestão de território” por sediar não apenas empresas públicas e privadas, como também o poder religioso e político. Por último, ele a trata, para além de um local de produção e consumo de bens, como espaço de organização e interação de pessoas, com base em interesses e valores.

Em qualquer dessas definições, a cidade é “sob o ângulo do uso do solo, ou das atividades econômicas que a caracterizam, um espaço de produção não-agrícola (ou seja, manufatureira ou propriamente industrial) e de comércio e oferecimento de serviços”⁶, o que a distingue do campo e dos assentamentos rurais (aldeias ou povoados), cuja vida econômica é caracterizada por atividades da agricultura, da pecuária ou extrativistas.

Sem embargo, o emprego desse termo na expressão *cidade* média, ainda que não ignore esses sentidos que lhe são atribuídos, requer uma reconsideração dessa distinção radical, por oposição, de urbano *versus* rural ou de cidade *versus* campo. Isso porque, com muito mais ênfase do que em estudos metropolitanos, nesse outro contexto regional, essa relação traz um sentido de complementaridade mais intenso. Nessa perspectiva, Maria Encarnação Sposito dá contornos gerais àquilo que se observou de forma particular no âmbito do sertão central de Minas:

³ HOUAISS; VILLAR, Op. Cit., 2001, p. 714.

⁴ SOUZA, *ABC do desenvolvimento urbano*, 2007.

⁵ CHISTALLER, *Central places in Southern Germany* [1933], 1966.

⁶ SOUZA, Op.cit., 2007, p. 27.

Ao se analisarem cidades médias, essas relações entre escalas geográficas diferentes — a da cidade e a da região ou do país — impõem a necessidade de se considerar as relações entre a cidade e o campo, uma vez que grande parte dos papéis desempenhados por cidades médias e pequenas está diretamente associada ao desenvolvimento de atividades agropecuárias em suas áreas rurais. No caso das cidades grandes e metropolitanas, o peso do desempenho de funções que atendam aos interesses do campo é, proporcionalmente, menor e, talvez, nem sempre, tenha grande importância para compreendê-las.⁷

Esse sentido de complementaridade cidade-campo, necessário para a compreensão do conceito *cidade média*, decorre do necessário reconhecimento do espaço social enquanto totalidade, seja ele espaço urbano ou espaço rural, como produto do processo de produção industrial capitalista e, ao mesmo tempo, como condição desse processo, ainda que o papel sociocultural exercido pela centralidade urbana se sobreponha e determine o ambiente rural. Nessa direção, “a cidade e o campo, que constituem aparentemente duas formas espaciais distintas, se integram numa unidade indissociável, apesar de a primeira dominar e determinar a segunda, pois a cidade abriga a atividade hegemônica: a indústria”.⁸

A abordagem dialética de Henri Lefebvre⁹ sobre a interação cidade-campo é apropriada. Em sentido estrito, as suas menções diretas ao termo *cidade* também remetem ao não-rural: a cidade política, a cidade mercantil e a cidade industrial, que ele cita em linha histórica, são espaços que se diferenciam do campo. Da mesma forma, também na lógica lefebvriana, assim é a cidade como lócus da tríade do excedente coletivo, do poder político e da festa¹⁰. Não obstante, quando Lefebvre refere-se ao fenômeno da implosão-explosão e move-se da cidade industrial ao que ele denomina zona crítica e lança mão da figura do *tecido urbano*, ele estabelece uma linha de continuidade entre cidade e campo consistentes com a concepção aqui adotada.

Esse *continuum* que corrompe a polaridade entre cidade e campo é tornada especialmente compreensível quando Lefebvre apropria-se de outros termos em sistemas tríades e não

⁷ SPOSITO, *Reestruturação das cidades e reestruturação urbana*, 2007b, p.235.

⁸ CARLOS, *A cidade e a organização do espaço*, 2011, p. 110.

⁹ LEFEBVRE, *A revolução urbana*, 2004, pp. 15/32.

¹⁰ MONTE-MÓR, *O que é urbano, no mundo contemporâneo*, 2006, p. 13.

bipolares. Ele refere-se, por exemplo, aos conceitos de *centralidade*, *ruralidade* e *tecido urbano* para afirmar que as relações dialéticas existentes entre eles “são dissimuladas sob as oposições termo a termo”, assim como menciona os termos *cidade*, *campo* e *natureza* para falar que “a vida urbana compreende mediações originais” entre eles.¹¹

Essa compreensão não dicotômica, mas interagente, é mais consistente com o significado pleiteado aqui da palavra *cidade* na expressão *cidade média*, para cujo entendimento é útil lançar mão de outro conceito de inspiração lefebvriana, o de *urbanização extensiva* de Roberto Monte-Mór¹², em que o sentido de urbanização, por princípio, vai além das cidades e áreas urbanizadas.

Avançando nessa discussão terminológica, em segundo lugar, o termo *média* da expressão *cidade média* também tem sentido impreciso e, sobretudo, na sua forma mais habitual, comunica uma ideia diversa daquela que é aplicável ao conceito. A sua origem etimológica faz remissão ao adjetivo do latim *medius*, que expressa o “*que está no meio ou entre dois pontos*”¹³. As definições relacionadas destacam noções de grandeza e valor – “*diz-se de grandeza definida como equidistante entre outras grandezas*”¹⁴ ou “*que ocupa ou exprime o meio-termo: limão grande, médio ou miúdo; (...)*”¹⁵. Nessa acepção, o termo *média* diz respeito a tamanho médio ou porte médio e a expressão *cidade média*, assim, poderia ser interpretada como equivalente à expressão *cidade de porte médio*, numa lógica quantitativa e hierárquica. Não é o caso.

Diferentemente, há convergência entre pesquisadores internacionais e brasileiros com relação a que o elemento essencial para compreensão desse conceito de *cidade média* não é a noção de porte ou grandeza, ainda que ela seja relativamente influente. A heterogeneidade de valores, em termos quantitativos, do fenômeno urbano que pode ser designado como *cidade média*, entre países, em um mesmo país e ao longo do tempo, mostra “a dificuldade em sustentar a definição de *cidade média* em critérios que se relacionam com a sua dimensão

¹¹ LEFEBVRE, *O direito a cidade*, 2001, p. 73.

¹² MONTE-MÓR, *Op.cit.*, p. 16.

¹³ CUNHA, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 2010, p. 417.

¹⁴ HOUAISS; VILLAR, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, 2001, p. 1878.

¹⁵ FERREIRA, *Novo Aurélio século XXI*, 1999, p. 1306

física e demográfica em efetuar ora estudos comparativos entre países ora evolutivos no tempo".¹⁶

Com efeito, a compilação de limiares demográficos (Quadro 6) atribuídos a cidades com *status* de cidade média atesta que este não é o critério fundante que lhes atribui identidade. Tomando-se exclusivamente o porte populacional, não há termos de comparação entre Tiquipaya na Bolívia, com população de cerca de 3 mil habitantes, Londrina no Brasil, na casa de 400 mil, e San Miguel de Tucuman na Argentina, com população acima de 600 mil habitantes¹⁷, considerando, nesses exemplos, apenas situações latino-americanas. Mesmo no contexto restrito de um único estado brasileiro, o de Minas Gerais, não há comparabilidade possível entre uma cidade com 200 mil habitantes, como Sete Lagoas, e outra como Montes Claros, com praticamente o dobro, e outra mais como Uberlândia, com quase o triplo, do ponto de vista dos diferentes níveis de complexidade urbana, social e econômica advindos exclusivamente desse critério de tamanho de população.

Joseph Lajugie, em 1973, já chamava atenção para a relatividade do porte populacional que deveria ser considerado em função do contexto da rede urbana: "o número de habitantes, que é apenas um dos elementos de qualificação das cidades médias, não tem um valor absoluto, mas deve ser considerado de acordo com a densidade do tecido urbano regional e, particularmente, em função da extensão do território servido"¹⁸. Ou seja, uma cidade de porte menor, numa rede de baixa densidade urbana, pode desempenhar papéis de influência, atratividade e interatividade regionais mais ativos e relevantes do que outra, de porte superior, numa rede mais complexa e diversificada.

¹⁶ MARQUES DA COSTA, *Cidades médias: contributos para sua definição*, 2002, p. 109.

¹⁷ As populações de Tiquipaya e San Miguel de Tucuman estão informadas em AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p. 11–12, para os anos de 1991 e 1992; a de Londrina, para 1991, em IBGE (Censo 1991), 2018.

¹⁸ LAJUGIE, *Les villes moyenne*, 1973, p. 18

Quadro 6: Limiares demográficos de cidades médias

Limiares (habitantes)	Território	Referência	Fonte
100 mil a 2 a 3 milhões	-	ONU – Habitat II, Istambul, 1996	MARQUES DA COSTA, 2002, p.106
20 a 500 mil	Países ibero-americanos	VII Congresso Ibero-Americano de Urbanismo, Pamplona, 1996	
20 mil a 8 milhões	-	UIA-CIME, 1998	
100 a 250 mil	Países europeus	Comissão Europeia – CHESHIRE et al., 1998; DATAR, 1989	
Acima de 250 mil	Países europeus	Comissão Europeia – PARKINSON et al., 1992	
20 a 500 mil	Países europeus	Comissão Europeia – EUROPA 2000+, 1994	
50 a 200 mil	Países europeus	RODRIGUES-AVIAL, 1989	MARQUES DA COSTA, 2002, p.107
30 a 200 mil	França	SESAME-DATAR, 1972	
20 a 100 mil	França	DAFU, 1972; INSEE [-]; LAJUGIE, 1974; COMMERÇON, 1996	
Abaixo de 100 mil	Grécia	EFILWC, 1994	
140 e 270 mil	Itália	EFILWC, 1994	
Abaixo de 300 mil	Espanha	EFILWC, 1994	
20 a 200 mil	Espanha	IBARZ, 1996	MARQUES DA COSTA, 2002, p.107-108
50 a 200 mil	Suécia	WILBERG, 1991	
30 a 100 mil	Polônia	DZIEWONSKI, 1986	MARQUES DA COSTA, 2002, p.108
Abaixo de 100 mil	Portugal	AVELINO, 1998; GASPAR ET AL., 1998; FONSECA, 1996; CAETANO, 1996; FERRÃO, 1997.	
50 mil a 1 milhão	Argentina	CAILLOU, 1997	AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p.11
Aproximadamente de 3 mil a 50 mil	Bolívia	PACO, 1997; PEREIRA, 1987	AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p.12
Aproximadamente de 10 mil a 50 mil	Burkina Faso	-	AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p.13
Aproximadamente de 20 mil a 50 mil	Costa do Marfim	COTTEN, 1973	
20 a 250 mil	Malásia	OSBORN, 1974	
20 a 100 mil	Alemanha	HOFMEISTER, 1976	
50 a 100 mil	União Soviética	KHOREV, 1974	
20 a 100 mil	União Soviética	DAVIDOVICH; KONSTANTINOV, [-]	
100 a 150 mil	França (Geral)	COMMERÇON; GEORGE, 1999	AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p.15-16
Aproximadamente de 27 a 37 mil	França (segundo nível)	COMMERÇON; GEORGE, 1999	
Aproximadamente 18 mil	França (pequenos polos)	COMMERÇON; GEORGE, 1999	
Aproximadamente de 15 a 35 mil	França (Alsace)	COMMERÇON; GEORGE, 1999; PICHEMEL, 1995	
Aproximadamente de 55 a 80 mil	França (Saône)	COMMERÇON; GEORGE, 1999; PICHEMEL, 1995	SANTAMARIA, 2000, p.5
20, 30 ou 50 mil a 100 ou 200 mil	França	MICHEL, 1977, P.642	
20 a 100 mil	Espanha	DE ESTABAN ALONSO, LÓPEZ LÓPEZ, 1989	
50 a 100 mil	Espanha	VINUESA ÁNGULO, 1989	
25 a 50 mil	Espanha	SERRANO MARTINEZ, 1986	
10 e 50 mil	Brasil (Minas Gerais)	BREMAEKER, 1992 (municípios de porte médio)	AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p.18
20 a 50 mil e 50 a 100 mil	Brasil (Minas Gerais)	BAENINGER, 1998 (cidades de porte intermediários e cidades médias)	
50 e 280 mil	Brasil (Minas Gerais)	MATOS, 1997	AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p.19
200 a 500 mil	Brasil (Minas Gerais)	AMORIM FILHO; ABREU, 2000 (cidades médias de nível superior)	
Aproximadamente de 50 a 160 mil	Brasil (Minas Gerais)	AMORIM FILHO; ABREU, 2000 (cidades médias propriamente ditas)	
10 a 50 mil	Brasil (Minas Gerais)	AMORIM FILHO; ABREU, 2000 (cidades médias de nível inferior/centros emergentes)	PEREIRA; LEMOS, 2003
100 e 500 mil	Brasil	SERRA, 1998	
100 mil a 1 milhão	Venezuela	PULIDO, 2001	PULIDO, 2001

Fontes: autores indicados

Por esse caminho, não é possível identificar características generalizáveis entre cidades, levando a termo apenas o seu tamanho populacional, se nem mesmo as redes urbanas em que se inserem são comparáveis, com observância apenas do critério de densidade demográfica:

A comparação da rede urbana das regiões industriais europeias e norte-americanas com aquela do interior da Guatemala, assentada sobre uma economia camponesa, e com a do planalto ocidental paulista, associada a modernos complexos agroindustriais, evidencia diferenças mais profundas e complexas do que densidade demográfica e renda. Estas, por mais importantes que sejam, são expressões e condições de estruturas socioespaciais mais profundas, historicamente produzidas.¹⁹

Temporalmente, tem-se outra fragilidade. Não se pode afirmar que uma cidade tomada como cidade média, com determinada população, nos anos 1950 e 1960, quando esse conceito passou a ser utilizado na literatura acadêmica, guarda características similares a de outra cidade, hoje, com o mesmo porte. O intenso processo de urbanização mundial, sobretudo na América Latina, no último meio século, implica naturalmente uma mudança de parâmetros de limiares populacionais e um processo de mutação de conceitos, sobretudo para contextos não metropolitanos.

Um esforço de superação desse critério demográfico associa a ele a ideia funcional de *intermediação*. Referindo-se à sua própria tese, que foi precursora no estudo desse tema no Brasil, Amorim Filho afirma que “estudos realizados na Universidade de Bordeaux por Amorim Filho (1973, sob influência de Jean Borde e a orientação de Guy Lasserre e Raymond Pebayle) e Joseph Lajugie (1974) demonstram que aspectos ligados à *função de intermediação* dentro das redes urbanas, assim como a posição geográfica da aglomeração são tão ou mais importantes do que o tamanho demográfico na caracterização das cidades médias”.²⁰ (grifo meu)

O verbete *intermediação*, etimologicamente, remete ao mesmo termo *medius*. Entretanto, se do ponto de vista de classe gramatical média é um adjetivo, intermediação é uma substantivação verbal que pressupõe uma ação²¹, portanto, uma função. Dessa forma, a

¹⁹ CORRÊA, *Estudos sobre a rede urbana*, 2015, p. 276.

²⁰ AMORIM FILHO, *Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias*, 2007, p. 73.

²¹ *Intermediação s.f.* ato ou efeito de intermediar. ETIM. Intermediar + ação – ver medi(o) (HOUAISS; VILLAR, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, 2001, p. 1634)

expressão *cidade média* deixa de expressar apenas uma característica intrínseca, decorrente de uma condição ontológica, definida pelo seu porte — cidade de porte médio —, para outra, relacional, que requer a existência de um elemento externo, a rede urbana e a região, em relação às quais ela exerce certa funcionalidade.

Nessa lógica, em diferentes trabalhos de pesquisa sobre o tema, observa-se o uso de expressões correlatas que procuram espelhar a particularidade da abordagem dada, no escopo de reduzir o nível de imprecisão original da expressão *cidade média*. Uma dessas expressões diferenciadas, incomum no Brasil, mas recorrente em língua espanhola é *cidade intermédia*. O uso do termo *intermédia*²² cumpre o objetivo de trazer para a terminologia adotada o distanciamento da noção de porte e a aproximação da noção de intermediação ou, em outras palavras, a superação da noção de rigidez dimensional e o alcance da noção de dinamismo funcional.

8.2 Variações conceituais e terminológicas

As preocupações com a macrocefalia dos sistemas urbanos inglês e francês, com concentração populacional e econômica em Londres e Paris e consequentes desequilíbrios territoriais, surgiram após a Segunda Guerra Mundial. Na França, as cidades não metropolitanas de maior expressão haviam emergido, então, dentro da política de desenvolvimento regional, nomeadas como *polos de crescimento*, na acepção de François Perroux²³, ou *métropoles d'équilibre*, inscritas “no quinto plano francês²⁴, como remédio para os conhecidos defeitos do quadro urbano do país²⁵. Segundo Marques da Costa²⁶ “o conceito de cidade média só surgiu, pela primeira vez, uns anos mais tarde na França, associado a políticas de desconcentração de população e atividades implementadas pelo VI Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1971 — 1975)”. Esses conceitos — os polos de crescimento, as metrópoles

²² Em português, o termo *intermedia* é um tempo verbal do verbo *intermediar*. Como adjetivo, não é usado com essa forma textual, mas nas formas traduzidas como *média* ou *intermediária*, o que conduziria à expressão *cidade intermediária*.

²³ MARQUES DA COSTA, *Cidades médias: contributos para sua definição*, 2002, p. 103.

²⁴ Sobre os planos franceses de Desenvolvimento Econômico e Social, ver JACCOUD, *Experiências internacionais em políticas regionais*, 2001.

²⁵ ROCHEFORT, *Des métropoles d'équilibre aux métropoles d'aujourd'hui*, 2002, p. 1.

²⁶ MARQUES DA COSTA, *Op.cit.*, p. 104.

de equilíbrio e as cidades médias — respondiam, por um lado, a uma concepção de desenvolvimento “polarizada e difusionista” em que se insistia em um modelo “confiante nas virtudes da concentração (do capital em grandes empresas, das atividades em áreas geográficas bem definidas) e na capacidade de difusão centrífuga dos benefícios do crescimento econômico, dos polos para as respectivas hinterlândias”²⁷ e, por outro, a um propósito de reequilíbrio territorial, na medida em que concorriam “para a constituição de uma malha urbana mais conforme ao modelo ideal geométrico-funcionalista, protagonizado pela teoria dos lugares centrais” de Christaller.²⁸

Corrêa ratifica essa origem europeia da noção de *cidade média*, especialmente na Inglaterra e na França, na segunda metade do século XX, como mecanismo de intervenção na rede urbana para superação do desequilíbrio advindo do processo de urbanização fortemente concentrado nas capitais nacionais:

Na Inglaterra, após a Primeira Guerra Mundial, a capital londrina não apenas polarizava em excesso a vida econômica e política, como as cidades já se apresentavam com sérios problemas sociais e econômicos. A ideia de desconcentração traduz-se na intenção de alterar a estrutura político-administrativa do país, herdada da Idade Média, criando novas províncias cujas sedes seriam as capitais regionais, cidades médias, pode-se dizer. Na França, após a Segunda Guerra Mundial, “Paris e o deserto francês”, era expressão que denunciava a macrocefalia da capital francesa, e estabeleceu-se uma política de “aménagement du territoire”, que reforçaria o papel das “métropoles d’équilibre”, cidades médias, também pode-se dizer.²⁹

Amorim Filho³⁰ confirma esse nascimento da “preocupação com o grupo de cidades chamadas médias”, na Europa Ocidental, detidamente na França, a partir dos anos 1950 e 1960, ao listar as primeiras manifestações dos primeiros pesquisadores que, segundo ele, abordaram

²⁷ FERRÃO; HENRIQUES; NEVES, 1994, *Repensar as cidades de média dimensão*, p. 1124.

²⁸ *Ibidem*, p. 1125.

²⁹ Sem prejuízo do sentido de cidade média desse excerto de Corrêa (CORRÊA, *Construindo o conceito de cidade média*, 2007, p. 27) - enquanto mecanismo de equilíbrio da rede urbana, de forma particular, a associação direta entre *metrópole d’équilibre* e cidade média não coincide com a visão de outros autores. Lajougie (1973), por exemplo, correlaciona esses dois conceitos (*metrópole d’équilibre* e *ville moyenne*) sem, no entanto, atribuir-lhes o mesmo significado.

³⁰ AMORIM FILHO, *Origens, evolução e perspectiva dos estudos sobre cidades médias*, 2007, pp. 69/72.

o tema: os geógrafos Jean Gottmann (1952), Pierre George (1952), Michel Rochefort (1957 e 1965), Jean Coppolani (1959), Jean Hautreux e Michel Michel (1977).

No Brasil, os estudos iniciais filiaram-se à geografia francesa, através de Yves Leloup e do próprio Amorim Filho, com teses de doutorado relativas à rede urbana mineira, respectivamente, "*Les Villes du Minas Gerais*" (1970)³¹ e "*Contribution à l'étude des villes moyennes au Minas Gerais – Formiga et le Sud-Ouest du Minas Gerais*" (1973).³²

Contemporaneamente aos planos de desenvolvimento franceses, o tema recebeu menção também no sistema de planejamento oficial brasileiro, do período ditatorial, nos chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento³³ e deu lugar a um Programa Especial para Cidades de Porte Médio – CPM³⁴. No II PND, por exemplo, foi adotada a mesma visão europeia de cidade média enquanto mecanismo potencialmente capaz de promover equilíbrio na rede urbana, no processo de ocupação do território nacional:

Ao longo da década [de 1980], o País se estará caracterizando, cada vez mais, como uma sociedade predominantemente urbana, em processo acelerado de metropolitanização [sic]. E o desenvolvimento urbano passa a ter interação cada dia mais profunda com a própria estratégia nacional de desenvolvimento.

É conhecido o desequilíbrio, que se tem agravado, no processo de urbanização do País. Observa-se, de um lado, um processo de metropolitanização (sic) prematura, com proliferação de grandes aglomerados urbanos, que continuam crescendo a taxas aceleradas, e, de outro lado, a excessiva pulverização de pequenas cidades, sem um número adequado de cidades médias que dê razoável equilíbrio ao conjunto.³⁵ (grifo meu)

³¹ Tese defendida junto ao Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL) da Université Paris III, citada por AMORIM FILHO, Op.cit.

³² Tese defendida junto à Université de Bordeaux, citada por AMORIM FILHO, Op.cit.

³³ No Brasil, existiram três Planos Nacionais de Desenvolvimento, todos no período da ditadura militar: o I PND (1972-1974), o II PND (1975-1979) e o III PND (1980-1985).

³⁴ Na proposta do *Programa Estadual de Cidades Médias – Documento 1* (MINAS GERAIS, 1976, p. 01) há menção ao CPM como "uma das alternativas para a ordenação do desenvolvimento urbano nacional, um programa para atuação em curto, médio e longo prazos em cidades de porte médio, promovendo, a nível regional e/ou sub-regional, melhoria de oportunidades econômicas e sociais e disciplinando a alocação de recursos para o desenvolvimento urbano".

³⁵ BRASIL, *II Plano Nacional de Desenvolvimento — II PND*, 1974, p. 85.

No final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, o tema emergiu como uma preocupação destacada no planejamento do Estado de Minas Gerais, em desdobramento à ação federal. Foi proposto, então, um Programa Estadual de Cidades Médias³⁶, que veio a se converter num programa de governo, utilizando-se substitutivamente a expressão *centro intermediário*, o Programa Estadual de Centros Intermediários – PROECI³⁷, que priorizou centros assim identificados em estudo espacial desenvolvido pela Fundação João Pinheiro.³⁸

Vale ressaltar que, também no caso mineiro, o conceito de cidade média não se prestou à descrição de uma realidade empírica, mas de uma realidade urbana com pretensão potencial para o cumprimento de uma função corretiva ou equilibradora na política urbana regional para mitigação de pressões sociais sobre as metrópoles. Isso pode ser observado no fato de as cidades médias no PROECI terem recebido o “codinome” de *cidades-dique*³⁹, especialmente no sentido de promover o desvio e o represamento do processo migratório que se observava em direção aos centros de nível metropolitano. E pode ser observado ainda, de forma direta, na justificativa da proposta do Programa Estadual de Cidades Médias:

Para Minas Gerais, a constituição de uma rede urbana de suporte ao desenvolvimento, capaz de garantir a reorganização do espaço econômico mineiro e a distribuição dos benefícios oriundos do desenvolvimento econômico e social se expressa como o objetivo principal de uma política urbana global. Busca-se a formação de uma rede urbana polarizadora e estruturadora do espaço econômico, “encabeçando regiões e sub-regiões, de tal modo que as forças econômicas encontrem fáceis canais de transmissão”, *capaz de aliviar as “fortes pressões hoje concentradas sobre a Região Metropolitana, pressões estas que tendem a aumentar, na medida em que avança seu processo de metropolização”*.⁴⁰ (grifo meu)

³⁶ MINAS GERAIS, *Programa estadual de cidades médias – Documento 1*, 1976.

³⁷ MINAS GERAIS, *Programa estadual de centros intermediários*, 1981.

³⁸ MINAS GERAIS, *Programa estadual de cidades médias – Documento 2*, 1977.

³⁹ Encontram-se várias referências a essa expressão *cidade-dique*, por exemplo, na capa do documento oficial Programa de Centros Intermediários - Cidades Diques (MINAS GERAIS, *Programa de centros intermediários — cidades diques — treinamento*, 1980).

⁴⁰ MINAS GERAIS, *Programa estadual de cidades médias – Documento 1*, 1976.p. 02. Os trechos entre aspas são citações ao documento Série MG-75/79 - Estudos Básicos para o Plano de Governo – Livro 3 – Política de Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral/Fundação João Pinheiro, do Governo de Minas Gerais.

Associando-se as posições dos autores e planos elencados, evidencia-se que a noção de *cidade média* — no século passado na Europa e no seu desdobramento inicial no Brasil — não tinha um caráter descritivo, no sentido de dar conhecimento de uma realidade urbana pré-existente com características peculiares *per se*. Ao contrário, tinha um caráter projetivo, vislumbrando uma realidade urbana *potencialmente* capaz de se reconfigurar para o desempenho de funções de ordenamento de território, controle de fluxos migratórios e promoção de equilíbrio de rede, na macro escala estadual e nacional; funções essas que até então elas não exerciam ou pelo menos não exerciam na escala e da forma planejada.

Por um lado, essa preocupação com cidades médias emergiu, entre pesquisadores e planejadores, vinculada a duas tendências temáticas do pós-guerra: a do planejamento urbano regional e a dos estudos de redes urbanas⁴¹, e, por outro, como integrante de uma visão clássica de planejamento, tecnocrático e centralizado.

Já o conceito de *cidade intermédia*, ou a sua variante *cidade intermediária*, como conceito correlacionado ao de *cidade média*, também tem sua origem na Geografia Francesa, nos anos 1980, tendo “por base os pressupostos de *meio inovador* ou *território rede*”.⁴²

Naquela década, Michel Gault sustentava o uso da expressão *cidade intermediária* (em francês, *ville intermédiaires*) em substituição a *cidade média* (em francês, *ville moyenne*)⁴³ considerando quatro eixos estratégicos de reflexão — uma estratégia baseada em imagem, comunicação; uma estratégia baseada em desenvolvimento urbano; uma estratégia que se concentra na formação de uma população qualificada; e uma estratégia privilegiando a ação em redes — alinhados com uma visão de cidades atrativas, capazes de responder ao desafio da concorrência europeia:

O vocabulário tem um peso particular: falar em cidades médias subentende certa doçura de viver, certa negligência, certa sonolência que não pode levar senão à paralisação e ao

⁴¹ AMORIM FILHO, *Origens, evolução e perspectiva dos estudos sobre cidades médias*, 2007, p. 69.

⁴² MARQUES DA COSTA, *Cidades médias: contributos para sua definição*, 2002, p. 101.

⁴³ Há diferentes nuances no uso dessas expressões na França e no Brasil, sobretudo porque há diferenças pronunciadas entre objetos a que elas se referem: a rede urbana e as cidades francesas e brasileiras. Entretanto, ainda que não se desconsidere essas distinções, entende-se que elas não impedem o uso dessas expressões para o fim aqui desejado.

subdesenvolvimento. Mas um novo conceito está emergindo, o das cidades intermediárias (os anglo-saxões falam de *free standing cities*); são destacadas, então, outras conotações que enfatizam o dinamismo que nos permite construir relacionamentos e se relacionar, com a capacidade de se manter firme em uma autonomia construtiva, em conexão com um território vivo. [...]

De fato, a noção de cidade média refere-se a aspectos estáticos: peso, população, *média*, em suma, a estatísticas, banalizando, em alguma medida, seu objeto. Insistir na noção de intermediária é, ao contrário, sublinhar a importância de aspectos dinâmicos, a noção de estratégia, de lugar a ser conquistado, de espaço a construir, de posição a ocupar, de mediações a suscitar entre os homens, os capitais, de sinergias a desenvolver...⁴⁴ (tradução minha)

Na mesma linha, João Ferrão, Eduardo Henriques e António das Neves referem-se à expressão *cidade intermédia* não como um substitutivo a expressão *cidade média*, mas como “uma nova concepção, mais rica e alargada, que emerge da velha perspectiva e vai tomando o seu lugar”:

O novo conceito (ou a nova perspectiva) sublinha aspectos relacionais e sobretudo as formas de organização reticulares. O duplo sentido de intermédio/intermediário sugere a ideia de um espaço de relações (entre cidades e entre cidades e regiões), estruturado em nós e fluxos, onde a *cidade intermédia* é (ou pode e deve ser) um medianeiro, um ponto de encontro e de passagem obrigatória.

Nesta perspectiva, a cidade média já não é (apenas ou essencialmente) um centro situado em meio a uma hierarquia urbana; é, sobretudo, uma cidade integrada (ou com possibilidades de integração) no circuito de relações que se estabelecem no seio dos sistemas urbanos nacional e internacional, um intermediário (efetivo ou potencial) entre territórios situados em dimensões distintas (as “cidades globais”, de um lado, e os territórios marginais e esquecidos, de outro). Trata-se, em suma, da passagem de uma perspectiva hierárquica e ordinal para uma concepção reticular e relacional do território e das cidades, que reforça o valor geoestratégico dos centros urbanos de média dimensão.⁴⁵

⁴⁴ GAULT, *Villes intermédiaires pour L'Europe?*, 1989, pp. 20/77.

⁴⁵ FERRÃO; HENRIQUES; NEVES, 1994, *Repensar as cidades de média dimensão*, p. 1128.

Carmem Sanfeliu e Josep Torné, vinculados ao programa UIA/CIMES, empregando a expressão *ciudades intermedias*, as definem em termos muito semelhantes:

As cidades intermedias não se definem somente em termos de tamanho demográfico e dimensões específicas de porte (que é coerente com o contexto demográfico), senão sobre as bases das *funções que desempenham*, tais como: seu papel na mediação dos fluxos (de bens, informação, inovações e administração etc.) entre as zonas rurais e territórios urbanos, dentro de suas respectivas áreas de influência e com respeito a outros centros ou áreas urbanas⁴⁶.

E, referenciando-se no geógrafo Giuseppe Dematteis, complementam:

A dimensão, o porte demográfico e a extensão física eram as variáveis que contribuía, majoritariamente, na delimitação/definição de cidade média, variáveis que atualmente se consideram demasiadamente rígidas e estáticas. Pelo contrário, intermédio/intermediário introduzem três novas dimensões:

- Adicionam a ideia de que o potencial e importância da cidade não dependem tanto de seu porte demográfico como do modo em que esta se articula com o resto de elementos do sistema: a capacidade de criar relações e tecer uma rede, assim como as características das mesmas.
- Dão valor e introduzem aspectos mais dinâmicos e estratégicos que incorporam novas possibilidades para a autoafirmação e reforço da cidade-região e a abertura/consolidação a outros níveis: regional, nacional e, inclusive, internacional.
- Supõem a substituição do sentido estático e notadamente hierarquizado que outorgavam as teorias mais clássicas ao conceito de sistema urbano por uma nova ideia mais aberta, dinâmica e interativa.⁴⁷

Em adesão a essas ideias, a pesquisadora Nubis Pulido⁴⁸ justifica o surgimento dessa nova nomenclatura como forma de “diferenciar um tipo particularmente dinâmico de cidades médias”, na Venezuela.

⁴⁶ SANFELIU; TORNÉ, *Ciudades intermedias: urbanización y sostenibilidad*, 2004, p. 2, Essa definição aparece também em documento da United Cities and Local Governments – UCLG, sediada em Barcelona (UCGL, [201-], p. 8)

⁴⁷ SANFELIU; TORNÉ, Op.cit., p. 2.

⁴⁸ PULIDO, *El espacio urbano latinoamericano y la globalización: emergencia de ciudades 'intermedias' y nuevos cambios en Venezuela*, 2006, p. 150.

No Brasil, para o mesmo significado conceitual dado por Gault, Sanfeliu e Torné e Pulido, o uso da expressão *cidade intermédia* é quase inexistente e o de *cidade intermediária* é pouco usual, prevalecendo na literatura acadêmica o emprego da expressão geral *cidade média* ou mesmo o uso concomitante de todas essas noções para se referir ao mesmo fenômeno espacial.

Adriana Barbosa, Ralfo Matos e Carlos Lobo, por exemplo, citando os autores acima, oscilam no uso dessas expressões, acabando por cunhar uma versão conciliadora de *idades médias dinâmicas*, com a seguinte definição:

A rede urbana e as cidades médias dinâmicas [...]

Assim, é possível ponderar que a cidade intermédia ou intermediária se apresenta, praticamente, como uma cidade média dinâmica que encerra fluxos que estruturam redes geográficas, favorecidos pelo terciário moderno que prima pela oferta de serviços – não só de empregos em potencial – os quais contribuem para a diversificação da oferta de objetos culturais, de saúde e de educação.⁴⁹

Com a mesma preocupação, Juscelino Lima propõe uma “alternativa denominal (sic) e conceitual para o agrupamento de cidades qualificadas de médias”, utilizando a expressão *idades de comando regional*. Reconhecendo que “as transformações territoriais no Brasil, particularmente das últimas três décadas, resultam de articulações de interesse, envolvendo Estado e atores do poder hegemônico do capital, associado com as transformações impostas pelo contexto da globalização”, ele dá à expressão...

um sentido de cidade menos quantitativo e mais ativo/participativo, uma vez que lhe é exigida o cumprimento de um protagonismo de comando coletivo. Temos, então, de forma dinâmica, atuando em conjunto, dentro de um quadro regional, três representações com forças intrínsecas: sociedade, economia e política.⁵⁰

⁴⁹ BARBOSA; MATOS; LOBO, *Cidades médias e atração de migrantes qualificados*, 2015, p. 76.

⁵⁰ LIMA, *Cidades médias brasileiras a partir de um novo olhar denominal e conceitual: cidades de comando regional*, 2017, p. 10.

Ao final, essas variações terminológicas não pacificam a questão, no intuito de atribuir à noção *cidade média* o valor de um conceito claramente articulado, passível de ser aplicado sobre fenômenos urbanos objetivamente identificáveis por suas características regulares e comuns. À falta desse conceito pactuado, essas variações recorrem a adjetivação ou substituição da expressão original para fazer referência a recortes particulares tipificáveis, dentro da realidade mais ampla e mais difusa, de interesse do pesquisador e de sua linha de pesquisa. Esse procedimento oscila muitas vezes entre o emprego de um elevado nível de subjetividade analítica que distorce o objeto de análise e a busca por critérios objetivos, com base no conhecimento empírico.

8.3 Cidade média como ideologia

Independentemente de virtudes reais que as cidades médias possam de fato apresentar — que as distingam de cidades maiores ou menores —, desde a origem europeia do uso dessa expressão, tem-se a construção de um imaginário, em que essas virtudes — mesmo que circunstanciais, particulares ou efêmeras — são projetadas sobre esse construto, como atributos permanentes e imanentes e, portanto, generalizáveis.

Lajugie, quando se refere à identificação de cidades francesas que respondem à “ideia” de cidade média, para além do aspecto quantitativo (“cidades de porte médio”), aquelas que incorporam o “senso funcional do termo”, registra a presença de elementos qualitativos que têm esse caráter de idealização:

De fato, ao critério quantitativo, é conveniente associar critérios qualitativos. A cidade média, para a maioria dos que empregam esse termo, evoca sobretudo a ideia de um certo quadro de vida, de certas condições de existência, pode-se dizer de um estilo de vida que não é aquele das cidades rurais privadas dos equipamentos característicos da vida urbana, mas que é distante do das grandes aglomerações, onde a escala torna impossível os contatos e as relações pessoais que fazem da cidade média uma comunidade de habitantes.⁵¹

⁵¹ LAJUGIE, 1973, *Les villes moyenne*, 1973, pp. 11-12.

Referindo-se a uma revalorização das cidades médias, na virada dos anos 1960 e 1970, ele esclarece mais longamente essa ocorrência de uma associação a uma existência pessoal tangível na escala humana e a um lugar que permite certo estilo de vida, não possível em concentrações urbanas em outra escala:

Diante disso, as cidades de tamanho médio parecem a muitos como um refúgio de paz e serenidade, como as últimas ilhas onde as vantagens da sociedade urbana podem ser conciliadas com as exigências de uma vida pessoal que não quer se separar da natureza.

Beneficiando, em muitos casos, de um local agradável e até pitoresco, muitas vezes de um patrimônio arquitetônico ou histórico de qualidade, preservado pelos fluxos turísticos que são uma das bases da sua prosperidade, [...], elas ritimam as vidas de seus habitantes às de suas atividades em um contexto em escala humana.

A sua principal força é ter conseguido manter estes ativos, oferecendo aos seus habitantes, nos últimos dez ou quinze anos, especialmente, um número crescente de equipamentos que eram, até então, prerrogativa das grandes cidades no que se refere ao ensino ou cuidados médicos e cirúrgicos, por exemplo, como para as formas mais modernas de comércio varejista.

Sem dúvida, não devemos nos iludir sobre o quadro das imagens idílicas que muitas vezes traduzem o ideal esperado, as aspirações mais do que a realidade. Mas se, na verdade, nem todas as cidades de tamanho médio oferecem aos seus habitantes tudo o que eles esperam, pelo menos, é possível que eles esperem ver preencher, pouco a pouco, as deficiências de equipamentos em questões socioculturais, por exemplo, para gradualmente acender à plenitude da vida urbana.⁵²

Contemporaneamente a Lajugie, Michel Michel observa o mesmo fato, a que ele se refere como “uma ideologia”, mas com uma ênfase crítica bastante pronunciada:

Os discursos sobre cidade média não se contentam ou sequer se preocupam com uma definição estatística ou funcional. Eles a associam, ou preferem, uma descrição afetiva e lisonjeira, fundada apenas na consideração de aparências ou de impressões subjetivas, das quais

⁵² LAJUGIE, 1973, *Les villes moyenne*, 1973, pp. 44–45.

cidade média parece repleta de atrações, qualidades e virtudes. As palavras-chave são aprovação, charme, discrição, modéstia, humanidade, harmonia, equilíbrio...⁵³

Segundo Michel, essa ideologia se manifesta, em primeiro lugar, em uma *idealização do cenário*, em que um fragmento simbólico da cidade não representativo de sua totalidade é convertido numa imagem-representação para expressar visões de nostalgia, tranquilidade e segurança, em contraponto às “cidades de concreto”⁵⁴. Em segundo lugar, em uma exaltação de *humanidade*: a escala humana é evocada para uma exploração subjetiva de sentimentos de pertencimento, intimidade e singularização, de novo, em contraponto à cidade grande que “é desumana porque ignora o indivíduo”⁵⁵. Em terceiro, numa adesão à ideia de *qualidade de vida*, como a “grande chance” das cidades médias, é posta como uma cidade de fácil mobilidade, próxima da natureza e do ambiente rural, mais uma vez em oposição às metrópoles que não apresentam tais virtudes⁵⁶. Em quarto, na valorização de *certo modo de vida*, por serem “lugares privilegiados de contatos humanos autênticos”, ao contrário da segregação social das cidades maiores⁵⁷. Por último, essa ideologia se manifesta em um discurso que leva aos conceitos de *harmonia e equilíbrio*, por serem as cidades médias, e apenas elas, capazes de dosar proporcionalmente forças opostas – o velho e o novo, a tradição e o modernismo, o conformismo e a inovação. Mais: cidades “sem confrontos, sem solavancos, sem distúrbios, mas de uma lenta e pacífica transformação...”⁵⁸

Michel atribui a essa ideologia um caráter caricatural, de forte apelo subjetivo, que se vale da distorção da realidade para escamotear uma visão tradicional, reativa e negativa do processo urbano e da vida urbana:

A cidade média é, assim, em grande parte, um mito. Uma imagem única e estereotipada, resultado de representações herdadas, fundadas em aparências, em sentimentos ou em visões folclóricas ou parciais, que dissimulam aspirações retrógradas sobre temas em voga,

⁵³ MICHEL, *Ville moyenne, ville-moyen*, 1977, p. 657

⁵⁴ *Ibidem*, p. 657.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 660.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 661.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 664.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 666.

substituindo uma realidade que é extremamente diversificada e, no mais das vezes, diferente.⁵⁹

Ainda que essa idealização associada à *cidade média* não seja posta sempre como elemento central na formação desse conceito, ainda que seja objeto de crítica, ela tem sido recorrente na literatura acadêmica como atributo defendido por alguns pesquisadores ou, quando não, como atributo por eles observado e registrado.

No excerto citado de Gault⁶⁰, ele insiste no uso da expressão *cidade intermediária* exatamente para superar os componentes subjetivos e idealizados que ele entende que contaminam a expressão *cidade média* que, negativamente, “subentende certa doçura de viver, certa negligência, certa sonolência”. Entretanto, alinhado com um ideário que concebe as cidades como agentes em disputa, em um mercado competitivo de oportunidades de desenvolvimento — então, bastante aquecido frente a iminente unificação europeia —, Gault não deixa de também acorrer a uma idealização, ainda que de outra ordem, desde que inserida numa perspectiva “positiva” e bastante pragmática de construção de uma imagem concorrencial e de comunicação urbanas. *Comunicação, imagem, projeto de cidade*, palavras-chave na sua sintaxe, numa projeção de futuro e incorporando dimensões míticas, mesmo que baseadas em “ativos reais”, não deixam de conter também uma subjetividade:

Estamos nos referindo ao papel dos representantes eleitos, porque cabe a eles determinar qual imagem eles querem promover, para o projeto da cidade. Cada cidadão participa de uma imagem latente de sua cidade, às vezes de uma imagem mítica, que pode paralisar seu desenvolvimento ou, ao contrário, servir de trampolim, se esse mito se torna imagem, fonte de identificação positiva. Mas esperamos que o prefeito desenvolva uma imagem controlada de sua cidade, uma imagem ativa, positiva, projetada para o futuro. Para o representante eleito, um homem de ação, é uma questão de comunicar sua cidade, menos como é hoje, do que como está se tornando, ou como deveria ser, tal qual será em função de sua ação e do projeto de cidade que anima esta ação (na medida em que esta dependerá dos ativos reais disponíveis para a cidade). Incluindo a comunicação urbana e a projeção dessa

⁵⁹ Ibidem, p. 669.

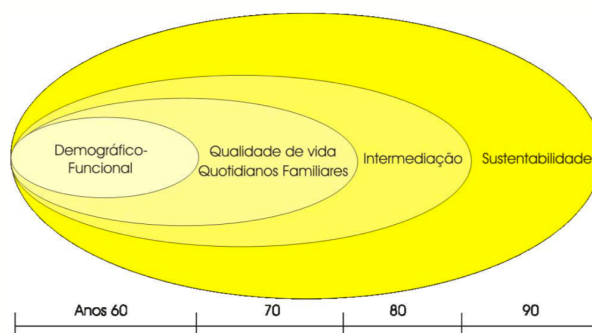
⁶⁰ GAULT, *Villes intermédiaires pour L'Europe?*, 1989.

identidade no futuro. *O mito que muitas vezes alimenta essa percepção que uma cidade tem dela mesma pode se tornar uma identidade poderosa.*⁶¹ (grifo meu)

Eduarda Marques da Costa, por seu turno, se por um lado afirma que é “reconhecida a dificuldade em basear a identificação de cidades médias em elementos subjetivos como o modo de vida, a qualidade de vida e a menor incidência dos problemas sociais que afetam as grandes cidades”⁶², por outro, não deixa, também, de fazer remissão a uma idealização subjetiva, ainda que de outra espécie, quando estabelece uma vinculação natural entre cidades médias e sustentabilidade: “atendendo às prioridades e ao quadro de objetivos a atingir em matéria de ordenamento do território e desenvolvimento econômico e social, *parece pertinente que as cidades médias sejam cidades sustentáveis*”.⁶³ (grifos meus)

A Figura 14 ilustra a evolução dos critérios de definição de *cidade média* nas décadas de 1960 a 1990 que, segundo Marques da Costa, desde então, em seu estágio mais avançado, incorpora essa noção de sustentabilidade. Além disso, quando propõe um quadro conceitual de análise da *cidade média*, dentre os três conceitos elencados, ela reafirma o da *sustentabilidade* (que contempla os princípios de “gerar economias sustentáveis”, da “justiça social” e da “sustentabilidade ambiental”), ao lado do *meio inovador* (que “defende a emergência de novas formas de produção e o desenvolvimento do território como fruto do processo de inovação”) e do *território-rede* (que compreende “as relações entre os sistemas local e global”).

Figura 14: Evolução dos critérios de definição de cidades médias



Fonte: FIGURA 1, MARQUES DA COSTA, 2002, p. 117.

⁶¹ Ibidem, p. 59.

⁶² MARQUES DA COSTA, *Cidades médias: contributos para sua definição*, 2002, p. 116.

⁶³ Ibidem, p. 119.

Diante dessa estrutura conceitual, especialmente no que tange à *sustentabilidade*, admitindo-se que as cidades, em suas diversas feições, integram uma rede urbana global que dá materialidade espacial ao processo socioeconômico, também de ordem global; em um e outro caso, mesmo na perspectiva de “metas” a se atingir, não se vislumbra nenhum fator objetivo capaz de particularizar as cidades médias como cidades sustentáveis, excluindo todas as demais, pequenas e metropolitanas, senão uma projeção idealizada sobre elas.

No Brasil, há também uma multiplicidade de referências na literatura acadêmica que podem ser interpretadas como formas de idealização. Oswaldo Amorim Filho e Rodrigo Serra, ao agruparem as principais abordagens de pesquisadores sobre o tema, nos anos 1990, citam uma primeira vertente que contempla o papel privilegiado das cidades médias no processo de globalização e uma segunda, que aqui interessa, que se desdobra em três subgrupos, todos eles bastante suscetíveis a juízos subjetivos:

- o primeiro cobre as várias condições que possibilitam uma boa “qualidade de vida, para a maior parte dos homens em um determinado lugar;
- o segundo inclui as questões entrelaçadas do “patrimônio, principalmente histórico-urbano, e da busca crescente de “identidade, por parte dos mais diferenciados grupos humanos, o que apresenta dificuldades tanto maiores, quanto maiores são as aglomerações urbanas; e
- o terceiro envolve os temas, também intimamente interligados, das “percepções, valores, motivações e preferências” sociais e individuais, aspectos altamente correlacionados com a intensidade e o direcionamento dos “fluxos turísticos” de massas humanas cada vez maiores.

É interessante observar que, tanto do ponto de vista dos pesquisadores, quanto daquele das mídias, quanto, ainda, da intuição popular, *as cidades médias parecem ter uma posição privilegiada em relação a todos esses aspectos.*⁶⁴ (grifos meus)

Também em estudos sobre a espacialização da economia brasileira, notadamente os relativos ao planejamento urbano e regional, nos anos 1970, depara-se com a atribuição de papéis

⁶⁴ AMORIM FILHO; SERRA, *Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional*, 2001, p. 30.

às cidades médias para solução do problema da macrocefalia urbana do país, a exemplo do caso francês, com considerável carga de expectativas positivas, por exemplo, por uma presumida capacidade dessas cidades de mitigação de pobreza urbana e de preservação ambiental.

Esse é o sentido que se entrevê, por exemplo, na afirmação de Thompson Andrade e Rodrigo Serra, ao analisarem as perspectivas do modelo espacial de crescimento econômico baseado na descentralização para as cidades médias *vis-à-vis* o modelo concentrado nas metrópoles vigente até os anos 1970:

Era plural o interesse por essa alternativa espacial de crescimento, valorizando as cidades médias: vislumbra-se a *minimização da pobreza urbana*; a garantia da capacidade gerencial e financeira do Estado em prover equipamentos e serviços urbanos; evitar a queda da produtividade das atividades econômicas; a *preservação do meio ambiente*, o avanço do projeto de integração nacional; a ocupação das fronteiras nacionais.⁶⁵ (grifos meus)

Não há dúvida de que, na lógica das deseconomias *versus* economias de aglomeração, as cidades médias de fato ofereceram condições de produção bastante mais vantajosas ao capital. A intensa migração de empresas transnacionais para esse contexto não metropolitano, como o setelagoano, comprova essa tese. Não obstante, o ponto a se ponderar é quanto à extensão dessas vantagens também aos aspectos socioambientais. Interpõe-se aí uma indagação inevitável, essencial para esta tese: qual a base empírica capaz de avaliar que o modo de produção capitalista, que nas metrópoles produziu pobreza e degradação ambiental, nesse outro contexto urbano, exclusivamente por força de circunstâncias territoriais, será capaz de refrear seu *modus operandi* para extração de sobretrabalho e reduzir sua escala crescente de produção e reprodução, de forma a gerar resultados mais equilibrados, sustentáveis e inclusivos? A pesquisa desenvolvida no sertão central de Minas não sugere nenhuma evidência nessa direção.

Dando um passo a frente, é importante observar que essa idealização transborda o ambiente acadêmico e assume um lugar de destaque no discurso público. Um exemplo desse discurso pode ser encontrado na mídia nacional, com alguma regularidade, quando ela se propõe a

⁶⁵ ANDRADE; SERRA, *Cidades médias brasileiras*, 2001, p. vi.

divulgar *rankings* de cidades com melhor posicionamento relativo para negócios. Um caso representativo, sobretudo pela época — uma vez que 2010 foi um ano de dinamismo econômico com crescimento de investimentos estrangeiros diretos no país —, está na matéria especial “As cidades onde o Brasil mais cresce” publicada pela revista VEJA, em setembro daquele ano (Figura 15)⁶⁶.

Figura 15: Matéria da revista Veja — Introdução



Fonte: VEJA, Edição 2180, pp.76–77

Introdutoriamente, a reportagem vincula o conceito de *cidade média* ao porte populacional entre 100 mil e 500 mil habitantes e aponta o avanço demográfico e de empreendimentos em direção a essas cidades (“avanço para o interior”⁶⁷), desde os anos 1970, como razão para que elas tenham se convertido no “verdadeiro motor do desenvolvimento brasileiro”⁶⁸. Nas quatro seções subsequentes — “aonde o futuro já chegou”, “terra fértil para bons negócios”, “as lições das que já viraram metrópole” e “almanaque” — expressões superlativas e atrativas

⁶⁶ REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, Edição 2180, ano 43, n.35, pp.75-132, 01/09/2010; matérias e reportagens assinadas por Felipe Patury, Leonardo Coutinho, Marcelo Sperandio, Julia de Medeiros, Vinicius Segalla, Igor Paulim, André Vargas, Sandra Brasil, Fernanda Kuslevicius, Luiz Ricardo Bergamo, Paula Rocha e Tatiana Maebushi.

⁶⁷ Ibidem, p. 76.

⁶⁸ Ibidem, p. 78.

dissimulam os problemas e contradições econômicos, socioambientais e urbanos das cidades médias e evidenciam, tão somente, uma multiplicidade de virtudes: o lugar da qualidade de vida e da tranquilidade do interior⁶⁹, da torrente de riquezas⁷⁰, do luxo dos ricos⁷¹, de condição saudável⁷², da arquitetura residencial superior⁷³, do caráter empreendedor do capitalismo visceral⁷⁴ da superação civilizatória de ilegalidades do passado⁷⁵ e de cidades repaginadas⁷⁶.

Ainda que a matéria, em seu conteúdo e sua ênfase, tenha um propósito mercadológica própria de um veículo comercial não especializado e de circulação de massa, em realidade, ela repercute a mesma idealização das cidades médias formulada com dicção mais erudita na academia. De maneira geral, a matéria dá substância e contexto específicos à construção de imagens urbanas míticas para a disputa de oportunidades no concorrido *mercado de cidades* que Gault⁷⁷ considera em suas reflexões.

Particularizando o caso de interesse desta tese, Sete Lagoas é incluída entre as 20 cidades “aonde o futuro já chegou” sob o título de *O Balneário industrial* (Figura 16). A narrativa que apresenta a cidade tem o caráter caricatural, estereotipado e folclórico a que Michel⁷⁸ se refere na sua crítica à ideologia da cidade média que escamoteia a realidade em sua diversidade e diferença.

Sete Lagoas não é um balneário, as lagoas urbanas que lhe caracterizam não são banháveis, a cidade não tem a tradição de abrigar casas de veraneio e não há nela uma dualidade marcante entre espaços de tranquilidade e de frenesi. Tampouco se pode simplificar a sua realidade social determinada pelo ciclo industrial das últimas duas décadas — que tem na verdade acirrado as desigualdades —, atribuindo-lhe a responsabilidade pela criação unicamente de certa elite rica e de consumo de luxo. Ainda assim, a reportagem é hábil em usar fragmentos

⁶⁹ Ibidem, p. 81.

⁷⁰ Ibidem, p. 93.

⁷¹ Ibidem, p. 97.

⁷² Ibidem, p. 99.

⁷³ Ibidem, p. 98.

⁷⁴ Ibidem, p. 106.

⁷⁵ Ibidem, p. 107.

⁷⁶ Ibidem, p. 108.

⁷⁷ GAULT, *Villes intermédiaires pour L'Europe?*, 1989.

⁷⁸ MICHEL, *Ville moyenne, ville-moyen*, 1977.

da cidade — lagoas, condomínios fechados etc. — para compor, como falsa totalidade, uma cidade envolvida em um imaginário idílico:

A dualidade é a marca de Sete Lagoas. Fincada em um cenário bucólico, ela abriga casas de veraneio dos ricos de Belo Horizonte, que viajam apenas 70 quilômetros para desfrutar os sítios e chácaras situados às margens de seus lagos. A tranquilidade da região balneária contrasta com o frenesi do anel industrial que a circunda, onde estão situados os fornos de fundição de ferro-gusa.⁷⁹ [...]

Essa elite nascente [a classe média que surgiu na esteira do crescimento da cidade] é ávida, naturalmente, por condomínios luxuosos. Construídos por empreiteiros locais, eles exibem a riqueza de seus compradores e ajudam a aquecer a economia de Sete Lagoas.⁸⁰

Figura 16: Matéria da revista Veja — O balneário industrial

ESPECIAL CIDADES MÉDIAS • AONDE O FUTURO JÁ CHEGOU

O BALNEÁRIO INDUSTRIAL

A dualidade é a marca de Sete Lagoas. Fincada em um cenário bucólico, ela abriga casas de veraneio dos ricos de Belo Horizonte, que viajam apenas 70 quilômetros para desfrutar os sítios e chácaras situados às margens dos seus lagos. A tranquilidade da região balneária contrasta com o frenesi do anel industrial que a circunda, onde estão situados os fornos de fundição de ferro-gusa. Embora eles ainda sejam importantes para a economia local, na última década os negócios na cidade se diversificaram de tal forma que ganharam robustez suficiente para que Sete Lagoas superasse abastados na sua principal atividade: Fábricas de bens de consumo tão elegantes como cerveja e veículos de transporte praticamente triplicaram o produto interno bruto do município. Durante a última crise financeira internacional, essas empresas não só mantiveram viva a economia de Sete Lagoas como também ajudaram a absorver os 4.000 desempregados da siderurgia.

A diversificação do parque fabril começou em 2003, com a instalação de uma montadora de caminhões, a Fica da Fiat. No início das suas operações, ela produzia 6.000 unidades por ano. Em 2009, chegou a 20.000. Como ocorre na indústria automotiva, a Fico trouxe consigo uma série de fornecedores, que se instalaram nas imediações de sua planta. A

mixância foi de tal ordem que esse setor substituiu a siderurgia como principal motor da economia local. Hoje, ele responde por nada menos que 33% da receita fiscal do município, contra 27% proporcionados pela fundição de ferro-gusa.

Outro fator determinante para a mixância de setores econômica foi a abertura de uma unidade da Ambev. A planta, que requer um aporte de 204 milhões de reais, é construída por uma área de produção de cerveja e outra de envasamento de bebidas. Inaugurada em 2008, a unidade já está em obras para dobrar sua capacidade produtiva.

Na esteira do crescimento, surgiu em Sete Lagoas uma classe média com novas necessidades — e disposta a gastar com prazeres mais refinados. No ano passado, por exemplo, começou a funcionar uma agência de baby que atende uma clientela de mães com agenda lotada de dia e à noite por distrair a noite. Também em 2009, a advogada Erica Sousa, de 30 anos, abriu uma boutique cujo catálogo exibe 200 vestidos argentinos, chilenos e europeus.

"Seu consumidor e seu cliente é uma loja como a minha", diz Erica, que vende o dobro do que previa inicialmente. Essa elite nascente é ávida, naturalmente, por condomínios luxuosos. Construídos por empreiteiros locais, eles exibem a riqueza de seus compradores e ajudam a aquecer a economia de Sete Lagoas.

SETE LAGOAS, MG
 225 000 habitantes
 3,9 bilhões de reais de produto interno bruto
 18 000 reais de renda per capita anual
 13% de crescimento econômico anual
Motores da economia: indústria automobilística e siderúrgica
Perspectivas: tomar as rédeas da produção de caminhões do país

DINHEIRO ATÉ A TAMPA
 Filhos de cerveja da Ambev em Sete Lagoas: um dos indústrias que ajudaram a produzir o produto interno bruto do município



VINÍCIOS SEGALLA

94 | 1º DE SETEMBRO, 2010 | VEJA

VEJA | 1º DE SETEMBRO, 2010 | 95

Fonte: VEJA, Edição 2180, pp.76–77

⁷⁹ REVISTA VEJA, Edição 2180, pp. 94

⁸⁰ Ibidem, p. 95.

8.4 Críticas e contribuições ao conceito de cidade média

De forma oposta à tendência de se preencher a noção difusa de cidade média com uma narrativa idealizada, alguns pesquisadores têm se dedicado a estabelecer parâmetros de análise que considerem elementos objetivos de comparação entre cidades que cumprem funções equivalentes, no nível superior de urbanização, em suas respectivas redes urbanas regionais; elementos de comparação que se sustentem a despeito da irregularidade e da heterogeneidade social, política e econômica inerentes às redes não metropolitanas. Listem-se, nesse caso, Michel Michel⁸¹, Nubis Pulido⁸², Roberto Corrêa⁸³ e os pesquisadores da rede RECIME⁸⁴.

Michel concentra-se na descrição de características comuns identificadas em cidades médias francesas, nos anos 1970, e não chega à proposição de uma metodologia de análise. Ao posicionar-se criticamente à ideologia impregnada no conceito cidade média, “à inexatidão das descrições, à imprecisão das definições, à incerteza dos objetivos e à falta de rigor das políticas”, cunha uma expressão própria cuja tradução mais apropriada é *cidade-meio*⁸⁵: “porque a cidade não é um fim, mas um instrumento, *um meio*, a serviço dos objetivos de uma política global”⁸⁶ (grifo meu, tradução minha).

Sob essa expressão, Michel define cinco características das cidades médias francesas de então, advindas da avaliação do efetivo desempenho delas no processo de descentralização da “sociedade, geralmente denominada urbana industrial”, de uma parte para todo o território nacional. Dada a distribuição e densidade dessas cidades, elas se tornaram essenciais ao processo por lhe assegurarem condições de ampla penetração e cobertura territorial. Dessa forma, favoreceram “o deslocamento de mão de obra suscitado pelos transtornos estruturais

⁸¹ MICHEL, *Ville moyenne, ville-moyen*, 1977.

⁸² PULIDO, *El espacio urbano latinoamericano y la globalización: emergencia de ciudades 'intermedias' y nuevos cambios en Venezuela*, 2006; *Emergencia de ciudades intermedias, rasgo más resaltante de la urbanización venezolana actual — procedimiento metodológico para su identificación*, 2001.

⁸³ CORRÊA, *Construindo o conceito de cidade média*, 2007.

⁸⁴ SPOSITO, *O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica*, 2007c.

⁸⁵ Michel usa a expressão *ville moyenne*, em sentido clássico, como cidade média, mas não emprega literalmente a expressão *ville intermédiaires*, como outros autores franceses, com o intuito de estabelecer uma conceituação diferenciada, cunhando, ao invés disso, uma nova expressão: *ville-moyen*. O nome de seu artigo, para demarcar uma dualidade é, precisamente: *Ville moyenne, ville-moyen*.

⁸⁶ MICHEL, Op.cit., p. 670.

e espaciais das atividades econômicas, pelos bloqueios do velho sistema econômico hiper-concentrado, pela difusão do modo de vida e da sociedade urbana".⁸⁷

Uma característica descrita por ele é que "a cidade média, em primeiro lugar, foi um meio de exploração de estoques de mão de obra considerados como ruins ou subempregados", de origem agrícola. Frente ao aumento da demanda de força de trabalho para uma indústria em expansão e em substituição à alternativa de sua migração até as unidades fabris concentradas nas metrópoles, as cidades médias foram a base espacial que permitiu o deslocamento da fábrica para próximo das áreas geográficas onde havia excedentes dessa mão de obra.⁸⁸

Sem se expressar nesses termos, Michel utiliza o argumento da descentralização industrial segundo a lógica de deseconomias (nas metrópoles) e economias aglomerativas (nas cidades inferiores). Ele se refere à expansão fabril metropolitana como "custosa e perigosa": custosa pelo preço da terra, pelas deseconomias externas e pelo nível salarial; e perigosa pelos riscos de bloqueios, congestionamento econômico e conflagração social. E, ao contrário, vantajosa em outras áreas detentoras de uma mão de obra "barata e socialmente calma". Enfim: nesse aspecto, segundo ele, "a cidade média aparece assim, no período atual, como um agente de intensificação e de reorientação do trabalho humano, como um suporte indispensável à continuidade do crescimento industrial, e como uma forma astuciosa de manter os principais fundamentos do sistema de produção".⁸⁹

A segunda característica que Michel aponta — de forma convergente com Corrêa — é a das cidades médias como centros de difusão de um modelo de sociedade. Em certa medida, implicitamente, o seu pensamento se alinha com a concepção de "sociedade urbana" de Lefebvre e de "urbanização extensiva" de Monte-Mór. Ele vê as cidades médias absorvidas em uma engrenagem, em um processo cumulativo que passa a se desenvolver. Por um lado, esse processo transforma a ela própria:

⁸⁷ Idem, *ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 671.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 672.

Pouco a pouco, esse processo renova a população. Ele afeta suas estruturas demográficas (em um sentido de rejuvenescimento), suas estruturas econômicas (mais usualmente no sentido de fortalecer as atividades industriais e de serviços para uso dos seus habitantes) e suas estruturas sociais (no sentido de um aumento por parte dos quadros – sobretudo médios – de trabalhadores e de empregados – sobretudo não qualificados). Ele reforma suas mentalidades e perturba seus velhos modos de pensar e de viver. Ele modifica seus comportamentos, individuais e coletivos. Gradualmente, a cidade média se converte numa sociedade urbana. Ela adota as atitudes e os modelos, não sem nostalgia, mas convencida de acender, assim, a uma organização social superior.⁹⁰

Por outro, através dela, transforma a realidade no seu entorno:

Além disso, a adoção do estilo de vida urbano não se limita apenas ao contexto da aglomeração. A cidade média, por sua vez, torna-se foco de difusão, sobre espaço próximo com que vive em estreita simbiose, formas de vida, atitudes e modelos da sociedade urbana. Um fenômeno como a *rurbanização*⁹¹ afeta as cidades médias como as maiores. Conduz à criação, em torno das cidades, de halos de crescimento, reunindo um número crescente de comunas que, embora ditas rurais, são, de fato, habitadas por famílias que têm contatos diários ou muito frequentes com a aglomeração central. Os habitantes destas comunas são completamente dependentes, para o seu trabalho, para o seu suprimento, mesmo banal, para a educação dos seus filhos para além da escola primária e, claro, para todas as suas necessidades mais excepcionais, da cidade. Na verdade, essas comunas pertencem à realidade urbana. Elas materializam, em torno das cidades médias, a difusão espacial da sociedade urbana.⁹²

Nesse aspecto, Michel interpreta as cidades médias como o meio que projeta, na escala regional inferior à da metrópole, a ordem superior que é a ordem urbana: “Seu desenvolvimento é o sinal inegável de uma apropriação pela sociedade urbana de uma nova fração do espaço nacional”.⁹³

A terceira característica refere-se à inserção da cidade média na divisão territorial do trabalho, vista como um processo de especialização e empobrecimento das tarefas urbanas.

⁹⁰ Ibidem, pp. 672–673

⁹¹ Michel toma esse termo de BAUER; ROUX, 1976.

⁹² Ibidem, p. 674.

⁹³ Ibidem, p. 676.

Citando Henri Lefebvre, agora expressamente, Michel a vê anexada à sociedade burocrática de consumo dirigido, um “silo de mão de obra”, uma “máquina de consumir”. Ela é uma “cidade de difusão”, no domínio do consumo, que vende, populariza, transmite e propaga escolhas que outros fizeram, sem individualidade e sem originalidade; e uma “cidade de execução”, no campo da produção, que abriga unidades fabris totalmente dependentes, em iniciativa, gestão e direção, de unidades centrais externas. São-lhe reservadas funções produtivas secundárias, “mais banais, mais limitadas e menos produtivas”, em alguns casos, com declínio de qualificação do trabalhador e obtenção, apenas, de rendimentos médios para os seus habitantes, contrariando expectativas iniciais. Diz ele: “por enquanto, o crescimento das cidades médias levou à sua proletarização”.⁹⁴

A característica seguinte diz respeito à adaptação do sistema econômico ao processo de industrialização, especialmente no que concerne à utilização do espaço; ou seja, a uma mudança de escala na concepção espacial da organização econômica e a uma dissociação geográfica entre lugares de fabricação, de um lado, e lugares de criação, gestão e direção, de outro. Nesse caso, em posição oposta à de Corrêa, Michel fala de uma requalificação territorial, marcada por uma dualidade entre centros de impulsão (cidades motoras) incorporados nas metrópoles *versus* espaços de submissão (espaços passivos) que incluem as cidades médias.

A última característica refere-se ao desenvolvimento de novos espaços marcados por uma distinção entre o papel das cidades médias na organização espacial da vida social e o seu papel na organização espacial da vida econômica. No nível social, a cidade média se insere numa área geográfica com dimensões limitadas, determinada pela sua capacidade de atração direta. É a área das relações frequentes e locais; é a área sentida e vivida pelos seus habitantes. No nível econômico, ao contrário, a cidade média destaca-se de sua vizinhança geográfica; reforçada pela sua indissociável realidade cidade-campo, ela não é mais do que um elo, dentre outros, de um sistema urbano global.

⁹⁴ Ibidem, p. 679.

Os resultados da pesquisa no sertão central de Minas são consistentes com essas considerações de Michel, especialmente a propósito da cidade média como um centro concentrador e explorador de uma mão de obra “barata e socialmente calma”, mão de obra essa, no caso setelagoano, migrante do campo por força da compressão do espaço de trabalho pelo agro-negócio, desde as décadas finais do novecentos, atraída e urbanizada pela siderurgia do gusa, com padrões salariais rebaixados, e integrante de um estoque urbano de mão de obra disponível para o capital industrial global, neste século XXI. Da mesma forma, da cidade média como centro de difusão de um modelo de sociedade — ou, nos termos aqui empregados, como centro de colonização do sertão. E ainda da cidade média como centro de execução, que recepciona capitais externos sem conseguir vinculá-los a projetos de desenvolvimento regional com algum nível de autonomia. Com razoável aderência, as análises de Michel sobre as *ciudades-meio* francesas dos anos 1970 são passíveis de aplicação às cidades médias brasileiras, 50 anos depois, a despeito das diferenças socioeconômicas e culturais dessas duas realidades, por se constituírem tais cidades, lá e cá, em síntese, “como uma forma astuciosa de manter os principais fundamentos do sistema de produção”.

Por seu turno, a geógrafa venezuelana Nubis Pulido propõe uma metodologia para identificação do que ela nomeia como *ciudades intermedias*, em seu país, no final dos anos 1990⁹⁵. É importante esclarecer que, na sua formulação, as expressões *ciudades medias* e *ciudades intermedias* não se equivalem. À primeira é dado o sentido mesmo de tamanho, de cidade de porte médio (no caso, de cidades com população entre 100 mil e 1 milhão de habitantes), e à segunda, de cidades localizadas entre centros locais, em contato direto com o mundo rural e as metrópoles, “dotadas dos melhores equipamentos e serviços (ensino, saúde, cultura, comércio etc.) constituindo-se (...) em *lugares privilegiados para novas inversões, sobretudo de caráter internacional*, tendo, ademais, uma grande capacidade para integrar-se em redes que superam o âmbito nacional, convertendo-se, assim, nas mais *dinâmicas*, tanto demográfica como funcionalmente”⁹⁶ (grifos meus). Ou seja, ela retoma a qualificação de *ciudades*

⁹⁵ No desenvolvimento dessa metodologia, Pulido faz referência temporal (“*E mais recentemente, a partir de 1998, [...]*”) a um período venezuelano anterior aos dos presidentes de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, o que, dada a situação política e econômica da Venezuela é relevante situar.

⁹⁶ PULIDO, *Emergencia de ciudades intermedias, rasgo más resaltante de la urbanización venezolana actual — procedimiento metodológico para su identificación*, 2001, p. 2.

dinâmicas, de Gault, Sanfeliu e Torné, informado a direção dessa dinamicidade: a capacidade de atração de investimentos globalizados.

Pulido desenvolve um indicador composto, resultado da ponderação de três fatores, traduzidos operacionalmente em um conjunto de variáveis e subvariáveis (Quadro 7): o *fator de intercâmbio* (capacidade que têm as cidades de situar-se como centros privilegiados de intercâmbio no tecido mundial), o *fator de autonomia* (capacidade financeira e política que têm as cidades para produzir e gerar seus próprios recursos, para empreender seus projetos de desenvolvimento, com menor dependência da administração central) e o *fator de liderança* ("capacidade de estruturar, organizar, dominar, enfim, liderar vastos espaços a seu redor, ou seja, polarizar o espaço").⁹⁷

Quadro 7: Índice para identificação de cidades intermédias

FATOR	PESOS %	VARIÁVEIS	PESOS %	SUBVARIÁVEIS	DESCRITORES	
Fator de intercâmbio	35	Investimentos estrangeiros	40	-	Montante declarado	
		Companhias de exportação	15	-	Percentual no montante nacional de exportação	
		Privatização de empresas públicas	15	-	Origem dos investimentos em privatização	
		Nível de atratividade para investimentos	30	-	Posição no ranking de atratividade desenvolvimento por agências públicas e corporações multinacionais (1995-1997)	
Fator de autonomia	40	Autonomia financeira	60	Dinamismo	Tendência de arrecadação de receita própria	
				Autonomia fiscal	Importância relativa das fontes de receitas	
				Produtividade financeira	Relação receitas próprias/população	
				Estrutura de gastos (capacidade de investimento)	Distribuição setorial de receitas	
				Eficácia	Razão entre gastos com serviços sociais e a média do conjunto das cidades	
		Capacidade de gestão		Novos recursos do fundo nacional por novas competências assumidas		
Autonomia política	40	Comportamento político	Nível de inovação dos resultados eleitorais (1995)			
Fator de liderança	25	Base industrial	50	-	Emprego industrial por região	
					Emprego industrial privado por região	
					Importância relativa do parque industrial	
					Novos empregos industriais 1994-1997	
		Educação Superior		50	-	Demanda de créditos 1996-1997
						Inventário de sedes de instituições de ES
					Inventário de sedes de instituições de Conselhos Nacionais de Universidades e Oficinas de Planejamento do Setor Universitário	

Fontes: Elaboração própria com base em Pulido (2001, p.3-9)

⁹⁷ Ibidem, p. 3.

A análise da estratificação desse indicador, embora alguns sejam próprios do contexto venezuelano de então, conduz a algumas ponderações críticas. O primeiro fator apresentado, de intercâmbio, sinaliza que Pulido vincula o conceito de cidade média exclusivamente a uma agenda neoliberal, definida pelo nível de privatização e atratividade que a insere no mercado global. Esse procedimento toma como regra aquilo que é uma especificidade, no contexto diverso — ou rizomático — das cidades médias. Nessa crítica, considerem-se quatro exemplos, dois a dois: Sete Lagoas e Divinópolis, Três Marias e Ipatinga.

No caso de Sete Lagoas, a lógica de Pulido inverte causa e consequência: a migração de capitais globais foi consequência desse centro ter alcançado, historicamente, uma escala de urbanização atrativa; portanto, não foi a causa de sua categorização como cidade média. O exemplo de Divinópolis reforça essa crítica à causalidade: embora seja reconhecidamente uma capital regional⁹⁸ e tenha domínio sobre uma região com um sistema urbano articulado, ela prescindiu de inserção global para assumir a mesma categoria conceitual.

Três Marias, por seu turno, ao atender parte dos requisitos desse *fator de intercâmbio*, com presença de investimentos estrangeiros e produção para exportação, indica que a globalização isoladamente, como antes analisado, não é um critério suficiente para conformação de uma cidade média. Diferentemente, o exemplo de Ipatinga e da Região Metropolitana do Vale do Aço é o único que poderia corresponder ao requisito de Pulido. A ocupação do Vale do Aço remonta aos tempos coloniais, mas só se intensificou no século XIX e no início do XX, com a abertura da Estrada de Ferro Vitória-Minas — EFVM. Com efeito, o desempenho da função de cidade média por adveio da instalação consorciada de grandes aciarias no leito da ferrovia, originalmente por capitais nacionais públicos, depois associados a capitais internacionais: a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (hoje ArcelorMittal), em Coronel Fabriciano, em 1936; e a Acesita (hoje, Aperam South America), em Timóteo, em 1944; e a Usiminas, na própria Ipatinga (então Coronel Fabriciano), em 1956. Ainda assim, esse processo não pode ser interpretado de forma simplista e isolada, fora do contexto da formação socioespacial daquela região e do processo de surgimento da siderurgia em Minas Gerais, especialmente

⁹⁸ IBGE, *Regiões de influência das cidades*, 2007.

na região minerária⁹⁹, com efeito intenso urbanizador. Contrariando Pulido, emerge o fato de que nem todas as cidades que abrigaram indústrias siderúrgicas nessa mesma época alcançaram, até os dias de hoje, o *status* de cidade média.

Uma segunda crítica relaciona-se ao seu fator de maior peso, o de autonomia, que só tem nexos na realidade venezuelana e não é aplicável, por exemplo, à realidade da estrutura federativa do Brasil, onde se tem uma dependência estrutural, do ponto de vista orçamentário e fiscal, dos municípios à União. Estatisticamente, as maiores receitas municipais têm relação direta com o porte populacional; não obstante, em termos percapita, as maiores receitas distinguem municípios não por serem cidades médias, mas por terem fontes de arrecadação específicas (royalties de petróleo e mineração, sede de petroquímica etc.). Ou seja, a metodologia de Pulido utiliza um fator que não tem repercussão geral.

Outra contribuição é a de Roberto Corrêa que sugere a consideração de três variáveis — o tamanho demográfico, as funções urbanas e a organização do espaço intraurbano — para conceitualizar não só a cidade média, mas também a pequena, a grande e a metrópole.¹⁰⁰ Segundo ele, através de específicas combinações dessas mesmas variáveis deduz-se o conceito de cada uma dessas realidades urbanas. Especificamente para construção de um quadro teórico sobre *cidades médias*, Corrêa¹⁰¹ propõe outros três elementos, já comentados, postos como “essenciais”: a presença de uma elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais. A *elite empreendedora* marca a diferença com outras cidades “porque é ela que estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesse locais e regionais, competindo em alguns setores de atividades com grandes cidades e centros metropolitanos”. A *localização relativa* da cidade média, enquanto um *lugar central na hierarquia*, transforma-a em “foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços”. Por último, as cidades médias caracterizam-se como tal por apresentarem *interações espaciais* intensas, complexas, multidirecionais e multiescalares, regionais e extra regionais, controladas, em maior parte, pela elite local.

⁹⁹ Ver BARROS, *O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Crescimento e substituição de importações*, 2015.

¹⁰⁰ CORRÊA, *Construindo o conceito de cidade média*, 2007, p. 23.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 29–30.

O ponto que ponho em questão nessa proposição sugestiva de Corrêa atém-se à ideia da presença de uma elite empreendedora como requisito para conformação de uma cidade média, na medida em que a converte em “local de concepção, de tomada de decisão e de acumulação de capital”. Já ponderei sobre a importância econômica da elite regional, bem como sobre a limitação de sua atuação política. Reiterando essa observação, é de se admitir que essa elite teve, sim, influência na conformação do sertão central como um local de acumulação de capital, mas não se pode reconhecê-la, hoje, como influente na configuração da região como local de comando — de concepção e tomada de decisão. A pesquisa indica, ao contrário, que as cidades médias, independentemente da atuação de suas elites, não conseguem garantir essa posição autônoma: nesse sentido, constata-se que, regionalmente, no modelo de economia flexível, o que migrou para Sete Lagoas — o que é fato comum a outras cidades — foram apenas as plantas industriais das grandes corporações, que preservaram no ambiente metropolitano as suas estruturas diretivas. Esse é, a propósito, um ponto de destaque na crítica de Michel¹⁰².

Por último, a linha de abordagem proposta pelo grupo da RECIME — Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias¹⁰³ endereça-se exatamente ao propósito de desenvolver uma metodologia unificada de estudos empíricos de cidades médias que leve à explicitação de suas especificidades e à atribuição de consistência conceitual abstrata a essa expressão.

A pesquisa da RECIME, intitulada “Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional”, tem desenvolvido uma série de estudos de caso, entre cidades consideradas *a priori* como cidades médias¹⁰⁴, com objetivo de verificar a ocorrência de identidades entre elas, “já que o movimento de expansão do capitalismo contemporâneo tende a promover homogeneidades”, como também de disparidades, decorrentes das diferentes

¹⁰² MICHEL, *Ville moyenne, ville-moyen*, 1977.

¹⁰³ SPOSITO et al, *O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica*, 2007c.

¹⁰⁴ Originalmente, foram escolhidas 9 cidades como objetos de pesquisa: Mossoró-RN, Petrolina-PE, Campina Grande-PB, Londrina-PR, São José do Rio Preto-SP, Marília-SP, Itajaí-SC, Uberlândia-MG e Passo Fundo-RS, com previsão de inclusão de mais 3: Anápolis-GO, Governador Valadares-MG e Presidente Prudente-SP. Posteriormente, essas cidades foram alteradas: das 9 iniciais, todas foram estudadas, à exceção de Petrolina-PE, e outras 11 foram incluídas, oito brasileiras (Ituiutaba-MG, Tefé-AM, Parintins-AM, Marabá-PA, Teófilo Otoni-MG, Dourados-MS, Resende-RJ e Chapecó-SC; uma argentina (Tandil) e duas chilenas (Chillán e Los Angeles).

formações socioeconômicas brasileiras e as diferentes estruturas urbanas e regionais que elas determinam¹⁰⁵.

Nesse escopo, essa Rede elegeu um conjunto de variáveis direcionado a uniformizar o levantamento de dados em cada cidade e atribuir comparabilidade entre eles, abarcando, basicamente, informações sobre os capitais existentes nos diferentes setores econômicos — destacadamente os de natureza urbana —, a dinâmica populacional, os meios de consumo produtivo e coletivo e as modalidades de ocupação residencial do solo (Quadro 8), limitadas ao recorte temporal adotado, de desde a década de 1980.

Quadro 8: Grupos de variáveis de pesquisa do RECIME

EIXO		VARIÁVEIS
I	Ramos de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos	Grandes equipamentos industriais e/ou de tecnologia avançada
		Supermercados e hipermercados
		Serviços de saúde especializados
		Ensino superior com destaque para a pós-graduação
		Empresas (comércio e serviços) associados à agricultura científica e ao agronegócio
		Rede bancária e financeira
		Empresas de consultoria
		Redes e filiais de venda de eletrodomésticos e eletrônicos
II	Dinâmica populacional e mercado de trabalho	Empresas do setor imobiliário
		Evolução da população total, urbana e rural
		Migração (campo-cidade; de mão de obra especializada da cidade menor para a maior)
		Distribuição do emprego formal, segundo os diferentes setores da economia
		Evolução da PEA
III	Equipamentos e infraestruturas	Evolução do Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH)
		Shopping centers
		Aeroportos
		Terminais intermodais
		Rodovia de Acesso
		Hotéis de alto padrão
IV	Condições de moradia	Distritos industriais modernos
		Espaços fixos e transitórios para a realização de eventos (festas, feiras, convenções)
		Favelas e áreas de risco
		Loteamentos irregulares e clandestinos
		Programas habitacionais de interesse social públicos e não governamentais
		Loteamentos e condomínios fechados
		Intervenções do mercado imobiliário de locação
		Uso residencial e diversificado nas áreas centrais associado à verticalização
		Déficit habitacional: coabitação, improvisação e uso de materiais rústicos
		Condições inadequadas de moradia: densidade excessiva, irregularidade fundiária, carência de infraestrutura e de instalações sanitárias no domicílio
		Interfaces entre a questão imobiliária e os conflitos de uso do solo, problemas de mobilidade, precariedade das redes de infraestrutura, acessibilidade do deficiente aos equipamentos sociais e serviços urbanos
		Políticas públicas habitacionais nas diferentes esferas de governo
Processos de planejamento urbano e habitacional		
Instrumentos de gestão do solo		

Fonte: SPOSITO et al, 2007c, p.64–65

¹⁰⁵ SPOSITO et al, Op.cit., p. 58.

Acessoriamente a essas variáveis, vale trazer a baila os *processos em curso* que a RECIME detecta e responsabiliza pela redefinição dos papéis das cidades médias e as *dinâmicas e agentes econômicos* comuns a elas, elementos que acabam por expressar o próprio critério eletivo utilizado para seleção das cidades de estudo.

Sobre os processos, é de se observar que dizem respeito, essencialmente, ao estabelecimento de condições gerais de produção requeridas pelo capitalismo contemporâneo: (i) processos de concentração e centralização econômica, definidos por “novos meios técnicos e informacionais que possibilitam novas lógicas de atuação dos grandes conglomerados, grupos econômicos ou empresas”¹⁰⁶; (ii) o processo de melhoria e diversificação dos sistemas de transporte e telecomunicações, nas últimas décadas do século passado, favorecendo a expansão territorial dos capitais e reforçando “o papel das cidades médias como espaços de consumo locais e regionais”¹⁰⁷; (iii) as formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços, expressas especialmente pelas lógicas localizacionais das grandes redes de múltiplas filiais; e (iv) o consumo de bens e serviços especializados ligados à modernização do setor agropecuário, em que as “cidades médias passam a ter ampliados seus espaços de relação econômica, agora configurados territorialmente, de forma descontínua, havendo a sobreposição das escalas local e microrregional às mesorregional e nacional”¹⁰⁸.

Quanto às dinâmicas selecionadas para análise, listam-se as seguintes, todas típicas do capitalismo monopolista, das décadas recentes: (a) a difusão da agricultura científica e do agro-negócio, que vem ampliando a área de produção agrícola e redefinindo os papéis de várias cidades; (b) a desconcentração da produção industrial, em que a superposição de formas de produção fordistas e formas de produção flexível tem redefinido o uso do território e o papel das cidades; (c) a difusão de comércio e serviços especializados, em que a concentração econômica no terciário promoveu a expansão territorial e a multiplicação de estabelecimentos e, por consequência, a descentralização territorial dos capitais; e (d) o aprofundamento das

¹⁰⁶ Ibidem, p. 41.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 44.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 48.

desigualdades socioespaciais como impacto negativo da expansão territorial acelerada de algumas cidades, determinando maior fragmentação e segregação urbanas.

Esses elementos de análise propostos pela RECIME não colidem com a pesquisa aqui relatada. Os seus quesitos relativos aos capitais existentes e o seu desempenho econômico setorial, às dinâmicas populacionais e aos meios de consumo produtivo e coletivo quantificados nas cidades médias são os mesmos apreciados, com abordagem qualitativa, na compreensão evolutiva da formação socioespacial regional nesta tese.

Não obstante, do ponto de vista metodológico, o objeto espacial — a ênfase analítica na cidade média *ou* na região — e o objeto temporal — a ênfase no período recente de surgimento do capitalismo monopolista no Brasil *ou* numa perspectiva histórica ampliada — distinguem uma e outra linha de pesquisa e determinam resultados com conteúdos diversos.

No primeiro caso, embora haja um consenso no meio acadêmico quanto ao fato de que as cidades médias cumprem uma função de intermediação regional *ou*, em outras palavras, uma função de *relais* regional (por analogia aos sistemas elétricos, enquanto um dispositivo que recebe, amplifica e retransmite um sinal) e, ainda, de que as cidades médias assim o são por características que devem ser interpretadas no contexto da rede urbana, a perspectiva teórico-metodológica dominante — adotada pela RECIME e, em grande medida, também por Pulido, Corrêa e Michel —, considera factualmente como objeto precípua a cidade média *per se* e, a partir dela, apenas em temas específicos, promovem-se penetrações regionais.

Com efeito, os eixos e as variáveis acima descritos indicam que o ponto de partida e chegada da pesquisa da RECIME é a cidade média e o levantamento das regularidades e irregularidades atuais que confirmam seu *status* como tal. A investigação regional existe, mas é secundária e pontual, por exemplo, a respeito do processo de migração campo-cidade, ainda assim, não para explicar a região, mas para mensurar a influência territorial da cidade média.

O privilégio da abordagem regional que lastreia este texto abre uma perspectiva diferenciada: a de compreender a cidade média no contexto das tensões da sua rede urbana, das

relações cidade-cidade e cidade-campo, o que acaba por colocar em questão a própria delimitação do *corpus* regional.

No segundo caso, a diferença metodológica está no recorte temporal de investigação. Via de regra, os estudos sobre cidades médias analisam-nas no período de sua inserção na economia globalizada ou de sua inserção na fase tardia do capitalismo monopolista brasileiro, com base no que o próprio conceito foi estabelecido. O grupo RECIME também adota esse recorte, no caso, a partir de 1980, o que é consistente com o objetivo da sua pesquisa, que se prende à identificação de características conceituais das cidades médias, *uma vez já conformadas como tal e na atualidade*.

Nesse caso, a inovação que proponho está na perspectiva historiográfica da pesquisa sobre o sertão central de Minas. Todas as categorias teóricas utilizadas — formação socioespacial, condições gerais de produção e divisão territorial do trabalho — são investigadas desde a origem da ocupação colonial e não limitadas apenas ao período contemporâneo.

Essas peculiaridades territorial e temporal remetem a uma questão objetiva: qual a contribuição que elas podem oferecer ao debate conceitual sobre cidades médias? Se o propósito da investigação vai além da categorização e crítica ao *estado das coisas* de determinado padrão de aglomeração urbana não metropolitana e avança na direção de compreendê-la no âmbito do processo de urbanização brasileiro, ou seja, da *dinâmica das coisas*, essa abordagem torna-se imprescindível.

Um exemplo: o recorte temporal mais curto responde, segura e adequadamente, aos problemas de pesquisa relacionados à caracterização do *status quo* das cidades médias atuais. Diferentemente, o recorte expandido permite observar questões que fogem ao radar dessa abertura reduzida da lente de observação. A regressão temporal é essencial para explicar como e por que uma cidade como Sete Lagoas se formou como cidade média e conquistou o território por onde avança hoje o seu domínio e por que ela e não outra cidade, como Curvelo, assumiu tal protagonismo. Essa regressão também é fundamental para evitar interpretações simplificadas e distorcidas da realidade, como as que tendem a explicar o desenvolvimento de Sete Lagoas fora do território do sertão central e decorrente apenas de sua sujeição ao

processo de metropolização. Em outros termos, ela é indispensável para qualificar como essa metropolização incidu sobre o contexto regional — que a pesquisa revela ter uma integridade e uma totalidade particular — e mensurar os efeitos que ela de fato produziu.

Outro exemplo: também em eventuais estudos comparativos, esse alargamento do tempo de investigação é útil e necessário na medida em que se torna capaz de explicar não apenas se Sete Lagoas e Divinópolis, no Oeste mineiro, reúnem atributos de cidades médias com base em suas conformações atuais, mas como e por que chegaram a essa condição trilhando caminhos diferentes mesmo, mais recentemente, frente ao processo de globalização da economia.

É importante abrir um parêntesis para introduzir uma questão pertinente às cidades médias: o caráter impermanente da condição de uma aglomeração que lhe permite ser assim conceituada. Se são recorrentes as referências a essas cidades em razão de certa funcionalidade regional, então, mudanças na dinâmica da rede urbana podem determinar mudanças também nos papéis que elas desempenham. O próprio sertão central atesta esse fato: até meados do século XX, se alguma cidade tivesse que ser distinguida com conceito equivalente, próprio à época, essa cidade seria Curvelo e não Sete Lagoas, que só viria a ter a primazia regional, na segunda metade desse século. Stéphane Toinard¹⁰⁹ sentencia essa mutabilidade de forma objetiva: “uma cidade não nasce média e não está condenada a permanecer média. A esta relatividade no tempo, é conveniente adicionar a relatividade no espaço”. Vale rememorar que a própria conceituação, explícita ou tácita, de cidade média tem sido inconstante: aquilo que se entendia como tal, de forma prospectiva, nos anos 1970, de cidades que poderiam vir a cumprir um papel equilibrador na rede urbana brasileira, não remete ao mesmo fenômeno urbano atual em que esse entendimento, *ex post facto*, diz respeito a cidades vinculadas a processos de reestruturação econômica, no contexto do capitalismo contemporâneo.

Um terceiro exemplo de contribuição da abordagem metodológica adotada na pesquisa aqui relatada relaciona-se com essa eventual impermanência: ao analisar a região não de forma

¹⁰⁹ Toinard, *La ville moyenne: mythe ou réalité?*, 1996, p. 539.

estática, pelo seu equilíbrio momentâneo, mas de forma cinética, em sua mutabilidade, tem-se então maior predisposição para identificar movimentos de ascensão e declínio das cidades que a integram.

Nessa ótica, se as metodologias correntes tendem a definir uma cidade média em função de um *estado* que ela alcança, a aqui proposta o faz com base na *dinâmica das coisas*. Essa diferenciação equivale à distinção entre *forma*, no primeiro caso, e *formação*, no segundo, o que remete, por analogia, à evolução do emprego dessas duas palavras por Marx, segundo Sereni¹¹⁰: *forma*, como o estudo do estado morfológico *tout court*, e *formação*, como o “estado morfológico no fluxo de um processo”.¹¹¹

Nas pesquisas vinculadas ao *estado das coisas*, o ponto-chave é o padrão de *regularidade* — no sentido da regularidade da função exercida de intermediação — da organização *urbana*; na pesquisa que esta tese registra, vinculada à *dinâmica das coisas*, esse ponto-chave é o padrão de *desigualdade* (ou irregularidade) da organização *regional*. Nesses termos, cidade média é a expressão urbana, numa escala de urbanização *desigual*, em nível imediatamente inferior ao metropolitano, do processo histórico de expansão capitalista industrial, que determina uma divisão territorial do trabalho também *desigual*, no âmbito de determinada formação socioespacial. Utilizando outra sintaxe, a *desigualdade* do processo social, ao longo do tempo e em determinado espaço regional, é a característica formativa das cidades médias que, configuradas como tal e enquanto tal, passam a apresentar certa *regularidade* no exercício de uma função relativa a esse espaço.

Essas diferentes metodologias de pesquisa, ao remeterem ao mesmo objeto — cidade média —, deparam-se certamente com características comuns ao seu entendimento; no entanto, a abordagem ampliada comporta uma visão que é essencialmente crítica e, por isso, sob alguns pontos, pode ser mais compreensiva do processo social ocorrente e de sua espacialização. Essa visão sugere mais um exemplo de contribuição da metodologia empregada na conceitualização do tema.

¹¹⁰ Sereni, *De Marx a Lenin: a categoria de “formação econômico-social”* [1970], 2013.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 328.

Tome-se a compreensão consensual de que a *cidade média é uma cidade regional*, ou seja, trata-se de uma estrutura urbana que, por força da divisão territorial do trabalho, intrinsecamente desigual, assumiu a hegemonia regional, ao ponto de constituir-se no principal meio do qual a sociedade urbano-industrial se valeu para apropriação daquele segmento territorial, nas últimas décadas. A pesquisa confirma a inserção de Sete Lagoas neste padrão urbano: o seu processo de industrialização iniciou-se, de forma incipiente, na primeira metade do século XX; o impulso industrial mais robusto deu-se na metade seguinte, quando alcançou a escala superior de urbanização compatível com uma cidade média; e na transição para o século XXI, em razão dessa categorização, a sua urbanização passou a induzir o processo de industrialização, concentrando-o em seus próprios limites.

Esse domínio regional é essencialmente de ordem econômica, determinado pelo fluxo de capitais, e não se traduz em um comando político-administrativo. A abordagem funcionalista de cidade média consegue mensurar a força e a extensão desse domínio, com base no cadastramento dos *fixos* instalados na cidade média e dos *fluxos* de pessoas, bens e serviços que percorrem a região e, com base nessa mensuração, ratificar a sua conceituação. Por seu turno, a abordagem de base historiográfica traz evidências sobre a natureza desse domínio.

Nesse caso, embora não divirja da noção de que a cidade média cumpre uma função de intermediação regional, essa abordagem se diferencia ao por em questão os interesses envolvidos no cumprimento dessa função. Amorim Filho¹¹² admite que as relações da cidade média com o seu "*environment*" nem sempre são relações de dominação, podendo ser também de estímulo e de dinamização e, em certos casos, até de dependência. Ao contrário, a serem generalizáveis os achados da pesquisa sobre sertão central, observa-se que a relação é exclusivamente de dominação. Desde o início do ciclo industrial do gusa, a partir dos anos 1960, o capital industrial instalado em Sete Lagoas avançou, colonizou, conquistou e subjugou o sertão, apropriando-se de meios extremamente rudimentares de exploração de mão de obra e recursos naturais, sem nenhum critério de sustentabilidade socioambiental, como alguns pesquisadores chegaram a vislumbrar¹¹³. Ou seja, a pesquisa não confirma a visão de cidade média como um polo difusionista de um modelo de desenvolvimento regional equilibrado e

¹¹² AMORIM FILHO, *Origens, evolução e perspectiva dos estudos sobre cidades médias*, 2007, p. 74.

¹¹³ MARQUES DA COSTA, *Cidades médias: contributos para sua definição*, 2002.

distributivo, dado pela hipotética difusão centrífuga de benefícios econômicos; ao contrário, ela confirma a visão de cidade média como um polo difusionista de um modelo eficaz de acumulação do capital, por meio do exercício de uma força centrípeta sobre os recursos regionais¹¹⁴. Essa constatação elucida uma das questões e confirma uma das hipóteses do desenho original da pesquisa, de que a cidade média, com efeito, tende a se configurar como uma *cidade-dreno*, extratora dos ativos da região, ao invés de *cidade-polo*, alavancadora de um “verdadeiro desenvolvimento”, não aquele concebido como uma performance internacional, mas aquele que, de forma criativa, enfrenta os desafios próprios da região¹¹⁵.

À época, quando difundiu no espaço agrário as bases de uma nova engenharia produtiva de gênese urbana, a cidade média não se pautou por princípios de equilíbrio e desenvolvimento — desse desenvolvimento de que nos fala Furtado —, mas pelo interesse no domínio de uma nova fronteira para expansão e reprodução do capital. Quando promoveu essa dinamização da economia rural regional, ela não alcançou nenhum efeito distributivo, mas concentração fundiária e desocupação de trabalhadores, induzindo um movimento migratório acentuado em direção às suas periferias, onde estocou um contingente empobrecido de mão de obra.

Adicionalmente, a cidade média de Sete Lagoas, ao concentrar nos seus limites as condições gerais de produção industrial na escala requerida pelo capital, operou a desindustrialização do restante da região, subnutrindo as poucas iniciativas territorialmente distribuídas. Subordinada crescentemente ao polo industrial setelagoano, a região tornou-se um ativo da cidade média, como mercado ampliado de consumo, de mão de obra e de matéria-prima disponível.

Em um ciclo em que concentração gera concentração, com escala de urbanização elevada, com nível de desigualdade espacial ampliada, com força de dominação regional consolidada, na transição de séculos, Sete Lagoas isoladamente ganhou maior atratividade para recepção de novos capitais externos, abriu uma agenda de diversificação industrial e ampliou o seu dinamismo econômico, como requisito de preservação da condição adquirida de cidade média.

¹¹⁴ Sobre isso ver FERRÃO; HENRIQUES; NEVES, 1994, *Repensar as cidades de média dimensão*, p. 1124.

¹¹⁵ FURTADO, *Criatividade e dependência na civilização industrial* [1978], 1978, pp. 69/71.

Ao final, o ordenamento territorial do sertão central mineiro, resultante de um processo de trezentos anos de colonização e de meio século de industrialização, não expressa efeitos de eventual racionalidade pública, como se acreditou possível na década de 1970, mas, pragmaticamente, a espacialidade desigual determinada pela racionalidade do capital industrial e agroindustrial, presidida por seus próprios estatutos. A pesquisa realizada sinaliza que *intermediação* não é, assim, uma operação neutra de recepção, amplificação e retransmissão da energia da modernidade ao longo de uma rede, mas uma operação de difusão de forças de exploração econômica de interesse do capital.

Não sem razão, no fluxo da história da urbanização brasileira é inevitável reconhecer que o conceito de cidade média, sempre que foi chamado à ordem, subordinou-se a uma visão instrumental e ideológica, independentemente de sua conformação urbana de fato, em seus potenciais e em suas contradições. O discurso de elemento equilibrador da rede urbana, do século passado, e a sua valorização como espaço difusor de desenvolvimento, nos dias de hoje, são formas tácitas de colocar esse conceito a mercê de políticas econômicas nacionais, como plataformas de expansão do capitalismo moderno.

8.5 A cidade média no processo de urbanização nacional

Para contextualizar a cidade média no processo de urbanização nacional, volto aos primórdios da industrialização do país, nos anos 1930. A vinculação da indústria ao projeto nacional-desenvolvimentista — ainda que originalmente ela tenha sido impulsionada pelo capital acumulado sobretudo na economia cafeeira — fez com que ela deixasse, progressivamente, de ser subsidiária da economia agrária. Do ponto de vista espacial, nas duas décadas seguintes, esse processo ocorreu em um contexto de extrema concentração.

Nesse tempo, o território brasileiro apresentava-se desarticulado, como um “arquipélago econômico”¹¹⁶. Não havia uma rede urbana e uma divisão do trabalho, em escala nacional, mas redes primárias de alcance regional formadas por pequenas cidades de suporte imediato ao campo, subordinadas a um número limitadíssimo de grandes aglomerações. Essas

¹¹⁶ GOLDENSTEIN; SEABRA, *Divisão territorial do trabalho e nova regionalização* [1980], 2011, p. 28

aglomerações maiores cumpriam o papel de articulação da economia macrorregional e, por suas conexões com os mercados internacionais, o papel de viabilização do modelo econômico agrário-exportador e, na sua contraface, importador de produtos industrializados para provimento do restrito mercado interno. Tinha-se um modelo dependente das economias centrais, cuja interação era estabelecida pelas metrópoles periféricas, de gênese colonial.

A indústria emergente valeu-se dessas metrópoles, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, para garantir as necessárias condições gerais de produção, que só elas podiam oferecer, tanto as condições com conexão direta com o processo de produção e circulação do capital, quanto indireta, necessárias à reprodução da força de trabalho. Vale lembrar que o Centro-Sul brasileiro, capitaneado por essas duas cidades, havia sido, até então, “o grande local de acumulação capitalista do país”, em razão, sobretudo, da economia do café que, ao final oitocentos, respondia por 60% das exportações totais nacionais¹¹⁷.

Até os anos 1950, o processo de industrialização determinou a inserção da burguesia industrial no bloco das classes dominantes do país, o início da unificação econômica do espaço brasileiro, a regionalização interna, a formação de um mercado nacional e a ocorrência de um incipiente meio-urbano-industrial. A partir de então, observou-se a transição para uma nova fase industrial, do modelo de substituição de importações para outro de participação ostensiva de grupos monopolistas, dando início à integração do país no processo de internacionalização da economia capitalista.¹¹⁸

Territorialmente, esse processo foi assimétrico. Tomando-se o sertão central de Minas, em meados do século XX, ainda se observava um processo incipiente de transição industrial próprio do capitalismo competitivo e não se podia falar, a rigor, até então, em qualquer aproximação com a fase monopolista.

Duas décadas depois, a despeito das transformações na estrutura produtiva nacional, na composição das classes dominantes, das classes médias e das classes trabalhadoras e na própria estrutura do Estado brasileiro (em termos de organização tecnocrática e de controle

¹¹⁷ Ibidem, p. 28.

¹¹⁸ Ibidem, pp. 28/33.

político), o país já dispunha de uma rede urbana mais integrada, mas caracterizada por profundo desequilíbrio interregional, com continuidade de excessiva concentração de recursos, atividades e populações nas principais metrópoles, sobretudo na paulistana. O processo concentrado de acumulação de capital substituiu o antigo modelo de configuração espacial fragmentada de “arquipélago” por um sistema integrado do tipo “centro-periferia”¹¹⁹. Ou seja, as sucessivas redivisões territoriais do trabalho induzidas pela crescente industrialização — sustentada por políticas governamentais de apoio, crédito e isenção fiscal — não se pautaram por critérios de complementaridade econômica, voltada para o alcance de uma mínima equidade regional, mas pelo interesse prioritário na criação de oportunidades e na captura de taxas de acumulação mais vantajosas para o capital, em escala regional ou nacional.

Esse é o contexto econômico e urbano nacional, dos anos 1970, ainda não inteiramente integrado pelo sertão central mineiro, quando emergiu, nas políticas públicas nacionais, pela primeira vez, o interesse pelas cidades médias e o próprio uso dessa expressão. Esse interesse apontava a ausência dessas cidades como fator do desequilíbrio da rede de cidades, que obstaculizava a ocupação e a integração socioeconômica do território nacional, sob a ótica do planejamento urbano e regional tecnocrático, em vários níveis de governo. Em 1974, como mencionado, a macrocefalia urbana decorrente de quatro décadas de avanço do processo de industrialização foi registrada no II PND¹²⁰, já destacando as cidades médias como elemento potencial de contraposição a essa realidade. Em 1976, o lançamento do Programa Nacional de Cidades de Porte Médio “registrou ter havido uma explícita preocupação governamental com as cidades médias”, ao estabelecer mecanismos de financiamento para ampliação de infraestrutura social e produtiva, nas cidades com aquele porte.¹²¹

Na região pesquisada, no entanto, nenhum centro urbano apresentava, naqueles anos, uma escala de urbanização que pudesse distingui-lo nessa categoria de cidade média para as pretensões dos governos centrais de tê-la como elemento de integração territorial, estadual e nacional.

¹¹⁹ GEIGER; DAVIDOVICH, *Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização*, 1974, p. 4.

¹²⁰ BRASIL, *II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979)*, 1974, p.85.

¹²¹ ANDRADE; SERRA, *Cidades médias brasileiras*, 2001, p.vi.

Nessa década, o ciclo expansivo da economia brasileira conhecido como *milagre econômico* e os intensos movimentos migratórios interregionais observados, aumentando o inchaço das metrópoles e grandes cidades, passaram a criar e agravar deseconomias de aglomeração, advindas da elevação de custos sociais e econômicos pela excessiva concentração populacional e de atividades nessas cidades.¹²² Passou-se a induzir, então, como condição interveniente de reprodução do capital, uma inflexão nesse processo com “um movimento de desconcentração da produção industrial, uma das manifestações do desdobramento da divisão territorial do trabalho no Brasil”.¹²³ Em outras palavras, teve-se uma progressão do processo de regionalização, em novas dimensões escalares, sustentando “a ideia de que a industrialização cria suas condições de maior eficiência, impulsionando uma divisão territorial do trabalho que lhe é própria”.¹²⁴

Essas políticas públicas de indução de deslocamento de atividades econômicas na direção de cidades médias não se constituíram em um fenômeno apenas brasileiro. Ao contrário, “os projetos de planejamento nacional, nos anos 1970, em todo o mundo propunham o desenvolvimento de cidades médias, ou melhor, na sua versão francesa, as estratégias de crescimento de metrópoles de equilíbrio”.¹²⁵

Nesses anos, a economia nacional associou um caráter primário-exportador com um impulso de crescimento industrial não mais decorrente de uma estratégia de substituição de importações, mas de um regime de acumulação que Alain Lipietz¹²⁶ denominou de “fordismo periférico”: por um lado, “*um autêntico fordismo*, com uma verdadeira mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados em termos dos bens de consumo duráveis”; por outro, *periférico* “no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a esses países”, onde ele ocorreu, como expressamente o Brasil.¹²⁷ De toda forma, tratou-se de um regime

¹²² Ibidem, p. vi.

¹²³ SANTOS; SILVEIRA, *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, 2014, p. 106.

¹²⁴ GEIGER; DAVIDOVICH, *Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização*, 1974, p.6.

¹²⁵ DAMIANI, *Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos*, 2006, p. 136.

¹²⁶ LIPIETZ, *Fordismo, fordismo periférico e metropolização*, 1989.

¹²⁷ Ibidem, p. 317.

que, na lógica própria do fordismo, exigia “a busca de ganhos de produtividade, através de uma ampliação da escala de produção, e a procura de zonas de salários mais baixos”.¹²⁸ Ou seja, a descentralização econômica era uma resposta tempestiva à imposição de reprodução do capital, através do crescimento dos mercados¹²⁹, da ampliação de escalas produtivas e do alcance de “bacias” de mão de obra mais vantajosas.

Ainda que fatores econômicos sejam determinantes, não é desprezível o fato de o surgimento dessa estratégia de descentralização territorial e valorização das cidades médias ter se dado contemporaneamente à ditadura militar no Brasil, em especial, como fator de estabilização social sem oneração do capital. Ao discutir as condições necessárias para expansão do fordismo para além dos países centrais, Lipietz¹³⁰ menciona a necessidade de autonomia política relativamente tanto às classes dominantes ligadas a regimes de acumulação anteriores quanto às massas populares. Nesse ponto, ele não faz rodeios ao reconhecer os governos autoritários como facilitadores do processo de industrialização de base taylorista e fordista nos países periféricos:

Em resumo, na situação mais frequente, será necessária uma *ditadura*, quebrando os velhos equilíbrios e criando – a partir do Estado – os quadros para ocupar o lugar das futuras classes dominantes no novo regime de acumulação. Não é, portanto, suficiente dispor de um amplo mercado e de uma força de trabalho liberada de suas antigas ligações camponesas. Inversamente, um regime forte e resolutivo poderá lançar uma estratégia de “pirataria do fordismo central”, mesmo não dispondo de um grande mercado interno, mas desde que contando com uma mão de obra mobilizável de baixos salários¹³¹.

Na mesma linha, Celso Furtado, ao referir-se à ideia de desenvolvimento como expressão de “um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação”,

¹²⁸ Ibidem, p. 312.

¹²⁹ Alain Lipietz (Op.cit., p. 323), ao referir-se à oportunidade do Brasil para construir um imenso mercado com base no que ele chama de efeito-tamanho, é especialmente crítico à forma como isso se dá nos anos 1970, fundada em forte desigualdade social: “De fato, a ditadura utilizará essa oportunidade no ‘mau sentido’: quando se é 120 milhões, basta que 20% da população se aproprie de dois terços da riqueza para que se constitua um mercado, para os bens de consumo duráveis e mesmo de luxo, equivalente ao de um país médio da Europa do Norte”.

¹³⁰ LIPIETZ, Op.cit., 1989.

¹³¹ Ibidem, p. 315.

contextualiza o uso do autoritarismo por esses grupos, ignorando as estruturas e aspirações da sociedade:

As condições ideais para esse transplante [da civilização industrial] podem confundir-se com o imobilismo social: a população passa a ser vista pelos agentes do processo de industrialização como uma massa de 'recursos produtivos' enquadrados nas leis de mercado. Os conflitos sociais, longe de serem fontes alimentadoras da criatividade política, são percebidos como formas de desperdício de energias da sociedade. Importante prolongamento dessa ideologia é a doutrina do autoritarismo como sistema político mais adequado às sociedades de industrialização tardia. Somente no quadro do autoritarismo seria possível criar as condições requeridas para um rápido transplante das técnicas industriais e, simultaneamente, intensificar a acumulação.¹³²

Com o sequenciamento das chamadas décadas perdidas de 1980 e 1990, a interrupção do ciclo de crescimento do país e de financiamento público em políticas de reordenamento territorial da produção e o afastamento progressivo do Estado das políticas regionais, o debate sobre as cidades médias viu o seu prestígio declinar. Paradoxalmente, a dinâmica urbana nacional permaneceu favorável a essas cidades: o desaquecimento econômico teve impacto mais direto e crítico sobre as metrópoles, preservando em grande medida a lógica de desconcentração econômica.

Estudo sobre a rede urbana brasileira organizado por Diana Motta¹³³ corrobora esse entendimento: nos anos 1980, verificou-se "um relativo descolamento das economias regionais, com o surgimento de ilhas de produtividade, muitas voltadas para o comércio exterior". Vinculado a essas ilhas, o esforço de exportação, "conviveu com o aprofundamento da *tendência de novas atividades industriais localizarem-se fora das áreas metropolitanas, fugindo das deseconomias de aglomeração*"¹³⁴ (grifo meu). Por sua vez, nos anos 1990, "o crescimento da agroindústria, a urbanização na fronteira, a agricultura irrigada e os empreendimentos voltados para a exploração de recursos naturais criaram alternativas de dinamismo à crise das

¹³² FURTADO, *Criatividade e dependência na civilização industrial*, 1978, p. 70.

¹³³ MOTTA, *Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana*, 2002.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 35.

metrópoles industrializadas. *Muitas cidades de pequeno e médio porte apresentaram melhor desempenho nesse período*".¹³⁵ (grifo meu)

Ao abordar a reorientação do fluxo migratório, como consequência da crise e da dinâmica produtiva que se desenvolveu frente a ela, esse estudo ratifica a permanência da desconcentração econômica e da consolidação de uma rede nacional mais dispersa de cidades, em que:

Com efeito, a redução da migração rumo às metrópoles do Sudeste conferiu maior importância ao conjunto da rede urbana brasileira, considerando o próprio interior do estado de São Paulo, as capitais regionais, em especial as do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, *as cidades médias* e as aglomerações urbanas não metropolitanas. Em algumas regiões, localizadas em áreas de fronteira agrícola, ou no próprio estado de São Paulo, também não foi desprezível o crescimento dos pequenos municípios.¹³⁶ (grifo meu)

Tomando-se os dados censitários populacionais como indicadores, a primeira observação, de caráter mais amplo, diz respeito à crescente taxa de urbanização do país, dada pela população residente em área urbana. Em 1970, essa taxa de urbanização estava em 55,92%; em 2010, chegou a 84,36%, próxima daquelas mais elevadas do mundo.¹³⁷ Os números absolutos também dimensionam essa transformação: nesse período, a população brasileira dobrou, mas a população urbana triplicou, como mostra a Tabela 8. Em consequência, a população rural caiu não apenas percentualmente, mas também em números reais, tendendo ao patamar do Brasil pré-industrial, do Brasil agrário de 1940. Esse fenômeno de desruralização foi observado também no sertão central de Minas.

¹³⁵ Ibidem, p. 36.

¹³⁶ Ibidem, p. 36.

¹³⁷ De acordo com a ONU (<https://population.un.org/wup/DataQuery/>), a taxa de urbanização brasileira, em 2010, é superior à taxa média das regiões mais desenvolvidas do mundo (77,2%) e próxima das taxas de países de maior tradição urbana sul-americanos, como Argentina (90,8%) e Chile (87,1%), e europeus, como Suécia (85,1%) e Dinamarca (86,8%), mesmo ano.

Tabela 8: População brasileira e taxa de urbanização (1940-2010)

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Urbanização (%)
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	36,16
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	44,67
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	55,92
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297	67,59
1991	146.825.475	110.990.990	35.834.485	75,59
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25
2010	190.755.799	160.925.792	29.830.007	84,36

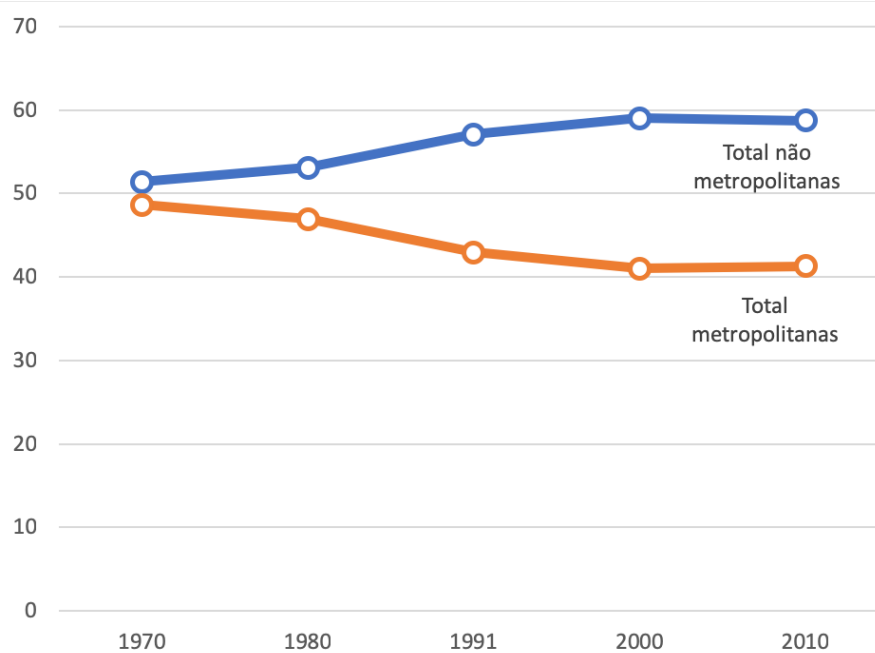
Fonte: STAMM, 2012, p.254

Outras observações referem-se à participação de cada classe de cidade, por tamanho e por contexto regional — metropolitano e não metropolitano —, no total da população urbana brasileira, como mostram os Gráficos 34, 35 e 36. O primeiro ilustra o processo de “desmetropolização”, ou seja, de desconcentração populacional das metrópoles para o interior do país, por força da dispersão das atividades econômicas: do deslocamento da produção industrial, da expansão da fronteira agrícola, combinada com a modernização do campo — com o agrogócio — e do surgimento das agroindústrias, e da mais ampla distribuição territorial das estruturas de consumo de bens e serviços. A diferença pouco relevante entre as populações não metropolitana e metropolitana (2,7%, em 1970) saltou para 17,4, em 2010.

O segundo gráfico, com a estratificação das cidades por portes populacionais, mostra que apenas as cidades com população na faixa de 100 a 500 mil (C100-500) e acima de 500 mil habitantes (C500) tiveram aumento populacional, entre 1970 e 2010. As cidades com população entre 20 e 50 mil e 50 e 100 mil não tiveram oscilação considerável; já os extremos — os núcleos metropolitanos e as cidades pequenas — apresentaram perda de participação percentual de população frente ao total nacional.

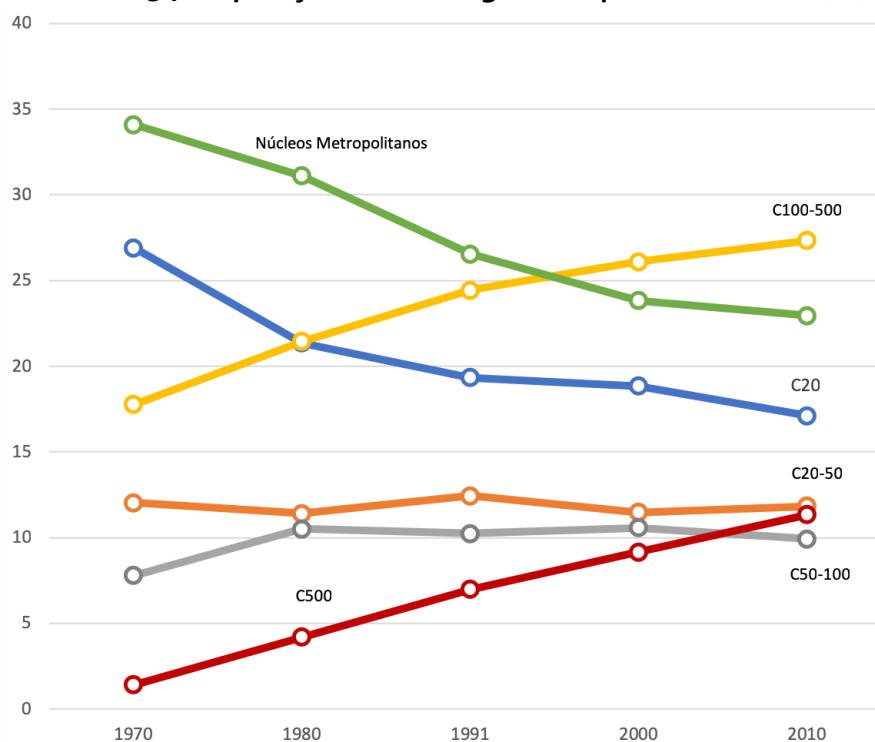
Por fim, o terceiro gráfico, com cruzamento de portes e contextos de cidades, indica que o crescimento demográfico na faixa de 100 a 500 mil habitantes deve-se às cidades desse porte em contextos não metropolitanas, até o ano 2000, e metropolitanos, na década seguinte (2000-2010). E, ainda, que o crescimento na faixa superior a 500 mil habitantes foi, acentuadamente, não metropolitano.

Gráfico 33: População urbana segundo o contexto regional da cidade (%)



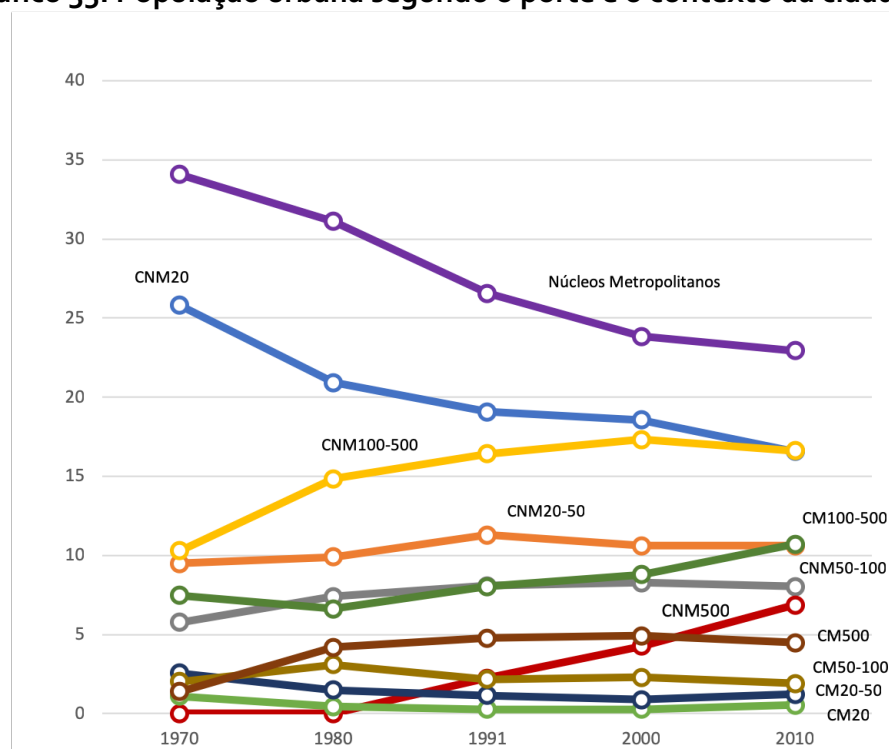
Fonte: Elaboração própria a partir de STAMM, 2012, p.257

Gráfico 34: População urbana segundo o porte da cidade (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de STAMM, 2012, p.257

Gráfico 35: População urbana segundo o porte e o contexto da cidade (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de STAMM, 2012, p.257

Ao apontarem que o crescimento populacional que marcou o final do século XX e o início do século XXI ocorreu basicamente nas cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes, de forma geral, e acima de 500 mil habitantes, em contextos não metropolitanos, exatamente os portes populacionais — notadamente o primeiro — mais consistentes com a noção corrente de cidade média, essas observações justificam ressurgimento do interesse por essas cidades, nesse período, que havia ocorrido 30 anos antes. Essa foi a onda de crescimento que Sete Lagoas, nesse tempo, passou a integrar.

Na perspectiva lefebvriana — que entende que a urbanização acompanhou a industrialização, mas progressivamente passou a precedê-la —, o adensamento da rede urbana brasileira, perpassando as cidades médias, tornou-se o substrato material da disseminação do capitalismo monopolista por todo o território e não mais o contrário. “Por seu intermédio [da rede urbana] viabiliza-se o cada vez mais complexo ciclo da reprodução do capital e a divisão territorial do trabalho”.¹³⁸ A rede urbana tornou-se condição para ampliação de mercados e para conformação de novos espaços produtivos. Essa inversão no motor do processo, deu-se no

¹³⁸ CORRÊA, *Estudos sobre a rede urbana* [2004], 2015, p. 7.

contexto do sertão central, quando Sete Lagoas se isolou como centralidade industrial principal e adquiriu uma escala de urbanização elevada, na entrada do século XXI.

É nesse contexto de urbanização extensiva¹³⁹ e dispersão econômica que as cidades médias consolidaram-se como alternativa localizacional industrial, por apresentarem capacidade superior a de outros centros de reestabelecer para o capital economias externas de aglomeração, com divisões de trabalho mais complexas, níveis de infraestrutura produtiva mais elevados, mobilidade urbana mais fluida com acessos e rotas de fugas desimpedidas, valores de terra menos onerosos, oferta de mão de obra suficiente e em bases salariais rebaixadas e pressões sociais menos propensas a convulsão.

Em direção ao futuro, as perspectivas de evolução da rede urbana comportam teses diferentes. Segundo Motta, entende-se que “novos padrões localizacionais tendem a ser setorialmente distintos e não uniformes para o conjunto da indústria”. E que “*não se identifica uma tendência geral de reaglomeração, nem de desconcentração*”¹⁴⁰ (grifo meu). Diferentemente, Clélio Diniz e Marco Aurélio Crocco¹⁴¹, ao se referirem ao intenso processo de crescimento industrial com desconcentração geográfica, nos anos 1970, entendem que essa desconcentração encontra limites, desde a virada do século.

A primeira razão para esses limites — apesar do crescimento de várias áreas industriais decorrentes da fronteira agrícola do Centro-Oeste, da fronteira mineral do Norte e dos incentivos fiscais para as regiões Norte e Nordeste — diz respeito ao fato daquela desconcentração ter se contido, na verdade, na Região Centro-Sul, em um polígono que iria da região central de Minas Gerais ao Nordeste do Rio Grande do Sul — com 70% das áreas industriais (com mais de 10 mil pessoas ocupadas na indústria) e 75% do emprego industrial, sem considerar 5 áreas do Estado do Rio de Janeiro —, relacionado à força do campo aglomerativo de São Paulo. Este polígono (Figura 17) teria seus vértices em Belo Horizonte, Uberlândia, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos, podendo haver alargamento desses vértices ou surgimento de pontos isolados de crescimento no seu entorno.¹⁴²

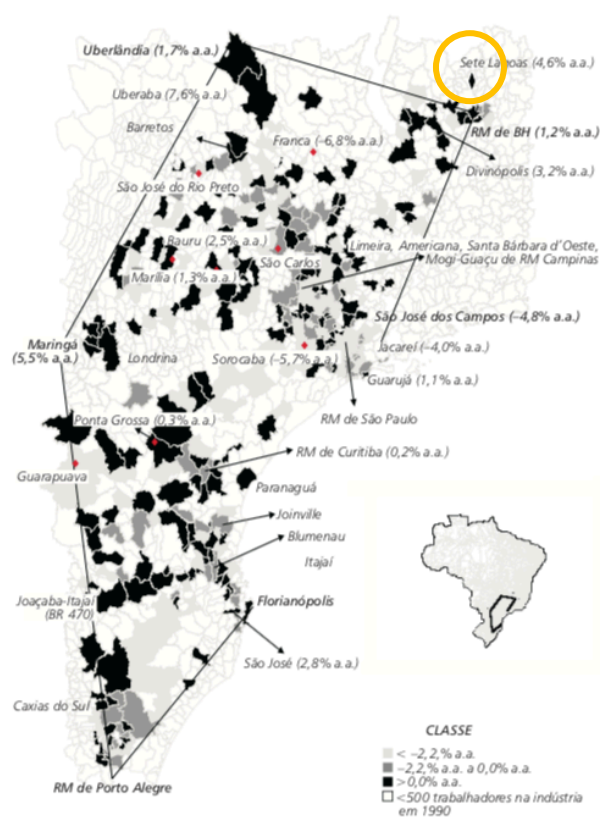
¹³⁹ MONTE-MÓR, O que é urbano, no mundo contemporâneo, 2006.

¹⁴⁰ MOTTA. *Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana*, 2002, p. 37.

¹⁴¹ DINIZ; CROCCO, *Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*, 1996.

¹⁴² *Ibidem*, pp. 86/88.

Figura 17: Sete Lagoas e o polígono de reconcentração



Fonte: ANDRADE; SERRA, 2001, p.346

A segunda razão deve-se a mudanças tecnológicas e organizacionais e a consequente emergência de novos setores industriais que restringiria o crescimento a *idades de porte médio* próximas às grandes capitais do Centro-Sul. E a terceira, como desdobramento da abertura da economia brasileira, desde os anos 1990 — que obriga ao enfrentamento da competição internacional, com base em eficiência produtiva e aumento de produtividade —, relaciona-se ao potencial favorecimento de regiões com melhores infraestruturas, mercados de consumo e de trabalho, ou seja, regiões mais centrais e menos periféricas, no quadro nacional. Nesse caso, essa reconcentração não se daria em uma classe específica de cidade — nas metrópoles, por exemplo, como no passado —, mas em diferentes classes, inclusive a das cidades médias, desde que inseridas no perímetro descrito.

Essas hipóteses de desconcentração ou reaglomeração parecem indiferentes ao caso de Sete Lagoas e do sertão central. Tendo reunido as características de uma cidade média, por força da natureza desigual do processo de urbanização regional, ambas as hipóteses tenderiam a

lhe favorecer como destino de plantas industriais do capital nacional e global. Numa hipótese, o cenário de desconcentração daria continuidade ao processo que a colocou no radar desse capital no seu processo de desmetropolização, às vésperas do século XXI. Em outra, o cenário da reconcentração também a manteria nesse radar, na medida em que a sua proximidade com Belo Horizonte, a mantém às bordas do polígono de reconcentração de Diniz e Crocco, o que é reforçado por sua inclusão, no mesmo estudo, na lista das aglomerações industriais qualificadas como de crescimento acelerado¹⁴³.

Ao fim e ao cabo, em qualquer desses cenários, importa reconhecer que o fator determinante da espacialização do processo socioeconômico e da reconfiguração da rede urbana estadual e nacional, não são políticas direcionadas ao “verdadeiro desenvolvimento”, criativo e original na solução dos problemas regionais¹⁴⁴, mas a estratégia mais adequada à reprodução e circulação do capital industrial globalizado. Na contemporaneidade, nada remete à ideia das cidades médias, no que lhes toca, se constituírem em instrumento promotor desse tipo de desenvolvimento; factualmente, a pesquisa sobre o sertão central de Minas sinaliza que pelo curso dos fatos essas cidades, como Sete Lagoas, caminham no sentido de se constituírem naquilo que poderia ser designado, em oposição ao termo original francês¹⁴⁵: em *metrópoles de desequilíbrio*.

¹⁴³ Ibidem, p. 97.

¹⁴⁴ FURTADO, *Criatividade e dependência na civilização industrial*, 1978.

¹⁴⁵ Refiro-me à expressão *métropoles d'équilibre*, inscritas no V PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL francês.

9. A LÓGICA DA METÁSTASE

Metástase sf. (Med.) aparecimento de um foco secundário no curso da evolução de um tumor maligno ou de um processo inflamatório' XVII.

Do fr. metástase, deriv. do lat. tard. metastasis e, este, do gr. metástasis // metastático XVII. Cp. gr. metastatikós // Metastável XX.

(CUNHA, 2010, p. 424)



9.1 Urbanização, cidade média e a lógica da metástase

Debruçando-me sobre o último ciclo econômico de Sete Lagoas e a sua vinculação com o processo de urbanização regional, volto à obra de Henri Lefebvre. Nada do que se passou no sertão central mineiro, nada que a pesquisa desvendou empiricamente escapa à narrativa *in abstracto* da evolução do *urbano* na perspectiva da *sociedade urbana* lefebvriana. Lefebvre¹ refere-se à cidade como “obra privilegiada”, como expressão “de maneira imediata, visível e legível no terreno, tornando sensíveis as relações sociais mais abstratas, jurídicas, políticas, ideológicas”, como o lugar da acumulação, “em que pese o capital ter nascido da riqueza criada no campo”, sobre o que, apoiando-se na teoria marxista do mais-valor, ele completa:

A mais-valia formou-se inicialmente no campo. Essa formação deslocou-se para a cidade na medida em que esta se transformou na sede da produção, do artesanato, depois da

¹ LEFEBVRE, *A revolução urbana*, 2004, p. 34.

indústria. Em contrapartida, o sistema comercial e bancário das cidades sempre foi o órgão de realização da mais valia. Na sua distribuição, os mestres da cidade sempre tentaram dela reter uma grande parte (...). Nos três aspectos da mais valia, o centro urbano desempenha um papel cada vez mais importante. O que define uma função essencial e, no entanto, desconhecida (desapercebida), da centralidade urbana no modo de produção capitalista. O que torna inexata a afirmação segundo a qual a cidade de outrora e atualmente o centro urbano são apenas uma superestrutura, não tendo relação alguma com as forças produtivas e o modo de produção.²

Essas suas compreensões teóricas indicam que a história urbana do sertão central não é mais do que um fragmento ou um prenúncio, *in factum*, do processo global de urbanização que remete, virtualmente, à *urbanização completa da sociedade*. Nessa perspectiva, nada de essencialmente novo tem-se assim nessa história, à exceção de ela se dar nas circunstâncias particulares de determinada formação socioespacial regional.

Lefebvre baliza o eixo que descreve o processo de urbanização, sequencialmente, com a cidade política (cidade da escrita, da ordem, da ordenação e do poder), a cidade mercantil (do patrimônio mobiliário, do dinheiro, do mercador, da mercadoria e do mercado) e a cidade industrial (a não-cidade e a anti-cidade que conquista, penetra e explode a cidade), até o que ele denomina de zona crítica. Como um fragmento real dessa hipótese teórica, pode-se datar a transposição da cidade comercial à industrial, quando se tem a “inflexão do agrário para o urbano”³, no sertão central, nas primeiras décadas da segunda metade do século XX. E a sua inserção na zona crítica (a realidade urbana como causa e razão, o induzido – o urbano – tornando-se indutor), quando se tem o fenômeno da implosão-explosão (concentração e fragmentação), dado pela concentração urbana, pelo êxodo rural, pela extensão do tecido urbano e pela subordinação completa do agrário ao urbano, elementos todos eles presentes na história regional, nas décadas finais daquele século.

Essa concepção de zona crítica inspira a que se dê uma dicção lefebvriana ao conceito de cidade média. Por certo, o fenômeno da implosão-explosão é, originariamente, metropolitano, não apenas porque surgiu ali, mas porque tem ali a sua versão mais intensa e paradigmática.

² Ibidem, p. 34.

³ Ibidem, p. 27.

Não obstante, na perspectiva da *sociedade urbana*, o deslocamento desse fenômeno para além da metrópole, para regiões não metropolitanas, encontra na cidade média um novo centro propagador. Nessa lógica, cidade média é a cidade pós-metropolitana imediata que, historicamente, se consolida como cidade industrial e avança à zona crítica, passando a replicar, na sua escala urbana e no contexto da sua formação socioespacial regional, o fenômeno metropolitano de implosão-explosão. Apelando ao ponto-chave da desigualdade, antes abordado, e usando conceitos de Lefebvre, implica dizer que cidade média é a cidade que, por força de uma concentração histórica e regionalmente desigual “de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento”, explode, projetando “fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.)”.⁴

Para figurar esse processo de urbanização explosivo, negando a expressão *sociedade pós-industrial* a favor da expressão *sociedade urbana*, como aquela que nasce da industrialização e a sucede, Lefebvre vale-se da ideia do *tecido urbano* por meio do qual a *cidade* estende-se, entre continuidades e descontinuidades, sobre o *campo*:

Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, *o tecido urbano*, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano.⁵

Dessa propagação de energia urbana concentrada para além do domínio edificado das cidades, na relação cidade-campo, nada é estranho a Sete Lagoas na sua relação com o sertão central, no seu ingresso nos anos 2000.

⁴ Ibidem, p. 26.

⁵ Ibidem, p. 17.

Sobre essa urbanização que corrói os resíduos da vida agrária, em certo momento Lefebvre faz lembrar Caio Prado Junior⁶, quando este afirma que o que identifica os sertões, dos nordestinos aos mineiros, são “os gêneros de vida humana”. Ao examinar o tecido urbano e o que ele determina de despovoamento do campo e “descamponização”, Lefebvre usa a expressão similar “gêneros de vida” para dizer que “os antigos *gêneros de vidas* caem no folclore”.⁷ Essa afirmação ajuda a responder a pergunta de Riobaldo em Grande sertão: “Ah, tempo de jagunço tinha mesma de acabar, cidade acaba com o sertão. Acaba?”.⁸ Por certo, sim, a cidade tende a colonizar, urbanizar e corroer o sertão. Ou, ainda que essa relação urbanidade-ruralidade persista, nela, “aqui e ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o ‘tecido urbano’”.⁹ Esse foi o papel que coube a Sete Lagoas na marcha em direção à sociedade urbana: corroer e conflitar o sertão.

Com efeito, corroer e conflitar são termos lefebvrianos precisamente aplicáveis ao sertão: não foi outra coisa o que ocorreu quando, a partir de Sete Lagoas, no rastro da extração de carvão, abriu-se uma clareira no cerrado para penetração de capitais regionais e, em seguida, metropolitanos, capitais de “grupos de fazendeiros sulinos” no dizer de Darcy Ribeiro¹⁰, que reconcentraram terras, corromperam relações sociais tradicionais, mudaram a organização do trabalho, proletarizaram o agricultor e desterraram um enorme contingente de pessoas.

Sobre essa penetração da sociedade e da vida urbana no campo, pelo espraiamento do tecido urbano, Lefebvre dá conta de dois sistemas, o sistema de objetos (água, eletricidade, gás, carro, TV, utensílios plásticos etc.) e de valores (lazers ao modo urbano, costumes, modas, racionalidade etc.), ou seja, elementos materiais e imateriais de conquista territorial. Sem prejuízo da observação desses elementos materiais, presentes na sua caracterização do tecido urbano (“uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo”), interessam aqui os elementos imateriais que avançam mais extensivamente sobre o

⁶ PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], 2011, p. 207.

⁷ LEFEBVRE, *O direito a cidade* [1968], 2015, p. 18.

⁸ ROSA, *Grande sertão: veredas* [1956], 1976, p. 129.

⁹ LEFEBVRE, *O direito a cidade* [1968], 2015, p. 19.

¹⁰ RIBEIRO, *O povo brasileiro*, 1995, p. 360.

território, especialmente os meios culturais e tecnológicos de que o urbano se apropria no avanço sobre novas fronteiras.

Nessa direção, é importante trazer à reflexão, mais uma vez, a obra de Roberto Monte-Mór¹¹. Apoiando-se na ideia lefebvriana de zona urbana (“o estádio da urbanização que se encontra para além dos limites da ‘cidade industrial’, ainda que a englobando”), Monte-Mór cunha o conceito de *urbanização extensiva* que tem intrinsecamente esse senso difuso:

Esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais - representa, assim, a forma socioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até — e cada vez mais — às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros...¹²

Essa amplitude totalizante da propagação do urbano sobre o território, para muito além dos limites das cidades, bastante mais esclarecida por Monte-Mór em texto posterior, acolhe no plano teórico a observação empírica da pesquisa realizada, especialmente sobre aquele processo de oligopolização do campo, que tem Sete Lagoas como epicentro e o carvão como elemento transacional, que impulsiona os fluxos urbano-rurais até “espaços residuais das regiões mais desenvolvidas, nas ‘ilhas de ruralidade’ no interior mineiro”:

Tenho chamado de *urbanização extensiva* esta materialização sociotemporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das questões sociopolíticas e cultural intrínsecas à *polis* e à *civitas*, que têm sido estendidas para além das aglomerações urbanas ao espaço social como um todo. É essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade — o *urbano* — que se estende, com as relações de produção (e sua reprodução), por todo o espaço onde as condições gerais de produção (e consumo) determinadas pelo capitalismo industrial de Estado impõem-se à sociedade burocrática de consumo dirigido, carregando, no seu bojo, a reação e a organização políticas próprias da cidade. Essa é a realidade — a sociedade urbana — que

¹¹ MONTE-MÓR, *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*, 1996, p.170.

¹² *Ibidem*, p. 171.

se coloca hoje como virtualidade e objetividade no Brasil, constituindo-se em condição para a compreensão do espaço social contemporâneo. [...]

É a essa urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania, que tenho chamado de *urbanização extensiva*. A urbanização extensiva atingiu nos últimos 30 anos praticamente todo o País: estendeu-se a partir das regiões metropolitanas, articulando-se aos centros industriais, às fontes de matérias-primas, seguindo a infra-estrutura de transportes, energia e comunicações, criando e estendendo as condições de produção e os meios de consumo coletivo necessários ao consumo da produção industrial fordista que se implantava no Brasil com o “milagre brasileiro”. Ao final do século XX, o *urbano* se fazia presente em todo o território nacional, com destaque para as fronteiras amazônica e do centro-oeste, onde a produção do espaço já se dava a partir de uma base urbano-industrial que emanava dos centros metropolitanos e de seus desdobramentos sobre as regiões agrárias articuladas à base agroindustrial do País.

É nesse sentido amplo que se pode falar de uma urbanização extensiva que se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbano industrial mediante a expansão da base material requerida pela sociedade e pela economia contemporâneas e as relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço. Neste contexto, multiplicam-se as fronteiras (urbanas), tanto internamente e nas franjas das aglomerações quanto nos espaços regionais e rurais incorporados à lógica urbano-industrial dominante. A urbanização extensiva caminha, assim, ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões “novas”, como a Amazônia e o Centro-Oeste, mas também em regiões “velhas”, como o Nordeste, em espaços residuais das regiões mais desenvolvidas, nas “ilhas de ruralidade” no interior mineiro ou paulista. Em toda parte, a lógica urbano-industrial impõe-se ao espaço social contemporâneo, no *urbano* dos nossos dias.¹³

Frente a essa compreensão da urbanização, não há dúvida de que o elemento vetorial que impulsiona a apropriação — ou a colonização — dos espaços rurais e regionais, expandindo a base material requerida pela economia contemporânea, é o capital urbano industrial. É esse

¹³ MONTE-MÓR, *O que é urbano, no mundo contemporâneo*, 2006, pp. 15/17.

capital que impõe uma regra de dominação e dependência entre a cidade média e as cidades menores e, extensivamente, a toda a região, como se deu no sertão central. Lefebvre afirma que, no curso do processo global de industrialização e urbanização, “as cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole”.¹⁴ Com efeito, esse é o *modus operandi* do capital: ao expandir-se a partir da metrópole, subordinando a ele, de forma semicolonial, os novos espaços, ele replica essa relação de dominação nos novos espaços regionais, configurando a cidade média, nesse contexto, como uma virtual metrópole. Essa é a sua estratégia de expansão, a da replicagem: ele aporta para essa cidade, ao apropriar-se dela, *mutatis mutandis*, o mesmo fenômeno da implosão-explosão que ele cristalizou no espaço metropolitano, utilizando-se dos mesmos mecanismos promotores de desigualdade social, econômica e territorial, mais convenientes à sua produção e reprodução: concentração e fragmentação urbanas, desterritorialização de populações rurais e êxodos, periferização, subordinação do rural ao urbano e das cidades menores à maior. Em sua dinâmica urbanizadora, quando se expande lateralmente, conurbando e tumorizando o tecido em suas imediações, e quando se propaga extensivamente, ocupando todo o espaço social contemporâneo, o capital atua sempre, na sua estratégia de replicagem, usando a metáfora que me parece a mais adequada, por *metástase*.

O corpo principal propagador de metástases é o corpo metropolitano, que ganha uma oportunidade extraordinária de propagação, em direção ao sertão central, ao final do século xx. Essa propagação, essa dinâmica de metropolização para além das bordas da metrópole, tomada muitas vezes apenas em relação a cidade média de Sete Lagoas, foi em realidade muito mais extensiva, imprimindo características metropolitanas no espaço regional, urbano e rural, difundindo “hábitos culturais e valores urbanos até então exclusivos da metrópole”.¹⁵

Sobre esse processo de metropolização, fazendo um apanhado da visão de diversos autores¹⁶, Sandra Lencioni resume:

¹⁴ LEFEBVRE, *A revolução urbana*, 2004, p. 17.

¹⁵ LENCIONI, *Metropolização do espaço: processos e dinâmicas*, 2013, p. 25.

¹⁶ Nessa síntese, Lencioni cita Ascher (1998), Pinçon (2012), Levy (1997), Bassand (2001), Scott e Sttoper (1986), Veltz (1997), Garnier (2005-4), Bassand, Joye e Leresche (1995) e Lacourt e Puissant (1998).

De maneira sintética podemos dizer que, em geral, o processo de metropolização imprime características metropolitanas ao espaço, transformando as estruturas pré-existentes, independentemente desses espaços serem ou não metrópoles. Isso significa dizer que o processo de metropolização pode incidir sobre espaços metropolitanos ou não, conforme apontou Ascher, 1998. Além disso, esse processo engendra morfologias urbanas com características específicas, se constituindo num fenômeno multiforme e contraditório que, no caso das grandes cidades faça com que elas se curvem aos fenômenos de dilatação, aumento e diversificação de mobilidades (...). Acrescente-se, ainda, que a metropolização se constitui num processo de proteiforme e relacionado aos fenômenos de reurbanização, redensificação e de gentrificação..., e expressa, além do mais, um novo ciclo urbano (...), caracterizado pela crise e marcado por contradições, conflitos e violência (...). No dizer de Jean Paul Volle (1996), a metropolização se constitui num dos principais elementos para a periodização da modernidade. O processo de metropolização se constitui, assim, numa determinação histórica dos dias atuais.

Continuando essa síntese, podemos dizer que esse processo tende a se manifestar como verdadeiros patchworks desordenados, desiguais e rígidos, desafiando as intenções e as instituições de governança local (...) e se manifesta por meio de uma fluidez líquida, a qual, ao mesmo tempo em que salta à vista, se oculta porque tem uma forma caótica (...) se constituindo num processo que se agrega, se soma, se junta ao processo de urbanização. Ou seja, a “metropolização não torna obsoletas as outras manifestações do fenômeno urbano (urbanização, sub e periurbanização), mas ela se junta a essas” (...).

Além do mais, “produz recomposições territoriais novas, tanto no plano interno dos conjuntos urbanos que lhes dizem respeito, quanto relativos às suas relações externas” (...).¹⁷

Voltando à lógica da metástase, recorro mais uma vez a François Archer¹⁸. No desenvolvimento do conceito de metápole, assim como da metáfora do rizoma, com base em Deleuze e Guattari, Archer apropria-se também da metáfora da metástase. Em diferenciação ao sistema urbano cristaleriano, tendo como referência a rede metropolitana parisiense, a sua formulação de rede em *hubs and spokes* pressupõe, em essência, o funcionamento de uma rede de comunicação e transporte que permite conexões rápidas – *por efeito túnel* – entre pontos da estrutura urbana metropolitana não necessariamente contíguos. Diz ele:

¹⁷ LENCIONI, Op.cit., pp. 22–23.

¹⁸ ASCHER, *Metápoles ou l'avenir des villes*, 1995.

O diagrama christaleriano, que foi por longo tempo a referência dominante para explicar a distribuição espacial hierárquica das cidades, perde um pouco de sua pertinência com o surgimento de um sistema urbano polarizado em torno das metrópoles e funcionando em redes numa escala internacional.

A evolução dos sistemas urbanos

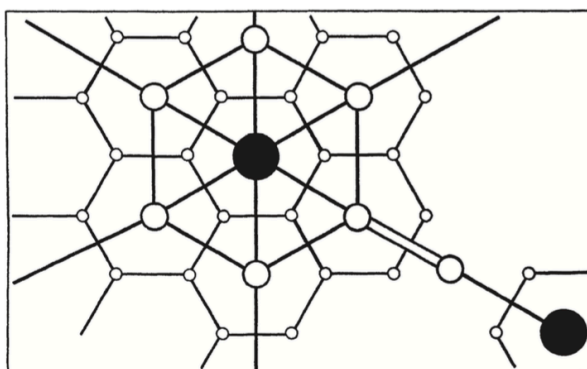


Fig.1 — Rede "christalleriana". Em um sistema urbano do tipo christalleriano, as cidades são divididas segundo uma hierarquia na qual a influência e as relações são funções do tamanho

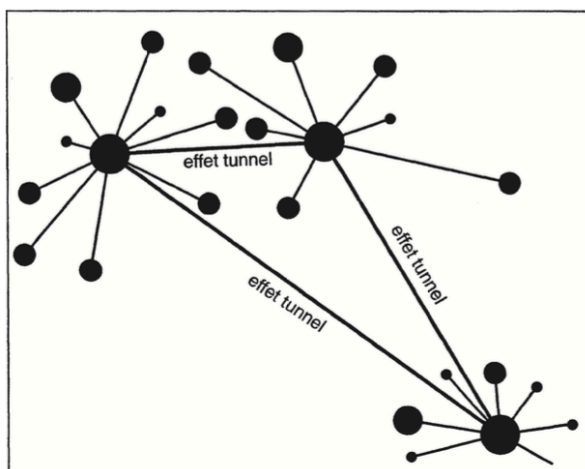


Fig.2 — Rede em *hubs and spokes*. No Sistema urbano metropolitana, somente as grandes cidades (hubs) têm relações diretas com muitas cidades; as cidades menores não estão vinculadas diretamente senão apenas a uma cidade grande.

Essa transformação dos sistemas urbanos está parcialmente ligada ao desenvolvimento do transporte rápido. Seus princípios organizadores, em particular a centralização de fluxos de grandes plataformas (conhecidos organização em hubs and spokes), são gradualmente trazidos por novas organizações e hierarquias urbanas. Os TGV e os transportes aéreos produzem assim, mais do que as autoestradas, o chamado "efeito túnel", isto é, o desaparecimento dos efeitos do cruzamento: entre duas paradas do TGV, não há mais nada. Ou bem assim, estamos perto de uma estação de TGV ou de um grande aeroporto, e estamos perto de todas as outras metrópoles internacionais; ou então estamos longe disso e estamos

longe de tudo. A posição de meia distância, que já foi o melhor lugar, torna-se a pior. Para cidades não servidas por transporte rápido, não há outro recurso além de se conectar o mais diretamente possível a uma metrópole "conectada" nas redes internacionais. E seja qual for o tamanho da cidade. Isso explica em parte o enfraquecimento das segundas hierarquias urbanas e a perda de relevância dos esquemas propostos por Christaller e seus seguidores.

Essas transformações ocorrem gradualmente, tendencialmente, e não subvertem os modelos urbanos pré-existentes, em poucas décadas, pelo menos nos países europeus. A história urbana se faz em um tempo muito longo; tanto é assim que os historiadores não hesitam em considerar como particularmente frágeis ou mesmo temporárias as cidades nascidas da indústria no século anterior e cuja sobrevivência seria através da integração com sistemas urbanos mais antigos.

As novas dinâmicas metropolitanas são, assim, enxertadas nas antigas estruturas e redes. Nem todas as grandes cidades se tornam metápoles, mas na Europa todas as metápoles são construídas em grandes cidades antigas.¹⁹ (tradução minha)

Ascher propõe um conceito novo denominado como *metápoles*, equivalente a uma "metametrópolis" ou espaços "metropolizados", como "aglomerações de várias centenas de milhares de habitantes, multifuncionais, fortemente integradas na economia internacional"²⁰:

Uma metápole é o conjunto dos espaços, em que todos ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios são integrados no funcionamento cotidiano (ordinário) de uma metrópole. Uma metápole constitui geralmente uma área única de trabalho, habitat e atividades. Os espaços que compõem uma metápole são profundamente heterogêneos e não necessariamente contíguos. A metápole inclui pelo menos algumas centenas de milhares de pessoas.²¹

Acessoriamente, na descrição da realidade urbana que dá sentido prático ao conceito de metápoles, Ascher lança mão brevemente das metáforas do rizoma, já comentada, e da

¹⁹ ASCHER, Op.cit., p. 32.

²⁰ Ibidem, p. 31.

²¹ Ibidem, p. 32.

metástase para figurar a ideia, em ambas²², de reprodução do espaço metropolitano sem contiguidade, à distância.²³ Diz ele: “para além dos limites da urbanização, dentro de zonas notadamente rurais, aparecem também *metástases* metropolitanas, ou para empregar uma imagem mais atraente, ilhas do arquipélago metropolitano (ou mesmo brotos do rizoma metropolitano) cuja localização é frequentemente o resultado da ocorrência de circunstâncias locais”²⁴ ou “a metropolização integra à metrópole porções de territórios cada vez mais remotos, não contíguos ao espaço urbano inicial, ou mesmo apenas frações da população ou das atividades desses territórios, que nós chamamos de ‘*metástases metropolitanas*’”.²⁵

Metástase, em português, deriva do latim *metastasis* e este do grego *metástases*. Em medicina, significa o aparecimento de um foco secundário no curso da evolução de um tumor maligno ou de um processo inflamatório²⁶. Ascher se apropria, em sua analogia, apenas do sentido morfológico de uma metástase — como um foco capaz de ser reproduzido a distância — e não no sentido patológico — de algo que só se reproduz a partir de células doentes, tomadas por neoplasia ou por processo infeccioso do corpo de origem, e que carrega consigo o efeito deletério da patologia de origem.

Esses dois sentidos possíveis da metáfora da metástase — o morfológico e o patológico — projetados sobre a realidade do sertão central mineiro conduzem a duas reflexões essenciais. A primeira, considerando a relação de Sete Lagoas com a RMBH, ou seja, analogicamente, a proximidade do corpo metastático com relação ao foco central, trata de investigar as virtuais ocorrências de uma “metástase metropolitana” e a sua conformação. A segunda reflexão,

²² Ressalte-se que essa tese, ainda que inspirada em Ascher, usa as metáforas do rizoma e da metástase de formas diferenciadas entre si e diferenciadas, em parte, da própria figuração dada por ele.

²³ A propósito, a ideia de continuidade territorial, sobretudo no que tange a fluxos de consumo, não é posto na Geografia Urbana como uma condição para uma definição de região, mas sim de sua qualificação. A continuidade, que diz respeito ao papel da proximidade na determinação de fluxos de consumo, relacionados à distância máxima que os consumidores estão dispostos a se deslocar até o polo de consumo (cada vez mais ampliado em razão da evolução do sistema de transporte), determina uma região com configuração em *área*. Os fluxos de consumo de bens e serviços à distância, viabilizados por novos sistemas de comunicação que geram relações entre cidades mais complexas, com uma hierarquia clara ou não (nesse caso, com estabelecimento de concorrência entre polos de influência), determinam um sistema regional com descontinuidade territorial com configuração em *rede*. Ainda, para além dessas redes, admite-se sistemas descontínuos ainda mais complexos, estruturados em torno de *eixos* de circulação rápida, entre fixos do território, com uma configuração marcada por uma *fluidez territorial* (SPOSITO, *Cidades médias: espaços em transição*, 2007a, pp. 49–50), o que parece mais consistente com a lógica ascheriana.

²⁴ *Ibidem*, p. 30

²⁵ *Ibidem*, p. 276.

²⁶ CUNHA, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 2010, p.424

com base na figuração de uma metástase à distância, considerando não apenas Sete Lagoas, mas extensivamente todo o sertão central, trata de ressaltar a natureza e os efeitos do vetor que conduz a ordem urbanizadora, de matriz metropolitana, até os mais remotos rincões.

Abro um breve parêntesis: recorrendo novamente a lógica médica, é de se registrar que as metástases podem se dar, efetivamente, por contiguidade (por propagação de contato), por proximidade (por propagação pelos vasos linfáticos) e a distância (pela corrente sanguínea). Analogicamente, associo a primeira forma de propagação ao fenômeno da conurbação que, por óbvio, no tempo presente, não é relevante no âmbito das relações entre a RMBH e o sertão central. Não se observa nenhum processo explosivo em curso que remeta a uma fusão próxima das malhas urbanas dos municípios da região metropolitana com aqueles do seu colar²⁷. A segunda forma de propagação, por proximidade, pode ser vinculada à *metápole* de Ascher e, no contexto da primeira reflexão acima elencada, tem sentido na conexão entre a RMBH e Sete Lagoas isoladamente. Por fim, a propagação à distância, que motiva a segunda reflexão acima proposta, entendo figurativamente que é a que melhor traduz as influências potenciais da RMBH sobre o sertão central de Minas, como sobre outras regiões não metropolitanas mineiras polarizadas por uma cidade média.

Ocupo-me, então, da primeira reflexão. Alguns autores como Felipe Magalhães e Willame Ribeiro têm se dedicado ao estudo das interações espaciais entre metrópoles e cidades médias metropolitanas ou perimetropolitanas, à semelhança das relações entre a RMBH e Sete Lagoas. O estudo de Magalhães²⁸ é mais próprio a esta reflexão porque tem uma gênese metropolitana: ele aborda a pós-metrópole, tomando como referência o discurso de Soja sobre a *exópolis*, a cidade polimórfica que se expande sobre suas periferias e subúrbios, e o conceito de *urbanização extensiva* de Monte-Mór. Sua perspectiva está na exploração da formação, *em torno da metrópole*, de um novo arranjo espacial: a cidade-região. Para além da mancha conurbada metropolitana, no caso da metrópole de Belo Horizonte, esse arranjo envolveria

²⁷ O colar metropolitano é uma figura instituída pela Constituição Estadual de Minas Gerais que reúne municípios que não conformam uma unidade territorial, com características peculiares, mas apenas faixas periféricas desarticuladas, a norte e a sul da RMBH, com municípios que, em tese, individualmente, já apresentam dinâmicas urbanas influenciadas pelo processo de metropolitanização. O colar da RMBH agrega 16 municípios limítrofes, incluindo Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Prudente de Morais e Sete Lagoas, do sertão central de Minas.

²⁸ MAGALHÃES, *Transformações socioespaciais na cidade-região em formação: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano*, 2008; *Da metrópole à cidade-região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano?*, 2008b.

centralidades provedoras de serviços intermediários, em um raio expandido, conectando a Oeste, Pará de Minas, Itaúna, Divinópolis e Cláudio; a Sul, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Ouro Preto e Mariana; a Sudeste, Ponte Nova; a Leste, Itabira, João Monlevade e o Vale do Aço; e, finalmente, a Norte, confirmando mais uma vez a baixa densidade urbana da *Minas do Norte*, apenas Sete Lagoas (Figura 18).

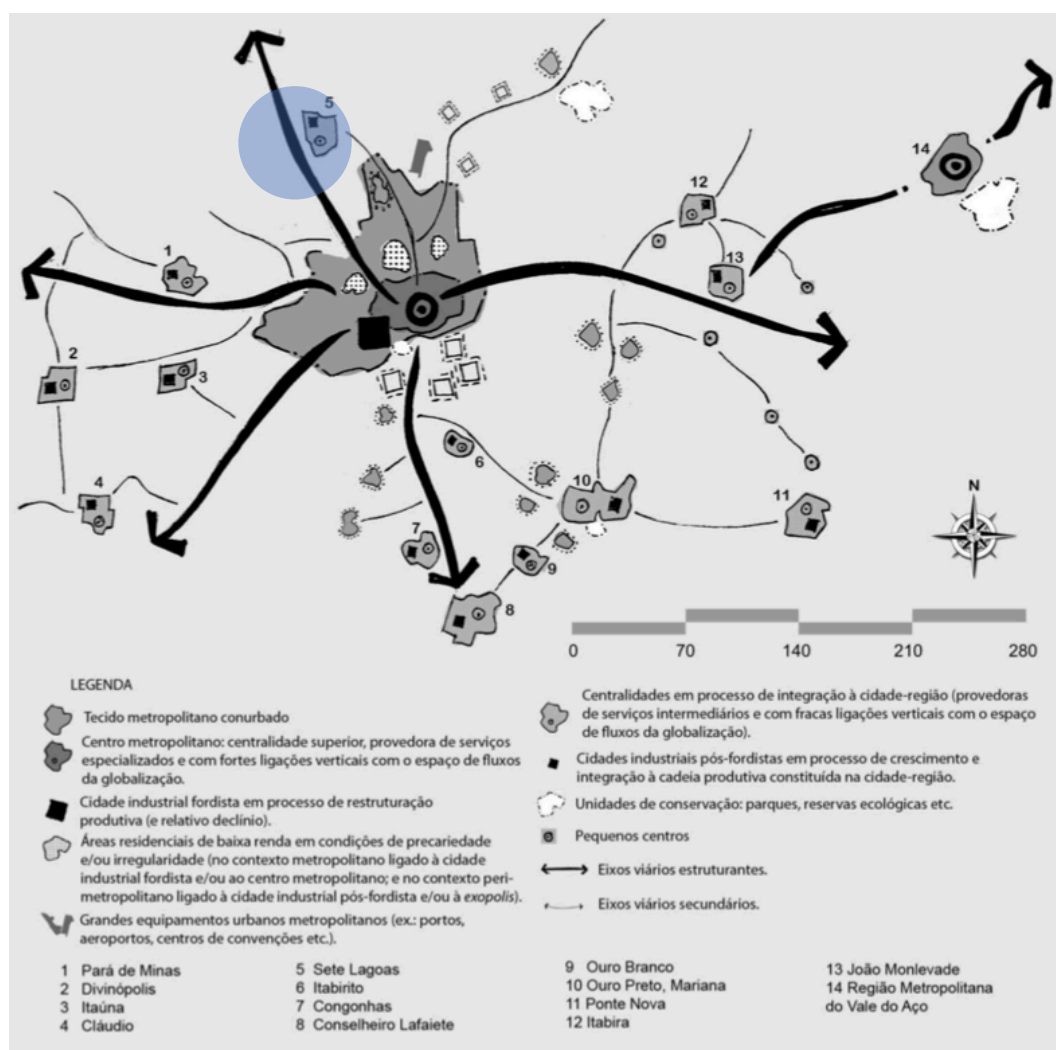
A ideia de cidade-região de que Magalhães se apropria não corresponde à simples metrópole estendida e

atinge centralidades que escapam à chamada involução metropolitana (...) e às deseconomias de aglomeração, *saltando sobre o tecido urbano espoliado que faz parte da metrópole* e atingindo novos espaços, mais eficientes para a atividade industrial, onde o aspecto disfuncional da metrópole se faz, todavia, pouco presente. Ou seja, trata-se de um processo contemporâneo de produção do espaço urbano em que a metrópole fordista, produto da própria entrada da indústria de larga escala na cidade, passa, nas margens, a se apresentar como um custo e um empecilho para determinados setores. Porém, estes permanecem dependentes no núcleo metropolitano, e passam a se situar nos seus arredores, justamente nesses novos espaços industriais em crescimento nas áreas perimetropolitanas.²⁹

Ou seja, é um conceito de organização metropolitana que salta sobre o tecido urbano conurbado e prospecta centralidades para a fuga de capitais industriais metropolitanos que guardam com a metrópole, como no exato caso da indústria automotiva que se instalou em Sete Lagoas, relação de dependência.

²⁹ MAGALHÃES, *Transformações socioespaciais na cidade-região em formação: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano*, 2008, p. 11.

Figura 18: A cidade-região de Belo Horizonte



Fonte: Magalhães, 2018b, Figura 4, p. 152, destaque meu (em azul).

Processualmente, a cidade-região reflete a compreensão de Michel³⁰ de que, na expansão territorial do capital, “as primeiras cidades médias a serem incluídas no sistema são as mais próximas ao hub do motor”, ainda que não necessariamente as cidades listadas por Magalhães sejam todas categorizadas como cidades médias.

Morfologicamente, além da *exópolis* de Soja (a que o próprio Magalhães remete), ela corresponde à *metápole* de Archer, o que leva a pressupor, seguramente, que quanto mais a tecnologia de transporte e comunicação avançar e for capaz de compactar o tempo, criando o

³⁰ MICHEL, *Ville moyenne, ville-moyen*, 1977.

mencionado *efeito-túnel* ascheriano na ligação entre a metrópoles e essas centralidades, conformando uma *metrópole dispersa*³¹, tanto mais essa realidade futura se aproximará do presente.

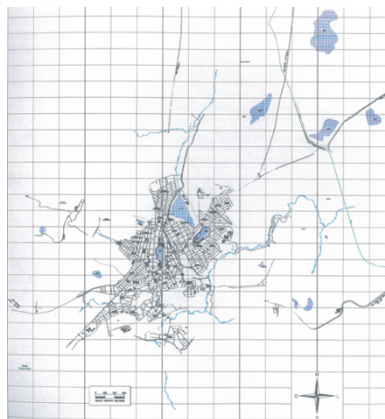
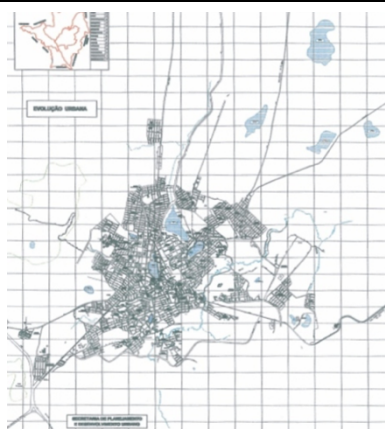
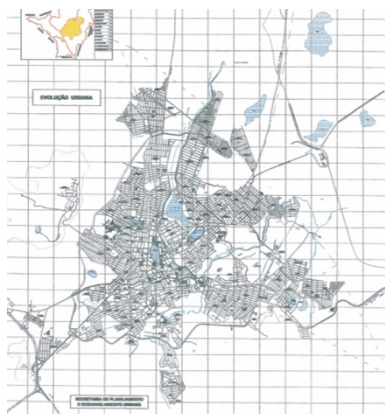
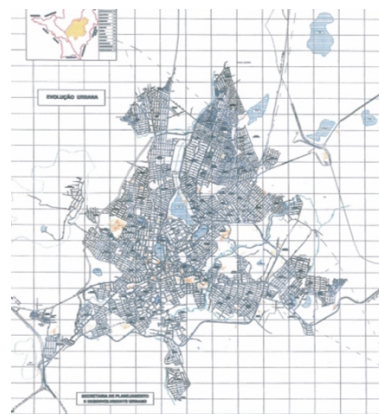
Com efeito, nos termos desta tese, é de se dizer que essa configuração pós-metropolitana da cidade-região cartografa o alcance tanto das metástases por contato (por contiguidade) quanto das linfáticas (por proximidade), a partir da metrópole, o que não necessariamente respeita critérios meramente arbitrários ou matemáticos, como por exemplo o que associa a magnitude de influência de uma metrópole a um círculo de raio invariável, no caso de Belo Horizonte, de 90km.³²

Atendo-nos à metástase linfática que alcançaria Sete Lagoas por meio de um “eixo viário estruturante” (BR-040) e um “eixo viário secundário” (MG-424), o cotejamento entre a intensificação do processo de metropolização, nas últimas décadas, e o desenvolvimento da malha urbana de Sete Lagoas é revelador. A Figura 19 mostra que, nos anos 1960, essa malha era compacta, com uma centralidade coesa, sem fragmentação relevante. Vinte anos de industrialização do setor guseiro geraram um adensamento visível dessa malha, mas ainda dentro de um padrão de alta coesão. Os poucos fragmentos que esgarçaram essa malha são ainda próximos do ponto central. Nos anos 1990, após apenas uma década, quando a cidade se consolidou como cidade média e iniciou o seu processo de diversificação econômica, com ingresso de capital metropolitano — ou transnacional por via metropolitana —, aí sim, houve um adensamento da periferia e a dispersão de fragmentos. Essa explosão, reproduzindo em termos relativos, é um dos efeitos que atribuo a uma metástase da metrópole sobre a cidade média regional.

³¹ A propósito da denominação do resultado morfológico desse processo de metropolização, globalização e reestruturação, penetrando diversas escalas territoriais, conformado grandes aglomerações metropolitanas, Sandra Lencioni utiliza as expressões equivalentes de metrópole difusa, metrópole dispersa, metápoles, macro-metrópole e cidade-região (LENCIONI, *Metropolização do espaço: processos e dinâmicas*, 2013, p. 24).

³² BARAT; GEIGER, *Estrutura econômica das áreas metropolitanas brasileiras*, 1973.

Figura 19: Malha urbana de Sete Lagoas (1960/2001)

1960**1980****1990****1997****2001**

Fonte: PMSL, 2001

A Figura 20 atualiza os termos dessa explosão com algumas características notáveis. A primeira, o surgimento do Distrito Industrial Norte (IVECO, AMBEV etc.), determinando um novo vetor de crescimento da malha urbana, inteiramente desintegrado dos fluxos urbanos pré-existentes. Da forma como foi planejado e implantado, esse distrito não se interpôs como uma nova centralidade, mas como um eixo de dispersão e indução de fragmentação. Transcorridas duas décadas da implantação desse distrito, não houve nenhum monitoramento do seu impacto no território municipal e, por força disso, não emergiram diretrizes e planos de ordenamento urbano correlacionados.

A segunda característica, a emblemática localização dos dois únicos empreendimentos do programa MCMV para baixa renda nas bordas rurais da zona urbana, confirmam o sentido de exclusão territorial, o menor direito à cidade, como uma das formas mais agressivas da exclusão social.

E a última, a permanência de vazios urbanos como estoques especulativos privados de terra urbanizada, evidenciando que, com efeito, o principal motor na produção da cidade é o poder econômico, com baixa capacidade reguladora efetiva do poder público.

A propósito desse último ponto, aos vazios urbanos não parcelados, visíveis cartograficamente, deve-se adicionar o alto índice de reserva também especulativa de lotes vagos. Esses dois elementos — os vazios e os lotes vagos — determinaram, nas últimas décadas, uma excessiva horizontalidade da malha urbana, a sua progressão sobre áreas ambientalmente frágeis, o agravamento dos problemas de mobilidade, a redução da economicidade de redes de serviços públicos de água, esgoto, iluminação, limpeza urbana e, enfim, um impulso adicional à fragmentação e explosão urbanas.

Essa reserva de lotes vagos tornou recorrente na legislação urbanística municipal a suspensão temporária de licenciamento de projetos de loteamento urbano, como tentativa do poder público de exercer o seu poder regulador, ainda que, na prática, esse procedimento tenha se mostrado ineficaz e, em sentido contrário, tenha levado à valorização e à ampliação de ganhos especulativos dos terrenos disponíveis. Seja como for, em decretos municipais essa reserva foi estimada em patamares muito representativos: em um, da ordem de 30% dos lotes

urbanos existentes; e, em outro, de mais de 28.000 unidades, o que representa uma capacidade de crescimento populacional na base física já instalada, em números atuais, de 70 a 110 mil pessoas ou algo entre 30 a 40% da população residente atual.³³

Figura 20: Malha urbana de Sete Lagoas (2020)



Fonte: Google Earth, 2020

³³ Alguns exemplos, dentre outros: a Lei Complementar nº 07/1991 estabeleceu que “a Prefeitura poderá [poderia] recusar a aprovação de novos parcelamentos em função de situações circunstanciais relacionadas com a excessiva oferta de lotes e o consequente aumento de investimento em obras de infraestrutura e custeio de serviços”; o Decreto nº 2802/2002, suspendeu o licenciamento de projetos por tempo determinado, por considerar “que o estoque de lotes vagos no município equivale [equivale] a cerca de 30% (trinta por cento) dos lotes edificados e que dessa realidade decorre [decorre] um relevante impacto negativo na economicidade dos serviços urbanos disponibilizados; o Decreto nº 2899/2003 prorrogou o prazo do decreto anterior; com base no LC nº 07/1991, o Decreto nº 5650/2017 suspendeu o licenciamento de projetos de loteamento na zona urbana e rural; a Lei Complementar nº 208/2017, no art. 7º, inciso II, condicionou que “o parcelamento do solo somente poderá [poderia] ocorrer quando: II – não ocasionar [ocasionasse] excessivo número de lotes no município”; e o Decreto nº 5932/2018 suspendeu o protocolo de pedidos de licenciamento relativos a loteamentos na zona urbana e rural por considerar informação oficial que o número de lotes vagos era superior a 28.000 mil lotes.

Adicionalmente, para além dos seus limites edificados, o tecido urbano de Sete Lagoas avançou sobre o campo através de uma modalidade de condomínio fechado, em confronto com a Lei Federal nº 6766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano: os chamados *chacreamentos*³⁴. À falta de previsão legal de instrumentos de urbanização fora das zonas urbana e de expansão urbana, pulverizaram-se, então, nos anos 2000, uma multiplicidade de empreendimentos rurais, mas com finalidade tipicamente urbana, que se valeram da legislação agrária para divisão de glebas com base na Fração Mínima de Parcelamento³⁵. Na prática, esse procedimento gerou condomínios licenciados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / INCRA com lotes de 2ha, sem a observância de parâmetros urbanísticos mínimos e comercializados em frações ideais menores de 1, 2 ou 5 mil metros quadrados, não passíveis de registros cartoriais.

Passando à segunda reflexão, sob outra perspectiva de análise, é de se observar que a natureza *metropolicêntrica* dessa exploração de Magalhães não destitui o seu mérito, mas incorre no risco de desterritorializar esses centros intermediários de seus próprios contextos regionais, que foram historicamente responsáveis por seu surgimento e pela consolidação, neles, de condições gerais de produção industrial posteriormente atrativas ao capital metropolitano e mesmo para a sua inserção na lógica exposta da cidade-região.

Os achados da pesquisa sinalizam que há, nesse processo de urbanização, não uma linearidade no sentido único metrópole/cidade-região/região-não-metropolitana, que seria própria da narrativa *metropolicentrista*, mas uma multivetorialidade ou camadas de urbanização que em diferentes espaços e tempos vão se superpondo. A urbanização regional, é a primeira camada: do boi ao tear mecânico e ao gusa e ao carvão, o sertão central foi ocupado e se

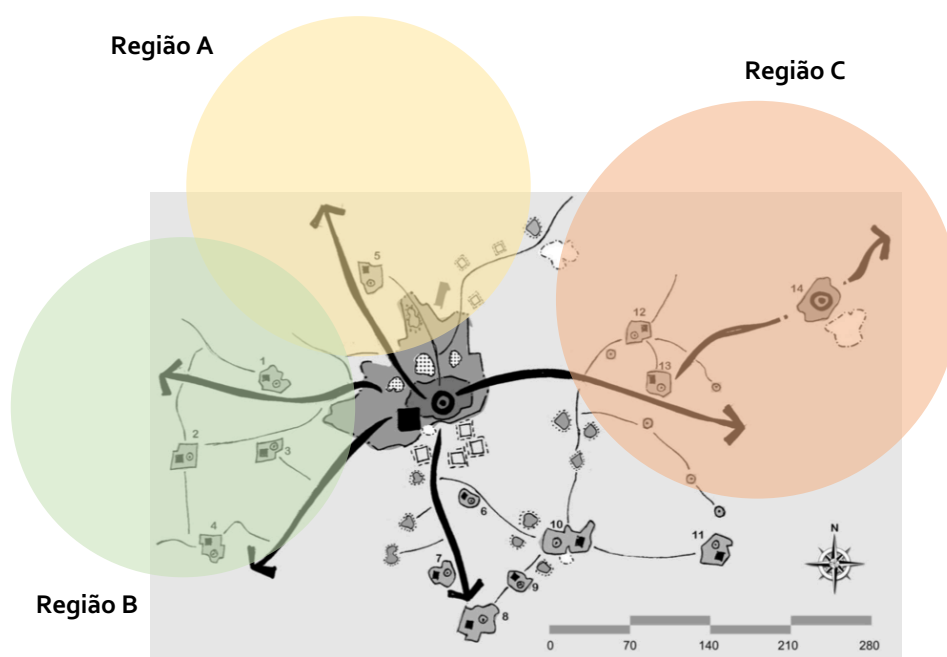
³⁴ Os chacreamentos antecederam, em uma década, os condomínios fechados urbanos e periurbanos que, como mencionado, proliferaram em Sete Lagoas e no seu entorno, a partir do final dos anos 2000. A diferença básica entre uma modalidade e outra é dada pelo aspecto legal que repercute na natureza urbanística de um e outro: os condomínios urbanos e periurbanos obedecem a legislação urbana e, assim, à LF nº 6.766; os chacreamentos, não.

³⁵ É a área mínima que a Lei permite ser desmembrada de um imóvel rural, para a constituição de uma nova unidade agrícola - artigo 8.º da Lei n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1972. A Fração Mínima de Parcelamento do imóvel rural, constante no Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR, corresponde ao módulo da exploração hortigranjeira da ZTM do município de localização do imóvel rural. Assim, o imóvel, ao ser parcelado para fins de transmissão a qualquer título não poderá permanecer com área remanescente inferior à FMP. (Fonte: INCRA)

urbanizou no contexto particular de sua formação socioespacial, pra lá das *minas*, no território dos *gerais*. Essa urbanização regional, como mostrado exaustivamente, foi o fator efetivo e determinante da formação da centralidade de Sete Lagoas. A metropolização é uma segunda camada: historicamente, como se viu, na primeira metade do novecentos, as forças da metrópole incidentes sobre o sertão central foram brandas e relacionadas apenas à difusão imaterial de uma ordem urbana, por exemplo, através do meio técnico conduzido pelos trilhos da ferrovia que, lentamente, ajudaram a quebrar a inércia estrutural da vida agrária regional; após os anos 1960, as BR-040 e 135 ampliaram os canais de transformação, favorecendo as forças metropolitanas a se associarem às forças regionais na monopolização do campo; até, por fim, no final dos anos 1990, quando convieram às forças do capital, uma vez que Sete Lagoas já tinha alcançado uma desejada escala superior de urbanização, elas então apropriaram-se especialmente dessa cidade média regional.

Destaque-se que não se trata de confrontar a lógica da cidade-região, mas de se dizer que ela não integra apenas centralidades intermediárias, mas, extensivamente, diferentes regiões, com diferentes formações econômicas e sociais, representadas por suas respectivas centralidades, como exemplifica a Figura 21.

Figura 21: Cidade-região e regiões não metropolitanas



Fonte: Elaboração própria com base em Magalhães, 2018b, Figura 4, p. 152

Essa consideração da multivetorialidade do fenômeno da urbanização alinha-se com a visão de Lencioni³⁶, quando ela afirma que a metropolização é um processo “que se agrega, se soma, se junta ao processo de urbanização” ou quando ela diz que “a metropolização não torna obsoletas as outras manifestações do fenômeno urbano”.³⁷

Nessa direção, a pesquisa desenvolvida sobre o sertão central de Minas e Sete Lagoas e a sua relação com a RMBH repercute as conclusões de estudo similar de Márcio Amaral e Willame Ribeiro³⁸ que discute a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade entre a metrópole de Belém e a cidade média de Castanhal no estado do Pará.

Confirmando essa compreensão não linear e mais complexa da multivetorialidade do processo de urbanização em cidades médias próximas de regiões metropolitanas (ainda que Castanhal não seja apenas próxima da RMB, mas efetivamente integrante dessa região), Amaral e Ribeiro afirmam:

Não se trata de modo algum de achar que ela [Castanhal] prescinde da centralidade da metrópole [...]. Como se procurou mostrar existe uma forte interação espacial entre Castanhal e Belém, inclusive com a presença da dispersão metropolitana, que tem produzido alguns rebatimentos sobre a primeira cidade. Outrossim, ressaltamos que Castanhal tem um processo de estruturação diferentes das cidades do espaço metropolitano, pois não resulta da dispersão da população pobre de Belém e da conseqüente instalação de assentamentos precários e de conjuntos habitacionais para abrigar essa população. Nem mesmo resulta do processo mais recente de dispersão de assentamentos de média e alta renda. A presença desses assentamentos na cidade está muito mais relacionada à centralidade exercida por Castanhal em relação a uma vasta área do Nordeste paraense, do que ao caráter disperso da metropolização.

Como centro sub-regional, destacamos que Castanhal concentra atividades comerciais e de serviços, [...], que nem sempre derivam diretamente da metrópole regional. Por mais que ela tenha sido atingida, recentemente, pela expansão de atividades comerciais e de serviço

³⁶ LENCIONI, *Metropolização do espaço: processos e dinâmicas*, 2013.

³⁷ Nesta última afirmação, Lencioni se baseia em BASSAND; JOYE; LERESCHE, 1995 (Não disponível).

³⁸ AMARAL; RIBEIRO, *Castanhal (PA): entre a dinâmica metropolitana e a centralidade sub-regional de uma cidade média*, 2016.

modernas provenientes da metrópole de Belém, mas também de metrópoles de outras regiões brasileiras, não se pode negar que ainda guarda em seu interior atividades econômicas (...) cujo entendimento se encontra em redes de proximidade territorial e relativa que não estão associadas diretamente aos processos de metropolização.³⁹

Assim como na região Nordeste paraense, a história do sertão central mineiro indica que a dispersão ou a explosão da RMBH, do ponto de vista estritamente populacional, jamais alcançou Sete Lagoas e só atingiu cidades comuns dessas regiões (do sertão central e da RMBH) de forma discreta, no eixo da MG-424, já no final do século XX. Esse fato, entretanto, como em Castanhal, não é uma negação dos efeitos da metropolização, mas a confirmação, nos termos aqui postos, da sua lógica metastática. Ou seja, não é exigido que a cidade média se torne uma cidade dormitório da população trabalhadora metropolitana, não é exigido que ela se torne uma cidade veraneio das populações dos seus extratos mais ricos, não é exigido que elementos materiais do tecido urbano da metrópole invadam o território regional para que se confirme a ocorrência de uma das dimensões mais corruptivas da metropolização: a metástase do capital monopolista.

Nesse aspecto, não se pode perder de vista que a metástase metropolitana, no sertão central de Minas, deu-se antes no espaço agrário regional e não nos seus espaços urbanos. Não obstante, o seu caráter disruptivo à época não se limitou ao campo — com a sua especialização e exclusão social —, mas repercutiu na periferização das cidades, determinada pelo êxodo rural ocorrente, sobretudo em direção à cidade média.

Essa visão da metástase do capital metropolitano, não apenas em sua dimensão morfológica (como a metáfora de Ascher e como a cidade-região de Magalhães), mas sobretudo no seu desempenho patológico, passível de incidir em corpos distantes, passível de corromper regiões não metropolitanas longínquas, também não colide, mas convalida os conceitos de sociedade urbana de Lefebvre e de urbanização extensiva de Monte-Mór.

³⁹ AMARAL, RIBEIRO, Op.cit, p. 103.

Tanto na realidade paraense quanto na mineira, confirma-se a hipótese de que os fatores originais preponderantes na consolidação de Castanhal e Sete Lagoas como cidades médias foram, primeiramente, de ordem eminentemente regional, decorrentes das transformações ocorridas no âmbito de suas respectivas formações socioespaciais, ainda que esses processos regionais, lá e cá, jamais tivessem ocorrido à margem dos processos econômico e de urbanização nacionais, e se constituíssem, desde sempre, em uma fracção deles e recebessem impulsos difusos vindos da metrópole. Não obstante, a metropolização como um processo típico e ostensivo, incidente sobre cidades médias, em ambas as realidades, com efeito, é um processo mais recente e vincula-se à fase atual do capitalismo monopolista.

Essa multivetorialidade de forças urbanizadoras, determinantes, no território, de um único processo de urbanização pode ser tomado como um vestígio do que Lefebvre⁴⁰ chama de “revolução urbana”, designada como “o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (...) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano”. As ações dessa revolução, segundo ele, não são essencialmente violentas, nem deixam de sê-lo; nem racionais, nem deixam de sê-lo. Com base na pesquisa desenvolvida, no entanto, pode-se dizer que há sim racionalidade nesse processo, mas, mais do que racionalidade, há violência.

Por um lado, a racionalidade efetiva é essencialmente a do capital: ele urbanizou a região de forma estrategicamente desigual, buscando uma ótima divisão territorial do trabalho, do ponto de vista exclusivo de sua circulação, produção e reprodução. Não há uma racionalidade urbana, *stricto sensu*, que tenha se imposto, nas últimas décadas, como resultado de políticas públicas de ordenamento territorial. No nível regional, essas políticas inexistem e, nos níveis municipais, elas conciliaram, sem exceção, com os interesses do capital. Mesmo ações pontuais de governança, potencialmente redutoras de danos ou de disfunções, como imagina

⁴⁰ LEFEBVRE, *A revolução urbana*, 2004, p. 19.

Ascher⁴¹, não encontraram fundamento legal e eficaz no ordenamento urbanístico das prefeituras do sertão central.

Por outro lado, a ocorrência de violência e conflito parece mais própria dessas transformações *revolucionárias* promovidas pelas metástases do capital. A repercussão social e urbano-ambiental da urbanização que ele determinou, no campo e na cidade, são evidentes: no mundo rural, por exemplo, a subtração da terra do agricultor pobre, a proletarização do trabalhador rural, o emprego de trabalho análogo ao escravo e do trabalho infantil, a compactação do ambiente laboral do homem e da mulher do campo e a imposição de sua migração para as periferias das cidades como condição de sobrevivência foram manifestações, muitas vezes silenciosas, dessa violência. No mundo urbano, o recrudescimento da periferização, os baixos padrões de urbanização dessas periferias — mesmo em uma cidade média onde a *favela*, como tal, é um fenômeno residual — e a falta de acesso regular a moradia não são formas menos violentas de exclusão. Ou seja, se historicamente os capitais locais já continham em si um gene violento, desde a escravidão até o servilismo que se arrastou pelo século XX, os novos capitais metropolitanos intensificaram-na, impondo uma urbanização que trouxe consigo, como metástase, a mesma e mais rigorosa índole excludente da metrópole.

Relembro Lencioni⁴² para recuperar na sua síntese sobre o processo de metropolização a passagem em que ela afirma que esse processo é efetivamente “caracterizado pela crise e marcado por contradições, conflitos e violência”.

Conclusivamente, a metáfora da metástase, que denuncia o caráter intrinsecamente desigual, excludente e violento do processo de urbanização conduzido pelo capital

⁴¹ Sobre isso, Ascher, em algumas passagens, trata metrópoles, cidades médias e cidades pequenas como fatos distintos que podem ou não fazer parte de processos de metropolização ou *metapolização*. Quando fala de governança *metapolitana*, por exemplo, ele diz: “No entanto, se criar obstáculo a metapolização é impossível, é necessário e possível “administrá-la”, isto é, maximizar seus “desempenhos”, minimizar as disfunções, compartilhar os benefícios, para limitar os danos. Novas concepções de planejamento espacial podem, assim, fornecer perspectivas equitativas para o campo, as cidades pequenas e médias que permanecem fora da dinâmica metapolitana, particularmente enfatizando a manutenção e o aprimoramento do patrimônio urbano e rural. Existem novos métodos de planejamento, mais estratégicos e mais operacionais ao mesmo tempo, que permitem aos tomadores de decisão públicos locais renovar políticas urbanas, implementar a gestão pública urbana apropriada à competição interurbana, adaptar o equipamento a necessidades em mudança e tentar satisfazer os requisitos do desenvolvimento sustentável”. (ASCHER, *Metápoles ou l’avenir des villes*, 1995, p. 260, grifo meu)

⁴² LENCIONI, *Metropolização do espaço: processos e dinâmicas*, 2013, p. 23. Nessa afirmação, novamente, Lencioni referencia-se em BASSAND, 2001 (Não disponível).

contemporâneo, que indica a forma degradadora de sua ação sobre cidades médias e o seu impacto na ampliação da desigualdade nas relações regionais, traz assim elementos inusitados e úteis à reflexão sobre processos urbanos nesses contextos. Aproprio-me, mais uma vez, do caráter patológico da metástase: a célula metastática, a distância, tem sempre características fisiológicas, morfológicas e histológicas rigorosamente idênticas às da célula cancerígena de origem e reproduz sempre os mesmos comportamentos destrutivos daquela. Analogicamente, significa dizer que a metástase do capital, originada na centralidade urbano-industrial do sítio metropolitano vai apresentar, na atualidade, no seu implante na cidade média e na região não metropolitana, o mesmo comportamento de origem, ou seja, o mesmo e mais agudo comportamento especulativo e explorador da terra, da força de trabalho e dos recursos ambientais necessários à sua reprodução e acumulação.

O cenário futuro da metástase do capital industrial nas cidades médias aponta para a reconfiguração das dinâmicas produtivas do seu território, para a elevação do nível do seu dinamismo e da conversão cada vez maior da própria cidade — da cidade em si, da terra urbana — em parte dos meios de produção e reprodução capitalistas. Nesses termos, cabe explicitar que as características ideologizadas frequentemente atribuídas às cidades médias, relacionadas a uma eventual *oferta de melhor qualidade de vida*, para usar uma expressão geral, resumem-se, propositalmente, a narrativas atrativas como pretexto para exploração econômica. Aspectos usualmente atribuídos a essas cidades como “melhor condição de preservação ambiental”, “nível mais elevado de preservação do patrimônio cultural”, maior capacidade de “minimização da pobreza urbana”, maior propensão a que “sejam cidades sustentáveis”, locais de “refúgio de paz e serenidade” consistem, assim, em atributos do tempo anterior ao desse novo dinamismo provocado pelo ingresso do capital moderno. Como uma metástase, esse capital traz da metrópole, a memória atávica, não de como preservar esses ativos, mas de como subordiná-los a processos especulativos, sob o risco mesmo de sua destruição. Ou seja, esses ativos *sadios* não podem ser postos como imanentes às cidades médias *ad aeternum*; mas imanentes a espaços — como as cidades médias um dia foram — ainda não conflagramos ostensivamente pela ação metastática do capital.

PARTE IV



O SERTÃO URBANO

2020 – [...]

Se a urbanização é tão crucial para a história da acumulação do capital, e se as forças do capital e seus inumeráveis aliados devem mobilizar-se sem descanso para revolucionar periodicamente a vida urbana, então uma luta de classes de algum tipo, não importa se explicitamente reconhecida como tal, está inevitavelmente envolvida. Isso é assim porque as forças do capital têm de empenhar-se com tenacidade para impor sua vontade num processo urbano e em populações inteiras que nunca estarão, nem mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, sob seu controle. Segue-se então uma importante questão política estratégica: em que medida devem as lutas anticapitalistas explicitamente se centrar e organizar no amplo espaço da cidade e do urbano? E, se devem fazê-lo, como e exatamente por quê?

[DAVID HARVEY, 2014]

10. HÁ UM PLANEJAMENTO POSSÍVEL?

10.1 Os limites do planejamento urbano

Na sua evolução desde os anos 1970, pode-se dizer que as cidades médias têm sido assim conceituadas em razão de duas funções associadas que lhes seriam inerentes: uma *função política*, advinda da crença de elas serem instrumento de políticas públicas destinadas a promover certo equilíbrio na rede urbana, e uma *função econômica*, de elas serem capazes de recepcionar o grande capital no seu processo de desmetropolização. Por certo, os atributos que lhe seriam exigidos para o cumprimento dessas duas funções seriam os mesmos — tanto a capacidade de intermediação urbano-regional quanto a capacidade de concentrar economias de aglomerativas seriam necessárias ao cumprimento de uma e outra função. Em termos práticos, a cidade média de Sete Lagoas só cumpriu, no passado e no presente, o seu papel *político*, de forma subordinada, ao se conformar em objeto da lógica de desconcentração econômica e estruturação do espaço urbano nacional, na medida em que se tornou atrativa ao capital, no cumprimento de seu papel *econômico*. Essa consideração parece válida, por exemplo, nos momentos em que as elites locais, no exercício desse papel político, tiveram êxito em redirecionar o traçado da ferrovia, no final do século XIX, e de atrair capital internacional, um século depois. Em ambos os casos, entendo que esse papel foi subordinado à dinâmica econômica, em seus tempos.

Há que se reconhecer que essas duas espécies de função são faces da mesma moeda, num contexto de urbanização que é bastante mais complexo. Mesmo porque, como lembra David Harvey¹, as cidades são simples coisas e não agentes ativos, sendo mais apropriado considerar a cidade e a urbanização como “um processo social, espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas”. E mais, que “em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais

¹ HARVEY, *A produção capitalista do espaço* [2001], 2005, pp. 169–170.

adquirem um conteúdo de classe definido, o que não quer dizer que todas as práticas espaciais possam ser assim interpretadas". Ainda que, ele prossegue, "sob o capitalismo, o amplo leque de práticas de classe, em associação com a circulação do capital, a reprodução da força de trabalho e das relações de classe, e a necessidade de controlar a força de trabalho permanecem hegemônicos".

Diante disso, a arbitrária distinção da função política das cidades com relação à sua função econômica presta-se apenas a indagar sobre a perspectiva — e em quais condições — de esse "leque de atores", na correlação de forças estabelecida no contexto setelagoano e do sertão central, ser capaz de se guiar não somente pelas imposições econômicas do capital, mas fazer emergir um tipo de governança pública com autonomia mínima para desenvolver uma agenda de interesse da maioria dos moradores da região, sobretudo no sentido da redução da violência estrutural que gera pobreza, desigualdade e degradação ambiental.

Em outro plano, trata-se de indagar sobre o nível de autonomia dessa governança pública na decisão sobre o próprio futuro local e regional. A pergunta é se, no desempenho de sua *função política*, esse arranjo de atores, seja no contexto das relações intraurbanas e intrarregionais, seja no contexto do mercado mundial globalizado, é capaz de desenvolver estratégias orientadas por interesses endógenos e não apenas externos, ou, em outros termos, voltando a Furtado, de desenvolver processos sociais criativos com "capacidade de gerar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade".² A título de exemplo, lembre-se que a decisão localizacional de plantas industriais de grandes corporações, que efetivamente migraram para Sete Lagoas, até o momento, decorreram, de forma praticamente exclusiva, de processos decisórios à distância, com baixo nível de interveniência local. Por certo, sem autonomia, essa exclusiva sujeição a fatores corporativos — indicando que os interesses do capital monopolista têm se sobreposto aos interesses públicos no ordenamento territorial, local e regional, numa perspectiva social, ambiental e econômica sustentável — tem um efeito considerável sobre os limites e os desafios do planejamento urbano e regional.

² FURTADO, *Criatividade e dependência na civilização industrial*, 1978, p. 71.

Sobre esse planejamento, naquilo que tange especialmente às cidades médias, faço aqui uma breve retrospectiva. Como historiado, depois de uma fase de destaque nos anos 1970, desde a crise econômica dos anos 1980, houve uma quebra no *status* e um dismantelamento das estruturas de planejamento urbano e regional no país. Thompson Andrade e Rodrigo Serra³, em texto sobre cidades médias, atribuem essa perda a dois fatores. Inicialmente, fazem referência à hipótese, aqui abordada, de ocorrência de eventual processo de reconcentração metropolitana⁴ das atividades econômicas e da população, na transição dos anos 1990 para 2000. Além da mudança no papel do Estado na alavancagem da economia nacional, essa reconcentração decorreria de processos de reestruturação produtiva (que colocaria as metrópoles como espaços privilegiados para o desenvolvimento de atividades econômicas *modernas*, pela maior presença de universidades, centros de pesquisa e serviços industriais superiores e, ainda, por permitirem maior interdependência entre firmas, facilitadora do processo de *desintegração vertical*) e abertura comercial (que colocaria as metrópoles como mais favoráveis a uma maior eficiência produtiva, dadas as diferenças de competitividade e de capacidade de investimento dos subespaços nacionais). Esse processo importaria no primeiro fator de desvalorização do planejamento regional porque representaria uma diminuição do Estado sobre o grau de concentração urbana nacional, uma vez que esse planejamento estatal sempre foi instrumento político em sentido contrário, no sentido da desconcentração. O segundo fator, de acordo com Andrade e Serra, estaria vinculado à perda de capacidade de investimento estatal direto para preservação do seu princípio orientador de equidade na distribuição espacial da riqueza nacional.

Note-se que o primeiro fator exposto de uma subnutrição da ação *política* estatal, a rigor, decorreria exatamente da ação *econômica* contrária e autônoma do capital.

Por seu turno, estudo sobre a rede urbana coordenado por Diana Motta⁵ também faz menção ao esvaziamento das estruturas institucionais e financeiras do Estado, voltadas para a formulação e implementação das políticas urbanas, a partir da crise econômica dos anos 1980 e

³ ANDRADE; SERRA, *Cidades médias brasileiras*, 2001, pp. vii-viii.

⁴ Vale destacar que há diferença entre as menções à tese de reconcentração por Andrade e Serra (2001) e por Diniz e Crocco (1996): como visto, os primeiros referem-se diretamente a *reconcentração metropolitana*; os segundos, de forma mais abrangente, a *reconcentração no polígono de maior dinamismo econômico*.

⁵ MOTTA. *Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana*, 2002, p. 115.

1990 e a conseqüente crise de financiamento do setor público, exatamente quando os problemas sociais, urbanos e ambientais se aprofundaram, por força da concentração populacional nas áreas urbanas do país.

No início dos anos 2000, a emergência do Ministério das Cidades⁶, concentrando um número considerável de urbanistas renomados do país, reacendeu a chama de uma valorização do planejamento urbano e regional nacional, com desdobramento sobre o tema das cidades médias. Não obstante, em tempo muito curto, por força da repartição de poder no âmbito do chamado presidencialismo de coalizão⁷ que marca o Governo Federal, essa iniciativa caiu em descrédito, salvo apenas a sua componente relacionada à habitação de interesse social que preservou certo caráter programático, até meados dos anos 2010.

Esses fatos, conjuntamente, colocam em questão a efetiva capacidade do Estado brasileiro de induzir processos econômicos geograficamente equânimes, dentro de um quadro de racionalidade que seja capaz de projetar resultados positivos com relação também a critérios de sustentabilidade em suas várias dimensões. A questionar essa capacidade está o fato de o forte desenvolvimento urbano-industrial recente do país ter sido capaz de promover uma efetiva integração econômica nacional, mas não de desfazer a diferença histórica macrorregional, por exemplo, entre as regiões Sudeste e Nordeste, no Brasil, e mesorregional, por exemplo, entre a *Minas do Sul* e a *Minas do Norte*, descrita nesta tese.

O reconhecimento dos limites dessa capacidade estatal não pressupõe ignorar experiências públicas bem-sucedidas, senão admitir a hipótese de que esse planejamento estatal, quando alcançou resultados mais igualitários, alcançou-os como subproduto de resultados econômicos, ou seja, quando produziu antes e primordialmente resultados favoráveis à acumulação e reprodução capitalista.

⁶ O MCIDADES foi criado em 01/01/2003; em 01/01/2019 foi fundido com o Ministério da Integração Nacional e transformado no Ministério do Desenvolvimento Regional.

⁷ A expressão *presidencialismo de coalizão* foi cunhada pelo cientista político Sérgio Abranches (1988), em referência à singularidade do sistema político brasileiro, que combina um tipo de "presidencialismo imperial" com representação proporcional e multipartidarismo e requer a manutenção de grandes coalizões político-partidárias de apoio ao presidente no Congresso Nacional, como requisito de governabilidade.

Prosseguindo nessa retrospectiva, além dessa limitação relativa à promoção de equilíbrio territorial, em nível macrorregional e interregional, Luciana Jaccoud, ao analisar especificamente a política regional francesa, que teve grande influência sobre a brasileira, na segunda metade do século XX, aponta uma série de elementos que põem em questão a própria capacidade do planejamento urbano e regional de entregar resultados satisfatórios também no nível intrarregional; ou seja, de promover, na região, aquilo que era esperado dele.

Jaccoud⁸ inicialmente contextualiza o planejamento estatal central que, em várias partes do mundo, nos anos do pós-guerra, incorporou as políticas regionais como mecanismo de “coerência espacial”, em termos de garantia de certa equidade na distribuição territorial do desenvolvimento. Além disso, ela rememora que, a princípio, essas políticas guiaram-se pela estratégia dos chamados *polos de crescimento* de François Perroux. Grosso modo, essa estratégia “polarizada e difusionista”⁹ acreditava que a implantação de empresas de alto poder de agregação era capaz de dinamizar todo o tecido econômico regional, considerando três linhas básicas de ação: a atração, propriamente, dessas empresas; o desenvolvimento de infraestrutura que reduzisse seus custos de instalação e as conectasse aos mercados nacional e internacional; e o zoneamento territorial com desenvolvimento de programas de estímulos diferenciados por região. Partia-se, nesse caso, de duas hipóteses que, em certo nível de similaridade, foram consideradas no Brasil, ambas relacionadas à ideia de que o desenvolvimento dependia de impulsos exógenos: a primeira de que “o desenvolvimento é fruto de fatores autônomos — principalmente o investimento e a demanda de exportação”; e a segunda, que valorizava “o potencial das relações interindustriais, a partir do qual a instalação de uma ou mais empresas permitiria a atração de outras empresas para a mesma região”.

Frente a essa linha estratégica de ação, Jaccoud¹⁰, apresenta as críticas a essas políticas governamentais que emergiram, a partir dos anos 1980, por várias razões, vinculadas a uma constatação básica relacionada à baixa capacidade de grandes indústrias de estimular o desenvolvimento de regiões deprimidas: a vinculação com o mercado externo de grandes empresas limitaria a internalização de ganhos locais; a ausência de capacidades locais limitaria

⁸ JACCOUD, *Experiências internacionais em política regional: o caso da França*, 2001, pp. 6/10.

⁹ FERRÃO; HENRIQUES; NEVES, *Repensar as cidades de média dimensão*, 1994, p.1124.

¹⁰ JACCOUD, Op.cit., p. 11.

a consolidação do processo de desenvolvimento regional; a nova base tecnológica do setor industrial limitaria a geração de empregos; e a autonomia do setor de serviços limitaria a influência sobre ele do crescimento industrial. Essas críticas, adiante, acabaram por suscitar a substituição do enfoque de *polos de crescimento* ou de desenvolvimento exógeno, na política regional, pela noção de *desenvolvimento endógeno*, ou seja, de desenvolvimento com base em recursos locais.

Ainda que as realidades regionais francesas não possam ser transpostas para o Brasil, ainda que os processos industriais e de urbanização dos chamados países centrais e desenvolvidos não possam ser comparados aos dos países periféricos; enfim, *mutatis mutandis*, algumas dessas críticas podem ser adaptadas ao caso brasileiro e podem justificar, aqui, a erosão do prestígio conferido ao planejamento regional, quando menos na sua visão clássica, às vésperas do século XXI e desde então. O caso concreto do sertão central, em torno da transposição da IVECO para Sete Lagoas, como iniciativa pretensamente irradiadora de desenvolvimento, atesta a ineficácia dessa estratégia polarizada e difusionista e de formas de planejamento que concomitantemente tenham se pautado pela lógica da equidade.

Com efeito, todos esses fatos, em seus diversos tempos, depreciaram a visão clássica de planejamento e determinaram a formulação de novas estratégias. Entenda-se por visão clássica aquela executada nos níveis centrais e superiores de governo, federal ou estadual, com padrão operativo *top down*, de caráter público e tecnocrático, que acreditava ser possível dominar todas as variáveis do processo de ocupação territorial e de produção do espaço, de forma a alcançar resultados previsíveis, independentemente de outras dinâmicas cotidianas, sociais e econômicas, incidentes no nível local. E, geograficamente, de uma visão que integrava, ainda, um tipo de planejamento “geométrico-funcionalista”, nas palavras de Ferrão, Henrique e Neves¹¹, fundado tacitamente no aspecto formalista da teoria do lugar central.

Concretamente, as novas estratégias políticas de planejamento no Brasil, que emergiram no início deste século, em oposição à prática anterior, passaram a defender a ideia de planos democráticos e participativos que absorviam a crença de que a participação plural e popular

¹¹ FERRÃO; HENRIQUES; NEVES, Op.cit., p. 1125.

da sociedade civil em substituição ao planejamento “de ar condicionado”, por meio de mecanismos formalmente instituídos, poderia mitigar a preponderância do poder econômico e conduzir a resultados mais equilibrados e inclusivos. Fundamentalmente, o que subsistiu a essa ideia foi a tentativa de ampliação do leque de atores envolvidos no processo, para além da elite local, recorrentemente mencionada por pesquisadores como pretensos responsáveis — e apenas ela — pelo desenvolvimento regional.

Fato é que a principal lei orientadora de processos de planejamento urbano e regional do país, o Estatuto da Cidade, acolheu e deu legalidade a essa proposição. Ao regulamentar os arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, o Estatuto foi pródigo em exortar a garantia do direito a cidades sustentáveis e a sua gestão democrática. Além de exigir o cumprimento dessas diretrizes em vários de instrumentos urbanísticos propostos, ele dedicou um capítulo ao tema do planejamento e da gestão democrática:

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

Art. 43 Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

V – (VETADO)

Art. 44 No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4^o desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 45 Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.

Em especial, o Estatuto da Cidade concentrou na figura do Plano Diretor, como principal instrumento de política urbana no país, de responsabilidade municipal, a missão de dar cumprimento ao princípio constitucional da função social da propriedade urbana e rural. Ele dedicou um capítulo também a esse plano, com as exigências mínimas para sua elaboração. Destacadamente, arbitrou um prazo de 5 anos (art. 42-A, §4º) para que cidades com mais de 20 mil habitantes e integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, dentre outras, encaminhassem seus novos planos às suas respectivas Câmaras Municipais para aprovação e outro, de 10 anos (art. 39, §3º), como prazo máximo para que esses planos fossem revisados.

Nos anos que precederam a extinção do primeiro prazo, o Ministério das Cidades, por meio de uma campanha nacional, estimulou, orientou e monitorou o processo de elaboração dos Planos Diretores. Na mesa de apostas do ressurgimento do planejamento urbano — não tanto do planejamento regional, cujo tema restou omissivo no Estatuto —, todas as fichas foram colocadas nesses planos municipais.

A se tomar o sertão central de Minas como representativo do que se passou no país, a baixa qualidade e, por decorrência, a discutível eficácia das safras de Planos Diretores editados e revisados depois do ano de 2006 põem em dúvida o sucesso dessa nova estratégia e das teses que ela abraçou, sobretudo a da possibilidade de equilíbrio das forças sociais por meio do planejamento democrático e participativo.

10.2 A Experiência regional contemporânea de planejamento

Qualquer que seja o recorte territorial adotado, a *região* não tem sido um tema efetivamente relevante no planejamento territorial contemporâneo. Se, do ponto de vista institucional, ela já havia perdido prestígio no planejamento central — federal e estadual —, relativamente a anos anteriores, a visão exclusivamente municipalista do Estatuto da Cidade não construiu caminhos para o seu reposicionamento.

As análises dos dois principais Planos Diretores regionais, os de Sete Lagoas e Curvelo¹², denunciam a relativa invisibilidade da dimensão regional. A relação entre *cidade e região*, como expressão de uma totalidade onde o processo social se espacializa, determinando *o urbano*, em sentido amplo lefebvriano, é ignorada, como se o ordenamento territorial no limite administrativo municipal pudesse se realizar plenamente, por si, sem lidar com as variáveis regionais que o impactam e determinam. Mesmo a relação *cidade-campo* cuja totalidade já encontrava nexos na lógica marxiana no século XIX, como base de toda divisão do trabalho, é contemplada de forma pouco compreensiva, em termos apenas discursivos, sem uma materialidade processual capaz de lidar com tensões e contradições do processo de urbanização no *continuum* territorial.

Faço uma breve análise desses planos. O Plano Diretor de Sete Lagoas¹³ tem uma atipicidade: trata-se de uma lei complementar de 2006, ainda vigente, que não foi objeto de revisão dentro da liturgia definida no Estatuto. Invertendo a lógica que preside a hierarquia das leis urbanísticas, ele foi alterado pontualmente por força de revisões pragmáticas de leis que lhe deveriam ser subsidiárias, a Lei de Parcelamento do Solo e a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Ou seja, concretamente, é uma lei que atua ainda sobre um quadro conjuntural de uma década e meia atrás, o que reduz a sua capacidade de lidar com os processos urbanos atuais.

Na descrição das várias políticas que estratificam a política urbana, esse PD, em sua versão original ou adaptada, tem um carácter genérico aplicável a qualquer cidade de porte equivalente. Na descrição do conjunto de instrumentos urbanísticos previsto no Estatuto, a sua preocupação restringe-se à sua validação, sem criação de mecanismos operativos que pudessem lhe atribuir eficácia factual. Por exemplo, instrumentos que preveem transferência de direito de construção são inócuos se a lei não pré-determinar o adicional de construção utilizável,

¹² O Estatuto da Cidade usa o termo *cidade* e não *município* ("Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades: I – com mais de vinte mil habitantes; [...]"), quando estabelece a linha de corte de 20 mil habitantes na definição da obrigatoriedade de Planos Diretores. Um entendimento mais restritivo, poderia remeter apenas a populações urbanas. Nessa linha, além de Sete Lagoas (com 180.785 hab., segundo o Censo de 2000) e Curvelo (com 59.197 hab.) estariam obrigadas a elaborar seus PD as cidades de Três Marias (com 22.515 hab.), Matozinhos (27.664 hab.), Pompéu (22.286 hab.) e Corinto (21.450 hab.). As considerações expostas aqui, relativas aos PDs das cidades polo microrregionais, resultam de estudos realizados sobre eles na disciplina de Legislação e Gestão Urbana e Ambiental, no curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFEMM, ministrada por mim, nos anos de 2017, 2018 e 2019.

¹³ Lei Complementar nº 109/2006 com alterações promovidas pela Lei Complementar nº 223/2019.

territorialmente definido, para além do coeficiente ordinário. Esse detalhamento operativo inexistente no plano e em eventuais leis regulamentadoras.

Com relação ao tema da região, encontram-se no texto dezesseis ocorrências do termo *região* e onze do termo *regional* e suas variações sempre com menções difusas, todas elas inseridas em políticas setoriais constantes do plano, igualmente difusas. Em nenhuma dessas avocações distinguem-se a natureza da região, o processo social incidente, nela espacializado, o seu impacto urbano e a ação pública cabível, concretamente. Sobre o termo *rural*, há vinte e uma menções: nesse caso, com quinze referências orientadas a zonedar e regular a ocupação da zona rural do município, todas incluídas na alteração promovida em 2019. Enfim: o horizonte de ordenamento territorial de Sete Lagoas no seu PD limita-se ao contorno municipal, ficando a região, para além dele, reduzida a uma figura vaga e intangível. Cabe informar ainda que o texto da lei complementar que institui o Plano Diretor é acompanhado de dois anexos: o macrozoneamento rural e o macrozoneamento urbano, instrumentos nos quais o poder público professa a sua crença de que uma programação espacial meramente formal, desvinculada de qualquer compreensão processual, é capaz de promover o ordenamento territorial do município.

O Plano Diretor vigente de Curvelo¹⁴ é de 2019 e consiste numa revisão tardia da versão de 2006. Via de regra, embora tenha o caráter discursivo comum a esses planos, mostra uma acuidade maior em contextualizar localmente tanto as diretrizes das políticas setoriais quanto os instrumentos urbanísticos do Estatuto. As menções aos termos *região* (nove), *regional* (vinte e oito) e *rural* (cinquenta e cinco) são um pouco mais objetivas. Assim como no caso anterior, observa-se uma visão não limitada ao ordenamento da área urbana edificada, envolvendo também a zona rural, ainda que no nível genérico de intenções gerais, com a inserção de uma seção relacionada ao saneamento rural, um artigo (art. 65) à agropecuária e um capítulo ao desenvolvimento e ordenação do espaço rural; ou seja, esse plano, de forma consistente com o Estatuto da Cidade, procura contemplar todo o território municipal. Não obstante, diferenciando-se do plano setelagoano, ele aborda a questão da *integração regional* com diretrizes reunidas em um capítulo (art. 198), onde se distingue: (a) a compreensão de

¹⁴ Lei Complementar nº 135/2019.

região como composta pelos municípios de Curvelo, os municípios limítrofes e os da Região de Planejamento Central de Minas¹⁵; (b) a participação num processo integrado de planejamento regional; (c) a viabilização de negociações com vista a obtenção de investimentos geradores de impactos positivos; (d) a viabilização de negociações com vista à implantação de projetos de infraestrutura rodoviária, iluminação, saneamento etc.; (e) a participação em órgãos de política urbana e defesa do meio ambiente, especialmente os relacionados a preservação de bacias hidrográficas e de licenciamento voltados para o desenvolvimento sustentável; e (f) a viabilização de negociações com vista à implantação de programas integrados de habitação de interesse social. Importa dizer também que acompanham o texto legal trinta e três anexos, dentre os quais, deduzindo memoriais descritivos e mapeamentos das áreas urbanas e rurais, têm maior relevo o macrozoneamento do município e os zoneamentos da sede, dos distritos e das localidades urbanas, como no plano setelagoano.

Em linhas muito gerais, essas são as características dos Planos Diretores dessas cidades especialmente sobre a forma como eles abordam as questões que dizem respeito às relações entre a cidade e o campo e a cidade e a região ou, mais amplamente, ao processo de urbanização regional. Não seria impróprio afirmar que eles concentram suas preocupações em dois polos extremos: numa ponta, tendem a reunir um conjunto de diretrizes bem-intencionadas que incorporam o vocabulário das diretrizes gerais presentes do Art. 2º do Estatuto da Cidade e que se revelam por meio de instruções administrativas ao poder público e de estímulos ao setor privado, sem materialidade e sem nenhum caráter impositivo e, por consequência, de baixa eficácia; na outra, assumem uma versão pragmática consubstanciada em seus macrozoneamentos destinados a controlar o uso do solo municipal para fins urbanos, ainda que em zona rural, posteriormente regulamentados e detalhados nas respectivas Leis de Uso e Ocupação do Solo.

Na primeira ponta, mesmo quando incorpora uma agenda regional, como no caso de Curvelo, esse modo de planejamento se dispõe exclusivamente a prover soluções (investimentos,

¹⁵ O PD de Curvelo menciona reiteradamente a Região de Planejamento Central de Minas. Essa RPCM integra as microrregiões de Três Marias, Curvelo, Sete Lagoas, Conceição do Mato Dentro, Pará de Minas, Belo Horizonte, Itabira, Itaguara, Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, São João Del Rei, Barbacena e Diamantina, totalizando 158 municípios. É improvável que seja essa a referência regional correta. Mais provavelmente a relação seja com a mesorregião Central Mineira que reúne os 30 municípios das microrregiões de Curvelo, Três Marias e Bom Despacho.

infraestrutura etc.) para os problemas urbanos, tal qual eles se apresentam, e se nega a considerar os aspectos estruturais do processo de urbanização regional e municipal, em suas desigualdades e contradições. Voltando a Harvey¹⁶ é de se reconhecer que se trata de um modo de planejamento que, em seus instrumentos, propositalmente, nega-se a evidenciar o amplo leque de práticas espaciais de classe, que garantem a hegemonia do capital e a aparente desordem espacial metastática que ele, por princípio, promove.

Por força dessa dimensão ideológica do planejamento, a apropriação da discussão mais abrangente dos processos de urbanização propriamente regionais e de metropolização, determinantes da forma com que os espaços municipal e urbano são produzidos, é posta de lado. Emblematicamente, no PD de Sete Lagoas, o termo *urbanização*, nas dez vezes em que é chamado à ordem, refere-se invariavelmente a urbanização intraurbana (“obras de urbanização”, “urbanização e requalificação urbana”, “zonas de urbanização” etc.) e os termos *metrópole*, *metropolitano* ou *metropolização*, em suas duas únicas ocorrências, dizem respeito apenas a deslocamento e transporte metropolitanos. Igualmente, no plano de Curvelo, no primeiro caso, as 20 ocorrências dedicam-se também a falar sobre a urbanização intraurbana, especialmente vinculadas ao uso de instrumentos do Estatuto; e, no segundo, a única menção trata de fluxo metropolitano de transporte de carga. O urbano como processo extensivo próprio da sociedade moderna inexistente em ambos.

O resultado dessa linha de confecção de planos diretores é a sua abdicação daquilo que eles deveriam ser, ou seja, planos municipais compreensivos, e a sua redução, do ponto de vista prático e aplicável, a mera orientação dos investimentos privados na zona urbana e residualmente na zona rural, por meio da segunda ponta que eles incorporam: os macrozoneamentos e zoneamentos do solo, destinados mais a dar segurança jurídica aos investimentos do capital do que, a despeito das boas intenções expostas, alterar estruturalmente as desigualdades socioespaciais.

¹⁶ HARVEY, *A produção capitalista do espaço* [2001], 2005.

A propósito, essa não parece ser uma tendência apenas local: Flávio Villaça, referindo-se ao caso de São Paulo reconhece e censura a mesma associação indevida entre plano diretor e zoneamento:

Frequentemente no Brasil, a ideia de Plano Diretor se confunde com a de Zoneamento. Entretanto há também, em importantes setores de nossa sociedade, uma generalizada convicção de que ambos são diferentes e essa distinção está longe de ser mera e inconsequente formalidade. Na verdade, as diferenças entre ambos têm grande importância, menos acadêmico-teórica do que social, ideológica e política. [...]

Inúmeros destacados defensores do Plano Diretor – técnicos e leigos – fazem questão de diferenciá-lo do Zoneamento. Segundo seu pensamento, o Plano Diretor é apresentado como um instrumento muito mais poderoso e abrangente que o Zoneamento. Este, mesmo que tendo objetivos de natureza social e econômica, só se refere ao controle do uso do solo e vem se executando – no caso de São Paulo – através de leis autoaplicáveis. O Plano Diretor, ao contrário, abrangeria todos os problemas fundamentais da cidade inclusive e principalmente os de transportes, saneamento, enchentes, educação, saúde, habitação, poluição do ar e das águas etc. e até mesmo questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social do município. Alguns acreditam mesmo que o Plano Diretor, apesar de ser aprovado por uma lei municipal, deveria abranger também problemas cujas soluções são das alçadas dos governos estaduais e federal.¹⁷

Frente a essa realidade, a questão que emerge é a seguinte: por que o planejamento municipal preserva a sua subordinação ao *domínio econômico* a despeito da exigência legal de *mechanismos políticos*, democráticos e participativos, na sua elaboração e implantação? A minha vivência em Sete Lagoas aponta três razões objetivas: a imaterialidade do Plano Diretor, a tradição municipalista do planejamento, o formalismo jurídico e a separação entre planejamento e gestão que se constituem em expedientes úteis ao capital para escamotear os seus interesses e preservar a sua hegemonia, sem necessidade de exposição pública em um ambiente aberto de disputa e pactuação.

¹⁷ VILLAÇA, *As ilusões do Plano Diretor*, 2005, p. 8.

No primeiro caso, é preciso trazer ao debate a gênese metropolitana — especialmente da metrópole paulista — dos conteúdos do Plano Diretor definidos no Estatuto da Cidade, cuja realidade foi o pano de fundo para a sua ideação. O registro da incoerência de casos concretos de aplicação de qualquer dos seus instrumentos, nessas duas cidades regionais, em uma década e meia, pode dizer da falta de habilidade dos gestores locais em manejá-los e da baixa capacidade das estruturas institucionais existentes, mas sobretudo sinaliza — o que é determinante — a falta de aderência desses instrumentos às realidades locais. Por uma coisa ou outra, fato é que os planos diretores ganharam um caráter discursivo e imaterial de baixa eficácia no ordenamento do território. Um exemplo revelador dessa imaterialidade encontra-se na habitual replicagem de textos idênticos em planos diretores de diferentes cidades, ao que se deduz, endereçados apenas ao cumprimento da exigência legal.

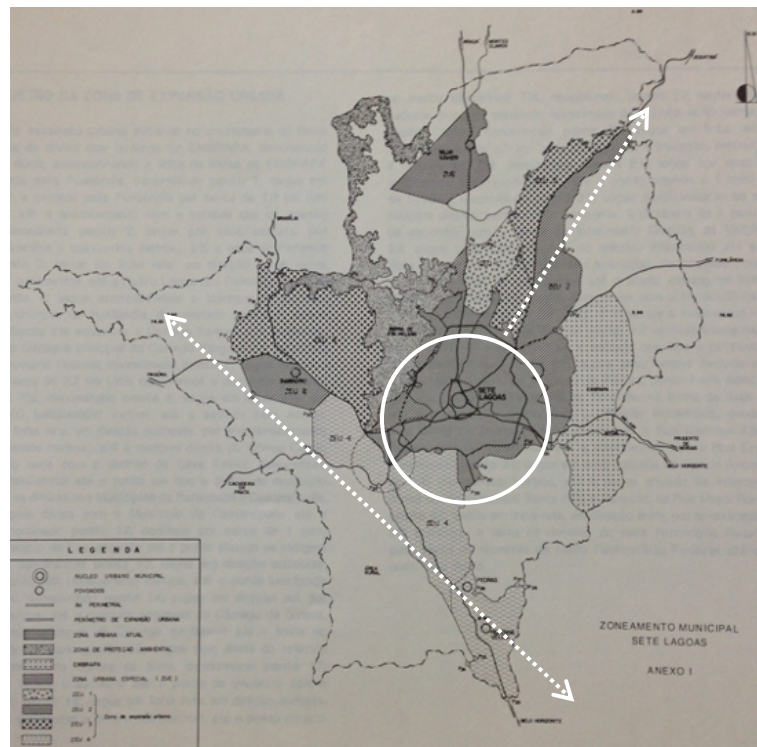
No segundo caso, o limite municipalista dos planos — que espelha a exclusividade municipalista da gestão pública e a inexistência de previsão legal de uma instância de governança regional¹⁸ — acaba incentivando que eles se atenham aos seus limites administrativos e ignorem a complexidade do processo global de urbanização. Disso resulta a consagração de uma ficção que contrasta com todos os achados e reflexões desta tese: a ideia de que a urbanização é um processo inteiramente endógeno, um impulso natural da própria cidade por sua vocação para o progresso, um progresso positivista valorado como intrinsecamente bom, como espelhamento, em tese, da pujança da sociedade, um progresso livre de desigualdades e contradições. Dessa ficção surge uma segunda: a ideia de que, se o processo de urbanização é endógeno, então e portanto, é possível ordená-lo localmente, sendo os planos municipais inteiramente suficientes. Nesses termos, a compreensão da interdependência dos entes regionais e os esforços de construção de uma agência e de planos integrados, já bastante presente nas metrópoles — a despeito de não serem ainda bastante exitosos —, parecem muito distantes das regiões metropolitanas.

¹⁸ Os municípios de Minas Gerais reúnem-se em associações municipais vinculadas à Associação Mineira de Municípios – AMM, no caso de Sete Lagoas, na AMAV – Associação dos Municípios do Alto Rio das Velhas. A despeito dos objetivos dessas associações, elas não se interpõem como instâncias institucionais de governança regional, atendo-se, como se observa na AMAV, à prestação aos associados de serviços de engenharia, asfaltamento e obras em estradas rurais com patrulhas motomecanizada (http://www.amav.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=55).

No terceiro caso, constata-se que todas as alterações recentes na legislação urbanística setelagoana, formalmente, atenderam aos requisitos de participação. A Lei Complementar nº 180, de 07/05/2015, por exemplo, que ampliou o perímetro urbano e alterou a LUOS, foi precedida de audiências públicas. Nenhum agente público e nenhum cidadão bem informado desconhecia o fato explícito — mas menosprezado — de que a proposição de aumento de perímetro, as regras de ocupação da nova área urbana — exigidas pelo art. 42-B do Estatuto da Cidade — e o seu zoneamento eram do interesse da iniciativa privada e haviam sido por ela elaborados, sem interferência do poder público, embora a prerrogativa fosse exclusivamente deste. Da mesma forma, as alterações promovidas pelas leis complementares nº 208/2017 (que dispôs sobre alterações na lei de parcelamento do solo), nº 209/2017 (que dispôs sobre alterações na LUOS e nº 223/2019 (que promoveu modificações no Plano Diretor), mesmo em seus elementos controversos, foram objeto de prévias audiências. Em todos esses casos, adotou-se um *modus operandi* funcional e juridicamente satisfatório: processos rápidos, propostas prontas, audiências apenas consultivas e projetos de lei inalterados protocolados para tramitação legislativa, aprovação e sanção céleres. Ou seja, tornou-se recorrente a adoção de certo formalismo jurídico em que expedientes burocráticos, conformados como processos pseudoparticipativos, são utilizados para legitimação de decisões tomadas em outras instâncias.

A última razão diz respeito a desvinculação entre planejamento e gestão. À exceção da gestão operacional relacionada à observância da LUOS — enquanto instrumento de planejamento que disciplina a ocupação e uso de áreas já parceladas e a rotina ordinária de licenciamentos de projetos, numa *relação já pacificada ou sob controle* entre o construtor privado e o regulador público —, tudo o mais que poderia ser interpretado como gestão proativa da cidade, no que tange ao monitoramento do crescimento da malha urbana segundo eixos de expansão planejados, onde subsiste sempre uma relação potencialmente conflitiva, foi reduzido a algo desimportante. Como fruto disso, as Figura 22 e 23 mostram que o crescimento dessa malha, no caso de Sete Lagoas, entre as edições dos seus Planos Diretores de 1991 e 2016, período de transformações urbanas intensas, ocorreu inteiramente à margem do publicamente previsto em instrumentos urbanísticos. Ou seja, mostram que a expansão urbana tem sido determinada pela força da iniciativa privada e dos grandes proprietários de terra urbana.

Figura 22: Zoneamento municipal (1991)



Fonte: LC 07/1991

Figura 23: Malha urbana de Sete Lagoas (2006)



Fonte: Google Earth, 2016.

Segundo a LC nº 7/1991 — Lei de Parcelamento do Solo Urbano derivada do Plano Diretor do mesmo ano —, bloqueada a leste pela EMBRAPA e a oeste pela APA Serra de Santa Helena, a cidade deveria expandir-se ao longo dos eixos da MG-238 (sentido Jequitibá) e BR-040 (nos dois sentidos), conforme a primeira figura. Não obstante, essa expansão se deu em duas direções não previstas e nem por isso obstadas: a Nordeste, em direção a Funilândia, e a Sul, do núcleo central em direção a região da denominada Fazenda Velha (BR-040).

Sob outra ótica, ainda quanto a dissociação entre planejamento e gestão, importa constatar que as estruturas administrativas dessas duas cidades polo microrregionais¹⁹ carecem de um *locus*, em nível hierárquico superior, dedicado a estudos, planejamento, monitoramento e regulação urbanos. Em Sete Lagoas, atualmente, tem-se uma fragmentação: o Departamento de Políticas Urbanas integra a Secretaria de Administração e o de Licenciamento de Obras, a de Obras Públicas. Em Curvelo, as competências relacionadas a atividades de regulação urbana, incluindo parcelamento, ocupação e uso do solo urbano, edificações e posturas estão alocadas na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Em síntese, interessa a seguinte conclusão: o arcabouço normativo brasileiro, ainda que não tenha sido gestado com base na realidade de cidades e regiões não metropolitanas, não pode ser posto como um impedimento à boa prática de planejamento urbano e regional. A despeito da baixa aplicabilidade de seus conteúdos nessas cidades e regiões, a força constitucional do Plano Diretor, por si, abre oportunidade a construção de instrumentos de planejamento locais e regionais, desde que houvesse interesse e pressão social, especialmente de agentes não vinculados ao grande capital, nesta direção. Diferentemente, é patente que no sertão central de Minas, todo processo de urbanização e metropolização ocorrente, que tem determinado transformações intensas na sua formação socioespacial e na sua rede urbana, fortes alocações e irrupções populacionais, novos impulsos de reconcentração e especulação fundiária, profunda degradação ambiental e alto grau de desigualdade socioespacial, tem se dado pelo livre concurso do capital, sem uma ação reguladora efetiva do Estado, em nenhum nível de governo, e sem qualquer sinal de convulsão social.

¹⁹ Os levantamentos e as análises das estruturas de gestão urbano-ambiental dos órgãos públicos municipais das cidades polo microrregionais, foram realizados na disciplina de Legislação e Gestão Urbana e Ambiental, no curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFEMM, ministrada por mim, nos anos de 2017, 2018 e 2019.

10.3 Reivindicando o planejamento regional

A fragilidade de arranjos políticos capazes de dar voz à cidade e à região em sua expressão coletiva e contrapor a hegemonia do capital não é um problema apenas do planejamento local, mas de ordem geral. A questão é bastante direta: como reivindicar um planejamento regional contra hegemônico se o seu fundamento restaurador, o planejamento democrático e participativo, foi ele próprio privatizado pelo planejamento estratégico do capital, preservando-o apenas como uma caricatura funcional?

David Harvey responde tal questão reivindicando a cidade para a luta anticapitalista. Na sua citação na epígrafe desta última parte da tese, ele indaga: “em que medida devem as lutas anticapitalistas explicitamente se centrar e organizar no amplo espaço da cidade e do urbano? E, se devem fazê-lo, como e exatamente por quê?”.²⁰ Nessa linha, ele pede solução para três questões mundiais, mas também regionais e muito familiares ao sertão central mineiro: o esmagador empobrecimento material de grande parte da população, inteiramente frustrada no pleno desenvolvimento de suas capacidades e forças criativas humanas; os claros e iminentes perigos da degradação e do descontrole ambientais e ecológicos; e, na base disso, a relação de classe que produz as distribuições cada vez mais desiguais de riqueza e poder, junto com a eterna síndrome de desenvolvimento²¹ que exerce uma pressão destrutiva tão imensa sobre as relações sociais e os ecossistemas globais.

Em certo momento, Harvey reitera: “um movimento desses deve abrir caminho ao florescimento humano universal, para além das coerções das dominações de classe e das determinações mercantilizadas do mercado. O mundo da verdadeira liberdade só começa, como insistia Marx, quando essas coerções materiais forem definitivamente relegadas ao passado. Reivindicar e organizar as cidades para as lutas anticapitalistas é um grande ponto de partida”.²²

²⁰ HARVEY, *A produção capitalista do espaço* [2001], 2005, p. 209.

²¹ Sobre esse ponto, vale recorrer a Furtado, quando ele aborda a ideologia do progresso e a ideologia do desenvolvimento como entraves ao que ele chama de “verdadeiro desenvolvimento”, já mencionado nesta tese: “Capítulo iv – Da ideologia do progresso à do desenvolvimento”, in: FURTADO, *Criatividade e dependência na civilização industrial* [1978], 1978, pp. 63/71,

²² *Ibidem*, p. 272.

No contexto do sertão central de Minas as possibilidades de insurgência urbana contra as desigualdades socioespaciais, em curto prazo, parecem tender a zero. Como se sabe, em grande medida, a densidade da participação popular em processos de planejamento e gestão urbanos públicos, capaz de agregar a ele algum senso de autonomia, não advém de respaldo legal como uma concessão — e a apropriação da lógica participativa pelo capital demonstra isso sobejamente —, mas diretamente da densidade de insurgência genuína das populações excluídas do direito à cidade, em todas as suas dimensões. Nas regiões não metropolitanas essa capacidade de insurgência é geralmente muito rarefeita.

O próprio deslocamento das corporações industriais das metrópoles para as cidades médias é um registro desse fato: é um deslocamento entre zonas de maior e menor densidade de conflitos. Com efeito, elas deixam para trás, nas metrópoles, ambientes conflagrados por movimentos sociais e sindicais, que paralisam produção, bloqueiam ruas e geram deseconomias, e instalam-se em ambientes, em tese, mais pacíficos, menos reativos e, nas palavras Michel²³, em lugares de mão de obra “barata e socialmente calma”.

Tomando-se Sete Lagoas como referência, de fato, a capacidade atual de resistência demonstrada por movimentos reivindicatórios urbanos e rurais é, quando muito, pontual, sem caráter orgânico e sistêmico. A título de exemplo, vale informar que levantamento recente de movimentos dessa natureza²⁴ indicou que houve uma concentração deles na esteira das grandes manifestações ocorridas na metrópole. Eclodiram e desapareceram. Ao todo, entre julho de 2013 e abril de 2014, foram noticiados nos jornais locais 9 protestos no município, 7 deles com pautas urbanas, sobretudo relativas à falta de abastecimento de água em bairros periféricos, e 2 com queima de ônibus, nesses casos, mais provavelmente vinculados a disputas de gangues por tráfico de drogas.

Essa realidade encurta enormemente o horizonte do planejamento urbano e regional praticável. A baixa capacidade de pressão social associada à ausência estatal — senão apenas, como visto, no limite da regulação da malha edificada das cidades — nos três níveis

²³ MICHEL, *Ville moyenne, ville-moyen*, 1977, p. 672.

²⁴ Esse levantamento feito por mim foi sistematizado no artigo Foucault, contraconduta e cidades médias, no âmbito da disciplina *Governamentalidade, insurreição, contraconduta: o urbano em Michel Foucault*, ministrada pela professora Rita Velloso (NPGAU, 2016).

em mais 12 anos, até 2030, sendo que 83% das obras nesse sentido já foram realizadas”. Em síntese, associando essas duas informações, observa-se que não existe um plano público de reestruturação econômica da segunda maior economia regional, cuja atividade industrial hegemônica trabalha com cenários limitados de tempo de operação, dependentes de eventuais investimentos de capital na ampliação da vida útil das minas de matéria-prima que, hoje, a de Vazante não vai além de 2030 e a de Paracatu, de 2021. Ou seja, a sustentabilidade social e econômica de Três Marias é refém de cenários corporativos de menos de uma década.

Esse nível de sujeição da vida urbana cotidiana de populações inteiras, como a de Três Marias, às corporações monopolistas exemplifica a urgência de um tipo de planejamento alinhado com uma visão compreensiva da urbanização regional, ainda que na perspectiva de “pensar o possível conjuntamente”. Nessa direção, apenas a título de exemplo, duas oportunidades conjunturais merecem ser destacadas: a agenda recorrente de modernização do poder público de municípios e o surgimento de cursos de Arquitetura e Urbanismo, dentre outros, na região.

A razão atual para o reclame pela modernização administrativa, especialmente em Sete Lagoas, não é outra que não o interesse do próprio capital em dinamizar a sua relação com o setor público e ampliar a segurança jurídica de seus negócios. Ou seja, o interesse está em melhor preparar a administração pública para atendimento às suas demandas. Por certo, o anacronismo das prefeituras — até então, bastante útil na relação ordinária com o mundo privado porque conferia a este uma maior liberdade, sem regramentos excessivos — tem ganhado uma dimensão disfuncional frente a grandes negócios. Rememoro o caso mencionado do projeto VETOR NORTE Sete Lagoas que seria financiado por um fundo paulista: em 2015, o empreendedor adquiriu uma gleba de terra valorizadíssima, em frente à IVECO, desenvolveu um *lobby* ostensivo para sua conversão em área urbana, desenvolveu o projeto urbanístico e obteve a mudança da LUOS para ajuste às suas pretensões; em 2017, apenas dois anos depois, novos interesses políticos mudaram a LUOS e ignoraram o empreendimento.

Com efeito, ainda que essa seja a razão de fato, a modernização do setor público poderia abrir perspectiva à formação de um corpo técnico-profissional e uma estrutura institucional nas prefeituras municipais das cidades polo e média mais preparados para lidar com

processos de urbanização complexos. O efeito é previsível por analogia a Belo Horizonte: por mais procedentes que sejam as críticas ao modelo tecnocrático de planejamento urbano e metropolitano estatal, que prosperou por várias décadas, no âmbito da Prefeitura e do Governo do Estado (nos antigos PLAMBEL, METROBEL etc.), se há ganhos reconhecíveis, um deles está na formação, ao longo do tempo, de um quadro multidisciplinar de profissionais que fez mover a reflexão teórica e aplicada, no caso, sobre os processos metropolitanos.

A segunda oportunidade está no fato de a expansão recente de oferta de cursos de Arquitetura e Urbanismo, no estado e no país, estar se dando nas cidades médias, ou seja, trata-se de uma expansão que consolida um processo de desmetropolização da formação de arquitetos urbanistas. No caso de Sete Lagoas, por exemplo, nos anos de 2015 e 2016, foram abertos dois cursos na cidade. Para além de cursos de AU, esta tendência é comum a vários outros campos disciplinares, conformando potencialmente um ambiente acadêmico multidisciplinar fora da metrópole. Também por analogia a Belo Horizonte, não há dúvida de que o conhecimento sobre a metrópole e o fenômeno metropolitano deu-se no ambiente universitário, especialmente na UFMG, na Escola de Arquitetura, na FACE/CEDEPLAR, no IGC etc. O que se vislumbra é que esse novo processo possa conduzir novas escolas a se debruçarem sobre a realidade onde se situam, multiplicando o conhecimento sobre processos de urbanização em regiões não metropolitanas e cidades médias. Diferentemente da administração pública, cuja visão é de caráter acentuadamente municipalista, essa perspectiva acadêmica multidisciplinar poderia inaugurar uma linha de estudos efetivamente regionalista.

Não obstante, esse não é um fato dado. Trabalho desenvolvido por mim e Roberto dos Santos, como citado introdutoriamente, indica que a expansão intensa dos cursos de Arquitetura e Urbanismo³⁰, em específico, não tem conduzido, pelo menos por ora, a uma reestruturação no perfil dos novos cursos, por meio de uma adequação de suas estruturas curriculares, com essa finalidade, prevalecendo uma visão autoral da prática profissional, excessivamente focada no objeto arquitetônico:

³⁰ "O sistema e-MEC apresenta 672 registros de cursos presenciais na situação "em atividade", no Brasil, em 2018. Isso significa que o número acumulado, em 8 décadas – desde o primeiro curso, na década de 1930, triplicou, em apenas 8 anos (...). A mesma curva exponencial pode ser observada na oferta de cursos, restritamente, no estado de Minas Gerais (...). Embora a distribuição regional de cursos de Arquitetura e Urbanismo seja muito desigual no país, o caso mineiro reproduz mais enfaticamente o fenômeno nacional: nos 8 anos desta década, o número de cursos praticamente quadruplicou" (Ibid., p. 5).

Em síntese, nas análises curriculares realizadas, não se encontram evidências de que escolas de Arquitetura e Urbanismo, no novo contexto educacional brasileiro, ao migrarem de ambientes metropolitanos para os de cidades médias customizam as suas estruturas curriculares para o perfil local de alunos e para a realidade socioeconômica e ambiental com que se defrontam. Em outras palavras, é de se dizer que se encontram, ao contrário, evidências de que uma condição para a padronização de estruturas curriculares e massificação do processo de formação de arquitetos e urbanistas em curso é, precisamente, a sua desterritorialização, a desconsideração de distinções territoriais, do chão da Arquitetura, do chão do Urbanismo.³¹

Ao término, algumas dimensões dessas duas oportunidades aventadas merecem ressalva. A primeira, de que o fato de não serem processos em andamento, mas coisas postas na perspectiva do possível, do devir, não invalida a sua emergência à agenda do debate sobre o planejamento urbano regional. A segunda, de que a menção apenas a elas não implica o desconhecimento de que o tema objeto da pesquisa relatada nesta tese, o processo de urbanização em regiões e cidades médias não metropolitanas, não possa eclodir também em ambientes acadêmicos e de planejamento em contextos metropolitanos. Essas duas dimensões remetem a um mesmo e fundamental entendimento: o de que não haverá transformações no curso do processo social, econômico e ambiental desigual e degradante da urbanização em regiões não metropolitas, replicando metastaticamente processos metropolitanos, se no interior delas propriamente não forem mobilizadas competências políticas e técnicas contestatárias que favoreçam, a frente, a emergência de forças sociais disruptivas.

³¹ CASTRO; SANTOS, *O chão da arquitetura*, 2018, p. 9.

11.

PALAVRAS FINAIS

A entrevista E.4.CARVÃO destinou-se, particularmente, a investigar a vertente florestal da atividade guseira de Sete Lagoas, ou seja, a economia do carvão. O pressuposto compartilhado na conversa era da profunda relação de Sete Lagoas com o sertão da região central de Minas, estendendo-se até o norte mineiro. Diante dessa abordagem, a certa altura, o entrevistado provocou: “Tá! Depois você pergunta aos seus conterrâneos se eles ficam satisfeitos com isso”.¹ Essa provocação tinha uma razão de ser: a percepção comum de que a elite setelagoana — os seus extratos sociais de média e alta renda mais vinculados à nova economia industrial — menospreza essa correlação entre Sete Lagoas e o sertão.

A idealização de Sete Lagoas como um *balneário industrial*, uma aprazível cidade marcada, por um lado, por uma indústria moderna, pós-fordista, de bases flexíveis, *footloose* e, por outro, por uma elite de consumo sofisticado, em residências luxuosas a beira de lagos, não é apenas um arroubo jornalístico, mas uma expressão ideológica por meio da qual o novo capital vindo da metrópole propõe uma nova narrativa pós-histórica, uma narrativa que restaura a fachada do edifício urbano e regional, emprestando-lhe feições contemporâneas, e invisibiliza as suas fundações coloniais e os seus porões agrários.

É fato que a urbanização é movida e faz mover intensos fluxos de capitais, mas é fato também que esses fluxos de capitais provocam extraordinários fluxos de pessoas. Como a pesquisa mostrou, ao final do oitocentos, quando Sete Lagoas começou a ganhar certa densidade urbana, os capitais que migraram para a cidade eram locais e regionais, ou seja, não eram forasteiros. Mas sobretudo, por trás desses capitais e a serviço deles, a gente setelagoana era essencialmente gente do sertão. Os seus primeiros industriais e banqueiros eram fazendeiros. Ou eram comerciantes que fizeram riqueza na região com venda de carne e sal. Os carvoeiros eram fazendeiros. O guseiro, em maioria, era fazendeiro e, como se tornou costume dizer, “o guseiro era carvoeiro que deu certo”. Como área de passagem, Sete Lagoas sempre

¹ [E.4.CARVÃO, 8:39].

foi um lugar receptivo a gente de fora, também da metrópole. Na primeira metade do século XX, a ferrovia trouxe para a cidade oficiais em mecânica e profissionais liberais — médicos, advogados, agrônomos — que vieram engrossar a classe média urbana, mas a grande massa trabalhadora sempre foi formada por homens do sertão, por vaqueiros, por Piriás, por gente que não via diferença entre o trabalho de campear boi curraleiro no cerrado de Curvelo, de fazer carvão em Andrequicé, de pilotar uma locomotiva pra engatar uma composição de carvão em Várzea da Palma ou de extrair gusa nos altos-fornos de Sete Lagoas. Ou seja, até que viesse a integrar a economia globalizada, os gêneros de vida humana que formaram a cidade média eram aqueles, como afirma Prado Junior, iguais em qualquer sertão.²

² Estudo de Faria, Nogueira e Oliveira (FARIA; NOGUEIRA; OLIVEIRA. *A centralidade de Sete Lagoas e sua relação com os fluxos populacionais desde sua industrialização efetiva: 1960 – 2000*, 2012) informa que a “imigração [para Sete Lagoas] nos períodos analisados sempre foi maior do que a emigração, às vezes a primeira era o dobro da segunda. Ou seja, desde 1980, o período que tinha dados disponíveis, o saldo migratório de Sete Lagoas tem sido positivo desde os anos analisados” (Ibidem, p. 8). Com base nos dados desse estudo, especificamente sobre os principais fluxos de imigração para Sete Lagoas provenientes do sertão — sem considerar pessoas procedentes do Norte e Noroeste de Minas, apenas do sertão central — comparativamente aos principais fluxos provenientes da RMBH, observa-se que no período de prevalência da atividade guseira a imigração do sertão era muito superior à da região metropolitana (no período 1975/1980, ela foi 3,5 vezes maior). Nos períodos subsequentes, na medida em que Sete Lagoas se conforma como cidade média e passa a integrar a economia globalizada, essa relação vai tendendo a uma equivalência: respectivamente, no período 1986/1991, 1,3 vezes maior; no período 1995/2000, 1,2 vezes maior; até a equivalência neste século, no período 2005/2010.

De sua parte, Ribeiro, Paulo, Fernandes e Souza (RIBEIRO et al. *Dinâmica especial da população na microrregião de Sete Lagoas: um estudo exploratório*, 2013) em estudo da dinâmica espacial da população, não do sertão central de Minas, mas especificamente da microrregião de Sete Lagoas, chegam a números que “confirmam Sete Lagoas como uma cidade média e que exerce forte influência em seu contexto regional, retendo parte da população da região que a escolhe como local de moradia deixando de se deslocar rumo a capital mineira”. (Ibidem, p. 295). Afirmam eles: “Por outro lado, alguns municípios apresentaram redução da população, tais como Baldim e Santana de Pirapama. Baldim em 1991 possuía uma população 8.383 mil habitantes e viu sua população decrescer para 7.913 mil habitantes em 2010, indicando taxas médias anuais de crescimento populacional negativas entre 1991-2000 de -2,72% e entre 2000-2010 de -2,97%. Já Santana de Pirapama que em 1991 apresentou população de 9.212 mil habitantes, em 2010 contava com 8.004 mil habitantes, o que representa taxas médias anuais de crescimento populacional negativas entre 1991-2000 de -6,47% e entre 2000-2010 de -7,10%. Vale dizer que o acréscimo ou decréscimo da população em alguns municípios pode ser explicado em parte pelo saldo migratório, ou seja, pela diferença entre imigrantes e emigrantes”. (Ibidem, p. 293) “Os saldos migratórios entre Santana de Pirapama e Sete Lagoas foram os maiores, isto é, o município foi o que mais forneceu população para Sete Lagoas nos dois períodos estudados. As trocas entre 1995-2000 de Cordisburgo e Paraopeba com Sete Lagoas também foram intensas, porém em menor escala. Entre 2005-2010, estas assim ocorreram entre Cordisburgo e Jequitibá com Sete Lagoas. Além disso, Sete Lagoas recebeu, no primeiro período estudado, migrantes oriundos praticamente de todos os municípios de sua Microrregião, com exceção de Jaboticatubas; já no segundo, recebeu migrantes de 17 municípios, exceto de Jaboticatubas, Maravilhas e Pequi.” (Ibidem, p. 294) “De todo modo, Sete Lagoas tem um forte poder de atração sobre a população de seu entorno regional, o número de imigrantes é disparado o mais alto de sua Microrregião, assim como seu saldo migratório. Entre 1995-2000 atraiu 2.614 imigrantes e seu saldo migratório foi de 984 pessoas; já no período entre 2005-2010 atraiu 2.348 imigrantes e com saldo migratório de 512 pessoas”. (Ibidem, p. 295)

O rastreamento dos fluxos de pessoas e de atividades econômicas, desde que o bandeirante de São Paulo e o gado do São Francisco ocuparam a região, no final do século XVII, e até que ela se industrializasse e alcançasse uma escala de urbanização superior, três séculos depois, confirma uma das hipóteses de trabalho: a de que fatores intrinsecamente regionais sobrepuaram-se a quaisquer outros na urbanização do sertão central de Minas e na conformação da aglomeração urbana de Sete Lagoas. No último terço desse longo período, fatores externos, como a ferrovia, que rasgou o sertão de Sul a Norte, na sua porção Leste; a nova capital mineira instalada ao Sul, que em poucos anos ganhou uma explosiva dimensão metropolitana; e a BR-040, que voltou a cortar o sertão, descaindo na direção Noroeste, alteraram aqueles fluxos e se constituíram em elementos profundamente transformadores, na medida que se imbricaram com os fatores regionais e deram novos contornos à formação socioespacial da região.

Outra questão da pesquisa desenvolvida refere-se à natureza das relações historicamente estabelecidas entre as diversas aglomerações urbanas, no interior da rede urbana regional, especialmente da principal delas com as demais. As expressões habituais *cidade-polo*, *cidade-média* e *capital-regional* comumente remetem a cidades que hierarquicamente incorporam a noção de centros difusores de desenvolvimento na sua escala regional. Conforme levantado, essa era uma premissa básica do planejamento urbano e regional, de nível federal e estadual, dos anos 1970, que professava a fé de que essas cidades, potencialmente, poderiam cumprir um papel equilibrador na rede urbana. Nesses termos, a própria concepção de *polos de desenvolvimento* que muitos desses planos adotaram, na sua lógica difusionista, expressava o propósito de que a atração de investimentos externos poderia ter um efeito alavancador de toda a economia da região.

Ao contrário, especialmente a partir de 1960, quando a rede urbana do sertão central adquiriu sua composição atual e quando o processo regional de industrialização e urbanização se intensificou, o resultado da pesquisa sinaliza na direção de validar a hipótese inicialmente considerada de que o modo de produção capitalista tendia a produzir não equilíbrio, mas desequilíbrio regional. A marca central do processo econômico dessa segunda metade de século, destacada nesta tese, a desigualdade, expressa numa divisão territorial do trabalho *desigual* e numa urbanização também *desigual*, como condição estrutural para circulação e

reprodução do capital, levou a que a cidade média regional extraísse todos os ativos regionais — a matéria-prima, a riqueza e sobretudo o capital humano — e se consolidasse figurativamente como uma *cidade-dreno*. Todos os indicadores de atividade urbana — níveis de concentração demográfica, de produção industrial, de produção de serviços, de equipamentos educacionais e de saúde etc. — apontam nessa direção, configurando um quadro de dominação, de um lado, e subordinação, de outro.

Trata-se, com efeito, de um processo que, quanto mais avança em direção ao final do século e se aproxima da fase regionalmente tardia do capitalismo monopolista, mais intrinsecamente contraditório se torna. Como descrito em diversas passagens desta tese, trata-se de um processo que se expressa, sempre, por oximoros ou por antíteses³. Lefebvre⁴ cita o fenômeno antitético da *implosão/explosão* da cidade para dizer do processo da urbanização total em que, quanto mais alegremente a urbanização rompe fronteiras e o tecido urbano torna-se cada vez mais cerrado, mais algumas aglomerações se agigantam e amontoam população em densidades inquietantes. Em sua medida, essa é a realidade que se observou no sertão central de Minas: aí e então, quanto mais a urbanização ganhou um *caráter extensivo* regionalmente e corroe e colonizou o sertão em suas entranhas, de onde extraiu mata, carvão e gente e onde implantou amplos oligopólios rurais, sedimentados em processos produtivos e tecnologia genuinamente urbanos, paradoxalmente, mais ela ganhou um *caráter intensivo*, de forma concentrada, na base preferencial de difusão regional do capital, em Sete Lagoas.

Curiosamente, esse modo de agir contraditório, que conduz a um aparente caos urbano e que só encontra um nexo de racionalidade na lógica exploradora do capital, acabou ocupando, no plano ideológico, o lugar vago deixado pela falta de um modelo de desenvolvimento regional criativo e de interesse público. A concentração industrial em Sete Lagoas como pretense mecanismo de desenvolvimento regional seduziu o discurso político, pelo menos no contexto da cidade média: algo como dizer que quanto maior a sua escala de urbanização, maior seria a sua diversificação econômica, maior a sua atratividade na "guerra dos lugares" e, *potencialmente*, maiores seriam os ganhos regionais. Ou seja, tem-se uma falácia desmentida pelo

³ SANT'ANNA, *Reconversão de funções econômicas de cidades no contexto da urbanização extensiva: uma análise da cidade brasileira de médio porte*, 2016.

⁴ LEFEBVRE, *O direito a cidade* [1968], 2015, p. 18.

passado, mas sempre reafirmada para o futuro. Em algumas oportunidades, esse discurso chegou ao limite de justificar lutas políticas fratricidas entre Sete Lagoas e cidades do seu entorno para captação de novos capitais, por exemplo, quando se divulgou que a mega indústria de tablets *Foxconn*⁵ instalaria sua fábrica brasileira em Funilândia e quando a Itambé⁶ aventou a possibilidade de abrir sua fábrica de rações em Paraopeba.

Esse fato, em especial, põe em questão o papel dos agentes políticos e empresariais locais e o resultado efetivo de sua atuação, ao longo da história regional. Como já mencionado, alguns autores como Corrêa⁷ e Nogueira⁸ colocam o bom desempenho político e empreendedor das elites como condição necessária para que uma cidade média alcance tal patamar de urbanização e domínio. Com efeito, a industrialização regional, ao longo do século XX, moveu-se por força dos seus agentes econômicos, com baixa interveniência de agentes externos. Não obstante, na transição para o século XX, não se pode creditar a essa elite a atração dos investimentos que provocaram a reconversão econômica de Sete Lagoas. Nesse caso, esses atores atuaram a reboque do capital. Nos termos postos por Lencioni⁹, as intervenções públicas por eles promovidas apenas acompanharam e não direcionaram a eleição dos lugares e dos tipos de investimento definidos por esse capital. Essa apreciação convalida a tese da subordinação: se o que efetivamente orienta a produção do espaço urbano, em sentido extensivo, do espaço urbano e rural, é o capital corporativo que migrou para a região; se essa migração importou na transferência apenas de suas plantas fabris operativas preservando as estruturas diretivas na metrópole; a tendência então é da perda de autonomia desses atores na decisão e orientação daquilo que se poderia chamar de um projeto regional de desenvolvimento, ou seja, um projeto capaz de compreender os problemas sociais sob a ótica de sua particularidade, e não por seu significado corporativo, resistir a um regramento heterônomo e propor soluções próprias e originais.¹⁰

⁵ Quando essa hipótese foi aventada, em 2012, pela revista *Veja* (<https://veja.abril.com.br/blog/radar/os-tablets-de-funilandia/>), o destaque foi de que a cidade não tinha nem 10 mil habitantes. No jornal *O Tempo* (<https://www.otempo.com.br/economia/funilandia-que-nem-tem-um-hospital-pode-ter-a-foxconn-1.334353>) a tônica foi de que a cidade escolhida, "nem tem hospital".

⁶ Sobre isso ver: <https://setelagoas.com.br/noticias/cidade/22173-cotada-para-se-instalar-em-sete-lagoas-fabrica-de-racoes-da-itambe-pode-ter-outro-destino>

⁷ CORRÊA, *Construindo o conceito de cidade média*, 2007.

⁸ NOGUEIRA, *A construção de uma centralidade urbana — Sete Lagoas*, 2006.

⁹ LENCIONI, *Metropolização do espaço: processos e dinâmicas*, 2013.

¹⁰ FURTADO, *Criatividade e dependência na civilização industrial*, 1978.

A consideração dessas três hipóteses, de forma conjunta, admitindo-se a confirmação de todas elas pelos elementos trazidos à tona pela pesquisa, em síntese, levam à seguinte narrativa paradigmática: o processo de formação de cidades médias, integrantes de redes urbanas não metropolitanas, é determinado pelos modos históricos de ocupação territorial e urbanização, na particularidade e na concretude de suas respectivas formações socioespaciais. Esse processo formativo, ainda que apresente características rizomáticas que o diferenciam, região a região, encontra consistência comum em três dimensões. A primeira: de que os fatores intervenientes são de ordem regional; as interveniências interregionais e metropolitanas coexistem nesse processo, não o determinam, mas produzem perturbações que, a rigor, integram a natureza mesma daquela região. A segunda: de que esses fatores regionais se vinculam à forma como o capital industrial avança sobre a região, determinando, nos seus termos, para sua melhor produção e reprodução, uma desigual divisão regional do trabalho e uma desigual alocação das condições gerais de produção; por força dessa desigualdade a cidade média emerge como um polo de colonização, ou seja, de dominação territorial, com extração dos ativos regionais, num ciclo contínuo de incremento desse padrão de desigualdade e concentração. E a terceira: de que a escala de urbanização regional resultante desse processo, dada pela escala de urbanização da cidade média, tendencialmente, favorece o ingresso de grandes capitais e de capitais globais, ampliando o processo de colonização territorial e de urbanização extensiva, com uma força que amplia os efeitos de sujeição da cidade média e, a partir dela, de toda região, aos regramentos especulativos desses capitais. O caráter metastático dessa força do capital advém de uma dedução óbvia: em razão de simples mudança territorial, não se pode esperar resultados sustentáveis e equânimes, como alguns autores vislumbram nessas cidades e contextos, de um *modus operandi* que depende intrínseca e historicamente, ao contrário, de geração de degradação socioambiental.

Por último, do ponto de vista epistemológico, essa narrativa que proponho procura dar uma contribuição ao estudo sobre processos de urbanização não metropolitanos e sobre cidades médias. Parte dessa contribuição decorre do afastamento da abordagem ontológica sobre cidades médias, voltada à catalogação de elementos essenciais capazes de delimitar a sua natureza intrínseca, comum a todas as cidades como tal. A perspectiva historiográfica, que se detém sobre o processo formativo dessas cidades, busca o seu significado, não por si, mas como reflexo do seu contexto espacial regional e na transitoriedade do seu tempo, como um

fenômeno urbano não necessariamente permanente. Se a cidade média deriva de um processo rizomático regional, é assim mais apropriado analisá-la em sua dinâmica e no mapeamento da performance que conduziu à sua floração como a cidade que se tornou, do que, por si mesma, apenas por suas características finais.

Essa visão processual e histórica convive melhor com as diferenças, com a multiplicidade, com as formas adaptativas que são naturais aos processos de urbanização de regiões não metropolitanas. Nessa direção, tome-se o exemplo de Sete Lagoas e do sertão central de Minas e sua particularidade de ser uma região não metropolitana contígua a uma região metropolitana. Numa análise da cidade de Sete Lagoas, em si, pelos seus elementos próprios que podem caracterizá-la ou não como cidade média, limitada a contemporaneidade, tem-se grande probabilidade de se creditar o seu *estado das coisas* a um efeito exclusivamente metropolitano, desbotando os contornos regionais. Vários foram os estudos considerados na pesquisa em que Sete Lagoas emergiu apenas por sua relação de proximidade com Belo Horizonte, desterritorializada do sertão. Diferentemente, a visão processual, o olhar sobre a *dinâmica das coisas*, conduz a um compulsório alargamento do espaço na direção Norte, do sertão central de Minas, e a uma dilatação do tempo, o que acaba por iluminar uma diversidade de fatores coexistentes, em que o metropolitano, por mais relevante que seja, não é mais do que apenas um deles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* [1930]. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1960. 312p.
- ALMEIDA, Elmer Ferreira Luiz de. Aspectos sociais da produção de leite no Brasil. In: MADALENA, F.E.; MATOS, L.L.; HOLANDA JR., E.V. (Ed.). *Produção de Leite e Sociedade: uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil*. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2001. pp. 117/124.
- ALTHUSSER, Louis. Esquisse du Concept d'Histoire. *La Pensée: Revue du Racionalisme Moderne*, Paris, n.121, pp. 3/21, 1965.
- AMADO, Janaina. Região, sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p. 145/151.
- AMARAL, Márcio D.B.; RIBEIRO, Willame de O. Castanhal (PA): entre a dinâmica metropolitana e a centralidade sub-regional de uma cidade média. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v.9, n.1, pp. 77/105, jan/jun.2016.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. 1ª.Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 69/87.
- _____; RIGOTTI, José Irineu R. CAMPOS, Jarvis. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. *RA'EGA*, Editora EFPR, Curitiba, n.13, p.7/18, 2007.
- _____; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: *XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Trabalho. Ouro Preto: ABEP, 2002.
- _____; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- _____. *A morfologia das cidades médias*. Goiânia: Editora Vieira, 2005. 116p.
- ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- _____. Distribuição espacial do emprego e do produto industrial na década de 90: possibilidades atuais para sua investigação. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. pp. 337/393.

- _____. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População – REBEP*, Brasília, v.16, n.1-2, jan.dez.1999.
- _____. *Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras*. Texto para Discussão n.592. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 44p.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas [1711]*. Introdução por Afonso d'Escragnolle Taunay; vocabulário por A. P. Canabrava. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. 284p.
- ASCHER, François. *Métapolis ou L'Avenir des Villes*. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995.
- BARAT, Josef; GEIGER, Pedro P. *Estrutura econômica das áreas metropolitanas brasileiras*. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, v.3, n.3, Rio de Janeiro, out.1973, pp. 645/714.
- BARBOSA, Adriana M.; MATOS, Ralfo E. S.; LOBO, Carlos Fernando F. Cidades médias e atração de migrantes qualificados. *GEOSUL*, Florianópolis, v.30. n.60, p. 69/88, jul./dez.2015.
- BARROS, Gustavo. O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Crescimento e substituição de importações. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 45, n. 1, p. 153-183, 2015.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens [2004]*. 9ª Ed. 5ª Reimpr. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.
- BESSA, Kelly C. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia. *Caminhos da Geografia (Online)*, Uberlândia, vol.24, n.16, pp. 268/288, out/2005.
- BETHÔNICO, Maria Bárbara de M. Impactos socioambientais da produção de carvão vegetal no Norte de Minas Gerais: o caso de Montezuma. In: // *Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, set./out.2004.
- BOTELHO, A. Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço em um contexto de mudança das estratégias de acumulação de capital. *GEOSP: Espaço e Tempo (Online)*, n.10, pp. 113/126, 6 jun.2001
- BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979)*. Brasília: 1974.
- BREITBACH, Áurea C. M. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. 96p.
- BRITO, José Otávio. Carvão vegetal no Brasil: gestões econômicas e ambientais. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v.4, n.9, 1990, pp.221–227.

- BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico* [1869]. Tradução por David Jardim Junior. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977. 362p.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas* [1991]. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 368p.
- CÁCERES, Luís Alberto de M.P. *Diário e notas da viagem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres de Lisboa para o Rio de Janeiro e desta cidade para Paracatu (1771-1772)*. Online. Disponível em http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/caceres_diario.html
- CAETANO, Érika de C.O. De suor, fumaça e munha: a atividade de carvoejamento em Curvelo/MG. In: XXIV *Simpósio Nacional de História*, Brasília, UNB, jul.2017.
- _____. *No calor do inferno: trabalho e trabalhadores das carvoarias do entorno da cidade de Curvelo/MG*. Dissertação. Or. Magda de Almeida Neves. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2008. 137p.
- CALIXTO, Maria José M.S.; OLIVEIRA, Carlos M.; SOARES, Beatriz R. Cidade média e região: notas introdutórias. In: OLIVEIRA, Carlos M.; CALIXTO, Maria José M.S.; SOARES, Beatriz R. (Orgs). *Cidades Médias e Região*. 1ª.Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 11/18, 2017.
- CANTARIM, Fernanda. Estudos de redes urbanas no Brasil: reflexões sobre transformações metodológicas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, vol.36, n.129, pp. 117/133, jul./dez. 2015.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Sobre los modos de produccion coloniales de America. *Cuadernos de Pasado y Presente*. Córdoba/Argentina, n.40, pp. 135/159, 1974.
- CARLOS, Ana Fani A. A cidade e a organização do espaço. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, v.1, pp. 105/111, 9.nov.2011.
- _____; SOUZA, Marcelo L. SPOSITO, Maria Encarnação B. (Orgs.). *A produção o espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. 1ª.Ed. 5ª. Reimp. São Paulo: Contexto, 2017. 234p
- CARVALHO, Edemir de. Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras. *Scripta Nova*, Barcelona: Universidad de Barcelona, vol.VII, n.146 (128), ago/2003.
- CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana* [1974]. 5ª.Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1978. 524p.
- CASTELLO BRANCO, Maria Luisa G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, M. Encarnação B. (Org.). *Cidades Médias: Espaços em Transição*. 1ª.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 89/111.

- CASTRO, Flávio J. R. de; SANTOS, Roberto E. dos. *O chão da arquitetura*. In: XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Urbanismo y Planificación. Trabalho. Santiago-Chile, 2018.
- CASTRO, Flávio J. R. A área de influência de Sete Lagoas: um estudo exploratório. In: *Maestria – Revista do Centro Universitário de Sete Lagoas*, n.14, pp. 121/139, 2016.
- _____. *Mensuração do potencial de influência regional de Sete Lagoas utilizando a Análise de Componentes Principais e o Modelo Potencial*. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2016b. Não publicado.
- _____. *Revisão dos limites da área de influência de Sete Lagoas*. Sete Lagoas: UNIFEMM, 2015. Não publicado.
- CASTRO, Nei Leandro de. *Universo e vocabulário do Grande sertão*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970. 196p.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo-SP: Annablume, 1999. 184p.
- CHRISTALLER, Walter. *Central Places in Southern Germany* [1933]. Englewood Cliffs-NJ: Prentice-Hall, Inc, 1966. 230p.
- CONTE, Cláudia Heloiza. Cidades Médias: discutindo o tema. *Sociedade e Território*, Natal, v.25, n.1, pp. 45/61, jan./jun.2013.
- CONTI, Alfio. *O espaço perimetropolitano de Belo Horizonte: uma análise exploratória*. Tese de Doutorado. Or. Oswaldo Bueno Amorim Filho. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009. 625p.
- CORAGGIO, José Luis. *Sobre la espacialidad social y el concepto de región*. Centro de Estudios Económicos y Demográficos, El Colegio de México, 1979.
- CORRÊA, Danielle Cristina Gomes et al. Análise de Fluxos Econômicos em Minas Gerais no Século XVIII. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, n.15, v.12, 2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana* [2004]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 332p.
- _____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. 1ª.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp.23/33.
- _____. *Estudo da relação entre cidade e região*. In: 1ª Conferência Nacional de Geografia e Cartografia. Trabalho. Rio de Janeiro: 23 a 30/setembro/1968.
- _____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia*, ano.50, n.2, Rio de Janeiro, abr./jun.1988, pp. 107/124

- CUNHA, A.G. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. pp. 362/417.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* [1902]. São Paulo: Ubu Editora, 2016. 704p.
- CYBERPOLÍCIA. *O fim dos irmãos Piriás*. Belo Horizonte, 1978. Disponível em <http://cyberpolicia.com.br/historia/decadas/518-1978-o-fim-dos-irmaos-pirias?tmpl=component&print=1&page=>
- DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amália Inés G.; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: CLACSO, 2006. pp. 135/147.
- DANIEL, Mary L. *João Guimarães Rosa: travessia literária*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968. 188p.
- DAVIDOVICH, Fany. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, ano.40, n.1, Rio de Janeiro, jan./mar.1978, pp. 51/82.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia 2* [1980]. Vol.1. 2ª.Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DIAS, Elizabeth C. et al. Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil, *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, pp. 269–277, jan.fev, 2002.
- DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Mauro B. (Orgs.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 578p.
- DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.6, n.1, jul. 1996.
- DRUMMOND, Joaquim Dias. *O passado compassado de Sete Lagoas*. Sete Lagoas: PMSL, 1977. 128p.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, maio 2007.
- ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 358p.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto brasiliensis*. 1º volume [1833]. Tradução Domício de Figueiredo Murta. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944. 379p.
- _____. *Pluto brasiliensis*. 2º volume [1833]. Tradução Domício de Figueiredo Murta. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944b. 471p.

- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* [1957]. 3ª.Ed.Rev. São Paulo: Editora Globo, 2001. 920p.
- FARIA, Tereza Cristina de A.B.; NOGUEIRA, Marly; OLIVEIRA, Felipe B. A centralidade de Sete Lagoas e sua relação com os fluxos populacionais desde sua industrialização efetiva (1960 – 2000). In: *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Trabalho. Águas de Lindóia: ABEP, 2012.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil* [1960], 4ª.Ed.Rev. São Paulo: Global, 2008. 328p.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª.Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 414p.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 160p.
- FERRÃO, João; HENRIQUES, Eduardo B.; NEVES, António O. Repensar as cidades de média dimensão. *Análise Social*, Lisboa: ICS/UL, vol.XXIX, n.129, pp. 1123/1147, 1994.
- FERREIRA, Álvaro et al (Org.). *Metropolização do Espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013. 552p.
- FERREIRA, A.B.H. *Novo Aurélio século XXI*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FRANÇA, Iara S.; PEREIRA, Anete M.; SOARES, Beatriz R.; MEDEIROS, Douglas L. Cidade média: polarização regional e setor de educação superior: estudo de Montes Claros, no norte de Minas Gerais. *Revista Formação*, Presidente Prudente: UNESP, vol.2, n.16, pp. 52/70, 2009.
- FRANÇA, Iara S.; SOARES, Beatriz R. *O sertão norte-mineiro e suas transformações recentes*. In: II Encontro de Grupos de Pesquisa. Trabalho. Uberlândia: 2006.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª.Ed. Rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 400p.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* [1933]. 23ª.Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Produto Interno Bruto Municipal 2002/2009 e 2010/2016*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em <http://fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2745-produto-interno-bruto-de-minas-gerais-pib-2>. Acesso em 19/12/2018.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil* [1959]. 34ª.Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 352p.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial* [1978]. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

GARCIA, Ricardo A.; NOGUEIRA, Marly. A inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais. In: *XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Anais. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2008.

GAULT, Michel. *Villes intermédiaires pour l'Europe?* Aubenas D'Ardèche: Syros Alternatives, 1989. 192p.

GEIGER, Pedro P.; DAVIDOVICH, Fani R. Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n.3, pp. 3/29, jul/set.1974.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: convento e disciplina*. 2ª.Ed.Rev. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 368p.

GODELIER, Maurice. *Horizontes da Antropologia [Horizons, trajets marxistes em anthropologie]*. Tradução de Carlos de Almeida Cabral. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins Fontes, 1973. 379p.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização [1980]. *Revista do Departamento de Geografia/USP*, v. 1, São Paulo, pp. 21/47, 9 nov. 2011.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968. 258p.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, UFMG, Belo Horizonte, v.1, n.2, pp. 7/36, jun.1986.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana* [2012]. Tradução Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294p.

_____. *A produção capitalista do espaço* [2001]. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). *Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. pp. 45/58

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censos de 1872 a 2010*. Online. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do->

territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto. Acessado em março de 2020.

_____. *Censos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e Estimativa Populacional 2018*. Online. Rio de Janeiro, 2018. Acessado em novembro de 2018.

_____. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. *Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil*. 2ª.Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. *Regiões de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. *Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IPEADATA. *População Regional 1872-2010*. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>. Online. Acessado em junho de 2020.

JACCOUD, Juliana. *Experiências internacionais em Política Regional: o caso da França*. Texto para Discussão no. 815. Brasília: IPEA, 2001. 24p.

JESUS, Luis Carlos F. de. *A ocupação dos cerrados: o POLOCENTRO e seus impactos em Minas Gerais*. Monografia. Or. Pedro Ramos. Instituto de Economia, UNICAMP, 1988.

KAPP, Silke. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.22, pp. 1/32, 2020.

KLINK, Jeroen Johannes; COCCO, Giuseppe (org.). *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 225p.

KÜTTLER, Wolfgang. Social Formation. *Historical Materialism*, v.19, n.4, 2011.

LAJUGIE, Joseph. *Les villes moyennes*. Paris: Éditions Cujas, 1973. 216p.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade* [1968]. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2015.

_____. *A produção do espaço [La production de l'espace]*. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão, mimeo, 2006.

_____. *A revolução urbana* [1970]. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 178p.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno* [1968]. Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991. 216p.

- LEMOS, Mauro B. Metropolização e desenvolvimento regional no Brasil: tendências recentes a partir da PNAD. *Parcerias Estratégicas/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos*, vol.11, n.22, Brasília: SAE/PR, 2006, pp. 191/200.
- _____. et al. Tecnologia, especialização regional e produtividade: um estudo da pecuária leiteira em Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.41, n.3, Brasília, 2003.
- LENCIONI, Sandra *Região e Geografia* [1999]. 1ª Ed. 3ª Reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2014. 224p.
- _____. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Álvaro et al (Org.). *Metropolização do Espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013. pp. 17/34.
- _____. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades do desenvolvimento regional. *Scripta Nova*, Barcelona: Universidad de Barcelona, vol.XI, n.245 (07), ago/2007.
- LÊNIN, Vladimir Ilyich. *Ce que sont les "amis du peuple" et comment ils luttent contre les social-démocrates? Réponse aux articles parus dans la revue Rousskoïé Bogatstvo contre les marxistes*, 1894. Disponível em: <http://classiques.chez-alice.fr/lenine/amis.pdf>. Acesso em: 26/01/2020.
- LIMA, Juscelino G. *Cidades médias brasileiras a partir de um novo olhar denominacional e conceitual: cidades de comando regional*. In: XVI ENAMPUR. Trabalho. São Paulo: 2017.
- LINHARES, Lucas; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; MONTE-MÓR, Roberto Luís De Melo. "Urbanização extensiva e desconcentração econômica: a extensão das condições gerais da produção ao entorno metropolitano de Belo Horizonte. In: *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 11th Seminar on the Economy of Minas Gerais]*. CEDEPLAR/UFMG, 2004.
- LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.10, n.2, pp. 303/335, 1989.
- _____. *O capital e seu espaço*. Tradução Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Editora Nobel, 1988. 212p.
- LOJKINE, Jean [1977]. *O estado capitalista e a questão urbana*. Tradução Estela dos Santos Abreu. 2ª.Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997. 360p.
- LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). *Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. 250p.
- MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? *GEOGRAPHIA*, v.18, n.38, pp. 71/98, 2016.

- MAGALHÃES, Felipe N.C. *Transformações socioespaciais na cidade-região em formação: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano*. Dissertação de Mestrado. Or. Geraldo Magela Costa. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. 219p.
- _____. Da metrópole à cidade-região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.10, n.2, nov.2008b, pp. 9/27.
- MAIA Doralice S. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura. In: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). *Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. pp. 15/41.
- MARQUES DA COSTA, Eduarda. Cidades Médias: contributos para a sua definição. *Finisterra*, v. XXXVII, n. 74, Lisboa, 2002. pp.101/128.
- MARTINS, Roberto Borges. Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: ICAM: ABPHE, 2018. 632p.
- _____. Minas Gerais, Século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. *Estudos Econômicos*, v.13, n.1, pp.181/209, jan/abr.1983.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital* [1867]. Tradução Rubens Enderle. 2ª.Ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 896p.
- _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política* [1859]. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857/1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução Maria Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo, 2011. 792p.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas* [1858/1941]. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975. 140p.
- _____. *Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política* [1859]. Livro de Domínio Público. Versão e-Book. Fonte: The Marxist Internet Archive.
- MATA, Giulle Adriana V. *Os irmãos Piriás: a gramática moral de uma lenda contemporânea*. Dissertação de Mestrado. Or. Ana Lúcia Modesto. Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFMG, 2008. 288p.
- MATOS, Ralfo (Org). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/ARTES, 2005. 264p.
- _____. Percepção dos moradores e fatores de atração em cidades médias dinâmicas. *Mercator*, Fortaleza, v.12, n.27, pp.39/55, jan.abr.2013.

- _____. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.12, n.1/2, pp. 35/58, 1995.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *O escravismo colonial: modo de produção ou formação social?* Revista Brasileira de História, v.6, n.12, São Paulo, mar/ago. 1986, pp. 203/214.
- MICHEL, Michel. Ville moyenne, ville-moyen. *Annales de Géographie*, n.478, LXXXVI^e année, Paris, 1977. pp. 641/685.
- MINAS GERAIS. *Programa Estadual de Centros Intermediários*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral/Fundação João Pinheiro, 1981. 130p.
- _____. *Programa de Centros Intermediários (Cidades Diques) – Treinamento*. V.1. Belo Horizonte: Secretaria de Trabalho e Ação Social, 1980. 246p.
- _____. *Estrutura Espacial do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral/Fundação João Pinheiro, 1977. 285p.
- _____. *Programa Estadual de Cidades Médias – Documento 2*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, 1977. 269p.
- _____. *Programa Estadual de Cidades Médias – Documento 1*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, 1976. 102p.
- MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA — MME; BANCO MUNDIAL — BIRD. *Cadeia do Ferro Gusa*. Brasília: Produto 33, Relatório Técnico 59, 2009. 58p.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.111, pp. 9/18, jul./dez.2006.
- _____. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Org.) [1994]. *Território: globalização e fragmentação*. 3^a.Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. pp. 169/181
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Editora Annablume, 2005. 158p.
- _____. O sertão: um “outro” geográfico. Terra Brasilis (Online) – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica/USP, São Paulo, n.4-5, pp. 1/8, 2003.
- MOREIRA, Ruy. *A Formação Espacial Brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil*. 2^a.Ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014. 320p.
- MOTT, Luiz R. B. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. *Revista de Antropologia*, v.22, pp. 61/78, 28 dez. 1979.

- MOTTA, Diana M. et al. *Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana* (Vol.1). Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil. Brasília: IPEA, IBGE, NESUR, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- MOURA, Rosa. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. *EURE*, vol.38, n.115, Santiago, pp. 5/31, septiembre 2012.
- _____; OLIVEIRA, Samara; PÊGO, Bolívar. *Escalas da urbanização brasileira*. Texto para Discussão 2372. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- NASCIMENTO JUNIOR, Manoel Maria do. A questão urbana e as condições gerais de produção: retomando um debate. *Caderno do CEAS*, Salvador/Recife, n.247, pp. 424/451, mai/ago, 2019.
- NASCIMENTO, Márzio Henrique França. *Administração pública e a questão do parcelamento do solo: um estudo de caso em Sete Lagoas*. Dissertação de Mestrado. Or. Luciel Henrique de Oliveira. Varginha: CNEC/FACECA, 2002. 142p.
- NEDEL, Miranda Zamberlan. *Educação às margens: tessituras comuns entre escolas públicas periféricas na conformação de territorialidades*. Memorial de qualificação de pesquisa de mestrado. Or. Miguel Antônio Bizzar. São Carlos: USP/IAU/PPGAU, 2019.
- NOGUEIRA, Marly. A construção de uma centralidade urbana – Sete Lagoas. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v.18, n.35, dez.2006, pp. 109/121.
- _____. Sete Lagoas: a dinâmica funcional de uma cidade média e sua inserção na rede urbana de Minas Gerais. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiás: UFGO, v.25, n. 1-2, pp. 48/60, jan./dez.2005.
- _____. Sobre o desenvolvimento socioespacial de Sete Lagoas. *Caderno Geográfico*, Belo Horizonte, v.9, n.13, pp. 30/47, jul.1999.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. 440p.
- _____. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1969. pp. 47/62
- OLIVEIRA, Hélio Carlos M.; SOARES, Beatriz R. Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. *Caminhos da Geografia* (Online), Uberlândia, vol.15, n.52, pp. 119/133, dez/2014.
- OLIVEIRA, Hélio Carlos M.; CALIXTO, Maria José M.S.; SOARES, Beatriz R. (Orgs). *Cidades Médias e Região*. 1ª.Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. 351p.
- PEREIRA, Fabiano Maia; LEMOS, Mauro Borges. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: IPEA, v.33, n.1, abr.2003.

- PEREIRA, Fabiano Maia. *Cidades médias brasileiras: uma tipologia a partir de suas (des)economias de aglomeração*. Dissertação. Or. Mauro Borges Lemos. Mestrado em Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- PEREIRA, Francisco Timóteo. *Desavenças e avenças: sertões e burgas*. Sete Lagoas: Edições Instante, 2002. 180p.
- _____. *Entrelinhas ferroviárias: recordando um mundo que se desfigura*. Sete Lagoas: Edições Instante, 1997. 190p.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese de Doutorado. Or. Raquel Glezer. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2007. 242p.
- POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS – PMMG. *Irmãos Piriás: Relatório do Inquérito*. Belo Horizonte, 1979. Disponível em http://www.bibliotecapolicial.com.br/upload/documentos/IR-MAOS-PIRIAS-RELATORIO-DO-INQUERITO-21069_2011_4_9_13_16.pdf.
- PINHEIRO, Eloísa P.; FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio A. de (Orgs). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004. 223p.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* [1942]. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 449p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS — PMSL. *Lei nº 6064 de 04/02/2000*. Sete Lagoas: PMSL, 2000.
- PULIDO, Nubis Mirian. El espacio urbano latinoamericano y la globalización: emergência de ciudades "intermedias" y nuevos câmbios em Venezuela. In: LEMOS, Amalia; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p.149/171. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/ogpulido.pdf>. Acesso em: 14/12/2018.
- _____. *Emergencia de ciudades intermedias, rasgo más resaltante de la urbanización venezolana actual*. Procedimento metodológico para su identificación. In: VIII Encuentro de Geógrafos de America Latina. Trabalho. Santiago-Chile, 2001.
- RAMOS, Edivaldo F.; MATOS, Ralfo E. S.; GARCIA, Ricardo A. As cidades médias como nódulos de equilíbrio da rede de cidades. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.121, pp. 41/63, jul./dez. 2011.
- REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, edição 2180, ano 43, n.35, pp. 75/132, 01/09/2010.

- REZENDE, João Batista; SANTOS, Antônio Carlos dos. *A cadeia produtiva do carvão vegetal em Minas Gerais: pontos críticos e potencialidades*. Viçosa: EPAMIG, Boletim técnico n.95, 2010. 80p.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 472p.
- RIBEIRO, Ricardo F. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 480p.
- _____. *Sertão, lugar desertado: o cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 376p.
- RIBEIRO, Wallace C. et al. Dinâmica especial da população na microrregião de Sete Lagoas: um estudo exploratório. *Percurso Acadêmico*, Belo Horizonte: PUCMINAS, v.3, n.6, jul./dez. 2013.
- _____. et al. Tipologia e hierarquização da microrregião de Sete Lagoas-MG. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v.15, n.2, pp.84/108, 2013.
- RIBEIRO, Willame de O. Entre a metrópole e a cidade média: a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade da cidade de Castanhal, no nordeste paraense. *GEOSP – Espaço e Tempo (Online)*, v.20, n.1, pp. 115/129, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/96710>.
- RIGOTTI, José Irineu R.; CAMPOS, Jarvis. *Movimentos Populacionais e as Cidades Médias de Minas Gerais*. In: 6º Encontro Nacional sobre Migrações/Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2009. pp. 1/27
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais – Memória histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, 1995. 228p.
- ROCHFORT, Michel. *Des métropoles d'équilibre aux métropoles d'aujourd'hui*. *Strates* [Online], Hors-série, 2002. Disponibilizado em 02/05/2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/strates/515>. Acesso em: 20/12/2018.
- _____. *L'Organisation urbaine de l'Alsace*. Paris: Société d'Édition: Les Belles Lettres, 1960. 384p.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas* [1956]. 11ª.Ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora J. Olympio, 1976. 462p.
- _____. *Sagarana* [1967]. 19ª.Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1976b. 372p.
- ROSENTAL, Mark Moisevich; IUDIN, Pavel Fedorovich. *Diccionario filosofico marxista*. Montevideo/Uruguay: Ediciones Pueblos Unidos, 1946.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Quadro geográfico da vegetação primitiva na província de Minas Gerais* [1837]. Tradução Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. 56p.
- _____. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco* [1847]. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 192p.
- _____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* [1936]. Tradução Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975b. 380p.
- SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina* [1906]. Organização de José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 358p.
- SANFELIU, Carmem B.; TORNÉ, Joseph M. L. (Editores) *Ciudades intermedias: urbanización y sostenibilidad*. Lleida: Editorial Milenio, 1998. 560p.
- _____. Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*, v.VIII, n.165, Barcelona: Universidad de Barcelona, 15/may/2004. 22p.
- SANTAMARIA, Frédéric. La notion de "ville moyenne" en France, en Espagne et au Royaume-Uni. *Annales de géographie*, 109 (613), pp.227/239, 2000.
- SANT'ANNA, Anderson de S. *Reconversão de funções econômicas de cidades no contexto da urbanização extensiva: uma análise da cidade brasileira de médio porte*. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social, RIGS*, v.5, n.1, jan./abr. 2016, pp.15/35
- SANTOS, Márcio. *Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.180p.
- SANTOS, Márcio Vicente de S. *Sete Lagoas, Século XVIII – o registro e as estradas reais: centralidade e convergências na Capitania de Minas Gerais*. Sete Lagoas: Instante, 2019. 236p.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 18ª.Ed. Rio de Janeiro: Record, 2014. 476p.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira* [1993]. 5ª.Ed. 4ª.Reimp. São Paulo: EDUSP, 2018. 176p.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* [1996]. 4ª.Ed. 9ª.Reimp. São Paulo: EDUSP, 2017. 387p.
- _____. *Economia espacial* [1978]. 2ª.Ed. 3ª.Reimp. São Paulo: EDUSP, 2014. 207p.
- _____. *Da totalidade ao lugar* [2002]. 1ª Ed. 3ª Reimp. São Paulo: EDUSP, 2014. 176p.

- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* [1994]. 5ª.Ed. 1ª.Reimp. São Paulo: EDUSP, 2013.
- _____. *Manual de geografia urbana* [1981]. 3ª.Ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 232p.
- _____. *O espaço dividido* [1978]. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2ª.Ed. 1ª.Reimp. São Paulo: EDUSP, 2008b. 440p.
- _____. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979. 156p.
- _____. Society and space: social formation as theory and method. In: *Antipode*, v.9, n.1, pp. 3-13, 1977.
- _____. *A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959. 38p.
- SANTOS, Raphael Freitas. Para além do ouro: dinâmica econômica e produção rural em uma região central da capitania de Minas Gerais. *História: Tendências e Debates*, v.9, n.1, jan/jun.2010, pp. 188/203.
- SERENE, Emilio. De Marx a Lenin: a categoria de "formação econômico-social" [1970]. Tradução por Nathan Belcavello de Oliveira. *Meridiano – Revista de Geografia*, n.2, versão digital, 2013
- SHANE, David Grahame. *Recombinant Urbanismo: conceptual modeling in Architecture, Urban Design and City Theory*. London-UK: Wiley-Academy, 2007.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas* [1991]. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. pp. 39/63.
- SILVA, Antônio J.; MONTEIRO, Maria do Socorro L.; SILVA, Marlúcia V. da. Contrapontos da consolidação do agronegócio no cerrado brasileiro. *Sociedade e Território*, Natal, v.27, n.3, pp. 95–114, jul/dez 2015.
- SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.). *Os Diários de Langsdorff. v.1 - Rio de Janeiro e Minas Gerais (8 de maio de 1824 - 17 de fevereiro de 1825)*. Tradução por Márcia Lyra Nascimento Egg e outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno do Brasil-colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, n.8, abril 1997b. pp. 119/156.
- _____. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese de Doutorado. Or. Maria Yedda Leite Linares. Niterói, UFRJ, 1990.

- _____. *Camponeses e criadores na formação social da miséria – Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920)*. Dissertação de Mestrado. Or. Francisco Falcon. Niterói, UFFRJ, 1981.
- SILVA, Luís Otávio da. Cidade e história: um olhar epistemológico. In: PINHEIRO, Eloísa P.; FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio A. de (Orgs.). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004. pp. 151/173.
- SILVA, Olintho Pereira da. A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. *GEONOMOS* v.3, n.1, 1995, pp. 77/86
- SILVA, Sylvio B. M. Cidades pequenas e médias: reflexões teóricas e aplicadas. In: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). *Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. pp.93/108.
- SILVA, William R.; SPOSITO, Maria Encarnação B. *Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana das cidades*. 1.ed. Rio de Janeiro-RJ: Consequência Editora, 2017. 230p.
- SILVEIRA, María Laura (Coordinadora). *Circuitos de la economía urbana: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo*. 1.ed. Buenos Aires: Editorial Café da las Ciudades, 2016. 402p.
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS. Anuário Estatístico, Ano-base 2018. Belo Horizonte: SINDIFER, 2019.
- _____. Anuário Estatístico, Ano-base 2011. Belo Horizonte: SINDIFER, 2012.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 3ª.Ed. 1ª.Reimp. São Paulo: Contexto, 2018. 155p.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Tradução Eduardo de Almeida Navarro. São Paulo: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988
- SOARES, Beatriz R.; MELO, Nágela A. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais In: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). *Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. pp. 229/250
- SODRÉ, Nelson Werneck. *As classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957. 52p.
- _____. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. 2ª.Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941. 212p.
- SOJA, Edward W. [2000]. *Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. Madrid: Traficantes de sueños, 2008.
- _____. *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London: Verso, 1989.

- SOUZA, Marcelo L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 10ª.Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 558p.
- _____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.
- _____. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. 3ª.Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 192p.
- SOUZA, Suzane T. Relação campo-cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). *Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. pp.195/207.
- SPOSITO, Eliseu S.; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. *Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 148p.
- SPOSITO, Maria Encarnação B.; SPOSITO, Eliseu S. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias. In: *XII Seminário da Rede Ibero-americana de Pesquisadores sobre Globalização e Território*. Trabalho. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- SPOSITO, Maria Encarnação B.; SPOSITO, Eliseu S.; SOBARZO, Oscar. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. 1ª.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 375p.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. *Cidades Médias: Espaços em Transição*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007a. 630p.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). *Cidades Médias: Espaços em Transição*. 1ª.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007b. pp. 233/253.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). *Cidades Médias: Espaços em Transição*. 1ª.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007c. pp. 35/67.
- STAMM, Cristiano et al. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. *Interações*, Campo Grande, v.14, n.2, p.251/265, jul/dez.2013.
- STEINBERGER, marília; BRUNA, gilda c. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa | 1 – A árvore da liberdade* [1963]. 11ª Ed. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. 256p.
- TOINARD, Stéphane. La ville moyenne: mythe ou réalité? *Noréis*, 43, n.171, Rennes, juillet-septembre, 1996. p.537/543.

VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Geraes*. Belo Horizonte-MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904. 438p.

_____. *História Média das Minas Geraes*. Belo Horizonte-MG: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1918. 348p.

VIEIRA et al. Estudos Recentes sobre a Rede Urbana Brasileira: Diferenças e Complementaridades. *Revista Brasileira de estudos Urbanos e Regionais*, v.13, n.2, pp.55/70, novembro.2011.

VILLAÇA, Flávio. *As ilusões do plano diretor*. Online. 2005.

VITAL, Marcos Henrique F.; PINTO, Marco Aurélio C. Condições para sustentabilidade da produção de carvão vegetal para fabricação de ferro-gusa no Brasil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 237-297, set. 2009

WHITACKER, Arthur M. Campo e cidade, cidades médias e pequenas: algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). *Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. pp. 187/194.